

O ARQUIVO E A CIDADE

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | 1906-2026

Rodrigo de Azevedo Weimer

OIKOS EDITORA

Este livro foi elaborado com o objetivo de registrar os 120 anos de trajetória do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo de suas páginas, busca-se apresentar a evolução institucional do APERS desde sua criação até os dias atuais, destacando os momentos e decisões que marcaram sua atuação na preservação da memória pública. O livro procura reconhecer, com respeito, o trabalho de gerações de profissionais que contribuíram para a consolidação do Arquivo como referência na guarda, na gestão e no acesso ao patrimônio documental do Estado. Ao contar essa história, reafirma-se o compromisso permanente do APERS com a memória, a cidadania e o serviço público. A concretização desta obra somente foi possível graças ao empenho e à dedicação do autor, cujo trabalho de pesquisa e escrita deu forma a este registro, bem como à colaboração generosa dos entrevistados, que compartilharam suas memórias, experiências e percepções sobre a trajetória do APERS. Registramos, ainda, nosso agradecimento à Associação de Amigos do Arquivo Público (AAAP), cujo apoio foi fundamental para viabilizar a realização desta publicação. A obra se propõe, assim, como um registro fiel de uma caminhada centenária, oferecendo à sociedade um testemunho da importância do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e de sua missão institucional. Mais do que reconstituir o passado, é um convite à valorização da memória preservada ao longo desses 120 anos e à responsabilidade de mantê-la viva para as próximas gerações.

Vinícius Oliveira Braz Deprá
Subsecretário de Patrimômio do Estado

Grazieli Testa
Subsecretária-Adjunta de Patrimômio do Estado

Carla Vargas Segatto
Diretora do Departamento de Arquivo Público do RS



Rodrigo de Azevedo Weimer é professor de História Moderna no Departamento e no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, trabalhou na Fundação de Economia e Estatística entre 2014 e 2018 e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul entre 2018 e 2025.

O ARQUIVO E A CIDADE

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1906-2026

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Governador Eduardo Leite

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Secretária Danielle Calazans

Subsecretaria de Patrimônio do Estado
Subsecretário Vinícius Oliveira Braz Deprá

Departamento de Arquivo Público
Diretora Carla Vargas Segatto

Divisão de Preservação, Acesso e Difusão
Aerta Grazzioli Moscon

Organizador
Rodrigo de Azevedo Weimer (APERS | UFRGS)

Revisão
Roberta Capelão Valença Scholz
Rosane Marcia Neumann
Maria Eduarda Zelenko Ayres

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Subsecretaria de Patrimônio do Estado
Departamento de Arquivo Público

Rodrigo de Azevedo Weimer

O ARQUIVO E A CIDADE

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1906-2026

São Leopoldo
2026

© Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – 2026

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Acervo fotográfico do Museu Joaquim Felizardo, Porto Alegre

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial:
Avelino da Rosa Oliveira (Pesquisador UFPel)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Pesquisador Ciências Sociais)
Marluza Marques Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Intern. Schule für Interkult. Philosophie Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / 9 81149642
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

A772 O Arquivo e a Cidade: Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1906-2026. Rodrigo de Azevedo Weimer (autor). – São Leopoldo, RS: Oikos, 2026.

426 p.; il.; color.; 21 x 28 cm.

ISBN 978-65-5974-331-5

1. Arquivo Público – Rio Grande do Sul. 2. Arquivo Público – Rio Grande do Sul – História. I. Weimer, Rodrigo de Azevedo. II. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). III. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

CDU 930.253:353.2

Catalogação na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Abreviaturas 9

Introdução: Arquivo, cidade, cidadania 13

Capítulo I – Do arquivamento antes do Arquivo Público à sua criação 17

1.1 Do extravio dos documentos da vila de Rio Grande à tentativa de criação do Arquivo Provincial 18

1.2 O Arquivo Provincial, também conhecido como Arquivo de Obras Públicas, e o Arquivo da Secretaria de Governo 24

1.3 Arquivos na Província: dispersão e uma proposta de centralização 27

1.4 Ensaios republicanos e os "vestígios da odiosa instituição do passado" 29

1.5 O que é um documento público? A fundação do Arquivo Público do Rio Grande do Sul nas tramas do coronelismo rio-grandense 31

Capítulo II – Adquirir e conservar: a segunda seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul e a proposição de uma história republicana (1906-1925) 39

2.1 Uma "narrativa tácita" positivista? 40

2.2 Adquirir e conservar 43

2.3 Interregno: a morte de um republicano 45

2.4 O que é um documento histórico? 49

2.5 A fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a Revista do *Archivo Publico do Rio Grande do Sul* 58

2.6 Um "opulento manancial" e o projeto de um museu histórico 61

Capítulo III – O Arquivo na cidade: janelas para o passado, paredes de arrimo 67

3.1 Janelas para o passado 68

3.2 Dos primeiros endereços à *acrópole* da cidade 69

3.3 Os *palácios de papel* na Rua Riachuelo 81

3.4 A questão da linguagem arquitetônica: teria o Arquivo Público um *estilo*? 91

Capítulo IV – O Arquivo na cidade: uma *encruzilhada* entre *palácios* e *cortiços* 97

4.1 O outro lado da *Belle Époque* subtropical 98

4.2 De cortiço a arquivo: um olhar microscópico e fabulativo 102

4.3 De cortiços e arquivos: um olhar macroscópico e serial 109

4.4 Depois de 1924 120

Capítulo V – A seção de arquivo administrativo e a organização do Executivo Estadual 123

5.1 O "tal arrimo" *ou* em busca da seção documental perdida 124

5.2 Quando os documentos administrativos se transformam em documentação histórica? 127

5.3 Gramáticas políticas no desenvolvimento da administração pública estadual 132

5.4 Outro fantasma ronda o Arquivo Público 136

5.5 A construção de uma história branca pelos intelectuais 140

5.6 O Arquivo Público da Era Vargas… 142

5.7 … à "era Manoelito de Ornellas" 147

5.8 A *fortaleza de papel* ou a maldição d'*O Independente* 152

Capítulo VI – O grande cartório 159

6.1 As atividades cartoriais em perspectiva histórica 160

6.2 Recolhimentos do século XX 169

6.3 Classificando a terceira seção: entre a cama de Procrustes e a lista de Jorge Luis Borges 175

6.4 O que deve um arquivo recolher? 182

6.5 Quem não faz recolhimento não recolhe 187

6.6 Recolhimentos, eliminações e traslados realizados sob o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul 192

Capítulo VII – Da era das sindicâncias aos anos de chumbo 195

7.1 "Radiografia da desordem que imperava no Arquivo Público" 196

7.2 "Arquivo Público violado e roubado durante 5 anos" 218

7.3 O golpe de março de 1964 220

7.4 Confissões de alcova como via para o contexto político-partidário 225

Capítulo VIII – A ditadura e os documentos, os documentos da ditadura 235
8.1 A ditadura e os documentos 236
8.2 A reforma administrativa de 1967 e o regimento de 1974 237
8.3 O palácio que não saiu do papel 243
8.4 “Nunca confundidos com consulentes comuns” 247
8.5 “Arquivo que é ninho de pardais precisa de microfilme e…” 251
8.6 “... de Arquivistas”. O Arquivo Público no processo de institucionalização da Arquivologia 252
8.7 A “gestão de documentos” antes da gestão arquivística 256
8.8 Os documentos da ditadura 259

Capítulo IX – A democratização dos documentos 269
9.1 O Arquivo Público na redemocratização do Brasil: a gestão Rossato 270
9.2 O Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul e a solução possível ao dilema de Borges de Medeiros 281
9.3 Caminhos de implementação do SIARQ/RS 286
9.4 Os documentos cartoriais tornam-se fontes históricas 290
9.5 Arquivo Público e Arquivo Histórico 292
9.6 *Palácios de papel* em tombamento, restauro, retomada 298

Capítulo X – O Arquivo Público em perspectiva histórica 309
10.1 Os remédios para todos os males 310
10.2 Uma possível casa suspeita 318
10.3 Uma instituição centenária 320
10.4 Um apanhado regimental do Arquivo Público 322
10.5 As primeiras décadas do século XXI 331
10.6 Direções entre a política e a técnica 347
10.7 Um Estado gerencial 353

Conclusão: O Arquivo e a cidade *ou* rumo aos próximos 120 anos 359

Anexo I – Listagem de diretores 365
Anexo II – Procedimentos metodológicos para a elaboração dos gráficos 10-12 e 14-15 371
Anexo III – Documentação trasladada do APERS para o AHRS em 1972 376
Anexo IV – Fotografias do Arquivo Público em 1960 de autoria de Duílio Severino 390

Anexo V – Fotografias do Arquivo Público nos anos 1980 395
Anexo VI – Linha do tempo com os principais eventos e legislações relacionadas ao SIARQ/RS e sua implementação 399
Anexo VII – Trechos da Nota Técnica referente à enchente de 2024, de 25 de junho de 2024 400
Anexo VIII – Ocorrências por Diretor na HDBN (1906-1972) 404
Anexo IX – Relação de entrevistas realizadas 405
Bibliografia 407
Índice remissivo 423

Abreviaturas

AAAP – Associação de Amigos do Arquivo Público
AARS – Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul
AAP – Administração de Acervos Públicos
ABM – Arquivo Borges de Medeiros
ADP – Ação Democrática Parlamentar
AED – Associação Eduardo Duarte
AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AHPOAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho
AI – Ato Institucional
ALRS – Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
ANPUH – Associação Nacional de História
APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
APRS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
Arqdigital – Programa Arquivo Digital
BALRS – Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
BPE – Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul
CAE – Conselho de Administração do Estado
CESA – Companhia Estadual de Silos e Armazenamento
CEV – Comissão Estadual da Verdade
CGSIARQ/RS – Comitê Gestor do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul
CIA – Central Intelligence Agency
CINTEA – Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras
CMRI – Comissão Mista de Reavaliação da Informação
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
CORAG – Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas
CORLAC – Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DASP – Departamento de Administração do Serviço Público
DEAPE – Departamento de Administração do Patrimônio Imobiliário
DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito
DIDOC – Divisão de Documentação
DIGED – Divisão de Gestão Documental
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DIPAD – Divisão de Preservação, Acesso e Difusão
DIPEP – Divisão de Pesquisas e Projetos
DIPES – Divisão de Pessoal
DOP – Departamento de Obras Públicas
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FDRH – Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FSM – Fototeca Sioma Breitman
FUG – Frente Única Gaúcha
HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
HPSP – Hospital Psiquiátrico São Pedro
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGPSP – Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro
IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
IN – Instrução Normativa
IPH – Instituto de Pesquisas Hidráulicas
IPB – Igreja Positivista do Brasil
IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
LAI – Lei de Acesso à Informação
MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MJC – Museu Júlio de Castilhos
MJJF – Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCD – Plano de Classificação de Documentos

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PL – Partido Libertador

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRL – Partido Republicano Liberal

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PROA – Processo Administrativo Eletrônico

PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul

PRP – Partido de Representação Popular

PRR – Partido Republicano Rio-grandense

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RDC-Arq – Repositório Digital Arquivístico Confiável

SARH – Secretaria de Administração e Recursos Humanos

SIARQ/RS – Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul

SEDUC – Secretaria Estadual da Educação

SEHAB – Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SIE – Secretaria do Interior e Exterior

SIGAD – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos

SIJ – Secretaria de Interior e Justiça

SOP – Secretaria de Obras Públicas

SPGG – Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

SRHMA – Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa

SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TTD – Tabela de Temporalidade de Documentos

UDN – União Democrática Nacional
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Introdução
Arquivo, cidade, cidadania

> Pode-se mesmo dizer que a *polis* existe apenas na medida em que se distinguiu um domínio público, nos dois sentidos diferentes mas solidários do termo: um setor de interesse comum, opondo-se aos assuntos privados; práticas abertas, estabelecidas em pleno dia, opondo-se a processos secretos (Vernant, 2004, p. 55).
>
> Cidadão (ssi-da-*dão*). s.m. o que habita numa cidade: o *cidadão* e o aldeão // Aquele que goza dos direitos civis e políticos num estado // o indivíduo considerado no desempenho dos seus deveres como membro de um estado: um bom *cidadão* [...] (Caldas Aulete, 1925, p. 484).

120 anos. Poucas instituições são assim longevas. Gerações nasceram, viveram e assistiram ou protagonizaram diferentes regimes políticos e experiências culturais no período de existência do Arquivo Público. O órgão, nascido de um regime autoritário, tinha inicialmente um intuito de armazenar documentos necessários à administração pública e ao predomínio de um Executivo inflado sobre os demais poderes e a sociedade civil. Com muitas idas e vindas, chegamos hoje a um regime democrático que, mais do que assegurado, deve ser objeto de permanente vigilância e atenção.

Ao longo deste século e duas décadas, o acesso da população à documentação e a transparência dos critérios de sua destinação cresceram consideravelmente – ainda que não de uma forma linear ou cumulativa – e se tornaram matéria de atuação profissional e de debate público. O problema que instrui a presente pesquisa consiste no Arquivo Público em sua relação com a cidade, isto é, a *polis*, a sociedade civil e política, ao longo de sua extensa trajetória. Portanto, ainda que haja referências ocasionais à urbe enquanto unidade física e geográfica, pensa-se aqui em um sentido mais amplo de espaço de exercício da cidadania e dos direitos das pessoas à informação. Por isso “O Arquivo e a cidade”.

Há muitos riscos e desafios em realizar uma pesquisa de tal envergadura. O primeiro delas, e não sei se “dei conta do recado” – quem ler avaliará – é o da escrita de uma história evolucionista e linear, como uma marcha inexorável rumo à concretização de sonhos de acesso democrático aos acervos. É inegável que não estamos mais nos tempos de Borges de Medeiros e a relação entre sociedade e arquivo mudou de forma decisiva. Mas as recentes catástrofes do antropoceno – pandemia e enchente – demonstram haver ainda muitos desafios e novos problemas na administração de acervos públicos. Que bom que é assim – o Arquivo Público não está em uma redoma e se atualiza e reinventa conforme as necessidades sociais.

Abarcar 120 anos de história implica também em um caráter panorâmico – muito panorâmico – do investimento investigativo. Como em qualquer trabalho de história, há impossibilidade

de esgotar os processos, e sempre surgirão novas fontes e problemas que nos levem a indagar novamente a história do Arquivo Público sob outros prismas. Ainda assim, pode-se dizer que foi realizado um levantamento histórico exaustivo no que toca à questão que norteia a presente pesquisa, a relação entre sociedade e arquivo.

Quem ler essas páginas verá que não houve moderação na busca por fontes documentais em diferentes instituições públicas, o que se deve à necessidade de ir além do material custodiado na própria instituição. Por um lado, o Arquivo Público teve ligações e transações institucionais com outros órgãos públicos estaduais e instituições privadas, como Biblioteca Pública, Estatística, Museu Júlio de Castilhos, Arquivo Histórico e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que contêm acervo de interesse mais específico; por outro, a própria necessidade de ir além das paredes do Arquivo Público levou a ampliar o escopo dos acervos investigados no debruçar-se sobre a interação entre o órgão e a sociedade envolvente.

Foram realizadas entrevistas de história oral com diversos gestores/as e trabalhadores/as da instituição. Parte do encanto dessa metodologia envolve conhecer o ponto de vista das pessoas responsáveis pela instituição, mas também diz respeito ao mérito de povoar de experiências humanas uma história que de outro modo seria menos preenchida por aquele odor de carne humana que inspira o apetite do historiador-ogro de Marc Bloch, aquele que sabe onde está sua presa. Mais do que "povoar" e "encarnar" a história, a oralidade possui outras virtudes heurísticas no estudo da história de instituições. Conforme Verena Alberti:

> A metodologia de história oral pode ser empregada no estudo da história de instituições do Estado, de organismos públicos e de empresas privadas. Nesse universo, ela permite a reconstrução de organogramas administrativos, o esclarecimento de funções de diferentes órgãos, a recuperação de processos de tomada de decisão e investigações sobre o *esprit de corps* dos funcionários e sobre as relações entre diferentes gerações de trabalhadores. As entrevistas podem também ajudar a esclarecer o conteúdo, a organização e as lacunas de arquivos existentes nas instituições (Alberti, 2004, p. 25).

Estabeleceu-se uma relação dialógica entre fontes orais e escritas, não no sentido das segundas validarem as primeiras ou de as primeiras ilustrarem as segundas, mas sim na contribuição da pesquisa documental na formulação dos questionários e na interpretação das fontes – e vice-versa. Evidentemente, o alcance do rememorar não atingiu períodos anteriores à década de 1950, e mesmo essa é lembrada pela condição cartorial assumida pela instituição, que é algo assentado e consolidado na memória institucional, comprovado porém matizado na interpretação que trago neste livro.

À medida que avançar no texto, quem ler irá se deparar com uma pluralidade de métodos e abordagens, acionados estrategicamente para aproximação de uma história complexa e extensa como a do Arquivo Público. Dos métodos quantitativos à fabulação crítica, passando pelo estudo dos depoimentos orais ou pela apreciação crítica das características arquitetônicas, diferentes recortes foram utilizados conforme julgou-se apropriado aos diferentes momentos da narrativa. Mais do que um ecletismo teórico, as metodologias foram acionadas conforme aquilo que elas podiam esclarecer sobre a relação arquivo-cidade tendo em mente as interrogações trazidas por Ketelaar (2001, p. 140):

> Por quem, quando, por que, como foi criado o arquivo? Onde foi mantido o arquivo, em um cofre ou em um quarto? Quem usou o arquivo em primeiro, segundo e enésimo lugar, quando, como e por quê? Quem fez a avaliação, quando, como e por quê? Etcétera. Todas essas histórias constituem a genealogia do registro, mais dinâmica e mais efetiva que a tradicional história da proveniência e custódia.[1]

A impossibilidade de responder adequadamente a todas essas questões não impediu que elas fossem postuladas ou que servissem como norte analítico que inspirou a presente investigação. Para dar conta delas, apropriei-me de uma diversidade grande de fontes e métodos.

A redação do livro obedeceu a uma disposição mista entre o temático e o cronológico: *grosso modo*, a segunda seção foi acionada como meio de observar a história da Primeira República, a primeira, da Era Vargas, e a terceira, do período democrático entre 1945 e 1964. Mas esse *grosso modo* é bastante *grosso*, de forma que foram muitas as idas e vindas em uma história institucional rica e sinuosa como a do Arquivo Público. Não almejei nem escrevi uma narrativa linear. O primeiro capítulo introduz o surgimento da instituição através da origem de seus acervos e das polêmicas envolvidas em sua fundação. No segundo capítulo há uma discussão sobre o acervo histórico e seu processo de traslado para o Museu Júlio de Castilhos em 1925, destacando a agência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 1920. No terceiro, investigo as características do conjunto arquitetônico do Arquivo Público. No quarto, relaciono a edificação do Arquivo às transformações urbanísticas do entorno. O quinto capítulo utiliza a seção de documentação administrativa como via de acesso ao papel do Arquivo Público na organização do poder Executivo estadual. O sexto trata do período em que a instituição especializou-se em funções cartoriais, e também dos recolhimentos e da constituição de seu acervo. O sétimo capítulo trata de sindicâncias que apuraram irregularidades no órgão durante os anos 1960. O oitavo capítulo trata do regime ditatorial no que diz respeito às transformações do período e também à destinação e ao acesso à documentação referente ao período de exceção. O nono capítulo analisa o período de restauração da democracia e o último fecha com um apanhado histórico geral do Arquivo Público.

Evitei utilizar os nomes das pessoas mencionadas no capítulo envolvendo irregularidades ocorridas no Arquivo Público, bem como outras em situações sensíveis, porque não se trata de atribuir responsabilidades retrospectivamente ou expor as pessoas – os procedimentos jurídicos adequados foram tomados na ocasião e definitivamente fogem à alçada do historiador – e sim de compreender algumas dinâmicas de funcionamento institucional que puderam ser evidenciadas em momentos de exceção. Evidentemente, diretores, deputados, secretários, senadores e outras figuras públicas tiveram sua identidade explicitada.

Haveria, é claro, outras possibilidades investigativas. Seria viável escrever essa história mais integrada com o processo de patrimonialização de arquivos em plano nacional (Cougo Júnior, 2020), mas foi necessário, por questões de fôlego, o contentamento com a menção à participação de integrantes do Arquivo Público nos congressos de arquivística. De certa forma, a

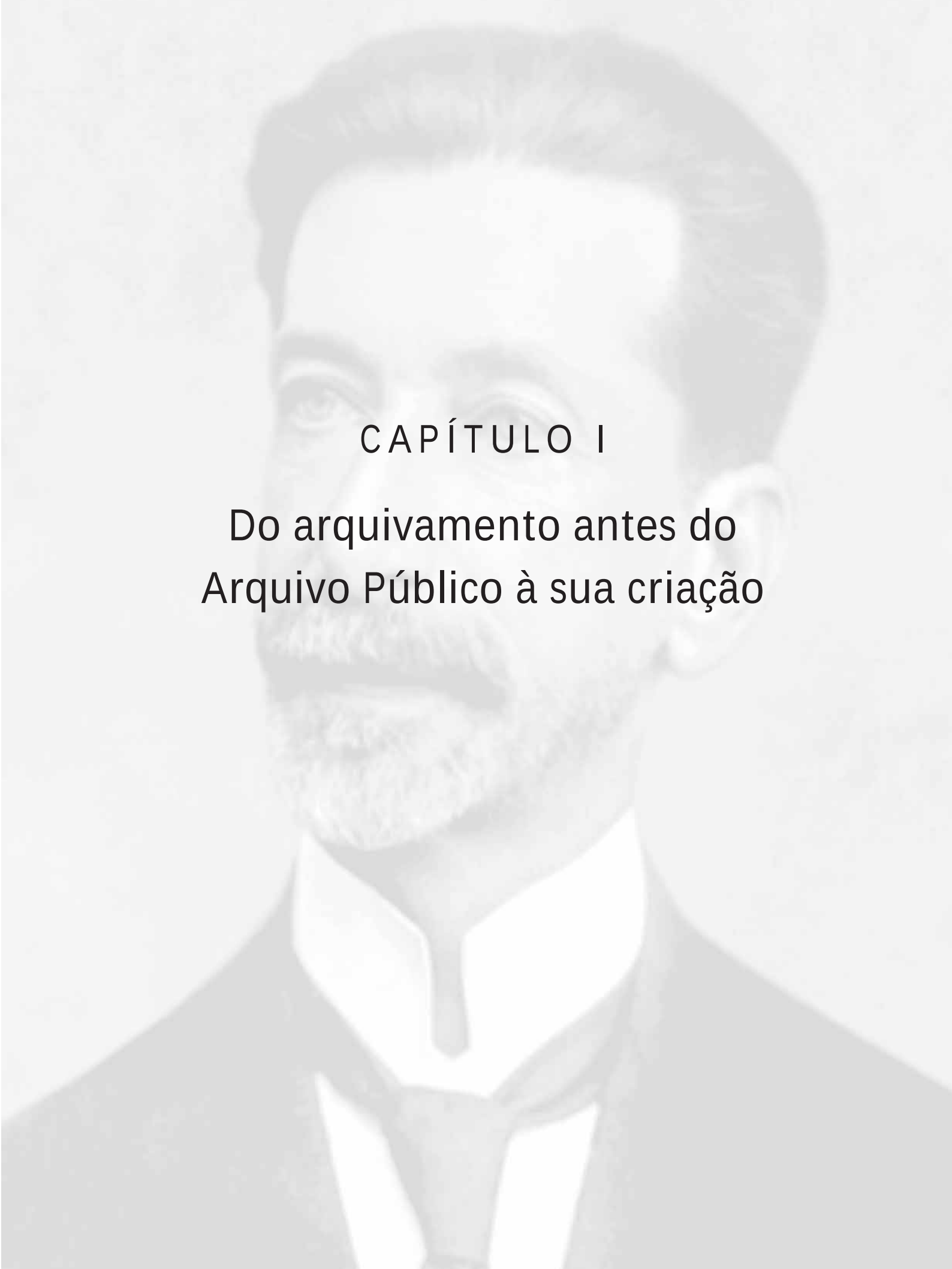
[1] Tradução livre do autor.

integração sistemática entre a comunidade arquivística estadual e nacional – mas digo isso com a precaução da necessidade de novos estudos – foi tardia e necessitou esperar até a contratação de arquivistas profissionais nos anos 1990 para ocorrer de forma mais sistemática.

É claro que todas eventuais limitações deste estudo cabem a mim. Mas ele teria sido impossível sem o concurso de muitos apoios e diálogos. Esse estudo foi iniciado no período em que fui servidor do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e concluído já na minha condição de professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assim sendo, agradeço à direção do Arquivo Público na pessoa da então diretora Aerta Grazziolli Moscon, da então diretora adjunta Maria Cristina Fernandes – quando muito por sua memória prodigiosa –, das então chefias Carla Vargas Segatto, Roberta Capelão Valença Scholz e Juliano Silva Balbon; e à chefia do Departamento de História na pessoa de Letícia Bauer e Carla Brandalise. Agradeço a todas as pessoas entrevistadas. Foram muitas as interlocuções e contribuições, e assumindo o risco da omissão, destaco Cássia Daiane Macedo da Silveira, Günter Weimer, Julice Salvagni, Ricardo e Silva Martins, Melina Perussatto, Luciana Boeira, Rodrigo Bonaldo, Elisabete Leal, Gabriel Gaziero, Clarissa Sommer Alves, Jaqueline Mercedes, Bruna Azevedo Xavier, Renata Pacheco de Vasconcellos, Adriana Berwanger, Iara Gomide (*in memoriam*), Marta Helena Araújo, Neida Regina Ilha, Jonas Ferrigolo Melo, aos super estagiários Amanda da Silva Knevitz, Gabriel dos Santos Barboza, Guilherme Fritsch Garcia, Jennifer Faccin Dalmolin, Lucas Vargas de Fraga, Rafaela Recuero de Mello, Thaís Ana Stefani, Thiago Lopes Ferreira, Vinícius Rocha Barbosa, Júlia Bracht de Oliveira Wecki, Natália Velho Noronha (que “viu o portão”), e especialmente Felipe Neitzke Nunes, Ricardo Luís Scherer Júnior, Róbson Machado e Luis Eduardo Grahl. Álvaro Antonio Klafke, é claro, é meu sempre grande interlocutor, além de ter dado início à pesquisa. Menção especial merecem os anônimos pareceristas que confirmaram minhas impressões acerca da profissionalização da Arquivística. Nas instituições de pesquisa pude contar com a *expertise* de excelentes profissionais, como Ananda Simões Fernandes no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Karina Santos, no Museu Joaquim José Felizardo, Gabriel Russo Ferreira no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e Fernanda Stürmer na Biblioteca Pública do Estado.

Dedico este livro a Aerta Grazziolli Moscon, que sonhou com ele.

Rodrigo de Azevedo Weimer
Inverno de 2025



CAPÍTULO I

Do arquivamento antes do Arquivo Público à sua criação

1.1 Do extravio dos documentos da vila de Rio Grande à tentativa de criação do Arquivo Provincial

A documentação mais antiga custodiada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul[2] data de 1763, segundo a catalogação realizada pela instituição: sejam os avulsos (juntados em um livro) e códices da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro, sejam livros classificados como de tabelionato, sejam, ainda, os mais antigos autos judiciais. Essa datação não é casual: aquele/a familiarizado com a história do Rio Grande do Sul evidentemente a relacionará à ocupação da vila de Rio Grande, naquele ano, pelos espanhóis, no contexto das disputas fronteiriças entre as metrópoles ibéricas pelo território que hoje compõe o Brasil meridional. Segundo Fábio Kühn, a documentação camarária do Rio Grande de São Pedro não sobreviveu à invasão (Kühn, 2006/2007, p. 41), estando disponíveis as atas apenas a partir de seu traslado para Viamão e, dez anos após, para Porto Alegre. Segundo o autor:

> Tudo leva a crer que de fato algumas das funções camarárias tenham sido exercidas em Viamão desde a transferência em 1763. O que aconteceu simplesmente foi que, devido à perda dos livros, os atos da Câmara foram registrados em papéis avulsos, sendo que somente em 1766 começaram a ser novamente registradas em livros as vereanças (Kühn, 2006/2007, p. 42).

William Acree Jr. e Alex Borucki (2010) recuperaram preciosos escritos de Jacinto Ventura de Molina, um letrado negro no Rio da Prata do século XIX. Não cabe a este texto entrar nas minúcias da trajetória de vida de um homem negro filho de pais escravizados e neto de uma avó traficada através do Atlântico. Seu estatuto sócio-jurídico é evidenciado por referências contraditórias: geralmente aparece na documentação como livre, mas eventualmente figura como liberto, ou mesmo escravizado. Os especialistas sabem da raridade e do valor das escritas de si por parte de pessoas negras na história americana e aos doutos deixo o estudo dessa fonte excepcional.

O que cumpre aqui destacar é que seu relato ajuda a entender o destino dos arquivos de Rio Grande até 1763. Ainda que tenha nascido naquela cidade três anos após a invasão espanhola, Jacinto era guardião de uma memória familiar recente, já que seu pai testemunhara as escaramuças fronteiriças. Sua historicização da guerra dos sete anos (1756-1763) nas plagas da América Meridional[3] esclarece o destino dos arquivos lusos dos primórdios da ocupação do Rio Grande de São Pedro: "El mismo Dn Josef de Molina tomó todos los papeles de Portugal en el Río Grande el dia 25 de disiembre de 1763 que lo tomo, vistos por el mismo Sor Dn Pedro Seballos. Se mandaron llebar a Bs As, y sosobraron en una Carreta que se llebo el Río solis chico, con bueyes y todo, que jamas parecio" (Acree Jr.; Borucki, 2010, p. 83).[4]

---

[2] Atualmente conhecido como Arquivo Público *do Estado* do Rio Grande do Sul (APERS), na ocasião era apenas Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS). Será utilizada a denominação adequada a cada década, por meio da sigla APRS, exceto nas referências documentais, que sempre constarão com a denominação contemporânea.

[3] Sabe-se que a ocupação de Rio Grande já ocorreu durante a conjuntura de pacificação do conflito, porém se a atribui às dificuldades de comunicação entre as margens do Atlântico. D. Pedro de Cevallos supostamente desconhecia o fim da guerra.

[4] "O mesmo Dom José de Molina tomou todos os papéis de Portugal no Rio Grande no dia 25 de dezembro de 1763, em que o tomou, vistos pelo mesmo Senhor Dom Pedro de Cevallos. Se mandaram levar a Buenos Aires, e soçobraram em uma carreta que levou o Rio Solís Pequeno, com bois e tudo, que jamais apareceu". Tradução do autor. Utilizou-se a grafia de Cevallos consagrada na historiografia sul-riograndense.

Esse, provavelmente, também foi o destino dos autos judiciais da administração portuguesa até aquela data, uma vez que os registros disponíveis são aqueles produzidos a partir do ano daquele triste incidente fluvial, que levou documentos e bovinos. É possível que o sucedido fosse convergente aos interesses da coroa espanhola, dado ser conveniente apagar os traços documentais da presença portuguesa. A questão que, então, se coloca, é como a documentação posterior atravessou os anos e resistiu ao tempo, já que temos um lapso de quase um século e meio entre sua produção e a fundação da instituição onde se encontram depositados nos dias de hoje. Isso implica, portanto, em investigar as formas de arquivamento até 1906, assim como os objetivos dos imperiais na manutenção da documentação histórica durante o século XIX. Abordar essas questões é difícil por causa da escassez de fontes disponíveis e da instabilidade das instituições arquivísticas durante o regime monárquico. Foi necessário contar com os relatórios da presidência da Província e textos de imprensa, ambos tipos documentais disponibilizados na plataforma oferecida pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Complementarmente, consultei leis provinciais custodiadas na biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. As informações cotejadas, entretanto, são bastante fragmentárias, sendo difícil ir além de uma dimensão descritiva no que toca ao período imperial.

A historiadora Célia Costa (2000) assinalou a existência de uma divisão de competências entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Público do Império, futuro Arquivo Nacional, durante o Segundo Reinado. Se ao primeiro cabia produzir uma história pátria e a construção de uma identidade nacional adequada à consolidação do Estado imperial, o segundo ficava atrofiado como um repositório de documentos disponíveis à administração estatal, o que a autora associava a um legado absolutista:[5]

> O Arquivo Público era a face oculta e arcaica do Estado imperial. Sua trajetória denuncia a ideologia excludente desse Estado, que vai imprimir à nova comunidade política um caráter nacional diverso. Ou seja, o Estado realizará a unidade política e administrativa do país, mas o espaço nacional construído será socialmente excludente. O sentimento de pertencimento, o sentido da história, o apelo às tradições, próprios da concepção romântica de nação, eram elementos legitimadores de uma nação de poucos. A grande maioria dos brasileiros continuou à margem desse processo, prolongando a experiência vivida no período colonial. O projeto nacional dos políticos e intelectuais românticos brasileiros criou um Arquivo atrofiado, exclusivamente a serviço do Estado, de portas fechadas para a sociedade e o cidadão (Costa, 2000, p. 229).[6]

Na historiografia mais consolidada a respeito da estrutura política do Império do Brasil (Holanda, 1986; Dias, 1986; Carvalho, 2003; Mattos, 2011), reconhece-se elevado grau de centralização política na Corte carioca. Essa bibliografia associou o período chamado de re-

[5] Levando em conta a Biblioteca Nacional, sob a gestão de Ramiz Galvão (1870-1882), Caldeira (2017) relativiza o monopólio da construção identitária nacional pelo IHGB. De fato, aquele órgão tornou públicos diversos documentos considerados essenciais à formação da Nação. Isso sugere, sem invalidar o argumento de Célia Costa, que havia uma maior flexibilidade, e por vezes sobreposição, das atividades desempenhadas pelos diferentes órgãos.

[6] Essa perspectiva, porém, pode ser inadequada por transpor, sem mediações, as funções entendidas como válidas às congêneres contemporâneas às instituições do passado: havia, até onde se saiba, consenso em relação ao papel assumido pelos arquivos que, na ocasião, não priorizavam o acesso à documentação.

gresso – ou seja, a concentração do poder pelas elites fluminenses a partir do golpe da maioridade (1840) e da ascensão do partido "saquarema", ou seja, conservador – à retomada do controle pela Corte do Rio de Janeiro após um período de tentativas de experiências federativas ou mesmo republicanas durante o período regencial – no caso do Rio Grande do Sul, a Farroupilha. É como se houvesse tido o reajuste de forças centrípetas após um lapso de acentuação de forças centrífugas. Alguns autores relativizaram o poder centralizador, apontando ora para uma relação mais negociada entre elites regionais e nacionais na construção de um consenso para a governança e para a manutenção do tráfico negreiro (Parron, 2011), para uma autonomia relativa provincial mais significativa (Gouvêa, 2008) ou mesmo para o caráter federativo do regime imperial (Dolhnikoff, 2005). José Edson Lima (2012) realizou interessante levantamento da estrutura organizativa da província fluminense no período imperial, constatando uma complexidade maior do que a até então aventada.

Ainda assim, há de se convir que a Corte, comparativamente às províncias, tinha condições de prover uma organicidade maior para as instituições em formação, e que, no Rio Grande do Sul, ao menos no que toca às formas de arquivamento, teríamos que esperar até a República Federativa para haver uma política e uma organização arquivística mais significativa. A isso acrescem as dificuldades de arquivamento na conjuntura da guerra de 1835-1845. Meus dados me inclinam a concordar com as interpretações mais clássicas do primeiro grupo de autores apresentados no parágrafo anterior. Se os arquivos públicos eram frágeis no Rio de Janeiro em um Estado com tais características, o que dizer das províncias, secundárias no arranjo de poder? Em 4 de dezembro de 1835, a folha legalista *O Mensageiro* noticiou o furto de livros de registro, exemplares de leis e outros papéis da Presidência da Província.[7] Não sabemos detalhadamente em que consistiam os documentos subtraídos, mas é possível que seu furto fosse de alguma maneira conveniente aos revoltosos de 20 de setembro. De todo modo, tal situação torna clara a fragilidade infraestrutural da custódia documental naqueles anos.

No século XIX, e ainda haveria repercussão de tais perspectivas na aurora do século XX, as funções de arquivamento estavam intimamente ligadas à estatística – o mesmo ocorria entre os fluminenses (Lima, 2012, p. 138-142) –, que, na ocasião, tinha contornos mais amplos do que os atualmente reconhecidos. Para além do acúmulo e tratamento de dados quantitativos formalizados, no século XIX se tratava de conhecer as características – econômicas, políticas, geográficas, históricas – de um Estado nacional em formação, a fim de avaliar suas riquezas, potencialidades e forças (Klafke, 2015). Álvaro Antonio Klafke estudou a elaboração de um plano estatístico para o Rio Grande do Sul, em 1834, nessa mesma perspectiva de inventário das potencialidades nacionais. O projeto, sob o encargo do bacharel luso José Marcelino da Rocha, teve muitas dificuldades, seja por carências de meios para consecução, seja por ser estrangeiro em época de exacerbado nacionalismo, seja pelas disputas políticas na Província, visto que Rocha era contrário a projetos autonomistas – não podemos esquecer que estávamos na conjuntura de eclosão da Guerra dos Farrapos.

[7] HDBN, *O Mensageiro*, 14/12/1835.

Cabia aos arquivos armazenar, para fins de instrumentalização do Estado, as informações estatísticas acumuladas. Nesse momento em que estava em jogo conhecer para dominar – lembremos da célebre divisa do geógrafo francês Yves Lacoste (1993): a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra[8] –, a estatística, no sentido mencionado anteriormente, continuava no horizonte, talvez de forma ainda mais decisiva. Durante a Farroupilha temos, por meio de periódicos legalistas, conhecimento de algumas disposições no sentido do armazenamento documental. No dia 12 de janeiro de 1836, *O Mensageiro* publicou um decreto da vice-presidência Provincial, dispondo sobre a Estatística do Rio Grande do Sul. Cópias autênticas de relações e mapas coletados ou produzidos, e demais informações de conhecimento do território, deveriam ficar sob a guarda das Câmaras municipais, e o original encaminhado à Presidência da Província.[9] Às Câmaras também era confiada a documentação eleitoral, conforme ordem do dia do Presidente Duque de Caxias, nove anos depois, no processo de pacificação do Rio Grande do Sul.[10] Era necessário reorganizar (ou organizar) uma Província, mas isso não era simples, e foi hesitante o passo.

Em 1848, a Presidência consignou valores direcionados à criação de um Arquivo Provincial, estabelecendo que na sequência dever-se-lhe-ía dar um regulamento apropriado.[11] Talvez estivesse em jogo a salvaguarda da documentação do período em que a Província esteve conflagrada. Em 1849 o relatório presidencial afirmava, porém, que ele ainda não havia sido realizado.[12] Um ano após, voltou-se atrás, determinando-se a extinção da Repartição de Estatística e do Arquivo, antes mesmo de ser efetivada.[13] Apesar de não termos nenhum dado empírico a respeito, seria possível aventar que a premência dos conhecimentos sobre a Província tornara-se secundária em relação às restrições orçamentárias. Essa seria, contudo, uma conclusão incorreta e precipitada. O relatório do Presidente do mesmo ano traz novos elementos:

> Pela lei n. 150 de 1848, artigo 26, foi a Presidência autorizada a organizar um Arquivo Público Provincial e a dar-lhe regulamento apropriado. O Secretário do Governo foi incumbido de sua inspeção e direção, mediante a gratificação anual de seiscentos mil réis.
>
> A denominação do Arquivo Público Provincial não é tão precisa, que de per si só manifeste a intenção que predominou na criação desta Repartição. Debaixo de igual título criou o Governo Imperial pelo Regulamento de 2 de janeiro de 1838 a Repartição que bem conheceis. e que tem por encargo a coleção e guarda dos documentos mencionados no mesmo regulamento.
>
> *Entendo entretanto que o Arquivo Público Provincial deve ter outro destino e fins. Deve ser o Arquivo dos Engenheiros Provinciais, onde se levantem e copiem as plantas dos trabalhos, os mapas topográficos, a Carta da Província, onde se depositem os instrumentos, e se guardem metodicamente os desenhos, orçamentos e descrições das obras públicas.*
>
> A coleção e guarda dos documentos legislativos, administrativos e históricos, pode ser feita na Secretaria do Governo, em lugar especial do seu Arquivo, pelos chefes de seção, debaixo da inspeção do Secretário da Presidência, e sem despesa nenhuma.

---

[8] Com isso, o autor não pretende que a Geografia tenha o mero papel de instrumentalização de manobras, mas sim que o conhecimento territorial é funcional às estruturas de dominação.
[9] HDBN, *O Mensageiro,* 12/1/1836.
[10] HDBN, *O Imparcial*, 7 de maio de 1845.
[11] BALRS. Lei 150/1848, art. 26.
[12] HDBN, Relatório do Presidente da Província, 1º de Junho de 1849, Soares de Andréa, p. 31.
[13] BALRS. Lei 191/1850, art. 3, § 3º.

> Do que deixo exposto manifesta-se que peço-vos que autorizeis a Presidência para declarar e organizar esta Repartição como Arquivo dos Engenheiros Provinciais. O chefe deles será seu Diretor, o respectivo Ajudante seu vice-diretor. Deverá haver de mais um amanuense e dois desenhadores.
>
> Vós sabeis, que além de outros valiosos trabalhos, basta o aperfeiçoamento da Carta da Província para ministrar uma útil e contínua aplicação. Os diversos engenheiros em todas as suas viagens, reconhecimentos e observações das diferentes localidades jamais devem olvidar tão importante melhoramento.[14]

Soares (2019), com base no primeiro número da *Revista do Archuivo Publico do Rio Grande do Sul*, de 1921 – periódico editado pelo APRS na década de 1920, que conheceremos com mais atenção no capítulo II, evidencia as resistências do Governo Imperial à criação de outro "órgão regulador da documentação", diante da predominância do Arquivo Nacional. Não haveria "interesse". Efetivamente o primeiro número da revista colocava as coisas nos termos descritos pelo autor:

> Lamentavelmente, porém, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, Presidente da Província, no seu relatório apresentado à Assembleia em 1º de outubro de 1850, alegando que debaixo de "igual título" o governo imperial, pelo Regulamento de 2 de janeiro de 1838, já havia criado a repartição encarregada da coleção e guarda dos documentos mencionados no mesmo Regulamento, opinou que mais conviria ter o Arquivo Provincial outro destino e fins. Entendia o Presidente que este deveria ser simplesmente o "Arquivo dos Engenheiros Provinciais", onde se levantassem as plantas dos trabalhos, os mapas topográficos, a Carta da Província, e onde se guardassem metodicamente os desenhos, orçamentos e descrição das obras públicas.[15]

Tal questão resulta, porém, um pouco controversa. Efetivamente, o regulamento mencionado na revista, relativo à criação do Arquivo Público [Nacional], em 1838, dividia a instituição de forma tripartite: uma seção legislativa, outra administrativa e uma terceira histórica.[16] Os documentos mais relevantes às províncias efetivamente seriam trasladados à Corte: *cópias autênticas* dos atos legislativos das Assembleias Provinciais deveriam ir à seção legislativa; regulamentos e atos dos Presidentes das Províncias, assim como *cópias autênticas* das nomeações de Presidentes provinciais, à seção administrativa; à seção histórica deveriam ir mapas e estatística *que fossem enviadas* [sem vírgulas] pelos Presidentes das Províncias, as suas correspondências *que fossem relativas* [sem vírgulas] ao Estado e circunstâncias delas, notícias de descobertas úteis de história natural, mineralogia ou botânica, assim como "qualquer acontecimento agradável ou desastroso, proveniente de causas naturais, que houver nas províncias".[17]

A isso se limitava o arbítrio do Arquivo Público [Nacional] sobre os documentos provinciais. Como se pode ver nos trechos grifados, em diversos casos bastavam cópias autenticadas,

---

[14] HDBN. Relatório do Presidente da Província, 1º de Outubro de 1850, Pimenta Bueno, p. 8. Grifos do autor.

[15] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0045, Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, n. 1, janeiro de 1921.

[16] Essa tripartição seria reproduzida, mas ressignificada, no Arquivo Estadual, a partir do regimento de 1913, em que os documentos eram distribuídos entre seções administrativa, histórica e cartorial / judicial. Como veremos no capítulo II, o recolhimento de acervo judiciário era central na função atribuída ao Estado castilhista-borgista ao armazenamento de documentos.

[17] Regulamento de 2 de janeiro de 1838. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-2-2-janeiro-1838-561951-publicacaooriginal-85719-pe.html#:~:text=D%C3%A1%20Instruc%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20Archivo,Senhor%20Dom%20Pedro%20Segundo%2C%20Decreta. Acesso em: 20 fev. 2024.

podendo ficar, salvo melhor entendimento, os originais na Província em que fossem produzidos. As orações subordinadas adjetivas restritivas construídas a partir dos trechos “que fossem” sugerem que nem todos os documentos em questão eram de envio obrigatório, mas facultativo. Todavia, havia mais documentação produzida localmente e certamente era inviável transportá-la de forma sistemática e em sua integralidade ao Rio de Janeiro. Havia que guardá-la no Rio Grande de São Pedro, mas isso é matéria para o próximo tópico.

Por ora, basta dizer que na virada das décadas de 1840 e 1850 não se prescindia do conhecimento do território, pois disputas fronteiriças continuavam, a exemplo da intervenção do Brasil na Guerra Grande uruguaia (1839-1851), que culminou na deposição dos governantes do Uruguai e das Províncias Unidas do Prata, respectivamente Oribe e Rosas, e da Guerra do Paraguai (1864-1870). Apenas se considerou necessário armazenar a documentação em lugares diferentes. Aquela de natureza geográfica deveria receber uma localização própria: o Arquivo Provincial, que se especializaria em obras de engenharia e cartas geográficas. Essas, por sua vez, deveriam ser para consumo interno, para seu próprio trabalho, para que os próprios engenheiros fizessem novas plantas, ou então para subsidiar o estabelecimento de limites pátrios ou provinciais, e essa especificidade perpassa o tempo do Segundo Reinado.[18] No relatório de 1861, assim constava: “grande auxiliar à administração tem sido esta repartição, por ficarem ali arquivados todos os projetos e plantas das diferentes obras públicas, e pelo exame desses planos e orçamentos, antes de serem postos em execução”.[19]

Em 1854, o relatório do presidente Cansansão de Sinimbu havia apontado que os documentos estatísticos – a rigor, de destinação ao Arquivo Público [Nacional] – fossem direcionados à Contadoria Provincial, recomendando o restabelecimento da repartição, agora vinculada à secretaria de governo – embora o desdobramento subsequente da documentação estatística[20] ainda não esteja suficientemente esclarecida:

> Houve durante esse tempo uma outra Repartição, que sob o título de Arquivo Público Provincial, tinha também a seu cargo trabalhos estatísticos. Ela foi criada pelo artigo n. 26 da Lei n. 150 de 5 de agosto de 1848, ficando sob a inspeção e direção do Secretário da Presidência, que por isso percebia a gratificação de 600$000 réis anuais. No § 5 do título 2 do artigo 1o da Lei n. 162 de 11 de julho de 1849, ainda foi autorizada a despesa com essa gratificação, mas foi abolida pela mesma lei que extinguiu a repartição da Estatística, e os instrumentos matemáticos que haviam custado 6:000$000 réis e mais papéis que lhe pertenciam foram recolhidos à Contadoria Provincial.
>
> Tal foi a sorte que tiveram estas duas Repartições a nenhuma das quais se deu jamais o regulamento por que se deviam reger, ou coordenar seus trabalhos, e por isso não obstante o merecimento de alguns de seus empregados, deixaram de prestar os serviços que delas esperável.
>
> Com a consignação de 2:500$000 rs para pagamento de um oficial e de um amanuense e para despesas miúdas do expediente, poderia a Presidência restabelecer modestamente a seção de estatística unida à secretaria, certo que por esse meio e mediante o auxílio de algumas comissões compostas de pessoas gradas e entendidas das diversas Municipalida-

[18] HDBN. Relatório do Presidente da Província, 26 de Setembro de 1855, Oliveira Bello, p. 24.; Relatório do Presidente da Província, 5 de novembro de 1858, Silva Ferraz, p. 7.
[19] HDBN, Relatório do Presidente da Província, 17 de outubro de 1861, Fernandes Leão, p. 52.
[20] No AHRS existe um fundo de Estatística, nos dias de hoje.

> des, se conseguiria montar esse ramo administrativo tão importante com proveito do serviço público. Espero que tomeis este objeto em consideração.[21]

Três anos após, a lei orçamentária estadual previa as "despesas indispensáveis" a fim de "obter e coligir todos os papéis e documentos que possam ser úteis à organização da estatística da Província" que, assim, ficava sob responsabilidade direta do Presidente da Província. A lei ainda nos permite descobrir que tais documentos estavam, anteriormente, sob a guarda do falecido conselheiro Antônio Manoel Corrêa da Câmara, Presidente da Província imediatamente anterior.[22] Essa deliberação evidencia, então, a vinculação entre as funções estatísticas e arquivísticas no século XIX.

Não se prescindia, portanto, do conhecimento do território, apenas se considerou ser necessário armazenar essa documentação em local específico. O Arquivo Provincial deveria se especializar em obras de engenharia e mapoteca, custodiados os demais documentos na Secretaria da Presidência provincial.

1.2 O Arquivo Provincial, também conhecido como Arquivo de Obras Públicas, e o Arquivo da Secretaria de Governo

As principais instituições arquivísticas rio-grandenses, durante o Império, portanto, foram a relacionada à Presidência Provincial e aquela vinculada à Diretoria de Obras. Infelizmente, não temos nenhuma relação dos documentos depositados na primeira, e sequer temos ideia da natureza dos papéis ou do volume documental ali encontrado. Temos pálidas informações esparsas a partir de dados colhidos aqui e acolá, na imprensa e nos relatórios presidenciais. Da mesma forma, só temos uma ideia aproximativa de como se dava o acesso e de quais eram as finalidades da preservação dos documentos. Quanto à segunda, os relatórios permitem ter uma ideia um pouco mais definida, já que acumulavam plantas e mapas topográficos. O cruzamento dessas referências com o catálogo da mapoteca do atual Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul indica algumas coincidências, sugerindo que, ao menos parcialmente, lá esteja depositado o acervo.[23]

Em 1851, considerava-se que o Arquivo da Secretaria de Governo "tem melhorado muito e continua ainda o trabalho de organizá-lo convenientemente".[24] Em 1857 – mesmo ano de organização da Estatística Provincial sob responsabilidade da Presidência da Província, como visto – ele ganhava um oficial arquivista por ele responsável. Observe-se que a função atribuída ao arquivo e ao arquivista eram o subsídio das atividades governamentais.

> Art. 17 – Ao oficial arquivista compete:
>
> § 1º Emaçar toda a correspondência, tanto antiga como moderna, segundo as instruções que lhe der o oficial-maior.

[21] HDBN. Relatório do Presidente da Província, 2 de Outubro de 1854, Cansansão de Sinimbu, p. 19.
[22] BALRS, Lei n. 367 Art. 32, 1857.
[23] É o caso, por exemplo, de um mapa da estrada da várzea do Gravataí, de um mapa da Matriz de São Gabriel e de uma carta topográfica da Província, relatados em relatório de 1862. HDBN, Relatório do Presidente da Província, 1º de setembro de 1862, Pereira Rocha. Há documentos de datações aproximadas no Arquivo Histórico. Mesmo aqueles posteriores a 1862, mas coincidentes de objeto, podem referir-se a datações incorretas ou a mapas em execução naquele ano.
[24] HDBN. Relatório do Presidente da Província, 30 de junho de 1851, Ferreira de Oliveira, p. 5.

> § 2º Tomar em cadernos para isso apropriados, apontamentos de todos aqueles documentos que lhe forem entregues, com a nota dos chefes de seção, de serem para a confecção do relatório.
>
> § 3º Passar certidões: e quando a afluência do serviço não permitir que o possa fazer com prontidão, dará busca aos documentos pedidos. quer sejam de anos findos, que do corrente, e os entregará ao oficial-maior, ou a qualquer dos chefes de seção para que dêem as necessárias providências.
>
> § 4º Dar com prontidão, todos os papéis ou livros de que necessitar os empregados para a expedição dos trabalhos a seu cargo, exigindo, logo que o arquivo for inventariado, a cautela recomendada no art. 18
>
> § 5º Fazer todos os trabalhos de que for incumbido pelo oficial-maior, para a regularidade e boa ordem do arquivo.
>
> Art. 18 – O arquivista será estritamente responsável pelos livros e papéis existentes no arquivo, logo que sejam inventariados, e nenhum sairá dele sem que o empregado que o for buscar deixe declaração assinada, para que fique assim responsável pela sua restituição.
>
> Nessa declaração notará o arquivista a data em que for pedido o documento, e a arquivará no lugar competente até que o mesmo seja restituído.
>
> Art. 19 – Nenhum empregado poderá tirar do arquivo qualquer documento ou livro sem que o peça ao arquivista.
>
> Se o arquivista não se achar presente na ocasião, e a necessidade for urgente, o poderão fazer, dando-lhe parte logo que chegue.[25]

Mesma sorte não tinha o Arquivo Provincial (é intercambiável na documentação o uso desse termo e o de Arquivo de Obras Públicas): apesar de se relatar que em 1852 "o Arquivo acha-se organizado: depois de revistos, e postos em ordem cronológica, foram emaçados todos os documentos, e recolhidos os mais antigos a um quarto, que mandei preparar no pátio do Palácio, porque a sala da secretaria em que estava amontoado todo o arquivo, já não tinha a capacidade suficiente para conter tantos papéis devidamente acondicionados"[26], já em 1855 "estava em abandono e desordem, por ter sido despedida a pessoa dele encarregada."[27]

Talvez as variações entre a constatação de condições precárias e a notícia de organização dos arquivos correspondessem ao ânimo dos presidentes de apresentar seus próprios méritos como administradores da coisa pública. Além disso, as instituições esporadicamente eram extintas e recriadas, resultado mais do caráter de um aparato estatal em formação, com oscilações, do que propriamente de uma desorganização governamental propriamente dita. Assim, em 1858 foi extinta a diretoria de obras, sendo seu arquivo levado à secretaria de governo. No ano seguinte foi recriada, e a ao arquivo original foi restituído o corpo documental.[28] Em 1877, foi extinta a repartição de terras públicas, e incorporado ao acervo da secretaria de governo certa documentação que ali se encontrava.[29] Eventualmente havia sobreposição entre as funções de um ou outro órgão. No relatório de 20 de março de 1876, por exemplo,

---

[25] Regulamento da Secretaria da Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. HDBN, Relatório do Presidente da Província, 11 de outubro de 1857, Corrêa da Câmara, p. 2. É importante destacar que o oficial arquivista nada tinha em comum com o atual arquivista, profissão regulamentada e com uma formação específica.

[26] HDBN. Relatório do Presidente da Província. 1º de Outubro de 1852, Oliveira Bello, p. 6.

[27] HDBN. Relatório do Presidente da Província, 26 de Setembro de 1855, Oliveira Bello, p. 24.

[28] HDBN, Relatório do Presidente da Província, 5 de novembro de 1858, Silva Ferraz, p. 93-94; HDBN, Relatório do Vice-Presidente da Província, 4 de maio de 1859, Corrêa da Câmara.

[29] HDBN, Relatório do Presidente da Província, 5 de fevereiro de 1877, Alencar Araripe, p. 23.

o Presidente da Província relatava a existência de plantas e orçamentos de estradas de rodagem no Arquivo da Secretaria de Governo.[30]

Em 1868, a secretaria de governo havia sofrido nova reorganização, com um oficial arquivista responsável. O acesso ao fundo documental permanecia restrita aos burocratas de Estado responsáveis pela organização estatal provincial e engajados na construção, no São Pedro do Rio Grande, do Estado Imperial. Colocava o novo regulamento disposições específicas a respeito da organização dos avulsos e dos códices, além de reservá-los à administração pública:[31]

> Artigo 35 – pela 4ª seção serão passadas as certidões dos documentos já recolhidos ao arquivo, sendo as dos papéis não arquivados passadas pelas seções onde se acharem.
>
> Artigo 36 – Os papéis serão guardados no arquivo por sua ordem cronológica, com as subdivisões que exigir cada uma das matérias, separando-se os maços e volumes por anos.
>
> Artigo 37 – O arquivo não será franqueado a pessoa alguma estranha à repartição.
>
> Artigo 38 – O chefe da 4ª seção é responsável por todos os papéis e livros do arquivo, os quais não poderão sair da repartição; salvo relatórios ou impressos, cuja comunicação o Presidente da Província poderá facultar, passando-se um recibo, que será inutilizado quando for restituído ao arquivo o livro ou impresso.
>
> Artigo 39 – O chefe da 4ª seção é obrigado a prestar aos das outras seções os esclarecimentos, documentos ou livros que lhe forem exigidos, precedendo pedido por escrito.[32]

Isso não foi suficiente, contudo, para que, quase uma década após, o presidente Alencar Araripe relatasse uma situação precária no Arquivo da Secretaria de Governo, ao qual procurou dar certa atenção.

> Considerando que o arquivo se achava num compartimento muito acanhado do edifício do palácio, de modo que os papéis eram colocados uns sobre outros sem a ordem e classificação devida, removi a guarda para um quarto que mandei mais adiante preparar, e no lugar que ela ocupava fez-se um vasto salão, onde estão depositados todos os papéis antigos. Lamento que a falta de recursos do cofre provincial iniba de dar-se a conveniente organização ao importante serviço do arquivo, que precisa ter efetivamente em trabalho dois empregados pelo menos, completamente destacados de todo outro qualquer serviço da repartição.
>
> Entretanto alguma coisa conseguiu-se, que foi reunir num lugar mais espaçoso os maços esparsos de ofícios, requerimentos, relatórios e leis, facilitando-se assim a até então embaraçosa procura de papéis.
>
> Para coadjuvar o colaborador Benjamin Villas Boas no arranjo do arquivo, mandei admitir a José Teobaldo Brandão com a gratificação de 50$000 réis mensais.[33]

Alguns estudiosos, separados por mais de século (Rodrigues, 1907; Hruby, 2012), apontaram a importância desse contato com fontes primárias pelo então presidente do Estado para a escrita de sua obra sobre a Revolução Farroupilha, datada de 1881:

---

[30] HDBN, Relatório do Presidente da Província, 20 de março de 1876, Azevedo Castro, p. 70.

[31] Há que levar em conta que estávamos, àquele momento, no fim do momento de "transação" entre conservadores e liberais (Rocha, 2016 [1855]), após gabinetes de conciliação e apaziguamento de tensões. Até 1868, diversos gabinetes foram ocupados por uma liga progressista que conjugava elementos moderados dos Partidos Conservador e Liberal. Diante da queda do gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos, sucedeu uma reestruturação partidária, incluindo o surgimento de agremiações partidárias republicanas. O regulamento, apesar de ser do mesmo ano, antecedeu a queda de Zacarias, tida pelos historiadores como fim dos gabinetes de conciliação. A vida intelectual da Província também estava passando por transformações, com a fundação da Sociedade Partenon Literário (Silveira, 2016).

[32] Regulamento da Secretaria de Governo. HDBN, Relatório do Presidente da Província, 13 de abril de 1868, Homem de Mello, p. 8-9.

[33] HDBN, Relatório do Presidente da Província, 5 de fevereiro de 1877, Alencar Araripe, p. 57.

> A Memória publicada pelo Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, relatando as ocorrências da revolução rio-grandense, além de outros méritos que não estão ao alcance da minha limitadíssima inteligência, apresenta as datas dos sucessos e o encadeamento dos fatos, por maneira digna da maior atenção; por isso que o conselheiro, tendo à sua disposição a secretaria da presidência desta província, dispunha dos meios precisos para chegar a esse resultado (Rodrigues, 1907, p. 149).
>
> O burocrata facilitou o trabalho do historiador. Possivelmente, foi nessa organização que ele encontrou as correspondências de Caxias que tanto subsidiariam a escrita da sua memória sobre os farrapos (Hruby, 2012, p. 184).

Considerando que o acesso público à documentação não constituía função das instituições arquivísticas imperiais, foi um local de privilégio na burocracia que proporcionou o acesso à documentação necessária à escrita da história àquele pesquisador.[34] Muito pelo contrário, em decreto presidencial de 1885 publicado n'*A Federação*, órgão de imprensa oficial do Partido Republicano, os livros pertencentes ao arquivo da secretaria de governo, afirmava-se explicitamente, lhe pertenciam privadamente, tal como em 1868. O argumento? Se fossem acessados por consulentes externos poderiam ser empregados para servir de base de anulação de atos da administração pública…[35] A ausência de protestos relativos a tais restrições, logo da parte de um periódico de resto sempre pronto para criticar a monarquia, evidencia certo consenso relativo entre os intelectuais e burocratas no fim do século XIX sobre o papel meramente administrativo dos arquivos. Dois anos após, por exemplo, ali seriam depositadas as listas de matrículas referentes à regulamentação da lei dos sexagenários – na ocasião, em nada relacionadas à pesquisa histórica.[36]

Assis Brasil (1982 [1882]) e Alcides Lima (1983 [1882]), cujas obras a respeito da história do Rio Grande do Sul constituem, cada qual à sua maneira, uma resposta a Araripe, não puderam contar com a mesma documentação, realizando os jovens republicanos rio-grandenses situados na Faculdade de Direito de São Paulo um esforço pela arrecadação, doação e empréstimo de documentos que pudessem subsidiá-los na escrita de uma história republicana, o que atrasou a escrita de suas monografias regionais.

> Muita gente há, particularmente no Rio Grande do Sul, que possui grande número de papéis do tempo da República e os conserva desaproveitados e condenados ao extravio: entretanto, esses papéis em mãos mais diligentes seriam do melhor proveito. Não duvido em arriscar um pedido a todas essas pessoas, principalmente as que por patriotismo desejarem auxiliar a construção da história da gloriosa República. Os que não quiserem se desfazer dos seus documentos poderão apenas cedê-los por algum tempo (Assis Brasil, 1982 [1882], s/p).

1.3 Arquivos na Província: dispersão e uma proposta de centralização

Nas décadas finais do Império começaram a aparecer nas páginas de jornais e dos relatórios da presidência provincial alguns outros exemplos de órgãos arquivísticos estatais. Além dos já mencionados documentos de terras públicas, os jornais e relatórios esparsamen-

[34] Há que perceber a convergência entre intelectualidade e atuação político-partidária no Rio Grande do Sul oitocentista, ainda que, paradoxalmente, os letrados pretendessem uma nobreza maior à escrita literária desvinculada de injunções político-partidária (Silveira, 2016).
[35] HDBN, *A Federação*, 3/12/1885.
[36] HDBN, Relatório do Presidente da Província, 25 de janeiro de 1887, Fausto Freitas e Castro, p. 17.

te dão conta de arquivos de núcleos coloniais, de irmandades católicas – com o padroado[37] elas não eram plenamente distintas de um órgão estatal, figurando eventualmente na imprensa local a aprovação de seus compromissos pelos órgãos estatais –, de Câmaras municipais, de coletorias de fazenda, de unidades militares, da Fazenda Provincial, da instrução pública, do porto de Rio Grande, da polícia, etc.[38] Ao longo do século XIX vemos uma diversificação das funções de Estado, certa autonomização em relação à Igreja, e diferenciação dos respectivos locais de depósito de documentos. Em março de 1883, estabelecera-se, por exemplo, que os livros dos recém-criados registros civis deveriam ficar a cargo da câmara municipal respectiva.[39] O jornal *O Independente*, por ocasião da criação do Arquivo Público, já no século XX – à qual, entretanto, teceu diversas ressalvas, conforme veremos –, criticou a dispersão de documentação valiosa no século anterior, o que prejudicava sua preservação:

> É sabido que jaziam esparsos pelas poeirentas prateleiras das repartições públicas, servindo de pasto às traças, numerosos documentos de suma importância, de inestimável valor e que prendem-se ao passado histórico e ao natural e progressivo desenvolvimento da nossa amada terra, o querido Estado gaúcho, legendário pedaço da Federação Brasileira, onde primeiro implantou-se a liberdade.[40]

Em 1871 foi fundada a Biblioteca Pública, órgão subsidiário da instrução pública, em funcionamento no prédio do Atheneu Rio-grandense, instituição de curta existência cuja edificação abrigou também a Escola Normal (Silveira, 2024). Durante o século XIX, como coloca Ivana Parrela (2012), não havia uma distinção estrita sobre o que constituiriam coleções arquivísticas e bibliotecárias. Como observa Cássia Silveira (2024, p. 7): "A Província de São Pedro não tinha, naquele contexto, arquivo público em funcionamento. A biblioteca, assim, agrupava fundos que, posteriormente, poderiam ser redistribuídos conforme a redefinição das funções institucionais." Possivelmente, a redistribuição ocorreu entre 1906 e 1909, quando o Arquivo e a Biblioteca encontravam-se abrigados no mesmo órgão.

Coerentemente com seu projeto de fortalecimento dos poderes em âmbito regional, configurando a autonomia das unidades da sonhada República Federal, os partidários de Júlio de Castilhos, aglutinados em torno do jornal *A Federação*, criticaram o fato de os fundos documentais estarem espalhados, realizando uma apologia de que fossem reunidos em um mesmo lugar.[41] Esse aspecto deve ser ressaltado, por duas razões: vinte anos depois, no estado castilhista-borgista em consolidação, era exatamente o que Borges de Medeiros faria, em 1906, com a criação do Arquivo Público, demonstrando, ao menos nesse caso, alguma coerência com o programa partidário adotado na época da propaganda republicana; além disso, pelo pesquisado até o momento, foi a primeira reflexão mais elaborada sobre como, por que e onde arquivar. Durante o Império os órgãos públicos pareciam simplesmente "ir arquivando" de forma assistemática.

---

[37] Prerrogativa, herdada do medievo, de proteção da Igreja Católica pelo Império português e, depois, brasileiro, implicando na indissociação entre administração pública e eclesiástica.
[38] Algumas desses hoje constituem fundos do AHRS.
[39] HDBN, *A Federação,* 22/3/1888.
[40] AHPOAMV, *O Independente,* 1º/4/1906.
[41] HDBN, *A Federação,* 14/10/1885 e 23/6/1886.

Alegavam os jovens republicanos que os documentos poderiam ficar ao abrigo do fogo, e de malfeitores e ladrões, se estivessem depositados em um mesmo local, que eles defendiam que fosse uma caixa-forte. Eles concordavam em manter os documentos fechados – a chave. Não foi a última vez em que os perreristas manifestaram interesse pelos arquivos. Em junho de 1886, certamente visando alfinetar o Partido Conservador, *A Federação* noticiou reorganização do Arquivo da Secretaria de Governo, desmentida pelos integrantes daquela agremiação partidária.[42] Durante o período de implantação do regime republicano, a administração de fundos documentais públicos apareceu de forma recorrente nas páginas do jornal.

1.4 Ensaios republicanos e os "vestígios da odiosa instituição do passado"

O arquivamento servia como instrumento de monumentalização do legado republicano. O mesmo ocorria com outras formas de exaltação simbólica da atuação de Castilhos, em particular depois da sua morte (Leal, 2006). De acordo com a historiadora Cássia Silveira (2024), durante o regime do PRR, a Biblioteca Pública passou de recurso da instrução pública para lugar de memória da herança castilhista. Mas, ainda que acentuada depois de seu falecimento, a glorificação do dirigente republicano iniciou-se ainda em vida (Pezat, 2003, p. 242). Segundo a folha oficial do PRR em 1890, Júlio promovera "obras palpáveis" "gravadas no arquivo da secretaria do Estado".[43]

Notícia do ano seguinte, de 9 de abril, mencionava a existência de um arquivo de estatística,[44] evidenciando que em algum momento entre 1849 e 1891, talvez com o advento da República, o órgão, que quinze anos após comporia junto ao Arquivo Público uma nova instituição, retornara e adquirira seu próprio espaço de arquivamento. Porém, sua destinação não era forçosamente a preservação de documentos. Podia até proceder à sua destruição, por interesses estatais específicos.

Naquele ano, o vice-governador do Estado, Fernando Abbott,[45] homem de confiança do Presidente do Estado Júlio de Castilhos, determinou, em consonância com as disposições do Ministério da Fazenda de 14 de dezembro de 1890, a destruição de todos "os vestígios da escravidão extinta [que] ficaram nos arquivos públicos da administração". Ingênuos os republicanos do PRR ou o ministro Ruy Barbosa não eram, e certamente sabiam da impossibilidade de eliminar a totalidade de registros de uma instituição multicentenária. Ocorre que por trás de considerações de ordem moral, encontravam-se motivos mais prosaicos e, simultaneamente, estratégicos (Slenes, 1983): os documentos a eliminar eram "todos os papéis, livros e documentos, que desde já se encontram nos arquivos das repartições, relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos filhos livres de mulher escrava, e dos filhos livres de mulher escrava e dos

[42] HDBN, *A Federação,* 29/5/1886.
[43] HDBN, *A Federação,* 10/6/1890.
[44] HDBN, *A Federação,* 9/4/1891.
[45] Anos após, Abbott encabeçaria dissidência em relação ao controle do PRR pelo sucessor Borges de Medeiros. Conforme veremos, aquela divergência se relaciona, de formas indiretas, à criação do Arquivo Público.

libertos sexagenários".[46] Tratava-se, nos anos posteriores à lei de 13 de maio de 1888, de impedir que a antiga classe senhorial reivindicasse indenização pecuniária pelos cativos libertados.

Outra informação de que se tem notícia é que, no ano seguinte, ocorreu uma reorganização da Diretoria de Estatística, conforme ato do governo provisório do Estado.[47] *A Federação* noticiava, em agosto de 1892 também a nomeação de um oficial arquivista para a repartição, dentre cujas atribuições estava a seleção dos documentos relativos à escravidão para queima.

> O senhor escriturário arquivista fica incumbido de proceder a minucioso exame no arquivo, que se acha nesta diretoria, da antiga repartição de estatística, de acordo com as seguintes instruções:
>
> 1) Determinará, por grandes grupos, a parte impressa ou escriturada do mesmo arquivo da que não o for, inclusive livros, listas e quadros destinados ao serviço da repartição ou ao censo da população;
>
> *2) Quanto à parte escriturada, deverá separar tudo quanto ao se relacionar com a população escrava, fazendo do restante um inventário que enumere, na conveniente ordem, os manuscritos e os impressos; e por maços, os documentos que encontrar;*
>
> 3) Fará especial coordenação e menção dos quadros estatísticos organizados pela mesma repartição, declarando as épocas a que se referem e a classe dos dados que contêm.
>
> 4) Procurará conhecer, por ligeira inspeção embora, as datas da criação e extinção da repartição e tudo quanto se referir ao histórico de sua existência.
>
> 5) De todo o trabalho apresentará resumido relatório, simples sinopse ou, enfim, a exposição que no caso couber; Cumpra-se e arquive-se.[48]

Em outubro, o malfeito estava feito:

> Aos doze dias do mês de setembro de 1892, nesta repartição [diretoria de estatística], perante o cidadão diretor, lavrou-se que este termo para o fim de ficar consignado em um mesmo lugar dependente da mesma repartição foram queimados 81 maços de listas de família encontradas no arquivo da extinta repartição de estatística, relativas a antigos recenseamentos, listas cuja destruição havia determinado em face do decreto do governador do Estado n. 510 de 29 de junho de 1891, por continham, mencionando nomes de escravos, vestígios da odiosa instituição do passado – o sub-diretor, Vasco de Araújo e Silva.[49]

Há que levar em consideração que nos anos iniciais da República, no Rio Grande do Sul, houve intenso antagonismo entre os antigos liberais e os jovens sectários do PRR e que, após uma sucessão de breves e instáveis governos, digladiaram-se em sangrenta guerra civil (1893-1895). Paulo Pezat (2003) destacou que, ainda que não fosse filiado à Igreja Positivista do Brasil, Júlio de Castilhos elaborou em 1891 a "Constituição mais avançada do Ocidente" sob os auspícios dos positivistas religiosos. Ele amparou-se na proposta dos líderes da IPB, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, à Constituição Federal. Se na Constituição brasileira a proposta dos positivistas foi derrotada, adotando-se um modelo liberal inspirado pelos Estados Unidos, a Constituição rio-grandense era "uma adaptação do positivismo comtiano ao contexto histórico e social do Rio Grande do Sul" (Pezat, 2003, p. 230). Dentre suas características peculiares,

[46] BALRS. Ato 510/1891.
[47] BALRS. Ato 185/1892.
[48] HDBN, *A Federação,* 4/8/1892.
[49] HDBN, *A Federação,* 18/10/1892.

encontravam-se uma Assembleia limitada a funções orçamentárias, a inexistência de uma Justiça eleitoral independente e a possibilidade indefinida de reeleição, de forma a caracterizar a "ditadura positiva". O caráter, para alguns, "não-oligárquico" mas "não antioligárquico" (Pinto, 1986; Pezat, 2003) do discurso do castilhismo foi considerado inaceitável pelos epígonos dos partidos imperiais que, assim, pegaram em armas e foram acusados de monarquistas.

Paralelamente à destruição de documentos da estatística referentes às matrículas dos trabalhadores escravizados, seguiu sendo necessária a construção de um compartimento junto ao palácio do governo, a fim de servir para o arquivo da Secretaria de Interior e Exterior – provavelmente o antigo arquivo da Secretaria de Governo. Apenas após a pacificação do estado e com a possibilidade de estabilização das instituições, houve a iniciativa de criação de um museu, em 1903, poucos meses antes da morte do "patriarca da República", que em 1907 receberia seu nome de Júlio de Castilhos.

> A iniciativa de criar um museu a partir do material da Exposição Agropecuária e Industrial de 1901 teria partido do próprio Júlio de Castilhos, fato que justificava a referida homenagem ao líder republicano (...) sendo os documentos históricos reunidos até aquele momento, transferidos ao Arquivo Público, criado em 1906 (Possamai, 2013, p. 216).

A criação de uma repartição mais definitiva responsável pela salvaguarda documental estava prevista no segundo mandato de Antônio Augusto Borges de Medeiros na Presidência do Estado, conforme se sabe por meio do Relatório do Presidente do Estado de 1905.[50] Na mensagem do Presidente do Estado à Assembleia Legislativa daquele ano observava: "sua utilidade patenteia-se pelo próprio fim, que é o de coligir e conservar tudo quanto possa interessar ao Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista da sua formação, do seu desenvolvimento político, da administração pública e, em suma, do progresso em todas as manifestações da atividade científica, literária e artística."[51] A criação da instituição, vinculada à Secretaria do Interior e Exterior, ocorreu no ano seguinte, e só se tornou possível a partir do processo de consolidação do regime castilhista-borgista: ao longo de toda Primeira República, o Arquivo Público receberá destaque na documentação oficial, e isso pode ser facilmente vinculado ao fato de ele ter desempenhado papel central na engrenagem de poder do PRR.

1.5 O que é um documento público? A fundação do Arquivo Público do Rio Grande do Sul nas tramas do coronelismo rio-grandense

> Aquela época do positivismo, do Júlio de Castilhos, aquela turma. Aquela turminha toda que eles obrigaram os cartórios para levar a documentação para o Estado. Para guardar a documentação do Estado.[52]

A criação do APRS em 8 de março de 1906 por Borges de Medeiros, e a consequente centralização administrativa de acervos judiciais em Porto Alegre trouxe à tona a discussão

[50] HDBN, Relatório do Presidente do Estado Borges de Medeiros, a 20 de setembro de 1905.
[51] Mensagem do Presidente do Estado Borges de Medeiros, a 20 de setembro de 1905. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29093205-1905-antonio-augusto-borges-de-medeiros.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.
[52] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.

sobre o caráter público da documentação que ali seria custodiada. A instituição, já projetada desde 1905, vinha ao encontro da perspectiva autoritária e da pretensão ao controle do poder Judiciário por um Executivo "inflado" (Axt, 2011)[53] – e despertou oposição, três meses após, de nove câmaras municipais – Alegrete, Lavras, Rio Pardo, Rosário, Santiago, São Gabriel, Soledade, Uruguaiana e Venâncio Aires, trazendo à tona a discussão sobre o caráter público da documentação.[54] Cabe registrar, neste momento, algumas notas sobre o regime republicano no Rio Grande do Sul da Primeira República. Em primeiro lugar, a doutrina não era exclusiva do Rio Grande do Sul. Lauro Sodré, presidente do Estado do Pará entre 1891 e 1897 e novamente entre 1917 e 1921, assumiu publicamente seus vínculos com a "Religião da Humanidade", afirma Elisabete Leal (2006, p. 21).

Além disso, ainda que se tenha identificado um discurso não-oligárquico do PRR em virtude da adoção do ideário comtiano (Pinto, 1986), hoje se sabe ter havido estímulo a dinâmicas coronelistas internamente ao estado (Félix, 1996 [1986]; Axt, 2007) e relevante inserção nas disputas oligárquicas em plano nacional (Viscardi, 2019). Houve, na prática dos presidentes, estímulo a dinâmicas coronelistas internamente ao estado e apadrinhamento nos órgãos públicos, como torna inequívoca a leitura da correspondência de Borges de Medeiros disponível para consulta no IHGRGS (fundo ABM).

Imagem 1 – Júlio Prates de Castilhos

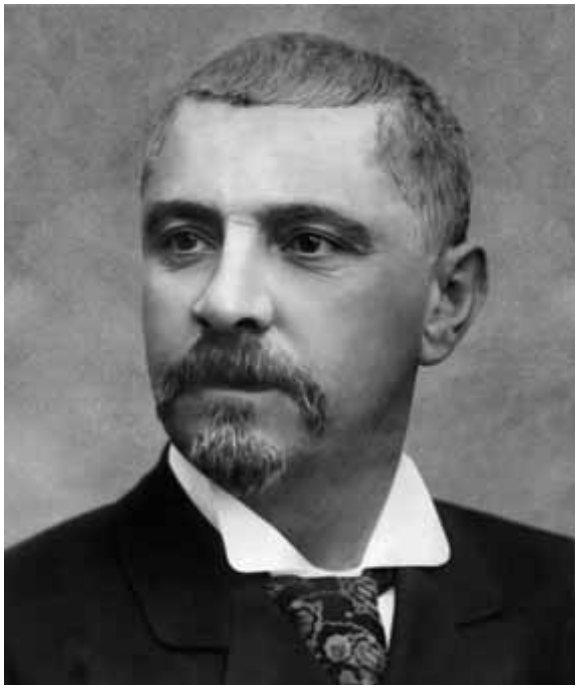


Imagem 2 – Antônio Augusto Borges de Medeiros



Fonte: https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/memorial-dos-ex-governadores-do-rio-grande-do-sul. Acesso em: 9 jan. 2024.

[53] Uso aspas porque a hipertrofia do Executivo, repetidamente observada na historiografia acerca do período, sequer era uma questão da perspectiva dos perreristas: a divisão de poderes não se colocava. Inexistia, para tais políticos, o conceito de "Poder Executivo" A soberania era considerada *una* e dividia-se em diferentes *braços* ou *funções*. Nesse sentido, era pertinente o Presidente do Estado legislar em prol do bem comum (Varela, 1897, p. 397-414).

[54] AHRS, Autoridades Municipais, maços 346, 353, 358, 360, 361, 365, 368, 369. O documento originário de Alegrete foi extraviado.

Luiz Alberto Grijó (2017a, p. 41) afirma que parte importante do poderio dos mandatários da Primeira República residia no poder de distribuição de cargos públicos aos que visavam ao reconhecimento do dirigente partidário. Os primeiros diretores do Arquivo Público foram escolhidos em virtude de sua lealdade ao partido oficial (para uma relação completa, ver Anexo I). Em 1906, estava cotado para a direção do Arquivo Público o secretário pessoal do Presidente do Estado, Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Aurélio, um homem "pardo" de trajetória ascendente, republicano de primeira hora, havia sido um importante partícipe dos jogos de poder e de vida palaciana no período de Castilhos e de Borges de Medeiros, de quem foi secretário particular (Moreira, 2014). A escolha de um quadro de elevado poderio no PRR demonstra as expectativas do partido em relação à nova instituição e a importância dada a ela. Entretanto, a preferência do Presidente do Estado acabou por recair sobre Carlos Emílio Haag, um "distinto funcionário superior". De forma debochada, o *Correio do Povo*, folha independente, noticiava que "veio à cena o tão falado e ansiosamente esperado Arquivo Público do Estado". Manifestando o ponto de vista descontentes, ironizava: "a montanha pariu um ratinho".[55]

De uma forma ou outra, os diretores do APRS da Primeira República estavam alinhados com o PRR.[56] Vejamos:

- Carlos Emílio Haag (1906-1918), apesar de ser burocrata desde tempos imperiais, contribuiu com Júlio de Castilhos para a regulamentação administrativa da Carta estadual de 1891.[57] Em 1904, em uma reportagem d'*A Federação*, Haag constava como oficial de gabinete do Dr. Presidente do Estado em um bucólico festejo no "Parque da Exposição". Na mesma ocasião, constava com o título de *capitão*.[58] Em 20 de janeiro de 1905, ainda, na condição de funcionário da Secretaria de Interior e Exterior, foi designado para composição de uma comissão de inspeção da biblioteca pública.[59]
- O major Nathaniel Cunha (1918-1919) tinha uma longa folha corrida de serviços prestados ao Partido Republicano. Na aurora da República, foi delegado de polícia no termo do Rosário. Em 1909, identificado como "velho republicano" e "apreciado confrade" iniciou a publicação, em Rio Pardo, de uma "nova folha castilhista". No ano seguinte, em nome do PRR municipal, realizou um discurso saudando Hermes da Fonseca. Em 1912, exerceu o cargo de Promotor Público naquela comarca. Antes de dirigir o Arquivo Público havia, por indicação de Borges de Medeiros, ocupado a diretoria de Estatística.[60]
- Florêncio Carlos de Abreu e Silva (1920-1924) "nosso patrício e correligionário", como foi identificado pel'*A Federação* em 1907[61], foi juiz distrital de Taquara e de comarca em São Borja e Rio Pardo e, ainda, substituto em Cachoeira, nas duas primeiras décadas do

[55] MCSHJC, *Correio do Povo,* 14/3/1906.
[56] É possível acompanhar a relação completa dos diretores por meio do Anexo I.
[57] IHGRGS, ABM, correspondências número 5.050 (Carta de Carlos Emílio Haag a Borges de Medeiros, Porto Alegre, 11 de setembro de 1907) e 6.428 (Carta de Carlos Emílio Haag a Borges de Medeiros, Porto Alegre, 1º de outubro de 1917).
[58] HDBN, *A Federação,*15/8/1904.
[59] HDBN, *A Federação,* 20/1/1905.
[60] HDBN, *A Federação,* 4/12/1889; 9/4/1890;13/3/1909; 15/4/1910; 28/8/1912; 26/5/1917; 13/11/1917.
[61] HDBN, *A Federação,* 6/3/1907.

século XX[62]. Em sua atuação na terceira comarca, foi instado, pelo próprio Protásio Alves, à nomeação de um indicado.[63] Integrava uma família de destaque político desde o Império, já que seu pai, de quem era homônimo, havia sido senador pelo Partido Liberal até seu falecimento em 1881 (Abreu e Silva, 1979). Não tenho notícias da trajetória que levou seu filho ao castilhismo, ou mesmo o conjunto da família à doutrina republicana.

- Alcides Maya (1924-1925), dissidente em 1907, deu sinais de adesismo ao presidente do Estado em missiva de 26/9/1917, obtendo sua reconciliação.[64] Essa vinculação, porém, estava longe de ser uma subordinação passiva, como bem aponta Soares (2019, p. 28). A relação dos dirigentes do PRR com a burocracia estadual, ainda que assimétrica, envolvia reciprocidade. Conforme veremos no próximo capítulo, a seleção dos documentos históricos e provavelmente a incorporação de seu acervo ao MJC partiu "de baixo pra cima".
- Francisco Rodolpho Simch (1925-1927) publicou artigos e discursos na folha oficial a partir de 1902 (Curi; Dacanal, 2019, p. 915) e também "manteve fortes laços com os integrantes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), facção política hegemônica no Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República" (Curi; Dacanal, 2019, p. 908). Esses laços vinham de sua família, alinhada aos pica-paus nos anos 1890; seu pai atuara na Secretaria de Obras (Curi; Dacanal, 2019, p. 914).

Abreu e Silva, Maya e Simch também foram sócios fundadores do IHGRGS, instituição que teve a partir de 1921 Borges de Medeiros como presidente de honra.

Gunter Axt (2011, p. 136) observa que Borges de Medeiros costumava manipular faccionalismos locais, sustentando-se no poder a partir do enfraquecimento de grupos que se tornavam demasiadamente poderosos, estimulando o crescimento de minorias ou mesmo o surgimento de novas lideranças. Dessarte, eventualmente havia defecções de setores até então aliados. Assim, deveria parecer incômodo às oligarquias municipais ver toda documentação concernente aos poderes locais nas mãos de um mandatário com ascendência peculiar sobre o sistema judicial (Axt, 2012). Essa questão parecia tão fundamental que, em relatório de 1908, o subintendente de Alegrete mencionou a remessa de documentos à capital como sinal de lealdade ao dirigente republicano (Silva, 2010, p. 62).

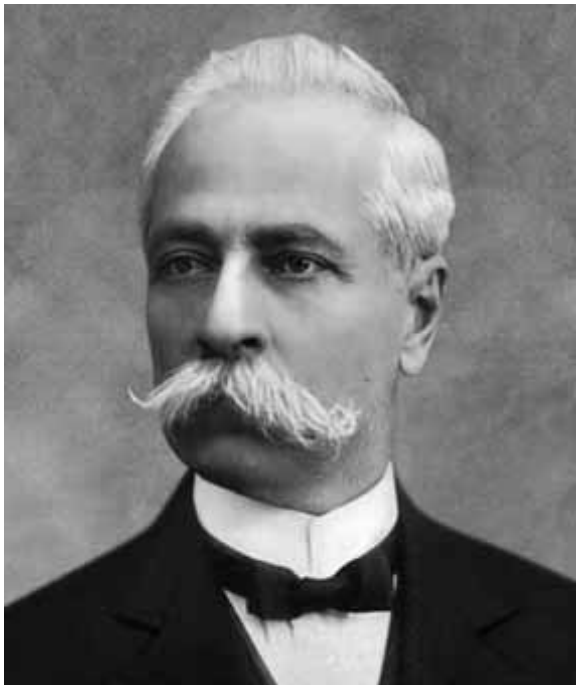
Os dissensos em relação à criação do APRS seguramente fazem parte do contexto que envolveu a fissura republicana que levou à candidatura de Fernando Abbott, em 1907. Tassiana Saccol (2018) demonstrou que, mais do que divergências ideológicas, naquela ocasião estavam em jogo cisões referentes à disputa de poder no interior do PRR, bem como interesses privados. Grijó, por seu turno, havia argumentado que

[62] HDBN, *A Federação,* 22/9/1911; 7/3/1914; 8/3/1914.
[63] IHGRGS, ABM, correspondência número 6.136 (Carta de Protásio Alves a Florêncio de Abreu e Silva, Porto Alegre, 30 de outubro de 1915).
[64] IHGRGS, ABM, correspondência 6.427 (Carta de Alcides Maya a Borges de Medeiros, Porto Alegre, 26 de setembro de 1917).

> uma vez morto Júlio de Castilhos, mesmo tendo preparado um possível sucessor, era para este último virtualmente impossível herdar a totalidade do 'espólio' do antecessor, pois, ele era um dos componentes do primeiro degrau da pirâmide (de cima para baixo) ao lado de vários outros que cercavam Castilhos (Grijó, 2017a, p. 83).

No contexto da fissura de 1907, um dos sucessores do patriarca, Fernando Abbott – como visto, vice-presidente no mandato de Castilhos –, apresentou sua candidatura em oposição à oficial, de Carlos Barbosa Gonçalves, apoiada por Borges de Medeiros. No conjunto dos municípios que haviam se oposto à criação do Arquivo, a média percentual da votação de Abbott (31%) foi superior à dos demais (18%).[65] Se esses resultados parecem acanhados ao contemporâneo, no contexto de eleições sistematicamente fraudadas pelo PRR na Primeira República, era um desempenho notável.

Imagem 3 – Carlos Barbosa Gonçalves



Fonte: https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/memorial-dos-ex-governadores-do-rio-grande-do-sul. Acesso em: 9 jan. 2024.

Imagem 4 – Fernando Abbott



Fonte: Foto: Luiz Chaves. Disponível em: https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/1892-623a381304bcb. Acesso em: 9 jan. 2024.

O caso de Alegrete, que podemos acompanhar por meio das cartas trocadas por Borges de Medeiros com figuras ilustres do Partido Republicano local, nos ajuda a entender melhor essas questões. Em junho do ano anterior, assim, as Câmaras Municipais dos municípios já mencionados haviam se dirigido ao governador do Estado com representações argumentando contra o recolhimento dos acervos para a capital. A iniciativa partira de Alegrete, na pessoa do

[65] HDBN. *A Federação,* 29/11/1907.

Coronel João Benício da Silva, que redigiu as representações assinadas pelas Câmaras dos demais municípios. Segundo o coronel Frederico Ortiz, em agosto de 1906:

> O Regulamento mandando recolher ao arquivo dessa Capital todos os papéis de utilidade pública, até agora guardados nos cartórios, despertou, como sabe o ilustre chefe, certo espírito de oposição entre aqueles a quem o referido Reg. mais de perto diz respeito, isto é, entre os escrivães e notários. *Coube como sabe V. Excia, ao Alegrete a iniciativa de procurar unir os diversos conselhos do Estado em uma representação coletiva, contra a execução do referido Reg. Para a redação desse documento, que exigiu certa argumentação e habilidade, foi convidado o Cel. Benício, que o aceitou irrefletidamente talvez, mas certo de que fácil se lhe seria obter o pronunciamento favorável dos demais municípios do Rio Grande.*
>
> Isso porém não aconteceu, desgostando-o profundamente a ponto de fazê-lo falar em retirar-se para a vida privada, a pretexto de que, tendo o governo intervindo na manifestação da opinião dos conselhos, cerceara o único modo porque, no Rio Grande, o povo intervinha na confecção das leis. Com o tempo, porém, acalmaram-se os ressentimentos desse nosso amigo, julgando eu que ele tivesse voltado à boa razão.[66]

Segundo a historiadora Milena de Souza da Silva (2010), existia uma relação de "rivalidade" e até de "ciúmes" entre Benício, que havia sido intendente de Alegrete no tempo de Júlio de Castilhos, e Manoel de Freitas Valle Filho, intendente na ocasião das representações. O primeiro pode ter expressado, por meio dos protestos contra a criação do Arquivo Público, sua animosidade em relação ao trânsito do segundo com o chefe do Partido Republicano. De todo modo, desgostoso com o fato de Borges não tê-las acatado, Benício retirou-se do Partido Republicano. Em carta de poucos dias após, Valle Filho relatou ao dirigente partidário que alguns integrantes do conselho municipal assinaram a petição de junho por serem notários e, portanto, parte interessada. Também delatou que o adversário teria dito que "não queria continuar a servir a um governo despótico, que não respeitava a Constituição".[67] Em missiva de 6 de abril de 1907, acusou ainda João Benício de "anarquizar as eleições" ao sugestionar funcionários a negar apoio ao governo. Segundo o desafeto, "acresce ainda que esta luta, provocada por ele, é tão somente com o fim vingativo de desprestigiar o vosso governo e a vossa pessoa, *desde a questão do Arquivo Público, de que ele não pode esquecer-se*".[68]

A crer nos argumentos de Gunter Axt, Borges de Medeiros se sustentava no poder por um jogo de barganhas entre os faccionalismos locais. Entretanto, nesse jogo perigoso os setores desprestigiados podiam ser jogados aos braços da oposição. Não foi, todavia, o caso de João Benício da Silva, que parece ter feito, com suas representações e retirada do Partido um grande blefe em face das divergências intestinas ao Partido Republicano em Alegrete. Em julho de 1907, as divergências já se encontravam apaziguadas – teria Benício obtido benesses e concessões? –, a ponto de o ex-intendente fazer discursos em prol dos republicanos, segundo *A Federação.*

---

[66] IHGRGS, ABM, correspondência n. 0.035, Carta de Frederico Ortiz a Borges de Medeiros, Alegrete, 13 de agosto de 1906. Grifos meus.

[67] IHGRGS, ABM, correspondência n. 0.036, Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros, Alegrete, 18 de agosto de 1906.

[68] IHGRGS, ABM, correspondência n. 0.046, Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros, Alegrete, 6 de abril de 1907. Grifos meus.

> Convidada a entrar a massa popular que estacionava em frente ao hotel, aí falaram ainda vários oradores, entre eles o coronel João Benício da Silva, sendo nesse momento muito vitoriados os nomes do dr. Borges de Medeiros, do senador Pinheiro Machado, do dr. Carlos Barbosa e do saudoso dr. Júlio de Castilhos. Não houve nenhuma nota discordante na alegria pacífica da família republicana de Alegrete.[69]

Reconciliado, João Benício seria reconduzido à Intendência em 1918, ao passo que, recompensado, Valle Filho foi nomeado vice-presidente de Carlos Barbosa Gonçalves por ocasião da morte de Juvenal Miller, conforme o relatório do Presidente do Estado em 1910.[70]

Os questionamentos das representações encaminhadas em 1906 baseavam-se em três pontos.[71] Primeiramente, alegava-se a dificuldade de acesso dos cidadãos locais à documentação comprobatória de suas demandas judiciais, fundiárias e comerciais. Em segundo lugar, especificava-se uma separação liberal entre sociedade civil e Estado, afirmando-se que os documentos pertenciam à primeira, e não ao regime borgista. Ademais, por fim, se questionava o caráter republicano dos recolhimentos:

> Recolher à Capital do Estado os arquivos judiciários locais é converter a propriedade do povo de cada localidade em propriedade do Estado, é centralizar as relações de Direito privado, o que a este Conselho parece contrário ao regime político descentralizador instituído pela República.

Alegava-se, ainda, no documento escrito por João Benício, subscrito pelas diferentes câmaras, o caráter federativo do regime instituído em novembro de 1889 em contraposição à Constituição castilhista de 1891.[72]

Algumas dessas inquietações estavam alinhadas com posicionamentos da folha *O Independente*, órgão de propriedade de Otaviano Manoel de Oliveira.[73] Ainda que esse periódico tenha se alinhado ao poder estadual depois de 1907 (Vargas, 2002, p. 120), no período imediatamente anterior parecia ter um caráter um pouco mais "independente": apoiara a candidatura Abbott (Vargas, 2017, p. 105), o que ajuda a entender sua postura crítica – ainda que não necessariamente as discussões em relação a uma candidatura alternativa já estivesse em pauta no início de 1906. Fazendo eco em críticas "severas mas comedidas, imparciais e justas" às manifestações das municipalidades, assinalava que os cidadãos ficariam "prejudicados" em acessar documentos probatórios de seus direitos, já que teriam dispêndios para ir à capital, além de ficar limitado o tempo para tal em função dos prazos processuais. Além disso, sublinhava o elevado volume documental de todos os cartórios do Rio Grande do Sul e coloca-

---

[69] HDBN, *A Federação,* 12/7/1907.

[70] HDBN. Relatório do Presidente do Estado Carlos Barbosa Gonçalves, a 20 de setembro de 1910. Segundo a constituição castilhista de 1891, cabia ao Presidente do Estado nomear o vice.

[71] A celeuma foi abordada por Merlo (2010), ainda que rápida e tangencialmente.

[72] AHPOAMV, *O Independente,* 11/3/1906; 1º/4/1906; 5/4/1906; 8/4/1906; 19/4/1906.

[73] Oliveira era o mesmo proprietário do periódico *A Gazetinha*, que circulara entre 1891 e 1899. Mesmo com uma tendência partidária socialista – já que o diretor era sócio da Liga Operária Internacional de Porto Alegre, e em suas páginas teve início a carreira jornalística de Francisco Xavier da Costa (Mauch, 2004, p. 52), líder socialista em Porto Alegre – ambos jornais tinham uma visão bastante moralista dos problemas urbanos. *O Independente* nunca se apresentou como imprensa operária (Vargas, 2017, p. 103). A partir de 1912, Xavier da Costa seria Conselheiro Municipal de Porto Alegre pelo partido oficial. Vargas (2002) destacou o pensamento autoritário de lutar contra as "liberdades individuais". Como veremos, *O Independente* louvou a iniciativa da intendência de dar fim ao "Beco do Fanha", por ser um "foco de moléstias e imoralidades". AHPOAMV, *O Independente*, 24/5/1906.

va em questão a capacidade do corpo funcional para recolher tantos papéis e a existência de espaço físico apropriado para receber a documentação.[74] Em suma: a criação do Arquivo Público assentava-se em "teorias balofas" e "inovações absurdas".

Borges de Medeiros respondeu aos questionamentos em sua mensagem de 1906 à Assembleia dos Representantes.[75] Em relação ao primeiro ponto das representações das Câmaras Municipais, o presidente reivindicava a rapidez das comunicações e deslocamentos no século XX. No que toca ao segundo, alegava que o recolhimento à capital preservava os acervos da ação arbitrária de escrivães, resguardando, então, a propriedade pública. Por fim, discordava da existência de contradição entre o regime federativo e a concentração de documentos em Porto Alegre, tendo em vista a organização do Poder Judiciário em âmbito estadual, e não municipal. Dessa forma, em 29 de dezembro emitiu à representação de Uruguaiana um lacônico despacho extensivo às demais: "Pelos fundamentos exarados na mensagem enviada à Assembléia, na sessão deste ano, mantive o ato relativo à criação do Arquivo Público. Por isso foram virtualmente indeferidas todas as representações em contrário, arquivando-se os papéis respectivos".[76] A folha oficial, naquele contexto, também se posicionou.

> A criação, pelo benemérito governo do Estado, da repartição do Arquivo Público obedeceu ao desejo de reunir todos os documentos oficiais existentes e espalhados em todas as localidades, amontoados em cartórios e outras repartições, onde jaziam esquecidos e desorganizados sob a guarda protetora do pó acumulado pelos anos, fraca defesa contra as traças que aos poucos os reduziram igualmente a pó.
>
> Estes documentos em que tesouros de informações e dados apreciáveis da história riograndense devem existir reunidos e organizados regular e inteligentemente por empregados idôneos, formarão a matéria prima para as mais aproveitáveis e úteis obras, vindo contribuir em benefício do público, fornecendo-lhe o conhecimento perfeito do que permanecia ignorado, auxiliando-o com esclarecimentos e informações que utilissimas lhe serão, tanto nas suas relações particulares como no desenvolvimento das transações do nosso comércio e outros ramos de atividade.[77]

Apesar da existência de vozes contrárias, o Arquivo Público se estabeleceu com relativa facilidade no âmbito da administração estadual, talvez pela precariedade das funções de arquivamento até então. Entretanto, não foi totalmente em vão o esforço das câmaras, já que em diversos momentos foram devolvidas às cidades de origem autos demandados localmente – em Bagé, Santa Maria, Herval, Taquari, Uruguaiana, Triunfo, Pelotas, Conceição do Arroio [Osório], Pelotas, São Luiz, Itaqui, Alegrete e Camaquã –, conforme evidencia uma sequência de 31 ofícios, de 1917-1919, direcionados pelo diretor Nathaniel Cunha ao Secretário de Interior e Justiça avalizando as restituições.[78]

---

[74] As preocupações "independentes" não eram de todo descabidas, haja visto que ao longo dos séculos XX e XXI queixumes no mesmo sentido foram e têm sido constantes.

[75] Disponível no sítio Memória do Planejamento Estadual. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29093214-1907-antonio-augusto-borges-de-medeiros.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

[76] AHRS, Autoridades Municipais, maço 368.

[77] HDBN, *A Federação,* 3/4/1907. Mesmo que as representações fossem de junho, tratava-se, em abril, de legitimar a criação da recente instituição.

[78] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0071, 31 ofícios encaminhados pelo Diretor Nathaniel Cunha.

CAPÍTULO II

Adquirir e conservar: a segunda seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul e a proposição de uma história republicana (1906-1925)

2.1 Uma "narrativa tácita" positivista?

O Arquivo Público do Rio Grande do Sul, conforme visto, foi criado em 1906. Em 1909 autonomizou-se em relação à biblioteca e à seção de estatística, e quatro anos após foi dividido em três seções temáticas.[79] A primeira continha documentos administrativos, a fim de subsidiar a administração pública. A segunda era responsável pela documentação considerada histórica, e a terceira custodiava acervo cartorial que poderia apoiar demandas legais dos cidadãos da República. Conheceremos um pouco mais sobre os recolhimentos no capítulo VI. A divisão apresentada reproduzia uma tripartição característica da arquivística francesa do século XIX (Marques; Rodrigues; Nougaret, 2018 p. 23-24). Este capítulo debruçar-se-á sobre a segunda seção, tendo em mente as seguintes questões: quais documentos foram considerados dignos de valor histórico? Sob quais critérios foram reunidos? Quais projetos políticos e institucionais estiveram em jogo nesses procedimentos? Arrisca-se uma interpretação, a partir das contribuições de Eric Ketelaar (2001): de que essas operações arquivísticas propunham implicitamente determinada forma de escrever uma história na qual a República – e o estado castilhista-borgista em consolidação – adquiriram um lugar de "destino manifesto" do Rio Grande do Sul, sobretudo por seu passado farroupilha (Castilhos, 1981 [1884], p. 45). Esse olhar castilhista sobre a história é entendido como uma "narrativa tácita".

Michel Foucault (2005 [1969], p. 147) observou que os arquivos, mais do que "recolher a poeira dos enunciados" e permitir "o milagre eventual de sua ressurreição", determinam o "sistema de sua enunciabilidade". Quer dizer, em lugar de um repositório de material subsidiário ao que pode ser dito, a própria seleção e organização de seus acervos são determinantes *do que* e *como* dizer. Aprofundando essa perspectiva, Michel de Certeau sublinhou que a partir de um lugar social e institucional – que estabelece possibilidades e interdições – são separados, reunidos e transformados em documentos "dados" constituídos a partir de uma série de *a priori*. Eis o primeiro momento daquilo que o autor denomina "operação historiográfica" (Certeau, 2015 [1975]). Paul Ricœur também assinalou o "caráter ideológico da discriminação que preside à operação aparentemente inocente da conservação dos documentos e que trai a finalidade confessada dessa operação" (2010, p. 199, grifo original). O autor, entretanto, não coloca as fases da "operação historiográfica" em uma sequencialidade rígida, mas como momentos metodológicos imbricados entre si. Por isso, o arquivamento não constitui um procedimento isento de problematizações prévias: ele está conectado à fase de explicação e compreensão e ao processo de escrita.

Assim sendo, é crucial entender a partir de quais projetos políticos aqueles homens de letras projetavam o que deveria ser a história consubstanciada nas formas de proceder ao arquivamento. Afinal, como coloca Arlette Farge (2011, p. 75), o próprio procedimento de inscrição do acontecimento no documento – e, por extensão, do documento no arquivo – é objeto

[79] Até o momento existe carência, inclusive documental, para acompanhar as discussões que envolveram a relação entre a biblioteca e o arquivo, bem como os motivos para sua cisão, ao contrário do trabalho de Ivana Parrela (2012) sobre o caso de Minas Gerais.

da história. Para a mesma autora: "O real do arquivo torna-se não apenas vestígio, mas também ordenação de figuras da realidade; e o arquivo sempre mantém infinitas relações com o real" (Farge, 2017, p. 35). No caso sul-riograndense da Primeira República, os projetos político-intelectuais do PRR, agremiação política dos governantes que criaram o Arquivo Público, costumam ser associados à doutrina positivista (a bibliografia a respeito seria demasiadamente extensa para ser enumerada, pois se trata de praticamente um consenso).[80]

Ainda que seja indubitável a influência comtiana na formação do pensamento político dos republicanos rio-grandenses do período, seu "fundamento ideológico principal" (Pezat, 2007, p. 78) – certo, a Constituição Estadual de 1891 é nitidamente inspirada naquela proposta à República pelo IPB –, há certo abuso em tomar o positivismo como panaceia explicativa dos rumos do Rio Grande de então (Pesavento, 1998). Ainda que este texto não se centre nessa discussão, percebe-se que o positivismo foi importante na criação do Arquivo Público. Sabe-se, entretanto, que as apropriações do pensamento de Comte foram plurais (Boeira, 1980; Pezat, 2007). Um balanço historiográfico procedido por Paulo Pezat (2006) há mais de quinze anos demonstra a complexidade da questão e evidencia haver mais perguntas que respostas em um tema merecedor de mais pesquisas e perspectivas. Quer dizer, constatar o caráter "positivista" da atuação do governo estadual deve ser um ponto de partida para questionamentos, e não um ponto de chegada autoexplicativo.

Em uma reedição de 1983 de sua história da República Rio-grandense, cujo texto original é de 1935 (centenário da Farroupilha), o historiador Dante de Laytano fez uma interessante "confissão que não é pecado". Segundo ele,

> o sortilégio de Augusto Comte nos impressionou no Rio Grande do Sul, e minha geração foi a última que viria defrontar-se com o crepúsculo de sua área de ação na Província e mesmo no meu colégio, o Júlio de Castilhos, professores não escondiam as preferências positivistas e alguns nos doutrinavam discretamente (Laytano, 1983, p. 37).

Entretanto, por meio dessa "confissão", o historiador não pretendia apresentar uma adesão irrestrita, *ipsis litteris*, de seus contemporâneos à doutrina do filósofo de Montpellier em todos seus aspectos, mesmo porque ela chegava mediada pela apropriação / vulgata castilhista. Pelo contrário, Laytano apontava a presença do positivismo sobre arquitetura monumental da cidade, a começar por um templo situado na avenida João Pessoa, entre as avenidas Venâncio Aires e José Bonifácio.[81] Sua circulação, queria acreditar o autor, deixara marcas sobre a Porto Alegre do século XX. Mais do que uma vinculação doutrinária, em suas memórias o intelectual pretendia identificar a atmosfera do positivismo sobre a formação polí-

[80] Soares e Mintegui (2022) atribuem ao positivismo a pretensão a um governo amparado na estatística. Isso, porém, como reconhecem os autores, com base em Foucault, é característico do biopoder, o que significa desde o século XVIII. Conforme vimos no capítulo anterior, a importância da estatística, em um sentido lato, ocorreu desde o século XIX. Soares e Mintegui (2022) ainda colocam na conta de uma inclinação doutrinária a reorganização da máquina pública e a centralização dos arquivos. Entretanto, se tal influência há, é porque havia "condições objetivas" que a demandavam, no caso, a organização local em moldes federativos e, tenho procurado sustentar, a necessidade de controle sobre o sistema judicial e os poderes locais. Os autores afirmam amparar-se em Pezat (2000) em sua observação quanto à importância, para os positivistas, de uma estatística científica na administração pública. O historiador, contudo, em nenhum momento colocou tal preocupação como específica deles.

[81] Letícia Nedel (1999, p. 87-88) assinala a inscrição do simbolismo positivista na arquitetura monumental de Porto Alegre.

tico-intelectual de uma geração. Em entrevista para Ieda Gutfreind: “o Moysés Vellinho dizia que não era positivista, mas ele era. *Porque a geração dele foi toda baseada no poderio do Borges de Medeiros.* O Dr. Borges também dizia que não era positivista. Se o Dr. Borges não era positivista, eu não sou Dante de Laytano” (Gutfreind, 2019, p. 36. Grifos meus).

A historiadora Elisabete Leal (2006; 2022) traz rumos promissores ao apresentar o positivismo a partir da noção de “cultura política”, isto é, segundo Serge Berstein (1998, p. 350), “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”. Especificamente, estamos falando do “positivismo” como tal família / tradição política que, no caso, caracterizava-se por “um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (Berstein, 1998, p. 350). Porém, nesse conjunto havia uma simbiose entre diversos elementos heterogêneos: uma base filosófica e doutrinal comum – traduzível e acessível através da vulgata castilhista-borgista –, determinada leitura normativa e comum sobre fatos do passado – pré-figurada pela disposição dos documentos no Arquivo e, depois, no Museu –, uma visão institucional e uma concepção de sociedade ideal, palavras chave e fórmulas repetitivas (“Ordem e progresso”, “Conservar melhorando”, “Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos”, “Federação – Unidade; Centralização – Desmembramento”, etc.), e também um conjunto de símbolos e ritos significativos.

É assim que Comte aparece em Castilhos, e ainda mais em seus sucessores: em uma dimensão cultural e simbólica que extrapola o meramente ideológico – e com o qual não necessariamente se coincide de todo –, e que se coaduna com as edificações e monumentos pela cidade (Leal, 2006), recordados no início da década de 1980 por Laytano. Tal tradição política ultrapassou em muito a duração do poderio estadual do PRR, já que, como Grijó (2017b) demonstrou, ao estudar a Faculdade de Direito, a cisão filosófica entre as correntes positivista (vinculada ao PRR e depois ao PRL de Flores da Cunha) e católica polarizaram a intelectualidade rio-grandense até bastante adentrado o século XX.

Há que considerar que a eventual influência do positivismo sobre a organização do Arquivo Público dava-se no âmbito denominado por Nelson Boeira (1980) como “difuso”, isto é, apropriações heterodoxas e circunstanciais de aspectos da obra comtiana e do cientificismo por parte de eruditos a fim de sustentar suas empreitadas intelectuais. Os positivistas ortodoxos, tais como João Luís de Faria Santos e Carlos Torres Gonçalves, de fato atuaram na administração pública estadual, mas em outras instituições: respectivamente nas Diretorias de Viação e de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas (Leal; Pezat, 1997; Pezat, 2007).

Paulo Ricardo Pezat (2003, p. 227-228) observou que a engenharia era um nicho profissional particularmente propício para a propaganda da Religião da Humanidade, em virtude da adesão daqueles profissionais ao método científico e à matemática positiva. Os bacharéis em Direito vinculados ao PRR, por seu turno, não aceitavam integralmente o ideário comtiano, aferrando-se a seus aspectos políticos e filosóficos, mas rejeitando o viés religioso. Isso gera-

va uma contradição implícita: ao passo em que, por um lado, os engenheiros da SOP rejeitaram a representação política, por ser contrária aos ensinamentos da Igreja Positivista do Brasil,[82] e buscavam manter distinto o trabalho prático no serviço público e a propaganda da IPB, por outro procuravam influenciar a política pública em termos doutrinários, a exemplo do que fez Torres Gonçalves nas políticas de terra, colonização e indigenista (Pezat, 2003). Dessa forma, desempenhavam o papel de "elo" entre o Apostolado Positivista e o PRR (Pezat, 2003, p. 236).

Os propagandistas da "Religião da Humanidade", segundo Boeira (1980) constituíam uma espécie de "reserva moral do castilhismo". Eram "intelectuais orgânicos", como quer Gunter Axt (2002). Isso não os isentava de atritos com os mandatários: ao mesmo tempo em que conferiam legitimidade ao regime, pressionavam por maior ascendência nas políticas públicas e no PRR, e ainda, se investiam na posição de depositários fiéis e autorizados da palavra do filósofo francês. Ainda que instalados na burocracia estatal, os positivistas ortodoxos progressivamente perderam ascendência política ao longo das décadas de 1910 e 1920, em paralelo à institucionalização do borgismo (Axt, 2002; Pezat, 2007).

2.2 Adquirir e conservar

A fim de discutir os declarados objetivos envolvidos na criação do Arquivo Público, convém recuar ao segundo quartel do século anterior. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 1838 e, como apontou Manoel Salgado Guimarães (1988; 2011), tinha o compromisso intelectual e político de construção de um passado nacional para um Império em consolidação. O IHGB, ademais, pode ser entendido como uma instituição "matricial" em relação aos Institutos estaduais estabelecidos ao longo do século XIX e princípios do XX (ver, por exemplo, Gonçalves; Nicolazzi, 2017). Sua influência decisiva se dava até mesmo na elaboração de estatutos de outras instituições. Dentre as atribuições definidas regimentalmente, estava "coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil". No novo contexto republicano a instituição redefiniu seu estatuto em 1890. Entre os verbos que estabeleciam a finalidade do órgão somavam-se "publicar e arquivar", e ao material de interesse somava-se a arqueologia, a etnografia e o estudo de línguas indígenas. Em 1906, novo estatuto definia a finalidade de "investigar, coligir, estudar, divulgar e arquivar os documentos inerentes à História, Geografia, Etnografia e Arqueologia não só, mas principalmente, do Brasil" (Hruby, 2007, p. 84). O novo regulamento, porém, era de abril, portanto, depois da fundação do APRS.

Entre cópias e adaptações, não foram poucos que importaram ou adaptaram a divisa. Temos eventual eco nas atribuições do Arquivo Público Mineiro, a quem cabia, segundo seu regulamento de 1895, "receber e conservar debaixo de classificação sistemática todos os

[82] Em 1908, Faria Santos recusou convite de Carlos Barbosa Gonçalves para assumir a Secretaria de Obras Públicas, mediante conselho de Teixeira Mendes, líder da IPB, com base no argumento comtiano de que positivistas não deveriam assumir cargos políticos (Pezat, 2003, p. 249).

documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico do Estado de Minas Gerais" (Parrela, 2012, p. 137), possivelmente competências inspiradas naquelas a que o IHGB se propunha. Em 1906, nossa repartição pública, o órgão de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Rio Grande do Sul apresentava praticamente uma cópia do congênere mineiro: segundo o decreto de sua fundação, destinava-se a "adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul", funções reiteradas em 1913.[83] Por trás da ambição documentalista, havia o pressuposto de que o trabalho com fontes primárias seria suficiente para estabelecer uma verdade histórica singular. Cerca de uma década após, no IHGRGS adotar-se-ia a seguinte postura:

> A história científica da instituição passava necessariamente por um procedimento determinado, o qual pressupunha a apresentação de provas que definissem a verdade, as coisas como realmente aconteceram. [...] Segundo o método constituído pelos membros do Instituto, as provas se configuravam através dos documentos oficiais ou testemunhos que tivessem sua legitimidade devidamente evidenciada. A história escrita deveria ser uma compilação de provas que indicassem com precisão uma determinada verdade (Silveira, 2008, p. 56-57).

Adquire relevância a autoidentificação como arquivista de Eduardo Duarte (1928, p. 170),[84] funcionário do APRS que, a partir de 1917, desempenhou papel central no manejo do acervo histórico da instituição. Na ocasião de sua formação, inexistia uma formação específica em história ou arquivologia, sendo tais papéis desempenhados por intelectuais polígrafos. Exatamente por essa razão, a ênfase dada ao arquivar na definição de sua identidade profissional é reveladora. Sob uma aparente especialização profissional, escondia-se uma separação entre competências documentalista e interpretativa, como se ambas não estivessem imbricadas.[85] Observa Mara Rodrigues:

> [A] função [da seção histórica] foi definida por uma oposição entre "arquivista" e "historiador", segundo manifestação de seu primeiro diretor [Eduardo Duarte]. Ao primeiro não cabia a tarefa de interpretar os documentos, que era do historiador, mas apenas de selecionar, guardar e divulgar documentos históricos (Almeida, 1983: 142). Era como se os critérios de definição do que seria um documento histórico não subentendessem uma posição, ou interpretação, a respeito do que vem a ser a história que deve ser preservada, escrita e contada (Rodrigues, 2002, p. 42).

À escolha do que deveria ser considerado documento histórico, então, estava subjacente um projeto do que deveria ser a história do Rio Grande do Sul. Neste capítulo, será examinado o corpo documental constituinte da segunda seção, entre a data de sua fundação e o desmembramento da seção e seu traslado para o Museu Júlio de Castilhos, em 1925. Para

[83] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, regulamentos de 1906 e 1913.

[84] Eduardo Duarte (1874-1962) foi um intelectual pertencente aos quadros do APRS e, depois de 1925, do MJC. Foi um dos idealizadores do IHGRGS –, fundado em 1920. Foi chefe da segunda seção do Arquivo, instituição a que foi vinculado em 1917, e do departamento de História Nacional do MJC até 1939.

[85] Segundo Ana Celina Silva (2018, p. 171), Florêncio de Abreu e Silva – presidente do IHGRGS entre 1920 e 1934 – concordava com essa especialização, divergindo os confrades acerca de qual tarefa envolvia maior complexidade.

tanto, foram pesquisadas fontes esparsas localizadas em diversas instituições. Essa investigação justifica-se pelo fato de que a maior parte dos estudos com preocupações similares parte da fundação do IHGRGS, em 1920, e da assunção de funções históricas pelo Museu Júlio de Castilhos, em 1925 (Nedel, 1999; Possamai, 2013; Rodrigues, 2017; Silva, 2018), cabendo investigar mais aprofundadamente o que ocorreu antes disso.

2.3 Interregno: a morte de um republicano

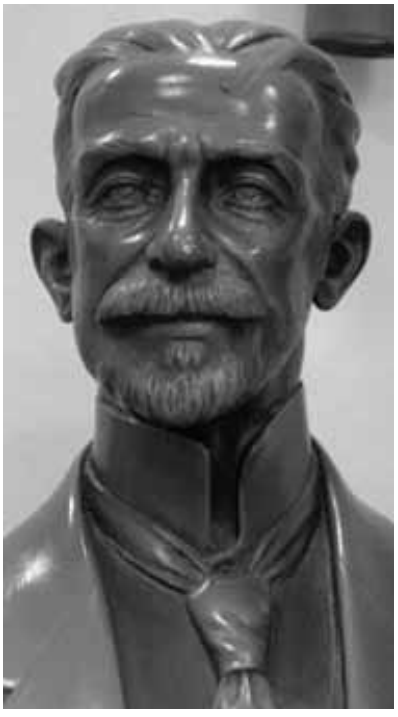
Um fantasma ronda o Arquivo Público: o fantasma de Borges de Medeiros. A ligação simbólica entre a instituição e seu fundador perpassa os séculos XX e XXI. Vigilantes mais impressionáveis enxergam sua aparição vagando na escuridão das madrugadas do segundo prédio do acervo. A partir de um retrato, disposto em posição central no gabinete da direção da instituição, o circunspecto governante está à espreita, observando e fiscalizando a atuação dos gestores. Essa "presença" de Borges de Medeiros na administração pública estadual, apesar de ser marcante no caso do Arquivo Público, dá-se em outras instâncias do Executivo, tais como o Departamento de Economia e Estatística.

Imagem 5 – Retrato de Borges de Medeiros na sala da direção do Arquivo Público



Fonte: Fotografia de Rodrigo de Azevedo Weimer.

Imagem 6 – Busto de Borges de Medeiros no Departamento de Economia e Estatística



Fonte: Fotografia de Rodrigo de Azevedo Weimer.

Imagem 7 – Grupo de funcionários do Arquivo Público, posando para "Kodak", no dia 14 de julho, por ocasião da inauguração do retrato do Dr. Borges de Medeiros, na sala da diretoria daquela repartição



Fonte: O retrato inaugurado é o da Imagem 6; os funcionários estão posando na escadaria do prédio I. No primeiro plano, o então diretor Carlos Emílio Haag. HDBN, *Kodak,* Porto Alegre, 3 de Agosto de 1918, Ano III, Número 50.

No ano de 1963, centenário de nascimento daquele presidente do Estado, um expediente administrativo, encaminhado por solicitação do diretor Clóvis Líbero Cardoso, pelo Secretário de Interior e Justiça, Fernando Affonso Gay da Fonseca, ao governador Ildo Meneghetti, solicitava a denominação do Arquivo Público com o nome de seu criador. Na justificativa, Gay da Fonseca destacava tratar-se de "uma justa homenagem àquele inexcedível homem público rio-grandense, cujos feitos de uma longa existência, inteiramente dedicada ao bem da coletividade atingem maior relevância". O governador chegou a fazer a minuta de um decreto determinando a renomeação da instituição. O ato, até onde pude apurar, felizmente, nunca foi publicado – alguma repercussão de uma não tão distante assim revolução de 1923?[86] Da derrota da Revolução de 1932, apoiada por Borges? Preocupações mais imediatas com a organização da instituição (ver capítulo VII)? Dentre seus considerandos:

[86] A base de governo de Meneghetti também era composta pelo Partido Libertador (PL), sucessor das políticas parlamentaristas da Primeira República.

> Considerando que Antônio Augusto Borges de Medeiros, pelos feitos de homem público, apresenta-se como um dos que mais altamente correspondem ao conceito de serviços relevantes à coletividade, significando seu nome, não apenas um episódio na nossa história, mas um ciclo da evolução política do nosso povo;
>
> Considerando que Antônio Augusto Borges de Medeiros foi quem criou por Decreto n. 876 de 8 de março de 1906 o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, ato fundamental na nossa história administrativa, porquanto os arquivos públicos representam para um povo o que representa a memória para os indivíduos.[87]

A associação entre criador e criatura, e a exaltação do primeiro pelos gestores, portanto, foi longeva e esteve muito além da duração da Primeira República. Essa reiterada vinculação ideológica se deve ao papel de sustentação do regime até 1928, não apenas em termos de simbolismo político, mas mesmo prática, pelo potencial de utilização de seu acervo nas disputas oligárquicas, ou física, por meio de seus prédios que amparam o espaço de poder representado pela Praça da Matriz. O Arquivo Público era um arrimo do borgismo, da mesma forma que as paredes espessas do prédio I suportam o peso da praça. Veremos essas questões com mais vagar no capítulo V.

A posição subsidiária da instituição foi objeto de gracejos entre os próprios republicanos. Em 30 de outubro de 1916, a coluna satírica “Coças e troças” do jornal “A Federação”, folha oficial do PRR, anunciou a encomendação e sepultamento do “sr. do Arquivo Público”:

> Realizaram-se ontem os atos de encomendação
> e sepultamento do sr. do Arquivo Público. Sobre
> o caixão mortuário via-se grande número de coroas.
> (De um jornal da manhã, de 27 do corrente)
>
> Pobre Arquivo, coitado! De repente,
> Sem dizer água vai, sem mais aquela,
>
> Esticou a canela
> E passou desta vida pra melhor,
> Inesperadamente!
>
> Não há nada pior
> Do que ver um amigo dedicado,
> Precioso, venerado,
> De raros dotes, de valor subido,
> Apagar-se no túmulo.
> Assim, como qualquer desconhecido!
>
> Foi para mim um cúmulo
> De surpresa essa morte de um
> republicano
> De tantas tradições, e mal seguro,
> Ainda a duvidar, triste, murmuro,
> Será verdade? É morto o Arquivo Público,

[87] APERS, Secretaria de Interior e Justiça, Processo Administrativo 8690, Caixa [provisória] APERS 5. Em tratamento técnico.

Nunca notei sintomas de doença,
Mesmo depois que o vi na casa nova,[88]
A razão é mui simples: ninguém pensa
Que um arquivo também possa ir à cova.

E foi deveras; sem contemplação,
Meteu-lhe a foice a morte, fez das boas
E a imprensa diz que, sobre o seu caixão,
Eram em grande número as coroas.

Creio, como se visse, e há motivo
De crer que fosse muito lamentado,
Pois o defunto Arquivo
Tinha muitos amigos neste Estado.

Seja-lhe a terra leve! durma em paz
Seu sono glacial!
Uns vão indo adiante, outros atrás,

Mefisto[89]

De fato, poucos dias antes, quem havia falecido era o servente Serafim Antônio de Oliveira. O jornal matinal do dia 27 era a própria *A Federação.*[90] Ao tomar, maldosamente, a parte pelo todo, em uma metonímia macabra, o signatário "Mephisto"[91] caçoava da instituição e de suas funções, equiparando-as às do funcionário mais humilde, em uma brincadeira de gosto duvidoso e talvez racista, pela possibilidade de o defunto pertencer à comunidade negra de Porto Alegre.[92] O malicioso colunista basicamente dizia que o Arquivo Público era uma espécie de "servente" das injunções políticas do regime do qual o próprio periódico era órgão oficial. Em suma, no obituário se apontava "a morte de um republicano de tantas tradições". Mais que isso, a blague evidenciava que mesmo nas fileiras republicanas, havia dissensos quanto à criação do arquivo, a ponto de a anedota ter sido realizada nas páginas da folha situacionista.

Mais de século depois, o Arquivo Público ainda vive e passa bem.

---

[88] Isto é, a edificação da Riachuelo.

[89] HDBN, *A Federação* – 30 de outubro de 1916.

[90] "Ao cabo de longo período de pertinaz enfermidade, finou-se anteontem, nesta capital, o nosso correligionário Serafim Antônio de Oliveira, funcionário do Arquivo Público, contando 35 anos de idade, natural deste Estado. O extinto, que tinha muitas amizades, deixa viúva e 2 filhinhos". HDBN, *A Federação* – 27 de outubro de 1916.

[91] Pseudônimo de Zeferino Brasil. Natural de Taquari, viveu entre 1870 e 1942, foi funcionário da Secretaria da Fazenda desde 1889 até sua aposentadoria. Escreveu no *Jornal do Comércio*, no *Correio do Povo* e n'*A Federação.* Foi poeta, teatrólogo, romancista e cronista. Era dado a pseudônimos, como Eliseo Cinthio, Diabo Coxo, Mefisto, Til, Diávolo, Celino Délio, Phoebus de Montalvão, Vasco de Montarroyos e Nilo Castanheira, além de ter sido integrante ativo de diversas sociedades literárias entre o fim do XIX e primeira metade do XX (Martins, 1978, p. 104). Brasil figurava em um círculo literário de intelectuais boêmios, situados na Praça da Misericórdia e que atuaram na Porto Alegre de fins do século XIX e início do XX. Sua abordagem era irônica em relação ao cientificismo naturalista de nosso já conhecido Alcides Maya, apontado por João Neves da Fontoura como o "sumo pontífice da literatura gaúcha" na primeira década do século XX (Silveira, 2019, p. 110-124).

[92] O passamento do servente foi noticiado, além d'*A Federação*, pelo jornal *O Exemplo*, da imprensa negra. HDBN, *O Exemplo* – 29/10/1916 – "Faleceu há dias o funcionário do Arquivo Público, nosso amigo Serafim Antônio de Oliveira, o qual era muito benquisto em nosso meio social e chefe de numerosa família. Seu sepultamento foi extremamente concorrido. À sua desolada família associamos os nossos pêsames".

2.4 O que é um documento histórico?

Criado o APRS, apesar dos protestos apresentados no capítulo anterior, tratava-se de organizá-lo internamente. O acervo da segunda seção constituía-se de papéis passíveis de subsidiar uma história mormente política, voltada às celebrações republicanas e às campanhas que definiram os contornos territoriais do Brasil contemporâneo. Parte dela – "muitos documentos manuscritos" – foi trazida em 1910 pelo diretor Carlos Emílio Haag de uma seção do Museu Júlio de Castilhos.[93] A perspectiva era de monumentalização dos acervos considerados constituintes do Estado em uma história, nos dizeres de Ieda Gutfreind (1992, p. 25), mais "tradicional" que "positivista".[94] Quer dizer: a documentação era sacralizada como ferramenta de evocação do passado, antes de material para reflexão analítica.

Jacques Le Goff (2003) creditou, de forma um tanto autoproclamatória, aos historiadores franceses do século XX uma ruptura decisiva diante da historiografia anterior "positivista": os documentos, doravante, passariam a ter seu caráter monumental, sua utilização pelo poder, criticados mais do que evocados como sinal do passado. Ainda que os historiadores do século XIX pretendessem ter assistido ao triunfo do "documento", Le Goff assinalou que restava uma dimensão monumental latente, que passava de forma acrítica. Assim sendo, mesmo entre os pesquisadores da primeira metade do século XX, no Rio Grande do Sul, o segundo termo do binômio documento / monumento ficava hipertrofiado e, ademais, irrefletido. Referindo-se a esse acervo, Zita Rosane Possamai (2013, p. 219) observa que se lhe atribuía, da parte de Eduardo Duarte, uma "importância transcendental". Ainda em 1931, Aurélio Porto, um dos principais nomes do IHGRGS, sacralizaria um corpo documental que presentificava o heroísmo regional.[95]

> Quando entro num arquivo, onde uma luz morna e doce atravessa a semi-opacidade dos vitrais, tenho para mim que piso a nave de um templo para *religiosa meditação*. E é com a mais forte emoção, *sacerdote de um rito sagrado*, como se fosse um *missal luminoso*, velhas páginas que se desfazem, se pulverizam, como o símbolo da vida que foi precipitação e luzia, gestos heroicos imobilizados pela contingência da morte, um mundo, enfim, distante, afastado, a que me integro, e revivo, perdido entre multidões extintas (Porto, 1931. *Grifos meus*).

Destacada tal monumentalização, o/a leitor/a perdoará a enfadonha enumeração da documentação pertencente à segunda seção, mas ela é necessária para as considerações sequentes. Havia reiterada utilização de termos como "importante", "de interesse",

---

[93] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Secretaria de Interior e Exterior, livro SIE 03-019, Relatório de 1910.

[94] A autora assinala certo "ecletismo teórico" por parte dos ditos "tradicionais" que impede sua redução à doutrina comtiana. Um exemplo que podemos apreciar é o trabalho de Assis Brasil (1982 [1882], p. 2) que, apesar de propor uma pesquisa amparada nas "indefectíveis leis segundo as quais se efetua o movimento histórico" (aparentemente o autor buscava se amparar na tríade de Taine meio-raça-momento), sua prática investigativa contradisse sua oposição à "fatal mania de atribuir tudo à exclusiva influência dos indivíduos". O autor investiu as características psicológicas pessoais de personagens históricos de acentuado poder explicativo.

[95] Silva (2018, p. 22) refere Porto como funcionário do Arquivo e do Museu. Entretanto, seu nome não figurou na documentação funcional compulsada.

"auxílio histórico" sem definição exata de como eram assim avaliados. Ocorre que tais características eram consideradas evidentes sob o ponto de vista da constituição político-militar do Estado republicano, entendida como assunto histórico por excelência.

Custodiava-se, na segunda seção:

> I – Coleção do jornal A Federação, desde a sua fundação;
>
> II – Originais ou cópias autênticas dos atos e documentos relativos à fundação de edifícios públicos importantes, escolas, academias, associações de interesse público;
>
> III – Mapas levantados por ordem do Governo do Estado, memória, estudos, tudo quanto interessar ao conhecimento da geografia e história do Rio Grande do Sul;
>
> IV – Cópias autênticas do Tratado de 13 de janeiro de 1750 relativo à cessão dos Sete Povos de Missões; originais ou cópias da fundação do povoado do Rio Grande pelo brigadeiro José da Silva Paes e de sua elevação a vila. Cópia dos trabalhos de Gomes Freire de Andrade com o Marquês de Valdelírios, do padre Mathias Strabel e Lourenço Balda, da Companhia de Jesus;
>
> V – Documentos relativos à invasão de D. Pedro Cevallos em 1763 e à retirada de D. José Molina, em 1776;
>
> VI – Cópia autêntica do manifesto publicado em Madri em 27 de fevereiro de 1801, no qual é declarada a guerra a Portugal; cópias autênticas dos documentos relativos à campanha iniciada pelo governador da capitania Sebastião Xavier da Veiga Cabral e da qual resultou a conquista dos Sete Povos de Missões por José do Canto e outros;
>
> VII – Documentos relativos à viagem do primeiro imperador ao Rio Grande do Sul, em 24 de novembro de 1826; entrega do comando geral do exército ao Marquês de Barbacena e batalha de Ituzaingó ou Passo do Rosário;
>
> VIII – Originais ou cópias autênticas dos documentos relativos à invasão paraguaia e viagem do segundo imperador;
>
> IX – Originais ou cópias autênticas das proclamações, decretos, ordens do dia, relativos à revolução de 1835 e sua pacificação;
>
> X – Originais ou cópias autênticas dos documentos relativos à Propaganda Republicana, reunião da "Reserva", convenções, etc.;
>
> XI – Originais ou cópias autênticas dos documentos relativos às invasões de 1893 a 1895;
>
> XII – Originais ou cópias autênticas de *todos os documentos* referentes a Venâncio Aires, Júlio de Castilhos e aos presidentes do Estado;
>
> XIII – *Originais ou cópias autênticas dos documentos do arquivo político de Júlio de Castilhos*;
>
> XIV – Originais ou cópias autênticas de *todos os documentos* relativos à proclamação da República neste Estado;
>
> XV – Os documentos concernentes ao descobrimento de riquezas naturais e ao desenvolvimento das ciências, arte e indústrias, agricultura, comércio, navegação, etc.;
>
> XVI – Os originais ou cópias autênticas da correspondência do governo do Estado com a União e outros Estados e do estrangeiro sobre negócios importantes e findos, mas que devem ser conservados no arquivo para auxílio histórico;
>
> XVII – Originais ou cópias autênticas das proclamações, ordens do dia, etc., das forças republicanas que operaram contra os invasores do Estado.[96]

A longa relação apresenta a documentação constante no regimento de 1913, em seu ordenamento original. Parte dela, conforme visto deve ter vindo do Museu Júlio de Casti-

[96] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, regulamento de 1913. Grifos meus.

lhos três anos antes. O responsável pela segunda seção era Edmundo Gonçalves de Carvalho, que posteriormente (1927) assumiria a direção geral do Arquivo. É possível, porém, o envolvimento informal, na seleção documental, do historiador Eduardo Duarte, que ingressou no arquivo em 1916 e chefiou o setor no intervalo 1920-1925. Entre aqueles anos Duarte assumiu o secretariado do Instituto Histórico (a partir de 1934, de modo *perpétuo*) e esteve envolvido no translado da segunda seção para o Museu Júlio de Castilhos, em 1925. Quem estiver atento/a perceberá que, em linhas muito gerais, os documentos selecionados em 1913 para a segunda seção estão arranjados por uma ordenação linear – com exceção dos incisos I-III e XV-XVI –, na qual o regime republicano era o apogeu em uma sequência histórica concluída com as operações sobre os "invasores" – isto é, os federalistas de Gaspar de Silveira Martins e dissidentes do PRR. O ponto culminante era a pretensão de custodiar a *totalidade* de documentos relacionados à Proclamação da República (XIV) e seus líderes (XII-XIII).[97] Essas balizas presidiram a triagem dos documentos constituintes da segunda seção. Eric Ketelaar (2001, p. 140) assinalou a importância da "genealogia" dos registros, propondo uma série de interrogações, dentre as quais destaco "por quem, quando, por que, como, o arquivo foi criado? (...) Quem fez a avaliação, quando, por que, como?" Ainda que siga em aberto a identificação mais precisa dos intelectuais que fizeram essa seleção, é importante verificar que a categorização, codificação e etiquetagem dos acervos encerram "narrativas tácitas" de poder e conhecimento (Ketelaar, 2001, p. 132-135); no caso, uma narrativa republicana vinculada ao PRR.

A filosofia da história de Comte, relida por Castilhos, propunha um ordenamento que marchava inexoravelmente a uma racionalização coincidente com o regime republicano, estágio superior das formas de organização política (Rodríguez, 2000).[98] Ainda que essa abordagem perpasse o pensamento castilhista, era mais evidente no período da propaganda republicana, quando se queria convencer a sociedade de que o novo regime era um desfecho inevitável dos desdobramentos históricos:

> Por mais que o contestem os espíritos que persistem imprudentemente em não compreender a irresistibilidade das leis históricas, por mais que se empenhem em demonstrar o contrário, por mais pertinazmente que procurem contrariar a corrente da democracia neste país, a grande verdade é que a monarquia está agonizante no leito de morte (Castilhos, 1981, p. 39 [texto de 1879]).

[97] Venâncio Aires (1841-1885) foi um jornalista adepto das ideias republicanas. Entre 1884 e sua morte, um ano depois, atuou na folha republicana *A Federação.*

[98] Ricardo Vélez-Rodriguez (2000, p. 272-273) assinalou alguns descompassos entre a doutrina de Comte e sua leitura por Castilhos, em que se destacam: a) para o filósofo francês a assembleia de representantes deveria ter caráter corporativo, ao passo que no castilhismo a escolha se dava a partir da divisão do estado em círculos eleitorais monopolizados pelo PRR; b) para Augusto Comte a "renovação mental e social" precedia a organização política, ao passo que Júlio de Castilhos acreditava que aquela deveria ser induzida pela elite política ilustrada; c) o positivismo clássico, ao contrário da apropriação política rio-grandense, dissociava poderes sacerdotal, educativo e industrial; e, d) finalmente, os republicanos rio-grandenses, em suas práticas persecutórias aos jornais oposicionistas, não levavam em conta a liberdade de imprensa defendida pelo mestre de Montpellier.

O Rio Grande do Sul teria uma espécie de vocação histórica de liderança no republicanismo, uma vez que era "a província mais republicana do Brasil" devido ao legado da "imortal revolução de 1835" (Castilhos, 1981, p. 45 [texto de 1884]). O acervo do APRS foi organizado nessa espécie de "caldo ideológico" perrerista, atualizado pela obra de Alfredo Varela (1897).[99] Juliano Antoniolli (2017) analisou a historiografia da década de 1880, de Assis Brasil[100] e Alcides Lima.[101] É conveniente observar suas discussões, dado que a propaganda republicana culminaria, anos após, no regime castilhista-borgista. O debate historiográfico anterior à criação do Arquivo Público reverberou, é claro, na constituição de seu acervo. Segundo o autor,

> (...) ao reivindicarem uma ordem do tempo baseada nas leis de movimento, na qual a monarquia era aparecia [sic] como um regime político inadequado ao Brasil, ao passo que a república era o *télos* inevitável para o qual se dirigiam todas as sociedades, Assis Brasil e seus colegas da propaganda fundamentavam seus projetos políticos em uma filosofia da história republicana (Antoniolli, 2017, p. 17).

A influência das filosofias da História na constituição da organização arquivística certamente daria muito pano pra manga e poderá ser aprofundada em estudos futuros; todavia, essa tarefa foge ao escopo deste livro. Por ora, temendo me alongar, assinalo a existência de um amplo debate historiográfico acerca do impacto de tais filosofias entre os homens de letras de então. Luciana Boeira (2009; 2012) sustenta a vigência de um regime antigo de historicidade entre os autores do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, em sua breve existência entre 1860 e 1863. A finalidade da História *magistra vitæ* seria fornecer um rol de exemplos edificantes a nortear as ações.

Em uma perspectiva diversa, Juliano Antoniolli (2017) reconhece entre os propagandistas republicanos da década de 1880 a recepção às novas filosofias da História aportadas a partir da "geração de 1870" – um "bando de ideias novas" (Alonso, 2002): o positivismo, o evolucionismo, o spencerismo, o darwinismo... Essa adesão, é claro, estava vinculada à apresentação, entre os "federalistas científicos", da República por eles propagandeada como forma finalística da evolução política das nações. Paulo Pezat (2007, p. 35) também constatou a apropriação do vocabulário de um positivismo evolucionista entre os militantes republicanos. Consideravam os positivistas estar a humanidade destinada a passar por estágios necessários no que toca às formas de apreensão dos fenômenos sociais: o teológico (subdividido em fetichista, politeísta e monoteísta), o metafísico e o

[99] Alfredo Varela (1864-1943) foi procurador geral da República do Rio Grande do Sul e diretor de *A Federação*, folha oficial do PRR. Em 1900 elegeu-se deputado federal (Lopes; Noll, s/d b). Seu livro de 1897 é de um castilhismo radical.

[100] Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) foi um pioneiro da propaganda republicana. Colaborou com o jornal *A Federação*, dirigido por Castilhos, com cuja irmã casou-se. Em 1885 foi o primeiro deputado eleito pelo PRR à Assembleia Provincial. Em 1891, rompeu politicamente com o cunhado, tendo recusado assinatura à Constituição Estadual. Em 1907, esteve envolvido na campanha de Fernando Abbott. (Moreira, s/d).

[101] Alcides de Mendonça Lima (1859-1935) foi militante republicano na década de 1880, na Faculdade de Direito de São Paulo onde, com Júlio de Castilhos e Assis Brasil, compôs o Clube 20 de Setembro. Em 1891, foi deputado federal constituinte pela legenda do PRR (Lopes; Noll, s/d a). Ambos trabalhos datam de 1882 e estão relacionados ao Clube 20 de setembro, organização de jovens propagandistas republicanos sul-rio-grandenses na Faculdade de Direito de São Paulo.

positivo. Essas ordenações tripartites culminariam em um estágio no qual o conhecimento científico daria a tônica da compreensão humana sobre o mundo. O positivismo era uma modalidade da organização moderna da historicidade, em que o futuro cumpre o sentido organizacional de uma história substantiva, expressiva do devir humano e não mais como, somente, uma modalidade de produção de conhecimento (Koselleck, 2006).

A máxima positivista de que "os vivos são sempre, e cada vez mais governados pelos mortos" buscava em grandes vultos históricos – a que cedo se agregou Castilhos – uma reserva moral para pautar a conduta dos homens diante do desenrolar das leis da História. Possivelmente, fosse uma concepção reativa à aceleração do futuro que, contudo, não contradizia o caráter teleológico da filosofia da história. Silveira (2008, p. 61) identificou o caráter "híbrido" da concepção de história em vigência na década de 1920: ao mesmo tempo em que se advogava por um modelo de história "livre de paixões" e "objetivo", com procedimentos adequados para obtê-lo, reiterava-se um modelo de História como mestra da vida, continuidade do regime antigo de historicidade. Manoel Salgado Guimarães (2011, p. 72-73), recuando a meados do século XIX, observou que a história produzida pelo IHGB, mesmo que orientada ao "progresso", jamais deixou de ser *magistra vitae*. Temístocles Cezar (2018) fez observações similares acerca de Varnhagen, um dos intelectuais mais destacados do IHGB.

Entretanto, a marcha vertiginosa para o futuro republicano, em um típico regime moderno de historicidade (Koselleck, 2006), organizava o estado positivo como *telos* definidor do devir. A ordem republicana representara, para os intelectuais do IHGB (apadrinhados por Dom Pedro II), nas palavras de Avelar (2020, p. 399), um "rompimento com o fio da história, o sentimento de que tudo estava jogado para 'fora do tempo'". Contudo, para os "positivistas" gaúchos, a República era o tempo almejado, racional, correspondente ao necessário desenvolvimento social, contrastante com um "Império carcomido e miserável" (Varela, 1897, p. 197). O caráter supostamente metafísico do Império (e do parlamentarismo propugnado pelos epígonos dos partidos imperiais no Rio Grande do Sul) era mobilizado para afirmar que ele estava com os dias contados (Varela, 1897, p. 414).

Seria possível situar as diferenças interpretativas entre Boeira e Antoniolli em uma sucessão temporal? Quer dizer, uma história *magistra vitæ* nos anos 1860 cedendo lugar às filosofias da história duas décadas após? A primeira seria equivalente ao auge do Segundo Reinado e a segunda ao seu ocaso? A coisa se complexifica quando observamos, em Silveira (2008) a proposição de que a historiografia rio-grandense da década de 1920 conteria, como dito, uma condensação "híbrida" de ambos os regimes de historicidade. Não tenho condições de me posicionar de forma taxativa nesse debate, mas observo, por exemplo, que, ainda em 1923, Florêncio de Abreu e Silva, diretor do Arquivo Público, proferiu uma conferência em que enumerou diversas filosofias da História *mas* sublinhou, por fim, a História como mestra da vida.

> *Abstraindo sua relevância como ciência social que é*, a História, quer se a encare sob o fatalismo de Vico ou de Thiers, quer sob o providencialismo de Bossuet, sob o racionalismo de Herder, o evolucionismo de Buckle e o positivismo de Comte, ou ainda sob o criticismo de Kant, que faz do homem uma abstração, – a História, dizia, sob qualquer desses aspectos por que se interprete o conjunto dos acontecimentos humanos, *encerra sempre uma edificante lição para os homens* e para os povos. A História, como escreveu Oliveira Martins, é sobretudo uma lição moral: nos vícios e nas virtudes, nos erros e nos acertos, na perversidade e na nobreza dos indivíduos que foram, há um exemplo excelente, e na sabedoria ou na loucura dos atos políticos e administrativos passados, há um meio de prever e encaminhar a direção dos atos futuros (Abreu e Silva, 1923, p. 602-603. Grifos meus).

Da mesma forma, quando Abreu e Silva recebeu, em 26 de agosto de 1919, a direção do Arquivo Público de José Alves Ferrás D'Elly, que a ocupava de forma provisória, o sainte cumprimentou o novo diretor em um ofício onde afirmava que a Repartição era a "arca sagrada das nossas tradições e o cofre seguro da fortuna do Povo da qual se irradia a prosperidade da nossa terra proclamada de modo justo porque verdadeiro", em uma típica articulação entre um passado sacralizado e um futuro, glorioso por ser instruído por aquele, além da referida monumentalização do acervo documental.[102]

A complexidade da questão indica, portanto, que havia disputas no tocante ao tema em um contexto de efervescência cultural e férteis debates entre os homens de letras (Hruby, 2007). Mais do que "decidir" entre o regime de historicidade antigo ou moderno,[103] devemos considerar que os próprios "regimes de historicidade" de Hartog (2013), são, afinal, ferramentas heurísticas de caráter típico-ideal adequadas para a interpretação de momentos de "crise do tempo". Encerro esta, já longa, digressão sobre a historiografia da virada do século XIX para o XX com a observação de Hugo Hruby – a respeito do IHGB (2007, p. 139-140) –, para quem:

> Se adjetivei as percepções dos sócios sobre a História como clássica/antiga ou moderna foi mais para dialogar com a bibliografia existente do que para encontrar um rótulo para o fazer história no IHGB pois, nos estudos historiográficos, aqui ou no exterior, nada mais impreciso do que o constante uso dos termos novo e moderno. Parece-me que a afirmação do século XIX como o século da História, em razão de ter sido nele que este campo do conhecimento ganhou foros de cientificidade, emudece as polêmicas que ocorreram nos oitocentos e estenderam-se aos novecentos. Designá-la de moderna e pinçar na historiografia brasileira um autor para ilustrar tal concepção de História simplifica, por demais, o fazer história por muitos outros historiadores que labutavam no ateliê de Clio.

A recuperação dessa discussão fez-se necessária para colocar em questão se, afinal, *todos* os documentos de Venâncio Aires (1841-1885)[104] e do recentemente falecido Júlio de Castilhos (1860-1903) deveriam ser coletados porque as virtudes dos próceres seriam, em si, já exemplares para pautar a ação dos novos republicanos ou se, pelo con-

[102] APERS, Secretaria de Interior e Justiça, Expediente 69, Caixa [provisória] 91. Em tratamento técnico.

[103] Para o que deveria concorrer a análise pormenorizada de um *corpus* significativo de textos históricos, e não apenas das profissões de fé historiográficas, o que evidentemente foge ao alcance deste artigo.

[104] Venâncio Aires foi um precursor da propaganda abolicionista e republicana. Certamente a conservação de *todos* documentos a ele referentes está relacionada à exaltação de processos históricos caros ao PRR.

trário, seus exemplos dever-se-iam a uma capacidade excepcional de leitura das leis da História, que em suas ações encontrariam expressão (Antoniolli, 2017, p. 175). Em ambos os casos, estava justificada a ambiciosa pretensão de reunir a totalidade de registros que ficaram das lideranças enaltecidas. Ao contrário do que para muitos é moeda corrente, a predileção por uma narrativa histórica que exacerba a atuação de "grandes homens" não é, de forma alguma, uma característica restrita ao positivismo

Indaga Elisabete Leal:

> O positivismo é voltado para o passado, reverencia os mortos e os heróis e estimula o patriotismo em todos os níveis. Mas qual das doutrinas do século XIX que serviram de base ao republicanismo não era assim? Patriotismo, adoração de heróis, práticas republicanas cívicas e laicas não são prerrogativas exclusivas do positivismo (Leal, 2006, p. 22-23).

A "Descrição física, histórica e econômica" do Rio Grande do Sul, procedida por Alfredo Varela (1897) deu sequência às reflexões dos republicanos estudados por Antoniolli, ao mesmo tempo em que oferece um instantâneo de algumas discussões que ainda repercutiriam em 1913.[105] Por exemplo: no primeiro ano do século XIX, as Missões Orientais foram *incorporadas* ou *conquistadas* devido ao "patriotismo rio-grandense" – evidenciando uma existência do Rio Grande do Sul prévia à conformação de suas fronteiras –, segundo Varela (1897, p. 58). Vale lembrar que esse vocabulário *incorporação/conquista* ainda seria acionado na organização da segunda seção do acervo do APRS em 1913 e, posteriormente, na publicação de documentos na *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul*.

Conheceremos com mais vagar esses volumes no subcapítulo 2.5, mas desde já é possível adiantar que se tratava, em seus primórdios, de um veículo para divulgação da transcrição de documentos históricos, de inventários documentais e instrumentos de pesquisa.

[105] Tomo o autor como representativo da historiografia escrita na sequência da Guerra Civil Federalista. A única dissonância entre a abordagem da descrição documental de 1913 e a deste autor diz respeito à "invasão" de 1864, dado que Varela era simpático aos paraguaios republicanos em face da monarquia brasileira.

Imagem 8 – Primeiro volume da *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul*, 1921


Janeiro 1921 N. 1

PRESIDENCIA DO DR. A. A. BORGES DE MEDEIROS

REVISTA

DO

ARCHIVO PUBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIO DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR

DR. PROTASIO A. ALVES

DIRECTOR

Florencio C. de Abreu e Silva

CHEFE DA 1ª SECÇÃO (ARCHIVO ADMINISTRATIVO)

José Alves Ferraz D'Ely

CHEFE DA 2ª SECÇÃO (ARCHIVO HISTORICO E GEOGRAPHICO)

Eduardo Duarte

CHEFE DA 3ª SECÇÃO (ARCHIVO JUDICIAL)

Emilio D'Artagnan Carvalho

Officinas graphicas d'A Federação — Porto Alegre

Fonte: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional. Caixa 57001.0045, *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul*.

Letícia Nedel (1999, p. 120-121) situa a diferença entre a obra de Varela e a de seus antecessores, pois não mais se tratava de "genérica e difusa" propaganda do republicanismo, mas de uma reflexão sobre um momento em que esse *télos* aparentava ter chegado. Os federalistas empenhados na Guerra Civil de 1893-1895 eram responsabilizados pelos insucessos na consecução dos objetivos republicanos, pois se "opuseram à natural marcha evolutiva do país" (Varela, 1897, p. 197). A centralização do poder nas mãos de Castilhos, por seu turno, era justificada como adequada para efetuar tal evolu-

ção. A "sã filosofia da História" – o historiador apelava explicitamente a Comte –[106] servia como justificativa, então, para a vitória do PRR sobre os gasparistas e para o triunfo do novo regime.

Magistra vitæ ou não, a História também oferecia contraexemplos, como os dos federalistas de Gaspar Silveira Martins, descritos como "reacionários" – conforme uma visão evolucionista, portanto: a "horda federalista" era responsabilizada pela "invasão" do Rio Grande do Sul (Varela, 1897, p. 227), na mesma palavra utilizada na seleção documental de 1913. Cumpre destacar que o trauma representado pela Guerra Civil de 1893-1895, em que perreristas "pica-paus" e opositores "maragatos" massacraram-se de forma brutal, era muito recente. Seus vestígios eram descritos documentalmente, no rol da segunda seção, como antagonismo entre "forças republicanas" e "invasores". Quer dizer, o antagonismo político era convertido em alteridade nacional. No mesmo acervo, as Missões Jesuíticas compareceram na relação de documentos históricos apenas quando situadas no prisma da conquista portuguesa, nas negociações com Gomes Freire de Andrade. Mais do que uma inclinação "lusa", adequada apenas a debates posteriores, talvez haja o trivial fato de que a documentação então disponível no acervo era apenas aquela produzida pelos portugueses.

Ieda Gutfreind (1992, p. 17) e Letícia Nedel (2005, p. 122-123) convergem quando assinalam que havia o reconhecimento da influência platina no Rio Grande do Sul no período da propaganda republicana como forma de exaltar a forma federalista de governo e as singularidades da Província sulina em face de um Império centralizado. A qualificação dessa bibliografia como "platinista" pela primeira autora é, contudo, um salto analítico mais delicado, como diversas pesquisas mais recentes na área da história da historiografia têm ressaltado. Como observam Rodrigues e Nedel (2005, p. 169), as ditas matrizes "platina" e "lusa" correspondem a um momento diverso da historiografia do sul do Brasil, e nesse sentido sua validade se esvai ao referenciar o século XIX. De fato, só faz sentido considerar a história escrita por Assis Brasil, Lima e Varela no século XIX como "platinista" a partir da obviedade de que não compartilhavam das preocupações historiográficas da década de 1930 – ou seja, a integração do Rio Grande do Sul como parte de um mundo luso-português. Daniela Silveira (2008, p. 11-12), por seu turno, admite que a ênfase na distinção lusos X platinos pode ocultar outros aspectos importantes sobre a operação da escrita da história pelos integrantes do IHGRGS. Finalmente, Jocelito Zalla (2022, p. 144), estudando "Terra Gaúcha" de Simões Lopes Neto, manuscrito inédito recuperado em 1955, indica o anacronismo de definir qualquer literatura anterior à década de 1920 como "lusitana" ou "platina", por adiantar tópicas de política intelectual que lhe seriam posteriores.

[106] Todavia, é necessário observar que havia outros autores informando o pensamento vareliano. Tal como Assis Brasil, apelava-se à tríade "raça, meio e momento", de Taine, a fim de construir o cenário físico, econômico e histórico (Nedel, 1999, p. 121).

A ditadura positiva conduzida por um estrato esclarecido funcionava, então, na aurora do século, como norte da organização documental, com seu ápice em *toda* documentação referente ao patriarca da República. A história coroava-se em um presente republicano que adquiria concretude documental na forma de organizar o acervo, e também por meio da seleção dos documentos a publicar (Possamai, 2013). Antoniolli (2017, p. 19) provocativamente observa que, à exceção de Assis Brasil, nas narrativas da historiografia dos jovens republicanos da década de 1880 na Faculdade de Direito de São Paulo por ele analisadas não havia suporte documental; é como se as leis da história bastassem para a sustentação da abordagem histórica republicana. Seria abusivo imaginar que, talvez, os documentos da segunda seção teriam operado no sentido de "preencher" essas carências de material empírico?

2.5 A fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a Revista do *Archivo Publico do Rio Grande do Sul*

O IHGRGS foi fundado em 9 de agosto de 1920, ocorrendo reuniões preparatórias no APRS e a instalação solene no Paço Municipal.[107] A ingerência do Instituto sobre as atividades arquivísticas era interpretada pelos confrades como apreço e cuidado, mais do que interferência: as instituições – referindo-se já ao acervo localizado no MJC – eram "irmãs gêmeas, filhas do mesmo cérebro, acariciadas pelas mesmas mãos, crescendo e se assegurando sob os mesmos olhos que as viram nascer e que para elas terá sempre o mesmo afeto" (Duarte, 1928, p. 181). De fato, até 1927, a direção do APRS seria ocupada por integrantes do IHGRGS, que colocaram suas gestões em prol da constituição de um museu histórico, culminando no desmembramento da segunda seção, que em 1925 foi destacada do acervo do APRS e levada ao MJC. O IHGRGS sempre esteve comprometido com a escrita de uma história republicana, nos moldes, aliás, pré-figurados pela distribuição do acervo do Arquivo Público (Gutfreind, 1992; Nedel, 1999; Monteiro, 2006).

Uma interpretação reiterada sobre a fundação do IHGRGS repousa em certos erros factuais. Segundo Ieda Gutfreind (1992), a década de 1920 assistiu à apaziguação das paixões partidárias, culminando na formação de uma frente única entre PRR e oposições, que conquistaria o poder nacional em 1930 e se orientaria, intelectualmente, à construção de um Rio Grande do Sul luso-brasileiro. Em maior ou menor grau, estudos posteriores recaíram em visões similares. Daniela Silveira (2008) associou a fundação do IHGRGS a certo período de "transição" entre o federalismo exacerbado da Primeira República e o centralismo da era Vargas, abrigando integrantes da oposição. Segundo

[107] Também em Minas Gerais o Instituto Histórico foi gestado no interior do Arquivo Público (Parrela, 2012).

Jefferson Teles Martins (2015, p. 81-82), o Instituto representou um espaço de "ecumenismo" partidário, "antecipando" em quase uma década a unificação das diferentes vertentes políticas.

Esses argumentos não resistem ao fato de, como lembra Nedel (1999, p. 80), estar-se na antevéspera da Revolução de 1923, que sucedeu às eleições que opuseram Borges de Medeiros e Assis Brasil.[108] O Rio Grande do Sul aguardaria até 1928 para a formação de uma Frente Única. Assim, pensar em uma "antecipação" do consenso entre as agremiações é equivocado, sobretudo quando utilizamos dados do próprio Martins, que examinou a defecção de José Zeferino da Cunha, opositor proponente do nome de Assis Brasil na sequência da aprovação de Borges como "sócio honorário" (Martins, 2015, p. 114). O Instituto, é claro, não estava impermeável às premências da vida pública.

A ascensão de Getúlio Vargas à condição de mandatário estadual, em 1928, representou o eclipse do borgismo. A nova geração do PRR – além de Getúlio, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e João Antônio Flores da Cunha – logrou apaziguar a oposição, formando a frente que chegaria ao poder nacional em 1930. Também o Arquivo Público perdeu parte da importância que havia tido nos anos de auge do borgismo, o que foi interpretado pela historiadora Isabel Oliveira Perna Almeida (2005) como uma inconsistência na defesa do serviço público tal como difundida no "discurso oficial". No relatório do Arquivo Público de 1928, o diretor Alcides Flores Soares destacou que:

> as dificuldades da repartição eram de várias ordens, tais como: recebimento, de grande número de arquivos completamente desorganizados; um pequeno número de funcionários para atender o trabalho e uma grande desproporção entre os arquivos remetidos e o número de funcionários admitidos. E para arrematar esse quadro que a instituição estava repleta de *milhares de papéis e livros sem utilidade e valor algum* (Almeida, 2005, p. 22).[109]

Seu substituto, Érico Ribeiro da Luz, sublinhou a "dedicação e amor ao trabalho, sempre demonstrados, pelos funcionários do Arquivo Público", pedindo que fossem relevadas "imperfeições ou omissões".[110] Veremos, no capítulo V, que a desorganização e a falta de espaço só se agravaram, levando à necessidade da construção de uma nova edificação duas décadas após.

Também se verifica no caso de Gutfreind (1992) uma transposição ao início da década de 1920 de preocupações historiográficas posteriores, conforme mencionado. No afã

---

[108] Em 1922, Assis Brasil concorreu à Presidência do Estado contra Borges de Medeiros, que na ocasião já completava seu quarto mandato. O insucesso da candidatura, cercada por denúncias de fraudes, levou à luta armada em 1923, quando os assisistas conquistaram o compromisso de que Borges não se candidataria novamente, uma vez completando seu quinto mandato. O *imbroglio* estava relacionado ao fato de a reeleição estar condicionada à conquista de ¾ dos votos. Borges de Medeiros atingiu essa proporção dos votos válidos, mas não dos votos totais, distinção não realizada pela Carta de 1891. As circunstâncias econômicas para o desafio ao poderio perrerista deram-se no âmbito de uma crise econômica no setor pecuarista daquela década (Antonacci, 1981).

[109] As informações obtidas pela autora provavelmente são oriundas de relatórios anexos aos da Secretaria de Interior e Exterior. Contudo, na busca no AHRS pelos relatórios do período em que Getúlio Vargas esteve no governo do Estado, parte deles não foi encontrada.

[110] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Secretaria de Interior e Exterior, livro SIE 03-045, Relatório de 1929.

de classificar a produção do IHGRGS como "matriz lusa", ela adiantou a tentativa de construir um Rio Grande do Sul inserido no arranjo nacional, que caracterizaria a historiografia a partir da Revolução de 1930, "fantasma" que cercou a autopercepção daquela geração de historiadores (Rodrigues, 2006, p. 17). Mara Rodrigues (2017, p. 255), entretanto, demonstrou que até então os artigos sobre as Missões Jesuíticas, posteriormente expurgadas da historiografia do Instituto como "espanholas" e "não-pertencentes à história rio-grandense" – conforme virulento debate realizado na década de 1950 –, compreendiam, até 1930, cerca de 16% da produção publicada em sua revista.[111]

Por fim, costuma-se assinalar o protagonismo do IHGRGS nas comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, na década de 1930, arrogando-se o lugar de instância legitimadora para os conhecimentos sobre aquele episódio histórico (Gutfreind, 1992, Nedel, 1999, Martins, 2015, Silva, 2018). Nas revistas do APRS da década de 1920, porém, as discussões do centenário farroupilha não haviam se traduzido na escolha dos documentos a reproduzir. Possamai (2013) e Rodrigues (2017), porém, assinalaram o centenário *da Independência* como efeméride de interesse mais diretamente associada à fundação do IHGRGS. Como a segunda autora aponta, os preparativos para 1922 ocorreram sob uma perspectiva "servil":

> outra possível fonte de incômodo aos sócios do Instituto era o fato de que deviam produzir conferências e comemorar fatos históricos nos quais o Rio Grande do Sul ainda não figurava como um protagonista ou sequer um participante ativo [...] Queriam erigir um monumento comemorativo ao centenário da Independência, mas não sabiam que personagem sul-rio-grandense se destacava neste processo para que o pudessem homenagear (Rodrigues, 2017, p. 253).

A revista do APRS canalizou soluções paliativas para esses dilemas.[112] Em dezembro de 1922, Florêncio de Abreu e Silva, então diretor do APRS e presidente do Instituto, publicou, no número 8, uma compilação de dados sobre o estado no intervalo 1822-1922. O "Retrospecto Econômico e Financeiro do Rio Grande do Sul. 1822-1922" – associado à sua função dirigente – foi realizado por determinação do governo estadual. A superficialidade do estudo – informações sem interpretação ou referenciamento das fontes – não oculta a relevância do centenário perante os integrantes do IHGRGS. Faltando heróis rio-grandenses, compilaram-se ao menos dados sobre o período transcorrido desde então.

Ademais, deu-se destaque, na publicação de documentos em outros volumes, aos próceres que ocuparam lugar importante na definição das fronteiras nacionais. No centenário do Brasil independente, a inserção do estado sulino deu-se, portanto, no protagonis-

[111] Não confundir a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* com a *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul.*

[112] A coleção, quase completa, da revista foi consultada em: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional. Caixas 57001.0045, 57001.0046 e 57001.0047. Os demais volumes foram acessados nas bibliotecas da PUCRS e do IHGRGS.

mo pelo delineamento dos limites pátrios.[113] Desde o surgimento do APRS em 1906, cumpria ao diretor geral "dirigir a confecção das memórias históricas do Arquivo Público do Rio Grande do Sul", atribuição reafirmada em 1913.[114] Entretanto, a *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul* só saiu, de fato, quando ali se alojaram intelectuais burocratas dedicados à divulgação do acervo monumentalizado. Se a seleção de documentos pertencentes à segunda seção ajudou na delimitação das evidências adequadas à história do Rio Grande do Sul, sua publicação em uma revista ressaltava determinados sujeitos, erigidos em heróis, no estabelecimento das fronteiras pátrias, em um verdadeiro "laboratório da história", usando a feliz expressão tomada em empréstimo de José Honório Rodrigues por Ana Paula Sampaio Caldeira (2017). No contexto imperial, os Anais da Biblioteca Nacional serviram à definição da documentação considerada fundamental para a escrita da história nacional (Caldeira, 2017). A escolha pela publicação regular dos papéis referentes à "incorporação" das Missões (1801) e à Campanha de 1811-1812,[115] respondia, da mesma forma, a demandas conjunturais.[116] Os heróis exaltados eram, dentre outros, José Francisco Borges do Canto, Patrício José Correia da Câmara, Manoel Marques de Souza e Dom Diogo de Souza, também exaltados por Alfredo Varela (1897).

As transcrições sobre autoridades militares ocuparam páginas significativas da revista em seus 18 primeiros volumes (até 1925), excetuando o já mencionado apanhado de Florêncio de Abreu e Silva no volume 8 e dois volumes especiais de 1924, comemorativos do centenário da chegada de imigrantes alemães. Além disso, o volume 7, de 1922, trazia um dossiê sobre a independência no Rio Grande do Sul, com reprodução de documentos sobre a situação política regional no início dos anos 1820. Na falta de protagonistas sul-rio-grandenses, os integrantes do Instituto contentaram-se com, pelo menos, a inscrição do Rio Grande do Sul na independência pátria.

2.6 Um "opulento manancial" e o projeto de um museu histórico

Em 1928, com evidente fascínio pela documentação do acervo do Arquivo Público trasladada três anos antes ao MJC, Eduardo Duarte escreveu um texto em que reverenciava a potência daqueles fundos documentais na exaltação da história rio-grandense (Duarte, 1928). Termos como "precioso", "opulência" e "manancial" são repetidos *ad nauseam* como forma a atestar a riqueza de um acervo que ficou reservado ao IHGRGS, conforme avalia Nedel:

---

[113] Uma discussão recorrente entre os intelectuais do Instituto Histórico era de que os rio-grandenses eram brasileiros "por opção" e não por fatalidade e, portanto, portadores de um patriotismo ainda maior (Nedel, 1999, p. 141-142). Discussões nesse sentido já eram realizadas desde o século XIX (Boeira, 2009, p. 68; Gomes, 2006, p. 346).

[114] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, regulamentos de 1906 e 1913.

[115] Primeira intervenção brasileira na Cisplatina, denominada na revista como "Exército pacificador".

[116] Há que observar, contudo, que em gerações anteriores a delimitação de fronteiras já havia despertado interesse. Nos 1860, conforme demonstrou Boeira, estava em jogo o caráter da inserção do Rio Grande do Sul no contexto do Império e a relação entre o pouco longevo IHGPSP e o IHGB; naquela ocasião foram publicadas memórias da campanha de 1816, isto é, da intervenção contra Artigas (Boeira, 2013, p. 162).

> Desde a criação do IHGRS e a intensificação das pesquisas pela seção do Arquivo sediado no MJC, a história passara a ser matéria para poucos estudiosos, lotados como pesquisadores dos órgãos públicos ou cadastrados nos índices de sócios do IHGRS. Restrita a um círculo especializado de eruditos, a memória historiográfica, situada entre a história oficial de cunho cientificista e documental e a memória coletiva fundadora da identidade regional, podia habilitar "cientificamente" a reconstrução do passado face à necessidade de reversão do estigma imputado ao estado desde o século passado, de "corpo estranho à nação" (Nedel, 1999, p. 136-137).

Nesse sentido, cabe indagar por quais motivos o MJC foi considerado um local mais adequado para dar cabo desse projeto, especialmente se consideramos que o acesso à documentação *nunca* constituíra a função principal do APRS.[117] Mesmo que a questão siga em aberto, alguns questionamentos são plausíveis. Para manter a documentação da segunda seção privada do alcance público, reservando-a, de forma mais restrita, a iniciados?[118] Talvez, mas além do poder de decisão sobre o acesso à documentação – o que, a rigor, também poderia ser feito no APRS, havia um projeto político-intelectual de constituição de um museu histórico. A rigor, tratava-se de um retorno da documentação à instituição original, já que parte da segunda seção era originária do Museu, conforme visto. Em ambos os casos, o deslocamento do acervo devia-se a projetos institucionais: em 1910 almejava-se a constituição de um arquivo histórico, 15 anos depois, o foco era um museu histórico. Na segunda opção certamente houve influência das políticas intelectuais dos partícipes do IHGRGS.[119] A partir dessa leitura, a questão se recoloca: de que maneiras se transitou entre os dois objetivos?

Ana Celina Silva (2018) incorpora à sua tese elementos que sugerem que essa proposta chegara ao mandatário estadual a partir de uma sugestão de Alcides Maya.[120] Intelectual consagrado e de grande prestígio, ocupando uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, estava em contato com iniciativas museográficas de caráter histórico, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Maya assumiu a direção do APRS em 1924. O argumento da autora é reforçado pelo fato de, em maio do ano seguinte, terem trocado os diretores das instituições: o mineralogista Francisco Rodolpho Simch, até então diretor do MJC, permu-

---

[117] Tanto no regimento de 1906 quanto no de 1913, o acesso à documentação se dava apenas mediante o arbítrio do diretor, por meio de autorização expressa. Além disso, notas ou cópias estavam vedadas. APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, regulamentos de 1906 e 1913, em seus artigos 60 e 54, respectivamente.

[118] Falar no translado da *segunda seção* é uma simplificação. Foram levados todos documentos considerados de relevância histórica, mesmo que estivessem em outras divisões. É o caso do item 4 do acervo enumerado no Regimento do MJC em 1926: "'documentos, notícias, roteiros, crônicas, alvarás, provisões, etc. concernentes aos primeiros tempos do Rio Grande do Sul, entradas iniciais, linhas de povoamento, funções militares e administrativas". Conforme o regimento do APRS de 1913, esses documentos pertenciam à primeira seção.

[119] Soares (2019, p. 41) afirma que o traslado se devia tanto à escolha política por resguardar reservadamente os documentos considerados históricos quanto a dificuldades infraestruturais para garantir espaço físico aos acervos. Minha abordagem concentra-se no primeiro aspecto. Havia um projeto. Não acredito que, após a construção do prédio II (ver capítulo seguinte) esse fosse o problema. É necessário, porém, ressaltar que se trata de um trabalho de conclusão de curso que se propõe apenas a notas iniciais (Soares, 2019, p. 27), sendo importante essa informação para dimensionar a crítica de uma forma proporcional.

[120] Alcides Maya (1878-1944) foi um "homem de letras" e político rio-grandense. Foi escolhido para a Academia Brasileira de Letras em 1913. Foi eleito deputado federal em 1918, e reeleito em 1921 (Lopes, s/d).

tou de cargo com o *humanista* Maya. Estava se preparando o terreno para, meses mais tarde, o MJC adquirir feições concernentes à história.

Por mais consistentes que sejam seus argumentos, a autora coloca ênfase demasiada no projeto pessoal de Maya. Silva o admite quando observa: "todo o processo não pode ser explicado a partir da vontade de um único indivíduo, mesmo que ele tenha destaque e poder. A atuação de Maya deve ser analisada conjuntamente com outros fatores, mas nunca desconsiderada" (Silva, 2018, p. 71). O próprio texto da historiadora traz uma possibilidade explicativa complementar, quando assinala o empenho pessoal de Eduardo Duarte na consecução do projeto. Ingressando no APRS em 1917, Duarte já encontrou os documentos delimitados entre as seções.[121] Todavia, ele se empenhou no traslado ao Júlio de Castilhos do setor do Arquivo do qual estava encarregado. Mais do que uma iniciativa particular, entende-se o desmembramento da segunda seção como um projeto institucional do IHGRGS, ao qual ambos pertenciam, bem como Simch. A partir do momento em que os documentos considerados historicamente relevantes foram deslocados ao MJC, o "opulento manancial" estava sob um manejo mais direto dos intelectuais do IHGRGS.

É necessário assinalar que os integrantes do Instituto, enquanto estiveram à frente do APRS, desempenharam importante papel na arrecadação de acervos. Silva (2018) identifica, em intelectuais instalados na seção histórica do MJC, uma "cruzada santa pelos documentos". Todavia, uma postura ativa na busca por papéis entendidos como "históricos" antecede 1925. O jornal republicano *O Brasil*, em 1920, noticiava: "o Dr. Florêncio de Abreu, diretor do Arquivo Público, tenciona colecionar nesse útil estabelecimento *todos* os documentos referentes à história e à geografia do Estado, a fim de serem reunidos e conservados com o maior cuidado."[122] Nos livros administrativos do Arquivo Público salvaguardados no Museu Júlio de Castilhos – provavelmente foram arrecadados, por engano, junto com o acervo histórico em 1925 –, estão registrados muitos ofícios de diretores a órgão estatais e a particulares solicitando documentos. Em 27/8/1920, por exemplo, por meio de Florêncio de Abreu e Silva, o APRS obteve a doação de diversos documentos junto à Delegacia Fiscal do Estado:

> L. de Cadastro de Sesmarias – 1784
> L. n. 3 de Registro de Patentes – ano de 1821
> L. n. 1 da Junta da Fazenda – ano de 1803
> L. de Registro de Ordens da Junta – ano de 1804
> L. n. 1 de Ordens do Dia – 1839
> L. n. 6 de Registros da Junta – 1803
> L. n. 2 de Registros das Ordens da Corte – 1812
> L. de Ordens do Dia – 1850

[121] Seria importante desvendar se houve alguma modalidade de atuação informal de Eduardo Duarte no APRS antes de 1917, compreender melhor a presença de Aurélio Porto e, ainda, mapear com exatidão quem foram os funcionários responsáveis pela compilação em 1913 dos documentos que constituíram a segunda seção. Infelizmente, os registros de pessoal do início do século XX investigados até o momento revelaram-se incompletos.

[122] HDBN, *O Brasil*, Ano XIII, n. 27, 1920. Grifo do autor.

L. n. 29 de Ordens do Dia – 1852
L. de termos de arrematação – 1803
L. de termos de arrematação – 1803
L. de termos de arrematação – 1810
L. de Condições de contratos – 1822
L. de termos de arrematação – 1828
L. de Registro de Ordens – 1840[123]

No dia 2 de setembro de 1920, foi apresentada uma lista complementar:

Cadastro de sesmarias – 1784
Termos de arrematação, contratos, pauta, etc. – 1803
Termos de arrematação, contratos, pauta, etc. – 1803
Termos de arrematação, contratos, pauta, etc. – 1803
Termos de arrematação, contratos, pauta, etc. – 1810
Termos de arrematação, contratos, pauta, etc. – 1822
Termos de arrematação, contratos, pauta, etc. – 1832
Registro de ofícios da Real Fazenda para o Real Erário – 1803
Registro de ofícios da Real Fazenda para o Real Erário – 1804
Registro de ofícios da Real Fazenda para o Real Erário – 1811
Registro de ofícios da Real Fazenda para o Real Erário – 1812
Acórdãos e resoluções da Junta da Real Fazenda – 1803
Registro de ordens e mais papéis que digam respeito à Intendência de Marinha – 1799
Registro de patentes régias – 1821
Registro de patentes régias – 1823
Ordens do dia – 1839
Ordens do dia – 1840
Ordens do dia – 1841
Ordens do dia – 1850
Ordens do dia – 1852.[124]

É possível que, em seu empenho quanto à obtenção de documentos históricos, alguns do século XVIII, os afiliados ao Instituto tenham se sentido à vontade para utilizar de sua inserção na máquina pública para decidir o destino mais apropriado aos documentos coletados. Para além dos projetos coetâneos de criação de museus históricos, a divisão de competências entre uma instituição responsável por documentação administrativa subsidiária à construção do Estado e de outra encarregada da coleta e pesquisa de documentos tidos como históricos replicava e atualizava, em plena República, ironicamente, a divisão de atribuições entre o Arquivo Público do Império (atual Arquivo Nacional) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Costa, 2000), mencionada no capítulo anterior. Os integrantes do IHGRGS exerciam seu poder sobre o MJC. Dali em diante – com exceção do *decênio Manoelito de Ornellas* à frente da instituição (1945-1955) –, o interesse pelo APRS mudou de natureza. Apesar de aparentemente incongruentes, o *absolutismo imperial* e o autoritário regime perrerista constituíam Executivos fortes comprometidos, respectivamente, com a construção da Nação e da região, no último caso dada a implementação de um Estado nacional federativo.

[123] MJC, Livro AP1003, f. 33.
[124] MJC, Livro AP1003, f. 39.

Percebe-se que a própria organização do acervo do APRS e de suas pesquisas propunha um olhar sobre a constituição das fronteiras nacionais e a construção da região como inerentemente republicana. Ocorre que os historiadores do IHGRGS, ao longo do século XX, beberam na documentação divulgada pela revista da instituição com o intuito de estabelecer a existência do estado como unidade pré-determinada antes mesmo da constituição de suas fronteiras, sejam os ditos "lusos", sejam os tais "platinos" (Vellinho, 1973; Ornellas, 2012 [1948]).

Se para os autores do fim do século XIX e primeira metade do XX a "verdade" estava nos documentos, é pertinente verificar qual foi a documentação, como se constituiu e em quais instituições estavam depositados. "Adquirir e conservar" não envolveram operações inermes. Por trás desses verbos, diferentes instituições e atores mobilizaram suas definições do que era história, do que deveria ser adquirido e conservado e dos espaços adequados para fazê-lo. O APRS, em seus regimentos de 1927 e 1928, seguiu "adquirindo e conservando", porém agora suas atribuições limitavam-se aos "documentos concernentes à legislação e à administração do Estado, da União e dos municípios" e aqueles "de vendas, cessão e medição de terras, os autos findos de jurisdição contenciosa, bem como inventários, livros de notas, registros de testamentos, nascimentos, casamentos e óbitos", quer dizer, a documentação das antigas primeira e terceira seções. Em 1926, a competência de "adquirir e conservar" documentos considerados históricos foi "adquirida" pelo MJC, que a "conservaria" até 1954, quando surgiu o atual AHRS.[125]

É importante ter em mente que a criação de Arquivo Públicos na Primeira República deu-se em outros Estados brasileiros, não sendo especificidade "positivista". No relatório de 1905 que projetava a criação da instituição, colocava-se que o órgão deveria ser criado "nos moldes dos que existem em outros estados".[126] É o caso dos arquivos públicos do Paraná, de 1855, ainda durante o Império – o que fortalece o contraponto da hipótese que reduz o fracasso do Arquivo Provincial à resistência da Corte –, da Bahia, de 1890, de São Paulo, de 1892, de Minas Gerais, de 1895, do Mato Grosso, de 1896, do Amazonas, de 1897, do Pará, de 1901. Em 1908 e 1909 seriam criados, ainda, os arquivos do Espírito Santo e do Piauí (Alves, 2019). Havia, então, nos primeiros anos da República uma disposição por arquivar que extrapolava eventuais fundamentos ideológicos positivistas. Além disso, as atribuições regimentais assumidas pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul eram praticamente idênticas àquelas do seu equivalente mineiro, de regulamento de 1895, conforme vimos no início deste capítulo (Parrela, 2012, p. 137). Sendo assim, ao menos do ponto de vista dos arquivos, a suposta singularidade rio-grandense deve ser relativiza-

[125] Conforme o regimento de 1926, cumpria ao MJC "Adquirir, estudar, catalogar ou colecionar sistematicamente todos os documentos concernentes à história e geografia e espécimes das riquezas e curiosidades naturais, científicas e arqueológicas do Rio Grande do Sul, organizando as necessárias coleções, de estudo, especial, referentes aos vários ramos da história natural".

[126] HDBN, Relatório do Presidente do Estado Borges de Medeiros, a 20 de setembro de 1905.

da. O recolhimento de acervos à capital obedeceu à lógica de centralização administrativa e de controle do judiciário do regime castilhista-borgista, mas não foi único (Parrela, 2012, p. 145), não teve caráter necessariamente "positivista" e tampouco foi alheio a funções regimentais mais disseminadas.

É, aparentemente, irônico que o Arquivo Público estabelecido pelo do PRR tenha adotado expedientes semelhantes aos da administração arquivística imperial em sua proposição de escrita de uma história castilhista. Por exemplo: a divulgação de documentos tidos como relevantes à escrita da história, nacional ou regional, ou a separação entre competências de fundos administrativos ou "históricos". Tratava-se, todavia, de construir a região como especificamente republicana, da mesma forma como durante o Império se procurara, por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, edificar a narrativa necessária às bases de uma Nação (Guimarães, 2011).

Em 1913, então, foram escolhidos no Arquivo Público os documentos que serviriam para constituir o Rio Grande do Sul como uma unidade preexistente e que seriam dispostos de modo a assinalar sua vocação histórica republicana. A publicação de documentos serviu para afirmar próceres e heróis que haviam sido exaltados pela historiografia precedente e que teriam protagonizado a constituição das fronteiras nacionais, cabendo avaliar melhor por que a preocupação mais clara com a Farroupilha deu-se anos após, no centenário do decênio (1935-1945). O protagonismo castilhista levou à proposta de acúmulo do conjunto de documentos referentes ao "patriarca da República". Aquelas escolhas ocorreram em um momento em que o caráter de uma Nação centenária, e o papel de um Rio Grande do Sul sob a égide do PRR, tomado como peculiar, estavam na ordem do dia. O corpo documental reunido na primeira e na terceira seção, por seu turno, conforme veremos, cumpriam muito mais um papel administrativo de subsídio à máquina pública e à formação do Executivo Estadual, da qual era "arrimo". Conheçamos, então, a relação entre o Arquivo, como edificação, e a cidade.



CAPÍTULO III

O arquivo na cidade: janelas para o passado, paredes de arrimo

3.1 Janelas para o passado

Entre os prédios mais antigos do Arquivo Público, numerados na atualidade como I e II, encontra-se a vasta sala significativamente chamada, nos dias de hoje, de sala Borges de Medeiros – sala Borges, para os/as íntimos/as –, anexa aos depósitos da segunda edificação. Sala de consultas, nos tempos mais remotos, atualmente é utilizada para a realização de oficinas de educação patrimonial. O olhar de quem, do interior da sala, ouvir o canto dos pássaros e tentar observar o bucólico jardim interno incrustado entre os três prédios – sobre o mais recente falar-se-á em momento oportuno –, necessitará atravessar janelas em formato de arco romano. As dimensões são imponentes, e encontram-se adornadas com grades desenhadas em elegante estilo decorativo característico da *belle époque*. Seus contornos, em forma de arabescos, tornam especialmente bela a visão do pátio interno ou do sol que nas frias manhãs de inverno projeta-se nas paredes.

Imagem 9 – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Sala Borges de Medeiros



Fonte: Fotografia de Rodrigo de Azevedo Weimer – inverno de 2020.

Entretanto, sua observação não possibilita apenas o deleite estético proporcionado pela contemplação dos pavilhões históricos: pretende-se, aqui, também obter uma “janela” – com o perdão de uma metáfora já cansativamente gasta na historiografia –, um ponto de observação da relação entre o Arquivo e o seu entorno. Como veremos, a arquitetura

historicista – que será discutida com vagar no tópico 3.4 – também é uma forma de arte orientada ao passado, do qual tira inspiração para seus elementos construtivos. Trata-se de uma "janela para o passado" não apenas para historiadores, mas de seus próprios projetistas. Mais do que uma caracterização arquitetônica dos prédios, o que por si só é de interesse – especialmente por ser controversa –, cumpre pensar o impacto da construção dos prédios sobre seu entorno, o que será desenvolvido no capítulo IV. Pensar sobre o arquivo na dinâmica urbana, pensar sobre o Arquivo e a cidade – entendida como *pólis*, com direito a *ágora* e *acrópole* (ver adiante) –, implica em pensar na relação da cidade com os cidadãos, e, consequentemente, a cidadania – no sentido da relação Arquivo-sociedade civil –, fio condutor deste livro.[127]

O capítulo será fartamente ilustrado, de forma a tentar encantar o leitor com as maravilhas dos prédios do Arquivo Público e tornar visíveis as áridas descrições resultantes apenas da linguagem escrita. Por vezes as imagens terão valor informativo agregado à discussão realizada, mas no mais das vezes seu papel será ilustrativo. É necessário alertar, entretanto, que apesar de me ocupar por vezes com as características arquitetônicas ou mesmo do debate dos arquitetos e urbanistas entre si, a análise aqui procedida parte do ponto de vista das histórias social e cultural – como, óbvio, é o *métier* deste autor.

3.2 Dos primeiros endereços à *acrópole* da cidade

Criada a instituição em 1906, tratava-se de escolher um espaço físico para seu funcionamento. O jornal *O Independente* que, como vimos, apresentou diversas críticas ao estabelecimento do Arquivo Público, indagava:

> Tomando por base a média de dez cartórios para cada município (número que representa o mínimo) chegamos ao resultado de que no Estado existem seiscentos e setenta cartórios. Cada cartório tem o seu arquivo próprio (...) Além dessa cifra fabulosa que representa o número de volumes existentes nos cartórios judiciais, há o arquivo das repartições públicas que deve ser enorme também. Onde o edifício público apropriado e que comporte tudo isso![128]

Adotaram-se soluções paliativas e temporárias para o dilema identificado pelo periódico. Inicialmente, o Arquivo Público funcionou no prédio do Atheneu Rio-grandense, na esquina das ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano (onde hoje se localiza o Colégio Bom Jesus/Sévigné), conforme dá conta o relatório da Diretoria de Obras Públicas de 1907: "Neste edifício atualmente funcionam a Biblioteca e o Arquivo Público. Na parte ocupada pela Biblioteca fez-se a pintura da sala da frente e na parte ocupada pelo Arquivo foi preciso correspondente ao exercício passado 4.333$700 réis e 246$200 ao corrente."[129] Ainda que pertencessem à mesma repartição pública, a Biblioteca e o Arquivo Público

[127] A questão da cidadania será explorada com mais vagar no subcapítulo 4.1.
[128] AHPOAMV, *O Independente,* 8/4/1906.
[129] AHRS, Relatório da Diretoria de Obras Públicas, códice SOP-16, 1907. A DOP era uma sub-seção da SOP.

ocupavam, então, diferentes ambientes daquele prédio. A instituição de ensino foi criada em 1871, voltada para o ensino secundário. Entretanto, dois anos depois foi fechada e em seu prédio instalou-se a biblioteca em uma sala, e, em outras, uma escola normalista (Silveira, 2024). Ao que aponta o citado relatório, o edifício abrigou, então, a repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca.

Imagem 10 – Atheneu Rio-grandense



Fonte: MJJF – FSM, foto 115f. Ferrari e irmãos. Rua Duque de Caxias esquina Rua Marechal Floriano. Apesar de ser datada da década de 1880, provavelmente é posterior, pelos postes de iluminação elétrica.

Aparentemente, o abrigo da recém-criada instituição no Ateneu foi um procedimento temporário e destinado apenas a estabelecer o órgão em um local específico, até encontrarem-se instalações definitivas, mais apropriadas à guarda do volume documental. Ainda a partir do ano anterior, o governo do Estado realizou uma série de desapropriações e aquisições de terrenos nas circunvizinhanças da Praça Marechal Deodoro – antiga Praça da Matriz, nome que ainda se preserva na voz do povo. Uma delas, datada de 21 de julho de 1908, agregava ao patrimônio do Estado o prédio da Bailante, antiga casa de bailes datada dos tempos do Imperador. A transação foi realizada por 85 contos de réis e envolveu os/as transmitentes D. Zulmira Palmeiro da Fonseca Guimarães, João Pinto da Fonseca Guimarães Júnior, Dr. Manoel Conceição de Alentejos e sua mulher, Dr. Plínio de Castro Casado e sua mulher, Dr. Antônio Marcio Ribeiro Jacques e sua mulher, José Pinto da Fonseca Guimarães e sua mulher. A intenção original, portanto, era ali instalar a jovem

instituição. Na escritura que registra a aquisição pelo Estado consta uma descrição detalhada do prédio:

> O edifício denominado Bailante, com uma porta, seis janelas e dois portões de frente e o respectivo terreno com 28 [?] de frente e igual largura nos fundos a entestar com herdeiros do Visconde de São Leopoldo e hoje com a Viscondessa de Pelotas, e 40,70 metros de extensão de frente ao fundo, dividindo-se ao sul com a Companhia Hidráulica Porto Alegrense e pelo Norte com herdeiros do General Francisco Antônio da Silva Bittencourt e com o terreno abaixo descrito.

O documento de transmissão é antecedido por uma breve descrição do "Arquivo Público (Antiga Bailante)":

> Uma escada circular, colocado no centro da fachada dá acesso ao vestíbulo de cada lado do qual existem diversos quartos; o vestíbulo termina no grande salão central de 25m,40 de comprimento por 18m,20 de largura; No fundo da sala uma outra peça com a mesma largura por 4m,36 de comprimento vem em continuação desta; Enfim um pátio coberto termina o edifício da divisa Oeste.
>
> Lateralmente, dois portões simetricamente colocados na fachada dão entrada a dois corredores, no fundo dos quais existem dois quartos no do norte e um no do sul.
>
> O terreno, de forma retangular é todo ocupado pelo edifício, confronta ao norte: com um terreno recentemente adquirido pelo governo do Estado e com terreno do General Francisco Bittencourt.[130]

Naqueles anos, foram diversas as aquisições de terrenos nos arredores da Praça da Matriz, conforme atestam os livros de registro de imóveis do Estado.[131] A partir de 1909, o número 1 da praça passou a aparecer como "próprio do Estado" nos livros de décimas prediais. Para além do terreno destinado a assentar o Arquivo Público, estava em construção a sede da presidência do Estado, que na posteridade a viria ser nomeada como Palácio Piratini – por sugestão, aliás, dos confrades do IHGRGS. Um lançamento não numerado entre o 32 e o 34 dos registros de impostos urbanos da praça já figura desde 1906 como "Palácio do Governo" nas décimas prediais; além do 1 (a Bailante, justamente) e do Palácio, outros dois endereços, tampouco numerados, aparecem como pertencentes à Fazenda Pública no livro de décimas de 1912.[132] Conforme o Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1909:

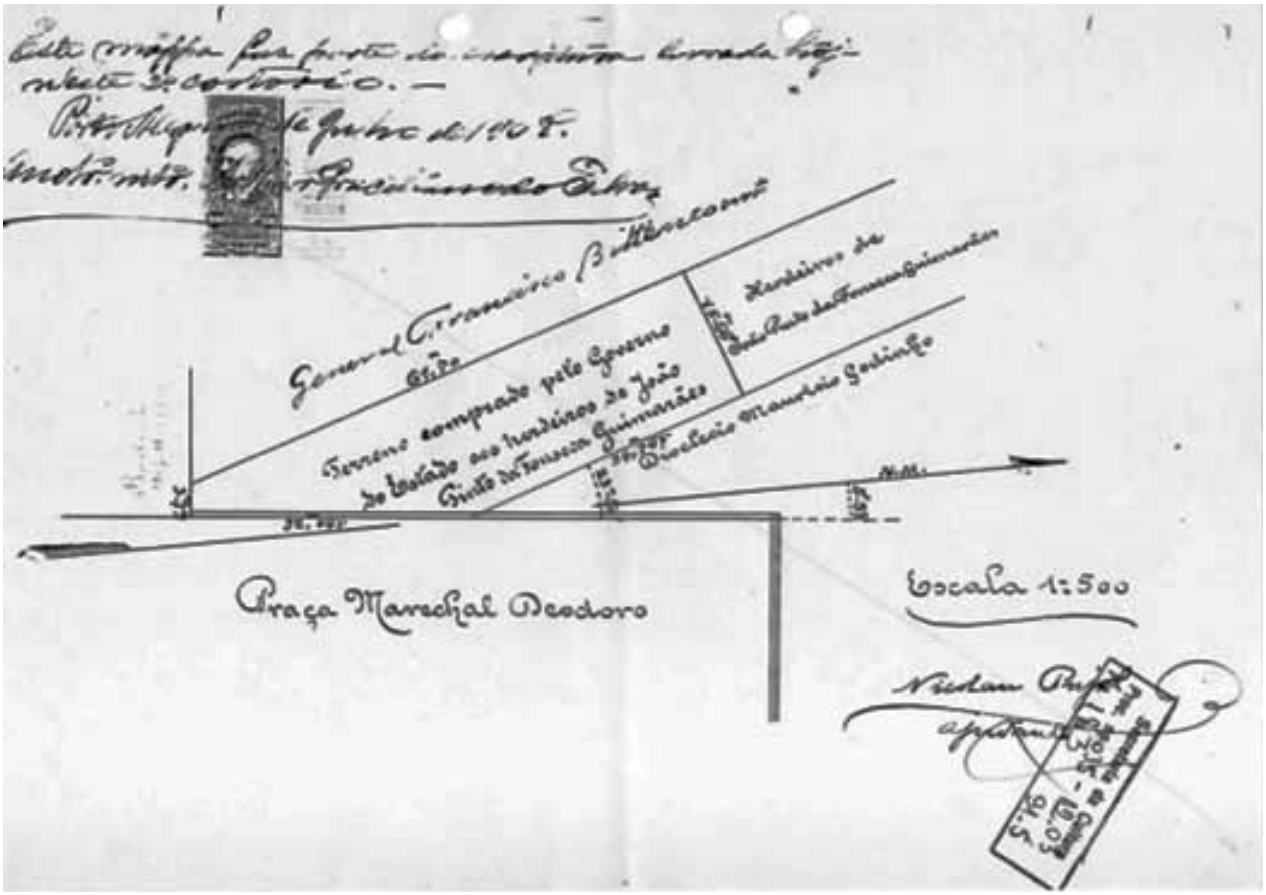
> Com o fim de melhorar as condições de situação do projetado palácio, fez o governo do Estado as seguintes aquisições: pela quantia de 17:500$000 réis, dos prédios n. 114, 118, 112A (parte), sitos à rua Coronel Fernando Machado; do edifício denominado "A Bailante", pertencente aos herdeiros do coronel João Pinto da Fonseca Guimarães, e do respectivo terreno com 28m,60 na frente, igual largura nos fundos e 40m,70 de cumprimento, pelo preço de 70:000$000; de um terreno adjacente, dos mesmos herdeiros, com 32m,65 de frente à Praça Marechal Deodoro e dividindo-se nas outras faces, na sua extensão de 61m,70, com terrenos dos herdeiros do General Francisco Antônio da Silva Bittencourt, na de 15m,66 com quintais de casas à rua Riachuelo n. 247 e 247A e finalmente na de 34m,765 com terrenos de Deoclécio Godinho, pela quantia de 15:000$000 réis. Ainda para o mesmo fim

[130] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional.Caixa 57001.0181. Cópia da escritura registrando a compra do edifício da antiga "Bailante" para construção da sede do APERS. 22/7/1908.
[131] APERS, Acervo Executivo, Livros 1 e 2 de Registro de Imóveis do Estado (em tratamento técnico).
[132] AHPOAMV, livros de décimas prediais de 1906-1912 (n. 148, 158, 172, 178, 190, 197, 210).

> foi decidido, em 29 de janeiro do corrente ano, a aquisição das partes de terreno que confinam com a praça Marechal Deodoro e de que são proprietários Antonio Vieira Fernandes, Deoclécio Godinho e DD. Francisca Fagundes e Emilia Kraemer.[133]

Já em 1910: "Está se procedendo à desapropriação amigável dos terrenos com edificações, no ângulo das ruas Fernando Machado e General Auto, da quadra do Palácio. Esta medida é um complemento absolutamente necessário das obras que estão sendo executadas".[134] O Estado, então, fez várias aquisições de terras na região da praça da Matriz e entorno, o que, como veremos no próximo capítulo, estimulou a especulação imobiliária na região e a expulsão de moradias carentes. Ao processo de tombamento do Arquivo Público pelo IPHAE em 1991 foi anexada a escritura da Bailante, da qual faz parte o seguinte croqui:

Mapa 1 – Terrenos adquiridos pelo Estado na Praça Marechal Deodoro no fim da primeira década do século XX



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991. Caixa 57001.0184.[135]

[133] AHRS, SOP, Relatório da Diretoria de Obras Públicas, códice SOP-22, 1909.
[134] AHRS, SOP, Relatório da Secretaria de Obras Públicas, códice SOP-24, 1910, p. 6.
[135] No dossiê com escrituras antigas, com o original da planta, na caixa 57001.0181 consta que a planta foi remetida à secretaria de obras. Um descarte indevido deu cabo de boa parte do acervo da Secretaria de Obras Públicas no fim da década de 2010 ou início da de 2020.

Imagem 11 – Praça da Matriz e Sociedade Bailante, 1881



Fonte: MJJF – FSM, foto 4759f. Coleção Eva Schmidt.

Imagem 12 – Sociedade Bailante, década de 1890



Fonte: MJJF – FSM, foto 293f. Fotografia: Virgílio Calegari.

No início de 1908, Carlos Barbosa Gonçalves, na mesma eleição analisada no primeiro capítulo, assumiu o governo do Estado. Pereira, Diefenbach e Calovi (2006, p. 5) associam esse governo a uma "febril atividade construtiva" na capital, resultante de uma conjuntura econômica favorável. A edificação do primeiro pavilhão do Arquivo Público, conforme veremos no próximo capítulo, está relacionada à reestruturação do espaço urbano da região central.[136] Na mesma dinâmica, compondo o centro da vida urbana de Porto Alegre, encontrava-se a Biblioteca Pública do Estado que, a despeito de existir desde 1871, instalou-se nas circunvizinhanças em 1912. Seu prédio foi concluído em 1915, recebendo um contrato de ampliação em 1919 e sendo aberto ao público em 1922. Suas diretrizes arquitetônicas assemelham-se àquelas do Arquivo Público, que serão estudadas com vagar no subcapítulo 3.4.

Imagem 13 – Biblioteca Pública do Estado, década de 1920



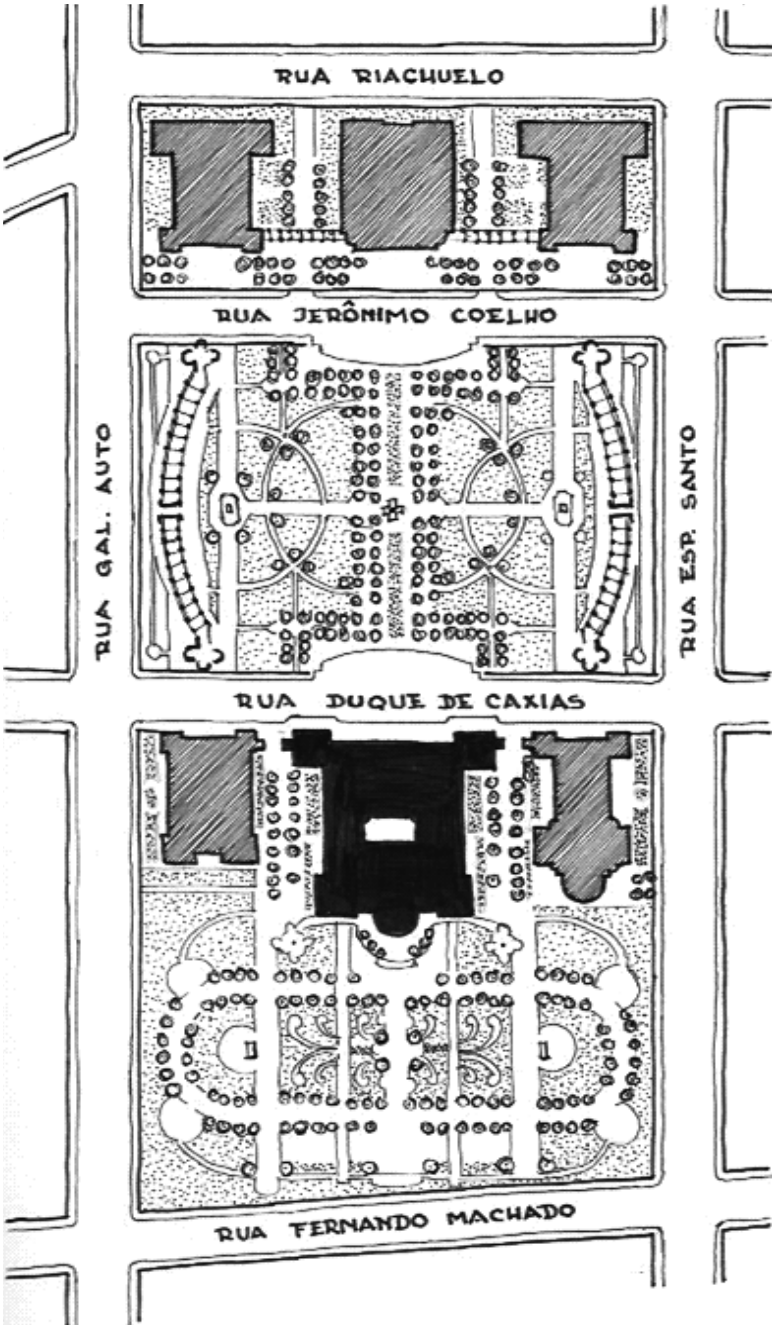
Fonte: MJJF – FSM, foto 4644f. Coleção Doutor João Pinto Ribeiro Netto.

Segundo os autores mencionados (Pereira, Diefenbach, Calovi, 2006, p. 4), Gonçalves retomava uma tradição construtiva iniciada por Júlio de Castilhos e interrompida por Borges de Medeiros, a quem é atribuída uma política de austeridade – esta, objeto no que toca ao PRR, de não tão recentes questionamentos historiográficos ou contestações empíricas (Axt, 2011; Bakos, 2013). No início de seu mandato, em 1908, foi realizado um

[136] "Está se procedendo a estudos para o aumento e embelezamento da praça Marechal Deodoro, a fim de adaptá-la ao fim que teve em vista o autor do projeto do monumento. No lado ocidental da praça continuavam a ser feitos aterros para o avançamento da área. Consta-nos mais que, na parte aterrada será levantado um edifício para o Arquivo Público". HDBN, *A Federação*, 4/10/1910.

concurso para a construção do Palácio Piratini, cujas obras haviam sido interrompidas pelo antecessor. Vencido pelo arquiteto Augustin Rey, seu projeto "não se restringia apenas a uma proposta para o Palácio. Incluía uma ampla reformulação do espaço público que abrangia a Praça da Matriz e o seu entorno" (Weimer, 2017, p. 214). O arquiteto e historiador Günter Weimer gentilmente cedeu um croqui do projeto vencedor:[137]

Mapa 2 – Croqui do projeto de Augustin Rey, 1908

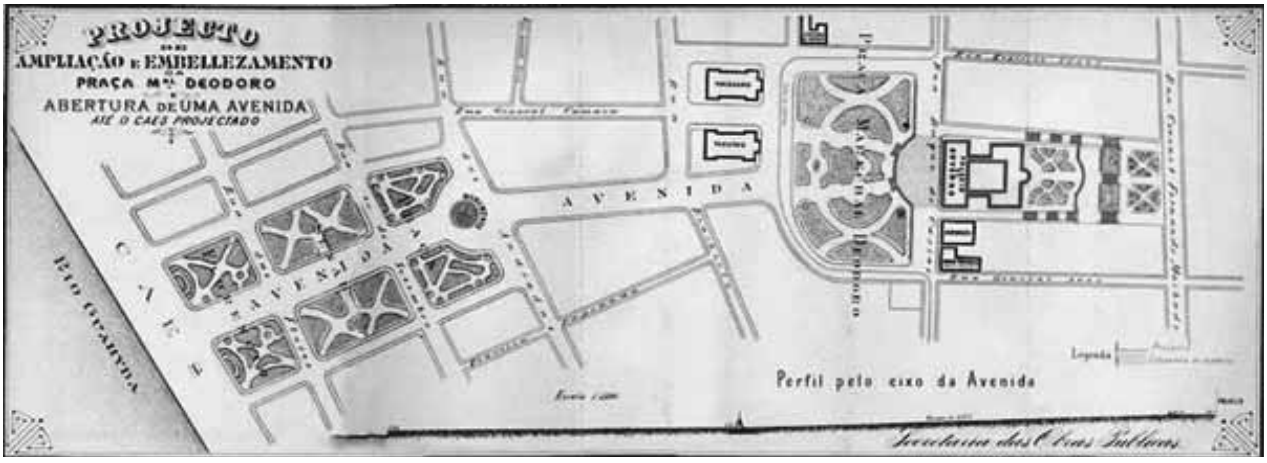


Cedido pelo arquiteto e historiador Günter Weimer.

[137] Não se sabe se o original do documento citado ainda existe.

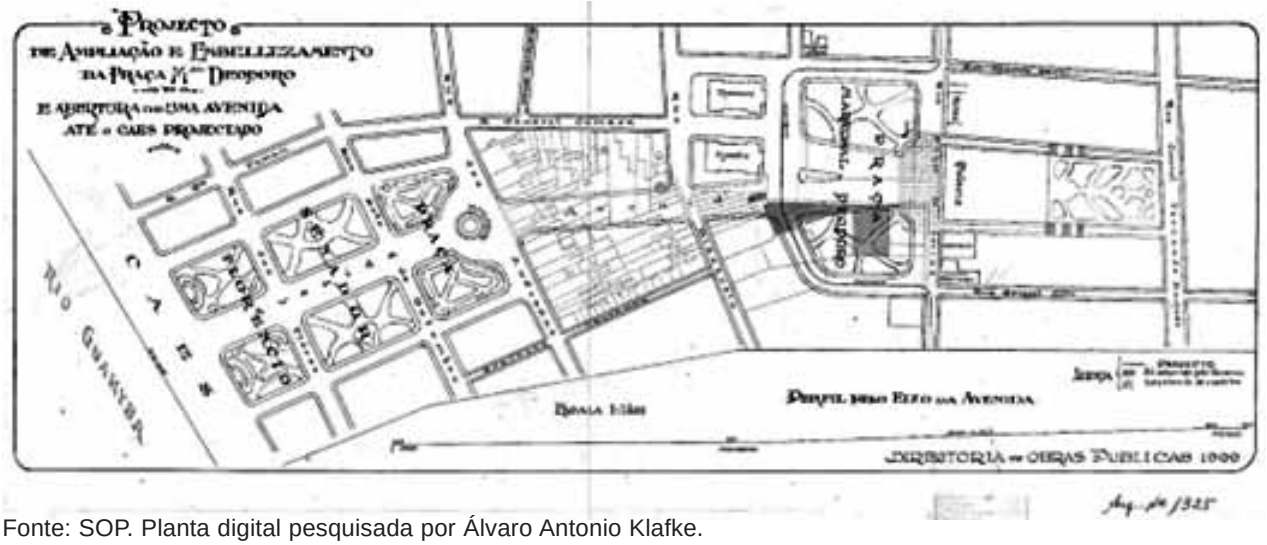
A partir de sua observação, percebemos que o projeto de urbanização da praça se estendia da rua Espírito Santo à General Auto, compreendendo, também, a região onde hoje se localiza a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e, outrora, era o prédio da Sociedade Bailante. Nesse sentido, coloca-se em perspectiva a incorporação daquele quinhão ao patrimônio público, já que ele não se destinava meramente a abrigar o Arquivo Público, e sim a reestruturações urbanas mais amplas (Weimer, 2017, p. 220). Entretanto, o projeto de Rey, ainda que aquinhoado com o valor de 3.600 francos, foi rapidamente abandonado, em condições que ainda não encontraram explicações satisfatórias e convincentes. Em seu lugar, adotou-se o plano construtivo do Palácio e urbanístico da praça por parte do arquiteto francês Maurice Gras, de 1909.

Mapa 3 – Projeto de ampliação e embelezamento da Praça Marechal Deodoro de Maurice Gras, 1909



Fonte: AHRS, Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1909, códice SOP-24.

Mapa 4 – Projeto de ampliação e embelezamento da Praça Marechal Deodoro de Maurice Gras, 1909



Fonte: SOP. Planta digital pesquisada por Álvaro Antonio Klafke.

O projeto previa a criação de uma avenida que ligaria a Praça da Alfândega à Praça da Matriz, passando lateralmente ao Teatro São Pedro. Essa construção pretendia reproduzir nos subtrópicos os *boulevards* que atravessavam a capital francesa, que constituía o projeto civilizacional modelar daqueles tempos significativamente denominados *belle époque* (Needell, 1993). Barbosa Gonçalves havia vivido quatro anos em Paris (Pereira, Diefenbach, Calovi, 2006), e francês era Gras. O então diretor interino da seção de Obras Públicas Affonso Hebert – ou *Alphonse Hébert* – também era de uma família gálica. Se a capital federal cobiçava assemelhar-se a uma Paris nos trópicos, Porto Alegre espelhava-se no Rio de Janeiro e na capital da França.

Nunca executada a avenida, ela tem, porém, uma reminiscência de seu início na atual Sepúlveda. Sua outra extremidade, aparentemente, era o trecho da Praça Marechal Deodoro que hoje liga, costeando a Assembléia Legislativa, o Palácio Piratini e o Teatro São Pedro. Dali faria uma pequena quebra à esquerda, passando por cima do que hoje é o Multipalco do São Pedro. Esse intervalo ocuparia uma posição central da praça, considerando o trecho simétrico rumo à General Auto. Esse aspecto, entretanto, do projeto de Gras foi abandonado. Como sabemos, a Praça da Matriz nunca atingiu a extensão oeste inicialmente planejada, cedendo espaço, hoje, ao prédio do parlamento e, antes disso, ao Auditório Araújo Vianna (ver, adiante, imagem 16), ocupando, portanto, a sede do governo uma posição lateral da Praça a Matriz, em lugar de seu centro. Também no projeto de Rey o palácio governamental estava na posição central.

Houve desistência da construção da avenida que ligaria as praças ao mesmo tempo em que se iniciava a execução do primeiro pavilhão dos atuais Arquivo Público e Palácio Piratini. Possivelmente, a rápida mudança de planos estivesse relacionada à dimensão disponível para a guarda de documentos. Entretanto, essa explicação é insuficiente, já que devemos compreendê-la em relação aos planejamentos coevos do espaço urbano. Na medida em que se teve o entendimento de que o terreno onde se situava a Bailante deveria fazer parte do ajardinamento da Praça da Matriz, foi necessário encontrar uma alternativa, especialmente diante da adoção do projeto de Maurice Gras. O planos de um *boulevard*, assim, foram abandonados, talvez pelo desnível agudo entre a Praça da Matriz e a rua Riachuelo, pelo que optou-se pela arrojada decisão de construir um prédio como muro de arrimo.[138] Em seguida, a Bailante terminou por ser demolida:

[138] "Tornando-se urgente a construção de depósitos para o Arquivo Público, resolveu v. ex., de acordo com as informações do digno sr. secretário do interior, e as, que lhes foram ministradas por esta Secretaria, que os depósitos deveriam ser construídos dentro dos terrenos adquiridos à praça Marechal Deodoro, e limitados na altura do nível desta". HDBN, *A Federação,* 20/10/1910.

Imagem 14 – Bailante em processo de demolição, com belvedere sobre o prédio I do Arquivo Público, primeiro quartel do século XX



Fonte: MJJF-FSM, foto 235f. Fotografia: Virgílio Calegari. A foto com certeza é da década de 1910, uma vez que nela não aparece o prédio II do Arquivo Público.

Antes do abandono do projeto de Gras, havia, então, a pretensão de se unir por meio da avenida a *acrópole* – espaço de decisão que concentra as autoridades estatais e eclesiásticas à *ágora* – isso é, o espaço público por excelência, o ambiente aberto onde os transeuntes conversavam sobre as últimas novidades, ouviam, compartilhavam e comentavam as notícias de jornal e realizavam os debates e embates políticos.[139] Segundo Günter Weimer: "Em oposição à centralização das decisões na 'acrópole', foi criado um espaço para o exercício da cidadania que se configurou numa 'ágora' (Praça da Alfândega) ao redor da qual haveriam de aninhar-se – o que é bastante significativo – as repartições do governo central (Delegacia da Receita Federal, Correios e Telégrafos e a nova Alfândega)" (Weimer, 2008, p. 230).

A maior parte dos prédios administrativos, religiosos e culturais rio-grandenses mais importantes, por seu turno, se situava no topo da colina e em seu entorno – Palácio do Governo, Igreja Matriz, Biblioteca, Teatro, Tesouro, Museu, Arquivo, secretarias, monumento ao "patriarca" Júlio de Castilhos, enquanto, a Praça da Alfândega era o espaço da discussão e da intervenção política na cidade. Por exemplo: foi nesse logradouro, na manhã de 2 de novembro de 1891, que ocorreu um "*meeting* subversivo" que exigia a derrubada de Júlio de Castilhos, diante de seu alinhamento com Deodoro da Fonseca, que naquela ocasião tramava um golpe de Estado. "A comissão escolhida no comício subiu a

[139] A designação foi adotada a partir de trabalhos de história da arquitetura. Ver Pereira, Diefenbach e Calovi (2006) e Weimer (2017).

ladeira que demanda a praça do Palácio, acompanhada de populares, que vivavam Barros Cassal, Assis Brasil, Rocha Osório, o Exército e a Armada" (Franco, 1967, p. 117-118).[140] Ao "subir a ladeira", a *ágora* fazia-se, portanto, interveniente nos assuntos da *acrópole*… Vejamos algumas suas fotografias, no intervalo de cerca de um século, nas quais o Arquivo Público figura como parte da composição da paisagem.

Imagem 15 – A *acrópole* de Porto Alegre, 1920



Fonte: MJJF – FSM, foto 395f. Autoria desconhecida.

Imagem 16 – A *acrópole* de Porto Alegre, 1956 – Nova catedral em construção e auditório Araújo Vianna



Fonte: MJJF – FSM, foto 1168f. Fotografia: Léo Guerreiro e Pedro Flores.

[140] Teve, então, início o mandato de uma junta governativa, pejorativamente denominada de "governicho" pelos perreristas. O PRR retomaria o poder em 17 de junho do ano seguinte, e seu exclusivismo programático e sectário, sua Constituição autoritária inspirada pela IPB, acumulados com muitas celeumas partidárias, desencadeariam a Guerra Civil Federalista de 1893.

Imagem 17 – A *acrópole* de Porto Alegre, anos 1970 – Nova catedral em construção e prédio da Assembleia concluído



Fonte: MJJF – FSM, foto 829f. Autoria desconhecida.

Imagem 18 – A *acrópole* de Porto Alegre, 2023 – Hoje circundada de edifícios altos



Foto: Jennifer Dalmolin Faccin – verão de 2023.

3.3 Os *palácios de papel* na rua Riachuelo

Parte da "febril atividade construtiva" do governo de Carlos Barbosa Gonçalves envolveu a construção de um palácio,[141] localizado na rua Riachuelo, contíguo, ao sul, ao terreno da Bailante adquirido para abrigar o Arquivo Público. A delimitação do terreno do referido Francisco Maria Pinheiro de Bittencourt, foi, em breve, adquirida também pelo Estado, no endereço em que está instalada, na atualidade, a instituição (Riachuelo, 245, atual 1031). A escritura englobava também terrenos lindeiros, isto é, o 243, 239D e 239E, todos eles pertencentes ao mesmo proprietário.[142] No dia 15 de junho de 1910, o Estado adquiria, pelo valor de 80 contos de réis, o terreno em questão:[143]

> Uma casa com o respectivo terreno e um terreno ao lado, medindo no todo 44m,70 de frente a fundos a intestar com próprios do Estado, sendo que o terreno ao lado faz fundos a meia quadra; dividindo-se ao norte com a rua Riachuelo, ao sul com o próprio do Estado onde funciona o Arquivo Público e terrenos da Viscondessa de Pelotas, a leste com herdeiros do Coronel João Pinto da Fonseca Guimarães e terrenos do Estado e a Oeste com a Viscondessa de Pelotas e Tenente Coronel Felipe Pinheiro da Corrêa da Câmara.[144]

Perceba-se que o limite sul era constituído pelo terreno da Bailante, então ainda não demolida, onde havia se instalado temporariamente o Arquivo Público (ver mapa 1). Entretanto, na sequência foi construído o primeiro prédio que hoje abriga acervo. É um tanto obscuro o motivo, como temos visto, que levou à mudança de planos quanto ao estabelecimento físico da instituição da Praça Marechal Deodoro à Riachuelo, especialmente considerando a rapidez com que o *palácio de papel* foi construído. O fato é que em 1909 ainda existia a intenção de instalar o Arquivo no prédio da Bailante:

> Antes da mudança do Arquivo Público para o prédio, antiga Bailante, adquirido pelo Estado, fez-se pintura e caiação do edifício, consertou-se o telhado, substituiu-se um barrote sobre que repousa uma das colunas de madeira que sustentam o madeiramento, colocou-se vidros, enfim limpou-se a casa que estava há muito abandonada; fez-se além disso as instalações precisas para o funcionamento da repartição e a despesa feita com estes serviços em 1908 foi de 1:932$410.[145]

A mudança de planos, talvez, fosse resultante da decisão de desmembrar Arquivo, Estatística e Biblioteca. No plano que veio a ser de fato executado para o primeiro, pretendia-se que o pavilhão hoje conhecido como prédio I, estivesse plenamente integrado à paisagem da "acrópole". Mais do que isso, ele sustentava, com contrafortes de espessura

---

[141] Com esse termo, pretendo expressar uma mansão suntuosa de dimensões superlativas, no caso, historicista e destinada à preservação documental.

[142] Os terrenos consistiam em "fatias" da quadra dispostas transversalmente, em sentido perpendicular em relação ao curso da rua, como poderá ser visto no mapa 6, próximo capítulo.

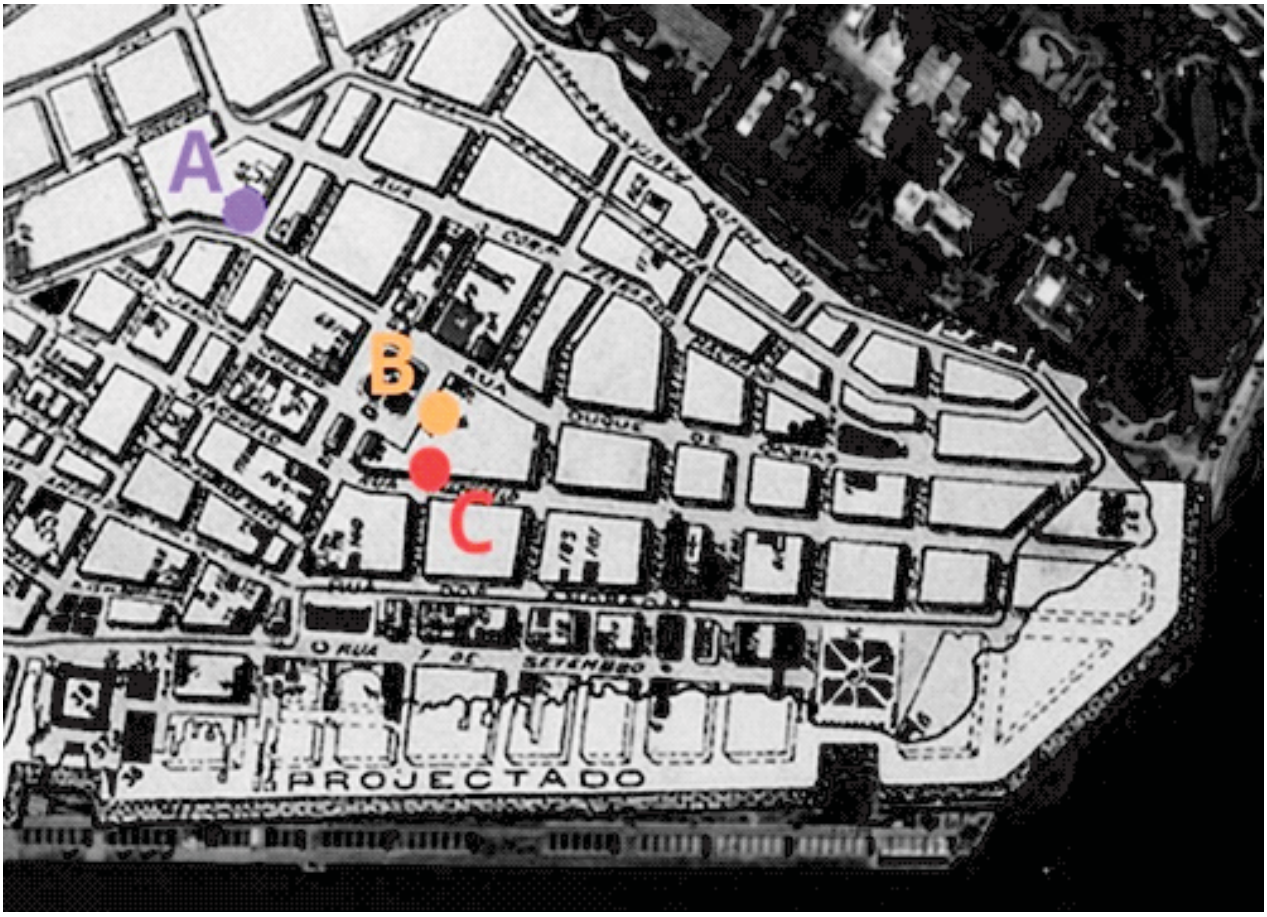
[143] A análise dos livros de transmissão do período, comparando com edificações e terrenos de dimensões e terrenos similares sugere que os valores pagos correspondiam aos valores de mercado. APERS, Acervo Tabelionatos, livros 133-139 do primeiro tabelionato de Porto Alegre (1909-1911).

[144] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991. Caixa 57001.0184.

[145] AHRS, Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1909, códice SOP-20.

de 1,15m, o peso da Praça da Matriz. Era, nos dizeres de Samantha Diefenbach (2008, p. 88), um "edifício-arrimo, que se posiciona no desnível entre a Praça da Matriz e a Rua Riachuelo".[146] Ainda que não se tenha certeza absoluta sobre a autoria do projeto, uma vez que eles não costumavam ser assinados, geralmente se atribui sua autoria ao já mencionado engenheiro Affonso Hebert, que então era chefe da seção de obras públicas da SOP. A obra teve início em 18/11/1910 e foi concluída em 5/7/1912.[147]

Mapa 5 – Endereços do Arquivo Público.
a) Ateneu Rio-grandense; b) Bailante; c) localização atual na rua Riachuelo



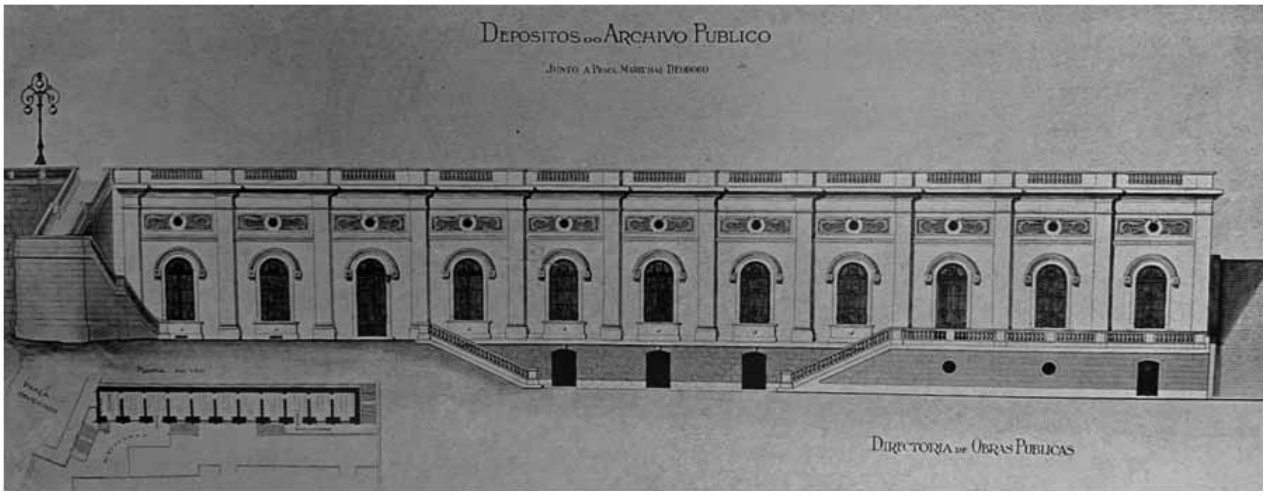
Fonte: Projeção do mapa de Attilio Trebi (1906) sobre as imagens de satélite de: https://www.google.com/maps/. Autoria de Jennifer Faccin Dalmolin.

Samantha Diefenbach escreveu um estudo circunstanciado sobre a arquitetura de Affonso Hebert, motivo pelo qual – e pela sua competência profissional de arquiteta – deixo à sua citação uma descrição das características arquitetônicas da edificação:

[146] Mais adiante utilizaremos a metáfora do "arrimo" para pensar a relação entre o Arquivo Público e a própria dinâmica do Estado castilhista-borgista.
[147] AHRS, SOP, Relatório da Diretoria de Obras Públicas de 1913, códice SOP-33.

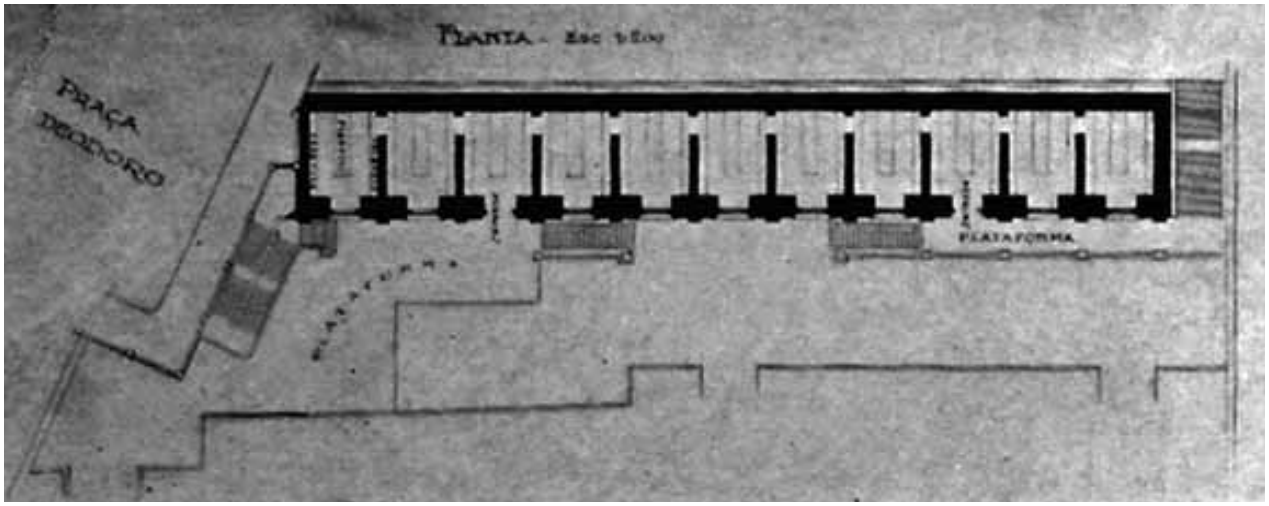
O arquiteto propõe para o edifício um partido constituído de um bloco retangular com 70 metros de extensão e 6 metros de largura interna, subdividido por contrafortes de 1,15 metros a cada 4,9 metros. A cobertura desse pavilhão é feita por uma abóbada de berço, a qual conforma o teto dos compartimentos. Sobre esta abóbada foi projetado um passeio, cuja espessura serve como proteção térmica do edifício com camada de ar que permite a inspeção quando necessária. Junto às extremidades do edifício são propostas duas escadarias que fazem a comunicação da Praça Marechal Deodoro com a Rua Riachuelo, que fica em um nível bem mais baixo (aproximadamente 10 metros). O edifício é dividido em onze compartimentos, de 4,90m por 6,00m, cuja comunicação é dada por aberturas junto aos contrafortes do arrimo do terreno ao lado. Na parte central do edifício, surge um embasamento rusticado correspondente a três módulos térreos, cujas portas estabelecem comunicação direta com o exterior. Os acessos considerados principais estão localizados no terceiro e no nono intercolúnios da fachada principal, no pavimento superior, no ponto de chegada das escadarias que sobem do nível mais baixo (Diefenbach, 2008, p. 88).

Imagem 19 – Desenho original do Prédio I do Arquivo Público



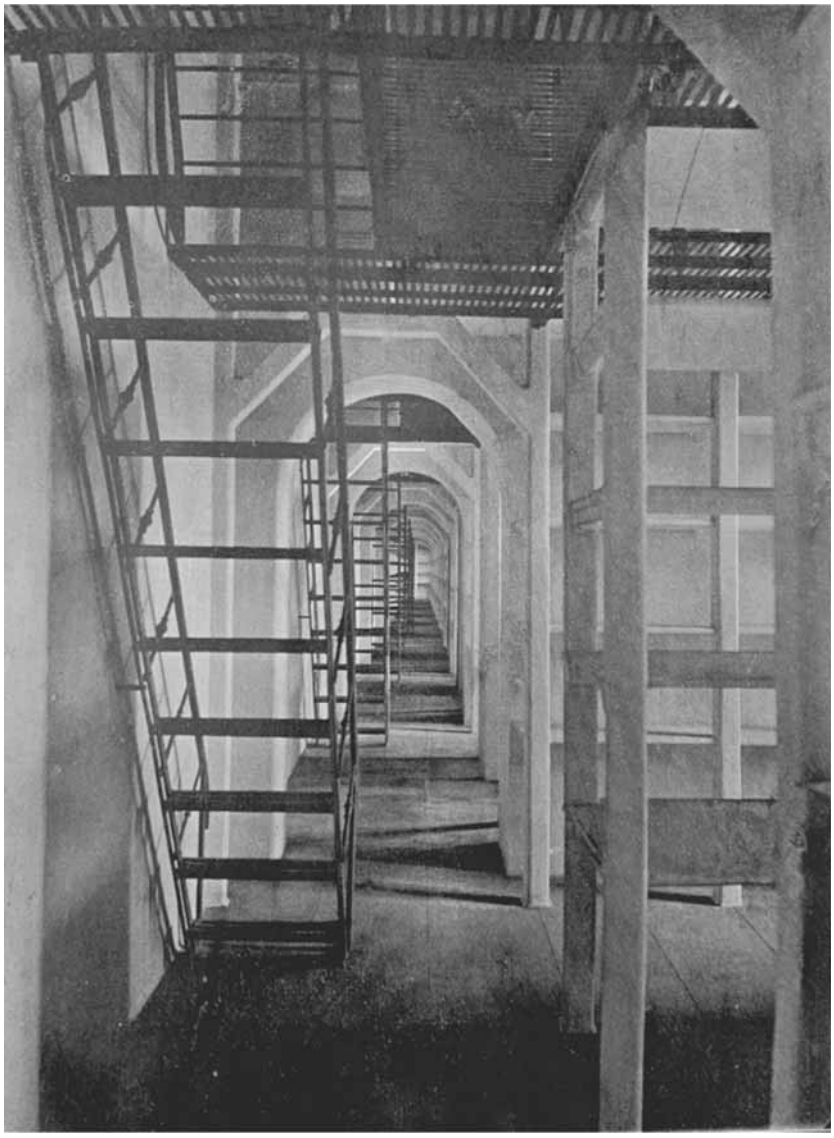
Fonte: AHRS, SOP, Relatório da Diretoria de Obras Públicas de 1911, códice SOP-25.

Planta 1 – Detalhe do desenho original do Prédio I do Arquivo Público mostrando a planta baixa do prédio



Fonte: AHRS, SOP, Relatório da Diretoria de Obras Públicas de 1911, códice SOP-25.

Imagem 20 – Fotografia interna do prédio I do Arquivo Público – estantes vazias



Fonte: AHRS, Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1912, códice SOP-29.

As estantes e os pisos foram construídos com material não-combustível, respectivamente concreto e ferro, e os segundos eram vazados a fim de permitir a circulação de ar (Diefenbach, 2008, p. 89-90). Além de suportar o peso da praça, a espessura das paredes também era funcional à manutenção das condições térmicas, sendo, então, uma edificação construída tendo em foco a destinação que se lhe daria. Isso é marcante quando pensamos que na segunda década do século XX já tínhamos um inovador projeto de construção destinada a ser um arquivo. Menos de duas décadas após, seu teto abobadado ampararia uma plataforma em cujas proximidades instalou-se o Auditório Araújo Vianna, no local onde atualmente fica a Assembleia Legislativa. Devido ao acervo que ali seria depositado, o prédio tornou-se conhecido, em meados do século XX, como prédio de Arquivo de Tabelionato.

Imagem 21 – Prédio I do Arquivo Público na década de 2010



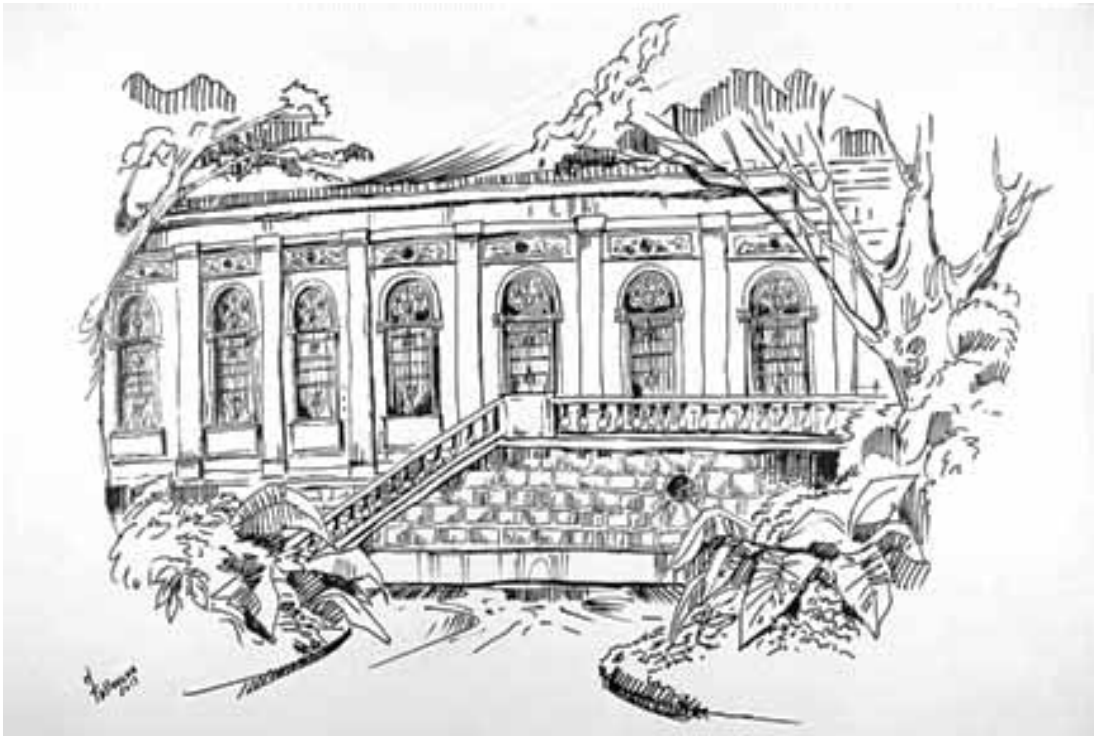
Foto: Mauro Mattos https://apers.rs.gov.br/conjunto-arquitetonico. Acesso em: 11 abr. 2024.

Imagem 22 – Prédio I do Arquivo Público na década de 2010



Foto: Vania Mattos https://apers.rs.gov.br/conjunto-arquitetonico. Acesso em: 11 abr. 2024.

Imagem 23 – Ilustração estilizada do prédio I do Arquivo Público



Fonte: Autoria de Marcos Fallavena.

Imagem 24 – Uma 'bela vista' (década de 1920 ou 1930)



Fonte: A acrópole observa a ágora – Centro Histórico e margem sul do Guaíba desde o auditório Araújo Vianna, construído em 1928, sobre o anteparo do Prédio I do Arquivo. MJJF – FSM, foto 4617f. Coleção João Pinto Ribeiro Netto.

Mais adiante, no capítulo VI, veremos com vagar a dinâmica da realização de recolhimentos documentais no Arquivo Público. Por ora basta dizer que, já nos primeiros anos da instituição, foi significativa a quantidade de documentação (judicial, de tabelionatos e do registro civil) para lá levada, oriunda de municípios das mais diversas regiões do Rio Grande do Sul. Talvez a profecia (ou maldição) realizada pelo jornal *O Independente*, de que a falta de espaço seria um problema crônico no Arquivo Público, estivesse se cumprindo. Segundo o relatório do Secretário do Interior ao Presidente do Estado, em 1917: "Crescendo como estava previsto o número de arquivos recolhidos, está completamente cheio o grande edifício construído para depósito. Há ainda muitos arquivos a recolher de sorte que se torna de imperiosa necessidade a construção de outro corpo do edifício".[148]

Assim sendo, em 23 de janeiro de 1918 foi firmado o contrato para a construção de um novo pavilhão, atualmente denominado prédio II, novamente sob a Presidência estadual de Borges de Medeiros. Uma vez mais, as edificações foram realizadas em um tempo muito célere: em fevereiro do mesmo ano teve início a construção, entregue provisoriamente em junho de 1919.[149] Pelo menos até 1921 foram executadas obras complementares, conforme os relatórios da DOP e da SOP.[150] A utilização dos mesmos materiais incombustíveis e de paredes espessas – agora com 0,90 metros – também evidencia um planejamento de um prédio adequado à finalidade arquivística. O segundo prédio é perpendicular ao primeiro, compondo, ambos, uma configuração em "L", intermediada pela "sala Borges" com a qual iniciamos nossa "visita guiada" ao conjunto no primeiro tópico deste capítulo, formando um espaço no qual encontra-se um jardim que, ainda conforme Diefenbach (2008, p. 97), "serviu de transição entre a Praça Marechal Deodoro e a Praça da Alfândega". Em virtude de ali ter sido depositada a documentação administrativa, o prédio foi conhecido, em meados do século XX, como prédio de Arquivo Administrativo. Quem não tem *boulevard* que se contente com – ou seja beneficiado por – um jardim, acessível por meio de uma escadaria que leva ao lado do Teatro São Pedro, via de acesso à Praça da Matriz...

[148] Relatório do Secretário do Interior e Exterior ao Presidente do Estado, 1917. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191566. Acesso em: 23 jul. 2024.

[149] AHRS, SOP, Relatórios da Diretoria da Obras Públicas de 1918 e 1919, códices SOP-49 e SOP-53 e Relatório da Secretaria de Obras Públicas, códice SOP-50 de 1918.

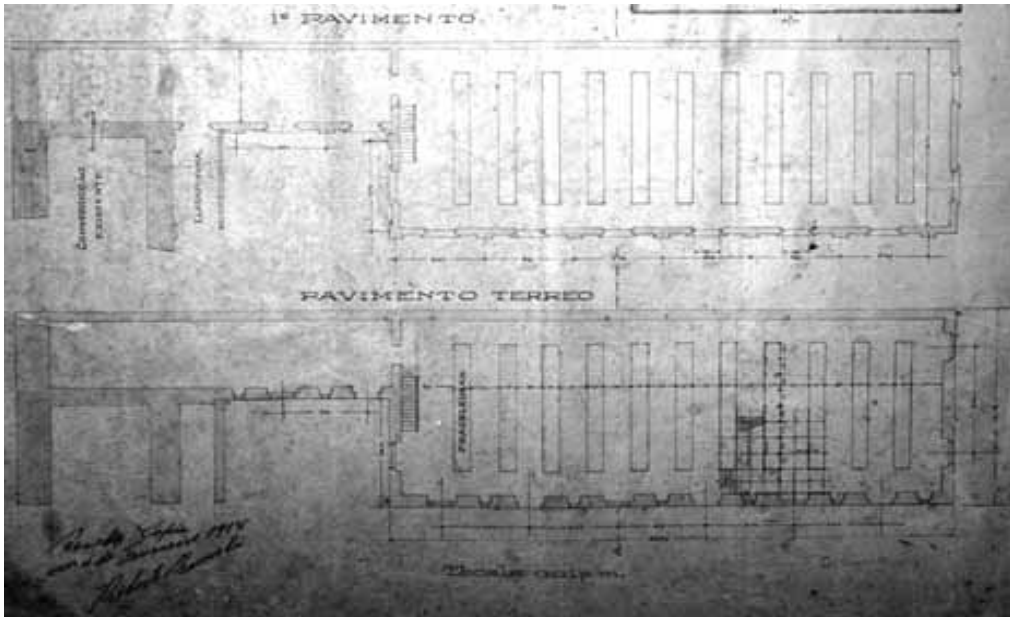
[150] AHRS, SOP, Relatório da Diretoria de Obras Públicas de 1920, códice SOP-59, e, Relatórios da Secretaria de Obras Públicas de 1919 e 1921, códices SOP-54 e SOP-60.

Planta 2 – Planta baixa: Pavilhões de depósitos do Arquivo Público, setembro de 1934



Fonte: Diefenbach, 2008, p. 97.[151]

Planta 3 – Planta baixa: Prédio II do Arquivo Público, 1918



Fonte: Diefenbach, 2008, p. 93.

[151] Possivelmente descartada na eliminação mencionada na nota 11. Além da situação descrita, há também o caso do relatório n. 35 da SOP no AHRS – datado de 1913, portanto dando conta das atividades do ano anterior –, que não foi localizado e que, possivelmente, é o que reproduz a planta baixa 3 e a imagem 25. Assim sendo, elas estão sendo citadas a partir da reprodução realizada por Diefenbach.

Imagem 25 – Fachada esquerda do prédio II do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1918



Fonte: Diefenbach, 2008, p. 96.

Imagem 26 – Prédio II em construção, 1918



Fonte: AHRS, Relatório da Secretaria de Obras Públicas, códice SOP-50 de 1918.

Imagem 27 – Prédio II pronto, 1919



Fonte: AHRS, SOP, Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1919, códice SOP-54.

Imagem 28 – Prédio II, 2020



Fonte: Foto de Juliano Silva Balbon. https://apers.rs.gov.br/conjunto-arquitetonico. Acesso em: 11 abr. 2024.

Imagem 29 – Prédio II com iluminação noturna



Fonte: Foto de Juliano Silva Balbon. https://apers.rs.gov.br/conjunto-arquitetonico. Acesso em: 11 abr. 2024.

3.4 A questão da linguagem arquitetônica: teria o Arquivo Público um *estilo*?

Os prédios I e II do Arquivo Público costumam ser definidos por uma linguagem arquitetônica *eclética*. Não pretendo discutir conceitualmente o termo, até porque ele por vezes foi vulgarizado de forma um tanto naturalizada, mas principalmente porque uma abordagem mais aprofundada foge ao escopo deste trabalho. Pelo contrário, abordarei a questão a partir de autoras que examinaram especificamente as edificações em questão a partir desse ponto de vista (Diefenbach, 2008; Merlo, 2010). Minha indagação é quais linguagens arquitetônicas podem ser associadas ao APERS, se é que existe alguma que o possa de fato. De uma forma geral, diz-se *eclética* da linguagem arquitetônica que sobrepõe diversas estilísticas. Conforme a primeira autora,

> O ecletismo foi subdividido, por Patteta (1987), em três correntes principais: a da Composição Estilística que contempla a adoção imitativa de formas que, no passado, haviam pertencido a um estilo arquitetônico único e preciso, e engloba as construções chamadas neoclássicas, neogóticas, neoromânticas, neomouriscas, neomanoelinas, entre outras; a do historicismo tipológico que implica em escolhas prévias de cunho analógico ou de referências que orientam o estilo quanto à finalidade a que se destina o edifício a ser construído; e a dos pastiches compositivos que se caracteriza por soluções estilísticas até então inéditas, tanto no termo da invenção quanto na mistura de elementos arquitetônicos, gerando obras únicas. As três categorias podem ser encontradas na arquitetura eclética do Brasil (Diefenbach, 2008, p. 83-84).

Todavia, a apreciação sobre o ecletismo quanto à amálgama estilística se esvazia quando a autora afirma terem existido “correntes” de ecletismo, ora seguindo uma base neoclássica, neogótica, neobarroca, e assim por diante (Diefenbach, 2008, p. 166). Essa subdivisão, de certa forma, devolve com uma mão a especificidade arquitetônica que se retirara com outra, diluídas as formas arquitetônicas no termo englobante *ecletismo*. Além disso, afirma a

autora – embora já existissem edificações de caráter neoclássico desde o período imperial (a exemplo do Teatro São Pedro) – que essa forma de expressão arquitetônica seria o estilo naturalmente vinculado aos novos regimes republicanos, estabelecendo, assim, um "ecletismo republicano". Ao estabelecer sua tipologia dentre tais variedades, Samantha Diefenbach associa as edificações do Arquivo Público a um ecletismo de tons neoclássicos:

> Hebert transita entre um ecletismo mais limpo (Arquivo Público, Secretaria da Fazenda, Penitenciárias e Biblioteca Pública) e outro mais carregado (projetos para o Palácio do Governo e Escola Elementar da Praça General Osório). *O primeiro ecletismo tem referências claras à tradição clássica, apresentando colunas com capitéis clássicos e demais elementos (frontões, molduras, bases, nichos, balaustradas e entablamentos)*. O segundo tipo de ecletismo é mais variado nas referências ornamentais, com a presença de motivos exóticos e referências menos claras à tradição clássica (Diefenbach, 2008, p. 167, grifos meus).

De forma alguma pretendo "invadir" discussões de outro campo de estudo; porém, entre historiadores aprendemos a desconfiar de termos englobantes que tudo podem definir. Afinal, se a tônica das diversas linguagens arquitetônicas de princípios do século XX podem ser definidas como "ecléticas", o que não era, *afinal*, "eclético"? E, se tudo é eclético, o ecletismo não existe. Para profissionais em história, panaceias conceituais ou analíticas, no fim das contas, não servem de muita coisa. Talvez mais do que discutir a melhor classificação para a edificação do Arquivo Público, seja importante a análise de suas características, no que a arquiteta tem propriedade maior do que qualquer historiador para realizar. Sua discussão sobre o "primeiro ecletismo", no trecho grifado, parece descrever com importante precisão as características dos prédios I e II que visualmente podemos acompanhar nas imagens que compõem este capítulo.

As caracterizações pelo caráter "eclético", "neoclássico", "corrente neoclássica do eclético", "ecletismo republicano", portanto, são um tanto imprecisas ou, pelo menos, incompletas. No afã de classificar estilisticamente as edificações – o que é a forma mais óbvia de dar-lhes inteligibilidade, mas nem por isso a mais adequada – pode-se correr o risco de deixar de problematizar os próprios critérios classificatórios adotados pelos estudiosos. O historiador da arquitetura Günter Weimer (2017) fez uma contundente crítica à abordagem em questão, apesar de ela amparar-se em "terminologias consensuais". O arquiteto coloca em xeque alguns "consensos" a respeito do ecletismo. Vejamos detalhadamente seus argumentos:

a) a crítica à arquitetura da *belle époque* é politicamente comprometida, já que parte de um modernismo que visava desqualificar a produção estética antecedente. Sua reprovação era uma condição para a exaltação das novas práticas arquitetônicas. No entanto, o autor indaga: "como explicar que os arquitetos nacionais, que foram tão criativos durante os primeiros trezentos anos de nossa história e nos últimos oitenta, no lapso de um século e meio foram acometidos da mais extremada esterilidade de imaginação plástica?" (Weimer, 2017, p. 41);

b) inexistiria um "neoclassicismo verdadeiro", tendo em vista que a remissão a linguagens arquitetônicas pretéritas era constante no continente europeu, não recu-

perando, apenas, elementos greco-romanos – foram visitados o neoárabe, o neogótico, o neobizantino, etc. O neoclássico em sua origem europeia seria "transpassado de ecletismos desde o nascedouro" (Weimer, 2017, p. 47);

c) o conceito de *ecletismo* tampouco é suficiente, tendo em vista ser contraditório (a liberdade artística decorrente da falta de apego a uma estilística específica seria tolhida pela necessidade de utilização de elementos tomados ao passado), inconsistente (ao estabelecer um conceito pela indefinição) e tautológico (pela identificação de uma linguagem por meio da *negação da linguagem,* da característica de não seguir nenhuma (Weimer, 2017, p. 48).

Pelas razões apontadas, Günter Weimer prefere a utilização do termo "historicista" para a discussão das características da linguagem arquitetônica do período de construção do APRS. O autor realizou sólida pesquisa bibliográfica que sustenta seu ponto de vista, ao demonstrar que o qualificativo "historicista" é mais específico e esclarecedor que as definições empregadas, em geral, até o momento. É bem verdade que o termo, *no que toca às formas de interpretação da disciplina histórica*, é escorregadio e eivado de ambivalências – pode ser empregado para referências aos autores das mais diferentes naturezas, de Ranke a Dilthey, Collingwood e Croce, como forma de detração das filosofias da história, ou até mesmo na descrição, por alguns, do próprio Walter Benjamin, um autor que realizava uma crítica radical e consciente ao que chamava de historicismo. Por outro lado, a definição em termos arquitetônicos é sucinta e ajuda a escapar de algumas armadilhas da discussão estilística:

> historicismo é definido como o método de concepção e realização arquitetônicas dominantemente empregado durante o século XIX e primeira metade do XX e que se caracteriza pelo uso de uma linguagem extraída de realizações pretéritas (Weimer, 2017, p. 48).

Para tornar ainda mais intrincado o debate, porém, Diefenbach (2008, p. 165) também remete à imitação do passado uma característica significativa do ecletismo. Merlo (2010, p. 132) chega a citar o século XIX como aquele "do ecletismo e do historicismo, compreendendo por isso o uso de diferentes estilos", agregando sob o mesmo guarda-chuva os termos empregados por Günter Weimer e Samantha Diefenbach. Se a remissão ao passado era uma característica do historicismo, é possível lançar a ele as mesmas indagações lançadas ao ecletismo: qual arquitetura não dialoga com as tradições que a precederam?

Uma orientação ao passado bem passava por uma aproximação de um dos lemas positivistas: "os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos". Seria o caso daqueles arquitetos e artistas, se enveredarmos por essa interpretação. Apesar das críticas à apropriação generalizante do positivismo como fator explicativo, com as quais venho concordando ao longo deste livro, não é descabido perceber esse aspecto pontual como informativo da prática estética; não abstratamente, mas de forma substanciada nas atividades arquitetônicas do local e período em questão. Nossas "janelas para o passado" não servem, portanto, apenas à leitura do passado histórico: constituíam também os crité-

rios dos construtores d'outrora, talvez de forma reativa à inexorável marcha ao futuro inerente ao regime moderno de historicidade (Koselleck, 2006).

Günter Weimer (2017, p. 64) sublinha ainda que o repertório que inspirou a arquitetura dita neoclássica no Brasil deve-se sobretudo, a um modelo neoeuropeu, mais do que ao original grecorromano. Segundo o autor, esses modelos arquitetônicos foram implementados "sem uma base material correspondente" (Weimer, 2017, p. 63). Essa observação do autor converge com a análise do crítico literário Roberto Schwarz. Assumindo o risco de simplificar demasiadamente seus argumentos, podemos dizer que o último autor, em texto originalmente publicado em 1973, identificou uma contradição entre o ideário liberal e o regime escravista. O caráter colonial e periférico do Brasil no arranjo internacional teria levado ao transplante e importações acríticas e impróprias de ideias alóctones com pouca correspondência com a realidade local. No que toca à arquitetura:

> o fingimento [sic] atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquitraves, colunas, frisas, etc. – com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro, ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço (Reis Filho, apud Schwarz, 2000, p. 22-23).

Do ponto de vista do campo da historiografia propriamente dita, é possível trazer alguns questionamentos, colocando em perspectiva a abordagem dos arquitetos e dos críticos literários. Algumas inquietações levam a refletir sobre a proposta alternativa da historiadora Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), que se contrapôs a Schwarz. Para a autora, o argumento das "ideias fora do lugar" pressupõe uma relação de exterioridade entre o mundo europeu e americano, o que não corresponderia à totalidade, por ela entendida como integrada, do capitalismo global. Quer dizer, a leitura proposta por Schwarz conclui por seus próprios pressupostos, quais sejam, uma diferença essencial, absoluta, sem trânsitos, entre metrópole-colônia. É um raciocínio circular.

Por outro lado, como indica a conceituação antropológica de cultura, esta não é estática e se constitui sempre por meio de trocas, ainda que hierárquicas. Ideias "importadas" só encontram repercussão em contextos locais se de alguma forma tiverem sentido simbólico para os "nativos". Nesses diálogos enviesados, elas transformam-se e ressignificam-se na ação prática (ver, por exemplo, Sahlins, 2003; 2008). Nesse ponto, podemos recuperar um aspecto ressaltado por Günter Weimer: também na Europa o mundo grecorromano era emulado como uma estética idealizada (Weimer, 2017, p. 51). Estariam, lá também, as ideias "fora do lugar"? A arte renascentista seria uma "invenção de tradições", em provocação feita pelo antropólogo Marshall Sahlins (2004, p. 5-6) à obra do historiador Eric Hobsbawm e de seu colega Terence Ranger (1997)? Botticelli e Leonardo da Vinci estavam "fora do lugar"? E por que Affonso Hebert estaria?

Às críticas mencionadas, seria possível acrescentar alguns incômodos surgidos a partir da bibliografia mais recente do campo da história propriamente dito. Às designações

eclético e *neoclássico* soma-se com frequência o adjetivo "positivista" (Pereira, Diefenbach, Calovi, 2006; Diefenbach, 2008; Merlo, 2010; Weimer, 2017). Entretanto, como vem sendo discutido, esse termo é frequentemente generalizado de forma naturalizante na explicação da história do Rio Grande do Sul, reduzindo a história à filiação ideológica dos governantes; no léxico marxista, uma leitura "superestrutural" dos processos históricos. Estamos vendo, porém, que as apropriações do positivismo foram plurais e difusas no Rio Grande do Sul, como tem demonstrado a bibliografia discutida no tópico 2.1.

Evidentemente, a doutrina comtiana exerceu influência decisiva na forma como paisagem urbana foi concebida por burocratas e artistas, por meio da estatuária e da monumentalização – por exemplo –, sobretudo exaltando simbolicamente a herança de Júlio de Castilhos (Nedel, 1999 p. 87-88; Leal, 2006; 2022). Concordo com Laytano (ver ponto 2.1 no capítulo anterior): se o Dr. Borges não era positivista, Dante de Laytano não era Dante de Laytano. Mas nada disso é suficiente para esgotar o borgismo como formação político-social específica como um todo, seja pelas peculiaridades históricas do Rio Grande do Sul na Primeira República,[152] seja pela dissonância entre a teoria comtiana e a prática governamental.[153] A própria Constituição autoritária tinha sua história, não sendo um decalque de Comte. Tampouco as características estéticas daquele tempo podem ser rotuladas de forma tão direta.

Há que considerar, por exemplo, que a inserção do artista Décio Villares, alinhado à IPB, em entregas de obras de arte públicas por vezes encontrou resistências do próprio Borges de Medeiros (Leal, 2006, p. 197). Nunca foi consensual, nunca foi automática a expressão artística positivista. Conforme visto no capítulo anterior, houve muitas negociações e flutuações na relação governo-apostolado. Nunca foi, abstratamente, doutrinária, pois os processos históricos e artísticos só podem ser compreendidos nos debates e embates políticos e históricos em sua concretude, tal como fez Elisabete Leal (2006). A historiadora verificou que na construção dos monumentos, na mesma época das edificações do APRS, estava em jogo a exaltação da memória de Júlio de Castilhos como forma de unificação dos militantes republicanos "órfãos" do patriarca e disputando seu espólio político. A autora diferencia a "arte positivista" da arte "alusiva ao positivismo", já que se flertava com outras referências históricas: haja vista a presença da deusa romana Minerva na decoração da Biblioteca Pública, e outras intercorrências na representação estética da metanarrativa histórica positivista (Leal, 2006, p. 203-204). Günter Weimer (2004), por seu turno, reconhecerá outras influências que não a positivista no projeto urbanístico de Porto Alegre de 1914 implementado em 1924 (ver tópico 4.4).

A linguagem arquitetônica suntuosa desses "palácios de papel" – incluída a Biblioteca – cumpria uma função social e política muito própria e, portanto, tinham seu lugar e uma base material, ainda que diferente daqueles ocupados na Europa –, qual seja, a distinção

[152] Refiro-me à polarização política e partidária, e não a um abstrato "positivismo".
[153] Ver os contrapontos identificados por Rodriguez (2000), descritos na nota 22 do capítulo anterior.

diante da arquitetura popular (Weimer, 2017, p. 73) e a afirmação do poderio perrerista sobre a arraia-miúda, sobre a plebe, sobre os malfadados pobres e pretos da cidade que viviam no entorno e além, como veremos no próximo capítulo. A imagem da cidade e de seus monumentos, especialmente no período autoritário da Primeira República, expressava a robustez e o autoritarismo do poder executivo: entendendo a arquitetura como expressão simbólica do poder governamental, prédios monumentais produziam, nos indivíduos, a percepção de sua insignificância diante de um poder superlativo e autoritário (Weimer, 2008).[154]

A imagem a seguir evidencia o pavilhão II nos primeiros anos do Arquivo Público, a partir da parte hoje ajardinada. Um detalhe que pode passar despercebido é a existência de uma mureta e de um portão fechado no canto direito da fotografia, tirando o acesso dos indesejados habitantes do beco do Fanha[155] ao pátio interno que, supostamente, deveria constituir um conjunto com o espaço público da Praça da Matriz, no complexo ágora-acrópole.[156] Nem todos eram bem-vindos ao debate público e à vida em sociedade.

Imagem 30 – Prédio II do Arquivo Público



Fonte: https://apers.rs.gov.br/conjunto-arquitetonico. Acesso em: 11 jan. 2024. Data e autoria desconhecidas.

Para o "Zé Povinho", as grossas paredes dos prédios não eram um arrimo, e sim uma muralha, construída em meio a modificações urbanas no entorno que vieram a fazer parte de um processo higienista de despejos e exclusões, conforme veremos no capítulo a seguir.

---

[154] O mesmo se dava em relação à arquitetura de regimes totalitários, como o nazista, o fascista ou o stalinista.

[155] Conforme veremos no próximo capítulo, o beco do Fanha adquiriria o nome oficial de travessa Paysandu. Após diversas intervenções urbanísticas ao longo do século XX, passou a constituir a atual rua Caldas Júnior, que termina justamente na porta principal do APERS dos dias de hoje.

[156] "Esse arquivo terá, na parte superior, um passeio dando passagem para a praça dos transeuntes que vierem da rua Riachuelo". HDBN, *A Federação*, 6/4/1911. A passagem, claro, estava condicionada à abertura dos portões, ajudando a descaracterizar o pátio interno como logradouro de trânsito entre *ágora* e *acrópole.*

CAPÍTULO IV

O Arquivo na cidade: uma *encruzilhada* entre *palácios* e *cortiços*

4.1 O outro lado da *Belle Époque* subtropical

"Zé Povinho".[157] Excluídos. Subalternos. Pobres da cidade. Independente de como os chamarmos, existiam outros atores sociais envolvidos na configuração do espaço urbano, para além dos arquitetos, políticos e burocratas urbanistas. Como considerações introdutórias, faz-se necessário discutir os significados de ser cidadão na Primeira República, para o que tomo como referência a obra de José Murilo de Carvalho. Em seu célebre livro *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987), o autor revela-se bastante pessimista em relação à participação popular. Absolutizando um relato de época segundo o qual o povo teria assistido "bestializado" à proclamação da República, Carvalho (1987, p. 140-141) considerou a inexistência de cidadãos ativos, aptos a agir em defesa de seus interesses e conscientes de seus deveres e direitos. Diante desses inativos, alheios à política, o que existiria seria aquilo que o autor denominou *estadania*, ou seja, uma expectativa de participação mediante o pertencimento a, e gratificações de, um Estado providencial que "aparece como algo a que se recorre, como algo necessário e útil, mas que permanece fora do controle, externo ao cidadão" (Carvalho, 1987, p. 146). Cidadão? Antes um súdito que trazia a experiência recente da monarquia. Entretanto, é necessário contextualizar o momento em que Carvalho escreveu. O país saía de uma opressiva ditadura e se preparava para promulgar uma nova Constituição – uma "Constituição Cidadã" –, o centenário do regime republicano e a primeira eleição presidencial direta em décadas. Não era pouco o que se esperava dos cidadãos na segunda metade dos anos 1980 e, em lugar de qualificar *qual* República foi, o autor preferiu "proclamar" que ela *não foi*. Entretanto, não seria a *estadania* um modo particular de exercício da *cidadania*, nos abrindo à diversidade sócio-histórica que a categoria poderia assumir?

Em ambientes políticos então mais serenos, as concepções de José Murilo de Carvalho foram repensadas e criticadas. Consultando autos judiciais tramitados na Justiça Federal e no Supremo, Gladys Sabina Ribeiro constatou, pelo contrário, uma população que não era reativa, e que procurava o Estado não somente em busca do atendimento de demandas particulares. Nisso a autora percebeu já naquele momento alguns consensos sobre o que veio a denominar-se como "sociedade civil". Assim, diante de demandas formuladas a partir de experiências cotidianas, não parecia mais conveniente denominar as pessoas como "cidadãos em negativo" (Ribeiro, 2009).

O próprio José Murilo de Carvalho reviu suas posições. Em obra ainda de 2008, o autor adotou a tripartição proposta por Marshall (1967), que separou direitos *civis* dos *políticos* e dos *sociais.* Para o autor, essa é a disposição clássica, na aquisição dos direi-

[157] O "Zé Povinho" ou "Zé Povo" é uma figura que ganhou as páginas dos jornais no final do século XIX. Diferiria do operário – pois definia-se pela carência mas não pelo trabalho – e caracterizar-se-ia por sua pobreza material, mas não era citado como desordeiro. Era "vítima e denunciante da prática política republicana" (Mauch, 2004, p. 111). Segundo Pesavento (1994, p. 71), equivalia ao trabalhador pobre, mal vestido, residente em cortiços e habitações precárias, subalterno e desqualificado no mercado de trabalho.

tos nos países da Europa e da América do Norte, quer dizer, os direitos sociais são antecedidos pelos políticos e estes pelos civis. No entanto, no Brasil a combinação não foi tão linear: por exemplo, na Era Vargas houve notável expansão dos direitos sociais e uma restrição significativa dos direitos civis e políticos. Diante de uma abordagem diversa da sua anterior, então, Carvalho (2008, p. 67) destacou que "a avaliação do povo como incapaz de discernimento político, como apático, incompetente, corruptível, enganável, que vimos nos debates sobre a eleição direta, revela visão míope, má-fé ou incapacidade de percepção". Diante dessa (auto?)crítica, fez a ressalva de que não se podia esperar que o povo aprendesse de imediato "os mecanismos formais de participação exigidos pela parafernália dos sistemas de representação". Todavia, dentro de suas "limitações" os eleitores do Império e da República agiram com "racionalidade" e se interessaram pela lisura dos processos eleitorais.

Dessa maneira, se a natureza da abordagem e da documentação aqui adotadas dificultam perceber sua *agência*, a intervenção ativa no desenvolvimento dos rumos da cidade, tal se dá pelos silêncios dos tipos documentais das fontes documentais examinadas e não por uma concordância com a tese inicial de José Murilo de Carvalho.[158] Essa ressalva é necessária para contrabalançar o enredo trágico do processo macro-histórico e o modo de explicação mecanicista (nos sentidos dados por White, 1992) da narrativa aqui tramada, na qual se identificam forças para além do controle das pessoas envolvidas, impulsionadas à periferização.[159] Convergindo com Pesavento, segundo a qual,

> amparados pelo poder público ou não, os pobres estavam sendo progressivamente expulsos do Centro da cidade para zonas menos nobres: ou para os terrenos alagadiços dos bairros fabris Navegantes e São João, que demandavam maior eficácia dos serviços urbanos, ou para as terras altas de Mont'Serrat, para onde tinham ido na década de 20 os negros que moravam na Colônia Africana, no início do século. Mas também a Cidade Baixa e o Menino Deus eram alvo da procura das populações de baixa renda: no Areal da Baronesa, na Praia do Riacho, na Rua da Varzinha, nas barrancas do arroio Dilúvio se erguiam casebres (Pesavento, 1994, p. 111-112).

A despeito da constatação desses macroprocessos, é possível e necessária uma "história vista de baixo", a exemplo da pesquisa de Melina Perussatto (2018) a respeito do jornal *O Exemplo*, da imprensa negra porto-alegrense, historiografia a que remeto os/as leitores/as. Ilustrando: em um editorial do dito periódico, em 22 de janeiro de 1893, portanto período sequente ao processo conhecido como Encilhamento,[160] o redator rejeitava o aumento dos impostos promovido pela intendência municipal "com grave prejuízo da po-

[158] Quanto a esse ponto, remeto a obra historiográfica recente: "Quando reclamavam dos altos aluguéis, talvez não pensassem em um mundo sem senhorios, sem patrões, mas certamente buscavam maneiras de mudar o seu presente, vislumbravam no horizonte possibilidades de uma vida melhor. É nesse sentido que falo em possíveis histórias do Beco do Fanha. Por ora, teremos que ficar com a História, com h maiúsculo" (Machado, 2023, p. 179).

[159] Para continuidades desse largo processo histórico nos anos 1940-1970, ver Klafke, Weimer e Furini (2022).

[160] Acentuada desvalorização cambial que se seguiu à instituição do regime republicano, resultando em disparada inflacionária e significativa perda do nível de vida da população urbana. Ver Schulz (2013).

breza que luta cotidianamente com as dificuldades compatíveis a seu estado pecuniário, ao estado de carestia por que atravessamos". Ali também se destacava que a elevação das taxas era repassada aos aluguéis: "O proprietário que tem de pagar o imposto de 2% anuais sobre o rendimento do prédio, donde tira esse dinheiro? Naturalmente, das costas do inquilino, quero dizer – aumentando os alugueis".[161]

Em momento oportuno, proporei algumas possibilidades de atitudes de populares em relação aos processos de marginalização no espaço urbano a partir das metodologias de "imaginação histórica" e "fabulação crítica" (ver subcapítulo 4.2). Por ora, é possível perceber que havia impactos relevantes da construção dos "palácios de papel" – pavilhões do Arquivo Público e Biblioteca – sobre os logradouros em seu entorno. E poderia ser diferente? Os elegantes palácios de arquitetura historicista da *belle époque* redundaram em repercussões, não necessariamente favoráveis para os cortiços, casebres e outras edificações em situação infraestrutural precária e estatuto jurídico duvidoso, de que, talvez, a principal expressão eram os *becos*.

Eles eram acessos transversais a ruas como a da Praia e a da Graça (atual Andradas), do Cotovelo e da Ponte (atual Riachuelo), da Igreja e Formosa (atual Duque de Caxias) e do Arvoredo (atual Fernando Machado). Essas vias, no sentido leste-oeste, eram cruzadas pelos becos de sentido norte-sul, especialmente interessantes para a edificação de prédios visando aluguéis (Machado, 2023, p. 45). Parte significativa da constituição do espaço urbano acabou por se tornar atrativa à moradia popular, abrigando cortiços – não necessariamente exclusivos delas – e unidades residenciais tendencialmente mais modestas. Tendência, todavia, não é regra, porque nos becos residiam pessoas de extrações sociais diversas (Pesavento, 2001a, p. 110).

Para além da topografia geográfica e social, havia também uma nítida topografia simbólica e moral, exaustivamente examinada por Sandra Pesavento, que analisou os desníveis sociais inerentes às diferentes formas de nomear o espaço que, afinal, "é uma forma de qualificar o mundo, dando sentido e pautando as ações sociais. Este processo de outorga de significado é, pois, criador de realidade e instaurador da coerência que organiza a percepção do mundo". (Pesavento 2001a, p. 99). A autora historicizou o léxico das definições semânticas do espaço urbano, particularmente dos becos, constatando que a eles eram emprestadas conotações muito negativas e estereotipadas, e essas obviamente repercutiam nos tratamentos que lhes eram dados pelo mercado imobiliário e pela municipalidade. Os becos eram imorais. Os becos eram sujos. Os becos não eram higiênicos. Os becos eram insalubres e repletos de miasmas.[162] Os becos eram lugares de perdição. Os becos eram o espaço da desordem e da contravenção. Os becos congregavam prostitutas, desocupados, criminosos e vadios. Eram insalubres, úmidos e sombrios.

[161] Acervo particular de Oliveira Silveira.
[162] Emanação à qual se atribuíam as enfermidades antes do avanço da microbiologia.

O mesmo pode ser dito de seus parentes próximos: cortiços e porões. Evidentemente, tais qualificativos pertenciam mais ao plano das representações e não tanto à materialidade da topografia urbana, uma vez que havia pobres e ricos em muitos cantos da cidade.

Entretanto, esse conjunto incidia sobre políticas de exclusão – aliás, seria temerário acreditar que *representações* não constituem parte do *real* – produzindo despejos e outras formas de expulsão das regiões centrais por meio, por exemplo, da elevação dos impostos cobrados e da elevação das exigências para seu funcionamento (Pesavento, 2001b, p. 120-121). Tais ações inspiraram-se, em muito, nos processos de "saneamento urbano" e "higienização social" ocorridos no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX (Vaz, 1994; Sevcenko, 1998; Valladares, 2005). No mesmo período também na capital sulina ocorreu o já mencionado processo progressivo de expulsão dos pobres de regiões centrais (Pesavento, 1994).

Estudo mais recente reforça as constatações da autora:

> Esses breves relatos são indícios de um movimento que ganhava corpo em Porto Alegre na última década do século XIX: a expulsão dos populares da região central da cidade. O fenômeno se fizera sentir em diferentes etapas, sendo uma delas a invasão das habitações populares pelas autoridades e pelo olhar preconceituoso dos jornalistas. Estes, juntos, sob o pretexto de modernizar a cidade e de garantir melhor qualidade de vida à população, tornaram insustentável a permanência de muitos trabalhadores pobres no 1º Distrito muito antes das grandes obras de reformulação urbana realizadas a partir da década de 1920. Estas obras, aliadas às leis que proibiam a existência de cortiços e outras habitações coletivas, fizeram desaparecer grande número de prédios antigos do centro, empurrando o restante da população pobre definitivamente para a periferia (Machado, 2023, p. 99).

Pesavento (2001b) também sublinhou que os cortiços, os pobres e os marginais eram considerados um obstáculo para uma cidade que se pretendia uma metrópole moderna e ordenada, devendo ser moralizados ou debelados. Eles representavam uma *outra República*, apinhada de longas jornadas de trabalho, greves, botequins, brigas de navalha (Pesavento, 1990, p. 12).[163] Tem-se em vista o encontro entre os "palácios de papel" de características discutidas no capítulo anterior, representando o que havia de mais moderno e elegante da *belle époque subtropical* – prédios *chics* modelados com a melhor tecnologia possível para que se constituíssem como depósito apropriado para documentos – diante do universo considerado *vil* do beco do Fanha: na *encruzilhada* aqui enfocada. Segundo Machado (2023, p. 21): "No ano de 1912, o intendente José Montaury, em relatório ao Conselho Municipal, deu informações sobre as desapropriações que estavam sendo negociadas a fim de se demolir o casario do lado ímpar do beco e alargar a rua". Conforme visto no capítulo anterior, neste ano a biblioteca ali se instalou e o prédio I do APRS ficou pronto. Cumpria cultivar uma vizinhança mais respeitável ao complexo *ágora-acrópole*. Nas palavras de Sandra Pesavento (2001b, p. 122): "Tais [aquelas] moradias agrediam, ameaçavam e incomodavam a vista

[163] Ver, ainda, Machado (2023, p. 125).

e o olfato dos cidadãos" e pertenciam a uma *outra* cidade, aquela dos "excluídos do social" (Pesavento, 2001b, p. 124). Não lhes cabia permanecer ali.

O jornal *O Independente* – apesar de pertencer a um epígono do socialismo, não podia ser considerado um jornal operário (Vargas, 2017, p. 103) – tinha posicionamentos bastante orientados pelo moralismo de época e às vezes alinhados à visão da municipalidade. Em suas páginas, já em 1906, advogava pelo despejo do beco mencionado:

> O nosso bom amigo, incansável intendente deste município, sr. dr. Montaury, tem em vista além dos muitos e valiosos serviços prestados a esta capital, fazer desaparecer o beco do *Fanha*. Digna de aplausos é esta ideia. Aquele beco é um verdadeiro foco de moléstias e imoralidades que vemos nesta boa capital e a sua extinção é uma necessidade. Está encarregado do árduo trabalho de estudo desta questão o nosso prezado amigo José Rodrigues Vianna que hoje apresentará um bem elaborado mapa daquele beco. O nosso amigo José Rodrigues Vianna, funcionário zeloso da repartição de higiene, tem além desse trabalho se entendido com os proprietários dos prédios ali existentes, sobre a desapropriação que a Intendência pretende fazer. Naquele beco, segundo nos consta, será aberta uma larga rua que se denominará *Borges de Medeiros*.[164]

O Beco do Fanha é aqui tomado como *metonímia* dos becos em geral, o que nos fornece, a partir de um caso, um belo laboratório para entender o encontro/confronto entre a cidade *civilizada, moderna e polida* e seu avesso *vilão, plebeu, da ralé.*[165] Esse contraponto é ainda mais necessário para fugir a narrativas triunfalistas que assinalem o surgimento do Arquivo Público como a concretização da modernização administrativa do Estado de uma forma não-contraditória. O que, claro, não deixa de ser pura ideologia do PRR: espero ter conseguido demonstrar no tópico 1.5 que, como poderia ocorrer em qualquer partido republicano dos tempos da Primeira República, a criação do Arquivo Público estava envolvida em uma série de disputas envolvendo redes de compromissos coronelistas. Se politicamente não era fruto do consenso, tampouco o era em termos socioeconômicos.

4.2 De cortiço a arquivo: um olhar microscópico e fabulativo

No endereço onde hoje é o Arquivo Público outrora existiram cortiços. Em uma primeira acepção (em breve veremos que havia outra):

> em um terreno na cidade, o proprietário dispunha-se a construir ou a permitir a construção de casas, subdividindo o espaço para depois alugá-lo, preservando um pátio central, onde geralmente se colocavam tanques, uma bica, enfim, um dispositivo para obtenção de água. Ao redor deste dispunham-se, parede contra parede, habitações modestas e pequenas, com abertura para o pátio interno (Pesavento, 2001b, p. 97).

Convém lembrar, como visto no capítulo anterior, que, junto ao 245, a Fazenda Estadual adquiriu terrenos adjacentes registrados na mesma escritura. Em um deles, o de

[164] AHPOAMV, *O Independente,* 24/5/1906.
[165] "O edifício de notável elegância de linhas virá a ser um novo elemento para o progresso da capital". HDBN, *A Federação*, 2/1/1911.

endereço 243 da Riachuelo, em 1906, registraram-se os impostos prediais de uma edificação de valor locatário avaliado em 390$000 réis, pagos por Francisco Maria Pinheiro Bittencourt, Na descrição da espécie, aparecem “6 cortiços”: uma unidade com aquele número de compartimentos? Até aquele ano, ali havia existido um “galpão”, outra palavra também referente a um local subdividido em cubículos (Pesavento, 2001b, p. 112).[166]

Em 1909, o mesmo Bittencourt declarou um cortiço no 239E de valor locativo de 300$000 réis. A partir de 1910, a sequência 239D – 245, toda pertencente àquele, já passou a aparecer, toda, no segundo semestre, como pertencente à Fazenda Estadual.[167] Há que destacar que ali seria edificado o Arquivo Público. Quer dizer, o(s) cortiço(s) foi/foram desalojado(s) para a construção do “palácio de papel”, o que já havia sido legitimado em uma campanha mais geral da imprensa contra eles,[168] que tivera início na década de 1890 (Pesavento, 1994, p. 93) – a exemplo do texto d’*O Independente*, no tópico anterior.[169] Pesavento (2001b, p. 95) indica que os cortiços podiam assemelhar-se aos becos, diferenciando-se por serem os primeiros pertencentes a particulares e os demais a logradouros públicos. Entretanto esses limites são tênues, tendo em vista que à municipalidade cabia a supervisão e o fornecimento de elementos para a realização de serviços urbanos básicos também nos primeiros.

Teria um galpão de 1904-1906, que aparece nas décimas, mediante reformas, originado o cortiço que aparece no último ano na unidade 243? Ou a mesma construção foi descrita de formas diversas em uma sequência temporal? Mas por que há referências à demolição do galpão em 1906, agora no 243A, portanto com funcionamento paralelo ao cortiço 243? Seriam os “cortiços” de 1906, 243, e de 1910, 239E, o mesmo estabelecimento, uma vez que pertenciam ao mesmo proprietário? Por que aparecem, porém, em numerações diferentes? Não seria inverossímil supor que tenha funcionado como cortiço em apenas dois anos casuais? Por que o 243 aparece como um prédio térreo em 1908 e 1909? Teria sido assim reformado depois de figurar como “cortiço”? Ou eram a mesma coisa com diferentes denominações? Como se relacionariam, ambos, com o número 239D, que figura em 1907 e 1908 como “chalet”?[170] Seria a mesma edificação, omitindo subdivisões internas? Se sim, será que os residentes seguiram morando ali? Até quando?[171]

---

[166] AHPOAMV, Livros de décimas urbanas de 1904, 1905 e 1906 n. 128, 138 e 151.

[167] AHPOAMV, Livros de décimas urbanas de 1909 e 1910 n. 181 e 193.

[168] Sequer a imprensa mais popular, como o jornal *O Exemplo*, da comunidade negra, poupava os cortiços de conotações pejorativas. A respeito de um incêndio ocorrido em prédio da rua Sete de Setembro com General Câmara, sobre o qual a folha havia afirmado resultar de condições de armazenamento de fazendas impróprias em um prédio velho, publicou-se a seguinte nota sobre alguma pessoa que sentiu-se descontente com a forma como a notícia foi veiculada: “*Alguém*, que não merece nossa consideração, ousou escrever-nos um cartão em linguagem abjeta e própria de habitante de cortiço”. HDBN, *O Exemplo.* 1º/1/1894.

[169] Para um detalhamento maior dessa campanha em relação ao Beco do Fanha, ver Machado (2023).

[170] Mesmo que Pesavento (2001a) não registre o chalet como palavra de estigmatização dos espaços urbanos, a autora evidencia a adjacência entre este e galpões e, além disso, o exemplo de outra propriedade assim denominada, pertencia a um homem negro de baixo poder aquisitivo (Pesavento, 2001b, p. 113; 194).

[171] AHPOA, Livros de décimas urbanas de 1907 e 1908 n. 161 e 175.

Existem alguns complicadores adicionais. Uma primeira observação a se fazer é que o desdobramento de uma numeração em letras podia significar um "lance" ou "correr" de casas, o que podia indicar moradias populares com pátios comuns (Pesavento, 2001b, p. 118). Todavia, apenas o 239D e o 239E pertenciam ao terrenos dos Bittencourt vendidos à Fazenda Estadual. 239A até 239C eram de Felipe Câmara – talvez fundos do solar da mesma família, situado na rua Duque de Caxias –, e assim seguiram a ele pertencendo. Além disso, 1909 é o único ano em que há registro da unidade 239E, cortiço ou não. Ademais, sejam a mesma unidade ou não, nem 239E nem 243 aparecem na relação de cortiços apresentada por Pesavento (2001b, p. 103-108). Finalmente, o termo "cortiço" é polissêmico, já que o termo englobava duas acepções: por um lado, casarios modestos em torno de um pátio (similares aos existentes no Rio de Janeiro, como o famoso "Cabeça de Porco", que inspirou o famoso romance de Aluísio Azevedo, 2018 [1890]), conforme visto, e, por outro, cubículos em um mesmo edifício velho e precário, ou ainda galpões e porões (Pesavento, 2001b, p. 97; 112). É difícil saber, nos lançamentos prediais, a que modalidade se referia. O acumulado de interrogações, que resultam em um texto realmente confuso, decorre de limitações e inexatidões da documentação.

São sinais esparsos que revelam vidas marginais e, assim, marginalmente registradas em fontes oficiais. Durante muito tempo os historiadores abriram mão dessas evidências, por escassas e pontuais. Entretanto, sabe-se hoje que as vidas "infames" só são registradas quando confrontadas com premências do poder (Foucault, 2003). Isso não significa que não devam ser contadas, pois contém experiências sociais necessárias à compreensão dos processos históricos sob novos vieses, ou, melhor dizendo, uma história menos enviesada pelos pontos de vista dos dominantes. São muitas, então, as dúvidas e nenhumas as certezas. Sequer temos os nomes dos moradores. Então vamos inventá-los.

Sim, inventar. Ou melhor: *fabular*. Felizmente hoje temos instrumentos teóricos e metodológicos que permitem apreender, por meio de uma imaginação criteriosa e cuidadosa, as vidas silenciadas pelos arquivos coloniais. Já era o tempo em que se dizia "não existe 'se' em história". É fato, verdade verdadeira, que ali havia moradores que deixaram de residir visando à construção de um palácio para papéis. Um "necrotério" – nos dizeres de Saidiya Hartman, como veremos a seguir. Também é certo que, como veremos, isso estava relacionado à dinâmica mais geral do mercado imobiliário da região. Diante da impossibilidade de precisar maiores detalhes diante da dinâmica macrossocial, será necessário dar asas à "imaginação histórica": um exercício criativo, ficcional, porém balizado pelas evidências disponíveis, empírica e historiograficamente, devidamente explicitado e submetido às regras de verossimilhança características do ofício (Davis, 1987; Ginzburg, 1990).

Saidiya Hartman politizou a "imaginação histórica", situando-a como uma forma de apreender a experiência de mulheres negras no mundo Atlântico. Ao identificar raça e gênero dessas protagonistas silenciadas e invisibilizadas, Hartman realiza uma narrati-

va histórica socialmente situada e presta sua homenagem àquelas que estavam na "vala comum" dos arquivos. A autora compara arquivos e necrotérios, na medida em que ali estão sepultadas histórias de violência silenciadas na frieza técnica dos documentos: "O arquivo, nesse caso, é uma sentença de morte, um túmulo, uma exibição do corpo violado, um inventário de propriedade, um tratado médico sobre gonorréia, umas poucas linhas sobre a vida de uma prostituta, um asterisco na grande narrativa da História" (Hartman, 2020, p. 15). Ou – acrescentaríamos – uma descontinuidade em uma série histórica de impostos prediais envolvendo a presença/ausência de um cortiço.

Se ler o arquivo é um "último vislumbre de pessoas prestes a desaparecer no porão de escravos" (Hartman, 2021, p. 26), pode ser também uma aproximação de quem desapareceria entre as ruas da cidade após o despejo. Historiadora do tráfico atlântico, a análise da autora diverge, é claro, quanto à dimensão do trauma histórico apontado, mas talvez nem tanto quando percebemos que nos referirmos às histórias apagadas de mulheres negras, ou que o *caráter* de uma memória de dores, mesmo de *magnitudes* diversas, é similar.[172] Talvez nem divirjamos tanto quando pensarmos que o 'escândalo e excesso' subjacente à fria letra do papel, nos convoca a utilizar a imaginação sobre o que "poderia ter sido". "Eu estava determinada a preencher os espaços em branco do arquivo histórico e representar a vida daqueles considerados indignos de serem lembrados, mas como escrever uma história sobre um encontro com o nada?" (Hartman, 2021, p. 25). Hartman (2020) denominou duas meninas anônimas de Vênus negras. Opto por Maria, por ser nome de "uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer do planeta, e de uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta", nas palavras dos poetas Milton Nascimento e Fernando Brant. Dela tampouco sabemos mais que um asterisco, uma gota na espuma do mar da história, para empregar a imagem braudeliana. Sua possível vida, ainda assim, deve ser contada.

Isso, apesar de "a História se compromete[r] a ser fiel aos limites do fato, da evidência e do arquivo, ainda que tais certezas mortas sejam produzidas pelo terror" (Hartman, 2020, p. 25). Mas, como estamos afirmando, essas evidências eram mediadas pelo poder, e convém ultrapassá-lo a fim de conhecer outras histórias, a do "Zé Povinho", por exemplo. "Quem se dedica a historicizar a multidão, as pessoas despossuídas, subalternas e escravizadas, se vê tendo de enfrentar o poder e a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem em relação ao que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e autoridade de agente histórico" (Hartman, 2022, p. 11). Ao procedimento imaginativo visando a ultrapassagem desses limites Hartman denomina "fabulação crítica". *Fabulemos*, portanto:

[172] Alhures traçou-se um paralelo, não em termos de escala mas de natureza, entre as memórias dos despejos e outros traumas históricos (Klafke, Weimer, Furini, 2022). Entretanto, é possível ponderar, com um velho filósofo alemão, que "a quantidade transforma-se em qualidade".

Chamemo-la, assim, de Maria. Maria, digamos, das Dores, mais especificamente, para particularizá-la – a ideia é romper com o anonimato. Imagino-a preta e lavadeira, amasiada com um operário, chapeleiro, vamos dizer, oriundo de São Leopoldo que aparecia de quando em vez, ocasião em que trazia agrados às crianças, um casal de filhos menores do casal. Vamos lhes dar o nome de Hans Schülz, Floriana e Agostinho, respectivamente. Pouco importava que Hans tivesse outra esposa – Gerda –, legítima, no Arraial dos Navegantes,[173] e tampouco que ali tivesse outros filhos – Erhardt e Klaus –, que levavam sua assinatura. Floriana e Agostinho foram registrados com pai incógnito e batizados na Igreja do Rosário como filhos naturais. No seu ir e vir, Hans sempre acabava por retornar ao cômodo 4 da Riachuelo, 243, geralmente com arrependimentos e flores. Do lado esquerdo e do direito no cortiço, só maus exemplos pras crianças. De um lado, poderia haver uma cartomante que lia a sorte e fazia serviços na encruzilhada em T para amansar patrão. Cigana Madalena, conheçamo-la assim. Ninguém sabia se era cigana pra valer ou se se dizia isso por ser cartomante. Maria achava que era portuguesa, na verdade. Do outro, um tipo mal-encarado que andava com uma navalha. Zé Firmino. Ele já se insinuara para ela, mas se um só homem já dá trabalho, quem dirá dois? Não queria encrencas entre Hans e o malandro.

Maria, em suas dores, acumulava, além da espera por um homem – que nunca sabia quando viria, nem se viria para o amor ou para a guerra, nem como auxiliaria materialmente com as crianças, e nem se viria no *schnaps* ou não –, as lembranças de uma difícil infância de ventre livre – tinha trinta e tantos – e uma irmã, Filomena, que vivia um pouco abaixo, no Beco do Fanha. Na vizinhança próxima, auxiliavam-se quando necessário. Sua mãe, Inocência, escravizada de ganhos, fazia quitandas na Praça da Alfândega, e dessa parte Maria lembrava sem dores. Corria entre os tabuleiros quando pequena e às vezes pegava furtivamente uma cocada, a que a quitandeira aquiescia. Dores, só quando a perdeu, afogada no rio. Mas nem gostava de lembrar-se disso. O pai nunca conheceu, porque falecera na epidemia de varíola de 1874. Imagino-a, ainda, tentando afastar as más lembranças lavando roupa na bica central quando veio a notícia: os filhos de nhô Chico Bittencourt haviam vendido o cortiço ao governo, que queria construir um não-sei-o-que ali. Mas como? Iriam rolar na rua? E tudo que haviam pago para ele até aquele momento não valia de nada não? Era assim? Ponha-se para fora? O desespero tomou conta do cortiço. Se estivéssemos em um romance de Aluísio Azevedo (2018 [1890]), sem dúvidas alguém atearia fogo às casinhas.

Cigana de uma figa, que nada previu, vociferava a vizinha Camélia, catarina há pouco chegada, com quem dividia a bica de água. Já Maria nem acreditava em moamba capaz de dar um jeito nos grandes. Eles eram fortes, elas eram fracas. Esse fatalismo

[173] Região de moradias operárias, que posteriormente viria a compor o Quarto Distrito.

dava-lhe como que resignação para seguir em frente. Que bom que podiam contar com Filomena, porque do alemão não se podia esperar nada mesmo. Mas lá para baixo a coisa também não estava fácil. Sabia-se à boca pequena que o beco seria despejado, como de fato foi, anos após. A vida não é fácil para quem é pobre. A comadre Etelvina tinha ido morar na Cascata, sempre convidava, mas ela não queria se meter lá longe. No meio do mato. Imagina, ficar perto de cemitério? Imagina, se as freguesas das roupas que lavava moravam todas no Primeiro Distrito?[174]

Maria das Dores observava. A feição do centro da cidade se transformava. Lá em cima estava tudo em obras. Havia muita belezura sendo arranjada na cidade, mas parecia que não eram para o seu bico. A Praça da Matriz virara Marechal Deodoro, em homenagem a essa tal República que mudara tudo e mudara tão pouca coisa. Não tinha mais escravidão, todo mundo era dono de si e se governava, mas preto continuava pobre e pobre continuava pobre. Ela pra rezar tinha que ir na Igreja do Rosário, porque na Matriz as senhoras olhavam feio, ela não gostava disso. E também porque era muito devota de Nossa Senhora. Mas valei-me, Virgem do Rosário. Dali teria que sair. Pro beco do Fanha e, depois, para onde Deus Nosso Senhor Jesus Cristo quisesse.

Maria juntou os trecos, as crias e as dores e desceu a travessa, para pedir abrigo a Filomena. A notícia já tinha chegado ali. A irmã lhe ofereceu uma caninha. Se se tratasse de um romance naturalista de Aluísio Azevedo (2018 [1890]), e eu tecesse um roteiro ainda mais barato, Maria das Dores capitularia ao alcoolismo, degenerada por um meio hostil. As crianças, talvez, recaíssem na criminalidade ou na prostituição. Mas pouparei os leitores desse constrangimento e desse acúmulo de desgraças.

Evidentemente, Maria das Dores, amásia de Hans, mãe de Floriana e Agostinho, irmã de Filomena, filha de Inocência, vizinha de Zé Firmino, de Camélia e da cigana Madalena, comadre de Etelvina, é fruto da *fabulação* melodramática deste historiador. Por outro lado, como veremos no subcapítulo posterior, a interpretação dos mais objetivados dados seriais e quantitativos envolveu um sem-número de “talvez”, “pode ser”, “deve ser”, o típico vocabulário, segundo Ginzburg (1991), característico da “imaginação histórica”. Entretanto, se pensarmos em “Maria” como substantivo, mais do que nome próprio, teremos muitas e muitas “Marias” mães, amásias, irmãs, vizinhas, comadres residentes em cortiços. Muitas delas, nos primeiros anos do século XX, eram filhas de ventre livre. Tais papéis sociais, articulados entre si, não apenas eram factíveis como prováveis. Conforme mencionado, não sabemos se o número 4 do cortiço – criação minha, o número, não o cortiço –, onde recebia as visitas de Hans – personagem de minha autoria, também –, estava disposto em torno a um pátio ou se era um cubículo em um prédio, galpão ou porão. Mais interessante é pensar que “Marias”, “Rosas”, “Etelvinas” e “Zés”, ou seus correspondentes

[174] Região central de Porto Alegre.

reais, cada qual com suas dificuldades, estavam instalados nos arredores do atual Arquivo Público. Em breve não estariam mais.

É importante observar que nem todas edificações daquela quadra parecem ter sido varridas. Mesmo que não existam registros sobre as casinhas populares depois da aquisição do terreno de Bittencourt pela Fazenda Estadual, existia ali uma misteriosa casa que em algum momento parece ter servido a serviços de expediente do Arquivo Público. Há que ler o seguinte trecho com cautela, porque a autora, infelizmente, não referiu sua fonte. Por outro lado, não convém omitir uma possível parte da história da instituição, especialmente por encontrar reforço em documentação adicional. Pouco mais de uma década depois da finalização do prédio II, teria acontecido o seguinte:

> Ao que tudo indicava, novamente em 1930, começou a faltar espaço físico nas edificações. Com o constante recebimento de material, as condições de armazenamento ficaram difíceis. Uma das saídas encontradas foi transferir parte da instituição para uma casa na Rua Riachuelo, onde se encontra o atual prédio III, à entrada do Arquivo. Dessa forma, os dois pavilhões seriam ocupados exclusivamente por documentos, ao passo que a administração alojar-se-ia em frente, na citada casa (Merlo, 2010, p. 146).

Carmen Merlo (2010, p. 147) chegou a apresentar uma foto da dita edificação em 1930, porém a partir de um site sem referência ao original; diante da origem apócrifa, decidiu-se por não usá-la. Nesse caso, nem com toda cautela possível o registro tem validade. A imaginação histórica não é assim visual… Entretanto, a casa deve ter existido e nele funcionado algum setor da instituição, já que o *Diário de Notícias* divulgou, em 15 de outubro de 1942, uma nota referente à demolição de um prédio do Arquivo Público "à Rua Riachuelo com frente para a rua Paysandu" com a intenção de construção de um largo e de uma escadaria para a Praça Marechal Deodoro, algo que todos sabemos que não ocorreu.[175] A misteriosa edificação localizava-se exatamente na localização descrita por Merlo, onde seria construído, na virada das décadas de 1940 e 1950, o atual prédio III, conforme será visto no subcapítulo 5.8. Por enquanto, basta observar que, apesar de ser mais recente, o prédio frontal à Riachuelo é aquele de que temos menos informações. Pois bem: da casa que foi então demolida, que possivelmente tinha um papel administrativo, sabemos ainda menos. A continuidade de sua existência, contudo, sugere a seletividade da derrubada de edifícios. Aos cortiços, os bota-abaixo. Aparentemente, casas ao gosto da burguesia da urbe e passíveis de uso público sobreviveram até os anos 1940.

[175] MCSHJC, Diário de Notícias, 15/10/1942. A escadaria existente é muito anterior a 1942.

Imagem 31 – Casario na rua Riachuelo, 1900



Fonte: MJJF – FSM, foto 317f. Fotografia Virgílio Callegari.

4.3 De cortiços e arquivos: um olhar macroscópico e serial

A fim de apreender, em termos macro, as alterações no entorno dos prédios que vieram a constituir o APRS, foram analisados os livros de décimas prediais, custodiados pelo AHPOAMV, do intervalo entre 1904 e 1924, construindo uma série de valores locativos por que foram avaliados os imóveis desde alguns anos antes da construção dos referidos palácios até o lustro subsequente.

Esses livros enumeravam, de acordo com as ruas, os proprietários; os números das edificações; códigos alfabéticos relacionados à sua natureza; o valor locativo semestral atribuído a fim de cálculo de impostos urbanos, estabelecidos em 10%, mais 1% de taxa de recolhimento de lixo, e impostos de policiamento, angariados semestralmente; data

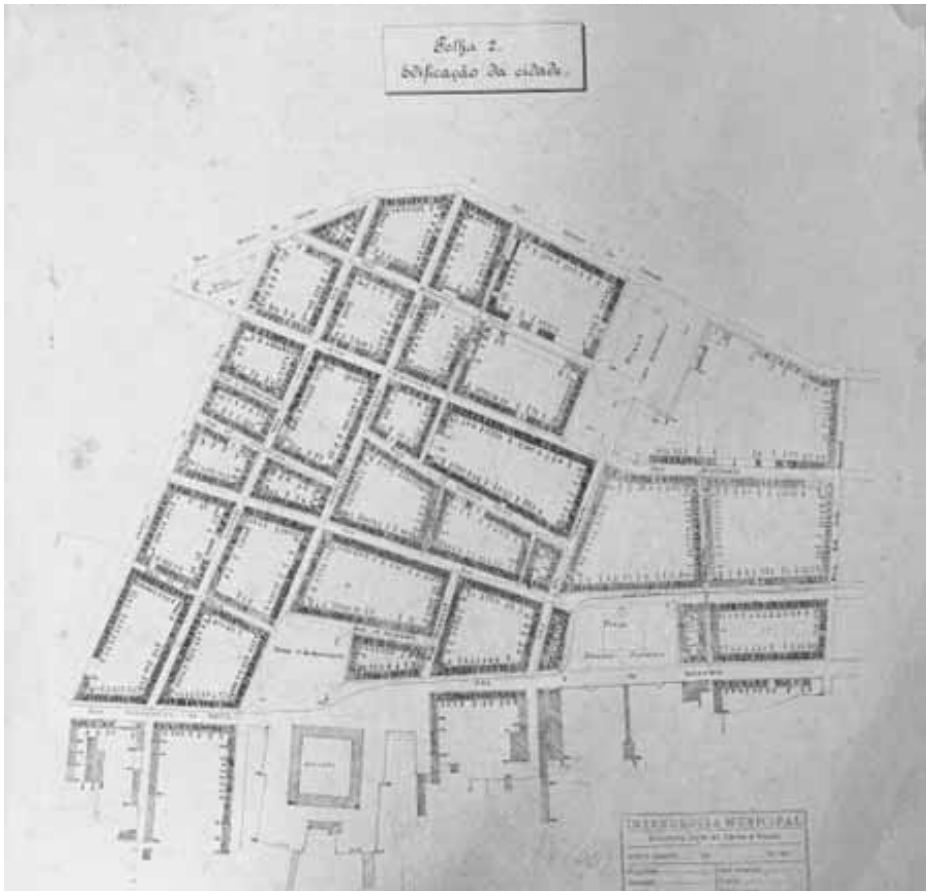
dos pagamentos, além de uma coluna de observações. A lei municipal n. 5, de 1892, apresentava as disposições relativas à cobrança da décima urbana.[176] Edifícios públicos, templos e casas de caridade, bem como unidades fechadas há mais de 30 dias estavam dispensadas do pagamento. O referencial-base para o cálculo da décima era a) o valor de aluguel do prédio ao longo do semestre ou b) "por meio de um arbitramento *razoável*, se estiver ocupado pelo próprio dono ou gratuitamente habitado" (Art. 2º). "Sendo assim, os valores de lotação presentes na documentação são, no geral, referentes, ou ao valor do aluguel multiplicado por seis, ou à arbitração do fiscal" (Machado, 2022, p. 86).

Ora, todos sabemos que "razoabilidade" é um critério relativo e, portanto, bastante inseguro e "pouco razoável" para a tomada de decisões. Nada impedia que os fiscais, por interesses escusos, sub-avaliassem os prédios para que fossem pagos menos impostos. Ainda assim, julgamos "razoável" tomar os valores locativos como indicativos do valor dos aluguéis nos logradouros da capital e, por conseguinte, do seu custo de vida. Se corrupção havia – e havia (Bakos, 2013, p. 123) –, não seria "razoável" julgar estar mais concentrada em parte ou outra de um logradouro. Pelo contrário, parece bastante "razoável" supor estar bastante disseminada e distribuída de forma mais ou menos aleatória. Dessa forma, diluída em uma análise serial, como a aqui procedida, não parece interferir substancialmente nos resultados médios, especialmente quando o objetivo é perceber, em médio prazo, um índice do custo de vida e de valorização do entorno, e não o valor de qualquer imóvel individualizado.

Dessa forma, nossos dados são obtidos por uma metodologia diversa, mas complementar, à empregada por Lucas Soares Machado (2023) na análise do Beco do Fanha, já que o autor projetou espacialmente, a partir de um levantamento cadastral realizado em 1893, as diferentes unidades e a transformação de sua natureza em anos escolhidos: térreos, sobrados, assobradados, baixos, abreviados como t, s, a, b. Na documentação analisada também aparecem, por extenso, algumas possibilidades não codificadas, tais como "porão", "galpão", "cortiço", "chalet" – todas palavras referentes a unidades residenciais populares e precárias. Devido a essa pluralidade e, em particular, por essas últimas tipologias, prefiro chamar cada entrada na tabela realizada como "unidades", em lugar de "edificações".

[176] Lei municipal n. 5, de 1892. Disponível em: https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/media/sapl/public/normajuridica/1892/4821/lei_5_1892.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

Mapa 6 – Planta cadastral de Porto Alegre, 1893



Fonte: AHPOAMV.

O levantamento de 1893 também foi útil aqui, mas com uma finalidade diferente: escolher os trechos das ruas cujos dados seriam levantados em banco de dados (planilhas Google). Optou-se pelo estudo da totalidade das unidades do beco do Fanha, ou travessa Paysandu, a atual Caldas Júnior, e dos endereços 153-305 e 98-268 da rua Riachuelo (os lados ímpar e par não se espelhavam), isto é, as quadras entre as ruas Bento Martins e a General Paranhos (sobre a qual, depois, seria construída a avenida Borges de Medeiros) – duas antes e duas após o n. 245 (atual 1031). Dessa forma, contempla-se, no encontro onde hoje se localiza o APERS, uma rua radial, tendencialmente ocupada por pessoas mais aquinhoadas, e um beco, local de moradia geralmente identificado com o mundo dos "excluídos da cidade". Uma *encruzilhada* de radial e beco; da cidade elegante e da cidade condenada. A rigor. Na prática, havia mais nuances.

Em pesquisa recente, a partir das ações judiciais de despejo, realizei a crítica de que a historiografia debruçou-se demasiadamente sobre os fatores de coerção extra-econômica e não deu a devida atenção a aspectos de coação econômica, tais como processos inflacionários (especialmente àquele conhecido como Encilhamento, associado ao governo do

marechal Deodoro da Fonseca 1889-1891). Não conseguir pagar contas e aluguéis também era uma forma de inviabilizar a permanência e, assim, um mecanismo – talvez o mais acentuado, ainda que menos visível – pelo qual a cidade crescia sobre as moradias dos pobres, já desde o final do século XIX (Weimer, 2022). Assim, procurou-se aqui, através de alguns índices tomados aos livros das décimas – valor locativo médio, número de unidades, proporções de edificações de diferentes naturezas e número de proprietários, avaliar o impacto da construção dos "palácios de papel" sobre as quadras mais próximas do APRS.

No processamento dos dados, para fins de formação de séries, foi necessário tomar uma série de decisões metodológicas, que passo a apresentar:

a) foram desprezadas da amostra aquelas unidades que ora pagavam impostos juntos, ora separados, em anos diferentes, quando a soma do agregado não corroborava a soma das unidades separadas. Esses casos são, sobretudo, o de cortiços, que estavam sujeitos a grandes irregularidades no estabelecimento dos seus endereços. Por exemplo, no tópico anterior as unidades 239E-243 (o 245, até a venda ao Estado, apresenta uniformidade). Esses casos, por não serem uniformes ao conjunto, portanto heterogêneos, não foram passíveis de quantificação;

b) quando figuravam um proprietário e pessoas especificadas como familiares, ou seus herdeiros, na mesma unidade, ela foi contabilizada apenas uma vez, mesmo porque elas constituíam partilhas de unidades singulares ou sua projeção; não é o caso de familiares vizinhos mas situados em unidades distintas;

c) apesar de se ter levantado 1904-1924, o primeiro ano e o período entre 1921 e 1924 serão analisados de forma qualitativa ou, quando muito, observando apenas os valores nominais. Sabe-se que na história econômica deve-se converter valores à libra esterlina, justamente por ser uma moeda forte, sendo um bom indexador para corrigir os efeitos da inflação.[177] Entretanto, após a I Guerra Mundial seu valor despencou, perdendo a característica de moeda forte (Arthmar, 1999), e é exatamente isso que a tornava apropriada ao cálculo até então. Também a variação entre 1904 e 1905 estava produzindo distorções demasiadas por uma desvalorização de mais de 20% da libra. Nesses casos, o referencial de "moeda forte" perdeu a validade. Claro que na conta da proporção do tipo de edificações, número de unidades e de proprietários a cotação da libra não interfere.

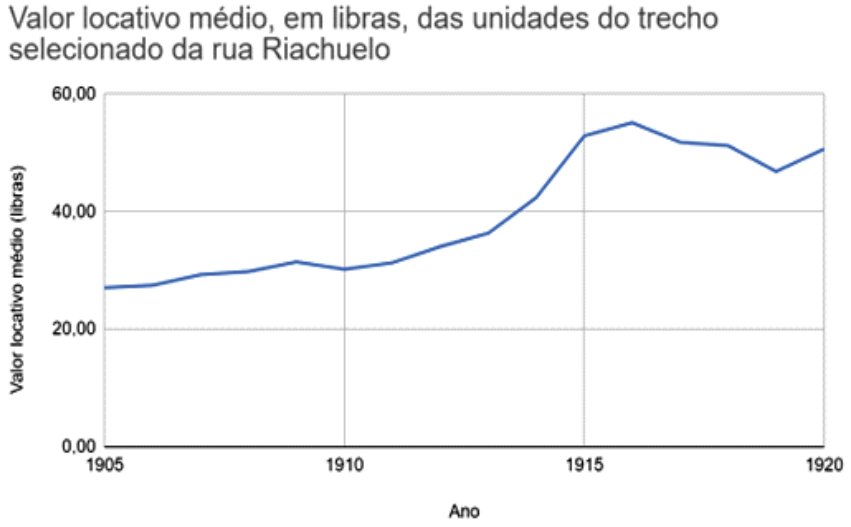
d) os dados relativos à Paysandu, pelo tamanho pequeno do universo total, serão utilizados com maior cautela, porque as distorções resultantes de pequenas variações serão acentuadas;

[177] No lapso 1906-1920 a libra oscilou entre 15,679 libras esterlinas / mil-réis no início da série, e 14,578 no final, atingindo um mínimo de 12,063 em 1916 e um máximo de 16,234 em 1910. As curvas descritas foram suaves, ao passo que em 1921 a cotação abruptamente desabou para 8,359, uma desvalorização de 42,66% em um ano. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 02 maio 2024.

e) os dados numéricos, ainda que informativos, podem ser estéreis se não cruzados com outras informações de ordem qualitativa, sobre demolições, reformas ou mudança de natureza das edificações.

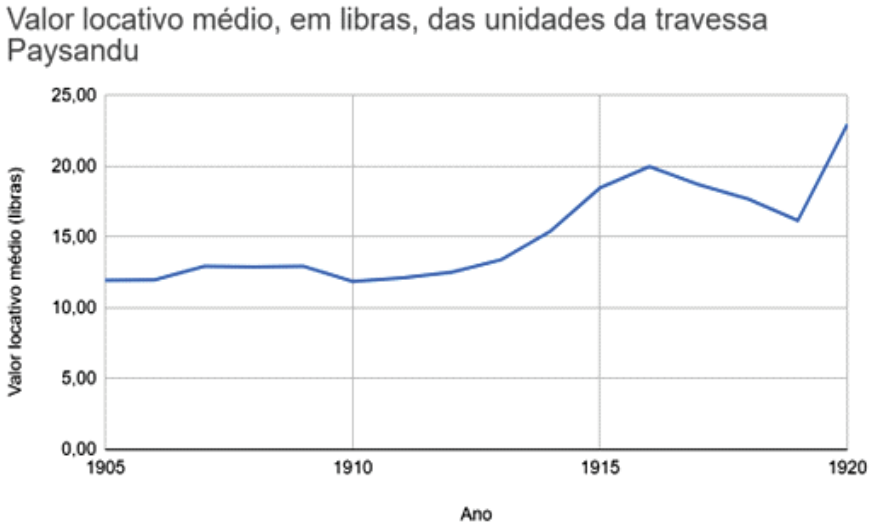
Parti de uma hipótese inicial de que a construção dos prédios do Arquivo Público e de seu entorno dispararia a média dos valores locativos do entorno. De fato, verifica-se um aumento a partir da década de 1910, seguida por queda a partir de 1915 e por novo acréscimo em 1919.

Gráfico 1 – Valor locativo médio, em libras, das unidades do trecho selecionado da rua Riachuelo



Fonte: Livros de décimas urbanas, AHPOAMV. Dados compilados pelo autor.

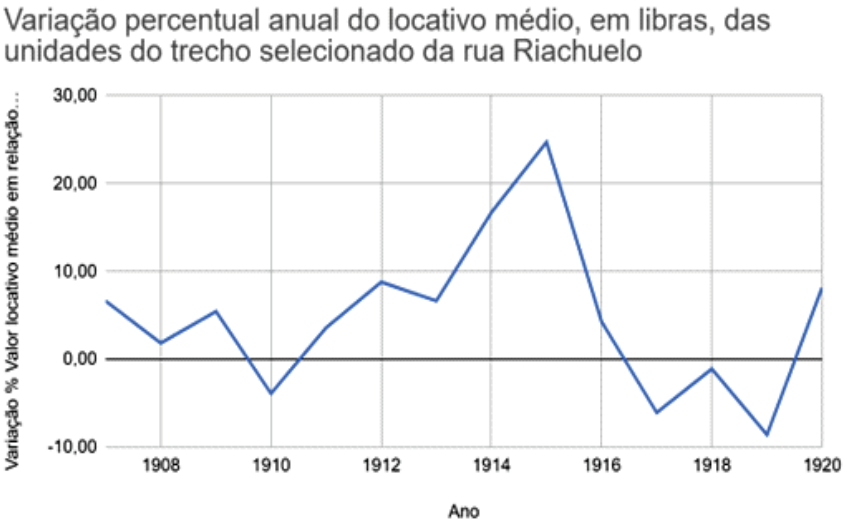
Gráfico 2 – Valor locativo médio, em libras, das unidades da travessa Paysandu



Fonte: Livros de décimas urbanas, AHPOAMV. Dados compilados pelo autor.

Efetivamente, esses dados comprovam a hipótese inicial, já que a elevação dos valores locativos acompanha a construção das edificações. Entretanto, as curvas não foram tão abruptas quanto supunha. Para ter uma ideia mais exata das flutuações, projetei em outro gráfico as variações percentuais das médias em relação ao ano anterior. Como há defasagem em relação ao intervalo estabelecido diante do ano antecedente, os efeitos das construções só puderam ser percebidos em 1913 e 1920. Há, em ambos os casos, variações negativas em 1910 e entre 1917 e 1918, a que atribuo a dois motivos diferentes. No caso da Paysandu, a queda relativa dos valores locativos no primeiro ano mencionado parece ter a ver com as expectativas de despejo e, no segundo período (veremos a seguir), com novos temores com a edificação do Grande Hotel (Machado, 2023, p. 124). No ínterim, os valores locativos cresceram anualmente em virtude das próprias melhorias nas edificações. No caso da Riachuelo, é possível ter havido um contrafluxo da especulação imobiliária ocorrida nos anos que antecederam a construção dos prédios. Enquanto o governo comprava lotes na região, os valores locativos se elevavam, pois os adquirentes tinham a expectativa de bem vendê-los ao governo. Quando esse cessou de fazê-lo, e já se estabeleceu quem seriam os beneficiários, há um efeito rebote – tanto maior quanto maior o ascenso:

Gráfico 3 – Variação percentual anual do locativo médio, em libras, das unidades do trecho selecionado da rua Riachuelo



Fonte: Livros de décimas urbanas, AHPOAMV. Dados compilados pelo autor.

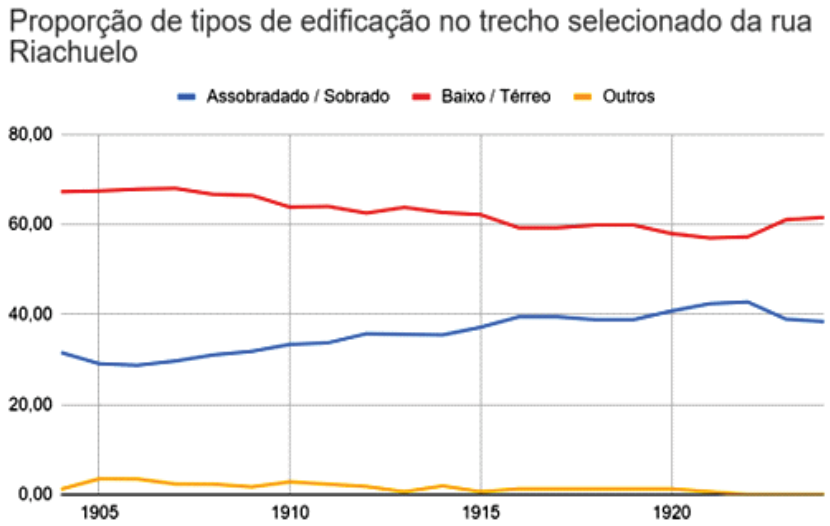
Gráfico 4 – Variação percentual anual do locativo médio, em libras, das unidades da travessa Paysandu



Fonte: Livros de décimas urbanas, AHPOAMV. Dados compilados pelo autor.

Essas transformações estavam acompanhadas, na Riachuelo, por uma, ainda que suave, tendência à verticalização, uma vez que diminuiu a proporção de baixos e térreos e aumentou a de sobrados e assobradados, que eram mais valorizados. Os dados da Paysandu veremos logo mais, porque, com o intenso processo de despejos ali procedido, eles são de interpretação um pouco mais complexa:

Gráfico 5 – Proporção de tipos de edificação no trecho selecionado da rua Riachuelo



Fonte: Livros de décimas urbanas, AHPOAMV. Dados compilados pelo autor.

Vejamos alguns exemplos, na prática cotidiana dos moradores, como se procederam essas mudanças. Em 1910, Victorio Forlini comprou prédios baixos e um sobrado de Manoela de Sá Veloso, nos números 166, 168 e 170 da Riachuelo. Ali procedeu reformas que elevaram o valor locativo, entre 1909 e 1911, de respectivamente 300$000, 90$000 e 360$000 para 720$000, 540$000 e 720$000. No mesmo ano, Antônio Joaquim da Silva comprou, de José Miranda Santos, um prédio térreo (Riachuelo, 155) que transformou em assobradado – isto é, construiu novo pavimento (Machado, 2023, p. 117) –, elevando o valor locativo de 150$000 para 480$000. Em 1912, João Damasceno Ferreira adquiriu um assobradado, de número 150 da Rua Riachuelo, de Laurindo Fernandes Vaz e outros proprietários. Empreendendo obras, a edificação mais que dobrou de valor locativo, de 420$000 para 900$000. Entre 1919 e 1920, ainda que não se especifiquem reformas, o valor locativo do imóvel situado à Riachuelo n. 253 – portanto muito próximo do palácio recém construído –, de Ramiro Martins de Menezes, dobrou de valor locativo, de 600$000 para 1:200$000, chegando a 1:650$000 em 1921. Naquele mesmo intervalo, obras realizadas pela recém adquirente (até então pertencia a José Otaviano e outros) Amélia Carvalho de Barcellos em uma casa térrea no 234 da rua Riachuelo praticamente triplicou seu valor locativo, que subiu de 600$000 para 1:710$000. A mesma adquirente promoveu melhorias na unidade vizinha. Tendo comprado um térreo, 232, a Neni Siadi, e outros, em 1919, o valor locativo subiu de 600$000 para 720$000, atingindo 1:530$000 em 1920. Entre 1920 e 1921 o valor da casa térrea de Antônia Olinta da Costa subiu de 180$000 para 615$000, atingindo 1:050$000 no ano seguinte.[178]

Quer dizer, à medida que o poder público – assim como agentes privados – interessaram-se por aquelas terras em um primeiro momento e ali construíram edificações suntuosas, posteriormente, novos atores sociais sentiram-se atraídos por logradouros nos quais promoveram reformas que resultaram em valorizações. Havia cada vez menos espaço para os pobres e marginalizados do convívio social e se “gentrificavam”, usando um termo anacrônico. Para que uns chegassem, outros teriam que sair, a exemplo de Apolinário Luiz Teixeira, cujas casas dos números 177 e 179 da Riachuelo foram demolidas em 1914 e de Paulo de Campos Cartier, cuja residência, no 173 da mesma rua, foi demolida em 1921. Tanto em um caso quanto em outro, em uma série que durou até 1924, não há novos ocupantes ou edificações, o que pode indicar para um abandono por quem não conseguiu arcar com as despesas assumidas pela região.[179]

A seguinte tabela dá conta do número de mudanças de proprietários na rua Riachuelo:

[178] Livros de décimas urbanas de 1909, 1910, 1911, 1912, 1919, 1920, 1921, 1922 (n. 181, 193, 200, 213, 307, 320, 342, 362).
[179] Livros de décimas urbanas, AHPOAMV de 1914 e 1921 (n. 240 e 342).

Tabela 1 – Mudanças de proprietários (1904-1923)

	Total de mudanças de proprietários
1904-1908	24
1909-1913	58
1914-1918	24
1919-1923	23

Fonte: Livros de décimas urbanas, AHPOAMV.[180]

É fácil perceber que a especulação imobiliária foi mais intensa na região no momento em que o governo estava adquirindo terrenos na região para as obras de urbanização, conforme visto no tópico 3.2. Aparentemente, as pessoas queriam adquirir terrenos para vendê-los a bons preços para o Estado, ainda que seguisse ocorrendo nos anos seguintes uma renovação dos donos de unidades da região, mas essa poderia ser parte das transações que ocorreriam de qualquer forma. Essas transformações todas, porém, não se devem apenas à edificação dos palácios – mesmo porque algumas numerações eram um pouco mais distantes do 245 e da travessa Paysandu, logo em frente – e sim de remodelações urbanas mais amplas no entorno, públicas e privadas, consistentes na seguinte sequência:

- 1910 – Aquisição pela Fazenda Estadual do terreno de Bittencourt, e início das obras de edificação do pavilhão traseiro do APRS;
- 1912 – Conclusão da edificação do prédio;
- 1912 – Início da construção da Biblioteca Pública;
- 1912 – Início das desapropriações para a demolição do lado ímpar da Paysandu (Machado, 2023, p. 21);[181]
- 1916-1918 – Construção do Grande Hotel, na esquina da Paysandu com a rua dos Andradas (lado par);
- 1918 – Início da construção do pavilhão lateral do APRS;
- 1919 – Conclusão da edificação do segundo prédio;
- 1919 – Contrato de ampliação da Biblioteca Pública;
- 1922 – Abertura da Biblioteca ao público;
- 1922 – Construção do prédio d'*A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano, na esquina da Paysandu com a rua dos Andradas (lado ímpar).

As remodelações incidiriam especialmente no número de unidades e proprietários da Travessa Paysandu. Entre 1914 e 1915, caem para menos da metade o número de unidades no lado ímpar. A partir de 1918, só há décimas urbanas pagas do lado par da rua.

[180] Os números do primeiro lustro certamente estão subestimados, tendo em vista que não temos os proprietários originais de 1899-1903 como parâmetro de comparação.

[181] É o lado da rua onde veio a se instalar o órgão de imprensa governista, do PRR, mesma agremiação do intendente José Montaury.

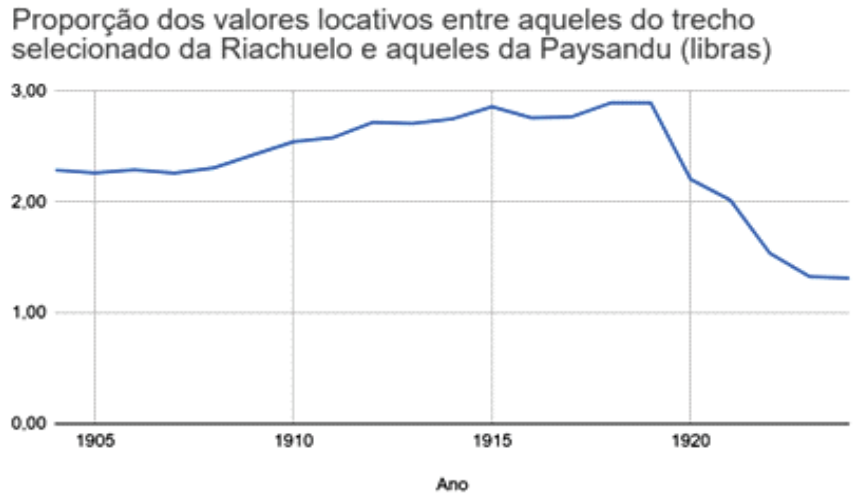
Gráfico 6 – Número de unidades e proprietários na travessa Paysandu



Fonte: Livros de décimas urbanas, AHPOAMV. Dados compilados pelo autor.

Outro procedimento que se julgou possível e necessário realizar foi o cálculo da proporção entre os valores dos terrenos da Riachuelo e dos da Paysandu.

Gráfico 7 – Proporção dos valores locativos entre aqueles do trecho selecionado da Riachuelo e aqueles da Paysandu (libras)

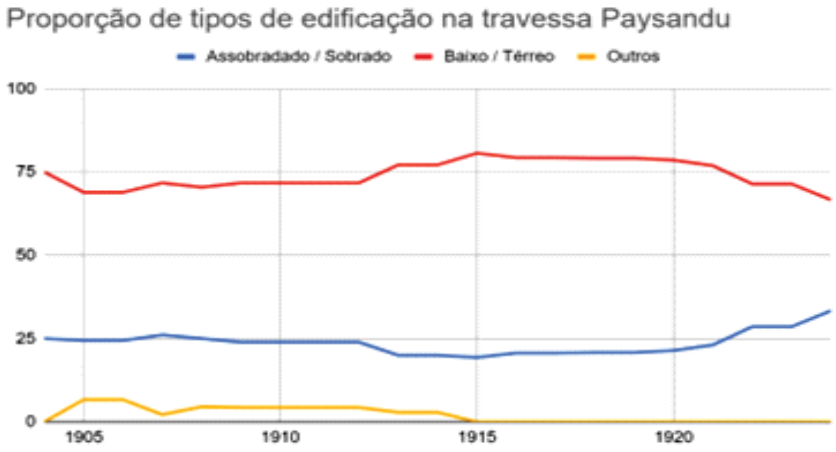


Fonte: Livros de décimas urbanas, AHPOAMV. Dados compilados pelo autor.

Como era de se esperar, os valores na Riachuelo sempre foram superiores do que na Paysandu, na “rua” do que no “beco”. No início da série, era mais do que o dobro, se aproximando ao triplo no lustro 1915-1920. Entretanto, com os despejos, a diminuição do número de unidades (gráfico 6), a valorização média das remanescentes (gráfico 2) e a suave verticalização (gráfico 8), a dissimetria diminuiu, de modo que em pouco tempo, se os valores relativos não se igualaram, a proporção decaiu para 1,3. No “triunfo” da Travessa Paysandu sobre o Beco do Fanha, em ocaso (Machado, 2023, p. 69-75), o logradouro

higienizado começou a se assemelhar, proximamente e aos poucos, com a rua no seu topo, se não em sua configuração espacial, ao menos na valorização relativa. Maria das Dores, Filomena, Agostinho e Floriana já tinham motivos para se afligirem novamente.

Gráfico 8 – Proporção de tipos de edificação na travessa Paysandu



Fonte: Livros de décimas urbanas, AHPOAMV. Dados compilados pelo autor.

Verifica-se, ainda, que a propriedade das unidades era mais concentrada na Paysandu do que na Riachuelo, o que seguramente pode ser explicado pelo fato de boa parte das unidades serem voltadas a aluguéis. Um número menor, proporcionalmente, de proprietários detinha mais edificações. A concentração, inicialmente similar, aumenta nos momentos de despejo, na primeira metade da década de 1910, e de diminuição radical do número de moradias na década de 1920 – o número de proprietários diminuiu ainda mais, pois no fim da série as unidades particulares da travessa Paysandu inteira pertenciam a seis pessoas –, ao passo que na Riachuelo, que não passou pelo mesmo processo, as proporções são quase constantes:

Gráfico 9 – Número de unidades por proprietário no trecho selecionado da rua Riachuelo e na Paysandu



Fonte: Livros de décimas urbanas, AHPOAMV. Dados compilados pelo autor.

Percebemos, então, que a construção do Arquivo Público e de outras edificações que compunham o sistema aqui trabalhado como *ágora-acrópole*, conforme explicado no capítulo anterior, inseria-se em uma dinâmica de urbanização excludente, na qual não havia espaço para Marias e Filomenas, cortiços ou becos. Dessa maneira, o sentido dado por Hartman ao arquivo, o de necrotério, agora no sentido de uma edificação de armazenamento de documentos, adquire um sentido quase literal, já que sua ereção "matou" formas alternativas de vivenciar o urbano e, por outro lado, as perenizou nos "cadáveres" de papéis velhos, por meio de omissões relevantes.

Evidentemente, a valorização dos terrenos e o aumento do custo de vida não se deviam apenas às reestruturações e embelezamento urbanos, mas andavam passo a passo com o aumento de impostos municipais, repassados assim aos aluguéis. Margaret Marchiori Bakos (2013, p. 119-138), por exemplo, demonstrou a existência de diversas elevações de taxas municipais antes de 1924. Os aumento dos tributos, de fato, eram um importante veículo para as exclusões, como bem denunciara *O Exemplo* em 1893 (subcapítulo 4.1), mas não necessariamente sua causa, e muito menos única. Se não os enfatizo neste estudo é justamente porque foram fartamente verificados pela historiografia pertinente, por vezes rapidamente e como fator monocausal, por vezes em conjunção com o adensamento da população da cidade. De qualquer modo, procurei propor que, para além de constrangimentos fiscais e demográficos, aspectos econômicos pecuniários aparentemente banais poderiam desempenhar importante papel.

A década de 1920 levou adiante esse processo, com projetos formais de urbanização, que davam seguimento a processos dirigidos governamentalmente, mas que adquiriram volume e sequência espontâneas.

4.4 Depois de 1924

Ainda que com continuidades em relação ao período anterior, a década de 1920 trouxe diversas novidades na política urbana porto-alegrense. A administração de Otávio Rocha e seu vice Alberto Bins (1924-1928) trouxe algumas inovações no processo de urbanização na cidade, vinculadas a uma tentativa de reafirmar o poderio do PRR na cidade, desafiado pela revolução de 1923 (ver capítulo II). Houve uma reforma administrativa, com a finalidade de "arrumar a casa" e a abertura de diversos novos logradouros (Monteiro, 1995).

Ainda que trate do "avesso do projeto de modernização", enfocando "hábitos populares" – aqui reduzidos, em negativo, à contraposição a ideais burgueses, e não positivamente característicos de uma cultura popular legítima –, especialmente aspectos como mendicância, vadiagem, prostituição e jogatina, o enfoque principal do autor são os projetos de urbanização, especialmente na década de 1920. Monteiro aborda a reforma fiscal e administrativa promovida pelo prefeito Otávio Rocha, no contexto pós-Revolução de 1923,

a abertura de avenidas e os planos de “embelezamento” urbanos. O trabalho do autor dá o novo contexto da cidade na década de 1920, que na verdade trazia continuidade a políticas higienistas presentes em Porto Alegre pelo menos desde a virada do século.

O historiador assinala o caráter deficitário do orçamento municipal – o que evidencia que Comte não era seguido, assim, à risca – até Rocha assumir a Intendência. O novo administrador tratou de realizar reformas fiscais, tais como um imposto adicional a fim de equilíbrio orçamentário, a adoção de uma taxa em ouro para obras de vulto e a obtenção de créditos suplementares (Monteiro, 1995, p. 61). Além disso – e esse é o motivo da amostra levantada de décimas urbanas no AHPOAMV ter ido até este ano –, em 27 de dezembro de 1924, lei n. 23,

> a Intendência revisa os impostos municipais. Começam a vigorar as taxas de 10% sobre o valor locativo dos imóveis localizados na zona urbana e 5% sobre o valor locativo dos imóveis na zona suburbana. Os cortiços, estalagens ou porões estabelecidos na área central, definida como o perímetro formado pelas ruas Ramiro Barcellos, Campo da Redenção, Venâncio Aires e litoral, pagariam 50% sobre o valor locativo. Os terrenos não edificados (baldios) compreendidos na 1ª zona, ou seja, a delimitada pelo litoral, ruas General Salustiano, Duque de Caxias, Misericórdia, Independência e Conceição até o litoral e mais a Independência até a Ramiro Barcellos pagariam 50$000 réis ao ano (Monteiro, 1995, p. 62).

Ainda que tenha provocado certa grita, percebe-se que a política fiscal de Rocha apenas aprofundava a tendência de higienismo urbano, desestimulando a presença de cortiços nas áreas centrais da cidade, sua desocupação – afinal, a majoração dos impostos interferiu no preço dos aluguéis aos moradores – e também a exclusão de terrenos desocupados da paisagem central. Apontando o avesso da modernização administrativa, o autor (1995, p. 63) identificava o maior ônus das reformas urbanas sobre trabalhadores habitantes de cortiços, estalagens e porões, bem como sobre espaços de lazer como botequins e tavernas. O aumento arrecadatório possibilitou a abertura das avenidas como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, e o prolongamento da Avenida São Rafael – atual Alberto Bins, além de calçamentos, ajardinamentos e criação de praças.

Essas transformações, por óbvio excludentes da população em situação de maior vulnerabilidade social, faziam parte de um planejamento urbano associado por Günter Weimer ao positivismo. Anteriormente, Saturnino de Brito, “defensor intransigente dos princípios comteanos” que tinha reconhecimento por obras sanitárias em diversas cidades brasileiras e renome internacional, havia sido chamado em 1909 pelo intendente de Rio Grande, Juvenal Octaviano Müller, vinculado ao positivismo religioso, a fim de realizar obras de saneamento na cidade. Falecido de forma inesperada esse último, o plano de Rio Grande não foi levado a cabo. Ainda assim, e a despeito de ter entrado em declínio devido descobertas experimentais da microbiologia que colocavam em xeque suas teorias cientificistas – os “miasmas” –, Brito realizou reformas em diversas obras em cidades de pequeno e médio porte no Rio Grande do Sul, nas quais atuou diretamente ou como consultor. Como visto no capítulo II, a engenharia era um nicho atrativo aos positivistas, e foi na SOP que estes se abrigavam na

burocracia estadual. Sob sua influência, nosso já conhecido Carlos Torres Gonçalves havia projetado o urbanismo da estação termal de Iraí, a cujas águas se emprestava um poder terapêutico no combate aos miasmas (Weimer, 2004, p. 158-161).

Mas, além dos planos de saneamento, os planos de embelezamento também caracterizaram a Primeira República no Rio Grande do Sul, sendo paradigmático aquele de autoria de Moreira Maciel, proposto à capital sulina. Depois dos planos de urbanização da Praça da Matriz de Rey e Gras, temos o "Plano de Melhoramentos". Datado de 1914, só foi executado dez anos após, seja pelas reformas administrativas apontadas por Monteiro, seja pelo chauvinismo que, no contexto da I Guerra Mundial, impedia o emprego de construtores de origem alemã. Apenas depois da derrota germânica e da Revolução de 1923 aqueles obstáculos puderam ser contornados e o projeto, que tinha referenciais diversos do positivismo, pôde ser executado (Weimer, 2004, p. 167-168). Foi a partir do plano Moreira Maciel que se executaram as reformas viárias apontadas por Charles Monteiro que proporcionaram um "bota-abaixo" das casas pobres da região central (Monteiro, 1995; Weimer, 2004):

> A obra de modernização exigia o arrasamento de tudo que se identificasse com o velho, o tradicional, o antigo, fossem prédios (como os cortiços ou casas de madeira), costumes ou qualquer outra coisa, em nome da construção desses espaços radicalmente novos que atendiam às necessidades do desenvolvimento econômico, aos caprichos da nova estética urbana e à criação de novos espaços de sociabilidade pública em conformidade com esse ideal de modernidade (Monteiro, 1995, p. 116).

Monteiro (1995, p. 130-132) assinala, ainda, com felicidade, os impactos da modernização nas sociabilidades urbanas. Cafés, cinemas, as praças criadas ou modernizadas levavam a "sociedade mais elegante de Porto Alegre" a "uma série de regras de conduta e a "novos padrões de sociabilidade modernas". Disso fazia parte, também, a criação do auditório Araújo Vianna, referida no capítulo anterior. Entretanto, onde quer que tivessem se instalado a partir do desalojamento do Fanha, as irmãs por mim imaginadas, Maria das Dores e Filomena, já cinquentenárias, estavam à margem dessas modificações do cotidiano da cidade. Definitivamente, não faziam parte da "elegância" desejável por aquela burguesia da urbe. Diante do bota-abaixo, talvez tivessem seus motivos para preocupar-se de novo. A vida não é fácil para quem é pobre.

CAPÍTULO V

A seção de arquivo administrativo e a organização do Executivo Estadual

5.1 O tal "arrimo" *ou* em busca da seção documental perdida

Neste capítulo, o estudo do acervo da seção administrativa do Arquivo Público servirá para acessarmos o papel do Arquivo Público na organização do Executivo Estadual, em especial durante a Era Vargas, que aqui será examinada de forma mais circunstanciada. Porém, essa sustentação do poder público é um legado do período anterior a 1930. Venho repetindo, desde o capítulo II, que o Arquivo Público, além de ser, como edificação, um arrimo para a Praça da Matriz, para o Auditório Araújo Vianna e para a Assembléia Legislativa, desempenhou, em sentido figurado, esse papel também em relação ao Executivo Estadual republicano, em cuja formação ocupa um lugar privilegiado, pelo menos durante a Primeira República. Chegou a hora de examinar mais detidamente esse ponto, e para isso serão esmiuçados os documentos constituintes da primeira seção, tal como estabelecidos em 1913. Os documentos "concernentes à legislação e à administração do Estado, da União e dos Municípios" foram distribuídos de diferentes formas ao longo da história do Arquivo Público: em 1913 pertenciam à primeira seção; em 1928, à segunda; em 1956, à quinta; e em 1958, à terceira seção do serviço de arquivo. A partir de 1974 esses documentos não apareciam na distribuição regimental, o que leva a interrogar sobre seu paradeiro.[182] Originalmente, em 1913, a seção administrativa continha:

> À primeira seção compete a guarda e catalogação dos documentos que lhe forem confiados, e especialmente os seguintes:
>
> I – Originais da Constituição Política do Estado e do respectivo projeto, bem como de todos os atos que com ela se relacionam.
>
> II – Impressos das leis orgânicas dos municípios.
>
> III – Originais das leis e resoluções da Assembleia dos Representantes, da antiga Assembleia Provincial e do Conselho da Província.
>
> IV – Originais das mensagens presidenciais, das falas e exposições dos antigos Presidentes da Província.
>
> V – Anais da Assembleia dos Representantes, da antiga Assembleia Provincial e do Conselho da Província.
>
> VI – Originais das leis e regulamentos promulgados e expedidos pela Presidência do Estado.
>
> VII – Originais dos relatórios apresentados pelos secretários do Estado ao Presidente, bem como dos chefes de serviços e de alta importância.
>
> VIII – Exemplares dos balanços do Tesouro do Estado e dos tesouros municipais.
>
> IX – Originais dos documentos dos bens pertencentes ao Estado.
>
> X – Livros de nomeação e posse dos funcionários.
>
> XI – Originais ou cópias autênticas das leis, alvarás, decretos, etc., relativamente à capitania do Rio Grande do Sul.
>
> XII – Originais ou cópias autênticas do decreto de 25 de fevereiro de 1807, relativo à elevação do Rio Grande do Sul a capitania geral com o título de capitania de São Pedro e à transferência da capital para Porto Alegre.

[182] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, regulamentos de 1913, 1928, 1956, 1958 e 1974.

> XIII – Documentos relativos à criação, limites e divisão do território do Estado.
>
> XIV – Relatórios ou memórias apresentadas pelas comissões ou cidadãos nomeados pelo Estado para explorações, exames ou investigações de qualquer gênero.
>
> XV – Os documentos que houverem servido de base para a concessão de privilégios.[183]

A documentação reunida permitia avaliar a legislação do Rio Grande do Sul durante os diferentes regimes políticos em que o estado esteve inserido, e também a atuação dos representantes do poder Executivo, seja vinculado às diretrizes da Corte, no período do Império, seja posteriormente, com grande autonomia diante das injunções do centro do país. Para tanto, relatórios governamentais e de secretarias, balancetes do Tesouro, documentos relacionados à delimitação dos municípios ou de contextualização histórica da administração estadual eram resguardados como instrumentos para atuação do Estado castilhista-borgista, com destaque para a Constituição republicana de 1891 e para as mensagens dos presidentes à Assembleia. Aparentemente, a glorificação do PRR, evidenciada na seleção dos documentos históricos, transmutava-se aqui em um acervo de caráter mais instrumental, voltado em geral à administração do Estado. É necessário ressaltar que em 1906 o período imperial ainda era bastante recente, o que explica a presença de seu acervo executivo nessa seção administrativa conforme o regimento de sete anos após.

Assim, no presente caso, a legislação e mais documentos tinham uma finalidade utilitária, visando subsidiar a atuação dos governantes mais do que propriamente a exaltação de suas imagens – mesmo que as duas coisas nem sempre pudessem ser separadas de forma nítida. Apesar do predomínio do papel administrativo, as duas "modalidades" da guarda documental perpassavam a primeira seção: o caso da Constituição é exemplar da sacralização e monumentalização da memória castilhista referidas no capítulo II. Tampouco tinham o objetivo específico de conhecer historicamente o tempo pretérito. Seus registros de um passado próximo visavam orientar a atuação governamental. Na Primeira República, a existência de um Arquivo Público foi crucial aos projetos de poder e à formação do poder Executivo – "sustentava o peso" da construção do Estado republicano. Todavia, à medida que o tempo passava e parte deles perdia seu valor administrativo direto, uma parcela crescente passou a ser considerada "documentação histórica".

Os documentos mencionados não estão, nos dias de hoje, sob custódia do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo contrário, estão no Arquivo Histórico, no Memorial do Legislativo ou na Biblioteca da Assembleia Legislativa, por exemplo. No caso da documentação legislativa, "O Poder Legislativo tinha guardado no Arquivo Público boa parte da sua biblioteca, a qual foi retirada na oportunidade da conclusão do Palácio Farroupilha", de acordo com um relatório de 1972.[184] Trata-se de um dos poucos casos em que há notícia das circunstâncias de destinação dos documentos, mas, de uma forma

[183] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, regulamento de 1913.

[184] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991. Caixa 57001.0184. Ver subcapítulo 6.5.

geral, o paradeiro da primeira seção e a forma de sua dispersão são partes lacunares da história institucional. Sua maior parte, à exceção do item XI (leis e alvarás) não foi levada ao Museu Júlio de Castilhos em 1925, estando hoje sob cuidados do Poder Legislativo.

À medida em que o tempo passava, ao longo do século, documentação administrativa d'outrora foi passando a ser considerada "histórica", sendo direcionada ao Museu Júlio de Castilhos ou ao Arquivo Histórico, tidos como locais por excelência de documentos dessa natureza. Por exemplo, em 1926 o Arquivo Público recebeu, em doação de um particular, documentos que foram reencaminhados ao Museu.[185] Esse episódio demonstra, em primeiro lugar, que por algum tempo, as pessoas ainda se dirigiam para o Arquivo sito à Riachuelo para fazer ofertas documentais, mesmo na época em que o Museu Júlio de Castilhos empreendia uma "cruzada santa pelos documentos" (Silva, 2018). Tudo indica que, como hoje, aliás, para o grande público a distinção dos dois arquivos não era suficientemente clara. Além disso, o critério para a redistribuição ao MJC foi que eles eram "documentos antigos que se prendem à história do Rio Grande do Sul". Em uma perspectiva antiquária, a idade era critério para definição do "histórico".

Nesses redirecionamentos, contribuiu, certamente, a atuação dos integrantes do Instituto Histórico, que administraram o MJC no segundo e o AHRS no terceiro quartel do século XX.[186] A desvalorização das fontes do Arquivo Público como documentos históricos na ocasião pode ter como indicador o desinteresse em cargos diretivos na Instituição por parte do IHGRGS no mesmo lapso, ainda que Manoelito de Ornellas, ingressante no Instituto em 1935, dirigido o APRS por uma década a partir de 1945. Além disso, a complexificação das funções executivas e a diversificação institucional, paralelas ao desenvolvimento do Estado e às necessidades da máquina pública, levaram à dispersão dos documentos considerados necessários à Administração. Assim sendo, a concentração de acervos, característica da Primeira República, progressivamente diluiu-se com o desdobramento do próprio desenvolvimento da máquina burocrática.

Paradoxalmente, a "perda" de documentos do Arquivo Público – ou melhor, a consagração de arquivos específicos a cada secretaria – resultava da formação cada vez mais consolidada do Executivo Estadual, em que a própria instituição arquivística desempenhou seu papel. Quer dizer, com a disseminação de novas secretarias, muitos arquivos foram mantidos nos lugares onde eram considerados mais úteis, ou, ainda, o ritmo de

[185] "três volumes contendo jornais e outros documentos antigos que se prendem à história do Rio Grande do Sul. Com autorização superior foram esses documentos repassados ao Museu do Estado pelo ofício nº 193, de 25 de novembro". APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0027, relatório do Diretor interino, sr. Edmundo Gonçalves de Carvalho, relativo ao período de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 1926.

[186] É necessário destacar que seus diretores não foram recrutados no seio do Instituto, mas, pelo contrário, receberam aquela honraria em reconhecimento aos cargos ocupados. Dessa maneira, parecia haver interesse em uma "captura" ou "cooptação" dos gestores que franqueavam os documentos ditos históricos a uma instituição que se colocava como a autorizada e legítima no estudo da documentação escrita. Paulo Jaurés Xavier, diretor do AHRS entre 1955 e 1971, foi admitido no IHGRGS em 1957; Moacyr Domingues, diretor entre 1972 e 1977, também ingressou dois anos após na confraria.

seus recolhimentos ao APERS diminuiu, já que se tornava cada vez mais improvável o sonho borgista de concentração de todos os documentos no mesmo lugar, o que seria consolidado nos anos 1990. Rocha e Mendes Júnior (2006) realizaram exaustivo estudo que demonstra a diversificação das secretarias de Estado ao longo do século XX, de que resultaram organogramas administrativos cada vez mais complexos.

Tabela 2 – Número de secretarias no Estado do Rio Grande do Sul

Número de secretarias no Estado do Rio Grande do Sul				
1890-1930	1930-1945	1945-1964	1964-1985	1985-2005
3	3	12	15	22

Fonte: Rocha e Mendes Júnior, 2006.

O maior aumento do número de secretarias ocorreu nos períodos democráticos 1945-1964 e 1985-2005: por um natural desdobramento das atribuições estaduais e da necessidade de órgãos especializados para satisfazer a demandas sociais de um Rio Grande do Sul cada vez mais populoso e complexo; porque regimes democráticos são mais afeitos à descentralização administrativa (em 2024, são 27); porque os executivos de coalizão necessitam da acomodação dos diferentes partidos políticos da base de sustentação dos áciagovernadores;[187] ou, ainda, por um "insulamento burocrático" em períodos autoritários e sua distensão sob a democracia. É bem verdade que a partir da Constituição de 1967 houve complexificação e concentração de atividades governamentais, e consequente aumento de órgãos, em um plano federal, por parte de uma "macroburocracia" enraizada, inclusive, em departamentos e autarquias nos estados (Monteiro, 1986; Nunes, 2003).

De qualquer forma, não há dúvidas de que, a partir da expansão do escopo e da abrangência das atividades do poder público na segunda metade do século XX, não cabia – ou não era mais possível – um órgão centralizado monopolizador da custódia documental em nível estadual, e isso era visível para os coetâneos. O sonho borgista de ver todos os documentos reunidos em um mesmo lugar foi frustrado.

5.2 Quando os documentos administrativos se transformam em documentação histórica?

Ao longo do século XX, de forma recorrente, determinados documentos da primeira seção passavam a ser investidos de valor histórico. Por exemplo: documentação administrativa da Primeira República passou a receber esse estatuto à medida que esse período

[187] A distribuição de secretarias entre partidos da base aliada espelhou, no Estado, uma característica do sistema político brasileiro a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, no que diz respeito a ministérios (Fico, 2020, p. 136).

tornava-se mais afastado e digno de interesse de pesquisadores, ultrapassando eventuais necessidades administrativas imediatas. A discussão sobre as fronteiras entre passado / presente, e sobre a temporalidade que deveria ser digna da atenção do historiador foi crucial na historiografia francesa do século XX – que desempenhou influência decisiva sobre a intelectualidade brasileira.[188]

Vejamos, em linhas muito gerais: os pioneiros da dita *École des Annales*, a partir da década de 1930, propunham diálogos mais consistentes com as nascentes ciências sociais, abrindo a disciplina, assim, à sincronia e ao tempo presente (Febvre, 1989 [1952]; Braudel, 1990 [1969]). Marc Bloch (2001 [1949], p. 61), em *O ofício do historiador*, seu inacabado testamento intelectual escrito no cárcere (devido à participação na resistência francesa durante a II Guerra Mundial), ironizava a busca pelo limite temporal que transformaria a disciplina histórica em, na melhor possibilidade, sociologia, na pior, jornalismo. Pelo contrário, ao contrapor-se àqueles que consideravam o "passado" substancialmente diferente do "presente", propôs um "método retrospectivo", em que as indagações presentes permitem interrogar adequadamente o tempo pretérito. Dessa maneira, implode-se uma distinção mais rígida entre o caráter histórico ou administrativo da documentação, já que, potencialmente, qualquer vestígio pode servir como testemunho, desde que devidamente interrogado (Febvre, 1989 [1952]).

O Ofício do Historiador é considerado uma obra seminal às reflexões dos historiadores e das historiadoras, e o debate sobre o caráter e os limites do tempo histórico atualizou-se, aprofundou-se e sofisticou-se, na França, em diversos momentos da segunda metade do século XX (por exemplo, em Jacques Le Goff e Pierre Nora, 1974, Michel de Certeau, 2015 [1975], Nora, 1997 [1984], Le Goff, 1998 [1988], Antoine Prost, 2020 [1996]). Na aurora do século XXI, as discussões sobre o caráter da relação presente-passado vinculava-se aos usos sociais e políticos do último e da relação entre memória e história (Hartog; Revel, 2001; Dumoulin, 2017 [2003]; Traverso, 2005). A história do tempo presente, outrora vista com desconfiança pelos profissionais, é um campo cada vez mais afirmado e consolidado (por exemplo, Wolikow, 1998).

Uma série de questões, um pouco bizantinas para os historiadores de hoje em dia, assolava os profissionais do campo, incluídos os do IHGRGS, e os gestores públicos: a partir de qual momento os documentos administrativos transformam-se em documentos históricos? A documentação judicial poderia sê-lo? Quando o distanciamento cronológico naquele momento exigido do historiador validava-se? Quando o "presente" se transformava em "passado"? Se hoje essas questões podem parecer banais ou irrelevantes, na ocasião adquiriam um lugar central na distribuição institucional dos documentos.

[188] Souza Docca, do IHGRGS, por exemplo, leu Febvre, apesar de realizar uma leitura espúria em que atribuía ao "mestre" a defesa da teoria de fronteiras naturais e limites predestinados (Docca, 1954, p. 202).

Há que considerar que, instituído o Arquivo Público em 1906, muitos papéis do século XIX ainda eram considerados necessários à administração pública. Posteriormente, foram monumentalizados como "históricos". Isso gerou um intermitente afluxo de documentação do Arquivo Público ao Museu Júlio de Castilhos – pois não houve a definição de uma rotina para isso – e, mais tarde, ao Arquivo Histórico, considerados *loci* por excelência daquele tipo de documento. Surgiram momentos-chave em que o jogo de interesses entre diferentes agentes influenciaram na preservação e na destinação dos documentos. O primeiro desses momentos, obviamente, foi 1925 – em que parte da documentação, de lá trazida em 1910, retornou ao local de origem, como já visto no capítulo II –, mas foram identificados alguns traslados documentais relevantes, em 1944, 1972, 1986, 1987 e 2000,[189] todos eles vinculados ao alargamento das fronteiras daquilo que se admitia como merecedor de interesse histórico e algumas vezes sob influência direta do IHGRGS.

Por exemplo, através do procedimento administrativo 9.545/1944, Adroaldo Mesquita da Costa, então presidente do Instituto, solicitou em 28 de setembro daquele ano ao Secretário do Interior Cylon Rosa – sem dirigir-se previamente, portanto, à direção do Arquivo, utilizando do cabedal de influência política do Instituto para ir direto a quem tinha real poder decisório – a cessão temporária, por seis meses, de documentos acerca da Revolução Farroupilha pertencentes ao acervo policial – quer dizer, parcela da documentação considerada administrativa. Tratava-se, pois, de desmembrar o corpo documental e ceder temporariamente a parcela reivindicada pelo Instituto. O procedimento não era, de forma alguma, aceito na instituição-irmã, onde seria considerado uma irregularidade.[190] Assim sendo, já naquele momento o empréstimo de documentos públicos por instituições arquivísticas e culturais era admitido como procedimento excepcional.

No momento de sua restituição, porém, mediante solicitação de 27 de abril de 1946 de Emílio Kemp, diretor do Museu Júlio de Castilhos, ao Secretário do Interior, foi decidido que a documentação, com a devida aprovação dos competentes, inclusa a direção do Arquivo Público, passaria a ser custodiada pelo Museu Júlio de Castilhos e incorporada ao acervo do Arquivo Histórico.[191] Entendia-se que essa era uma documentação "restante" da 2ª seção que cumpria ser encaminhada ao Museu, muito embora ela não fosse mencionada em 1913 entre os documentos considerados "históricos". Pelo contrário, a documentação policial provavelmente pertencia à 1ª seção; em recolhimento ocorrido em 1935.[192] Pela contingência de pertencer ao lapso 1835-1845, ela foi considerada "histórica". Ou melhor:

---

[189] Sobre os quatro últimos dissertarei com vagar em momento oportuno, nos capítulos VI e VIII (1972), IX (1986 e 1987) e VIII (2000).

[190] No regimento do MJC estabelecido em 1926, mas com seu acervo de fato reaberto apenas em 1939, constava: "Art. 48º – Os documentos, livros, mapas, revistas, jornais ou quaisquer outros papéis do Museu e Arquivo Histórico só poderão ser consultados no próprio estabelecimento e por motivo nenhum poderão sair da Repartição". Regimento de 1926, acervo do MJC.

[191] APERS, expediente administrativo 9.545/1944 (caixa provisória 083), Secretaria de Interior. Em tratamento técnico.

[192] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório do Diretor José Soares Marino ao Secretário de Interior e Exterior, 1935.

"*puramente* histórica".[193] A problemática definição do que era ou não considerado histórico perpassou a definição dos acervos no século passado, como estamos verificando. Qualquer coisa que envolvesse os farroupilhas certamente era considerada digna de interesse do IHGRGS e, portanto, merecedora daquele atributo. Assim, fracionava-se a documentação policial em virtude do recorte temático então definido.

Era um tempo de comemorações promovidas pela agremiação para celebrar o "decênio farroupilha", ou seja, o centenário de 1835-1845. A exaltação aos farrapos vinculava-se a um desejo de construir a região vinculada, na conjuntura da Revolução de 1930 e do Estado Novo, ao universo luso-brasileiro. Para tal, visava-se à publicação dos documentos na Revista do Instituto, em nome do "amor às tradições rio-grandenses". A edição da documentação policial do período em questão realmente ocorreu nos volumes 96 e 97, respectivamente do último trimestre de 1944 e do primeiro de 1945.[194] No ano seguinte, alguns poucos, da mesma natureza, receberam espaço na revista.[195]

De forma independente a esse direcionamento ao MJC dos documentos emprestados ao IHGRGS, o relatório de 1943-1944, surpreendentemente eloquente em relação aos demais do período, reportou eliminações e novos recolhimentos ao Museu. Mais de 7 toneladas de documentos foram descartados, com a finalidade de liberar espaço nos depósitos. Evidentemente, algum tipo de seleção sobre o que será preservado ou não é necessária, e além disso, é crucial entender que os critérios de validade variam ao longo das gerações. Com o crescente volume documental produzido a partir do desenvolvimento da máquina pública, uma proporção cada vez menor da documentação é preservada. Ainda que não saibamos se a enigmática proporção apontada pela autora aplica-se ao Rio Grande do Sul, Aleida Assmann apresenta importantes contribuições a essa discussão:

> A porcentagem de bens dignos de serem armazenados diminui à medida que a avalanche de documentos cresce, até chegar a cerca de 1%. Para a "cassação",[196] jargão que denomina a destruição de acervos de arquivos, existem em cada época determinados princípios de segregação e medidas de valor que não são necessariamente compartilhados pelas gerações posteriores. O que é lixo para uma geração pode ser informação preciosa para outra e, por isso, os arquivos não são apenas locais para armazenamento de informação; são igualmente locais para as lacunas de informação que não resgatam somente as perdas em catástrofes e em guerras, mas também resgatam, de maneira essencial e estruturalmente indispensável, uma "cassação equivocada, sob o ponto de vista dos pósteros (Assmann, 2011, p. 370).

---

[193] APERS, Acervo Executivo, Secretaria de Interior, Memória Institucional, Caixa 57001.0071, expediente administrativo 10.111/1944. Grifo meu.

[194] Documentário Farroupilha – Governo do Barão de Caxias. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 96. Ano XXIV, IV trimestre de 1944, p. 128-157. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/107636/58431. Acesso em: 13 maio 2024.

[195] Documentário Farroupilha – Documentos sobre Impostos votados pela Assembleia Provincial e Documentos sobre medidas de segurança e abastecimento. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 97. Ano XXV, I trimestre de 1945, p. 24-32. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/107634/58429. Acesso em: 13 maio 2024.

[196] Em português utiliza-se o termo "eliminação". Essa palavra resulta de uma tradução do alemão menos atenta à terminologia arquivística nos diferentes idiomas. De fato, conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, (Arquivo Nacional, 2005, p. 81), o equivalente alemão à terminologia brasileira é "Kassation".

Um exemplo é aquele da documentação referente à escravidão, que foi objeto de uma eliminação catastrófica examinada no subcapítulo 5.5. O outro é o caso da documentação eleitoral anterior a 1930. Durante o período ditatorial de 1937-1945, entendia-se que as eleições deveriam ser secundarizadas e seus registros, destruídos. Havia uma tentativa de apagar da história os tempos pré-revolucionários, com suas eleições consideradas fraudulentas, o mesmo ocorrendo, com os fundos documentais eleitorais referentes à constituição de 1934, cancelada pelo regime autoritário estabelecido por Getúlio Vargas:

> Consideraram-se desnecessários os documentos relativos às eleições anteriores a 1930. (Os que se relacionavam com as realizadas sob o regime da Constituição de 1934 já tinham sido consumidos, de conformidade com a Portaria dessa Secretaria, nº 16.708, de 7 de novembro de 1940).[197]

Esse tipo de escolha sobre o que é digno de ser guardado, portanto, ocorreu em diversos momentos e envolveu critérios heterogêneos e subjetivos – por exemplo, a documentação eleitoral, que era eliminada na década de 1930, passou a ser preservada mais tarde, enviada que foi ao Arquivo Histórico no recolhimento de 1972. Da mesma forma, a correspondência oficial deveria prescindir de conservação, a não ser que tratasse de datas gloriosas à história do Rio Grande do Sul, tais como:

> a relativa aos períodos em que se deram: a guerra da Cisplatina (1825 a 1828), a revolução farroupilha (1835 a 1845), a guerra contra Rosas (1851 a 1852), a guerra do Paraguai (1864 a 1870), a revolução federalista (1893 a 1895), a revolução de 1923, os levantes de 1924 e 1925 e a revolução nacional de 1930, correspondência essa mais própria para ser conservada no Museu Júlio de Castilhos, em sua seção de História, do que neste Arquivo Público.[198]

Evidenciando, ainda nos anos 1940, uma história voltada ao político e ao militar, como pontuado no capítulo II, esses documentos deveriam ser remetidos ao Arquivo Histórico, então situado no Museu Júlio de Castilhos. O tempo passou, e em diversas situações ocorridas ainda depois da autonomização do Arquivo Histórico, em 1954, outros papéis também receberam o estatuto de "históricos". Verifica-se, uma vez mais, que, ao passar dos anos, a documentação produzida também adquire esse caráter, pela progressiva "antiguidade" que lhe era atribuída. O "histórico" alargava suas fronteiras. Dessa maneira, corpos documentais foram pinçados de forma descontextualizada de seu ambiente de produção e de sua proveniência, alguns princípios centrais da teoria arquivística contemporânea. Não faria sentido responsabilizar os historiadores e arquivistas do passado pelo desconhecimento de tais preceitos, uma vez que a arquivologia e a história não eram disciplinas formadas academicamente. Por outro lado, há que reconhecer que os modos pelos quais organizaram os acervos causaram inconvenientes com os quais temos que lidar até hoje, como a existência de um par de instituições com uma distribuição documental não muito lógica. A duplicidade entre o que é "público" e o que é "histórico", hoje, não tem fundamento teórico, seja do ponto de vista da história, seja do da arquivística.

---

[197] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório de 1943 / 1944.
[198] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório de 1943 / 1944.

5.3 Gramáticas políticas no desenvolvimento da administração pública estadual

> Prezado amº Oswaldo.
> Saudações afetuosas.
> Satisfazendo, gostosamente, o pedido do Sr. Nilo Fernandes Barbosa, portador desta, que é um moço digno, estudioso e aproveitável, rogo-te nomeá-lo, caso seja possível, para o cargo de razista[199] do Arquivo Público ou outro semelhante.
> Com meus cordiais abraços, subscreve o amº attº,
> João Neves
> Cachoeira, 17/10/929[200]

Luiz Roberto Pecoits Targa (1998) sustenta que o Estado rio-grandense, durante a Primeira República, caracterizava-se por uma forma de dominação racional-burocrática, em termos weberianos. Segundo o clássico sociólogo alemão, a legitimação social da obediência se dá por meio de regras claramente definidas, públicas e de aplicação universal, em moldes racionais (Weber, 2004 [1922], p. 198). No caso rio-grandense, conforme Targa, estaria substanciada na Constituição Estadual e em um corpo legal sustentado por uma ideologia claramente definida, o positivismo. No entanto, há um abismo entre essa visão e a situação apresentada no expediente dirigido por João Neves a Oswaldo Aranha no trecho em epígrafe.

À primeira vista, essa abordagem se sustentaria, no caso do Arquivo Público naquele momento, pelo fato de os cargos deverem ser providos por concurso público segundo as determinações formais dos artigos 36 e 39 do regimento de 1913:

> Art. 36 – O provimento dos lugares de chefe de seção, primeiros oficiais e segundos oficiais *será por acesso*; os de terceiros oficiais, cartorários e porteiros será mediante concurso, salve o caso de já pertencerem ao quadro do funcionalismo estadual. *Estes lugares poderão ser providos provisoriamente independente de concurso, quando assim convier ao serviço público*. As nomeações dos praticantes, que serão sempre provisórias, serão feitas pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.
>
> Art. 39 – Os praticantes se entrarem em concurso terão preferência em igualdade de condições.[201]

Alguns, embora poucos, expedientes do período da Primeira República realmente tratavam de provimento por concurso[202], além de um livro de atas a respeito da temática com registros entre 1919 e 1925.[203] Entretanto, havia brechas na legislação, já que "assim que

---

[199] Profissional responsável pela transcrição de documentos para emissão de certidões. Recebia por "raza", isto é, por linha copiada.

[200] APERS, Secretaria de Interior e Justiça, Processo Administrativo 9545/1944, Caixa [provisória] 091, estante 77D. Em tratamento técnico. João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha foram alguns integrantes da geração de 1907, os novos republicanos, que sucederam àquela de Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos. Essa geração envolveu-se de forma muito engajada na ascensão do seu conterrâneo e contemporâneo Getúlio Vargas à Presidência da República, e ainda nas articulações políticas subsequentes (Grijó, 2017a).

[201] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, regulamento de 1913. Grifos meus.

[202] APERS, Secretaria de Interior e Justiça, Processos Administrativos 133/1919; s.d./1921. Caixa [provisória] 091, estante 77D. Em tratamento técnico.

[203] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0055, Livro de atas dos exames dos concursos para preenchimento de vagas no quadro dos funcionários do Arquivo Público. O primeiro concurso foi noticiado n'A Federação. HDBN, *A Federação,* 3/12/1919. Dentre os pleiteantes ao cargo de terceiro oficial estava Pompílio Cylon Rosa, futuro governador do Rio Grande do Sul na transição entre o Estado Novo e a democracia. Em 1920 foi realizado novo certame. HDBN, *A Federação,* 23/10/1920.

convier ao serviço público" poder-se-ia realizar nomeações externas ao concurso. Se é verdade que deveriam ser provisórias, também tudo indica que algumas pessoas nomeadas nesses termos se perpetuaram na Instituição até, pelo menos, o fim da década de 1930. Em uma listagem de servidores de 1939 a absoluta maioria de pessoas havia sido admitida na década de 1920, mas raramente aparecem menções a concursos. Foi possível comprovar a presença de algumas delas ainda nos anos 1960, testemunhando ou sendo indiciadas em uma sindicância e em um processo administrativo ocorridos em meados daquela década para apurar irregularidades que conheceremos no capítulo VII.[204]

A revolução de 1930 é, indubitavelmente, um episódio importantíssimo na história do Brasil, no processo de transformação de uma sociedade rural e agrária para um país urbano e industrial. Getúlio Vargas concorreu à presidência da República sustentado pelas elites políticas rio-grandenses – pacificadas no pós-1923 (Love, 1975) –, mineira e paraibana, dissidentes das oligarquias cafeeiras paulistas, na esteira da grande crise econômica de 1929. Diante do insucesso, os derrotados insurgiram-se. Os revoltosos acusaram o pleito eleitoral então procedido como fraudulento, não aceitando o malogro e tomando o poder à força – ainda que praticamente não tenha existido resistência –, em outubro daquele ano. O movimento de então empossou Getúlio, que permaneceria no Catete até 1945, realizando uma série de reformas decisivas para os rumos brasileiros nas décadas subsequentes.

Imagem 32 – Retrato oficial de Getúlio Vargas, 1930



Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Get%C3%BAlio_Vargas_-_retrato_oficial_de_1930.JPG. Acesso em: 13 maio 2024.

[204] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0055, lista funcional de 1939. APERS, Acervo Executivo, Secretaria de Interior e Justiça, processos de sindicância e processo administrativo, 1964-1965, caixas diversas não-numeradas, em tratamento técnico.

Segundo José Murilo de Carvalho (2008, p. 87), 1930 tratou-se de um "divisor de águas" na história do Brasil, mesmo que o processo de industrialização e urbanização então desencadeado, que mudou a feição do país, tenha demorado décadas. As legislações social e trabalhista se aceleraram decisivamente a partir da presidência de Getúlio Vargas. Por muitos e por muito tempo 1930 foi interpretado como um movimento de classe média ou de uma burguesia industrialista. Apesar de estabelecer algumas ressalvas – por exemplo, a oposição dos industriais paulistas a Vargas em 1932 –, Bóris Fausto observou que o novo regime de fato pôs "fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil no sistema capitalista internacional" (Fausto, 1997 [1970], p. 149). Mesmo que tenha, a partir de Pedro Fonseca, caído no canto da sereia da especificidade do PRR como um partido com "raízes oligárquicas mas com características peculiares" (Fausto, 1997 [1970], p. 15), suas formulações ajudam reconhecer o caráter oligárquico das elites políticas vitoriosas em 1930.

Para Pedro Dutra Fonseca, a circulação de um modelo de dominação incluiria uma perspectiva desenvolvimentista, alimentada pela ideologia positivista. Nos termos do autor, que converge com Targa:

> a separação entre o público e privado, conquanto representasse grande inovação, quase uma revolução como norma para o serviço público brasileiro, chegou, ao ser esposada pelos adeptos de Comte, a confundir-se com a própria causa Republicana (Targa, 2003). Se isso significava trazer à tona critérios distantes da regra geral dominante no país, como transparência ("viver às claras", afirmava a máxima positivista – também usada para combater o voto secreto) e a moralidade no trato com a coisa pública, em matéria de economia essa austeridade materializou-se na defesa do orçamento equilibrado (Fonseca, 2012, p. 43).

As interpretações de Targa e Fonseca, entretanto, não se sustentam, seja empiricamente, seja à luz da historiografia mais recente. Uma rápida observação da correspondência passiva de Borges de Medeiros, custodiada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, demonstraria a profusão de um sem-fim de demandas clientelistas, em boa parte atendidas, por cargos públicos para apaniguados dos poderes locais, como parte de uma dinâmica maior de barganhas com seus mandatários (Félix, 1996 [1986]). A distinção entre público e privado não era nítida no que toca à relação entre Instituto e Arquivo, por exemplo (Weimer, 2025).

Ademais, a teorização de Max Weber caracteriza-se pela composição de tipos-ideais, não consubstanciados em nenhuma sociedade propriamente dita, constituindo apenas marcos, referentes, parâmetros para avaliar as diferentes situações sócio-históricas. Não cabe dizer que "a dominação do PRR *foi* do tipo racional-burocrática" (Targa, 1998, p. 74, grifo meu). O que está em jogo, desta maneira, não é saber qual tipo-ideal "era", mas sim qual modelo é o mais adequado à análise da Primeira República no Rio Grande do Sul. Aquele escolhido por Targa definitivamente não é apropriado: os estudos de Gunter Axt (2007, 2011, 2012) solidamente evidenciam as características do "coronelismo indomável" rio-grandense, de que se conclui que o funcionamento das dinâmicas de poder no Estado

sulino não era *sui generis* como colocado por Targa. O clientelismo grassava, como em qualquer parte do Brasil.[205]

Tanto é assim que, no Estado Nacional que se configurou no pós-1930 ocorreu uma amálgama de características clientelistas e de outras "linguagens" de organização da administração pública, tais como: a) corporativismo – atuação estatal por meio dos vínculos entre trabalhadores, sindicatos e Estado, estimulada pelo Ministério do Trabalho –; b) insulamento burocrático – intervenção do Estado na regulação da coisa pública por meio da atuação de um setor tecnocrático, expressando isolamento de uma máquina estatal encarregada de encaminhar as políticas públicas sem interação com a sociedade beneficiária (ou não) daquelas políticas – e, finalmente, c) a igualdade de procedimentos, esta última, sim e apenas, a expressão da racionalidade burocrática estudada por Max Weber, no caso varguista somente uma pretensão (Nunes, 2023).

Em despacho de apenas doze dias depois da solicitação, foi atendida a demanda, obviamente clientelista, apresentada no documento em epígrafe. Oswaldo Aranha aquiesceu ao pedido de Neves da Fontoura em relação à admissão de um protegido ao Arquivo Público. De acordo com Edson Nunes, essa "gramática" caracterizava-se por "trocas generalizadas" de caráter estritamente pessoal, com promessas e expectativas de futuros retornos. Para o autor, com o processo de modernização capitalista em sociedades "sincréticas" ocorreu uma transferência do clientelismo para o âmbito de associações, instituições e partidos políticos, agências públicas e facções (Nunes, 2003, p. 26-29). O corporativismo seria um "idioma" de controle político complementar, mas também tenso, ao clientelismo, no qual o Estado assume a função de patrão e as classes sociais, de clientelas, resultando, assim, da massificação característica da sociedade industrial. Dessa "coletivização" do clientelismo resultariam práticas administrativas voltadas à incorporação e ao controle, em lugar da busca por justiça e tratamento equitativo (Nunes, 2003, p. 36). Essa interpretação tem sido bastante associada ao período dito "populista"; apesar disso, o conceito e a perspectiva a ele associada têm sido, e não é de hoje, objetos de questionamentos (Ferreira, 2005).

Maior espaço e detalhamento tem a argumentação de Nunes sobre o insulamento burocrático, que, como dito, envolve uma atuação burocrática relativamente isolada (ou "insulada") das demandas sociais. É um

> processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. Ao núcleo técnico é atribuída a realização de objetivos específicos. O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel (Nunes, 2003, p. 34).

Evidentemente, em uma sociedade em que os diferentes tipos de administração burocrática estavam mesclados, o "jeitinho" e a intervenção pessoal podiam desempenhar

[205] O coronelismo, segundo José Murilo de Carvalho (1998), é uma apresentação específica da Primeira República brasileira de um fenômeno mais geral, o clientelismo.

uma forma de mobilizar a burocracia insulada. O universalismo de procedimentos, que também tem uma discussão sucinta na obra do autor, estaria envolvido, como um horizonte, em uma noção de cidadania plena e igualdade diante da lei, objetivo supostamente aspirado pelo Departamento de Administração do Serviço Público, DASP, que em breve conheceremos (Nunes, 2003, p. 35).

Seria uma inaceitável interpretação chauvinista atribuir as características "racionais" do Estado pós-1930 aos gaúchos e os aspectos corporativistas, insulares burocráticos e clientelistas à interação com outros estados do Brasil. Pelo contrário, no Estado sulino da Primeira República, efetivamente havia previamente um modelo autoritário de governo,[206] um projeto de Estado informado ideológica e tecnocraticamente como dirigente das necessidades sociais – haja vista a ocupação de funções públicas por positivistas religiosos – e tentativas de certa racionalização burocrática, envolvendo intenções de universalismo de procedimentos – a exemplo da realização de alguns concursos públicos.

Todavia, todas essas novas gramáticas políticas alternativas no Rio Grande do Sul andavam em paralelo com formas tradicionais e personalizadas de dominação. Propõe-se, então, apenas a título de hipótese, que o que o Rio Grande do Sul "exportou" ao restante do país não foi, como querem Targa e Fonseca, uma forma moralizada e moralizante de administrar a coisa pública, e sim a própria amálgama de diversas formas de organização burocrática identificada por Edson Nunes (2003). Exportava-se sincretismo (e autoritarismo), e não racionalidade burocrática.

5.4 Outro fantasma ronda o Arquivo Público

A historiadora Mara Rodrigues (2006, p. 18) observou que a Revolução de 1930 representou um "fantasma" rondante da autopercepção do papel social dos intelectuais-historiadores. Que sentidos pode-se dar a essa afirmação? Em primeiro lugar, nota-se que inicialmente os integrantes do IHGRGS foram entusiastas adeptos da insurreição, mesmo que mais adiante alguns tenham tido suas desilusões. Em geral, porém, pode-se dizer que foi sólido o compromisso com o novo regime. De alguma forma, é possível dizer que o IHGRGS floresceu durante o período, tendo, quiçá, seu apogeu, certamente vinculado às celebrações do centenário da Revolução Farroupilha que, por diversos motivos, tornou-se referencial na identidade regional do Rio Grande do Sul, desde que entendida nos marcos da brasilidade e expurgada de qualquer caráter separatista (ver, por exemplo, Nedel, 1999).

Um possível indicativo é o volume de revistas do Instituto lançado naquele período, às vezes aglutinando no mesmo exemplar mais de uma numeração. Na Primeira Repúbli-

[206] Helga Piccolo (1998) afirmou que no pós-1930 houve uma "gauchização" da política nacional, por meio da nacionalização de características do sistema político do Rio Grande do Sul. A autora refere-se propriamente ao caráter autoritário do Estado castilhista-borgista, "exportado" pelos gaúchos na pessoa de Vargas, sem propor exatamente algum tipo de leitura da Primeira República gaúcha como não-oligárquica.

ca, foram editados 25 volumes da revista,[207] a partir de seu surgimento em 1921. A sequência trimestral só foi interrompida durante a Revolução de 1923 e alguns anos subsequentes, quando se passou a dois exemplares por ano. Entre 1930 e 1937, foram lançados 26 volumes (com um volume semestral em 1931 e outro em 1933), ao passo que no Estado Novo houve 30 volumes (com apenas dois volumes semestrais, em 1942 e 1943).

Durante os regimes autoritários borgista e varguista – com um breve ínterim democrático entre 1934 e 1937 – a revista manteve sua periodicidade trimestral, com eventuais fusões de mais de um número no mesmo volume. A razão de volumes da revista por ano foi, *grosso modo*, de 2,5 na década de 1920, 3,71 entre 1931 e 1937 e 3,75 no Estado Novo. A partir do regime democrático, editaram-se apenas 8 volumes entre 1946 e 1950 (uma razão de 1,6[208]), depois do que a revista só seria publicada novamente duas décadas e meia após. Até 1946, manteve-se uma periodicidade trimestral, mas depois disso foi publicada uma vez por ano. A história (ou o passado) deixou de ter o mesmo papel de legitimação do regime que havia exercido na Era Vargas (Gomes, 1996, 2007; Guimarães, 2006; Cougo Júnior, 2020; Trevisan, 2024). É claro que também houve diversos fatores específicos do campo intelectual envolvidos nesse decréscimo, a exemplo das lutas intestinas entre historiadores “tradicionais” e folcloristas, ou a ascensão de novos atores disputando as narrativas oficiais sobre a história rio-grandense, como o movimento tradicionalista (Nedel, 2005). Entretanto, o IHGRGS costumava orbitar diante do poder constituído, a partir da lógica do mecenato, obtendo, no que toca ao tema deste tópico, alguns benefícios em sua relação com o Arquivo Público.

Na conjuntura posterior à Revolução de 1930, apoiada, então, por diversos integrantes do Instituto Histórico e Geográfico, tratava-se de negar o caráter separatista da Guerra dos Farrapos: em um momento histórico de integração do Rio Grande do Sul a um poder central agora sob controle dos gaúchos, os historiadores do IHGRGS majoritariamente entendiam a Farroupilha como um movimento republicano e liberal, mas não autonomista. O Instituto gozou de um poder avalizador das narrativas históricas consideradas legítimas acerca do Estado sulino (Gutfreind, 1992; Martins, 2015).

Houve verdadeiro escândalo em 1933, quando Alfredo Varela publicou sua História da Grande Revolução, não apenas por seu reconhecimento do caráter separatista da Farroupilha quanto por tê-lo feito com o aval da interventoria de Flores da Cunha, que financiou a obra, e, inadvertidamente, do próprio Instituto – seu trabalho passou por Florêncio de Abreu e Silva –, que rapidamente se organizou para desfazer o deslize. O trabalho de Varela amparava-se em um grande suporte documental, mais sólido, provavelmente, do que o que qualquer um de seus adversários intelectuais jamais tenha compulsado, mas desqualificado como “vicioso e impróprio” por Othelo Rosa e Darcy Azambuja (1934) –

[207] Era possível haver mais de um número no mesmo volume.
[208] 0,44, se se considerar o intervalo 1946-1963.

eles mesmos figuras-chave do florismo –, em um parecer tardio do Instituto acerca da obra que tentavam banir.

Durante o Estado Novo a ascendência do IHGRGS sobre o funcionamento da coisa pública acentuou-se, tendo desdobramentos relevantes. Além do empréstimo dos documentos, também foi demandada a cessão de funcionários do Arquivo Público para o desempenho de suas atividades. Em 1945, 7 de julho, na conjuntura de ocaso do Estado Novo, Adroaldo Mesquita da Costa escreveu ao secretário Cylon Rosa solicitando a *continuidade* da disposição do servidor Thomaz Carlos Duarte no Instituto, que estava organizando sua biblioteca desde fevereiro daquele ano.[209] A relação com a burocracia estadonovista proporcionou a cessão de um funcionário que, anos mais tarde, seria homenageado como sócio honorário. O pedido, desta vez, foi indeferido, mas os acadêmicos insistiram: já instituído um regime democrático, em 10 de junho de 1946 solicitaram a cessão de não apenas Thomaz Carlos Duarte, mas também Luiz Krauser. Talvez pedir dois funcionários fosse uma estratégia para obter um, mas a demanda foi negada pelo diretor do Arquivo Público – Manoelito de Ornellas, curiosamente pertencente aos quadros do Instituto, porém de um segmento dissidente da orientação majoritária –, que afirmava não haver corpo funcional suficiente para tal. De todo modo, o argumento não estava relacionado à pertinência da cessão de um servidor público a um órgão privado, mas à disponibilidade de pessoal.

Outro aspecto, miúdo em si, mas revelador do contexto geral, exemplifica o tipo de relação que vinha se desenhando entre as instituições. Em outubro de 1943, já sob a égide do interventor General Ernesto Dornelles, Luiz Carlos de Morais, vice-presidente em exercício do IHGRGS, dirigiu ofício a Alberto Pasqualini, Secretário do Interior, em que solicitava a doação de oito armários "desnecessários" existentes no Arquivo Público, "segundo informações do respectivo diretor", Arthur do Prado Sampaio.[210] Em parecer do dia 18 daquele mês, Sampaio confirmou: "possui, de fato, esta Repartição 8 velhos e deselegantes armários, para livros, em sua sala de consultas. Pouca ou nenhuma utilidade têm eles, aqui, e seu uso, em se tratando de móveis de madeira, é, até, contra indicado numa Repartição como esta, em que toda precaução contra incêndio deve ser tomada". Assim, o pedido do Instituto foi aceito e para lá foram levados os móveis. Nada de problemático há na doação de mobiliário obsoleto e combustível, mas chama atenção o quanto os associados do IHGRGS, devidamente informados pelo Diretor, dirigiram-se ao Secretário de Estado para solicitar armários – se eram de seu interesse, não deveriam ser tão ruins – que poderiam ter sido cedidos a outros órgãos públicos.

É marcante que todas essas demandas não tenham sido solicitadas diretamente aos órgãos diretivos do APERS, mas às Secretarias de Estado, que só então encaminharam as demandas aos diretores. É necessário admitir que o Estado Novo se caracterizava pela

[209] Não tenho notícias de eventuais parentescos com Eduardo Duarte, nem de quando fora inicialmente cedido.
[210] APERS, expediente administrativo 8.855/1943 (caixa provisória 090), Secretaria de Interior. Em tratamento técnico.

centralização administrativa, mas também é justo indicar que os integrantes do IHGRGS deixaram de ocupar os cargos de direção do Arquivo a partir do momento em que os documentos por eles considerados mais preciosos foram direcionados ao Museu Júlio de Castilhos. À exceção de Spártaco Dornelles Vargas, irmão de Getúlio que ocupou a direção entre 1930 e 1934 – quer dizer, o período em que durou a afinidade entre o interventor Flores da Cunha e o Presidente da República – os demais diretores não tiveram tanto destaque.[211] Emílio D'Artagnan de Carvalho, que dirigiu o órgão entre 1939 e 1942, por exemplo, era um funcionário de carreira que jamais pertenceu aos quadros da agremiação acadêmica. Quer dizer, em termos de poder político e prestígio intelectual, os integrantes do Instituto superavam os gestores públicos arquivísticos. Isso se devia ao fato de que a função então imaginada ao APERS era o subsídio documental ao funcionamento do Estado e às demandas judiciais dos cidadãos rio-grandenses, objetivos considerados externos à intelectualidade, e menos prestigiosas naquele momento.

Para entender melhor a dinâmica e os erráticos critérios de nomeação de diretores, é necessário perceber as diversas ambiguidades da administração varguista sob a égide do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Essa repartição federal objetivava modernizar o gerenciamento da administração pública, produzindo eficiência burocrática mediante o provimento de cargos públicos federais por meio de concursos públicos. Por uma série de razões – dentre as quais a dificuldade de suprir adequadamente as vagas disponíveis com concursados qualificados (Wahrlich, 1983) –, a iniciativa foi mal-sucedida, redundando na continuidade de uma atuação clientelística no seio do próprio órgão (Nunes, 2003).

Em 1941 e 1942 foram empreendidos concursos para o cargo de arquivista (Wahrlich, 1983, p. 446; 454). Entretanto, o êxito da missão do órgão foi limitado, por diversos motivos. As exigências das provas não coadunavam com a inexistência de formações educacionais específicas aos conteúdos das áreas demandadas – era o caso da arquivística – de forma que uma fração pequena dos inscritos realizavam as provas, e destes, somente uma parcela era bem-sucedida – quocientes de aprovação no máximo até cerca de 10% dos inscritos. Assim sendo, a imensa maioria dos empregos públicos terminou por ser preenchida de formas usuais – Wahrlich (1983, p. 459) apresenta o dado da proporção de somente 17,8% concursados no serviço público até 1960.

Beatriz Wahrlich apontou, ainda, a existência de uma tensão entre a tentativa de desvincular a Administração Pública do plano da política, algo subjacente ao Estado autoritário varguista, imprimindo eficácia e economicidade, e a pressão de grupos políticos constituídos que, como viemos vendo ao longo deste livro, desde a Primeira República vinham atuando por meio de nepotismo e indicações pessoalizadas. Estamos vendo que isso se expressou por um ecumenismo de "gramáticas políticas".

[211] Grijó (2017a, p. 61) afirmou que todos irmãos de Getúlio ocuparam cargos públicos, com a exceção de Spártaco Dornelles Vargas. Todavia, o encontramos na direção do Arquivo Público entre 1930 e 1935.

O DASP tinha órgãos nos estados, popularmente conhecidos como DASPinhos. Eles estavam sob controle direto do Ministério da Justiça, e sua atuação era prevalecente mesmo diante dos interventores designados – sobre suas decisões tinha poder de veto –, reforçando portanto o domínio do governo de Getúlio Vargas sobre os estados. A atuação do Conselho Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (a cúpula do DASPinho sulino), pode ser conhecida através do trabalho de Abreu (2007). Registre-se que um integrante do CAE foi Moysés Vellinho, que viria a ser membro do IHGRGS e teria uma atuação importante em episódios de 1973, quando o Instituto exigiu diversas prerrogativas sobre o Arquivo, conforme será visto no capítulo VIII.

Desprovidos do poder decorrente do gozo de um capital intelectual, os diretores tinham menos prestígio do que os confrades do Instituto. Dessa forma, os últimos preferiram buscar uma interlocução direta com os Secretários de Estado, isto é, com aqueles que detinham o poder e que reconheciam sua autoridade e excelência intelectual – e isso persistiu depois da Era Vargas. Seus vínculos políticos os favoreciam, naquele momento, para estabelecer quais versões da história do Rio Grande do Sul poderiam ou não ser legitimadas.

5.5 A construção de uma história branca pelos intelectuais

Othelo Rosa e Darcy Azambuja, intelectuais que, como visto, exerceram a "patrulha historiográfica" sobre a obra de Alfredo Varela, eram membros do Instituto que despontaram com certa ascendência sobre o poder político gaúcho durante o período (1930-1937) em que Flores da Cunha foi interventor no estado sulino.[212] Eles eram eventualmente ironizados como os gêmeos Cástor e Pólux da mitologia grega (Rodrigues, 2002, p. 43),[213] por sempre andarem juntos. Em 1936, o primeiro era Secretário de Educação e Saúde Pública, e o segundo, de Interior e Exterior. A partir desses lugares institucionais, contribuíram para a definição de políticas arquivísticas engajadas na construção de uma história do Rio Grande do Sul na qual a população negra não tinha espaço. Assim sendo, seguindo os rumos das pesquisas de Letícia Nedel (2005) e de Sarah Calvi Amaral Silva (2010), pode-se dizer que a "patrulha" referia-se também à afirmação da branquitude rio-grandense. Segundo as autoras (Nedel, 2005, p. 267-268; Silva, 2010, p. 84-85), ao mesmo tempo em que ocorria o elogio freyriano da mestiçagem no Brasil, os integrantes do IHGRGS pretendiam incluir o Rio Grande do Sul como parte fundamental do país; ainda assim apostava-se em uma singularida-

[212] O termo "patrulhamento historiográfico" foi apontado por Letícia Nedel (2005) para referir-se à vigilância, decorrente da projeção ao passado de demandas políticas coetâneas àqueles historiadores, a respeito de quaisquer leituras da história do Rio Grande do Sul contrárias à perspectiva da integração em uma unidade luso-brasileira.

[213] Os heróis mitológicos eram, conforme a lenda, guerreiros inseparáveis posto que meio-irmãos. Ambos eram rebentos da rainha Leda, sendo Pólux filho do deus supremo, Zeus, que transformou-se em um cisne para fecundá-la, e Cástor, de seu marido mortal. Eram heróis espartanos que posteriormente ganharam o mundo, passando por diversas aventuras (Kury 1990, p. 111).

de racial, em um estado "mais branco". Ao que tudo indica, o racismo falou mais alto que o lusitanismo.[214]

Em 1936, no dia 30 de julho, o diretor do APERS, José Soares Marino, encaminhou um expediente no qual requeria autorização para venda a fabricantes de papel de documentos "desprovidos de qualquer valor", dentre os quais encontravam-se os processos judiciais de reivindicação de liberdade pelos escravizados.[215] No despacho, Rosa o indeferiu, determinando a incineração nos termos legais.[216] Um estudo desse tipo de descarte permite entender melhor como a história era pensada outrora e quais eram os documentos considerados necessários à sua escrita. A documentação relativa à escravidão sobrevivente à destruição realizada em 1891, conforme relatado no subcapítulo 1.4, particularmente as ações de liberdade, foi incinerada. Nesses papéis, com raros exemplos restantes no acervo do APERS registravam-se as tentativas judiciais pelas quais os escravizados procuraram contrapor-se a situações de escravidão consideradas ilegais.

Ocorre que os autores pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico encontravam-se, naquele momento, empenhados na escrita de uma história branca, na qual a presença e a contribuição do negro foi invisibilizada ou considerada objeto de assimilação. E, ao menos nesse quesito, não havia diferenças significativas entre os autores considerados "lusos" ou "platinos" pela historiografia subsequente. Uma significativa exceção é a de Dante de Laytano. Conforme confidenciou o historiador-folclorista, anos após, a Ieda Gutfriend:

> Os meus colegas historiadores reagiram furiosamente quando comecei a tratar de assuntos como o negro. Ficaram indignados. Ficaram furiosos. Onde se viu fazer isso e tal, fazer aquilo?! Digo, não vou fazer o que já foi feito; não preciso fazer mais nada pois já está tudo feito. Fazer o quê? Copiar de trás para diante, de baixo para cima, pela metade? Não vou fazer isso! Mas também tive defensores em relação às minhas ideias; o Aurélio Porto me defendeu muito. Ele foi o maior historiador do Rio Grande no meu entender. Eduardo Duarte também me defendia. Ele foi diretor do Arquivo Histórico. O Aurélio e o Dr. Duarte foram grandes amigos. Contra foram o Souza Docca e o Roque Callage; esses foram contra! O Othelo Rosa sempre foi contra mim (Laytano, apud Gutfreind, 2019, p. 33-34).

Vejamos alguns exemplos do ponto de vista dos antecessores, opositores e mesmo aliados de Laytano. Para Florêncio de Abreu e Silva (1922, p. 26), teria ocorrido a "absorção da raça negra pelo elemento étnico preponderante". Já Jorge Salis Goulart (1978 [1927], p. 178-180) afirmou que "o contingente africano é insignificante em comparação ao dos estados do centro" e "o número de indivíduos de cor pronunciada é insignificante e que o processo de clarificação vai sempre em progresso". Aurélio Porto (1936, p. 76), por

[214] Para Nedel (2005, p. 409), Manoelito de Ornellas aceitaria essa qualificação de bom grado, rejeitando o rótulo de "platinista".

[215] Dada a escassez de ações de liberdade no Arquivo Público, Maria Angélica Zubarán (1998) deu conta da lacuna por meio de fontes diversas, como registros de tabelionato, cartas precatórias, curatelas, arbitramentos e avaliações judiciais. Entretanto, a autora apresentou os documentos pesquisados como "suits for freedom", quer dizer, as ações de liberdade, de fato eliminadas em sua imensa maioria.

[216] APERS, Acervo Executivo, expediente administrativo 3.268/1936 (caixa provisória 089), Secretaria de Interior e Exterior. Em tratamento técnico. Quer dizer, ao mesmo tempo em que se minimizava a importância da presença negra, eliminava-se a documentação dela comprobatória.

seu turno, avaliava que “relativamente pequena foi a contribuição de sangue africano na etnia rio-grandense”. Emílio de Souza Docca (1942, p. 204) acreditava que “foi insignificante a contribuição do sangue etiópico na formação do tipo sul-riograndense” e também que “O negro ficou quase à parte do elemento branco, quanto ao caldeamento, no Rio Grande do Sul e daí porque o coeficiente negro de sua população era, em 1818, de 30,64%, baixou para 19,17% em 1862, desceu em 1890 para 8,68% e hoje é muito menor”. Nos dizeres de Manoelito de Ornellas,

> O negro foi o único elemento inexpressivo, entre os laços étnicos do nosso surgimento. Por um motivo explicável: o Rio Grande só conheceu de início, a indústria pastoril, para a qual o africano foi elemento secundário. Caio Prado Junior, analisando o povoamento da nossa região litorânea, deu-lhe como base principal o açoriano, que nos assegurou a permanência de uma pureza de sangue que as condições de outra capitania tornaram precária. Doutro lado, o baixo nível econômico destas capitanias meridionais até a data que nos ocupa, impediu o numeroso afluxo de negros. Não abundaram, por aqui, os escravos porque a nossa única indústria, naquele tempo, não reclamava grande quantidade de braços (Ornellas, 1948, p. 15-16).[217]

Ora, por meio da atuação de Florêncio de Abreu e Silva, e também de Othelo Rosa, os confrades participaram ativamente da determinação sobre a incineração daqueles documentos. Temos, então, uma abordagem viciada da história – para não dizer, uma falsificação –, na qual a pressuposição de que a presença negra era insignificante levava à destruição dos documentos dela comprobatória – documentos esses, aliás, que décadas após seriam centrais na imensa inovação da historiografia da escravidão (Chalhoub, 1990; Mattos, 2013 [1995]).

> Por igual se procedeu em relação aos documentos referentes a escravos. Tais documentos se encontravam em péssimo estado de conservação e tinham sido classificados como papeis ‘sem valor’ na gestão do Desembargador Florencio de Abreu. Acresce que no Arquivo Nacional não mais existe essa espécie, que foi dali retirada, por determinação do governo, como se vê no relatório, referente a 1936, do diretor João Alcides Bezerra Cavalcanti.[218]

Por outro lado, do ponto de vista do acervo administrativo, entendeu-se que aqueles documentos não cumpririam uma função necessária ao funcionamento da máquina estatal, estando extinto o escravismo. Entretanto, também foram considerados irrelevantes à história do Rio Grande do Sul, impedindo algum eventual traslado ao arquivo sediado no Museu, por causa da negação de sua importância histórica, o que diz muito a respeito das lentes por meio das quais essa história era observada.

5.6 O Arquivo Público da Era Vargas…

Ao tomar o poder, os revolucionários de 1930 depuseram os Presidentes dos Estados – com exceção de Minas Gerais –, considerados representantes de projetos oligárqui-

[217] De acordo com Neandro Thesing (2015), o trecho citado desapareceu na segunda edição, de 1956. É provável que isso tenha ocorrido sob a influência de Dante de Laytano.
[218] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório de 1943 / 1944.

cos que o golpe de Estado, sobretudo a partir da influência dos tenentes – militares de baixa patente, radicalizados e com um programa reformista –, afirmava pretender extirpar. No lugar dos antigos governantes, foram nomeados interventores diretamente pelo Palácio do Catete, sede do governo federal. Até a implantação de uma ditadura em fins de 1937, José Antônio Flores da Cunha, contemporâneo e antigo correligionário de Vargas, no PRR, foi nomeado para o estado sulino. Em meio ao convívio e colaboração, houve dissonâncias, agudizadas a partir de 1935, em um breve intervalo democrático em que Flores da Cunha foi governador eleito.

São conhecidos pela historiografia os rumos primeiramente convergentes e, depois, a ruptura entre o Presidente Getúlio Vargas e Flores da Cunha. Eleito em 1935, com votação muito expressiva, pelo Partido Republicano Liberal (PRL),[219] Flores da Cunha fortaleceu-se e adquiriu maior autonomia em relação a Getúlio Vargas, já que seu poderio não mais dependia da indicação do Presidente da República. O governador estadual se viu enfraquecido militarmente quando o Presidente direcionou contingentes militares ao sul do Brasil, onde foi federalizada a Brigada Militar (Lapuente, 2016, p. 205). Sob o pretexto de combate ao comunismo, Getúlio Vargas encurralou Flores da Cunha que, acossado em plano civil e militar, foi levado a renunciar, no dia 17 de outubro de 1937, e exilar-se no Uruguai. A possibilidade de resistência, inclusive armada, de Flores da Cunha representava o principal entrave à decretação de um governo ditatorial por Vargas, que semanas após, 11 de novembro, realizou o golpe de Estado. Por isso, costuma-se dizer que o Estado Novo foi antecipado no estado sulino. O golpe representou um endurecimento da Era Vargas, já que, abortada a tentativa de democratização de 1934-1937, foram concedidos poderes ditatoriais ao Presidente da República.

No microcosmos do Arquivo Público, enquanto durou a aproximação entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, a direção do Arquivo foi ocupada, conforme já destacado, pelo irmão do primeiro, Spártaco. Em 21 de maio de 1934, já promulgada uma constituição democrática, ele assumiu a Mesa de Rendas do Estado, tendo sido substituído por José Soares Marino.[220] O cargo de que ficou encarregado dali em diante era, de fato, importante, e talvez o irmão de Getúlio tenha "caído para cima". Entretanto, a presença de um irmão do Presidente da República na direção do Arquivo Público nos informa sobre o provimento de cargos públicos relacionados à influência política pessoal e, portanto, a falibilidade da atribuição de um caráter racional-legal ao PRL – quem dirá ao PRR.

Os relatórios institucionais da década de 1930 são escassos e pouco detalhados, comparativamente àqueles da Primeira República. Esse fato por si só encerra significados relevantes à pesquisa, porque decorre, por um lado, de uma perda de prestígio da Institui-

[219] Partido criado para dar sustentação política a Getúlio Vargas e Flores da Cunha.
[220] HDBN, *A Federação,* 21/5/1934.

ção a partir de 1925, por outro, da intenção de imprimir um caráter mais "técnico" de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo DASP e pelo DASPinho,[221] além de refletir, ainda, uma menor propensão do novo Estado autoritário a prestar contas à sociedade. Se os relatórios governamentais, até então, eram apresentados anualmente à Assembleia dos Representantes, o General Cordeiro de Farias, por exemplo, apresentou ao Presidente da República apenas um relatório de todo período entre 1938 e 1943, com única menção ao Arquivo – em que sucintamente afirmava que a Instituição atuava com eficiência e labor, além de apresentar estatísticas acerca da emissão de certidões e seus emolumentos.[222] Os poucos relatórios próprios do Arquivo Público também costumavam se limitar ao registro de aspectos como a emissão de certidões e as atividades cartoriais, que serão examinadas detidamente no próximo capítulo. Para o período da Primeira República, em contraste, havia muitos relatórios, anuais, tanto das chefias de seção aos diretores, quanto dos diretores para o Presidente do Estado como, ainda, constantes referências às atividades do Arquivo Público nas mensagens presidenciais à Assembleia dos Representantes.

Depois disso, podemos contar com pouca documentação daquela natureza, de uma exiguidade reveladora. Um dos poucos relatórios disponíveis na Era Vargas foi o enviado por Marino ao Secretário de Interior e Exterior em 1935 – não por acaso, no breve lapso democrático 1934-1937. Além de uma enfadonha enumeração dos procedimentos envolvidos nas atividades cartoriais e do quantitativo de emolumentos resultantes da emissão de certidões, há um precioso trecho que reforça a argumentação de que havia muitas, talvez predominantes, indicações políticas no desempenho das atividades arquivísticas. Em relação à mão de obra, o diretor reivindicava que, de acordo com a natureza do trabalho executado, "são precisos funcionários ativos, honestos e competentes, senão técnicos". Ora, contrastivamente deduz-se que o corpo técnico disponível não correspondia àquelas expectativas. Como alternativa, ele sugeria o concurso, algo supostamente realizado desde a Primeira República – mas que, na prática, vemos que não foi a única forma de provimento à função pública –, dispensando aqueles nomeados interinamente e "que não demonstrarem capacidade de trabalho, gosto, assiduidade, e compreensão de seus deveres funcionais".[223]

A perspectiva moralizante de José Soares Marino, ao menos formalmente, correspondia às intenções que seriam explicitadas, poucos anos após, pelo DASP. Já os chamados DASPinhos, subordinados diretamente ao órgão central e ao Ministério da Justiça, inspecionavam também a atuação dos interventores. Em um contexto em que os parlamentos estavam fechados, conforme já mencionado, na prática o DASP legislava, acumu-

[221] Por exemplo, os relatórios da década de 1940 eram muito pouco informativos e registravam trâmites deveras formais e burocráticos. APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, Relatórios de 1940, 1945 e 1947.

[222] Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, DD. Presidente da República pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943. Disponível no sítio Memória do Planejamento Estadual. https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092056-mensagem-1938-1943.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

[223] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório de 1935.

lando, por exemplo, as prerrogativas de "supervisão" da atuação de interventores e prefeitos, de suas leis e decretos e do respectivo orçamento (Nunes, 2003, p. 54). Fiscalização, no caso, representava o poder de aprovar ou não decretos-lei e processos municipais e estaduais. O Estado Novo é conhecido pela elevada centralização política impressa ao funcionamento da máquina pública, e o DASP certamente era uma engrenagem fundamental na transmissão em canal direto das determinações federais, passando por cima, inclusive, dos interventores nomeados por Getúlio Vargas, que por meio desse órgão exercia "fiscalização" direto sobre os Estados (Souza, 1990, p. 86).

Depois da queda de Flores da Cunha, Vargas nomeou interventores militares para o estado sulino que lhe eram de confiança, em sequência, Daltro Filho, Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles, o último, primo do Presidente da República. Ainda que limitado seu poder em relação ao Conselho Administrativo do DASPinho local –, ao qual deveriam responder, os interventores tiveram atuação em diversas políticas educacionais, de saúde e de viação. Além disso, os interventores do Estado Novo debelaram os últimos focos floristas, convenientemente acusados de aliança com o comunismo.

Luciano Aronne de Abreu examinou detidamente a composição, decisões e atos da cúpula do DASPinho, o Conselho de Administração do Estado (CAE) – no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, de forma aparentemente paradoxal, em se tratando de um órgão cuja destinação era promover a racionalização burocrática, "nenhum deles [dos conselheiros] havia sido escolhido pelo Presidente da República simplesmente por sua formação técnica, e sim por suas vinculações políticas" (Abreu, 2007, p. 214). Digo *aparentemente* paradoxal porque, como visto, a gramática política do Estado brasileiro era sincrética.

Entretanto, essa ambiguidade deve ser colocada em perspectiva: ao contrário de ser uma característica exclusiva desse Departamento, o convívio de diferentes idiomas políticos caracterizava a administração varguista como um todo, e de certa forma funcionou de modo a dar estabilidade à "Era Vargas". O sincretismo de linguagens, portanto, não pode ser lido apenas sob um olhar centrado nos Estados Unidos ou na teoria weberiana – ou em um Rio Grande do Sul prévio arbitrariamente tomado como racional-legal –, do que resultaria a percepção do sistema administrativo brasileiro necessariamente sob o signo da "falta". Pelo contrário, mesmo que sujeito a contradições, atuou de forma estruturada e funcional.

É digno de nota o papel do DASP nacional na institucionalização da Arquivística. Embora a denominação "arquivista" fosse antiquíssima e a formação em curso superior profissionalizando a função só devesse ocorrer quarenta anos após, o que será esmiuçado no item 8.6, o Estado Novo foi um momento marcante para a "embrionária" Arquivologia.[224] De acordo com Santos (2018), a modernização burocrática intentada pelo DASP – aqui não está em jogo a eficácia ou sinceridade do projeto – exigiu uma atenção especial

[224] O adjetivo foi empregado por Cougo Júnior (2020, p. 143).

aos arquivos administrativos. Naquele momento, a relação entre a arquivologia e a biblioteconomia era bastante próxima, e diversos arquivistas passaram por cursos de formação oferecidos pela Biblioteca Nacional (Santos, 2018, p. 128). No início dos anos 1940, iniciaram-se estudos para realizar concursos para uma profissão já prevista nos quadros do funcionalismo em 1936, porém desdobrada em 1941 entre "arquivologista" – encarregado do planejamento, organização e orientação dos acervos arquivísticos – e "arquivista" – direcionado à parte mais prática.[225] Os primeiros concursos, portanto, ocorreram no início dos anos 1940. Diante da inexistência de uma formação profissional específica, o próprio Estado passou a oferecer uma formação específica em arquivos.

A formação proposta era muito mais prática do que teórica – mais apropriada ao "arquivista" do que ao "arquivologista" –, porém representava um salto de qualidade em relação à inexistência de uma especialização profissional até aquele momento. Ocorre, porém, que o curso de capacitação acontecia após o ingresso no Serviço Público, quando o próprio processo seletivo já demandava conhecimentos específicos. Esse foi um problema mais geral dos concursos públicos da Era Vargas: as debilidades na competência dos próprios candidatos acarretou em um preenchimento de vagas menor do que o esperado, que foram complementadas por indicações políticas (Wahrlich, 1983).

Francisco Cougo Júnior (2020) destacou a existência de certa concorrência de funções entre o DASP e o próprio Arquivo Nacional, o que levou ao "ostracismo" do último, reduzido a um depósito de papel e à reprodução de concepções tradicionais de história, com um diretor ligado ao IHGB. Quer dizer, esse momento inicial da institucionalização da Arquivologia praticamente prescindiu do envolvimento direto dos arquivos, passando mais pela dinâmica da burocracia pública de um Estado ditatorial.

> Enquanto o Arquivo Nacional se aproximava do IHGB e caminhava lentamente para um período de opacidade, convertendo-se em um depósito de documentos, nos anos 1940 os arquivos tornaram-se alvo de complexos estudos no âmbito da ditadura estado-novista, principalmente através do DASP (Cougo Júnior, 2020, p. 139).[226]

Pouco antes dos primeiros passos da institucionalização, no Rio de Janeiro, da "embrionária" arquivologia como atribuição técnica, o diretor do Arquivo Público José Soares Marino tinha a excêntrica proposta de que as vagas futuras deveriam ser preenchidas "por professoras diplomadas, pois estas com o conhecimento e preparo que devem ter, viriam contribuir em muito para o aperfeiçoamento e execução dos trabalhos".[227] Muitos anos mais tarde, em relatório do Diretor Clóvis Líbero Cardoso, de 1963, ele se queixava da carência

[225] A profissão só seria regulamentada, todavia, no governo de Ernesto Geisel (Cougo Júnior, 2020, p. 293).
[226] O autor observa, ainda, que dentre as iniciativas modernizadoras empreendidas pelo DASP, estava a realização de concursos de monografias relacionadas à racionalização e modernização da administração pública. No que toca à área de arquivos, a única apresentada foi em 1939, de autoria de Marcílio de Vaz Lopes (Cougo Júnior, 2020, p. 143).
[227] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório do Diretor José Soares Marino ao Secretário de Interior e Exterior, 1935.

de arquivistas no APERS.[228] Na inexistência de profissionais com formação superior, entendia-se que os mencionados deveriam ser pessoas com atuação prática em arquivos.

A dificuldade maior de acompanhar as discussões sobre a institucionalização do campo arquivístico no Arquivo Público no que toca ao segundo quartel do século XX reside no fato de menor quantidade de relatórios ter sido produzida e/ou preservada. Nos relatórios da década de 1940, ao contrário dos procedimentos fomentados pelo DASP em plano nacional, inexistem indícios referentes à formação de arquivistas ou à sua contratação mediante concursos pelo Arquivo Público.[229] Isso talvez se devesse em função da distância do Rio de Janeiro, dificultando a participação em cursos de formação. Uma retórica de modernização, porém, seria bastante presente no primeiro período de redemocratização, como em relatório de 1947 assinado pelo diretor que acompanhou o Arquivo Público em novos tempos, o célebre Manoelito de Ornellas.

5.7 … à "era Manoelito de Ornellas"

> Não servi aos caudilhos, nem aos pequenos sátrapas [...] paguei caro e pago, ainda, o meu *royalty* à liberdade (Ornellas [1969], apud Thesing, 2015, p. 50).

Manoelito de Ornellas (1903-1969) celebrizou-se pela pitoresca e extravagante, mas de improvável comprovação empírica, tese de um vínculo genealógico, ou sócio-histórico, entre os gaúchos rio-grandenses e os beduínos. O autor partia de uma matriz teórica nem sempre mencionada pela bibliografia crítica, qual seja, a da antropologia difusionista, na qual uma genealogia cultural é deduzida arbitrariamente de semelhanças superficiais, tais como lendas, vestimentas, danças, o trato dos cavalos, a partir dos quais o autor traçou vínculos entre Egito, norte da África, península ibérica e região platina (Ornellas, 2012 [1948]).[230] Ieda Gutfreind (1992) considerava Ornellas "platino" e representante de um "maragatismo tardio". Convém lembrar, porém, que, tal como Moysés Vellinho (1962), Manoelito, em texto de 1964, talvez como uma resposta ao seu antagonista, estabelecia uma diferença, bastante importante em seu argumento, entre os gaúchos platinos e cisplatinos (Ornellas, 1969). A distinção seria uma herança (difusionista) do Velho Mundo. Os primeiros, argentinos, descenderiam de árabes do sul da península ibérica. Os demais, rio-grandenses (e também uruguaios) seriam oriundos da região da Maragateria, norte da

[228] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório do Diretor Clóvis Líbero Cardoso ao Secretário de Interior e Exterior, 1963.

[229] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028. Relatórios de 1940, 1945 e 1947.

[230] Existem três problemas, graves, nesse procedimento metodológico: em primeiro lugar, as evidências empíricas tornam-se totalmente desnecessárias diante de uma especulação descontrolada. Por isso, com um olhar direcionado, cada um encontrará as semelhanças culturais que bem entender. Finalmente, minimiza a capacidade de produção cultural e simbólica dos diferentes povos, já que todo conhecimento deve ter sido emprestado de um "outro". No caso de Manoelito em que a difusão se dá a partir do Oriente Médio – mesmo que em um segundo momento ocorra da Península Ibérica à América Meridional –, o racismo frequentemente implícito não se aplica. Mas a imensa maioria dos difusionistas recai, sim, nesse problema, já que o vetor das transformações culturais usualmente parte da Europa (ou de alienígenas, em casos mais patológicos) para povos considerados periféricos.

Ibéria, e estes, por sua vez, seriam bérberes originários “da velha cidade egípcia de Maragath, plantada no sul, às margens do Nilo” (Ornellas, 1969, p. 48).

A atuação de Manoelito, como diretor do Arquivo Público, que ocupou intermitentemente entre 1945 e 1955, é menos lembrada. Poucos sabem que dirigiu a Instituição, famoso que se tornou por sua extravagante produção historiográfica. Na entrada lateral do prédio III do Arquivo Público repousa, quase despercebida, uma placa com o seguinte texto: “Homenagem sincera dos funcionários do Arquivo Público a Manoelito de Ornellas, ilustre e benemérito Diretor. 14-11-1945 a 15-2-1955”.

Imagem 33 – Placa em homenagem a Manoelito de Ornellas no APERS



Fonte: Foto de Rodrigo de Azevedo Weimer, outono de 2024.

No relatório de 1947, o diretor declarava que se podia “afirmar, sem exagero, que este foi o ano em que o Arquivo Público conseguiu realizar a maior soma de conquistas, vindo de um largo período de esquecimento”. Em um otimismo característico do pós-II Guerra Mundial e do período de democratização, Ornellas fez sua profissão de fé pelo progresso e pela modernização. Segundo ele, o APERS

> passará a ser um dos mais modernos [arquivos] da América do Sul, pois contará, em seu edifício, com os meios para iniciar a filmagem de documentos publicos, dispensando o enorme espaço que, pelo processo atual, jamais bastaria à quantidade de documentos que atualmente ali se recolhem. É o recurso de que se usou os EE. UU. e de que estão usando quase todos os arquivos modernos na Europa. Deve-se às atenções do governo atual, durante o exercicio de 1947, a abertura deste novo ciclo à vida do Arquivo Público, o que demonstra a alta compreensão que tiveram os atuais mandatários do Estado, do que significa para a vida e para a Historia aquilo que se deposita nas imensas naves deste edifício.[231]

[231] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório de 1947.

A redemocratização das décadas de 1940 e 1950 viu, assim, um retorno de um intelectual à direção do Arquivo Público. A exaltação da modernidade revelar-se-ia um pouco mais complexa na prática, já que, houve demora e percalços para a efetiva implementação de um sistema de microfilmagem, isto é, a cópia fotográfica em preto e branco em rolos de 16 mm de largura.

Ao contrário dos diretores da década de 1920, Manoelito de Ornellas cultivava certa independência em relação ao IHGRGS, instituição na qual fora admitido em 1935. Ocorre que em meados do século o Instituto estava em crise e passou por diversas polêmicas públicas – às vezes em torno de discussões aos nossos olhos um tanto absurdas, como o pertencimento ou não de Sepé Tiaraju à história do Rio Grande do Sul, ou, ainda de somenos importância, como a existência de um corpo de Dragões *no* ou *do* Rio Pardo – cujo pano de fundo eram diferenças internas entre diferentes perspectivas do fazer histórico e as disputas sobre o poder de locução da "correta" história do Rio Grande do Sul. O "triunvirato" composto por Othelo Rosa, Moysés Vellinho e Guilhermino César era reticente à reorientação da história rumo ao folclore e à cultura popular procedida por Manoelito de Ornellas, Walter Spalding e, principalmente, por Dante de Laytano (Nedel, 1999; 2005).

Não se pode dizer que Manoelito de Ornellas, instrumentalizasse o Arquivo Público em prol do Instituto. Por exemplo, conforme mencionado anteriormente, em 1946 o IHGRGS solicitou a cedência de dois servidores do Arquivo Público a fim de ajudar na organização da biblioteca do Instituto.[232] Manoelito indeferiu, reconhecendo a elevada quantidade de trabalho da instituição e a necessidade de tais funcionários, algo que seria muito improvável nos tempos de Alcides Maya ou Florêncio de Abreu e Silva.

Imagem 34 – Retrato de Manoelito de Ornellas, por Carlos Alberto Petrucci, 1945



Fonte: Museu de Arte de Santa Catarina. Disponível on-line em: https://aplicacoes.fcc.sc.gov.br/wpmasc/acervo/retrato-de-manoelito-de-ornellas/. Acesso em: 13 maio 2024.

[232] APERS, Secretaria de Interior e Justiça, Processo Administrativo 6505/1945, Caixa [provisória] 091, estante 77D.

Ainda que apregoasse sua independência política, como na frase em epígrafe, referente à polarização entre assisistas e borgistas, Manoelito de Ornellas era mais bem relacionado do que talvez gostasse de admitir. Intelectualmente, no fim da década de 1920, era bastante próximo do "Movimento Verde-Amarelo", desdobramento do movimento modernista, composto, dentre outros, por Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado. É bom que se diga, porém, que diante da conversão do último à liderança do integralismo, Ornellas afastou-se (Thesing, 2015, p. 53).[233] Os demais vieram a tornar-se intelectuais orgânicos do Estado Novo, coisa que Ornellas, na minha leitura, também fez, apesar de um temporário flerte com o florismo.

Em 1938, Ornellas foi alçado à direção da Biblioteca Pública do Estado, e alguns anos após, dirigiu no Rio Grande do Sul o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.[234] Seu antigo parceiro intelectual, Menotti del Picchia, estava vinculado à repartição nacional e pode, talvez, ter indicado seu nome para representar o órgão no Rio Grande do Sul. O papel do órgão era, dentre outras coisas, controlar a imprensa, organizar a radiodifusão cívica e comprometê-la com a legitimação do regime varguista, e ainda praticar a censura e desempenhar um papel pedagógico em relação aos aprendizados do povo sobre as necessidades e deveres em relação ao regime. Em suma: um órgão ideológico central à construção da figura do Presidente da República como tutelar sobre os brasileiros (Velloso, 2007).

Através do processo de aposentadoria de Manoelito de Ornellas, temos a seguinte sequência de suas atividades laborais: correspondente d'A Federação – 1/1/1924-1/1/1931, delegado escolar em Tupanciretã – 1/1/1935-31/3/1935, fiscal do entreposto do vinho – 1/1/1936-2/7/1936, redator da Imprensa Oficial do Estado – 3/7/1936-31/1/1938, diretor da Biblioteca Pública do Estado – 1/3/1938-23/3/1939; diretor da Imprensa Oficial do Estado – 30/3/1939-31/12/1943, Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – 5/1/1943-1/1/1944.[235] O processo não menciona o período em que foi redator d' *A Federação*, folha não mais ligada ao PRR e sim ao PRL. No entanto, Thesing (2015, p. 55) apontou ter assumido esse cargo em 1935, o que é coerente com a trajetória apresentada no dossiê de aposentadoria, podendo ter ocupado a vaga entre essa data e o ano seguinte. A Imprensa Oficial do Estado é nada mais que o sucessor da Federação, que deixou de ser um órgão oficioso para um órgão oficial. Repare-se, ainda, que a recepção de Manoelito no Instituto e Geográfico deu-se no período em que assumiu a redação da folha oficial do PRL.

---

[233] O integralismo foi um movimento de massas de inspiração fascista, que atingiu grande difusão e influência na década de 1930. Crentes de que assumiriam maior influência sobre o poder público com o Estado Novo, foram reprimidos e debelados por Getúlio Vargas após um mal-sucedido levante em 1938 na sequência do escanteio de Plínio Salgado na composição do governo ditatorial.

[234] Segundo Mônica Velloso (2007, p. 158), nos estados os DIPs eram denominados DEIPs. No entanto, nas fontes compulsadas, a denominação sempre foi a mesma àquela adotada nacionalmente.

[235] APERS, Acervo Executivo, Secretaria de Interior e Justiça, Processo 4.709, caixa (temporária) APERS 2. Em tratamento técnico.

Com o sopro de novos ventos, Manoelito de Ornellas engajou-se pela redemocratização do país – tendência mais ampla da intelectualidade brasileira, que, de "artífices do autoritarismo conservador de direita (...) iria se transformar em foco de críticas ao Estado Novo, inspirados cada vez mais em valores democráticos e de esquerda" (Napolitano, 2021, p. 152) –, tendo, então, assumido a direção do Arquivo Público.[236] Em função de seu prestígio intelectual, a administração de Manoelito de Ornellas perpassou governos de diferentes feições do sistema pluripartidário que sucedeu ao Estado Novo. Foi nomeado como diretor em 14/11/1945 pelo governo provisório de Samuel Figueiredo da Silva e mantido por seu sucessor, Cylon Rosa, assim como por Walter Jobim, governador eleito pelo PSD, Partido Social Democrático. No estado, esse partido destacou-se como organização política de direita, já que paulatinamente assumiu o lugar de oposição radical a Getúlio representada em plano nacional pela UDN, União Democrática Nacional (Cánepa, 2005, p. 113-114; Flach; Cardoso, 2007; Asturian, 2017). Quando Ernesto Dornelles, que já havia sido interventor durante o Estado Novo, elegeu-se governador pelo PTB, em 1950, Manoelito de Ornellas foi mantido na direção. O diretor do Arquivo Público esteve, então, imbricado nas dinâmicas do poder constituído, mas com um trânsito suprapartidário por meio de suas atividades e prestígio intelectuais.

Por exemplo: em 1948, ocasião em que dirigia o Arquivo Público, recebeu uma correspondência de João Neves da Fontoura solicitando a referência documental a respeito de um seu ancestral sobre o qual lera em *Gaúchos e Beduínos*, *magna obra* de Manoelito de Ornellas. Na carta foi anotada, então, a localização dos documentos de interesse do líder político, a quem fez essa pequena gentileza.[237] João Neves era o mesmo sujeito que em 1929 havia solicitado a Oswaldo Aranha uma colocação no Arquivo Público para um apaniguado. Manoelito manteve correspondência recorrente com essa liderança que, a despeito de seu getulismo, seguiu pertencendo aos quadros do PSD. Provavelmente havia autêntica amizade entre Fontoura e Ornellas, ainda que o pacto relacional entre os dois não impedisse que a solicitação por um cargo diplomático para um amigo fosse negada pelo líder partidário.[238]

Estas linhas têm o objetivo de evidenciar contradições e dinâmicas de uma figura multifacetada, complexa e, ao seu modo, carismática, como Manoelito de Ornellas; e também ressaltar outro aspecto de sua profusa documentação epistolar. Nos dez anos em que dirigiu o Arquivo Público, as pouquíssimas menções à Instituição têm o intuito de ajudar amigos, a fim de fortalecer laços políticos. Não transparece nenhuma preocupação com as questões do órgão ou com a difusão das atividades profissionais no campo da

[236] Em uma carta de 1º/7/a945 para Athos Damasceno Ferreira, teceu críticas ao diretor em vias de deposição. DELFOS / PUCRS, acervo privado de Manoelito de Ornellas, carta de João Neves da Fontoura, 6/6/1951. Documento n. 1.621.
[237] DELFOS / PUCRS, acervo privado de Manoelito de Ornellas, carta de João Neves da Fontoura, 11/10/1948. Documento n. 53.208.
[238] DELFOS / PUCRS, acervo privado de Manoelito de Ornellas, carta de João Neves da Fontoura, 6/6/1951. Documento n. 1767.

arquivística. Pelo contrário, naquela década há diversos procedimentos administrativos assinados por outras pessoas, quer dizer, por diretores substitutos que ocuparam o cargo nas suas ausências. No conjunto da correspondência pessoal do diretor, há somente duas referências à Instituição, o que evidencia que o Arquivo Público não estava entre suas maiores preocupações.[239]

É notável a dedicação de Manoelito de Ornellas à sua produção intelectual, por controversa que fosse. Entretanto, doze anos depois, em uma sindicância instaurada para averiguar muitas e graves irregularidades no Arquivo Público (ver subcapítulos 7.1 e 7.2), a vigésima-quinta testemunha, servidor desde o período em que Haag esteve na direção do órgão – portanto, desde 1918 –, declarou que "o Arquivo vem abandonado desde 1940".[240] De fato, porém, em 1947 se relatou que havia quinze anos a instituição carecia de recursos para a execução de importantes providências.[241] Desde muito antes faltavam verbas para a manutenção da instituição. Aliás, o entusiasmo pela criação de um sistema de microfilmagem não se traduziu em sua implantação, que só ocorreria anos após. Justa ou não, aquela apreciação não era favorável à gestão do autor de *Gaúcho e Beduínos*, e isso talvez se devesse, em parte, por ter priorizado sua atuação como historiador diante das demandas arquivísticas.

Se o Museu Júlio de Castilhos foi a "trincheira" de Dante de Laytano nas mencionadas contendas intestinas do IHGRGS (Nedel, 1999; 2005), a facção folclorista podia contar como outras "trincheiras" no Arquivo de Porto Alegre e no Arquivo Público através de intelectuais com ponto de vista semelhante, respectivamente Walter Spalding e Manoelito de Ornellas. Se isso, de forma alguma, é explicativo da estagnação do Arquivo Público no período, o privilégio que Ornellas dedicou à sua carreira pessoal, secundarizando as atividades de direção, pode de alguma forma ter contribuído para o período em que o APERS tornou-se um "grande cartório", como veremos no próximo capítulo. Antes, porém, conheçamos a construção do último dos "palácios de papel".

5.8 A *fortaleza de papel* ou a maldição d'*O Independente*

A "maldição" pronunciada na Primeira República pelo jornal *O Independente*, a respeito da impossibilidade de encontrar uma edificação suficiente para os recolhimentos documentais necessários, parece ter repercutido pouco mais de década e meia após a construção do segundo pavilhão. Concluído o prédio 2 em 1919, em 1935, o diretor José

[239] DELFOS / PUCRS, acervo privado de Manoelito de Ornellas.
[240] APERS, Secretaria de Interior e Justiça, inquérito administrativo n. 5893, volume 3, em tratamento técnico, caixa provisória APERS 7, f. 262.
[241] Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem do Governador Walter Só Jobim à Assembleia Legislativa, 1948. Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

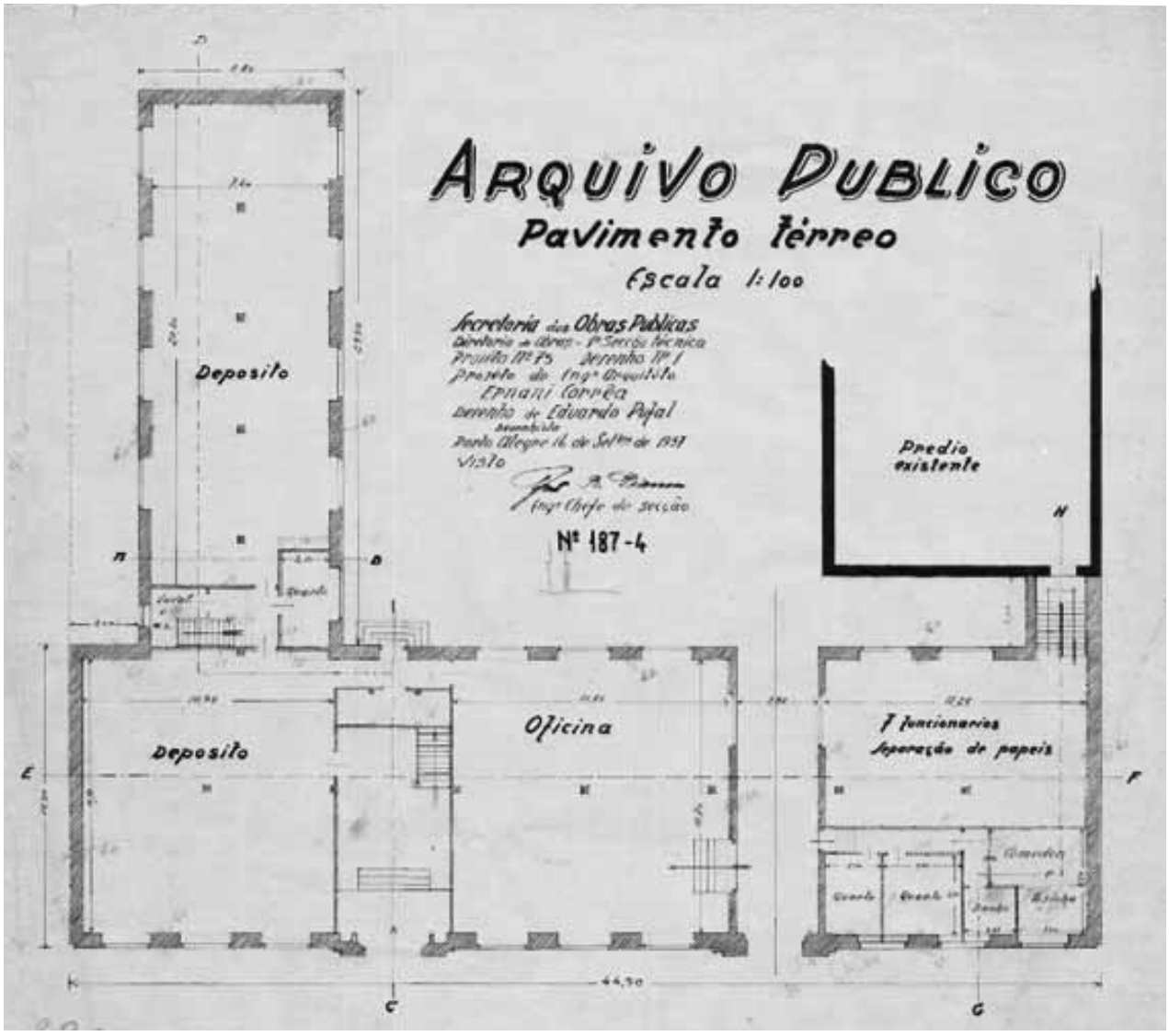
Soares Marino expressava: é “medida que já deve estar nas cogitações do Governo do Estado, se se processar a devolução do vultoso material que jaz há longos anos nos diversos cartórios do interior do Estado, o Governo terá que atacar com brevidade a construção do prédio com frente á rua Riachuelo, visto que os outros dois pavilhões onde se encontram recolhidos cerca de dois (2) milhões de documentos variados, não comportam mais espaço”.[242]

Diante da inexistência de profissionais especializados, os recolhimentos eram realizados da forma hoje denominada pelos arquivistas como “selvagem”, isto é, sem uma apreciação do que deve ser mantido ou descartado. Assim sendo, a documentação avolumava-se a partir do acúmulo em edificações que decaíram de “palácios” para “depósitos” de papel (ver imagens 43, 44 e 45). Apesar de se tratar do prédio de mais recente construção, o mais novo é aquele de que temos menos informações, por algumas razões: a) os seus projetos construtivos remetem ao período de exceção ditatorial que, como visto, sentia menor necessidade de prestar contas públicas de suas atividades; b) informações importantes sobre ele podem ter se perdido na eliminação efetuada pela SOP; c) sua construção foi lenta, arrastada, em lugar dos demais prédios, construídos rapidamente, de modo que as informações sobre a edificação estão distribuídas de forma mais esparsa; d) o prédio demorou quase cinco décadas para ser ocupado pela instituição para o qual foi projetado, sendo, assim, maior a probabilidade da documentação relativa ao último prédio ter se dispersado ou, até mesmo, extraviado.

Em plantas de 1937 assinadas por Ernani Corrêa, provenientes da Secretaria de Obras Públicas pesquisadas pelo historiador Álvaro Klafke, antes do descarte – também “selvagem” – relatado no capítulo III, temos um desenho um pouco diferente daquele que efetivamente foi construído, já que ele tinha uma configuração em L, fechando o contorno sobre o jardim interno. Planejava-se uma extensão nunca edificada no canto do pátio oposto ao prédio II, rente a onde hoje se localiza o Multipalco do Teatro São Pedro. Talvez por restrições orçamentárias – e infelizmente, no que toca a este prédio, são muitas as suposições, interrogações e considerações hipotéticas, tenha sido construída somente a parte frontal à rua Riachuelo:

[242] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório de 1935.

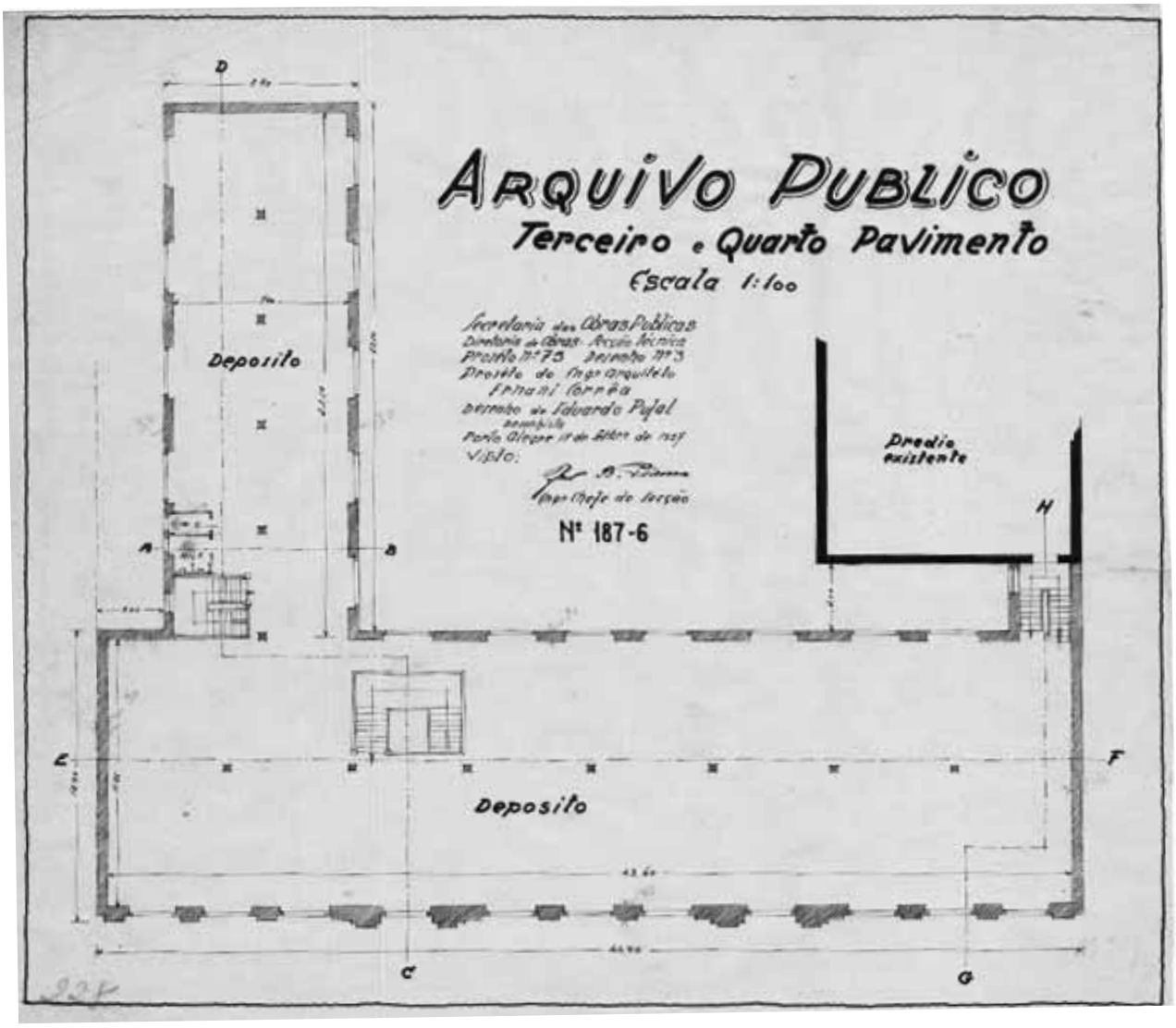
Planta 4 – Planta baixa: Projeto inicial do Prédio III do Arquivo Público, por Ernani Corrêa, 1937, pavimento térreo



Fonte: SOP. Planta digital pesquisada por Álvaro Antonio Klafke.[243]

[243] A parte da esquerda do térreo do prédio hoje abriga a Sala de Pesquisa. Na parte central, há hoje a sala Joel Abílio dos Santos, voltada a atividades culturais, e na direita, o auditório do APERS. A escadaria situa-se na parte do fundo da parte central do prédio, junto com elevadores.

Planta 5 – Planta baixa: Projeto inicial do Prédio III do Arquivo Público, por Ernani Corrêa, 1937, terceiro e quarto pavimentos



Fonte: SOP. Planta digital pesquisada por Álvaro Antonio Klafke.[244]

A linguagem construtiva era claramente inspirada na arquitetura monumental de feição fascista – portanto destoante dos demais –, destacando a enormidade do Estado. Uma arquitetura igualmente grandiosa quanto à dos demais prédios, porém pobre em detalhes e desenhos, privilegiava a funcionalidade em blocos sóbrios e ainda mais grandiosos, que igualmente produziam efeitos de minimização dos indivíduos. As principais edificações em Porto Alegre que seguiram uma estilística fascistizante foram o Palácio do Comércio, junto à Praça Rui Barbosa e, justamente, o prédio 3 do Arquivo Público. Em relação a essa última edificação, talvez seja mais adequada a imagem de "fortaleza" e não "palácio", como os demais prédios. Hoje, aliás, a "fortaleza" isola os "palácios" do olhar público.

[244] No último pavimento situa-se a parte administrativa do Arquivo Público, além de outras rotinas internas da instituição.

Imagem 35 – Fachada planejada para o prédio III do Arquivo Público



Fonte: SOP. Planta digital pesquisada por Álvaro Antonio Klafke.

O projeto só foi retomado uma década mais tarde. Segundo a mensagem do Governador do Estado Walter Só Jobim:

> Várias verbas, no exercício findo, foram consignadas a essa repartição, a fim de atender a crescentes e imperiosas necessidades. Em consequência, a aparelhagem caríssima de que dispunha para a limpeza pneumática e que se achava interrompida, foi posta novamente em movimento, reiniciando-se o sistema técnico da limpeza do Arquivo, o que lhe emprestou, desde logo, aspecto diferente. Com esse processo, pôs-se a salvo precioso acervo histórico. Outras instalações práticas e necessárias ao conforto do funcionalismo foram levadas a efeito. Também foram adquiridos diversos móveis e aparelhamentos necessários à boa marcha e melhor rendimento do serviço.
>
> Há quase 15 anos não dispunha o Arquivo Público de recursos para a execução dessas providências de caráter inadiável. A providência de maior vulto foi a consignação de verbas no orçamento, para a construção do novo pavilhão que, desde o primeiro semestre de 1947 vem sendo estudada. O plano abrange um sistema moderno para arquivos desta natureza. E nele estão previstas as instalações de uma grande oficina de encadernação, de restauração de velhos documentos, pelo processo de parafina, um gabinete técnico para fotocópias, uma nova sala de consultas, ligada a um pequeno auditório, com parede de projeção, biblioteca, etc. Uma vez realizadas essas instalações, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul contará, em seu edifício, com os meios para iniciar a filmagem de documentos públicos, dispensando o enorme espaço que, pelo processo atual, jamais bastaria à quantidade de documentos que para ali se recolhem.[245]

[245] Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem do Governador Walter Só Jobim à Assembleia Legislativa, 1948. Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

Na mensagem de 1949, constava que

> com as novas verbas que lhe foram destinadas, pode essa repartição fazer face à preservação do vasto patrimônio a ela confiado.
>
> A providência mais importante a ser levada a efeito, na remodelação desse departamento, consiste na construção de um pavilhão central, junto aos depósitos de documentos. No projeto, conforme referi na minha primeira Mensagem, foram previstos diversos serviços, como oficinas de encadernação e restauração de documentos, gabinetes de fotocópias, salas de consulta e projeções, etc.
>
> As obras do novo edifício já foram iniciadas e tomam vulto dia-a-dia. Dentro em breve, com as modernas instalações de que será dotado, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul será uma das mais perfeitas repartições do Estado.[246]

Imagem 36 – Edifício frontal do Arquivo Público durante o terceiro quartel do século XX



Fonte: https://apers.rs.gov.br/galeria-de-imagem. Acesso em: 11 jun. 2024.

No ano seguinte, as obras do pavilhão já estavam "quase concluídas".[247]

Se em 18 de abril de 1950 Manoelito de Ornellas abriu processo junto a Secretaria informando estarem as obras paralisadas "pela insuficiência dos recursos que dispomos" e com aprovação da ALRS, Jobim sancionou créditos suplementares em 24/11/1950.[248] Conforme Carmen Merlo (2010, p. 146), o prédio em questão foi construído sobre uma casa na Riachuelo, sobre a qual se carece de informações confiáveis. Entretanto, o prédio só seria – literalmente – ocupado na virada do século XX para XXI. Segundo um relatório datado do início da década de 1970 e anexado ao processo de tombamento do Arquivo Público,

---

[246] Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem do Governador Walter Só Jobim à Assembleia Legislativa, 1949.
Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

[247] Mensagem do Governador Walter Só Jobim à Assembleia Legislativa, 1950. Disponível no sítio Memória do Planejamento Estadual. https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084033-mensagem1950.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.
Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

[248] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0181, Processo administrativo 2585 / 1980.

a edificação foi sucessivamente ocupada por diferentes órgãos do Estado.[249] A dar crédito ao escrito no documento, o prédio abrigou sucessivamente a Comissão Estadual de Compras, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos – que havia pego fogo em novembro de 1951, ocupando o prédio no ano letivo seguinte –, a Escola Técnica de Comércio Protásio Alves e a Secretaria de Negócios da Administração, na sequência de sua criação, em 1958. A destinação, naquele momento, do prédio para outros órgãos deve estar vinculada à presença de direções fracas e/ou pouco interessadas na instituição. Em 1981, a Secretaria instalou-se definitivamente no Centro Administrativo Fernando Ferrari. Apesar de, naquele momento, ter ocorrido um despacho do governador Sinval Guazzelli estabelecendo o retorno do prédio ao Arquivo Público, por motivos desconhecidos acabou cedendo lugar à Junta Comercial em 1982.[250] Em 1978, chegaram a ser licitadas reformas para receber o APERS no prédio III diante da iminente saída da Secretaria da Administração, porém três empresas não apresentaram proposta e duas desistiram.[251] Teria o fracasso dessa iniciativa levado o Arquivo a permanecer ainda mais de vinte anos sem ocupar a sede para ele construída?

Imagem 37 – Edifício frontal do Arquivo Público durante o primeiro quartel do século XXI



Fonte: APERS. Disponível em: https://apers.rs.gov.br/galeria-de-imagem. Acesso em: 11 jun. 2024.

[249] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0184, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

[250] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0034, Histórico do Arquivo Público, 1999. APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0023, Processo administrativo 48096 / 1978. APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0181, ofícios SJ 100 / 1978 e 104 / 1978, 1978. Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Governador José Augusto Amaral de Souza, 1983. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084249-mensagem1983.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.
Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

[251] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0181, Processo administrativo 2825 / 1978.

CAPÍTULO VI

O grande cartório

6.1 As atividades cartoriais em perspectiva histórica

> Dentre as atribuições do Arquivo Público, ressaltam aquelas que dizem respeito à guarda e conservação dos documentos que emanam dos poderes do Estado e à extração de certidões referentes a essa documentação. No exercício em relato, foi realizada por aquele órgão a tarefa de racionalizar e reorganizar os serviços de arquivamento, o que possibilitou maior rendimento na extração de certidões.[252]
>
> Muitas pessoas vinham no atendimento com a informação, ah, "aqui é o cartório"? Por causa do grande volume de certidões de nascimento que a gente tem, que na época, quando eu entrei [1992], era o grande carro-chefe, assim, era o maior volume de trabalho, acho que o atendimento que o Arquivo tinha era certidão, e as pessoas vinham buscar as cópias então, ah, era bem comum isso "aqui é o cartório"?[253]

Durante muito tempo, a atividade cartorial foi reconhecida como o principal, se não único, serviço prestado pelo Arquivo Público à sociedade. Como exemplo, no primeiro trecho em epígrafe, de 1962, a preservação e mesmo as iniciativas de melhor organizar o acervo são colocadas em função da extração de certidões na mensagem do governador à Assembleia Legislativa. Por isso, a representação retrospectiva corrente na memória das servidoras e servidores é que a partir da década de 1930 o "palácio de papel", de uma peça fundamental do aparato castilhista borgista, de uma *jóia da coroa*, aos poucos transformou-se no "grande cartório", dedicado àquelas emissões, especialmente de nascimento, casamento e óbito, para os/as cidadãos/ãs interessados/as. Tal como nos capítulos anteriores, cabe apresentar o corpo documental contido na terceira seção conforme o regimento de 1913, cuja relação evidencia atividades que, na ocasião, não eram consideradas relevantes à construção do conhecimento, mas sim à emissão de documentação probatória para os interessados. Tal como no caso da documentação administrativa, à medida que eles "adquiriam" um caráter mais propriamente valorizado como histórico, costumavam ser levados ao MJC ou ao AHRS, a exemplo do item I – documentação sobre sesmarias.[254] É verdade, porém, que isso se deu a bem da preservação de documentos, que em meados do século estavam em difícil situação no APERS. Conforme a relação de documentos no regimento de 1913:

> À terceira seção compete a guarda e a catalogação dos documentos que lhe forem confiados, e especialmente dos seguintes:
>
> I – Antigas cartas de concessão e confirmação de sesmarias, relação dos processos de medição e demarcação de terras devolutas. Documentos de venda ou cessão das mesmas terras.
>
> II – Originais ou cópias autênticas dos processos de responsabilidade que forem instaurados contra o presidente do Estado, secretários do governo, deputados à Assembleia dos Representantes, juízes, promotores e desembargadores do Superior Tribunal, intendentes municipais e funcionários quaisquer.

---

[252] Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem à Assembléia Legislativa. Eng. Leonel Brizola, 1962, vol. 4.
Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

[253] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes para Rodrigo de Azevedo Weimer em 3 de abril de 2024.

[254] Esse corpo documental foi levado ao AHRS em 1972, quando Benjamin Arruda assumiu a direção do APERS. Ver anexo III.

> III – Originais ou cópias autênticas dos antigos processos de importância, mormente em matéria política, bem assim conselhos de guerra notáveis, antigos e modernos, contra oficiais da Brigada Militar do Estado.
>
> IV – Os autos de inquéritos ordenados pelas autoridades sobre movimentos políticos.
>
> V – Todos os autos findos de jurisdição contenciosa, bem como inventários, livros de notas, registros de testamentos, nascimentos, casamentos e óbitos.
>
> VI – Originais ou cópias autênticas dos processos políticos instaurados ou que forem instaurados.[255]

A importância da atividade cartorial tem sido colocada em um segundo plano na memória sobre a instituição, pois inevitavelmente é associada a um período em que o Arquivo Público esteve estagnado ou decadente. O diretor Clóvis Líbero Cardoso (1963-1964) apresentou em um relatório de início de mandato fotografias de uma situação calamitosa, quase como uma confissão da inviabilidade de gerir a instituição sem os recursos financeiros adequados (ver imagens 43 e 45). O referido diretor era de uma surpreendente sinceridade, reveladora sobre a insuficiência dos recursos humanos disponíveis à instituição, então relegada a um segundo plano. Voltaremos à questão:

> *Bisonho no exercício da função pública, de vez que a exercemos pela primeira vez* – isto porque fomos convocados pela direção do PSD para cooperar, neste setor, pois fôramos nomeado Assessor para o Palácio Piratini, dalí designado para direção do Arquivo Público do Estado –, não sentimos acanhamento em confessar que *não estávamos preparados para essa função*.[256]

É provável que a situação calamitosa fosse herdada de diretorias anteriores, porém sem a mesma transparência ao prestar contas ao governo estadual. Como um tempo que não deixou saudades, as atividades cartoriais muitas vezes aparecem na memória como um "bebê que se jogou fora junto com a água do banho". Quer dizer, a crítica à desorganização interna por vezes nos leva a desvalorizar a principal atividade desempenhada pelo Arquivo Público ao longo do século XX. Entretanto, a elaboração de séries, expressas nos gráficos deste capítulo, com o quantitativo de certidões emitidas e recolhimentos realizados nos séculos XX e XXI, permitiu aprofundar e observar a questão sob outros prismas. As fontes, critérios e procedimentos para a elaboração dos gráfico 10-12 e 14-15 estão esmiuçados no Anexo II.[257] Neste subcapítulo, cheguei a algumas conclusões, em alguns casos surpreendentes, sobre o papel cartorial do Arquivo Público. É necessário destacar que, até o surgimento da microfilmagem e da xerografia como métodos de copiar a documentação, as certidões eram reproduzidas por copistas que transcreviam a documenta-

[255] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, regulamentos de 1906 e 1913.

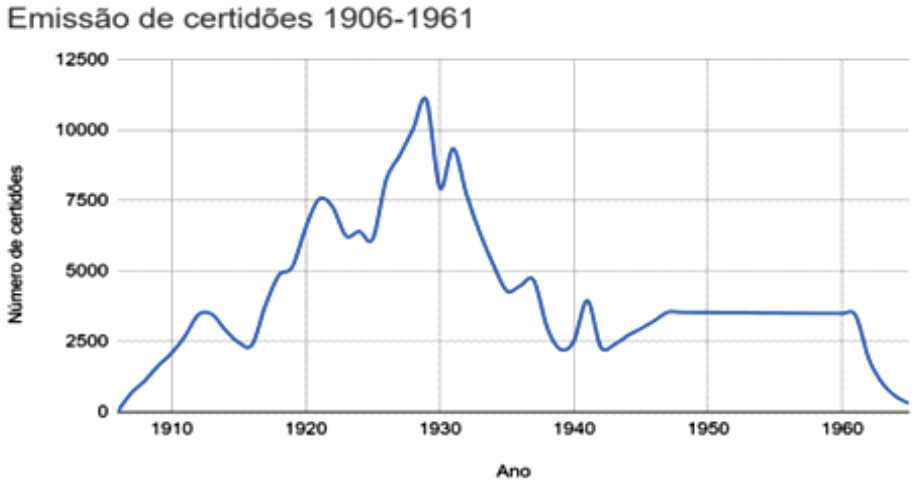
[256] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório de 1964. Grifos meus.

[257] Devido ao fato de ter sido construído a partir de algumas inferências, além dos dados quantitativos, é possível tomar os gráficos como parcialmente ficcionais, como aliás, tudo em história. Acredito, todavia, que tenha sido possível captar as tendências e variações gerais, ainda que o gráfico seja insensível a modulações mais miúdas naqueles casos em que deduziu-se progressões geométricas com taxas constantes. Da mesma forma, o gráfico 6.6, com a emissão de certidões proporcionalmente à população do Estado, foi realizado apenas para as décadas em que a maioria dos dados não resultaram de deduções. Os procedimentos metodológicos estão devidamente explicitados de forma detalhada no anexo II.

ção por rasas, ou linhas – por isso denominado rasistas. Isso fazia com que o corpo funcional fosse bastante numeroso, com muitas pessoas envolvidas na emissão de certidões manuscritas. A análise dos gráficos elaborados demonstra que:

a) Na Primeira República, as atividades cartoriais constituíam um serviço muito significativo, talvez, até mesmo, o principal, prestado pelo Arquivo Público à sociedade. Mesmo no período em que a valorizada documentação histórica ainda estava na instituição, a emissão de certidões foi uma atividade muito importante. Ainda que menos prestigiosa que a segunda seção e menos instrumental à administração pública do que a primeira, a terceira seção provavelmente foi a que teve maior peso social na Primeira República, situação que perdurou até o século XXI. Ou seja: foi obtendo cópias de seus registros de nascimento, casamento e óbito que parte da população estabeleceu seu contato com a instituição. Isso era claro para os contemporâneos: a mensagem de 1914 do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes indicou que a terceira seção "tem a seu cargo o arquivo judiciário, que constitui o serviço mais árduo e mais útil".[258] Os argumentos das Câmaras contrárias à criação do APRS, conforme visto no capítulo I, vinculavam-se ao acesso dos habitantes *das cidades* à documentação comprobatória de demandas privadas. Assim sendo, a valoração negativa do trabalho cartorial foi uma construção *a posteriori*, que se embasava em boa medida na decadência vivida pelo Arquivo Público em meados do século XX. Aliás, foi apenas na década de 2010 que se ultrapassou a quantidade de certidões anuais emitidas na antevéspera da Revolução de 1930. Todavia, proporcionalmente à população do Rio Grande do Sul, aquele cômputo nem de longe foi atingido novamente (conferir, adiante, gráfico 15).

Gráfico 10 – Emissão de certidões, 1906-1961



Fontes, dados brutos e metodologia: ver anexo II.

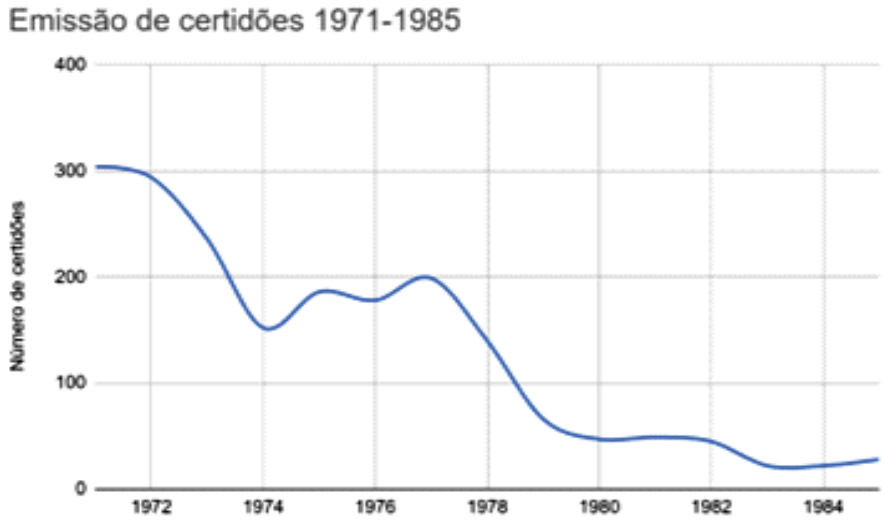
[258] HDBN, Mensagem do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes, 1914. Veremos adiante a inexistência, na ocasião, de uma distinção entre acervos judicial e de registro civil ou tabelionato.

b) Durante a década de 1930, o quantitativo foi decrescente, mas ainda se tratava de um número significativo, resultante, provavelmente, de uma continuidade da procura por certidões na década anterior. Quer dizer, ainda que minguante, o total da década ainda foi elevado, como latência do período anterior. Provavelmente o descenso vincula-se à perda, no pós-1930, da relevância que a instituição havia tido sob o castilhismo-borgismo;

c) Entre as décadas de 1940 e 1950 o número de certidões aparenta ser estável, mas mais baixo que o período anterior, pois foi um momento de relativa estagnação do Arquivo Público, iniciada, diziam alguns sucedâneos, na "Era Manoelito de Ornellas". É possível a existência, porém, de modificações na demanda por certidões decorrentes de eventuais alterações legais desde a revolução de 1930. Todavia, não foi possível apurá-las;

d) Percebe-se uma baixa relevante nos anos 1960. Trata-se de período em que houve sindicâncias e dois processos administrativos voltados à apuração de graves irregularidades procedimentais e problemas organizacionais, que certamente incidiram nas atividades cartoriais, como veremos no capítulo VII. São constantes os relatos de cidadãos que buscavam certidões e nisso eram frustrados. *Isso leva a um certo paradoxo: o período em que a instituição especializou-se na emissão de documentos comprobatórios coincidiu com o momento de resultados comparativamente medíocres nessa área*; ocorre que entre 1930 e 1989 a instituição não exercia mais parte das funções para que havia sido criado e ainda não tinha adquirido outras que assumiu posteriormente, no período da redemocratização pós-1985. São justamente, já foi comentado, as características desse período contraditório que levaram à desvalorização retrospectiva das atividades cartoriais;

Gráfico 11 – Emissão de certidões, 1971-1985



Fontes, dados brutos e metodologia: ver anexo II.

e) Nos anos 1970, houve um decréscimo significativo, porque a escala de realização do gráfico foi da ordem de dezenas, e não de dezenas de milhares, como anteriormente. Embora não seja visualmente muito claro, o decréscimo dá continuidade à diminuição dos anos 1960 – o fim "baixo" do gráfico 10 coincide com o início "alto" do 11, ou seja, cerca de três centenas. Mais do que uma baixa real, no entanto, a questão principal foi a adoção de um critério distinto no cômputo da documentação certificada – e foi isso que levou ao fracionamento em dois gráficos. Em paralelo ao limitado número de certidões, existiu um número abundante de cópias emitidas, sendo impossível a comparação porque a quantificação, no último caso, era feita por laudas e não por número de unidades documentais.[259] No próximo capítulo apresentarei uma hipótese explicativa do descompasso, que evidencia, em todo caso, um número médio elevado de laudas copiadas em cada certidão.

Gráfico 12 – Número de cópias fotográficas e xerográficas emitidas pelo Arquivo, 1971-1985



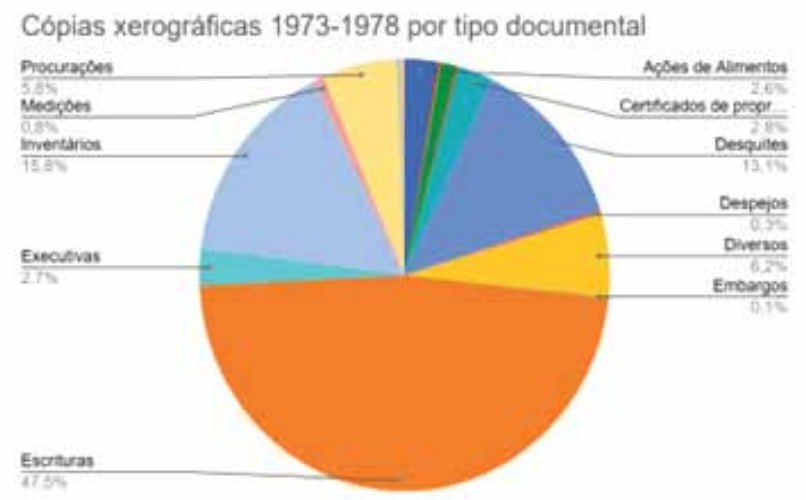
Fontes, dados brutos e metodologia: ver anexo II.

Quer dizer, a diminuição do agregado identificado como "certidões" não representava um decréscimo necessário das atividades cartoriais, porque elas continuaram sendo realizadas, apesar de seus resultados serem apresentados de outra forma. É impossível saber as dimensões dos documentos identificados como "certidões emitidas" e, assim, não há como, para efeitos de comparação, descobrir o número total de documentos a que se referiam aquelas dezenas de milhares de cópias. Dentre os tipos emitidos registrados como "fotocópias", naqueles anos, encontravam-se Ações de Alimentos, Acordos, Apela-

[259] Quer dizer, *uma* certidão de habilitação de casamento, por exemplo, contém *32* cópias.

ções, Certidões do registro civil, Certidões de casamento, Certificados de propriedades de veículos, Desquites, Despejos, Diversos, Embargos, Escrituras, Executivas, Inventários, Medições, Procurações, Sesmarias, Usucapião, Tutelas e Curatelas. Muitos desses documentos atingiam número significativo de páginas. Para o intervalo 1973 temos dados agregados que distribuem as cópias emitidas por tipo documental:

Gráfico 13 – Cópias xerográficas por tipos documentais emitidas pelo Arquivo entre 1973 e 1978



Fontes, dados brutos e metodologia: ver anexo II.

O gráfico 13 evidencia os tipos documentais que mais foram copiados em meados dos anos 1970. Surpreendentemente, houve pequena demanda por documentos do registro civil – talvez estejam nos agregados de "certidões" anteriormente mencionados –, predominando escrituras (praticamente metade das cópias), seguidas de inventários, desquites e procurações. O segundo e o terceiro tipos documentais fazem parte do acervo do Judiciário, e certamente estão inflados pelo número maior de páginas em cada documento, comparativamente às escrituras e procurações, do acervo do Tabelionato. Com poucas laudas, nesses últimos casos, o número de cópias certamente está mais próximo ao número total de documentos do que os demais. De qualquer modo, o agregado de dados evidencia que os cidadãos dirigiam-se ao Arquivo Público sobretudo em busca de subsídios para questões patrimoniais e/ou fundiárias. Ou, em alguns casos, por interesses escusos, como veremos no próximo capítulo.

A máquina de xerox era uma promessa desde 1972,[260] mas só foi introduzida no ano seguinte, ao menos de acordo com o relatório de 1973:

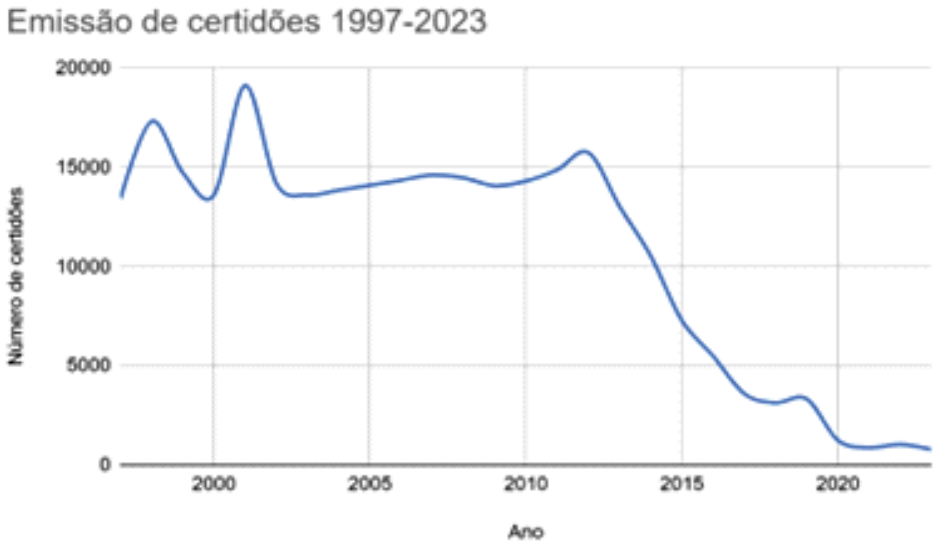
[260] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório de 1972.

Conforme havia sido programado, foi instalado, a partir de maio último, junto a Sala de Consultas desta repartição – uma máquina copiadora de xerox, que vem permitindo o fornecimento de fotocópias, autenticadas e identificadas, às partes interessadas no mesmo instante do pedido.

Esta inovação nos serviços a cargo do Arquivo Público, não obstante a sua simplicidade, pode ser considerada como uma das mais interessantes providências dos últimos tempos, dado o pronto atendimento aos pedidos de certidão de documentos originais em nosso poder, o que, antes era atendido com alguma demora, além da economia resultante em pessoal e material, em confronto com o sistema arcaico anteriormente em uso nesta casa.[261]

A microfilmagem, outrora panaceia, na qual gestões anteriores haviam feito grandes investimentos (ver capítulo X), tornava-se, rapidamente, arcaica, a ponto de se repensar a conveniência da manutenção do serviço, seja pela praticidade de sua substituição pelas cópias xerográficas, seja pela pequena disponibilidade de espaço físico.[262]

Gráfico 14 – Emissão de certidões, 1997-2023



Fontes, dados brutos e metodologia: ver anexo II.

f) A emissão de certidões disparou nos anos 1990, certamente como efeito da sua gratuidade a partir de meados da década: em 1994 a lei federal 8.935/1994[263] estabeleceu que elas não seriam cobradas para aqueles que fossem considerados “re-

[261] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0029, relatório de 1973.
[262] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0029, relatório de 1973.
[263] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8935.htm#:~:text=L8935&text=LEI%20N%C2%BA%208.935%2C%20DE%2018%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201994.&text=Art.%201%C2%BA%20Servi%C3%A7os%20notariais%20e,e%20efic%C3%A1cia%20dos%20atos%20jur%C3%ADdicos. Acesso em: 26 jul. 2024.

conhecidamente pobres"; no ano seguinte, a lei estadual 10.606/1995[264] estabeleceu um valor mínimo para as taxas estaduais. Como esse valor era superior à cobrança realizada pelas certidões no APERS, na prática estabeleceu-se a sua gratuidade para todas as pessoas. É claro que depois dessa alteração, o Arquivo Público passou a ser mantido exclusivamente por recursos governamentais. Essa transformação foi assim descrita pela ex-diretora, então servidora, Rosani Gorete Feron:

> Foi no governo Collares. Porque assim, eram centavos. Só que as pessoas tinham que ir no Banrisul, na época, não é que nem hoje. Eram filas e filas, as pessoas chiques passavam, sei lá, duas horas para pagar centavos. Aí o Estado tem, eu não me lembro assim, porque ele publica no início do ano, sempre um rol das taxas. Diário Oficial, as taxas que são cobradas pelo serviços do Estado. E eu não me lembro, o [ex-diretor] Rossato até pode falar se o Rossato fez uma interferência nisso, ou aquilo nasceu. Mas acho que o Rossato fez uma interferência, eu vou falar aqui um pouco do governo Rossato, mas o Rossato deu mais visibilidade pras certidões. Até então as certidões para o publico maior, elas não existiam. Não existiam. E quando o Rossato assumiu, ele viu ali, (...) tem um acervo aqui que pode ser útil. E aí começou a divulgar. E aí, claro, a gente aumentou o número de pessoas que vieram para pegar a segunda via. Aí se conseguiu, foi no governo Collares então que ficou gratuito (...). Todo ano o governo, acho que sempre no início ou final de ano. Acho que é final de ano, porque tudo que é imposto, taxa tem que ser no ano anterior, pra penhorar no seguinte. Eu acho que no final do ano, ali, eles publicam um rol e tudo que é caixa, identidade, o valor da identidade, todas as taxas que o Estado e sempre tava ali a taxinha, não como arquivo, mas ali tinha uma taxinha que era utilizada para esse fim. E depois então isso foi abolido, desde então passou a ser gratuito.[265]

É necessário assinalar, ainda, que, a partir das diretorias do período democrático posterior ao regime ditatorial de 1964, decaiu vertiginosamente o número de fotocópias integrais de documentos históricos. Isso se deve, em parte, a esforços das gestões para coibir o mau uso de certidões para fins ilícitos como grilagem de terras, que, veremos no capítulo 7, tornou-se prática comum nos anos de exceção. Se deve também a um esforço de anos de conscientização dos pesquisadores movido pelo corpo funcional, com a devida formação profissional a partir dos anos 1990, quanto aos malefícios da xerografia para a preservação do suporte papel.

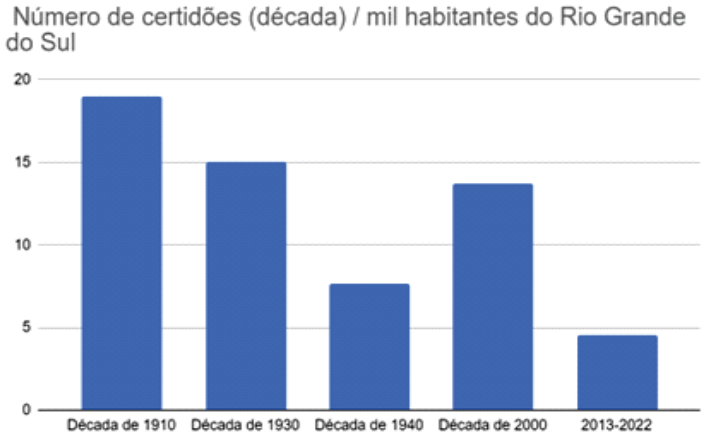
g) O quantitativo desabou na década de 2010, em virtude de o recolhimento da documentação do registro civil ter cessado em 1985. Para entender esse último caso vamos proceder a um raciocínio especulativo. Imaginemos um casal disposto a contrair matrimônio em 2014. Suponhamos que tivessem, digamos, 26 e 24 anos nossos jovens noivos. Ao se dirigirem ao Arquivo Público, em busca de suas certidões de nascimento para preparar a papelada para o casório, não encontrariam o que buscavam, haja vista seus nascimentos posteriores àquela data. O mesmo pode ser dito se pensarmos nas certidões de casamento ou óbito posteriores aos

[264] Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/m010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=11431&hTexto=&Hid_IDNorma=11431. Acesso em: 26 jul. 2024.
[265] Entrevista concedida por Rosani Goreti Feron para Rodrigo de Azevedo Weimer, 16 de abril de 2024.

meados dos anos 1980. A queda da demanda está ligada ao "envelhecimento do acervo", portanto, envelhecimento do seu público. A perspectiva é de cada vez maior diminuição de demandantes de documentação probatória do registro civil, que progressivamente atenderá um número crescente de pesquisas genealógicas – portanto, com menor volume que as probatórias. O mesmo pode ser dito da documentação de tabelionato, também recolhida até 1985, já que quanto mais antigas as transações, menor interesse utilitário potencial podem ter. Além disso, no período, as certidões emitidas pela instituição perderam a fé pública, tendo efeito oficial apenas aquelas emitidas em cartórios, o que também deve ter contribuído para uma diminuição na procura.

Além desse procedimento, também foi calculada a proporção entre o número de certidões emitidas e a população do Estado, em milhares, nas décadas inicial e final da história da instituição. O número absoluto pode ser mais esclarecedor se sua representatividade for confrontada diante do conjunto da população. Ou seja: mais importante do que o montante total de emissões é saber sua proporção em relação ao conjunto da população do Estado. Essa proporção, assim, pode ser tomada, ainda que com imperfeições, como um indicador sobre o enraizamento social do Arquivo Público, na medida em que expressa o alcance do acesso da população ao serviço mais demandado pelos cidadãos médios. Apenas no século XXI, com a variedade e reorientação das atividades tomadas pela instituição, a validade desse índice tornou-se mais questionável, isto é, o APERS diversificou os serviços por ele prestados à sociedade e ao Estado.

Gráfico 15 – Proporção entre número de certidões e a população rio-grandense (‰)



Fontes: Dados brutos e metodologia: ver anexo II.

Tomando essas taxas, então, nos períodos em que foi possível realizar esse cômputo de uma forma um pouco mais segura, é notável que o ápice da proporção foi a Primeira República, decaindo nas décadas seguintes. No período de redemocratização, houve a

gestão de Carlos Aléssio Rossatto (1987-1991) cuja administração, veremos, imprimiu uma série de inovações no Arquivo Público que, sem exageros, definiram as linhas gerais da instituição até os dias de hoje. Cresceu, em seguida, novamente, a representatividade social na busca por certidões, decaindo em seguida apenas pelo já mencionado "envelhecimento do acervo". A partir do período em que o Arquivo Público assumiu encargos de uma arquivística profissional, empenhando-se na orientação à gestão documental estadual e na realização de atividades científicas, culturais e educacionais, a proporção de certidões emitidas deixou de ser o principal indicativo apropriado para avaliação do peso social da instituição, já que ela deixou de ser considerada um "grande cartório". Porém, como visto, o envelhecimento do acervo tornou menos abrangente o alcance social daquele serviço em específico.

6.2 Recolhimentos do século XX

No mesmo mês de criação do Arquivo Público, menos de três semanas após, o Secretário do Interior dirigiu aos juízes de comarca e distritais a seguinte circular:

> Tendo sido criada a repartição do Arquivo Público por decreto de 8 do corrente, recomendo-vos, de ordem do dr. presidente do Estado, a expedição de terminantes ordens para que os serventuários de justiça da sede desse município remetam, com urgência, a esta secretaria, depois de inventariados, os documentos especificados no art. 3º, [inciso] n. 32, do regulamento que baixou com o citado decreto. São eles: todos os autos findos de jurisdição contenciosa, bem como inventários, livros de notas, registros de testamentos, nascimentos, óbitos e casamentos – Saúde e fraternidade. – *Protásio Alves*[266]

A determinação já constava no regimento de 1906, aprovado no mesmo 8 de março de criação da Arquivo Público, Estatística e Biblioteca, no inciso XXXII do artigo 3º, ou seja, aquele que definiu as atribuições da primeira seção da recém criada instituição. Versava o diploma que deveriam ser recolhidos: "XXXII – Todos os autos findos de jurisdição contenciosa, bem como inventários, livros de notas, registros de testamentos, nascimentos, óbitos, e casamentos". Essas atribuições foram reiteradas nos regulamentos de 1913 (artigo 5º, inciso V), de 1927 (artigo 7º, inciso V), e no projeto de 1937 (artigo 17º, inciso I).[267]

Em seu relatório a Protásio Alves, no ano seguinte, o diretor Carlos Emílio Haag relatou:

> Metodicamente está sendo organizado o arquivo judiciário. Já foram arrecadados os de 58 cartórios, parte dos das Secretarias de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, das Obras Públicas e da intendência de Rio Grande. Todos estes papéis estão cuidadosamente classificados, o que permite a fácil busca e pronta entrega de certidões. Apraz-me consignar que este serviço é atendido com a máxima solicitude, a contento das partes, que hoje reconhecem a utilidade e vantagens da criação do Arquivo Público.[268]

---

[266] HDBN, *A Federação*, 27/3/1906.
[267] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036. Regulamentos de 1913 e 1927 e projeto de 1937.
[268] AHRS, Relatórios da Secretaria de Interior e Exterior, códice SIE 03-16, Relatório de 1907.

Nos relatórios da Secretaria de Interior e Exterior à Assembleia dos Representantes, foi possível acompanhar sua rápida realização.[269] Dizia o relatório de 1907 “A pouco e pouco são recebidos os arquivos judiciários, estando já recolhidos os de 58 cartórios, bem como parte das Secretarias de Estado”.[270] Entre 1909 e 1910, além da documentação executiva referida na citação, foram coletados para ao Arquivo Público papéis referentes às seções 1 e 2, como aqueles da Inspetoria Fiscal de Repressão ao Contrabando, e “documentos manuscritos que faziam parte de uma seção do Museu do Estado”. Há registros mais sistemáticos sobre os recolhimentos para a terceira seção. Em 1907, 58 cartórios de 11 municípios do estado já haviam atendido à circular de Protásio Alves.[271] Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande e São Leopoldo foram as que fizeram recolhimentos mais completos. Em 1920, fim do período em que os dados de recolhimentos puderam ser consultados nos relatórios dos Presidentes do Estado, todos os municípios – a documentação era enviada pelos juízes distritais, vinculados a municípios, e disso advém o fato de o acervo judicial ser organizado, até recentemente, por municípios e não comarcas – do Rio Grande do Sul já haviam remetido autos ao Arquivo Público. Pode-se ter um retrato dessa situação a partir dos gráficos abaixo, que permitem acompanhar a evolução de 11 para 68 municípios remetentes e de 55 para 590 cartórios entre 1907 e 1920. É notável que os recolhimentos foram mais intensos nos anos imediatamente subsequentes à criação da instituição, adquirindo maior estabilidade posteriormente.

Gráfico 16 – Quantitativo de municípios que recolheram documentos, 1907-1920



Fonte: AHRS, Relatórios do Presidente do Estado, 1907-1920.[272]

[269] AHRS, Relatórios da Secretaria de Interior e Exterior, códices SIE 03-15 a SIE 03-48. Relatórios de 1907 a 1930.
[270] HDBN, Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes pelo Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros, 20 de setembro de 1907.
[271] Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias, Lavras, Palmeira, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí.
[272] Os anos de 1908, 1914 e 1918 faltam na coleção ou neles não consta a informação, de modo que foi repetido o quantitativo do ano anterior.

Gráfico 17 – Quantitativo de cartórios que recolheram documentos, 1907-1920



Fonte: AHRS, Relatórios do Presidente do Estado, 1907-1920.

Um dado surpreendente é que os municípios que haviam se oposto à criação do Arquivo Público em geral não recolheram mais tardiamente em relação aos demais. Pelo contrário, em média os recolhimentos foram mais acelerados: a média geral para o início dos recolhimentos foi de 4,54 anos depois da criação, em 1906; no caso dos municípios "rebeldes", esse tempo médio foi ligeiramente inferior: 4,33 anos. Isso indica que os municípios foram rapidamente "enquadrados" pelo regime castilhista-borgista para enviar documentos o quanto antes e demonstrar sua obediência ao mandatário. Lavras e Rio Pardo, por exemplo, iniciaram seus recolhimentos ainda em 1906. De Lavras, aliás, é uma das guias de remessa mais antigas encontradas, de 28/3/1906.[273]

As guias, de remessa ou de recebimento, são documentos que registram, respectivamente, o envio de documentos ao Arquivo Público, ou espécies de recibos de sua entrada na instituição. São documentos fundamentais no funcionamento de órgãos arquivísticos porque mantêm o registro do acervo existente. As primeiras são firmadas no momento de saída de determinado cartório ou outras instituições e as segundas, quando os documentos passam a ser custodiados pelo APERS.

O município de Soledade, outro em que a Câmara Municipal foi oponente à criação do Arquivo Público, entretanto, só iniciou a recolher em 1919. Por outro lado, alguns municípios que não enviaram petições em 1906 também foram morosos no início dos recolhimentos, como Santo Ângelo, Piratini, Guaporé, Alfredo Chaves e Bom Jesus (demorou cada, 13 anos); Lagoa Vermelha e Passo Fundo (10 anos); Cacimbinhas (9 anos). Difícil

[273] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0094. Guia de recolhimento de Lavras, 28/3/1906. O outro recolhimento antigo é de Porto Alegre, de mesma data.

saber se essas demoras se deviam a uma resistência efetiva em fazer cumprir a circular de Protásio Alves, negligência por não se considerar o envio importante, dificuldades de transporte, ou um pouco de tudo isso. Em todos eles, de qualquer forma, parecia não haver uma preocupação central das municipalidades.

Observando a um prazo mais longo, percebe-se que o Arquivo iniciou recolhendo muitos documentos em seus primeiros anos, para as proporções de então, decaindo o quantitativo até 1920, quando foi em um crescendo, com oscilações, ao longo do século XX, sofrendo uma brusca queda a partir da década de 1980. É claro que, veremos no subcapítulo 6.4, houve variações ao longo do tempo sobre o *tipo de recolhimento realizado*, concentrando-se em meados do século na documentação cartorial para a qual o Arquivo estava direcionado naquele momento. Quer dizer, a estagnação institucional não implicou em uma paralisia das atividades de recolhimento, uma vez que delas dependia parte importante da renda para funcionamento da instituição, como será visto no subcapítulo 6.5.

Gráfico 18 – Total de guias de recolhimento por quinquênio no século XX



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixas 57001.0076-57001.0178. Guias de recolhimento.

Outra característica importante desses primeiros recolhimentos é que a documentação hoje classificada como judiciário, tabelionatos e registro civil, e mesmo, eventualmente, do executivo, era trazida conjuntamente ao Arquivo Público, e são abundantes as evidências nesse sentido. Por exemplo: em 1919, foram recolhidos os documentos da Provedoria de Rio Pardo *menos o registro civil*;[274] quer dizer, documentos hoje considerados

[274] AHRS, Relatório da Secretaria de Interior e Exterior, códice SIE 03-32, Relatório de 1919.

pertencentes a acervos diferentes tinham na ocasião o mesmo cartório de origem. Nas listagens de recolhimento apresentadas nos relatórios da Secretaria do Interior e Exterior, cartórios de notariado ou judiciais, registro civil são listados conjunta e indistintamente. Por exemplo: em 1907, de Rio Grande, recolheram-se documentos do 1º e 2º notariados; 1º e 2º cartórios de civil e crime; 1ª escrivania de órfãos, acumulando Provedoria, e 2ª escrivania de órfãos, acumulando a de ausentes; cartório do Júri e execuções criminais; cartório do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos; cartório do escrivão do 3º distrito. Ou seja: documentação hoje considerada, na distribuição do acervo, judicial civil, judicial criminal, extrajudicial do tabelionato e do registro civil.[275] Todos eram coletados sob o mesmo estatuto e relacionados juntos nos relatórios presidenciais.

Qualquer passada de olhos rápida pelas guias de recolhimento também evidencia que não havia a distinção presentemente existente. Tomando, aleatoriamente, uma remessa de São Leopoldo, vemos em um mesmo documento de 17/9/1907 uma listagem heterogênea que incluía termos de declaração de estrangeiros, termos de bem viver, protocolos da subdelegacia de polícia, autos [provavelmente criminais], inquéritos e corpos de delito, alistamento de votantes, protocolos de juízo distrital, conciliações no juiz de paz, autos e ações sumárias, registros de casamento e nascimentos, notas, procurações, habilitações de casamento e transmissões de propriedades e escrituras públicas![276] Outra, igualmente aleatória, de Encruzilhada, de 28/12/1922, agregava juntos pagamentos de impostos de escrituras lavradas, protocolos de audiência, termos de nascimentos, notas, inventários, habilitações para casamentos, impostos de transmissão de propriedades, dentre outros.[277] Outra, de Guaporé, de 3/8/1922, apresentava conjuntamente, registros de procurações, notas, autos de pobreza, arrolamentos, petições ao juiz distrital, autos de casamentos, editais de proclamas de casamentos, procurações, conhecimentos de transmissão de propriedades.[278] Outra, de Caçapava do Sul, trazia habilitações de casamento, testamentos, cartas testamentárias, inventários, arbitramento de vintenas, justificações, livros de casamentos, óbitos e nascimentos, editais de casamentos.[279] Poderíamos ir longe com exemplos aleatórios, mas o que cumpre destacar é a diversidade de tipos documentais incluídos em cada recolhimento. A divisão arquivística em acervos é posterior ao recolhimento a Porto Alegre, mediante critérios que estão longe de ser naturais.

Ao classificar os tipos documentais presentes em cada guia de acordo com os acervos atuais, no segundo banco de dados realizado (ver subcapítulo 6.4), foram recorrentes situações em que se encontravam juntos documentos do Judiciário e do registro civil (sobretudo em cartórios de órfãos ou de provedoria), ou eleitorais e de tabelionato, ou mesmo

[275] AHRS, Relatório da Secretaria de Interior e Exterior, 1907, códice SIE 03-15.
[276] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0165. Guia de recolhimento de São Leopoldo, 17/9/1907.
[277] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0084. Guia de recolhimento de Encruzilhada, 28/12/1922.
[278] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0088. Guia de recolhimento de Guaporé de 3/8/1922.
[279] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0079. Guia de recolhimento de Caçapava do Sul de 8/10/1907.

de três ou quatro acervos diferentes na mesma remessa. O mais comum, particularmente, era os de registro civil e tabelionato virem juntos (de 786 recolhimentos “mistos”, 346, isto é, quase metade, agregavam envios apenas desses dois últimos conjuntamente). Há que destacar, ainda, que esses recolhimentos diversos ocorreram sobretudo na Primeira República, decaindo aos poucos até o início dos anos 1950. Depois disso as remessas ocorreram de forma mais específica, o que certamente está relacionado às disposições dos regimentos de 1956 e 1958, que pela primeira vez especificaram tabelionatos e cartórios de registro civil como compartimentação distinta da judicial.

Gráfico 19 – Proporção de recolhimentos com documentos de mais de um acervo (1906-2000)



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixas 57001.0076-57001.0178. Guias de recolhimento.

Portanto, mesmo que pudéssemos nos estender com mais exemplos, *é fundamental entender que esses documentos não “vieram misturados”*. Pelo contrário, *eles não correspondiam a classificações hoje adotadas na instituição, mas que são construções posteriores*. Por exemplo, a distinção entre um acervo judicial e outro extrajudicial (hoje, registro civil e tabelionato), com essa denominação, aparece apenas no regimento de 1974. Sob outro título, o regimento de 1958 diferenciava o “judicial” dos “tabelionatos e cartórios”, conforme visto. Uma proposta regimental de 1937, assim como os regimentos de 1927 e 1928, dividiam o acervo em “judicial”, “administrativo” e “registro civil”, não ficando muito claro onde entraria a documentação notarial. O regimento de 1956 pode sugerir uma pista sobre essa questão, já que neste ano os “livros e autos” estavam em uma seção de “Processos Judiciários” que deveria incluir os Tabelionatos. O regimento de 1913 contemplava

toda documentação cartorial e judicial na terceira seção, inclusive tabelionatos e registro civil.[280] Essa "arqueologia" das diferentes "camadas" regimentais da instituição permite perceber que os critérios classificatórios foram dinâmicos e historicamente variáveis – portanto, não evidentes, óbvios ou naturais, e muito menos correspondiam aos atuais –, e que isso acompanhou uma maior especialização dos recolhimentos.

Há uma aparente inconsistência: o acervo do Judiciário, reconhecidamente, é o que ocupa um volume documental mais substantivo no Arquivo Público. Ocorre que as descrições dos processos judiciais nas guias são muito menos detalhadas do que aquelas do Tabelionato ou do Registro Civil: enquanto estes costumavam ser especificados livro a livro, aqueles recebiam qualificações muito gerais; por exemplo, "334 processos entre 1854 e 1909", em uma guia de 9/10/1913 de Pinheiro Machado[281] ou "814 processos entre 1931 e 1950", em outra de 14/12/1951 de Erechim.[282] Assim sendo, ainda que tenham sido projetados esses dados em gráficos de diferentes naturezas, nunca se pode esquecer que há algo de inexato neles, seja pela falta de uniformidade das unidades de quantificação dos documentos – maços, talões, livros, avulsos, etc. – seja pela heterogeneidade do quantitativo de documentos recolhidos em cada guia e de sua forma de descrição, que parecem ter obedecido a critérios arbitrários estabelecidos pelos remetentes locais. Uma guia podia registrar, de uma só vez, um elevadíssimo número de documentos do Judiciário ao passo que outras podiam trazer minuciosas relações daqueles do Registro Civil. Por outro lado, a metragem linear, medida arquivística adequada para expressar volume documental, é de impossível apreensão por meio das guias conservadas. Feitas essas advertências, alguns resultados aqui atingidos são eloquentes, a partir do indício possível e disponível, o número de guias.

6.3 Classificando a terceira seção: entre a cama de Procrustes e a lista de Jorge Luis Borges

> **Procrustes** (G. *Prokrustes*). Apelido do bandido chamado Damastes ou Polpipêmon, que assaltava os viajantes na estrada entre Mêgara e Atenas. Procrustes obrigava os viajantes altos a deitarem-se num leito menor que eles e, os baixos num leito maior, cortando as pernas dos primeiros e puxando violentamente os pés dos segundos para ajustá-los às camas. Procrustes foi morto por Teseu (v.) (Kury, 1990, p. 339).
>
> Essas ambiguidades, redundâncias e deficiências lembram as que o dr. Franz Kuhn atribui a certa enciclopédia chinesa intitulada *Empório celestial de conhecimentos benévolos*. Em suas remotas páginas está escrito que os animais se dividem em a) pertencentes ao Imperador, b) embalsamados, c) amestrados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cachorros soltos, h) incluídos nesta classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabam de quebrar o jarrão, n) que de longe parecem moscas. (Borges, 2007, p. 124).

[280] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, Regimentos de 1913, 1927, 1928, 1937, 1956, 1958 e 1974, caixa 57001.0036.
[281] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0098. Guia de recolhimento de Pinheiro Machado, 9/10/1913.
[282] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0085. Guia de recolhimento de Erechim, 14/12/1951.

Classificar os documentos da terceira seção não foi uma tarefa fácil para os arquivistas do passado, inclusive pela ausência de uma formação técnica que os habilitassem para tal. Eles frequentemente se viram diante de um dilema aparentemente insolúvel, cuja ilustração tomo à mitologia grega e à literatura. Tratava-se de, por um lado, de adaptar a documentação de outros períodos históricos às categorias documentais do início do século XX – "procrustianamente" cortando ou puxando pés sobre um formato pré-definido e rígido, de forma arbitrária e pouco adequada aos critérios originais ou, por outro lado, contemplar a documentação a partir de uma listagem de critérios heterogêneos e às vezes um pouco absurdos, tal como na listagem da "enciclopédia chinesa" de Jorge Luis Borges.

Alguns regulamentos estabeleceram determinações minuciosas e precisas sobre a forma como esses documentos deveriam ser organizados. Rezava o artigo 7º do regimento de 1913, reiterado no artigo 10º do regimento de 1927:

> Os documentos sob a guarda da terceira seção, serão discriminados cronologicamente obedecendo à seguinte divisão:
> I – Processos cíveis e comerciais.
> II – Processos crimes.
> § 1º – A primeira divisão subdivide-se:
> I – Ações ordinárias.
> II – Ações sumárias.
> III – Processos sumários especiais:
> ações possessórias,
> nunciação de obra nova,
> ações de depósitos,
> remissões e execuções de penhor,
> ações de despejo,
> protestos,
> depósitos em pagamento,
> sequestros,
> exibições,
> vendas judiciais,
> ações de alimentos,
> habilitações,
> justificações,
> IV – Processos sumaríssimos especiais:
> divórcio amigável,
> autos reformados,
> desapropriações.
> V – Execuções e incidentes (anteriores ao Código do Processo).
> VI – Liquidações:
> liquidação,
> liquidação de sociedade,
> falências,
> contratos comerciais,
> distratos comerciais,
> registros de firmas,
> registros de marcas.
> VII – Inventários e arrolamentos.
> VIII – Remoções de tutores, curadores e testamenteiros.
> IX – Interdições.

X – Arrecadação de heranças.
XI – Habilitações avulsas.
XII – Prestações de contas.
XIII – Emancipações e suplementos de idade.
XIV – Provedoria.
XV – Casamentos.
XVI – Nascimentos e óbitos.
XVII – Contratos e atos unilaterais.
XVIII – Registros Torrens.
XIX – Concessões de sesmarias.
XX – Ações de demarcação e divisão.[283]

O regimento de 1928 especificou também a subdivisão dos processos criminais, conforme os ritos judiciais de sua execução, tal como prevista em 1898:

Os processos crimes serão subdivididos em:
I – Processos ordinários comuns.
II – Processos sumários.
III – Processos sumários especiais.
IV – Processos sumaríssimos.

Ocorre, entretanto, que os ritos elencados – e, ao enumerar ritos, especificaram-se tipos documentais – correspondiam, em linhas gerais, àqueles do Código de Processo Penal de 1898 e do Código de Processo Civil e Comercial de 1908, este último estabelecido poucos anos depois da criação do Arquivo Público.[284] O próprio inciso V do parágrafo 1º do regimento de 1913 deixa claro, ao prever "incidentes anteriores ao Código", que a matriz classificatória deveria ser tomada àquele diploma. Como inserir, todavia, a estrutura penal do período colonial (por exemplo), cujos documentos eram divididos em "autos de devassa", "autos de querela" e "autos crimes de livramento" na estrutura quadripartite da Primeira República rio-grandense? Trata-se de legislação específica do Rio Grande do Sul, durante um período em que os Estados adquiriram larga autonomia em relação à Presidência, inclusive no que diz respeito à elaboração de códigos legais. Que sentido havia em formatar de forma artificial a estrutura criminal do Império Português conforme critérios regionais do século XX? Ou inserir os tipos judiciais das Ordenações Filipinas no código de 1908?

É compreensível que os integrantes do PRR, que atribuíam a si um purismo e um exclusivismo republicano, pretendessem que suas regras classificatórias tivessem uma validade mais ampla. Com a crítica realizada não se pretende desvalorizar seu trabalho ou o dos servidores de então, e nem desconsiderar que eles trabalharam com a mentalidade plausível em seu tempo, como colocaria Febvre (2009). Entretanto, é fato que houve uma

[283] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0036, Regimentos de 1913 e 1927.
[284] Ambos documentos foram consultados na Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS. RIO GRANDE DO SUL, Lei n. 24 de 15 de agosto de 1898. Decreta e promulga o Código do Processo Penal. RIO GRANDE DO SUL, Lei n. 65 de 15 de janeiro de 1908. Decreta e promulga o Código do Processo Civil e Comercial.

adaptação artificiosa – os tais “incidentes anteriores” não passam de uma exceção generalizante, que não se expressavam na classificação adotada nos fichários – dos tipos documentais da Colônia e do Império àqueles da República que, uma vez mais, aparecia como um *telos* da história. Aquelas práticas classificatórias, no pólo “procrustiano” do dilema apresentado, criaram questões com as quais se tem de lidar até hoje, como, por exemplo, a classificação de processos conforme ritos judiciais a partir de sua mescla, criando uma equivalência falsa entre os tipos de ação e as formas processuais pelas quais eram realizados. Mais: a classificação “sumária” às vezes junta processos civis e criminais. O mesmo pode ser dito de “ordinária”.

Imagem 38 – Man being tortured on a rack



Fonte: Illustration from *The National and Domestic History of England* (1867) by William Hickman Smith Aubrey. The British Library (Public domain). Disponível em: https://www.britannica.com/technology/rack-torture-instrument. Acesso em: 18 jan. 2024.

[285] Em geral, na medida em que as comarcas são indexadas no computador, as gavetas são eliminadas.

As classificações documentais eram dispostas em fichas, guardadas em gavetas – algumas das quais preservadas por critérios de amostragem –[285] onde constavam informações como o tipo da ação, nome do autor e do réu, número do processo, maço e estante onde se localizavam e, ainda, o nome do cartório e município de origem do documento. A forma de organização da maior parte das gavetas era variável e um tanto complexa. Algumas vezes havia divisão e ordenação dos processos conforme a letra inicial do prenome da parte autora; depois, divisão por décadas dispostas cronologicamente; por fim, ordem alfabética dos prenomes. Quer dizer, por exemplo: todos os autores começados em M, depois distribuição por décadas (1810, 1820, 1830, etc.), e dentro de cada uma delas, alfabeticamente (Manoel, Maria, Miguel, etc.) Todos os tipos documentais, uma vez obedecida essa distribuição, ficavam misturados. Em outras, o critério de distribuição passava da inicial do sobrenome à ordem cronológica conforme divisão por tipos documentais. Quer dizer, selecionavam-se, por exemplo, todas as ações possessórias, distribuíam-se-as cronologicamente, e dentre essas, alfabeticamente conforme o nome da parte, quando havia mais de um processo do mesmo ano de classificação. Infelizmente, a maior parte das gavetas onde essas fichas eram depositadas foi eliminada, o que impossibilita conhecer de forma mais aprofundada de que forma e sob quais critérios, no passado, os "arquivistas intuitivos" da instituição classificaram os documentos.

A parte preservada obedeceu a um critério de amostragem. Impossível saber quantas das gavetas originalmente existentes foram fiéis às determinações de 1913, mas o caso de Pelotas evidencia um dos primeiros conjuntos de documentos recolhidos e que procurou obedecer as divisões regimentais nas gavetas sobreviventes. Por exemplo, as fichas da gaveta 147,[286] manuscritas a partir de campos impressos, traziam documentos até a década de 1950 e congregavam os seguintes tipos documentais: falências, ordinárias, liquidações, possessórias, execuções, sumárias; todos eles pertencentes aos corpos documentais relatados em 1913 e nos regimentos da década de 1920. A documentação dos períodos colonial e imperial também foi assim distribuída, conforme critérios, vimos, um tanto artificiais. Entretanto, mesmo nesse caso havia tipos documentais que não se adequavam à classificação proposta, havendo, para casos omissos, a classificação "diversos". Aqui segue pairando a dúvida sobre o caráter civil ou penal das "sumárias" e "ordinárias", no caso de cartórios que atendiam a demandas de ambas ordens, como o de Cível e Crime.

[286] APERS, Sala de Pesquisa, gaveta 147 do fichário.

Imagem 39 – Fichas da gaveta 147 de Pelotas



Fonte: APERS, Sala de Pesquisa, gaveta 147 do fichário, Pelotas.[287]

Assim, a organização “procrustiana” do acervo cedo se demonstrou inadequada. Fez-se necessário ampliar o escopo classificatório. Entretanto, a resposta à disposição assim realizada foi “borgiana” – do escritor argentino, não do ditador rio-grandense –, ou seja, conforme critérios sem paralelismo entre si. Uma gaveta de São Sepé juntava definições precisas e imprecisas, previstas ou não regimentalmente. Arrecadações, curatelas,

[287] A presença de uma ficha de Rio Grande dentre aquelas de Pelotas deve-se, provavelmente, ao fato daquela cidade ser um termo da vila portuária durante a maior parte do século XIX.

despejos, executivas, justificações, ordinárias, possessórias, sumárias, tutelas, prestações de contas, liquidações, depósitos, protestos, sequestros efetivamente organizavam-se na forma prevista. Outros tipos documentais, inclusive alguns carros-chefe da documentação judicial hoje custodiada, como medições e testamentos não eram constantes naquela lista de 1913, por exemplo, mas constam na classificação de época. É o mesmo caso de outros tantos: alvarás, arbitramento, entregas de bens, doações, decendiárias. Há no fichário livros diversos, que pertencem hoje ao tabelionato e ainda documentos que não são autos judiciais, como portarias de nomeação e protocolos de audiência – esses últimos, é bem verdade, inclusos mais recentemente.[288]

Imagem 40 – Tipos documentais da gaveta 149 de São Sepé

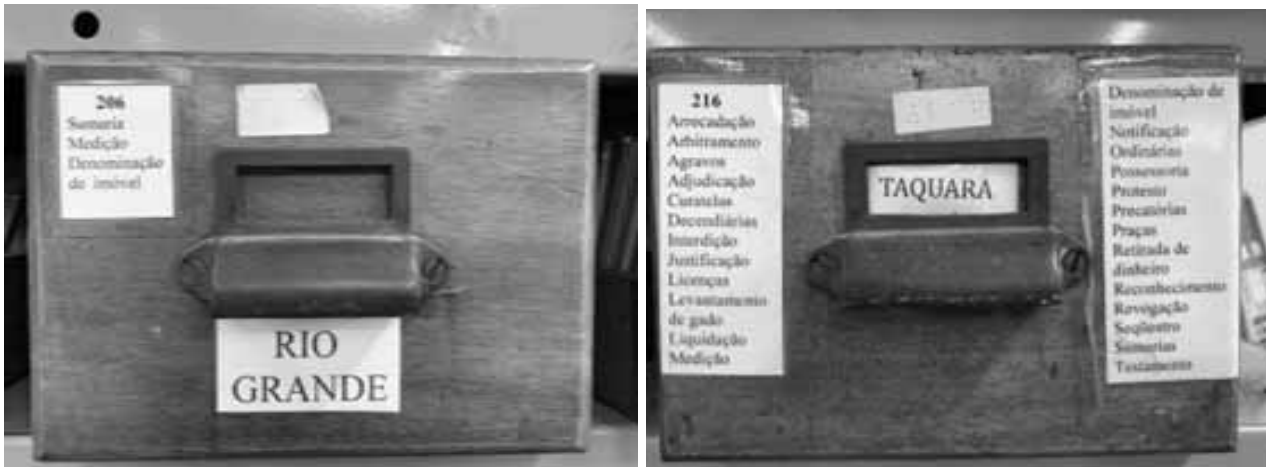


Fonte: APERS, Sala de Pesquisa, gaveta 149 do fichário.

Em mais de um município – por exemplo, Rio Grande e Taquara – há os curiosos autos, hoje classificados como medições, com a denominação de "denominação de imóveis", certamente uma designação inusitada.

[288] Trata-se de documentos judiciais, mas não processos.

Imagens 41 e 42 – Gavetas 206 e 216 do fichário, Rio Grande e Taquara



Fonte: APERS, Sala de Pesquisa, gaveta 206 e 216 do fichário.

É forçoso admitir ser um dilema arquivístico de difícil solução a opção entre uma classificação rigorosa, mas com o risco de não dar conta da pluralidade de documentos ou, pelo contrário, uma classificação mais diversa porém com uma flexibilidade demasiadamente grande de formas de categorização, por vezes vencendo critérios lógicos e correndo o risco de cair no estapafúrdio. Desprovidos – e não poderiam estar providos – do aparato técnico da arquivologia contemporânea, tateou-se, de forma bipolar, entre dois extremos.

6.4 O que deve um arquivo recolher?

Para responder à questão que intitula este subcapítulo, procederam-se dois bancos de dados: uma análise guia a guia de 23 caixas (22% do total), com uma entrada por cada tipo documental relacionado no interior daquelas, classificados como hoje estão,[289] e outro uma entrada por cada guia, tomando como base os dossiês cadastrados no sistema AAP, do conjunto de 103 caixas com guias de recolhimento. No primeiro caso, as entradas são por tipos em cada recolhimento e não a partir do volume documental: as guias são muito heterogêneas – os recolhimentos podem ser descritos por “maços”, “processos”, “livros”, “cadernos”, “talões”, etc. A primeira coisa que salta aos olhos é a imensa predominância, nos recolhimentos, do que hoje denominamos registro civil:

[289] Caixas APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixas 57001.0076-57001.0094; 57001.0097; 57001.0098; 57001.0131; 57001.0165, Guias de Recolhimento, totalizando 10.387 entradas por tipo documental distribuídos nas 3.750 guias de recolhimento. Não há problema do levantamento ser sequencial e depois haver quatro caixas diferentes, porque o levantamento é alfabético por município, e não cronológico. Sendo assim, os diferentes períodos históricos são abarcados, e o escopo de cada caixa é igualmente aleatório. Assim, não há qualquer razão possível para diferentes municípios terem utilizado critérios diferentes nos recolhimentos; pelo contrário, as guias são muito heterogêneas em todos os casos. Os municípios abarcados são: Alfredo Chaves; Alegrete; Antônio Prado; Arroio Grande; Arvorezinha; Augusto Pestana; Bagé;

Tabela 3 – Acervos documentais em 3.750 guias de recolhimento

	Registro Civil	Judiciário	Tabelionato	Executivo	Documentação eleitoral	Legislativo	Não identificado	Total de entradas por tipo documental
Total	4497	2714	2260	82	277	0	154	9984
%	45,0	27,2	22,6	0,8	2,8	0	1,5	100,0

Fonte: Caixas APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixas 57001.0076-57001.0094; 57001.0097; 57001.0098; 57001.0131; 57001.0165, Guias de Recolhimento.[290]

Para fins de melhor visualização, os dados podem ser expressos graficamente.

Gráfico 20 – Proporção de acervos documentais (3.750 guias de recolhimento)



Caixas APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixas 57001.0076-57001.0094; 57001.0097; 57001.0098; 57001.0131; 57001.0165, Guias de Recolhimento.

Considerando o segundo banco de dados, o que contém o agregado *total* de guias, sem entradas por tipos documentais mas, com registro guia a guia, encontramos uma proporção ainda superior de recolhimentos do registro civil, o que deve ser explicado por um levantamento mais completo:

Barros Cassal; Arroio do Meio; Bento Gonçalves; Braga; Bom Jesus; Caçapava do Sul; Cacequi; Cachoeira do Sul; Camaquã; Campo Novo; Candelária; Canguçu; Canela; Carazinho; Canoas; Casca; Catuípe; Caxias do Sul, Cerro Largo; Constantina; Cruz Alta; Encantado; Encruzilhada; Dom Pedrito; Erechim; Estrela; Farroupilha; Espumoso; Faxinal do Soturno; Flores da Cunha; General Câmara; Garibaldi; Flores da Cunha; Fontoura Xavier; Frederico Westphalen; Gaurama; Gravataí; Giruá; Getúlio Vargas; São Vicente do Sul; Guaíba; Guaporé; Herval; Ijuí; Iraí; Itaqui; Jaguarão; Jaguari; Júlio de Castilhos; Lagoa Vermelha; Lajeado; Marau; Marcelino Ramos; Lavras do Sul; Mariano Moro; Mata; Maximiliano de Almeida; Montenegro; Pelotas; Passo Fundo; Pinheiro Machado; Porto Alegre; São Leopoldo. Abarcaram-se, assim, municípios de pequeno, médio e grande porte.

[290] Fonte: ver nota anterior. Ainda que a documentação eleitoral não constitua, hoje, acervo do Arquivo Público (foi eliminada ou redirecionada ao Arquivo Histórico ao longo dos anos), foi contabilizada como um tipo de acervo à parte por um caráter cartorial antes da criação da Justiça Eleitoral, durante a Era Vargas.

Tabela 4 – Acervos documentais em 11.904 guias

	Registro Civil	Judiciário	Tabelionato	Executivo	Documentação eleitoral	Legislativo	Não identificado	Mais de um tipo por recolhimento	Total de guias
Total	7254	1729	1693	117	60	1	264	786	11904[291]
%	60,9	14,5	14,22	1,0	0,5	0,0	2,2	6,6	100,0

Fonte: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixas 57001.0076-57001.0178. Guias de Recolhimento.

Para visualização gráfica:

Gráfico 21 – Proporção de acervos documentais (11.904 guias de recolhimento)



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixas 57001.0076-57001.0178. Guias de recolhimento.

Essa concentração de recolhimentos do registro civil está relacionada, certamente, à especialização da instituição na emissão de certidões a partir da Era Vargas, mesmo que, conforme visto, no período final da ditadura de 1964-1985 houvesse interesse por certidões de outros tipos. Entre 1926 e 1980, época do "grande cartório", o recolhimento de acervos do registro civil foi sistemática e muito majoritária entre o conjunto. No lustro 1951-1955, os recolhimentos do registro civil chegaram a 89,89% do total; 1956-1960, 83,05%; 1961-1965, 85,07%. Isso pode ser evidenciado de forma mais clara a partir da expressão gráfica das proporções diacronicamente distribuídas, por lustros:

[291] Foram desprezadas para o cômputo as guias não datadas ou com datações evidentemente erradas, isto é, anteriores a 1906.

Gráfico 22 – Proporção dos acervos nos recolhimentos (1906-2000)



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixas 57001.0076-57001.0178. Guias de recolhimento.[292]

Os documentos judiciais foram proporcionalmente mais recolhidos na Primeira República – o que não deixa de sugerir indícios da hipótese aqui aventada (ver capítulo I), de expectativa de domínio do Estado castilhista-borgista sobre o Poder Judiciário. Salta ainda aos olhos a elevação da proporção de documentos do Executivo no período final da série. Uma primeira e óbvia interpretação poderia vincular esse fenômeno ao estabelecimento do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul, que a partir de 1989 redefiniu as atividades do APERS à gestão e recolhimento da documentação do governo estadual (ver ponto 6.6 e capítulo IX). Essa leitura está correta, mas deixa escapar um detalhe importante: mesmo antes de 1989 houve um declínio dos recolhimentos do registro civil, que aos poucos foi dando lugar à documentação executiva e, curiosamente, por um breve tempo, do tabelionato. Por exemplo: em 1981 foram recolhidos processos de anos-limite 1963-1967 da Secretaria de Coordenação e Planejamento; em 1982, processos da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do início dos anos 1970; em 1983, de processos da Secretaria da Justiça entre 1941 e 1971; e mais processos administrativos da mesma origem em duas ocasiões de 1983 e em 1986 (o que constitui um grande volume documental).[293] Quer dizer: as funções prescritas pelo SIARQ/RS ao Arquivo Público coroavam tendências recentes de ascensão do executivo como foco dos recolhimentos, ao invés de dar início a uma nova política de recolhimentos.

[292] Fonte: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixas 57001.0076-57001.0178. Guias de recolhimento. O gráfico não totaliza 100% porque não foram incluídos no cômputo os registros com mais de um acervo e aqueles não-identificados.
[293] APERS, Acervo Executivo, Memória institucional, caixas 57001.0139, 57001.0141, 57001.0142. Guias de recolhimento.

Voltando aos meados do século XX, mesmo nos momentos de maior estagnação o Arquivo Público não deixou de recolher, particularmente documentos de nascimentos, casamentos e óbitos, que naquele tempo constituíam a maior demanda social atendida. Considerando a quantidade absoluta de recolhimentos, surpreendentemente o maior número de recolhimentos ocorreu no final da década de 1970, quando minguou a emissão de certidões. Tratou-se de uma decisão da direção de Benjamin Arruda: "desde 1974, está suspenso o recolhimento de novos documentos procedentes dos diversos órgãos de Estado".[294] Da década de 1980 em diante, com a organização do SIARQ, o número de recolhimentos caiu porque o Arquivo Público passou a ser um órgão de gestão, mais do que um repositório de papéis velhos.

Gráfico 23 – Número total de guias de recolhimento (1906-2000)



APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixas 57001.0076-57001.0178. Guias de recolhimento.

No intervalo 1951-1965, ápice do recolhimento de acervo do registro civil, o quantitativo de recolhimentos foi de 3.216 guias. Caso nesse período tivesse sido recolhido o número de guias equivalente à média quinquenal da série completa (626,53), haveria aproximadamente 1.880. Quer dizer, recolheu-se cerca de 70% a mais do que o que seria esperado naquela década e meia. Isso significa, portanto, que a estagnação / decadência institucional da "era das sindicâncias" (ver próximo capítulo) não impactou na realização de recolhimentos. Pelo contrário, eles devem ter acontecido de forma não-criteriosa, o que

[294] Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Governador José Augusto Amaral de Souza, 1983. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084249-mensagem1983.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.
Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

seria explicativo do arrebatamento dos corredores por documentos desordenados (ver fotos 7.1 a 7.3). Em outras palavras: um elevado número de recolhimentos não expressou saúde institucional. Como destacou a servidora Maria Cristina Fernandes:

> Por que que lá na década de, não sei se lá, eu me lembro bem da década de 70, mas até antes, já os diretores começam a dizer que o Arquivo tá lotado? É porque realmente, claro, não se fazia gestão, mandavam pra cá tudo, abriam as gavetas, e mandavam pra cá, existia. Da mesma forma que na outra entrevista a gente conversava sobre eliminação selvagem, existia o recolhimento selvagem, onde o gestor da época, principalmente da Secretaria de Justiça, Interior, Exterior, enfim, faziam isso. No final do ano limpavam as gavetas, os armários e mandavam aqui para o Arquivo. Então por isso a gente tem um acervo grande, por isso tem equipe hoje trabalhando com esse acervo, mais antigo, assim.[295]

Já Carlos Aléssio Rossato dialogou com um provérbio popular: "Tinha um provérbio antigamente que eu tinha da minha família. Guarda o que não presta, tu tens o que precisa. E eu sempre dizia que no arquivo é completamente diferente. Se tu guardares tudo que não presta, tu não vais achar o que precisa. Tu tens que guardar o que precisa para achar o que precisa".[296]

6.5 Quem não faz recolhimento não recolhe

O recolhimento de taxas era dependente do recolhimento de documentos, alertava em 1972 o diretor do Arquivo Público em um relatório sem autoria explicitada – não há como saber se o signatário era o sainte Henrique Canísio Vogel ou o recém-empossado Benjamin Arruda.[297] O documento encontra-se anexo ao processo de tombamento do Arquivo Público.[298] Ali, o autor propunha um modelo mecânico em que a não-realização de recolhimentos prejudicava a existência material da instituição, já que não havia como atender à demanda por novas certidões. Decaíam as receitas diante de despesas crescentes, uma vez que o Arquivo Público era dependente, não apenas de recursos do governo, como de autofinanciamento pelo pagamento de certidões. Conforme o diretor:

> o Arquivo Público se transformava cada dia mais um depósito de papel velho, devido ao fato de que não podiam ser recebidos os documentos mais recentes [pela falta de espaço e lotação de corredores com documentos]. É sabido que um documento, seja de que natureza for, exceto naturalmente o de caráter histórico, é cada vez menos solicitado, após ter atingido a idade de 20 anos, tornando-se mui raro o fato de ser requerido certidão do mesmo, nessa etapa. Isto significa, a cada dia que passa, menos receita de um lado, enquanto por outro lado a despesa fatalmente aumenta.[299]

---

[295] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes para Rodrigo de Azevedo Weimer em 9 de abril de 2024.
[296] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.
[297] O relatório afirmava determinado recolhimento realizado em 1919 "há 53 anos". Ocorre que em julho de 1972 ocorreu a mudança de diretores, não sendo muito evidente se se trata de um relatório final da gestão Vogel ou um relato das condições em que Arruda encontrou a instituição.
[298] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0184, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.
[299] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0184, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

O envelhecimento do acervo era característico de uma instituição reconhecida como "estagnada", o que evidencia que a caracterização apresentada era também da consciência dos contemporâneos. O autor do documento exemplificou a situação por meio de uma longa enumeração de quais cartórios mais recolheram, e até quando, de quando os demais interromperam o traslado de documentos dos municípios para o Arquivo Público. Dentre eles, talvez pela distância física, "Porto Alegre está em situação muito boa, em comparação às Comarcas do interior, no que concerne ao recolhimento dos documentos, Poder Judiciário ao Arquivo Público". Concluía por uma relação de causa e efeito da seguinte natureza:

> Assim no exercício findo, da Capital [que recolheu documentos de forma mais regular] foram solicitados 7.394 fotocópias de documentos enquanto todo o restante do Estado solicitou somente 5.643 certidões o que significa aproximadamente 25% menos do que a Capital.[300] Não queremos deixar de demonstrar a repetição do mesmo fenômeno, no interior do Estado. Gravataí, por exemplo, é uma Comarca pequena mas está com os recolhimentos da sua documentação em dia e solicitou no exercício de 1971, uma quantidade de 909 fotocópias de documentos, ao passo que: Bagé solicitou apenas 27 – Caxias do Sul: 25 – Estrela: 2 – Lageado: 5 – Montenegro: 12 – Novo Hamburgo: 14 – Passo Fundo: 79 – Pelotas: 96 – Rio Grande: 205 – Santa Cruz do Sul: 50 – Santo Angelo: 90 – Taquara: 22 – Uruguaiana: 99 – Santa Maria: 142 – Livramento: 32 e São Francisco de Paula: 6. Em suma: *as 16 Comarcas grandes, aqui relacionadas que estão com o recolhimento atrasado, solicitaram juntas 906 certidões de fotocópias de documentos, ao passo que Gravataí, uma comarca pequena, mas com o recolhimento em dia, solicitou sozinha 909 fotocópias de documentos, isto é, mais do que as 16 comarcas juntas.*[301]

Foi possível elaborar uma tabela ilustrativa dos possíveis incômodos do diretor, agora em relação à documentação do Judiciário, que os confirmam e ilustram. Tabulando os processos mais recentes no acervo de algumas comarcas – de alguns dos municípios mais significativos –, houve o achado interessante de que os cartórios criminais seguiram recolhendo por mais tempo, em média, do que os civis. Os habeas-corpus, dos tipos documentais examinados, foram aqueles coletados por mais tempo. Entretanto, dos locais examinados, apenas Porto Alegre chegou a realizar recolhimentos nos anos 1970, ao passo que, por exemplo, na documentação civil de Passo Fundo, os recolhimentos mais recentes foram dos anos 1920.

[300] A numeração certamente responde a cada lauda fotocopiada, e não ao total de certidões.
[301] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0184, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

Tabela 5 – Recolhimentos mais recentes de cinco tipos documentais em doze comarcas

	Inventários	Tutelas	Medições	Processos-crime	Habeas corpus
Alegrete	1939	1929	1935	*1939*	*1949*
Bagé	1941	1935	1919	*1954*	*1967*
Caxias do Sul	1943	1938	1956	*1959*	*1967*
Cruz Alta	1947	1938	1942	*1959*	*1967*
Passo Fundo	1927	1929	1920	*1957*	*1955*
Pelotas	1954	1931	1933	*1946*	*1967*
Porto Alegre	1975	1971	1968	*1971*	*1971*
Rio Grande	1958	1947	1959	*1959*	*1959*
Rio Pardo	1957	1923	1959	*1961*	*1967*
Santa Maria	1939	1939	1937	*1955*	*1955*
São Leopoldo	1948	1947	1938	*1961*	*1967*
Viamão	1941	1940	X	*1965*	*1967*

Fonte: relatórios do sistema AAP.

Expressando as mesmas reservas sobre o acervo administrativo, o então diretor também trazia seu panorama naquela ocasião:

> Quanto ao Arquivo Administrativo a estagnação em que se encontra a repartição desde 1918, se faz sentir com mais peso ainda, do que no caso do Judiciário. Os órgãos da Administração Estadual, que melhor estão representados pela documentação recolhida são: a Secretaria da Fazenda, que mesmo assim não consegue recolher os expedientes administrativos desde 1962, o que representa aproximadamente 1 milhão de documentos. A Secretaria do Interior e Justiça ocupando 128 nichos de prateleira, com a dimensão de 84 X 54 em cada recolheu até o ano de 1959. A documentação dos órgãos extintos, tais como o Departamento de Prefeituras Municipais, o Conselho de Serviço Público, a Comissão Estadual de Comunicações; a Secretaria de Segurança Pública, que recolheu principalmente os processos de emplacamento e propriedade de veículos de 1945 a 1966. A Secretaria de Administração recolheu os processos de pessoal de todo Estado dos anos de 1959 a 1964, inclusive o fichário. As demais Secretarias, Autarquias e outros órgãos da Administração Estadual nada ou pouco recolheram, por falta de espaço.[302]

Fosse Arruda, fosse Vogel, o autor fazia um diagnóstico do espaço ocupado por cada acervo – um eco tardio, ainda, da "maldição d'*O Independente*? –, comparando-o com uma estimativa do quanto do total da documentação disponível já tinha sido recolhida ao APERS. É difícil ter uma ideia de como o autor do relatório deduziu o quanto ainda havia a recolher, mas restava patente que o Arquivo não tinha como coletar o restante da documentação necessária, segundo aquela exposição, para emissão de certidões e para obtenção de emolumentos necessários ao sustento da instituição.

[302] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0184, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

> Resumindo, pode-se dizer que os dois pavilhões, que guardam a documentação recolhida tem o espaço tomado nas proporções seguintes: 70% do espaço estando presumivelmente 35% da documentação recolhida. Poder Executivo: Tesouro do Estado com 20% do espaço, estando recolhido aproximadamente 60% da documentação; os 10 restantes do espaço são ocupados pelos demais documentos acima referidos.[303]

Diante da situação constatada, uma grande remessa de documentos foi realizada, no mesmo ano, para o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pelo autor do documento (ou por seu sucessor, se admitirmos a possibilidade de ter sido escrito por Vogel), que pretendia obter espaço na instituição. Tratava-se de uma opção por enviar ao AHRS documentos que poderiam ser julgados adequados àquela instituição e por manter ao Arquivo Público a capacidade de seguir recolhendo documentação, sobretudo do registro civil, ao desocupar estantes e corredores.[304] Dois anos depois, todavia, declararam-se paralisados os recolhimentos.[305] Há que considerar, conforme visto, que a despeito da "estagnação" identificada, os recolhimentos nunca pararam e, dali em diante, se intensificaram até 1975, o que deve ter resultado de um esforço ativo por trazer documentos para o Arquivo Público a partir da ideia de que "quanto mais se recolher, melhor". O tipo de documento enviado ao AHRS sugere um alargamento do que se considerava digno de interesse da História, para além da documentação militar de interesse da constituição das fronteiras do Estado Nacional e de papéis concernentes à edificação do Estado Republicano perrerista. Por outro lado, há que se indagar se esse "alargamento" do histórico não abarcava prioritariamente o interesse mais comezinho por liberar espaço para realizar novos recolhimentos "selvagens" de documentos passíveis de emissão mais regular, e portanto pecuniariamente mais favorável, de certidões.

Dentre outros objetos, a documentação transportada ao AHRS incluía, além dos indefectíveis documentos de caráter militar, os seguintes papéis, dentre outros (para a relação completa, conferir Anexo III):

- correspondência de governantes estaduais e municipais em diferentes períodos históricos;
- documentação da instrução pública durante o século XIX e os primeiros anos do século XX;
- documentação eleitoral sobrevivente de eliminações anteriores;
- documentação fiscal e da Fazenda estadual;
- documentação de lotes coloniais e de imigração de uma forma mais geral;

---

[303] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0184, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

[304] O termo "considerados" históricos foi incluído no original, não sendo uma imputação do autor deste livro.

[305] Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Governador José Augusto Amaral de Souza, 1983. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084249-mensagem1983.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.
Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

- documentos das Obras Públicas;
- documentação policial;
- um livro de escrituração de escravizados;
- um livro de organização terrestre da VARIG;
- um livro de reclamações e danos da Revolução de 1923;
- mapoteca abarcando o período 1751-1966.

Ao completar seu aniversário de 50 anos, em 2004, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul colheu diversos relatos sobre a instituição, dentre os quais há uma entrevista que relatou um recolhimento considerado desastrado em 1972. Há que ter reservas sobre a exatidão das informações, já que a ex-diretora Maria Helena Ghisleni atuou no Arquivo Histórico entre 1978 e 1979 e em sua entrevista dissertou sobre episódios ocorridos de cinco a sete anos antes; além disso, ela parece ter generalizado aquele como *o* momento em que a documentação foi levada do APERS para o AHRS, quando se sabe que isso ocorreu em episódios paulatinos desde 1925. De todo modo, em 1972 foi enviado esse volume documental significativo, que, veremos no capítulo VIII, impactou inclusive na relação entre Arquivo Público e Instituto Histórico.

> Agora me vem à memória o momento em que saiu documentação do Arquivo Público, que foi por volta de 1972 ou 1973 [...] Isso deve estar arquivado na correspondência do então diretor do Arquivo, o cel. Moacyr Domingues com o Secretário da Educação e deste com o Secretário da Administração a quem estava vinculado o Arquivo Público do Estado. Essa correspondência diz respeito à transferência de um caminhão ou mais de documentação do Arquivo Público para o Arquivo Histórico. Essa documentação estava sendo, na época, descartada como papel velho e houve uma denúncia, através de membros do Instituto Histórico e Geográfico, que era meio vizinho, ficavam sabendo de tudo que se passava ali. O Coronel Moacyr Domingues teve uma presença, uma sensibilidade muito grande e fez de tudo e conseguiu apoio do Secretário, e conseguiu que essa documentação toda fosse suspensa à saída do Arquivo Público e transferida para nós. Chegou assim: como um monte de lixo! Tinha tudo misturado. E nessa documentação toda está um dos carros-chefe de hoje que é a documentação sobre colonização. Todos aqueles códices sobre colonização estavam nesse caminhão! (Testemunho de Maria Helena Ghisleni. Spinelli, 2005, p. 27).

À parte possíveis exageros – pois a relação de todos os documentos transferidos ao Arquivo Histórico naquela ocasião aparece no acervo de Memória Institucional em uma relação bem discriminada (anexo III), o que relativiza a ideia de desorganização –, o então diretor, Benjamin Arruda, de fato, tinha a preocupação por adquirir espaço em um acervo cada vez mais abarrotado por recolhimentos sem critério. Há que destacar que as condições para preservação documental na instituição eram verdadeiramente calamitosas desde pelo menos os anos 1960, com corredores atulhados por papéis insalubres e desordenados (ver imagens 43-45).

6.6 Recolhimentos, eliminações e traslados realizados sob o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul

No período de organização e vigência do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul foram realizados recolhimentos diversos de documentação do Poder Executivo. Haverá uma dissertação pormenorizada acerca do sistema no capítulo IX; por ora basta assinalar que sua criação, em 1989, redefiniu as funções do Arquivo Público rumo à sua modernização e profissionalização. O concurso que recrutou as servidoras hoje mais experientes na instituição deu-se no início dos anos 1990, na sequência do estabelecimento do SIARQ. Naquele momento, houve uma redefinição das atribuições institucionais que perduram até hoje. Daquele momento em diante caberia o recolhimento de documentação do poder executivo, assim como de seus órgãos extintos, mesmo que seja necessário relativizar a assertiva ao constatar-se que uma maior especialização na documentação desse poder iniciou-se ainda em meados dos anos 1980, antes, portanto, do SIARQ, conforme destacado no subcapítulo 6.4.

O decreto 33.200/1989, em seu artigo 3º, inciso I, estabeleceu que cabia ao SIARQ/RS "assegurar a proteção e a preservação da documentação arquivística do Poder Público Estadual, como elemento de apoio à administração e por seu valor histórico e cultural"; essas atividades deveriam ser realizadas de acordo com um plano de classificação e uma tabela de temporalidade de documentos a serem elaborados posteriormente. Uma instrução normativa mais recente (4/2009) foi específica, ao determinar o recolhimento ao Arquivo Público d'"os documentos oriundos dos órgãos que aderiram ao Sistema de Arquivo do Estado (SIARQ), avaliados e com destinação Recolhimento, conforme Tabela de Temporalidade dos Documentos" (artigo 2º); no que toca a órgãos extintos da administração pública, deveriam receber a assessoria técnica do Departamento de Arquivo Público, a fim de serem destinados à preservação ou eliminação.[306]

A mesma instrução de 2009, que visava normatizar a dinâmica dos recolhimentos documentais, estabelecia, portanto, que a documentação já deveria vir organizada e cadastrada antes da custódia pelo Arquivo Público. Entretanto, essa determinação pouco se efetivou, uma vez que a maioria dos traslados de documentos ocorreu na urgência, pela pressão de órgãos públicos e pela ameaça de destruição de acervos na exigência de rápida desocupação de prédios do Estado ocupados por órgãos extintos ou em mudança; ou mesmo por intenção de desfazimento de acervos. Pior: em muitos casos se soube da intenção de descartar os ditos por meio de meros acasos. Não é figura de linguagem afirmar que o APERS realizou *salvamentos documentais.* Assim sendo, cabia ao Arquivo Público, conforme a IN de 2009, recebe somente documentação permanente. Na prática,

[306] A legislação concernente ao SIARQ/RS encontra-se disponível no sítio: https://apers.rs.gov.br/legislacao. Acesso em: 4 set. 2024.

a instituição, por seu compromisso com os acervos públicos, acabou por buscar, em "recolhimentos selvagens" – isto é, trazer tudo e adiar o estudo dos documentos para definição de sua destinação de acordo com a sua classificação no Plano de Classificação de Documentos (PCD) e da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) – documentação em risco que teve / tem que ser tratada pelo corpo da equipe do APERS. Ainda que essas responsabilidades não caibam no escopo das atribuições institucionais – pois os documentos devem ser entregues em custódia já organizados –, cabem sim no compromisso de cada servidor com o acesso à informação e à preservação dos documentos públicos.

No que toca a órgãos extintos, temos o caso do Instituto Sul-Riograndense de Carnes, que deixou de existir em 1991, e da CORLAC (Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos), que também teve seu fim dois anos após, ambos no governo de Alceu Collares (1991-1994). Nas duas situações os acervos foram trazidos ao Arquivo Público por razões contingentes. No primeiro caso, houve, anos após, uma denúncia de que os documentos da instituição estavam sendo depositados em uma garagem, o que levou o Arquivo Público a interceder: já durante a gestão de Antônio Britto (1995-1998), a diretora Rosani Gorete Feron interveio para impedir a deterioração dos papéis. O segundo caso assemelha-se, dado que a partir da extinção a empresa teve que desocupar o prédio onde funcionava, na Zona Norte de Porto Alegre. Os documentos ficaram abandonados, de forma que a equipe do APERS foi até lá para carregar o acervo. Há que ressaltar que ambos casos antecedem a normativa 4/2009, mas de certa forma estabeleceram uma rotina de recolhimentos vinculada ao engajamento da instituição e aos compromissos voluntários das servidoras, que persistiu mesmo após o SIARQ ter definido os procedimentos adequados. A arquivista Renata Vasconcellos refere-se, figurativamente, a esses recolhimentos feitos na urgência como "apagar incêndios". Afinal, profissionais sérios não deixam, claro, os acervos deteriorarem-se.

> Olha, desde que eu estou aqui, eu acho que a gente só apagou incêndio. Tipo, vai se destruir a documentação, a gente tem que ir lá para dar um jeito. Foi isso que aconteceu com a CORLAC, que foi privatizada acho que no tempo do Britto, eu acho. E aí estava lá a documentação lá na Koseritz também. Eu não participei desse recolhimento, acho que a Ana Maria participou. Mas também foi apagar incêndio. Aquela documentação que a gente trouxe lá da Secretaria de Educação nos relatórios dos dados estatísticos, também estava lá. Se a gente não tivesse trazido para cá, ia continuar lá jogado, perdido. Então acho que a maioria, e agora com as privatizações, é o que mais está acontecendo. Se a gente não pega, vai se perder.[307]

Dentre outras documentações recolhidas ainda carecendo de tratamento técnico, ou com tratamento sendo realizado no momento em que se escreveu este volume, temos aqueles da CINTEA (Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras), em 2005; da FDRH (Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos), em 2017; da CORAG

[307] Entrevista concedida por Renata Pacheco de Vasconcelos para Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de janeiro de 2024.

(Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas), em 2018; da Caixa Econômica Estadual, em 2019 e da FEE (Fundação de Economia e Estatística), em 2023, por exemplo.

Outros exemplos importantes de recolhimento de documentos públicos estaduais foram o do acervo da realização da CPI da espionagem política, mormente documentos da repressão da ditadura de 1964-1985 vinculados ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), no início dos anos 1990. Essa documentação daria origem ao acervo da luta contra a ditadura, do qual se falará em momento oportuno. Outros exemplos são documentos do Hospital Psiquiátrico São Pedro, em 1992; da CEV (Comissão Estadual da Verdade), em 2015; do DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito), em 2016; da SEDUC (Secretaria Estadual da Educação), em 2019; de Delegacias de Polícia Civil, na primeira metade da década de 2020; e do DEAPE (Departamento de Administração do Patrimônio Imobiliário), em 2023. Esses acervos já foram tratados, ou vieram tratados, no caso da documentação das delegacias, dando cumprimento à IN de 2009.

CAPÍTULO VII

Da era das sindicâncias aos anos de chumbo

7.1 “Radiografia da desordem que imperava no Arquivo Público”

> Eu lembro que o Arquivo Público antes de nós [a entrevistada começou a trabalhar no Arquivo Público em 1988] era um cartório. Um cartório para os picaretas fazerem, acharem terras que estavam meio que devolutas, meio que irregulares, e começar a pleitear essas terras. Assim viviam. A gente começou, fez uma briga muito grande, a gente teve até na Justiça. Nos colocaram na Justiça, os pseudo-pesquisadores, porque nós começamos a cortar esse tipo de trabalho dentro do Arquivo. Começamos a sonegar as cópias que eles levavam, que eram somente de escrituras públicas de terras, a gente começou a não conceder mais cópias, que podia ter acesso ao documento, sim, mas não levava mais cópia autenticada, que a nossa autenticação tinha fé pública. Então tu davas uma escritura pública com a nossa autenticação, a pessoa tinha um documento de uma terra. A gente começou então a não fazer mais esse trabalho, e sim passou a dar a esses fundos documentais o valor histórico que ele tinha, então a gente começou a entender cada vez mais os fundos, e separamos o que era bom pra genealogia, o que era bom pra história do Judiciário, o que era bom pra história executiva do Estado, a organização executiva do Estado, e a gente começou a orientar mais os pesquisadores, então começou realmente vir pesquisador, pesquisador de verdade. E se sentiram acolhidos pela gente. Porque eles viram que não era mais aquela coisa cartorial, de picaretas, que era cheia de picaretas lá. A palavra é bem essa. Picareta. Tá, na época. [...]. Nós começamos a cortar, a emissão de cópias xerox por dia antes do evento, desse evento, logo que a gente chegou, era monstruosa. Documentos raros, de 1760, iam pra máquina xerox à gandaia! Sem muita regra. Porque os funcionários não eram preparados. Não tinham aquele cunho histórico e de proteção enquanto fonte primária daquela documentação. E a gente deu essa cara pro Arquivo.[308]

O excerto em epígrafe faz parte de uma entrevista realizada com a ex-servidora Neida Regina Ilha. Ingressante no Arquivo no fim da década de 1980, ela identificou uma situação de irregularidades no acesso, na preservação e no uso da documentação existente no momento em que veio trabalhar como arquivista profissional na instituição. Com o ingresso de novas colegas, aquelas práticas foram coibidas, contribuindo para um novo perfil profissional à instituição. A apreciação da “gandaia” na emissão de cópias faz sentido diante da constatação do capítulo anterior, de que havia um grande volume de fotocópias fornecidas a par de um pequeno número de certidões.[309] Tais problemas eram mais antigos, já que em 1964 aconteceram uma sindicância e dois inquéritos administrativos que deram conta de situações similares, ou ainda mais graves. Pelo que seu relato dá a entender, algumas irregularidades continuaram ao longo do período ditatorial, sendo insuficientes ou apenas aparentes as tentativas dos diretores nomeados pelo regime autoritário de “moralização da instituição”. Com efeito, ao assumir a direção do Arquivo Público, no fim dos anos 1980, Carlos Aléssio Rossato necessitou de colocar a casa em ordem. Irregularidades dos anos 1960 sobreviveram durante todo o regime de exceção.

> **Rossato:** Até teve um caso complicado numa denúncia que começou a faltar folhas nos registros.
>
> **Rodrigo:** De terras?
>
> **Rossato:** De registros de terras. Então foi, isso foi chamado à Polícia Federal. Eu botei um

[308] Entrevista concedida por Neida Regina Ilha para Rodrigo de Azevedo Weimer, 5 de setembro de 2024.
[309] Ver, no gráfico 13 do capítulo anterior, a elevada proporção de escrituras, certificados de propriedades e inventários.

> cara da Polícia Federal dentro da sala de consulta. E conseguimos barrar isso. E os caras rasgaram as folhas e levaram lá.
>
> **Rodrigo:** Falsificar?
>
> **Rossato:** Falsificar porque, principalmente a documentação de Osório. Osório. Porque o cartório de Osório tinha sido queimado. E o único registro era o Arquivo Público. Eu sei que deu uma encrenca danada lá, mas foi resolvido.[310]

Nos capítulos anteriores, foi mencionado que os meados do século XX foram tidos como um período de decadência do Arquivo Público, e há relatos posteriores que reforçam essa convicção.[311] Segundo José*,[312] com a exceção da gestão de Miguel Bertini Costa, identificado por ele como um bom diretor (1955-1959),[313] o arquivo estava em estado de abandono desde 1940.[314] Júlio* afirmou trabalhar no Arquivo Público havia 18 anos, tendo percebido "várias irregularidades na realização das finalidades do Arquivo, resultante de uma gradativa desorganização de alguns setores e abrandamento de algumas cautelas que são necessárias no trabalho de uma Repartição com a responsabilidade do Arquivo".[315] Em 1963, o diretor nomeado pelo governo de Ildo Meneghetti, Clóvis Líbero Cardoso, encaminhou ao secretário de Interior e Justiça, Fernando Gay da Fonseca, um relatório em que apresentou as condições em que encontrou a instituição:[316] "Sabia serem deficientes esses serviços, mas não calculava fossem tão precários, deixando muito a desejar para o cumprimento das atividades para as quais foi criado". Ao longo das investigações descobriu-se que seu nome foi indicado pelo deputado Lauro Leitão (PSD). Cardoso arrolou diversos aspectos, aqui listados em forma de tópicos:

- constatou desorganização do serviço, carência de espaço e material de serviço, déficit no número de servidores, falta de telefone e meios de condução;
- percebeu que o telhado estava cheio de goteiras e que os muros ameaçavam cair;
- relatou que o edifício do APERS vinha sendo ocupado por outras secretarias (naquele momento, a de administração) e que por isso o gabinete do diretor estava ilhado no meio dos serviços da Secretaria;
- destacou que o serviço de limpeza estava imobilizado, que o elevador não funcionava [prédio 2, elevador de carga], que a sala de consultas carecia de mobília

[310] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato a Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.
[311] Todavia, a crer nos relatórios de Alcides Flores Soares e Erico Ribeiro da Luz apresentados no capítulo II, o declínio do Arquivo Público era ainda anterior, acompanhando o período em que Borges de Medeiros saiu do governo estadual e os anos posteriores ao traslado da II seção, no fim dos anos 1920.
[312] Aqui, para fins de privacidade dos servidores ou outras pessoas, serão utilizados prenomes como pseudônimos, a não ser no caso de figuras públicas.
[313] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume III, f. 262.Miguel Bertini Costa havia sido diretor do Arquivo Público entre 1955 e 1959, durante o primeiro governo de Ildo Meneghetti, sucedendo Manoelito de Ornellas.
[314] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume III, f. 236.
[315] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I.
[316] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 5, em tratamento técnico, Expediente Administrativo 1292/1963.

[sugeria cessão de móveis da Secretaria de Obras Públicas e das extintas secretarias de energia e de comunicações], que a falta de máquinas de escrever atrasava a produção de certidões necessárias aos cidadãos, deixando pessoas em desespero pedindo urgência em suas demandas [pedia oito máquinas de escrever, datilógrafos, material de trabalho e espaço físico];

- alertou pela falta de material de extinção de incêndios, no local, o que poderia levar a um incêndio maior do que o do Tribunal de Justiça;[317]

> em caso de urgência, antes da chegada do Corpo de Bombeiros (...) Basta, Sr. Secretário, lançarmos a hipótese de ameaça de um incêndio neste Arquivo em que estão guardados, além de documentos de inapreciável valor fosse destruído o arquivo em que estão guardados os livros de transcrições de imóveis, instrumento jurídico pelo qual se adquire a propriedade.

- pedia atenção do responsável pela SIJ para determinar providências ao Corpo de Bombeiros, porque "o serviço elétrico é deficiente e precário, e, perigoso, com fios a descoberto em suas instalações";
- demandou um mínimo de funcionários para modernização e racionalização das atividades; quanto ao acervo documental:

> O pavilhão destinado à guarda dos documentos sem uma sistemática disposição, já tem livros e outros papéis, em maços, pelo chão, sofrendo a ação deletéria e corrosiva da água pluvial, de goteiras e das traças que estão atacando, em ataque maciço, os preciosos documentos ali arquivados.

Pedia, a seguir, requeria soluções de "emergência e urgência", dentre as quais:

- a saída do diretor do meio da Secretaria de Administração, onde "não sabe em que sala deve entrar". Não negava importância da Secretaria, mas o prédio deveria desempenhar as atividades de serviço público para o qual foi criado;
- um serviço de telefone próprio, visto que o do Arquivo fôra absorvido pela Secretaria de Administração;
- uma visita do secretário de Interior e Justiça ao Arquivo Público;

Para ele, "sem que o mínimo de reivindicações que fazemos em nome do Arquivo Público do Estado sejam atendidas, não se poderá melhorar o que aí está". Em suma, destacava a situação precária a partir de um lugar secundário destinado ao Arquivo Público nos anos que lhe antecederam:

> Não é possível, Sr. Secretário, o Arquivo Público do Estado cumprir com suas atividades importantes, que, pelo fato de ser arquivo, tem sido relegado este setor da atividade do Poder Público do Estado para um plano de inferioridade, como cousa velha e inútil – parte decorativa da administração Estadual – no exíguo espaço de que dispõe, diminuído cada vez mais, pelas novas instalações que a Secretaria da Administração ali pretende fazer, cumprir suas finalidades.

[317] Em 1949, pegou fogo, de forma criminosa, o Tribunal Superior do Rio Grande do Sul – nome antigo do Tribunal de Justiça –, situado na Praça Marechal Deodoro, compondo parte do visual da "acrópole" descrita no capítulo III.

Tais apelos, ainda que pudessem ter uma intenção sincera quanto à possibilidade de melhorias na instituição, certamente pretendiam atribuir responsabilidades à gestão anterior, de Antônio Montserrat Martins (1959-1963), durante o governo de Leonel Brizola. É provável, aliás, que a rotatividade de diretores durante o governo petebista tenha dificultado a continuidade de políticas arquivísticas. No relatório de atividades de 1964, Cardoso fez acompanhar chocantes fotografias comprobatórias do mau estado em que se encontrava o acervo do órgão público.

Imagem 43 – Seção de Arquivo Administrativo, 1964



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, Relatório de atividades de 1964, caixa (provisória) APERS 10, em tratamento técnico. A legenda refere-se ao prédio II, e não à documentação fotografada

Imagem 44 – Seção de Arquivo de Tabelionatos, 1964



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, Relatório de atividades de 1964, caixa (provisória) APERS 10, em tratamento técnico. A legenda refere-se ao prédio I, e não à documentação fotografada, muito provavelmente pertencente ao acervo do Judiciário.

Imagem 45 – Seção de Arquivo Administrativo, 1964



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, Relatório de atividades de 1964, caixa (provisória) APERS 10, em tratamento técnico. A legenda refere-se ao prédio II, e não à documentação fotografada.

Em princípios dos anos 1960 ocorreram, na sequência, o inquérito administrativo 1444/1963 (instaurado em maio de 1963, teve fim em outubro daquele ano), uma sindicância (iniciada em abril de 1964 e concluída em agosto do mesmo ano)[318] e um inquérito administrativo dela decorrente (5893/1964, autuado em setembro, no qual consta um relatório final de novembro) que apuraram irregularidades ocorridas naquele momento. Eles foram utilizados como fonte para melhor conhecer a dinâmica do Arquivo Público em um momento para o qual existem poucas fontes, com base na premissa de Thompson:

> Geralmente um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos (...) mesmo um ritual altamente atípico pode nos abrir uma valiosa janela, de onde observaremos as normas (Thompson, 2001, p. 235-236).

O atípico, então, pode ser revelador do cotidiano trivial. É preciso destacar também que, por meio da análise em questão, não se pretende julgar ou condenar quem quer que seja, quando muito porque os que foram absolvidos, absolvidos estão, e quem foi conde-

[318] Ainda que estabelecida imediatamente ao golpe de 1964, veremos em seguida que em grande medida respondeu a questões internas à instituição.

nado respondeu por seus atos e prestou contas à sociedade, seja cumprindo suspensão, seja obtendo dispensa dela. Ademais, eventuais procedimentos irregulares ou mesmo crimes encontram-se prescritos. Pelo contrário, o estudo servirá para melhor conhecer o funcionamento cotidiano e (ir)regular no Arquivo Público na ocasião. Sim, porque o "atípico", no caso, já fazia parte do dia-a-dia da instituição, ainda que só tenha se revelado a partir de um momento em que várias situações anormais vieram à tona. Não utilizarei o nome dos envolvidos – salvo o caso de figuras públicas como ex-diretores e parlamentares (o que não seria possível omitir) –, respeitando a privacidade dos funcionários ou de suas famílias.

No primeiro Inquérito Administrativo, um cidadão, João Luiz*, consulente da instituição dirigiu-se, em fevereiro de 1962, diretamente ao governador Leonel Brizola para denunciar o desaparecimento ou alteração de mapas por ele consultados.[319] Afirmava que a administração do Arquivo tinha vínculos com uma "quadrilha de falsários e ladrões de terras" atuante em São Luiz Gonzaga, afirmando que "ao serem descobertos correram ao Arquivo Público do Estado contrataram altos funcionários daquela repartição os quais passaram a ser membros daquela terrível quadrilha, que usando certo preparo químico faziam desaparecer qualquer escritura e enxertaram outra que desejassem". Seria verdade? Todas as acusações foram refutadas, mas o fato da investigação ter ido adiante demonstra que em algum grau julgou-se situação digna de ser apurada. Ademais, veremos no próximo subcapítulo que houve mais situações parecidas. Segundo o requerente, os problemas iniciaram na gestão anterior, havia três anos, mas continuaram com a omissão do diretor da ocasião, Antonio Montserrat Martins.

João Luiz* também afirmou ter havido alterações artificiais e propositais em livros de tabelionato, comparando o documento em 1963 com o original microfilmado em 1961 – havia uma rasura. Elas vinham sendo blindadas por "alto figurão da capital [que] defende sua irmãzinha funcionária do arquivo";[320] quer dizer, a interferência de apelos pessoais em uma gramática política clientelista. Costas quentes, enfim. Ainda que a testemunha Adriano* tenha acusado o funcionário Sandro* de ter obtido, de um advogado, a promessa de um apartamento pela cooperação na falsificação do documento – ou seja, a propina teria envolvido valores muito elevados, portanto estavam em jogo lucros da mesma dimensão –,[321] a perícia não identificou as modificações em livros, e, quanto ao mapa, foi constatada sua inautenticidade, porque o papel e a tinta eram diferenciados do restante do manuscrito. A substituição da peça cartográfica, por outro lado, era antiga, e não recente. A comissão negava a pertinência de acusações sobre a honestidade dos funcionários públicos, de que

[319] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963, f. 18.
[320] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963, f. 57.
[321] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963, f. 154.

a instituição seria um “ninho de gatos”[322] ou que “não se consegue nada sem dar dinheiro”. Conclusivamente, arrematava: “o mapa existente é falso. Mas foi falsificado há muitíssimos anos e as pessoas envolvidas já devem ter pago, no Além, a patifaria que fizeram”. Em outubro de 1963 o inquérito, finalizados os autos, foi encaminhado ao secretário Fernando Afonso Gay da Fonseca. A comissão julgou por bem acompanhá-lo de um relatório (5/10/1963) que pudesse sugerir providências quanto a melhorias do Arquivo Público. Ao historiador, se configura como fonte, uma descrição preciosa daquele momento difícil da história do órgão:

> As condições de trabalho são as piores que se pode imaginar. Não há higiene. Não há iluminação. Não há ar puro para ser respirado. As goteiras frequentemente alagam os salões, destruindo valiosos processos. Não há funcionários em número mínimo, de forma a realizar as tarefas como devem ser feitas, bastando citar que vários serventes, após o trabalho de faxina, passam a trabalhar nos serviços burocráticos. O Arquivo Público está sendo apenas um depósito de papéis que as repartições, para se verem livres, simplesmente remetem para lá. E há milhares de processos que estão jogados ao chão, sem catalogação, simplesmente porque inexistem lugares, mesas, armários, prateleiras para classificá-los.
>
> A administração não funciona porque há um Diretor nomeado, mas que não exerce o cargo. Há funcionários que não têm cargo de chefia e mandam. Há funcionários com cargo de chefia que não mandam. É uma babilônia de papel, de caruncho e acima de tudo de INSALUBRIDADE (...)
>
> Nosso Arquivo Público está apenas esperando um palito de fósforo para ser completamente destruído; apenas uma ponta de cigarro para levar na voragem das chamas o que lá existe de precioso.
>
> O Arquivo Público deveria ser o repositório da história de um povo, de suas coisas, de seu passado, de suas ansiedades, de seus anelos. *Deveria ser a fonte inspiradora para as gerações atuais, numa renovação constante para melhorar e para servir*.
>
> O nosso é exatamente o contrário. Dá pena ver seus funcionários vivendo como ratos naqueles corredores mal-cheirosos, escuros, INSALUBRES.[323]

Entendida ainda, nesse excerto, como uma espécie de *magistra vitae*, a vocação da História de instruir o presente e o futuro por meio do conhecimento do passado estava prejudicada pela falta de condições para preservação de documentos, pelo depósito desordenado de papéis, assim como pela crise de legitimidade das chefias – o diretor ausente, por exemplo. Essas questões apareceriam novamente em uma sindicância iniciada em 13 de abril de 1964, menos de mês após o golpe civil-militar.[324] Quer dizer, os problemas administrativos apontados perpassaram tanto uma gestão estadual de esquerda (Leonel Brizola) e outra de direita (Ildo Meneghetti), tendo iniciado, aliás, no primeiro mandato do último, sob a direção de Miguel Bertini Costa. A outra sindicância, porém, apurou episódios ainda mais graves, porque, a partir de uma posse irregular desse ex-diretor, em 1964 – que será apresentada no terceiro subcapítulo –, houve denúncias de diversas situações

[322] “Gato”, na gíria da ocasião, significava “gatuno”, isto é, ladrão.

[323] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963, f. 361. Grifos meus. Caixa alta original.

anômalas e de gravidade ainda maior do que a do inquérito do ano anterior. À medida que essa acusação foi investigada, as denúncias cresceram em proporção, assemelhando-se a uma bola de neve, descontrolada e cumulativa em seu deslocamento. Em setembro do mesmo ano, muitas outras situações atípicas foram identificadas e investigadas no Inquérito Administrativo então instaurado.[325]

Problemas com o ponto ou horários de funcionários. Falsos atestados de efetividade. Recebimento de vencimentos sem prestação de serviços. Falsificação de documentos administrativos. Favorecimento de familiar, dono de um cartório, na aceleração de certidões de interesse. Desorganização da tesouraria da instituição. Ocorrência de propinas. Desorganização na contabilidade. Jogatina ilegal no interior da repartição. Residência de familiar de uma integrante do funcionalismo da instituição em uma casa no pátio interno. Exercício do comércio em paralelo às funções públicas (o que era vedado). Todas essas questões problemáticas foram investigadas no Inquérito Administrativo 5893/1964, e vieram à tona a partir da apuração de tensões entre o diretor Clóvis Líbero Cardoso, o ex-diretor Miguel Bertini Costa, e parte da burocracia da instituição, conforme em breve veremos. Certamente não foram todos os funcionários a quem foram imputadas tais condutas, mas uma parte significativa, sim: um diretor, um ex-diretor, nove funcionários e quatro funcionárias indiciados/as em inquérito administrativo.

Os fatos apurados foram coligidos em cinco volumes de sindicância – que inicialmente só tinha como objeto cinco dos aspectos anteriormente colocados – e seis de inquérito. O que se busca ao esmiuçar uma "radiografia da desordem que imperava no Arquivo Público, ela por si só capaz de provocar as irregularidades que o motivou [o Inquérito Administrativo]" é, tal como na citação de Edward Palmer Thompson anteriormente apresentada, compreender o que um momento de exceção podia revelar sobre o funcionamento (ir)regular do Arquivo Público na ocasião. Digo isto porque a leitura dos autos deixa claro que os problemas investigados já faziam parte do dia-a-dia da instituição. A fim de melhor organizar a análise esmiuçarei ponto por ponto tanto os problemas apurados no Inquérito Administrativo, quanto outras circunstâncias, digamos assim, heterodoxas. Vale dizer que estou tratando de episódios apurados e que, provavelmente, faziam parte do cotidiano do Arquivo Público, mas não existe intenção de generalização ao conjunto de funcionários de então – muitos, convenientemente, afirmaram nada saber ou ter visto – afinal de pouco servem aqui as responsabilidades individuais, mas um retrato de como se caracterizou o abandono que tantas vezes se atribui à instituição. Entender, em suma, que abandono foi este e seu alcance.

[324] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixas APERS 7, Sindicância APERS higienizado I, Sindicância APERS higienizado II, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, 5 volumes.

• Problemas com horários, pontos e efetividade dos funcionários

Um dos aspectos investigados pela sindicância e pelo inquérito administrativo foi a frouxidão com que o ponto dos funcionários (não) foi controlado. Em seu depoimento à sindicância que teve início em 1964, o diretor Clóvis Líbero Cardoso afirmou ter tido dificuldade de dar fim à seguinte praxe:

> QUE o depoente teve dificuldade em obter o cumprimento da exigência regulamentar de assinatura do livro ponto, no início e no fim do expediente, em horas certas, porque encontrou antiga praxe que dispensava dessa exigência os chefes de seções e chefes de turma e, como não contava com a colaboração real, em postos chaves de elementos, alguns, de sua confiança, e cuja substituição muito reclamou, o depoente não pôde regularizar esta particularidade dentro do Arquivo Público.[326]

Cardoso era, confessadamente, um diretor inexperiente e "bisonho no exercício da função pública".[327] Certamente, isso tornava mais difícil dar fim a uma prática existente na instituição havia muitos anos – o resultado é que havia funcionários que compareciam ao trabalho apenas às 16 horas –,[328] mas deve-se destacar, também, que os autos indicavam tratar-se de um costume arraigado na instituição, e, portanto, de difícil intervenção. Ocorre, todavia, que a gestão do Arquivo Público, conforme concluíram os responsáveis pelo inquérito administrativo de 1964, tinha uma estrutura inflada – além do Diretor, havia um oficial de gabinete, sete chefes de seção e quinze oficiais de turma, quer dizer, 24 pessoas entre funções comissionadas e cargos de confiança –,[329] de forma que um grande número de funcionários gozava de cargos de chefia e estava beneficiado da dispensa de ponto:

> A cada uma dessas seções ou turmas, corresponde uma Função Gratificada ou um Cargo em Comissão. Desde logo se verifica que a organização um tanto bombástica, criando serviços desnecessários, rotulando outros com títulos pretensiosos, porém anódinos, mas obedecendo certamente o modelo tecnocrata que passou a moda. Na realidade, a organização não atingiu o serviço do arquivo público que continuou na mesma rotina. Numerosas funções gratificadas foram instituídas com o objetivo evidente de atender o pessoal, daí ser comum seções com dois ou três funcionários, Turmas constituídas de um só, que a Chefia. O destacamento Militar de Policiamento é constituído de três soldados da Brigada Militar, sem comandante. E o Serviço Técnico, apenas uma atividade especializada que deveria estar contida no âmbito de uma das seções.[330]

---

[325] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixas APERS 7 e APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, 6 volumes.

[326] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 16-17.

[327] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório de 1964.

[328] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 28. De acordo com Heloísa*, o expediente do APERS naquela ocasião durava das 12:30 às 18:40. APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume II, 172.

[329] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, regimento de 1958. Destaque-se que dito regimento foi aprovado no primeiro governo de Ildo Meneghetti, ocasião em que o Arquivo Público estava sob a direção de Bertini Costa. Talvez a multiplicação de cargos comissionados fosse uma maneira de acomodar diversos participantes partidários. Conforme o funcionário André*, a instituição tinha 50 funcionários, de modo que cerca de 50% eram comissionados… APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume I, p. 166.

[330] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 636-637.

A tentativa de moralização do registro de presenças intentada por Líbero Cardoso foi um dos fatores que desencadearam a fúria do ex-diretor Miguel Bertini Costa (ver adiante). Junto à proibição de entrada de elementos externos à repartição, a suspensão de sua dispensa foi considerada "Ordens Nazistas [sic]" pelo que, em determinado dia, "o senhor MIGUEL proclamou em alto som que não tomava conhecimento daquela proibição, e ofendeu com palavras grosseiras o senhor Diretor, que não estava presente", segundo Gerson*.[331] Tanto foi assim que no dia em que assumiu novamente a direção do Arquivo – ver logo adiante –, Costa revogou as ações consideradas "nazistas" de Cardoso – ou seja, o controle do ponto e a vedação para entrada de pessoas externas ao serviço da repartição.

Davi*, indiciado no inquérito administrativo, justificou sua flexibilização do horário de trabalho pela terceirização de suas atividades e pela imputação de atribuições externas a seu cargo. Ocorre que mesmo antes da ditadura os dirigentes ligados aos partidos da Ação Democrática Parlamentar (ADP) – PSD, UDN, PL, PRP, PDC escantearam funcionários com orientações políticas diversas. Sua pouca assiduidade, por esse prisma, devia-se a um afastamento deliberado por parte da direção – o indivíduo em questão foi acusado de pertencer ao PTB, provavelmente por ter ocupado um cargo de chefia sob o governo de Leonel Brizola.[332] Ele foi condenado a 10 dias de suspensão por faltar muitas vezes ao serviço, embora o relatório final da sindicância de 1964 apontasse que sua baixa frequência decorria da "falta de energia" das direções e que o próprio diretor Líbero Cardoso dava um mau exemplo por ser infrequente.[333]

Ocorre que essas pessoas pouco assíduas tinham sua efetividade atestada por alguém. Cinco pessoas foram acusadas de fazê-lo, Eduardo*, Ivan*, Aline*, Miguel Bertini Costa e Clóvis Líbero Cardoso. No caso de quem apenas cumpria ordens, não houve qualquer responsabilização, especialmente porque, conforme o relatório final do inquérito,

> (...) a assinatura do "ponto" era uma verdadeira balbúrdia. Poucos eram os funcionários que o assinavam, já que a maior estava dispensada dessa obrigação. Ainda mais, funcionários faltosos tinham seu não comparecimento abonado, ora pelo Chefe da Seção de Administração, ora pelo Diretor do Arquivo. Era a praxe na Repartição e que datava de longos anos, corrigida apenas agora na gestão do Dr. Henrique Canísio Vogel, já que o dr. Clóvis Líbero Cardoso pretendeu corrigi-la mas não teve a energia suficiente para levar a cabo sua resolução, contrariado que foi pelo então substituto do Diretor, Miguel Bertini Costa.[334]

Cardoso foi o único responsabilizado, porque entendeu-se que em última instância as efetividades cabiam ao diretor. Assim, Costa e demais indiciados foram inocentados

[331] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 25.
[332] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume II, p. 124.
[333] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 631 e 641.
[334] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 613.

(ao menos dessa irregularidade). Ocorre, porém, que as presenças foram atestadas não apenas para pessoas que compareciam intermitentemente ao trabalho ou não cumpriam os horários corretos, mas também para pessoas que simplesmente não iam trabalhar.

• Funcionários que não compareciam ao trabalho

A funcionária Mônica* não foi indiciada, ainda que se vangloriasse de não trabalhar, estando no Arquivo Público apenas pela gratificação. Para gozar daqueles benefícios, apelava recorrentemente ao nome do governador e da primeira-dama, com quem pretendia ter intimidade, segundo o testemunho de Eduardo*.[335] Outra depoente, Eliane*, ouvira de Mônica* que

> lhe servia dentro do Arquivo uma seção onde pudesse ficar descansada, para bordar e fazer croché, *pois já tinha participado de muitas campanhas políticas* e não tinha vindo para trabalhar no Arquivo e sim para beneficiar-se com a remuneração que, quando algo a desgostasse, iria ao [Coronel Proença*], de quem se dizia muito amiga.[336]

O cargo público, assim, figurou como uma gratificação por serviços político-partidários. O tráfico de influências e a ascendência de políticos conhecidos no Arquivo Público era uma situação recorrente na instituição, o que será visto de forma detida mais adiante. Por ora, basta assinalar Cláudio*, que passou seis meses sem trabalhar para militar pelo PSD – Partido Social Democrático, o mesmo de Bertini Costa e do governador Meneghetti, mediante autorização do diretor em face da pressão exercida pelo deputado federal Tarso Dutra, liderança de muito poder no partido. Cabe destacar que o acusado revisou, no inquérito administrativo, algumas declarações dadas na sindicância. Todavia, admitiu candidamente sua disposição ao PSD sob a influência do deputado.[337] Ao longo dos processos, declarações dessa natureza, com uma sinceridade sem culpas, demonstram que não havia, naquele momento, para parte dos envolvidos um questionamento ao engajamento partidário naquelas condições, então naturalizado.

> o interrogando não confirma integralmente as declarações que prestou perante a Comissão de Sindicância e que se encontram à folhas 75 a 77, eis que verificou posteriormente que se havia equivocado dadas as constantes viagens que fez ao Rio de Janeiro; que na verdade o interrogando nomeado para o Arquivo Público por influência [sic], digo, influência do Deputado Tarso Dutra em 27 de março de 1963, só veio a trabalhar na Repartição ou seja no Arquivo Público em novembro ou dezembro do mesmo ano; que no espaço de tempo que mediou entre 27 de março e novembro ou dezembro de 1963, o interrogando permaneceu à

---

[335] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 24.

[336] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 166. Grifos deste autor.

[337] Tarso Dutra (1914-1983) – originalmente integrante do PRL na década de 1930 – foi um importante prócer do PSD e, durante o regime ditatorial, da ARENA, partidos pelos quais exerceu a deputação federal entre 1951 e 1967. Em 1971 tornou-se senador, cargo para o qual seria reeleito como "senador biônico" em 1978 e ocupado até seu falecimento, em 1983. A senatoria "biônica" foi um nome pejorativo dado pela oposição aos parlamentares, definidos por uma manobra do governo Geisel. Para conservar o domínio sobre o Senado. Um terço dos senadores foram indicados pelo Presidente da República e eleitos pelo voto indireto.

> disposição do Partido Social Democrático, nesta Capital, indo muitas vezes ao Rio de Janeiro com passagem fornecida por aquela agremiação política e durante esse tempo nunca trabalhou na Repartição que lhe fora designada.[338]

Eduardo*, por exemplo, disse com naturalidade que Cláudio* era um funcionário do APERS "à disposição do PSD". A única ressalva por ele apresentada era não ter cumprido integralmente sua carga horária, mas não viu problemas em estar à disposição do partido. Caso similar foi o de Gerson*. Repartia sua carga horária entre o Arquivo Público e o PSD: "ficando então acertado que o depoente, conforme já era do conhecimento do Dr. Clóvis, distribuiria o seu tempo de expediente da seguinte forma: parte ficaria, digo, em uma parte dele ficaria atendendo o serviço burocrático na sede partidária do PSD Metropolitano e, quando fosse possível, fizesse o depoente o maior esforço de cumprir a outra parte, que era a de prestar o seu concurso nos serviços internos do Arquivo Público". Após um período em que teve "mais trabalho de natureza político-partidária", passou a dedicar seu tempo integral ao APERS.[339] No fim, foi absolvido por considerarem-se insuficientes as provas coligidas.[340]

• Falsificação de documentos administrativos

Já foi vista anteriormente a instauração em 1963 de um inquérito administrativo, ao fim das contas julgado improcedente, em que funcionários eram acusados de falsificar documentos históricos, mancomunados com uma quadrilha de bandidos.[341] Entretanto, no ano seguinte também foram apurados episódios de falsificação de *documentos administrativos da própria instituição*. Por exemplo: foi elaborada uma listagem de cinco nomes para cargos comissionados a ser implementados, na qual foi incluído dolosamente um sexto nome, da ex-funcionária Manuela*, a partir de uma cópia em carbono, onde deliberadamente havia sido incluído espaço para a redação de uma nomeação extra. Veremos no quarto subcapítulo em que condições isso ocorreu. A mesma pessoa teria sido beneficiada por Miguel Bertini Costa com uma assinatura, que, com sua caligrafia, preencheu espaços em branco do livro ponto em dias que ela não se fizera presente ao serviço, acusação da qual se defendeu o ex-diretor no inquérito administrativo. Costa argumentou ter apenas dado efetividade a uma funcionária que comparecera ao trabalho, quando outro burocrata precipitou-se em carimbar falta, "dando mais uma vez vazão à sua perseguição".[342]

---

[338] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7 1, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume I, p. 58.

[339] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 73.

[340] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 641.

[341] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963.

[342] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume V, p. 406.

Não foi o caso de procedimento similar de outro colega, Ivan*, cuja atitude, por sua vez, ficara provada como "irregular e condenável" no relatório final do inquérito.[343] Tendo bastante ascendência sobre Clóvis Líbero Cardoso, aquele senhor, conforme o depoimento de Miriam*, interviera para desarquivar uma certidão, que não fora emitida devido ao fato de o requerimento não ter sido assinado pelo demandante.[344] Contrariado, para dar jeito de uma vez na emissão da certidão, de seu interesse – em breve veremos o motivo – irregularmente desarquivando a solicitação, ele mesmo assinou como se o requerente fosse, falsificando, portanto, a firma. O relatório final da sindicância noticiou a morosidade na emissão de certidões no período de Cardoso, e nas gestões imediatamente anteriores (conforme visto no capítulo VI, justamente um momento de baixo quantitativo de emissões), registrando-se também que elas costumavam ser aceleradas mediante "jeitinhos". Sobre os diversos problemas concernentes à emissão desses títulos em 1963, constava no relatório:

> De um modo geral não ficam cópias das certidões, nem nas seções nem nos processos findos (salvo na de Arquivos Administrativo e Legislativo, pelo que vi) dos requerimentos atendidos. Mesmo as cópias existentes na Seção de Arquivos Administrativo e Legislativo, na sua quase totalidade não são assinadas e não se sabe quem as datilografou porque não é usual, após o espaço deixado para assinatura, o nome de quem certifica e a sua qualificação funcional. Tudo isso é matéria de organização do serviço, que não exige pessoal de alto nível cultural, mas dinâmico, sob rodízio periódico, e de média, pelo menos, capacidade e compreensão profissional, e dedicação ao trabalho, sem o apego injustificado e a resistência passiva pela rotina viciosa em que se aviltam funcionários e serviço, reciprocamente deformados. Não falo do emperramento e da demora inexplicável que existiam para "saírem" as certidões, na seção do sr. [Ivan*] (de Arquivos e Tabelionatos e Cartórios), debaixo do repetido pretexto da falta de funcionários e baixa produtividade, a favorecer o apressamento das "urgentes" ("para que não se percam taxas de empréstimos nas instituições de crédito, por falta da documentação necessária", ou "arras" em negócios particulares, como ouvi, no mesmo tom e de várias vozes, dezenas de vezes). O Bel. Henrique Vogel [diretor que substituiu Líbero Cardoso], sem alarde e passes de mágica, e sem mais gente (com menos, porque afora outras ausências há "doentes" que não se restabeleceram desde a instauração da sindicância, e os que adoeceram após), está entregando certidões em sete ou oito dias (as fotocópias sempre foram mais rápidas), sem dar margem aos conhecidos "jeitinhos".[345]

A questão que resta, entretanto, é: qual era o interesse de Ivan* em acelerar a emissão daquela certidão, a ponto de ter mesmo assumido o risco de falsificar uma assinatura? É o que veremos no próximo tópico.

• Favorecimento de cartório familiar

Ocorre que, no mesmo depoimento examinado no tópico anterior, Miriam* relatou que o acusado era irmão do titular de um cartório, no qual o funcionário público também trabalhava. Acabou por ser denunciado por advocacia administrativa, isto é, intervir em

[343] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 629.
[344] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 133-134.
[345] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 161-162.

atividades do Arquivo em prol de benefícios e proveitos materiais, diretos ou indiretos. Ao intermediar a emissão de certidões – via de regra emitidas com grande atraso –, visando sua aceleração, o funcionário teria favorecido seu patrimônio familiar, sendo por isso condenado no inquérito administrativo em questão.[346]

Miriam* havia sido interpelada por um burocrata contrariado. Em seu depoimento, ainda, afirmou que o acusado havia se referido ao requerente cuja assinatura falsificara como "cliente de seu cartório":

> QUE a depoente ouvindo a expressão "cliente do seu cartório", dita pelo senhor [Ivan*], logo percebeu que se tratava de pessoa que mantinha ou mantivera relações com o cartório [seu sobrenome], cujo tabelião titular é um irmão do senhor [Ivan*], e onde o senhor [Ivan*] também trabalha, segundo é sabido nesta Repartição; QUE a depoente está tranquila ao prestar essas informações, como também as que prestou ao Diretor do Arquivo, sobre os fatos aludidos neste depoimento, porque julga estar no caminho certo, esclarecendo a verdade, sem mesmo, ao certo, poder avaliar se o senhor [idem] agiu corretamente ou não.[347]

Sebastião*, cidadão requerente beneficiário cuja assinatura foi falsificada necessitava de uma certidão, que deixara a cargo do tabelião Carlos*, o qual apelou a seu irmão Ivan*. A parte demandante insistiu junto ao cartório dada a demora, porque o atraso o prejudicava. Declarou que não entendia bem da parte burocrática, mas não reconhecia como sua a assinatura no requerimento apresentado, ainda que o assunto de fato fosse efetivamente de seu interesse.[348] É necessário sublinhar, portanto, que as certidões eram necessárias às mais diversas demandas dos cidadãos, sendo a morosidade da instituição prejudicial, inclusive, a interesses materiais dos cidadãos, porque os documentos probatórios podiam ser necessários a ações judiciais, ao procedimento de partilhas, etc. A morosidade, então, era um terreno propício para a corrupção, seja pelo presente caso de advocacia administrativa, seja pela pura e simples ocorrência de propinas graúdas e miúdas – o pagamento em bens ou dinheiro pela obtenção de serviços supostamente públicos. Mesmo que o inquérito administrativo 1444/1963 tenha absolvido os acusados de falsificação de títulos e mapas, talvez não fugisse completamente à realidade a afirmação, tão rechaçada no relatório daquele inquérito, de que no Arquivo Público havia um "NINHO DE GATOS", onde "não se consegue nada sem dar dinheiro".[349]

• Recebimento de propinas

No caso do inquérito 1444/1963 já examinado, sobre falsificação de mapas, há suspeitas levantadas pelo requerente – negadas por todos envolvidos, mas que ainda assim

[346] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 627-628.
[347] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I,. p. 135.
[348] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I,. p. 139.
[349] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963, p. 360.

demonstram que o assunto estava em pauta – de um advogado que teria feito intervenções visando inviabilizar a demanda do requerente que fazia estardalhaço sobre os tais documentos falsificados. Segundo uma acusação do requerente em depoimento, o bacharel teria prometido um apartamento para Sandro* abafar o caso.[350] O mesmo funcionário negou a acusação ao depor.[351] Não se sabe o quanto há de verdade nas acusações do denunciante, mas, caso esteja certo no arranjo entre arquivo e a tal quadrilha, os elevados valores aventados fariam sentido. O mesmo advogado defendeu-se, durante a instrução administrativa, da acusação, pelo requerente, de oferecer à outra parte quatro milhões de cruzeiros pela desistência da causa.[352] Sendo assim, poderia haver interesses de grande vulto por parte de corruptores – dado o montante oferecido.

Há que considerar, todavia, que havia relatos de corrupções miúdas mais triviais, relacionadas em geral à aceleração do fornecimento de certidões. As próprias circunstâncias do Arquivo Público, de atraso sistemático nas emissões, tornava propício o terreno para essas pequenas corrupções. Só o fato da testemunha Júlio* ter negado conhecer qualquer caso "de recebimento de dinheiro por funcionários para apressar o andamento de certidões e fotocópias" sugere que, pelo menos, havia rumores a respeito.[353] Por que o negaria espontaneamente, se não existisse uma potencial suspeição? Os rumores chegaram à direção, que se omitiu, conforme declarou o diretor Clóvis Líbero Cardoso:

> QUE embora alguns "diz-que-diz-que" chegassem ao depoente, sobre propinas a funcionários para extraírem certidões rapidamente, o depoente nunca teve elementos mais sérios em que pudesse basear uma investigação e, por isso, preocupou-se mais em assegurar a correção do trabalho sob a sua responsabilidade, provendo quanto às possibilidades de fraude.[354]

O mesmo funcionário Sandro*, anteriormente acusado de ter recebido a oferta de um apartamento, negou, no contexto de sindicância, ter recebido uma quantia da servidora Aline* para localizar documentos para uma certidão de interesse do pai dela.[355] Era reconhecido "como pessoa habilitada para essa missão", isto é, a orientação de pesquisadores. Ele afirmou "não ser de seu feitio" cobrar por tais serviços ou receber gratificações. Todavia, afirmou não estar "seguro para afirmar, com absoluta certeza" não ter recebido, através de sua colega, um cheque – segundo aquela colega, no valor de Cr$ 10.000,00, para obtenção de documento necessário para o procedimento de partilha de terrenos

---

[350] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963, p. 154.
[351] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963, p. 254.
[352] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963, p. 315.
[353] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963, p. 247.
[354] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I. p. 16.
[355] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I. p. 130.

familiares. Talvez tenha preferido não negar o recebimento porque a comissão de sindicância localizou, junto ao banco, fotocópias do cheque circulado entre colegas.[356] A hesitação na sindicância custou caro a ele, porque a frase ambígua proferida foi interpretada como uma confissão. Durante o inquérito administrativo tratou de negar o recebimento da propina, inclusive apelando à inverossímil versão de que a colega – também processada como corruptora – teria colocado o cheque entre suas roupas sem que percebesse; descontou o cheque por acreditar ser uma bondade do pai da colega. Ele ainda disse que Aline* o acusara por ressentimento: Sandro* não quisera namorá-la.[357]

Independente da responsabilidade do referido funcionário – a comissão de inquérito não se permitiu convencer, dado que o suspendeu por 90 dias e ainda exigiu exame psicotécnico por "atingir as raias da imbecilidade" –[358] seu relato, às avessas, dá conta de que esse tipo de transação era comum, ou ao menos existente, no corpo funcional. Afirmou ter recusado o empréstimo de Cr$ 100.000,00 de um grileiro; afirmou nunca ter aceito cervejas oferecidas em gratidão pelos pesquisadores; afirmou não se sentir à vontade para nomeá-los, mas tinha colegas que recebiam benefícios tais como cervejas (os mais comuns), vinho, camisas ou mesmo galinhas.[359] Aline* afirmou, por seu turno, que o cheque não passava de um empréstimo de seu pai e que não havia impedimento regulamentar de que algum funcionário extraísse certidões para si.[360] Ela foi inocentada pelo benefício da dúvida, culpando-se o corrupto mas não a corruptora.

• Desorganização da tesouraria

Desvios de recursos eram possibilitados, provavelmente, pela desorganização da tesouraria do Arquivo Público, que supostamente deveria manter em dia a contabilidade dos emolumentos recebidos pelas certidões. Não havia cofre. O dinheiro ficava em uma gaveta na mesa da diretoria, com fechadura admitida por todos como precária. Na tesouraria sucediam-se funcionários sem habilitação para tal, e, inclusive, na alta rotatividade e na fragilidade da segurança para deixar o dinheiro na instituição, levavam recursos para suas casas. Não havia livro contábil – os balancetes foram instituídos por Henrique Canísio Vogel, sucessor daqueles diretores, já durante o regime militar. As entradas eram computadas em

[356] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume II. p. 120-120A.
[357] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 105.
[358] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 639. É possível que a comissão tenha deduzido uma limitação mental pela facilidade com que se incriminou e pelas tentativas hesitantes de desdizer-se. Na defesa apresentada, o funcionário registrou que recebeu o cheque mas isso não caracterizava propina, uma vez que não tinha intenção de favorecer o pai de sua colega no trâmite de emissão da certidão. APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume V, p. 396.
[359] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 105.
[360] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume V, p. 396.

recibos soltos. Havia discrepâncias entre valores arrecadados e quantidade de selos emitidos. As pessoas envolvidas na tesouraria, uma vez indiciadas, simplesmente apelaram à patente desorganização de finanças do Arquivo Público para justificar os limites de sua atuação. Estabeleceu-se uma perícia técnica, que, contudo, não conseguiu sequer obter respostas dos quesitos propostos, por sequer dispor de elementos necessários à averiguação.

> colhendo a mais sombria impressão sobre a completa falta de organização do serviço, com os registros do livros em alarmante atraso, material importante, sujeito a posteriores anotações, solto pelas gavetas, prateleiras, em cima das mesas, amassados ou juntados em pacotes sem referência, e em amontoados desconexos, metidos em diversos maços, exemplares sobre o chão, falta de elementos básicos a um completo levantamento, tudo uma balbúrdia difícil de ser reproduzido em palavras. A funcionária que responde [naquele momento] pela Tesouraria, nada sabe a respeito do que se pergunta [Bárbara*], a respeito de documentos extraídos e lançamentos incompletos ao tempo da titular, [Antônia*], que está de férias. Os registros eram organizados até [Bárbara*] assumir a tesouraria, quando passaram a ser comuns rasuras, linhas em branco sem ressalvas, e no lugar do selo nas certidões havia referências a mão do valor cobrado. Os talões apreendidos totalizaram Cr$ 23.898,00 em selos. [Bárbara*] não tentou arrumar a contabilidade de [Antônia*], por não pretender "arrumar a escrita" da colega e tampouco registrou corretamente a sua em livro, em virtude da falta de continuidade.

Conforme o relatório final da comissão de inquérito administrativo,

> nunca antes teve a Tesouraria qualquer escrita ou contabilidade, mesmo rudimentar. A parte fazia o depósito prévio ao requerer a certidão e a importância desse depósito era transformada em selo, aplicada nas certidões. Nunca houve qualquer controle. Nunca foi feito balancete diário, mensal ou anual, contrariando aliás, o que estabelece o regulamento interno do Arquivo Público. O laudo fornecido pelos peritos conclui pela impossibilidade de se chegar à conclusão certa da existência de alcance…[361]

Tesoureiros substitutos, que ficaram pouco tempo no cargo foram absolvidos. Antônia*, a tesoureira titular, contudo, foi condenada a suspensão de trinta dias: não por peculato, mas por desídia para com a coisa pública.[362] É plausível que uma repartição que recebia emolumentos constantes, mas de arrecadação desordenada e pouco sujeita a controles, fosse atrativa para diferentes agentes políticos.

• Jogatina no âmbito da repartição

Bernardo*, terceiro indiciado no inquérito administrativo 5893/1964 foi acusado de promover jogos de azar no interior da repartição. No relatório, entretanto, consideraram-se os elementos probatórios insuficientes. "É certo que existe à fls. 87 ofício do senhor Delegado de Costumes onde se afirma que [Bernardo*] é sócio de uma sociedade recreativa na qual são praticados os chamados "jogos carteados lícitos" e que [Bernardo*] exercia as funções de controle do caixa. Isto, no entanto, não basta para incriminar ninguém."[363]

---

[361] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 623.

[362] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 622; 623; 625-626; 631-635.

[363] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 622.

• Residência de familiar de integrante do funcionalismo do Arquivo Público em casa no pátio interno da instituição

Larissa* era irmã de uma funcionária do Arquivo Público e *morava* em uma casa situada em seu pátio interno. Embora este aspecto não tenha recebido maior atenção da comissão de inquérito, e seja mencionado pouquíssimas vezes no processo administrativo, ele constitui, sob os olhos contemporâneos, uma óbvia situação de apropriação particular do espaço público, no mínimo. Ivan* atribuiu certa denúncia a um desejo de vingança de Heloísa*, que ficou incomodada por ele ter desalojado sua irmã que residia em uma casa no pátio do Arquivo.[364] A despejada também depôs ao inquérito administrativo e revelou que "A depoente residia já morava nessa casa a [sic] cinco anos e estava pintando *a de sua propriedade* quando recebeu o ofício citado".[365] Nos anos 1980 aquela edificação ainda existia no órgão, tendo sido desmontada na gestão de Carlos Aléssio Rossato.[366]

Imagem 46 – Casa no pátio do Arquivo Público, início dos anos 1980



APERS, Acervo Executivo, Secretaria da Justiça, acervo intermediário, caixa de fotografias. Autoria provável de Alcívia Neves da Rosa (?).

[364] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume II, p. 109.

[365] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume III, p. 220. Grifos meus.

[366] "uma outra coisa que eu tive que fazer, porque estava infestando todo o arquivo, era tirar aquela casa que tinha no meio do pátio do arquivo. Não sei se você viu foto dessa casa. Aquele casarão estava entulhado de coisa velha. Mesa, cadeira, armário. Máquina de escrever. Tudo que não prestava mais ia para aquele arquivo e era fechado lá dentro." Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.

• Comércio por parte de funcionários

Trabalhadores do Estado não podiam ter comércio próprio, conforme o estatuto do funcionário público estadual de 1952.[367] Todavia, Davi* foi mencionado, diversas vezes, por ter um comércio próprio, na Rua dos Andradas. Ao inquérito administrativo procurou esclarecer que o estabelecimento era particular, mas não comercial, e ainda jamais ter empregado material da instituição em suas atividades privadas.[368] Ainda que estivesse dentre os acusados de não cumprir horário no Arquivo, afirmou em suas defesas que sua atuação no estúdio dava-se fora do horário de funcionamento da instituição. Afirmava-se "incompreendido por alguns colegas que viam no indiciado um incômodo de novas ideias que os viessem tirar da letargia rotineira, convictos que ali estavam apenas para cuidar de papéis velhos".[369] Alguns aspectos indica ser um trabalhador dinâmico e criativo, tendo apresentado sugestões para chefias e diretores, mas era tido como "inconveniente" e "criador de casos" no relatório da comissão de sindicância de 1964.[370] Por exemplo, talvez percebendo que o novo diretor estava desorientado, Davi* aproveitou o ensejo para apresentar sugestões para melhoria da instituição:

> fez, através de vários ofícios, todos eles protocolados individualmente, os quais são mostrados à Comissão nos seus originais, diversas sugestões ao Dr. Clovis Cardoso, no sentido de melhorar o serviço do Arquivo, tratando, especificamente, dos seguintes casos: 1 – Criação de uma mapoteca, por razões que apresenta, inclusive uma que diz com grave irregularidade, que motivou até a inquérito no Arquivo; 2 – Arbitra valores como subsídios à reformulação dos emolumentos a serem cobrados de trabalhos feitos pelo Arquivo; 3 – Entrosamento entre atividades concernentes a setores internos do Arquivo, citando anomalia que prejudicava o serviço; 4 – Aquisição de material, bem como conserto, numa máquina fotográfica da seção do depoente; 5 – Previsão, com as medidas de ordem burocráticas correspondentes, para a aquisição, em tempo e preço convenientes, de elementos indispensáveis à seção do depoente; 6 – Pedido de dois auxiliares para o serviço de natureza burocrática da seção do depoente; 7 – Pedido de instalação de um transformador de energia elétrica, de vez que a seção [de microfilmagem] se ressentia da deficiência das instalações deficientes; 8 – Proposta de reuniões periódicas da Direção com os chefes de seção e turma do Arquivo; 9 – Oferecimento de formulários a serem adotados no Arquivo, de modo a que os requerimentos da parte e mais anotações fossem feitas num impresso que viria a servir, também, para capear expedientes em que as partes pedem certidões ou fotocópias, isto é, passando o requerimento a ser parte integrante da própria capa; 10 – Pedido de uma modificação nas dependências dos laboratórios de fotografias do Arquivo, para evitar prejuízo e reclamações que refere; 11 – Pedido de confecção de cinco carimbos, conforme modelo que oferece e justifica; Pôde a Comissão verificar que em todos os expedientes mencionados há "o Arquive-se" do Diretor, sem que as medidas solicitadas merecessem estudos atenciosos e soluções satisfatórias, limitando-se, em todos eles, o despacho do Diretor a determinar, o des-

[367] "É ainda proibido ao funcionário: "comerciar ou ter parte em sociedades comerciais, exceto como acionista, quotista ou comanditário não podendo, em qualquer caso, ter função de direção ou gerência". Lei ordinária 1751/1952, artigo 203, inciso VI. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=30&hTexto=&Hid_IDNorma=30. Acesso em: 12 ago. 2024.

[368] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume II, p. 124.

[369] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume V, p. 472.

[370] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 167.

> pacho do Diretor a determinar, pura e simplesmente, que aqueles expedientes fossem sumariamente arquivados.[371]

Em seu depoimento ao inquérito administrativo 1444/1963 demonstrara, por exemplo, reconhecimento quanto à importância da instituição e à necessidade de sua modernização e profissionalização:

> Que o Arquivo Público, como assim deve ser encarado, é uma instituição que deveria receber por parte do Governo atenções e cuidados especiais, visto tratar-se de um órgão técnico que tem sob sua responsabilidade a guarda e a conservação da massa documental, que caracteriza a vida histórica, administrativa e legal do Estado, nessas condições deveria o Arquivo possuir um regimento próprio elaborado de acordo com as normas internacionais de arquivamento e conservação, bem como um corpo de técnicos especializados, arquivistas e funcionários de nível cultural elevado.[372]

Provavelmente parte da resistência a seu nome se devesse a ser visado ideologicamente, pois o relatório da sindicância era datado de agosto de 1964, já durante o regime de exceção, ao passo que havia sido chefe de seção na administração de Leonel Brizola e era acusado de pertencer ao PTB. É impossível saber o quanto de verídico havia nas acusações realizadas e o quanto havia de perseguição política, mas provavelmente ambos fatores estavam em jogo. O funcionário recebeu uma suspensão por dez dias.

• P**ara concluir um longo diagnóstico**

O depoimento espontâneo do secretário de Interior e Justiça Mário Mondino na ocasião em que Miguel Bertini Costa invadiu o Arquivo Público – o que aparecerá no terceiro subcapítulo – é muito revelador sobre os motivos que podem ter levado à ocorrência de tantas irregularidades.

> Que o Arquivo Público como algumas outras repartições públicas cujo trabalho *não tem expressão política de repercussão no cotidiano na administração* e que, portanto não sensibilizam a opinião pública, passam desapercebidas, digo, passam quase desapercebidas e por isso mesmo vão caindo num afrouxamento da própria rotina, quebrando índices regulamentares disciplinares até que com a eclosão de uma crise como essa que ocorreu aqui no Arquivo, é que vai se verificar uma certa, digo, com uma certa surpresa, a sua real situação fruto de erros, distorções de muitos anos; que o depoente faz esses comentários porque, embora não conhecendo o que foi apurado pela comissão, senão por informações de terceiros chega a conclusão de que *os fatos nela ventilados estariam muito além das previsões iniciais*, até mesmo com surpresa.[373]

À pouca importância de que o Arquivo Público era investido, ao contrário do que ocorrera no regime borgista, poderia se somar o amadorismo como funcionava, já que a profissionalização da instituição, anos mais tarde, coibiu esse tipo de prática.

---

[371] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 80-81.

[372] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 10, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 1444/1963, f. 18.

[373] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume III, p. 295. Grifos meus.

Mesmo que saibamos que o golpe militar de 1964 representou para o país vinte anos de estado de exceção, não é de surpreender que, no contexto de polarização política ocorrido no Brasil das vésperas do golpe, e de colapso dos recursos institucionais, para alguns burocratas a tomada do poder pelos militares pudesse representar uma expectativa de redenção para o Arquivo Público. Em um relatório intitulado "Problemas do Arquivo Público e suas soluções", provavelmente de 1972, anexado ao processo de tombamento do Arquivo, concluído em 13 de março de 1991,[374] constava que "os 3 anos que precederam a revolução de 1964, e que se caracterizaram por seu descalabro e corrupção".[375] Isso certamente é uma falácia, uma vez que, veremos, as organizações políticas por trás da "desordem e estagnação" foram aquelas da ADP, que originaram o partido oficial de representação do regime ditatorial, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA. Ademais, conforme visto no início do capítulo, a vigência do regime autoritário, de forma alguma, conseguiu coibir os "pseudo-pesquisadores", cuja atuação ainda se faria presente na década de 1980. Ainda assim, não há por que duvidar das genuínas convicções daqueles que acreditaram – em vão – que o novo sistema político iria sanar os males do serviço público.

> Há, por assim dizer, nos autos deste inquérito uma radiografia da desordem que imperava no Arquivo Público, ela só de per si capaz de provocar as irregularidades que o motivou. A mudança de Direção modificou em parte esse estado de coisas pela eliminação de sua causa mais profunda, que era o predomínio político sobre administração. Por tudo isso, é parecer desta Comissão de Inquérito que o Arquivo Público deva ser objeto de uma reestruturação que agenda a organicidade de seus serviços, dando-se-lhe também um quadro de pessoal que permita fazê-los funcionar com eficiência.[376]

Imagem 47 – Funcionários do Arquivo Público, 1966



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, Acervo Intermediário, Caixa de fotos.

[374] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0184. Relatório anexo ao processo de tombamento do Arquivo Público. O relatório não é datado, mas pelos indícios cronológicos abarcados, provavelmente era de 1972 sob a direção de Benjamin Arruda, que deveria ser seu autor.

[375] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0184. Relatório anexo ao processo de tombamento do Arquivo Público. p. VIII do relatório e 36 do processo de tombamento.

[376] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 637.

7.2 “Arquivo Público violado e roubado durante 5 anos”

No Diário de Notícias de 30 de dezembro de 1966 foi publicada uma reportagem acerca de outras irregularidades do fim dos anos 1950 e início dos 1960. A manchete, um tanto espalhafatosa, afirmava que o “Arquivo Público [foi] violado e roubado durante 5 anos”. Segundo a notícia, os furtos destinavam-se à produção de escrituras falsificadas, e a denúncia sobre a situação foi realizada pelo próprio diretor Henrique Canísio Vogel. Naquela ocasião, vieram a público circunstâncias conhecidas havia já um ano. “A fraude muito bem concatenada, só foi descoberta quando os legítimos donos vinham reclamar no Arquivo Público que suas terras estavam sendo ocupadas por outras pessoas com direitos amparados em lei”. Em suma, uma variação da grilagem. Vogel pediu a abertura de uma sindicância interna, infelizmente não localizada, porque havia sido “apurado o nome dos funcionários envolvidos pelos falsários”. Uma das fazendas apropriadas indevidamente foi vendida por 200 milhões de cruzeiros, o que dá uma ideia da dimensão do golpe.[377]

Em 11 de outubro do ano seguinte o assunto voltou às páginas do Diário de Notícias, quando se divulgou que o inquérito sobre o delito estava quase pronto e tinha muitos indiciados. Infelizmente, não foi possível localizar o inquérito policial ou processo-crime deste caso, motivo por que será necessário nos contentarmos com a imprensa. Segundo a coluna, outros municípios também foram atingidos pela fraude, como São Francisco de Paula, Quaraí, São Jerônimo e Viamão, muito embora não tivessem sumido livros, como ocorreu com Porto Alegre, Osório, Santo Antônio da Patrulha e Torres.[378] Além disso, também era noticiado o envolvimento de um ex-diretor da instituição. No dia seguinte, um dos indiciados, pesquisador que frequentava a casa, Pedro*, foi preso. Ele “fazia pesquisas a pedido de advogados, mediante pagamento. Com isso foi se aperfeiçoando no ramo, tornando-se um dos homens mais procurados por aqueles que desejavam saber sobre a procedência ou situação de qualquer gleba de terra localizada no Estado”.[379] Esse trecho é bastante significativo por duas razões: em primeiro lugar, evidencia haver uma rotina e uma frequência por interessados nas “pesquisas” de Pedro*. Além do mais, é importante observar que, conforme o regimento vigente na ocasião, o acesso à documentação se dava mediante fiscalização das partes. Quer dizer, essa determinação não estava sendo cumprida, porque o levantamento de terras, é claro, passava ao largo dos prejudicados.[380] O estelionatário concedeu uma entrevista ao *Diário de Notícias*. Ali, ele relatou que parou de atuar junto à “gang” após se sentir passado para trás em uma transação referente a São Francisco de Paula.

No dia seguinte – aparentemente o jornal foi publicando a situação a conta-gotas para vender mais –, novas revelações. O *modus operandi* dos larápios envolvia a procura

[377] HDBN, *Diário de Notícias*, 30/12/1966.
[378] HDBN, *Diário de Notícias*, 11/10/1967.
[379] HDBN, *Diário de Notícias*, 12/10/1967.
[380] HDBN, *Diário de Notícias,* 12/10/1967.

por “uma pessoa já idosa analfabeta e que fosse solteira”, que inadvertidamente foi usada como “laranja”, na denominação atual. Falsificou-se o documento e escriturou-se um terreno em nome do incauto, que foi apontado como solteiro, mesmo que assim não fosse. Então foi forjado também um atestado de óbito, e um dos golpistas apresentou-se como seu herdeiro.[381] No dia seguinte, novidades. Havia três advogados envolvidos, Francisco*, Aristeu* e Amaury Lampert, um gestor que esteve à frente do Arquivo Público por cinco meses de 1959 – justamente o ano de desaparecimento do livro de Osório. Era ele o misterioso ex-diretor acusado de envolvimento no esquema. Veio a público naquela ocasião a intenção da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, de instaurar o “competente processo disciplinar”. Era necessário, para tal, provas a respeito das acusações.[382] Infelizmente, não conhecemos os desdobramentos do processo, a fim de avaliar a participação, ou não, do ex-diretor. Segundo contato com o Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça, o processo provavelmente se encontra lá, mas foi sinistrado na enchente de maio de 2024.

No jornal de 11 de novembro de 1967 foi divulgado que estava em vias de conclusão o Inquérito Policial. Segundo o periódico, as apurações estavam paralisadas desde 1965. Ainda que o caso se assemelhe ao da primeira sindicância anteriormente relatada, temos pessoas indiciadas que não aparecem naquela investigação, Joel* e Alexandre*. O primeiro era conhecido da polícia da capital, havendo diversos habeas-corpus envolvendo seu nome pelo crime de furto. Eles, contudo, fariam parte de uma “gang” organizada, que tratava da emissão de escrituras “frias”, quer dizer, algo muito parecido ao descrito por Neida Ilha nos anos 1980. Ainda que essa reportagem, em específico, trate do período ditatorial, os fatos apurados são anteriores.

> Os livros eram roubados do Arquivo, as escrituras eram falsificadas e as transações com os imóveis eram feitas sem qualquer embaraço, pois, os Cartórios de Imóveis nada encontravam com relação às terras negociadas. Parte da relação de imóveis transacionados dessa maneira já é conhecida. As terras negociadas com escrituras frias são as seguintes: 1669 hectares localizados na região conhecida como Faxinal das Oliveiras, em São Francisco de Paula; 8.000 hectares em Quaraí, local conhecido como “Fazenda São Diogo”; 2806 hectares em São Jerônimo, na localidade chamada “Fazenda Quitéria”, município de Viamão; 1 légua de frente por 3 de fundos, localizada no município de Torres, localidade conhecida como “Josafá”.[383]

Os livros faltantes eram: livro 87 do 1º Notário de Santo Antônio da Patrulha, de 1916; livro 330, do 1º cartório de Porto Alegre, datado de 1944 e desaparecido em 1962; livro 32 do 1º notário de Osório, datado de 1916 e desaparecido em 1959; livro 40 do 1º cartório de notas de Torres, datado de 1911 e desaparecido em 1963. O livro de Torres, venturosamente, encontra-se no acervo, quer dizer, de alguma maneira foi possível recu-

[381] HDBN, *Diário de Notícias*, 13/10/1967.
[382] HDBN, *Diário de Notícias*, 14/10/1967.
[383] HDBN, *Diário de Notícias*, 11/11/1967.

perá-lo. Os de Osório e Santo Antônio realmente encontram-se extraviados; o de Porto Alegre não foi possível realizar a conferência porque o número do livro não bate com o seu ano. Uma das vítimas da falsificação não deixou por menos, processando o Estado, já que a negligência ou mesmo envolvimento do corpo funcional possibilitou que ele comprasse terras que posteriormente foram consideradas irregulares.[384]

7.3 O golpe de março de 1964

Quem inadvertidamente ler o título deste subcapítulo certamente pensará nos episódios de 31 de março / 1º de abril daquele ano. Nada mais equivocado. Ainda que as duas coisas estejam inter-relacionadas, refiro-me, aqui, a um sucesso ocorrido cerca de duas semanas antes. No dia 18 de março, cerca das 12:30 horas, o ex-diretor Miguel Bertini Costa, capitalizando o descontentamento com o (auto-reconhecido) ineficiente diretor Clóvis Líbero Cardoso, invadiu o Arquivo coadjuvado pelo chefe da seção de encadernação e apoiado pelos brigadianos Bernardo* e Daniel*, que cuidavam da segurança do Arquivo Público, autoproclamando-se o novo diretor. Um autêntico golpe militar! De acordo com Eduardo*, Miguel Bertini Costa expediu comunicações oficiais e avisou o Governador do Estado, o Presidente da Assembleia, o Presidente do Tribunal de Justiça, o secretário de Interior e Justiça e o comandante da Brigada Militar de que era o novo diretor.[385] Bertini Costa parecia buscar legitimar sua posse elaborando uma articulação com os três poderes. Obviamente a arbitrariedade não deu certo, porque na tarde seguinte Henrique Canísio Vogel foi escolhido como substituto enquanto durasse a licença de saúde de Clóvis Líbero Cardoso. Costa teve que responder à sindicância e ao inquérito administrativo que tantos desdobramentos teve. O episódio, aliás, foi o que desencadeou as investigações. Entretanto, indiretamente o invasor parece ter sido bem-sucedido, ao afastar Líbero Cardoso, a quem imputava uma conduta “imoral” além das tais determinações “nazistas”. Segundo Alberto*, ele teria dito que assumiria a direção para “acabar com a anarquia, moralizar o arquivo”.[386] Já Leandra* reportava ter sido Costa recebido com palmas.[387]

Ocorre, todavia, que o “invasor” não era consenso entre os funcionários. De acordo com Sandro*, havia duas correntes, de Miguel Bertini Costa e [Eduardo*, um funcionário ligado a Clóvis Líbero Cardoso], e “uma puxava para um lado e outra para outro”. Achava que ambos prejudicavam a repartição “imagine-se com uma Repartição com 50 funcionários, com dois líderes, 25 funcionários de cada lado, um bombardeando o outro, as conversas, as fofocas, os

[384] HDBN, *Diário de Notícias*, 22/12/1967. Tampouco esse documento foi localizado.
[385] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 28.
[386] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 47.
[387] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 48.

disque-disque, os levaetraz".[388] O péssimo ambiente de trabalho também foi identificado através de Júlio*, trabalhador no Arquivo Público desde meados dos anos 1940, para quem:

> há cerca de um ano ou pouco mais, aquela falta de entrosamento entre os diferentes setores do Arquivo, já referida, acentua-se e, segundo entende e observa o depoente, isso se deve por um lado, à falta de adequação dos elementos guindados as chefias e, por outro lado, ao ambiente um pouco desagradável que a situação interna gerou; QUE embora o depoente não conheça em pormenores essa "situação interna", o certo é que ela trouxe para o Arquivo um mal-estar evidente, face as conversas que suscitou.[389]

Ocorre que, dadas as confessadas limitações de Líbero Cardoso, ele iniciou por ser aconselhado por Miguel Bertini Costa. Devido a alguma desinteligência, ele substituiu seu conselheiro por outros dois funcionários, os indiciados Eduardo* e Ivan* Esse último, assim como o próprio diretor, foram apontados como "testas de ferro" de Eduardo*, "que era quem mandava de fato no Arquivo Público".[390] Miguel Bertini Costa apegava-se, no depoimento à sindicância, para legitimar sua aventura, no fato do último ter se declarado "chefe de gabinete", cargo de fato inexistente legalmente, tendo, até mesmo, instalado uma mesa na sala de Líbero Cardoso onde passou a despachar no lugar do legítimo diretor. Escanteado, Costa foi cedido à Comissão Estadual de Compras, embora continuasse a frequentar o Arquivo Público, insuflando funcionários contra o diretor e se revoltando quando houve a proibição da entrada de pessoas externas ao serviço. Seu trunfo era que seu cargo de vice-diretor jamais fora revogado, apresentando-se, portanto, como o legítimo substituto em caso de impedimento de Clóvis Líbero Cardoso, que era exatamente o que ocorria no dia do golpe – encontrava-se licenciado o diretor desde 26 de fevereiro.[391] A leitura de muitos dos testemunhos permite compreender como cada depoente alinhava-se com Costa ou Cardoso e seus conselheiros, pelo teor de condenação ou exaltação da atuação de um ou outro.

Detalhadamente, o que aconteceu foi o impedimento de entrada de Eduardo* e de seu "testa de ferro" Ivan* por volta das 12h30min, horário em que iniciava o expediente da instituição. Um integrante da tropa de choque de Bertini Costa bradava "hoje quem manda aqui somos nós", conforme o depoimento de Ivan*.[392] Houve confronto físico, porque um dos dois homens foi empurrado por Miguel:

> QUE o depoente ao colocar o pé no portal de entrada, foi empurrado com a mão do senhor MIGUEL violentamente estirada no peito do depoente, que quase caiu não fosse o amparo que lhe deu o Tenente da Brigada, [Luís*], à disposição do Arquivo, que ali se encontrava; QUE só devido a esse auxílio o depoente não caiu ao solo, tal foi a força com que foi jogado.

---

[388] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume I, p. 166.
[389] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 18.
[390] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 75.
[391] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 29-36.
[392] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 38.

As primeiras – e únicas – ações de Bertini em um "mandato de dois dias" consistiram em desfazer o legado do período em que Clóvis Líbero Cardoso esteve alheio à sua influência. Revogou todas portarias assinadas sob inspiração de seu desafeto. Retirou a mesa de Eduardo* do gabinete da direção. Liberou, novamente, o ponto. Apesar da confessada intenção de "acabar com a anarquia e perseguições e salvar o bom nome do governo", a comissão de inquérito entendeu que Bertini Costa agira dolosamente e de má-fé. Pensando retrospectivamente, é fácil concluir que sua impunidade era improvável, dadas todas as hierarquias atropeladas ao definir-se diretor, e, à Napoleão Bonaparte, ousadamente comunicá-lo aos líderes dos diferentes poderes de Estado. Colocava-se no relatório final: "o bom nome do Governo salvaguarda-se com o cumprimento exato dos deveres, com contração ao trabalho, com zelo e comedimento no desempenho das funções. Nunca com arbitrariedade. Nunca inopinadamente. Nunca com violência." Foi questionado, ainda, por que não levara as alegadas irregularidades ao Secretário da pasta responsável pelo Arquivo Público. Um palpite plausível é que, como veremos, o Secretário pertencia a outro partido político.[393] A punição foi severa: 90 dias de suspensão, além de indicação para que respondesse pelo crime de violência arbitrária tipificada no Código Penal (artigo 322).

Temos, ainda, o golpe de 31 de março 1964, é claro. Mesmo que motivada por questões mesquinhas e locais, a invasão do Arquivo Público no dia 18 estava envolvida em um contexto muito maior de efervescência política. No dia 13, definindo-se, após muita hesitação, por vias lidas pelos setores conservadores como mais radicais para implantação de um programa reformista, João Goulart realizou um grande comício no Rio de Janeiro. Dois dias após, solicitou ao congresso poderes maiores à Presidência da República, para o que o Legislativo deveria delegar parte de seus poderes, além de uma decisão plebiscitária sobre a realização de "reformas de base", isto é, a realização de transformações profundas na sociedade brasileira: agrária, bancária, educacional, fiscal, urbana, bancária. Também propunha modificações eleitorais que incluíam o voto dos analfabetos, sargentos e praças, mas também que todos os alistáveis fossem elegíveis. Tais medidas favoreceriam o PTB, ao alargar as bases populares do eleitorado e ao possibilitar a eleição de Leonel Brizola, o grande líder das esquerdas, até então vedado por ser cunhado do Presidente, e a reeleição do próprio Jango. Isso possibilitaria a continuidade progressista nas eleições subsequentes para implementar o projeto político reformista (Ferreira, 2011, p. 432; Ferreira; Gomes, 2014, p. 285).

As propostas reacenderam suspeitas da direita sobre a iminência de um golpe operado pela esquerda mais radical, mesmo que de radical Jango tivesse muito pouco (Ferreira, 1999; Ferreira; Gomes, 2014). É possível que Bertini Costa se investisse de ânimo para expulsar aqueles que acusava como contrários à ADP (ver adiante) em meio à preocupação e à fúria anticomunistas que tomavam conta do país. Fosse realmente acreditan-

[393] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 609-613.

do que aquelas pessoas eram comunistas, fosse oportunamente utilizando dessa acusação para justificar a deposição de seus antagonistas em base a argumentos reacionários, era esse o contexto social em que todos estavam inseridos. A invasão ao Arquivo Público ocorreu na véspera da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na qual centenas de milhares de pessoas, do setor antijanguista da sociedade civil, realizaram um protesto vigoroso, em São Paulo, contra o Presidente da República, contra Leonel Brizola e contra eventuais alterações constitucionais.

O que foi entendido por "movimento revolucionário" ocorreu pouco depois da ocasião em que o diretor Henrique Vogel fora indicado pelo governo estadual, que acabou por aderir ao golpe. A Meneghetti, afinal, pode ser atribuída a composição na conspiração de derrubada de João Goulart, já que teria emitido ordem para a Brigada Militar se somar ao movimento de sua deposição (Ferreira; Gomes, p. 351). Formando um temporário governo em Passo Fundo no dia 1º de abril, retornou com "honras de herói, e promoveu um comício para saudar o 'movimento revolucionário' e sua nova ordem" (Rodeghero, Guazzelli, Dienstmann, 2013, p. 33). O golpe foi celebrado no Arquivo Público, que suspendeu o expediente por cinco dias, para provável desgosto de Davi*, colega possivelmente petebista.[394] No início de abril, houve verdadeiras celebrações pela parte da sociedade civil que concordava com a deposição de João Goulart, com base em uma propaganda e um engajamento que identificavam no Presidente da República deposto um perigoso agente comunista (Ferreira; Gomes, 2014, p. 379).[395] O regime autoritário ensejou que muitas pessoas aproveitassem a oportunidade para perseguir desafetos ou denunciar comportamentos considerados inadequados ou imorais. No caso do Arquivo Público, essa tendência revelou-se precocemente.

Iniciada a caça às bruxas, Miguel Bertini Costa enviou um telegrama ao novo Presidente da República Castelo Branco no qual demonstrava um viés persecutório – ainda que seja impossível dosar, em sua conduta pessoal, o quanto havia de paranoia e o quanto havia de oportunismo, visando bajular os novos instalados no poder. Carlos Fico (2020) argumentou pela existência de uma "utopia autoritária" no regime militar, que podia se expressar por meio de um viés pedagógico ou "saneador", representando a erradicação de todas as pessoas que não coadunassem com a perspectiva anticomunista dos militares da "linha dura", isto é, os setores mais extremistas do regime autoritário. É verdade que o autor refere-se ao período posterior a 1968, mas os expurgos já começaram no mandato do primeiro presidente militar, Castelo Branco. Cabe destacar que o telegrama data de três dias após o prazo

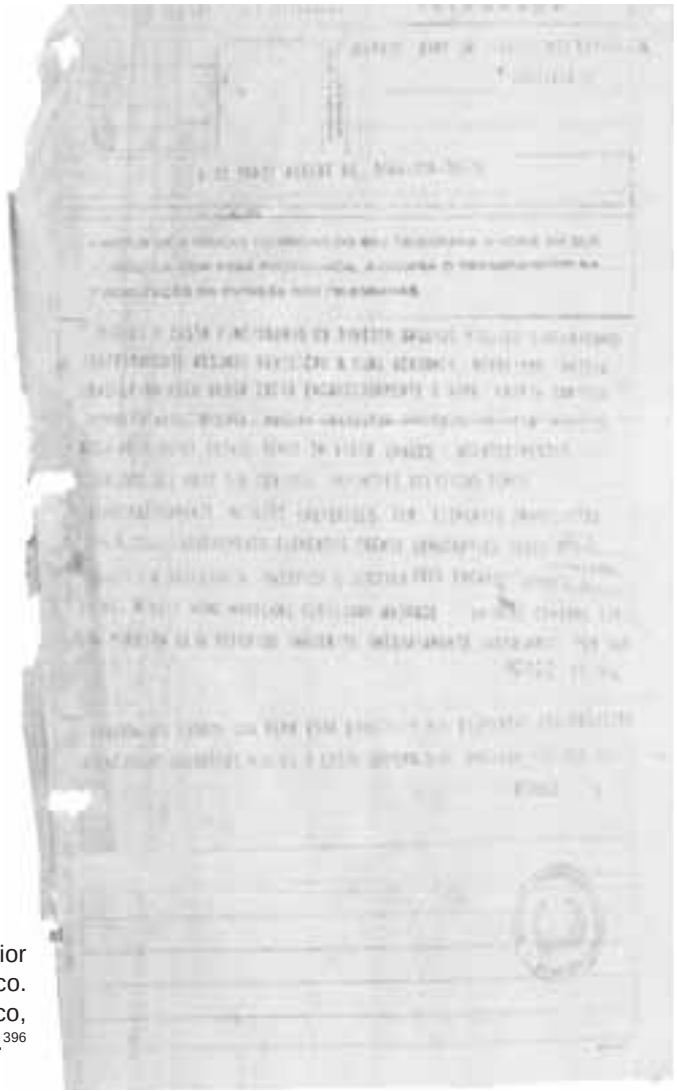
[394] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume II, p. 52.

[395] Daniel Aarão Reis (2000) observou que, mesmo que *a posteriori* se tenha construído a memória de um regime militar exógeno a uma sociedade vitimizada, na verdade houve a adesão de amplos setores ou indiferença de outros. Mesmo que, em uma pesquisa realizada em 1963, 45% da sociedade reconhecesse-se como "de centro" (Ferreira; Gomes, 2014, p 296); os setores de direita (23%) estavam muito radicalizados, insuflados pela agressiva campanha difamatória empreendida pelos governadores da Guanabara e de São Paulo, Carlos Lacerda e Ademar de Barros. Novamente, todavia, não se pode acreditar em uma sociedade manipulada, porque "qualquer mensagem precisa fazer sentido para um grupo social para encontrar ressonância" (Ferreira; Gomes, 2014, p. 71).

estabelecido, pelo Ato Institucional n. 1, 15 de junho de 1964, para “punições revolucionárias”, o que pode indicar uma adesão de Bertini Costa às posições mais radicalizadas que queriam estendê-lo. Partidários dessas posições mais extremadas dariam origem à “linha dura” (Fico, 2004, p. 74-76). Nem mesmo o governador do Estado Ildo Meneghetti, considerado permissivo e condescendente, escapou de sua denúncia. A ousadia de Bertini Costa também foi levada em conta no momento de definir sua punição:

> Miguel B. Costa funcionário ex-diretor do Arquivo Público sintonizando perfeitamente assunto revolução a qual acabamos moralizar pátria brasileira peço vossa exa. encarecidamente e nome pátria familia intercedência urgente mandar instaurar inquérito policial militar arquivo público estado tendo em vista graves acontecimentos ocorrido ali mais que devidos injunções fomos democraticamente preteridos por elementos brizolistas comunistas em detrimento elementos frente democrática tendo apoio diretoria Secretaria Interior e Justiça peço encarecidamente e em meu nome e nome marechal Coriolano Andrade em nome general Iba Ilha Moreira seja referido inquérito imediatamente instaurado porque Governador Estado boa alma está envolvido por elementos esquerdistas atenciosas saudações Miguel B. Costa supervisor Arquivo Público Estado.

Imagem 48 – Telegrama enviado por Miguel Bertini Costa ao Presidente Marechal Castelo Branco



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume II. 18 jun. 1964.[396]

[396] Como em geral neste capítulo, nomes de pessoas não-públicas foram ocultados por tarjas.

Miguel Bertini Costa, originalmente do PSD, acompanhava seu padrinho Tarso Dutra no apoio ao regime ditatorial, ainda que, creio eu, tenha enviado o telegrama sem consultá-lo, mesmo porque, como veremos, a dupla naquele momento talvez não estivesse em seus melhores momentos.

7.4 Confissões de alcova como via para o contexto político-partidário

> Nosso governo será um governo de técnicos. Quero declarar que tão logo volte a reassumir as rédeas do Governo riograndense, tratarei de restituir aos órgãos técnicos que nele existem, toda a autonomia que a atual administração [Brizola] lhes retirou, subordinando-os a cúpulas políticas, apenas preocupadas em deles se servir para a satisfação de interesses muitas vezes até inconfessáveis (Meneghetti, "A pedido" da ADP no Correio do Povo, 8/5/1962. In: Cánepa, 2005, p. 309).

Em diversos momentos, houve insinuações, nos autos investigativos, de que Miguel Bertini Costa tinha uma amante, Manuela*, no Arquivo Público. O aspecto foi mencionado em diversos momentos do relatório final do inquérito administrativo, mesmo que as "condutas imorais" não tenham sido provadas e, portanto, punidas. Amante ou não, o atestado de óbito de Manuela*, em 1993, reproduzido no site *Family Search*, indica que Costa veio a desposá-la em segundas núpcias. Os rumores eram de que havia um sofá-cama bordô na sala da direção, adquirido nos anos 1950, após a substituição de Manoelito de Ornellas, utilizado para realização de atos sexuais dentro da repartição. Maledicência ou não, uma das primeiras atitudes "moralizadoras" tomadas por Henrique Canísio Vogel foi levá-lo à sala de consultas, onde ficasse à vista de todos, de acordo com Heloísa*, testemunha do inquérito administrativo.[397] O móvel já havia chamado a atenção do secretário de Interior e Justiça, Fernando Afonso Gay da Fonseca, segundo depôs no inquérito administrativo: "verificou a existência de um sofá-cama na repartição e achando que se tratava de um móvel inadequado aos padrões do DASP,[398] determinou que ao dito móvel fosse dado um outro destino".[399]

Há que lembrar que o nome de Manuela* foi incluído na lista supostamente falsificada de cargos comissionados. Além disso, a ela Costa deu efetividade a despeito de ter registro de faltas carimbadas no ponto. Davi* chegou a estabelecer uma relação de causa-efeito: Miguel teria invadido o arquivo porque o ponto de sua suposta amante havia sido cortado.[400] Outro indício é que o seu padrinho político Tarso Dutra se opusera à nomeação da dita, de acordo com o testemunho de Ivan*, grande adversário de Miguel na disputa pela ascendência sobre Líbero Cardoso.[401] Mas por que razão Tarso Dutra se oporia à

[397] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume II, p. 172.
[398] O DASP continuou existido depois de 1945, mas esvaziado dos poderes conferidos por Getúlio Vargas.
[399] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume III, p. 227.
[400] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 82.

nomeação daquele cargo? Porque ela era simpatizante do PRP, como dá a entender o depoimento de Miguel na sindicância?[402] Porque ela, por outro lado, declarou no inquérito que "os parentes da depoente são pessoas de destaque em [sua cidade], tendo exercido vários cargos de relevo e que integram os partidos da frente democrática e especialmente o PL, sendo que dos seus irmãos foi prefeito por duas vezes eleito pela UDN"?[403] Conforme veremos, a despeito da união das forças de direita em uma frente parlamentar polarizada com a esquerda petebista, havia dissidências e rivalidades inclusive no interior dos partidos. Isso poderia ter levado o deputado federal a rechaçar a presença de uma adepta-simpatizante de outra agremiação política.

A servidora foi nomeada para exercer o cargo de servente no Arquivo Público, em caráter interino, no início do mandato de Miguel Bertini Costa. Menos de quatro meses após, em 4/8/1956, Manuela* foi "exonerada do cargo de servente, em virtude de não haver obtido a necessária classificação no concurso a que se submeteu, embora tenha sido aprovada no mesmo". No início de setembro, foi nomeada novamente, agora para o cargo de encadernadora, tendo sido "louvada pelos serviços prestados, zelo, dedicação e eficiência no desempenho de suas atribuições". Em relação à nomeação para chefia, que tanta celeuma causou, efetivamente foi nomeada, no diário oficial de 27/3/1963, como Chefe de Seção, CC-1 do Arquivo Público, tendo tomado posse no dia 22 – quer dizer, cinco dias antes da publicação do ato na folha oficial! Em primeiro de abril do mesmo ano, Manuela* foi encarregada da chefia da turma de comunicações e arquivo, da seção administrativa. Em fevereiro de 1964, foi aprovada em concurso público para encadernadora. Em 24 de março, portanto seis dias após o "golpe" de seu suposto amante, foi transferida ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado, "no interesse da Administração", pela portaria de número 86. Em primeiro de abril, o Arquivo Público encaminhou um ofício àquele departamento comprovando que Manuela* havia sido efetiva no mês de março, o que também foi registrado em sua ficha funcional.[404]

Providencialmente, afastou-se do Arquivo Público após o "fracasso" da intentona de seu Bertini Costa e a nomeação interina de Canísio Vogel – tornada definitiva em 29 de setembro de 1964 –, não sem garantir o registro de sua efetividade colocada em questão. Em 9 de abril, o Secretário Mário Mondino emitiu a portaria número 93, nomeando o bacharel responsável pela instauração da sindicância.[405] É plausível que ainda no fim de março, com a nomeação do novo diretor, Manuela* se interessasse por uma redesignação.

---

[401] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume I, p. 54.
[402] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, p. 36.
[403] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume II, p. 179.
[404] DIPES-SPGG, Registro de pasta funcional, matrícula número 37.471.
[405] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, p. 4.

No que toca às resistências de Dutra quanto à sua nomeação, elas podiam ter natureza moral ou, ainda, o desejo de não se ver implicado em situações delicadas. Manuela* foi mencionada pelo próprio Miguel Bertini Costa como sua cunhada.[406] Conforme um alvará do Cartório de Família e Sucessões, de fato seu nome de solteira não era Costa, tendo o adquirido por ocasião de seu casamento. Entretanto, os seus sogros não tinham o sobrenome Bertini, o que sugere que ela era cunhada pelo lado de algum primo ou familiar mais distante do ex-diretor, e não de seu irmão.[407] Ainda que não tenha conseguido reconstituir integralmente esses laços por meio do site Family Search,[408] o cruzamento de outros dados constantes nos autos examinados com informações do referido *site* nos leva a outros resultados relevantes. Dutra não apenas era padrinho político de Bertini Costa como era seu concunhado: Dutra e Costa eram casados com duas irmãs, Margarida* e Madalena*.

Ora, ambas esposas eram vivas na ocasião, de modo que Dutra parece ter se oposto à nomeação de uma mulher que tinha, no mínimo, a reputação de ser amante do concunhado. Seria demasiado supor que o deputado federal zelasse pelo bom nome de sua família e pela honra de sua cunhada? Outro indivíduo identificado apenas com o mesmo sobrenome daquelas irmãs também pertencia à cúpula do PSD, podendo ser um eventual irmão ou sogro,[409] evidenciando, portanto, laços de parentesco sólidos entre as elites políticas da ADP. Mais que crônicas de alcova, portanto, o referido sofá-cama surpreendentemente oferece uma porta de entrada para a dinâmica política que serviu como pano de fundo para as rivalidades em questão.

A Ação Democrática Parlamentar tratava-se de um agregado de partidos da direita anti-petebista, tais como PSD, UDN, PRP, PL, PDC. Ora, a ADP era um canal parlamentar do IBAD. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática era um instituto, financiado inclusive por verba da CIA (Central Intelligence Agency), fundado em 1959 – na onda da reação norte-americana à tomada do poder em Cuba por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara – que tinha o objetivo de propagar uma nervosa campanha anticomunista (Dreifuss, 1981). O Instituto interveio nas articulações golpistas barradas pela Campanha da Legalidade, em 1962, e na desestabilização do governo Goulart desde seu princípio (Dreifuss, 1981; Ferreira; Gomes, 2014). A Legalidade foi um movimento de resistência ocorrido em apoio à assunção legal do poder pelo vice-presidente João Goulart diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961. Havia graves ameaças de setores civis e militares que associavam o vice ao “sindicalismo” ou ao “comunismo”, pretendendo impedir sua posse ou subordiná-lo a um regime parlamentarista, o que foi de fato a solução negociada. O

[406] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, p. 36.
[407] APERS, Acervo Judiciário, Comarca de Porto Alegre, 1ª Vara de Família e Sucessão, Ação Judicial de Alvará, processo 8709, 1963.
[408] Disponível em: familysearch.org. Acesso em: 8 ago. 2024.
[409] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume III, f. 291.

movimento foi liderado pelo então governador rio-grandense, Leonel Brizola. A divulgação da campanha ocorreu pelas redes radiofônicas. Chegou-se a recrutar civis para um possível confronto armado (Ferreira, 2005; 2011; Ferreira; Gomes, 2014; Brandalise, 2017; Grijó, 2017c). Conforme Rodeghero, Guazzelli e Dienstmann (2013, p. 16):

> Uma grande mobilização popular em prol da Legalidade se formou, com dezenas de milhares de participantes na Praça da Matriz. Entrincheirado no Piratini, Brizola passou a fazer inflamados discursos, convocando mobilizações sociais de resistência. Armas chegaram a ser distribuídas para a população.

Ora, Tarso Dutra constituía a ADP, conforme documentou René Dreifuss (1981). O Rio Grande do Sul poderia constituir um estado-chave para a atuação do IBAD, seja pela concentração de contingente militar, seja porque o ex-governador Brizola, além de resistir às articulações para impedir a assunção do poder legal por Jango, enfrentara poderosos interesses norte-americanos ao encampar as companhias de energia elétrica e de telefonia por valores simbólicos. Não seria nada surpreendente, então, se os *ianques* dedicassem uma atenção especial ao estado sulino, representados por, dentre outros, Dutra.

No contexto de revigoramento da Guerra Fria, quaisquer iniciativas nacionalistas eram associadas à preocupação em relação ao comunismo. Isso ajudaria a entender por que as facções internas ao Arquivo Público eram de anticomunistas ferrenhos. A despeito da radicalização da sociedade ser elevada naquele momento, o PSD nacional, contrastivamente, por meio de uma figura como Tancredo Neves, por exemplo, franqueou apoio a João Goulart em momentos decisivos. No acervo de Tarso Dutra custodiado pelo Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, existe documentação referente a uma intervenção do diretório nacional no PSD regional ainda em 1955, o que evidencia antigas dissonâncias entre as diferentes instâncias partidárias.[410]

Clóvis Líbero Cardoso declarou, em depoimento, que abonava as faltas de um funcionário colocado à disposição do PSD por orientação de Tarso Dutra que, ao que a documentação compulsada permite depreender, era o grande nome daquela agremiação, influente e habilitado para fazer e desfazer nomeações.[411] Quer dizer, em alguma medida tinha algum grau de subordinação àquela liderança, ao menos acatava suas decisões. A crer no relatório final do inquérito administrativo, o "sonho dourado" de Miguel Bertini Costa era "voltar à Direção do Arquivo Público, a cujo cargo se julgava com direito em virtude dos serviços que prestara à agremiação política a que diz pertencer".[412] Entretanto, não obtivera o apoio do padrinho-concunhado. Pelo contrário, afirmou nos autos de sindicância estar com uma posição partidariamente "enfraquecida", em abril de 1964; tendo apelado a Dutra para derrubar seus adversários, o prócer lavou as mãos: "devido ao parentesco

[410] AHRS, Arquivo Tarso Dutra, Série 8 – Atividades Partidárias – PSD.
[411] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume II, p. 115.

entre ambos, não podia dar cobertura solicitada".[413] É provável, além do mais, que em meio ao intenso ritmo da vida política do início dos anos 1960, Dutra tivesse mais o que fazer do que se preocupar com a micropolítica departamental. Costa parecia ser um parente encrenqueiro a buscar privilégios pela proximidade do líder partidário, mais do que parte da verdadeira elite político-partidária.

As relações eram tensas no interior da aliança dos partidos da ADP e na disputa pelo espólio de sua influência sobre a máquina pública. Ocorre que a Secretaria do Interior e Justiça era ocupada por Mário Mondino, pertencente ao Partido Democrata Cristão (PDC), ao passo que o PSD procurava manter seu poderio sobre o Arquivo Público. Miguel Bertini Costa escrevera ao outrora secretário Gay da Fonseca, também do PDC, um telegrama dizendo que "a direção do Arquivo Público *pertencia* ao PSD".[414] O então secretário respondeu-lhe contra-argumentando que o cargo era de livre provisão pelo secretário de Estado. Costa, ainda, ignorara a hierarquia institucional, levando diretamente ao governo do Estado seus apelos. Havia ocorrido pressão, antes da nomeação da suposta amante, da parte do irmão de sua esposa para que Costa assumisse a direção, e foi por isso, e apenas por isso, que ele foi indicado como uma espécie de "conselheiro" para Clóvis Líbero Cardoso. O secretário pedecista afirmou ter notícias de ações de Miguel Bertini Costa para atrapalhar a gestão do diretor, possivelmente para beneficiar-se com a nomeação para o cargo no caso de um eventual fracasso. É provável que tenha sido esse o motivo pelo qual Cardoso tenha passado a ser orientado por outras pessoas, e pelo qual Costa tenha se sentido traído ao ver suas pretensões frustradas quando o diretor passou a dar ouvidos a outras pessoas, o que culminou na invasão do Arquivo. Diante do caos instaurado, Mondino decidiu-se pela nomeação de Henrique Canísio Vogel, justificando: "o novo diretor foi escolhido por ser externo e estar equidistante das facções em disputa".[415] Ele foi designado em 19 de março de 1964, e em 9 de abril instaurou-se a sindicância.[416]

O Secretário do Interior e Justiça que antecedeu Mondino, Fernando Gay da Fonseca, também pertencia ao PDC, o que evidencia que na divisão de cargos aquela Secretaria ficara sob a égide daquela agremiação, em um aparente loteamento político de cargos, contradizendo, inclusive, o "a pedido" no jornal que constitui a epígrafe deste subcapítulo. Todavia, segundo ele, em depoimento ao inquérito administrativo, a imposição do nome

---

[412] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume VI, p. 606.

[413] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 33.

[414] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume III, p. 291. Grifos meus.

[415] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume III, p. 291.

[416] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 8, em tratamento técnico, expediente administrativo 1279/1964.

de Cardoso viera diretamente do governador Ildo Meneghetti, que compunha o quadro do PSD.[417] Para complicar ainda mais a situação, havia sido anexada aos autos uma listagem de próprio punho de Tarso Dutra loteando os cargos comissionados do Arquivo Público, ignorando o poder decisório dos secretários do partido aliado. Dentre os beneficiários, está Bernardo*, um dos "leais escudeiros" de Bertini Costa quando ocorreu a invasão.

Miguel Bertini Costa declarou à sindicância que, visitando 45 municípios em campanha, ajudara na "preparação do roteiro político do então deputado Ildo Meneghetti", e que cumpria dar "*cunho nitidamente partidário aos setores da Administração que lhe ficaram confiados*".[418] Aos autos foi anexada a listagem com a caligrafia de Tarso Dutra – conferida com seu acervo no AHRS –, distribuindo os cargos comissionados do Arquivo Público.[419] De acordo com Miguel Costa, ela teria sido elaborada em um encontro na sede partidária, ainda no momento em que Líbero Cardoso ainda estava afinado com ele.[420] Quer dizer, o novo diretor sequer tivera autonomia para compor sua equipe de trabalho. As gratificações mais elevadas foram atribuídas a Miguel Costa, a um de seus futuros opositores, ao técnico Davi* e a dois indivíduos que acompanharam Miguel em sua invasão. Uma das pessoas indicadas foi rasurada e escrito em cima "PTB", o que certamente indica uma correção no cargo atribuído pelo pertencimento à agremiação opositora, e em outros dois casos fora redigido, com outra caligrafia, "estudar seu caso". É necessário destacar que junto ao seu nome estava escrito "técnico", evidenciando que a função, nesse caso, e, supõe-se, apenas nesse caso, foi indicada por sua competência profissional e não à influência partidária.[421] Entretanto, depois daquela reunião, desistiram de nomeá-lo por uma "informação" que "dizia que o requerente era do Partido PTB e que por isso não tinha direito à vantagem em questão".[422]

---

[417] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Inquérito Administrativo 5893/1964, volume III, p. 226.

[418] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público volume I, p. 29. Grifos meus.

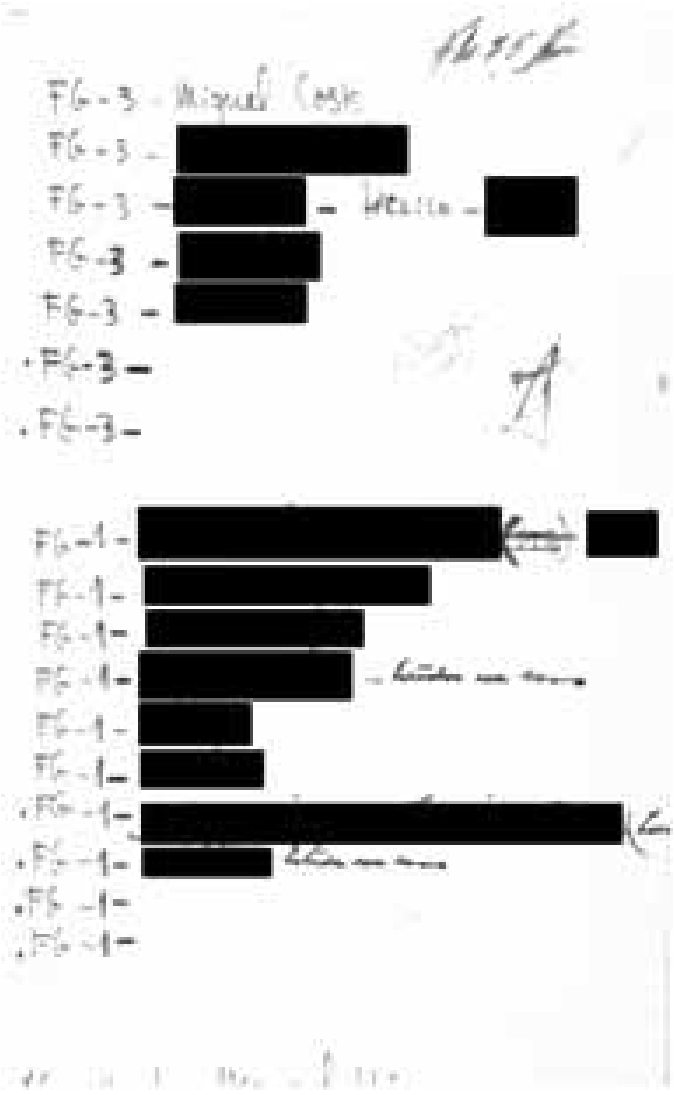
[419] A listagem foi anexada em APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público volume I, p. 75. Ver imagem 49.

[420] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 30.

[421] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 75.

[422] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico. Sindicância realizada no Arquivo Público, volume I, p. 80.

Imagem 49 – Lista com distribuição de cargos públicos no Arquivo Público escrita por Tarso Dutra



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 7, em tratamento técnico.[423]

Aliás, é nítido nos depoimentos, realizados na sequência do golpe, que o pertencimento ao PSD sempre era considerado um mérito para a pessoa em questão, ao passo que fazer parte do PTB era um grave demérito. Aparentemente de forma justificada, o referido técnico insinuou sofrer situações de perseguição política – muito distantes, porém, da cassação ou ainda de torturas ou desaparecimentos que caracterizariam o novo regime, restringindo-se a pequenas importunações e boicotes no cotidiano da repartição. Cumpre notar

[423] Sindicância realizada no Arquivo Público volume I, p. 75. Como de praxe neste capítulo, os nomes de pessoas não-públicas foi tarjado. O segundo nome da lista é de Ivan*, seguido por Davi*, Bernardo* e por outros nomes que não apareceram ao longo dos processos de sindicância e inquéritos administrativos. A caligrafia da lista é idêntica à de Tarso Dutra em seus documentos recolhidos ao AHRS.

que ambas partes, como estratégia judicial, procuraram associar seus opositores ao partido trabalhista. No depoimento da suposta amante do aspirante a diretor, declarou que um de seus opositores era um "fanático PTB", argumentando que, ainda que não soubesse se havia "se postado ao lado da Legalidade", ele "declarou que votou em Sereno Chaise".[424] Por seu turno, a outra facção fez anexar aos autos de inquérito administrativo uma suposta ficha de filiação de Miguel Bertini Costa ao PTB.[425] Não é possível saber acerca de sua autenticidade e tampouco sobre sua datação. Caso seja um documento genuíno, mas de sua juventude, não seria plausível um desgosto com a agremiação de origem justificativa das posições radicalmente – fanaticamente – direitistas e seu ódio anti-petebista nítidos aos autos?[426] Seja como for, é perceptível que o pertencimento à organização de esquerda pesava como uma séria acusação política e mesmo moral por ambas as partes.

A conclusão da comissão de inquérito situava toda a celeuma em torno da inconformidade de Miguel Bertini Costa em aceitar um diretor que assumira o cargo por pressão de outro integrante do PSD, Lauro Leitão, ao invés de seguir a pressão de seu cunhado. Entretanto, os autos sugerem que Tarso Dutra preferiu não se empenhar muito para assegurar que Costa fosse o escolhido. Para complicar o quadro, a Secretaria do Interior e Justiça havia sido atribuída ao PDC, criando uma oposição entre Bertini Costa e os pedecistas, de tal maneira que ele procurou em diversos momentos "pular a hierarquia", tentando dirigir-se diretamente a Ildo Meneghetti. Com o perdão da longuíssima citação (porém sintética em relação às características políticas subjacentes à sindicância e ao inquérito administrativo resultante), concluía a Comissão:

> Desde logo verificamos a procedência das afirmações contidas no Relatório dos autos da sindicância procedida pelo ilustre Promotor de Justiça, Bel. [Alencar*], no que tange a mais completa e mais absoluta desorganização existente no Arquivo Público, desorganização que data de longos anos e cuja responsabilidade cabe, diretamente, às Direções que se sucederam e indiretamente à ingerência política, sempre maléfica no serviço público. Relegasse, muitas vezes, os mais capazes e muitas vezes, os ineptos são glorificados.
>
> Se nos ativermos a última administração do Arquivo, – a dr. Clóvis Líbero Cardoso, homem contra cuja honestidade nada foi apurado – vamos verificar a veracidade dessa afirmativa, que ressalta, aliás, das declarações do próprio dr. Clóvis, como declarações de [Eduardo*], este, trazido para o Arquivo por aquele, como pessoa de sua mais absoluta confiança e por indicação insistente do Deputado Lauro Leitão.
>
> Tivesse o dr. Clóvis Líbero Cardoso capacidade para dirigir o Arquivo e a energia indispensável e suficiente para administrar, coibindo os abusos e imprimindo ordem e respeito, o presente inquérito talvez não teria sido instaurado.
>
> Não fossem as injunções políticas e a pressão, até certo ponto, exercida pelos Deputados Tarso Dutra e Lauro Leitão e o Arquivo Público nas condições acima caracterizadas.
>
> É que o Deputado Tarso Dutra apoiava Miguel Bertini Costa – que já fora Diretor do Arquivo Público – e o Deputado Lauro Leitão dava mão forte a Clóvis Líbero Cardoso, bem como ao

[424] Prefeito eleito de Porto Alegre em 1963 pelo PTB, foi deposto pelo regime militar.
[425] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume V, p. 581.
[426] Como é o caso, aliás, do "destruidor de Presidentes", Carlos Lacerda, militante do PCB em sua juventude.

> lugar tenente deste, Eduardo*, estabelecendo-se, assim, duas facções entre os funcionários desta Repartição, com gravíssimos prejuízos para o serviço.
>
> Tivesse o dr. Clóvis Líbero Cardoso a coragem necessária para enfrentar a situação que se lhe defrontou e tivesse Miguel Bertini Costa a serenidade indispensável para receber e aceitar uma situação de direito e o Arquivo nada teria sofrido em seus serviços. Mas Miguel Bertini Costa, sentindo-se sempre prestigiado pelo seu concunhado Deputado Tarso Dutra, criou e fomentou o estado de coisas que teve por epílogo o afastamento dele Miguel, do Arquivo e a exoneração do dr. Clóvis Líbero Cardoso.
>
> Nem se diga que a ingerência política é apenas deduzida de alusões de indiciados ou testemunhas. Há, isso sim, nos autos (fls. 75) relação de pessoas que deveriam ser nomeadas para funções gratificadas e cargos em comissão (AS), sendo tal relação do próprio punho do Deputado Tarso Dutra e cuja juntada aos autos foi requerida pelo indiciado Miguel Bertini Costa. Ainda segundo o dr. Clóvis Líbero Cardoso, – ls. 115 – "O DEPUTADO TARSO DUTRA INFORMOU AO INTERROGANDO DE QUE NECESSITAVA COLOCAR NO ARQUIVO UM FUNCIONÁRIO QUE NÃO FOSSE CONHECIDO… QUE ESTA ERA A MISSÃO DO FUNCIONÁRIO [Cláudio*]".
>
> Pois bem, [Cláudio*], durante aproximadamente um ano, por ordem expressa do Diretor Clóvis Líbero Cardoso e imposição do Deputado Tarso Dutra, esteve afastado do serviço no Arquivo, ou antes, nunca compareceu ao Arquivo para trabalhar, mas ficou à disposição do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO: "que, na verdade, o interrogando nomeado para o Arquivo Público por influência do Deputado Tarso Dutra em 27 de março de 1963 só veio a trabalhar na Repartição ou seja, no Arquivo Público em novembro ou dezembro do mesmo ano; que, no espaço de tempo que mediou entre 27 de março e novembro ou dezembro de 1963 o interrogando permaneceu à disposição do Partido Social Democrático, nesta Capital, indo muitas vezes ao Rio de Janeiro, com passagem fornecida por aquela agremiação política e durante esse tempo nunca trabalhou na Repartição que lhe fora designada, a não ser em serviços do Diretor dr. Clóvis Líbero Cardoso e atinentes a Direção do PSD".[427]

Em 5 de junho de 1965, o Diário de Notícias divulgou a demissão de Cardoso e Costa como resultado das investigações, o que de fato havia sido determinado pelo Inquérito Administrativo. O primeiro apressou-se a apresentar um desmentido, no dia 8, observando que a imprensa não era o canal mais adequado para tais tratativas.[428] Aparentemente, a notícia não se confirmou. Em setembro de 1965, Ivan* solicitou, em vão, a reconsideração de seu ato de suspensão.[429] O mesmo haviam feito pouco antes Clóvis Líbero Cardoso e André*.[430] Embora se tenha determinado a juntada a um procedimento administrativo que ainda não foi encontrado no trabalho de processamento técnico, sua ficha funcional evidencia que a punição do primeiro foi mitigada para 60 dias de suspensão, enquanto o segundo manteria-se suspenso por 90 dias.[431] Bárbara*, que procurou, em seus depoimentos, omitir-se dos antagonismos políticos, foi bem-sucedida em uma tentativa de converter a suspensão em multa, em maio de 1966. Ela obteve um despacho favorável do

---

[427] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume V, p. 604, 17 de novembro de 1964.
[428] HDBN, *Diário de Notícias*, 5/6/1965 e 8/6/1965.
[429] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 5, em tratamento técnico, Expediente Administrativo 9096/1965.
[430] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 5, em tratamento técnico, Expedientes Administrativos 8736 e 8770/1965.
[431] DIPES-SPGG, Registros de pastas funcionais, matrículas 53.396 e 1.640, respectivamente.

próprio Ildo Meneghetti.[432] É possível que existam outros processos da mesma natureza, não localizados em função do fato do acervo em questão estar em processo de organização. Miguel Bertini Costa e Leonardo* obtiveram o mesmo benefício em agosto de 1965.[433] Não se pode dizer que foi um desfecho favorável ao ex-diretor, mas certamente melhor do que o indeferimento do pedido de seu adversário. Quem ri por último ri melhor, diz o dito popular.

A nomeação de Henrique Canísio Vogel obedeceu – ao menos no plano do discurso – a intenções modernizantes e à pretensão a uma administração técnica. Apesar da "tecnoburocracia" do regime militar, acentuando as características de "insulamento burocrático" do Estado-nação, segundo Nunes (2003), tenha iniciado de forma decisiva apenas após 1968, não seria possível pensar nos argumentos que justificaram a condução de Vogel à administração como um esboço de intenções de imprimir esse caráter tecnoburocrático? De forma autoritária, sem dúvidas, a modernização pretendida ocorreu, por exemplo, a partir da retomada do projeto de microfilmagem, como veremos em seguida. A despeito de todas celeumas políticas relacionadas – não há dúvida – por uma gramática gritantemente clientelista (Nunes, 2003), em meados dos anos 1960, os partidos políticos anti-petebistas mencionados unificaram-se em 1965 em torno do partido oficial do regime, ARENA, conforme determinou o Ato Institucional n. 2, que instituiu o bipartidarismo. Estavam em seu início os anos de chumbo.

[432] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 3, em tratamento técnico, Expediente Administrativo 2169/1965.

[433] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 3, em tratamento técnico, Expediente Administrativo 8537/1965.



CAPÍTULO VIII

A ditadura e os documentos, os documentos da ditadura

8.1 A ditadura e os documentos

Benjamin Arruda sucedeu Henrique Canísio Vogel na direção do Arquivo Público, em 1972. O desafio para eles colocado constituiu na reconstrução da instituição após sua relativa desestruturação na primeira metade dos anos 1960. Entretanto, sua atuação deu-se em meio a um duríssimo regime ditatorial, de cuja máquina administrativa os gestores faziam parte. Ricardo Silva (2004) chamou atenção ao fato de que o endurecimento do regime e a concentração de poderes no Executivo foram acompanhados pela ascensão de uma tecnocracia amparada no distanciamento do Estado das demandas dos cidadãos. Já vimos que uma pretensão à excelência técnica socialmente insulada já havia se verificado no regime de 1937-1945, sendo o alheamento às demandas sociais uma característica da burocracia em regimes autoritários.

No relatório anexado ao processo de tombamento do Arquivo Público, o diretor lamentou o que entendia como fracasso do projeto borgista de concentração da totalidade dos documentos em um mesmo lugar. Conforme visto, em 1974 foram interrompidos os recolhimentos; além disso, pretendia-se obter espaço eliminando documentos microfilmados.[434] Reivindicando as intenções do antigo prócer republicano, o autor do relatório "Problemas do Arquivo Público e suas soluções", já referido no capítulo VI, indicava que "o Arquivo Público do Estado, que foi uma das obras prediletas e mais importantes do Governo de Borges de Medeiros, parou no tempo e no espaço em 1918, quando o Estado tinha ao redor de um milhão de habitantes, quando hoje, tem de seis a sete vezes mais". Conforme visto no subcapítulo 1.3, efetivamente havia por parte dos republicanos, ainda no século XIX, uma pretensão à concentração de documentos em um arquivo centralizado, objetivo este que se revelava utópico e lamentado quase um século mais tarde pelo então diretor. "Ficou pois frustrada durante decênios a genial injeção de Borges de Medeiros, que quis evitar a proliferação de arquivos regionais e reunir todos os documentos público-oficiais num único prédio, onde tivessem maior segurança, melhores meios de conservação e maior facilidade para consulta."[435]

Não deveria causar espanto que essa pretensão de retomada do projeto arquivístico borgista se desse em meio a um novo regime autoritário, sendo lamentada a dispersão de acervos em órgãos menos sujeitos a uma vigilância central do poder instituído. Como assinala Étienne François (1998, p. 158), regimes ditatoriais produzem imagens de si por meio dos arquivos, de tal modo que a aspiração à centralização documental espelhava a pretensão a um acúmulo de poder em um Executivo inflado. Entretanto, paradoxalmente,

[434] Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Governador José Augusto Amaral de Souza, 1983. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084249-mensagem1983.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025. Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

[435] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0184, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

já vimos no capítulo VI, uma alternativa encontrada para encontrar espaço, nos anos 1970, foi trasladar mais documentos ao Arquivo Histórico. Esse reinvestimento do projeto borgista iria encontrar um novo ponto de virada no final dos anos 1980, quando o Arquivo Público assumiu uma função de coordenação de um sistema de arquivos, no plural.

Independente de tais observações, e da óbvia atmosfera sinistra dos anos de chumbo, os anos 1970 foram um período de recuperação do Arquivo Público da desorganização que os antecedeu. Foram também o período final de recolhimentos do registro civil e um tempo em que a fotocópia pareceu dar conta do atendimento das demandas de atendimento às reivindicações por documentos. Nesse capítulo conheceremos um pouco melhor as transformações daqueles anos, assim como as controvérsias referentes ao destino dado à documentação do período ditatorial.

Há que se advertir que, tal como no período estadonovista, a documentação administrativa é escassa em informações. Em parte, isso se explica pelos documentos se situarem fora do marco cronológico em que toda documentação executiva deve ser preservada, 1958; em parte, porque qualquer regime ditatorial sente menores necessidades de prestar contas à sociedade; em parte, porque, diante do domínio tecnocrático, os relatórios institucionais são pobres em informações qualitativas sobre o funcionamento do Arquivo Público, restringindo-se ao quantitativo de certidões e recolhimentos. Os dados numéricos já foram examinados no capítulo VI. A emissão de documentos probatórios de fato constituía a grande preocupação de Benjamin Arruda – aparentemente mais por sua contrapartida pecuniária para a manutenção da repartição do que pelo atendimento a demandas dos cidadãos.[436] Por todos esses motivos, a escrita deste capítulo acabará por ser um tanto lacunar.

8.2 A reforma administrativa de 1967 e o regimento de 1974

Em 1969, J. de Nazaré Dias (1969) apresentou à FGV (Fundação Getúlio Vargas) uma monografia com uma apreciação crítica de uma reforma administrativa procedida dois anos antes pelo novo regime. De acordo com esse trabalho, o escopo burocrático anteriormente vigente não se coadunava com a "administração real", tendo a reforma de 1967 apenas adaptado o sistema de normas aos procedimentos que efetivamente ocorriam na prática administrativa cotidiana dos órgãos federais. Sendo assim, em sua leitura, a reforma simplesmente consistia na atualização de um corpo estatal obsoleto, derivado do regime varguista.

[436] Francisco Cougo Júnior (2020, p. 251) apontou uma, ainda que incipiente, participação do Arquivo Nacional nas políticas nacionais de cultura empreendidas pelo regime autoritário. No caso do Arquivo Público estadual, entretanto, não percebi indícios do mesmo envolvimento. A instituição permaneceu às voltas com a emissão de certidões; as tentativas de modernização administrativa reduziram-se à *panaceia* da microfilmagem (ver capítulo X). Pontualmente, em 1981, houve, em comemoração aos 75 anos do Arquivo Público, um seminário sobre a história do Rio Grande do Sul naquele ínterim. Porém, isso estava muito longe da definição de políticas culturais. APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0034. Relatório s/d [Provavelmente de 1981 ou 1982].

> A tendência centralizadora que se acentuou depois de 1930 – e atingia seu apogeu com o regime de 1937 – e o sentido paternalista dos governos acionados pelas condições econômicas do País e tão do agrado do Presidente Getúlio Vargas; os slogans de estatização a criar uma opinião pública desprovida da consciência de custos e ignorante de que a solicitação de novos encargos ao Estado acarreta a imposição de maiores ônus fiscais; a descoordenação, conduzindo a enxergar-se o caso, o setor, sem a visão do global; todos esses fatores contribuíram para impedir que o problema administrativo brasileiro lograsse ser examinado em seus termos reais: nem a norma jurídica acompanhou as necessidades da administração, nem a administração conseguiu equacionar suas necessidades para postular novas normas jurídicas adequadas às exigências sociais (Dias, 1969, p. 39-40).

De forma complementar, havia a descoberta e a adaptação de diretrizes da literatura norte-americana sobre administração e também sobre economia. Desburocratização era a palavra do momento. Engana-se, contudo, quem pensa haver uma contradição entre essas intenções e a montagem de um sistema repressivo brutal. Sua instalação ocorreu em meio à disputa interna ao regime entre perspectivas autoritárias liberais e autoritárias desenvolvimentistas (Reis, 2014). A concentração de poderes no executivo deu-se em paralelo à Reforma Administrativa. Ricardo Silva (2004), ao analisar a ideologia autoritária subjacente ao regime militar de 1964, observou a substituição, como lastro dos regimes autoritários, dos grandes tratados sociológicos de alguns dos "intérpretes do Brasil" – particularmente Oliveira Vianna, valorizado na legitimação do Estado Novo – pela ciência econômica como sustentação ideológica da ditadura de segurança nacional e de sua institucionalização. A dominação tecnocrática sustenta-se a partir da justificativa de seu monopólio sobre a ciência e a técnica (Silva, 2004, p. 247).

Ao analisar intelectuais do regime como Roberto Campos e Eugênio Gudin, Ricardo Silva sublinhou que o conhecimento da ciência econômica, inserta em lugar privilegiado no aparato estatal, foi importante no intuito de "legitimar: 1) a dominação do Estado sobre a sociedade; 2) no interior do Estado, a dominação do poder executivo sobre os outros poderes; 3) no interior do poder executivo, a dominação da tecnoburocracia sobre as demais elites estatais." (Silva, 2004, p. 247). Assim sendo, temos uma forma de dominação autoritária não inédita, mas renovada em suas formas de sustentação ideológica.

Em seu texto, Nazaré Dias, se não cai exatamente em contradição, obriga-se a admitir, em determinados momentos, que não se tratava meramente de coadunar o legal ao existente, mas que o regime de segurança nacional inseria elementos novos na forma de gerir a coisa pública: "O próprio conceito de segurança militar perdeu de há muito o sentido limitado em que se enrodilhava para ajustar-se ao conceito novo de segurança nacional, em que os campos social, econômico, político e *psicológico* têm participação básica" (Dias, 1969, p. 43. Grifo nosso). Ora, a Doutrina de Segurança Nacional propugnava o "enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de característica anti-subversiva contra o inimigo comum" (Borges, 2007). No discurso triunfalista tecnocrático, a racionalização administrativa dava-se em paralelo e era parte constituinte da dita "Segurança Nacional". Talvez a própria monografia servisse para con-

vencer os gestores públicos da necessidade da modernização administrativa para que o regime efetivamente lograsse seus objetivos.

A reforma administrativa foi estabelecida pelo decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, portanto na mesma conjuntura de encaminhamento da Lei de Segurança Nacional, de 13 de março, e da Constituição Federal, promulgada pelo Congresso Nacional dois dias após. Castelo Branco inscreveu sob a forma de lei a ideia da existência de uma "guerra interna". Segundo sintetiza Carlos Fico (2020, p. 67) a ideologia de segurança nacional queria fazer crer que o Brasil encontrava-se em uma guerra intestina, e o grande inimigo era o "brasileiro subversivo".[437] O Congresso havia sido investido de poderes constituintes pelo Ato Institucional n. 4, de 7 de dezembro de 1966, que também facultou ao Presidente-Marechal governar por meio de decretos com força de lei até a reunião ordinária do Congresso Nacional. Foi nesse contexto autocrático, assim, com os poderes autodelegados pelo AI-4, que a Reforma Administrativa foi encaminhada.

O regime endureceria com a chegada ao poder daqueles que reivindicaram ao Presidente da República mais "punições revolucionárias" e a extensão da data-limite delas (Fico, 2020, p. 56). Castelo Branco governou sob a pressão das forças mais radicalizadas das forças armadas, que finalmente chegaram ao poder em março de 1967 com Costa e Silva, em uma eleição indireta promovida pelo Congresso Nacional da mesma ocasião da aprovação da Constituição Federal. Daniel Aarão Reis (2014) sublinhou que essa transição representou também a mudança de uma política econômica liberal para um nacional-desenvolvimentismo autoritário. No ano seguinte, o Ato Institucional n. 5 daria permanência aos poderes discricionários atribuídos ao Presidente (Fico, 2020, p. 66). Os anos de Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) acentuaram a perpetração de diversos crimes contra a Humanidade, tais como a perseguição, tortura e desaparecimento de opositores – isto é, assassinato seguido de ocultamento de cadáver –, especialmente a partir do AI-5, no fim de 1968 (para o Rio Grande do Sul, conferir Rodeghero, Guazzelli e Dienstmann, 2013). Concomitantemente, parte das esquerdas tomou a opção de tentar derrubar a ditadura e implementar um regime socialista por meio das armas, em guerrilhas urbanas ou rurais.

Faz parte de qualquer regime ditatorial a destruição de evidências das violações de direitos humanos, tal como, veremos, a eliminação da documentação do DOPS empreendida em 1982 pelo governo de Amaral de Souza. Entretanto, a partir do processo de transição democrática, foram constantes os esforços da sociedade para documentar as torturas e os desaparecimentos, e é nesse contexto que se deram as discussões sobre a preservação e acesso da documentação da ditadura, narradas no último subcapítulo. Entre 1979 e 1985, sob coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns, foram realizadas, com "rapidez e silêncio", fotocópias dos processos do Superior Tribunal Militar, totalizando 707

[437] Em parte, esse caldo autoritário era compartilhado por setores da sociedade, como podemos ter um exemplo no telegrama enviado por Bertini Costa ao Presidente da República, examinado no capítulo anterior.

processos, do que resultou a publicação de um relatório em 12 volumes. Sua síntese, o livro *Brasil, nunca mais* (Arquidiocese de São Paulo, 1985), tornou-se o mais vendido no país em 1986 e 1987 (Bauer, 2012, p. 169-170).[438] Novos e importantes passos no sentido de documentar o período ditatorial e, portanto, esclarecer as violações de direitos humanos empreendidas pelo regime de 1964-1985, foram a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995), a Comissão da Anistia (2002) e a Comissão Nacional da Verdade (2012). "Salienta-se que, desde o período da transição política, ex-presos e perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos, juntamente a organizações da sociedade civil e militantes de direitos humanos, realizaram investigações paralelas, que resultaram em dossiês, como o 'Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos desde 1964', com edições publicadas em 1984, 1996 e 2008, e em relatórios como o 'Brasil: Nunca mais', lançado em 1985" (Bauer, 2017, p. 32).[439]

Procura-se argumentar, aqui, que o processo de desburocratização – muito relativo, considerando o empoderamento do corpo tecnocrático – encontrou limites no "crescimento desmesurado da burocracia no Brasil [que] relaciona-se intimamente ao papel assumido pelo governo, com o fim da redemocratização do país, de liderar o processo econômico" (Monteiro, 1986). Tais ambivalências resultavam da coexistência entre projetos liberais e nacional-estatistas, estando em jogo a dimensão da interferência do poder militar sobre a atividade econômica (Reis, 2014). Obviamente, Dias não poderia ter em 1969 uma apreciação mais ampliada das consequências da reforma tal como Monteiro teria dezessete anos mais tarde. Nunes (2003) também assinala o caráter um tanto paradoxal de um regime que promoveu, em seu início castelista, um pretenso processo de desestatização, e seu limite na própria necessidade de ampliação do poderio institucional para um Estado forte operar a repressão política. Em contraponto à visão triunfalista de Dias, imediatamente após a promulgação da reforma, Nunes observou:

> Especialmente após a promulgação da Constituição de 1967, e de acordo com o decreto da Reforma Administrativa (Decreto-lei nº 200, de 1967), a Presidência da República passou a ter um papel mais forte na formulação de políticas, ao mesmo tempo que aumentava o seu poder de arbítrio e passava a governar um grande número de órgãos administrativos e técnicos cruciais. O Decreto-lei nº 200 aumentou o número de ministérios diretamente ligados à Presidência. Somente indivíduos com origem militar ou tecnoburocrática desempenham um papel importante neste núcleo político — os "ministros da casa". Políticos profissionais foram totalmente banidos dos altos postos de governo durante o período pós-64 (Nunes, 2003, p. 86).

O aparente paradoxo, todavia, se desfaz quando consideramos, com Ricardo Silva (2004, p. 266), que "nada impede que determinada ideologia propugne uma redução radical da participação do Estado em atividades produtivas, ao mesmo tempo em que admita

[438] Os 12 volumes encontram-se disponíveis on-line no sítio: https://www.dhnet.org.br/memoria/nuncamais/index.htm. Acesso em: 26 dez. 2024.
[439] Sobre a Comissão Nacional da Verdade, ver Gasparotto, Della Vecchia, Silveira (2012) e Bauer (2017).

– e mesmo requeira – a expansão dos aparelhos repressivos do Estado, que são os aparelhos de Estado por excelência". Perspectivas economicamente liberalizantes, ainda que erráticas, podiam conviver perfeitamente com a maximização do poder estrutural do Estado e com uma máquina macroburocrática empenhada no empoderamento do Executivo contra os opositores. Conforme já destacado, houve ambivalência entre perspectivas liberalizantes, sintonizadas com o cosmopolitismo liberal da UDN e de setores civis que promoveram o golpe de 1964, e a reafirmação do nacional-estatismo, a partir do governo Costa e Silva, quando a política econômica ditada por Delfim Netto suplantou aquela proposta por Roberto Campos (Reis, 2014).

No microcosmo da administração pública estadual, todavia, a expansão da administração pública não correspondeu àquela verificada no plano nacional (Nunes, 2003, p. 86).[440] A perspectiva tecnoburocrática, entretanto, foi acentuada. A leitura do regimento de 1974, destinado a coadunar a administração do Arquivo Público com as determinações da reforma de 1967, evidencia que houve um relativo enxugamento – de fato necessário! – dos cargos de chefia verificados no período anterior, tão criticados nas sindicâncias. Havia agora três unidades e catorze núcleos, quer dizer, o número de chefias diminuiu de 24 para dezessete – uma queda de cerca de 30%. As atribuições do núcleo de Finanças foram detalhadamente discriminadas, de forma a sanar a desorganização da tesouraria da instituição; também a autenticação das cópias expedidas recebeu uma atenção especial, já que se julgava que a xerografia poderia sanar o gargalo representado pela emissão de certidões.

No que toca ao acesso à documentação, o novo regimento manteve a redação anterior, ainda de 1958, durante o regime democrático – porém no tempo do primeiro mandato de Meneghetti –, de vinculação do acesso à documentação ao interesse das partes implicadas.[441] É possível indagar até que ponto isso caracterizava restrições típicas de um Estado autoritário ou, por outro lado, uma certa incompreensão de que a documentação pudesse ser útil para outros que não aos envolvidos nos processos. Conforme veremos, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul arrogou-se um direito especial de pesquisa histórica na documentação do Arquivo Público.

Evidentemente, a influência estatal tecnoburocrática da arquivística, campo que se institucionalizava academicamente nos anos 1970 (ver subcapítulo 9.4), era mínima diante da ciência econômica. Entretanto, Vogel e Arruda propugnaram por medidas "racionalizadoras", buscando a normalização da emissão de certidões e o disciplinamento do corpo funcional, medidas, de fato, necessárias em virtude da desorganização do órgão da primeira metade dos anos 1960. Entretanto, há que sublinhar que essa reorganização se deu sob o influxo do regime autoritário pelo qual os diretores foram nomeados. Uma das inici-

[440] Em um plano municipal, ocorreram diversas reformas urbanas, que acarretaram na remoção de muitas vilas populares (Monteiro, 2006; Klafke, Weimer, Furini, 2022).
[441] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, Regimentos de 1958 e 1974.

ativas, ainda no primeiro ano do regime de exceção, foi a realização de uma eliminação documental de treze toneladas de papel em 30 de julho de 1964. Em 28 de novembro, deu-se cabo de mais 60 toneladas de "papel inútil". O texto de jornal por meio do qual se tem notícia desse descarte não é esclarecedor acerca dos critérios de seleção dos documentos que deveriam ser destruídos, e tampouco sobre quais foram eliminados.[442]

Imagem 50 – Posse de Henrique Canísio Vogel, 7 de outubro de 1964



Fonte: Acervo familiar de Henrique Canísio Vogel.

Tal como durante o regime militar, em geral, no Arquivo Público empreendeu-se uma tentativa de modernização conservadora. No capítulo X veremos de forma mais detida, mas por ora basta assinalar que, uma vez mais, a microfilmagem era uma grande aposta institucional, constituindo uma das quatro unidades do órgão. A seguinte atividade figurava entre as atribuições institucionais, conforme o novo regimento: "fornecer, mediante o pagamento das taxas devidas, certidões, fotocópias, xerox, cópias heliográficas e reproduções de microfilmes requeridas pelas partes ou seus procuradores, dos documentos recolhidos à Repartição".[443] Há que destacar que essa regulamentação é imediatamente posterior ao início da utilização das máquinas de xerox, em 1973. Chegou-se, naquele momento, à projeção de um novo pavilhão para trabalho com microfilmes e para a sala da Direção. Ele seria edificado no pátio interno do Arquivo Público.

[442] *Jornal do Dia,* 30/7/1964 e *Correio do Povo,* 28/11/1964. Acervo familiar de Henrique Canísio Vogel.
[443] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0036, Regimento de 1974.

8.3 O palácio que não saiu do papel

Ainda nos anos 1960, planejara-se a expansão do Arquivo Público a fim de abrigar um setor específico para microfilmagem. O servidor Duílio Severino encaminhara, em 29 de abril de 1960, ao então diretor, Antônio Montserrat Martins, um ofício propondo a edificação de dois novos pisos sobre o segundo pavilhão. A esse ofício acompanhavam fotografias do Arquivo Público na ocasião, por meio das quais o fotógrafo procurou sustentar sua proposta (ver demais fotos no Anexo IV).[444]

Imagem 51 – Vista do Arquivo Público, 1960



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume V, p. 497.

Essa descaracterização do prédio 2 nunca foi, felizmente, levada a cabo. Sandro*, chefe do serviço de arquivos em 1972, levou Henrique Canísio Vogel à proposta alternativa de construir um novo pavilhão onde hoje é o pátio do Arquivo Público, “sem que seja necessário modificar prédio de tão bela arquitetura”.[445]

[444] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume V, p. 495-505.
[445] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0002, processo 1.699/1972.

Imagem 52 – Vista do Arquivo Público, 1960



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume V, p. 501.

Um novo pavilhão foi projetado de acordo com um estudo, de 1972, de Duílio Severino acerca da microfilmagem. Assim era seu entendimento:

> microfotografia é o processo de fotografar documentos com grande rapidez em filme de segurança estreito. Os negativos desse filme são projetados por meio de um aparelho de leitura (ou aparelho de projeção) e são feitos de tal maneira que, se necessário, uma cópia fotográfica do documento pode ser produzida e revelada também em papel sensibilizado.Os aparelhos de leitura também podem ser usados para projetar o filme em uma pequena tela.
>
> De um modo geral, devem ser microfilmados somente os documentos de importância vital e que estejam dispostos de maneira que o processamento do filme seja relativamente simples. Deve ser levada em conta a condição física dos papéis, bem como feita uma verificação cuidadosa para determinar se não contêm prendedores, grampos ou fixadores.[446]

O arquiteto responsável pelo projeto de um possível "prédio 4", Luiz Lampert Gaertner, vinculado à SUSEPE, encaminhou, em 3 de setembro de 1973, um ofício à assessoria de planejamento da SIE contendo um estudo sobre esse novo pavilhão. Constava:

[446] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0001. Processo 00095/1972.

> Atendendo a solicitação de Vossa Senhoria no sentido de ser elaborado por esta equipe um anteprojeto para o prédio destinado aos serviços de Microfilmagem do Arquivo Público desta capital, estamos remetendo os trabalhos efetuados para as devidas apreciações.
>
> Os estudos foram realizados com base em levantamentos de dados e pesquisas, em locais onde já a experiência em serviços de microfilmagem já tenha sido praticado, tais como os serviços do Palácio da Justiça desse Estado, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Procuramos ainda, entrar em contato com firmas especializadas em máquinas desse gênero, tais como KODAK do Brasil, onde conseguimos subsídios necessários para uma planta de LAY-OUT.
>
> Localização do prédio – O local destinado à implantação do prédio para a microfilmagem é uma área interna onde atualmente está o Arquivo Público. Área de aproximadamente 2.000 m^2, em terreno parcialmente acidentado com pequeno aclive. A área destinada ao prédio propriamente dito é de 500 m^2 ficando, o restante para a urbanização do local.
>
> Projeto – Basearam-se os estudos nos levantamentos acima citados, obedecendo desta forma, o mais possível, para o melhor enquadramento dentro das necessidades apresentadas. O projeto foi lançado tendo em vista o aproveitamento da declividade do terreno ficando assim distribuído:
>
> Térreo – Apartamento do zelador, depósito de livros, bar-lancheria, casa de ar condicionado e gerador – circulação vertical para o piso superior, e uma área destinada a estacionamento de veículos para carga e descarga de material (livros, etc…), sanitário para público.
>
> Piso superior – Gabinete da Direção do Arquivo, secretaria, sala para o Assistente da Direção, sala de espera, portaria e sanitários.
>
> Para o setor de microfilmagem: sala de leitura de documentos, sala de seleção, de material, sala de distribuição de material, sala da microfilmagem, pequeno arquivo de filmes com cofre para documentos especiais, sanitários, circulação horizontal e vertical, hall de entrada, portaria e informações.[447]

Há que lembrar que o atual prédio administrativo do Arquivo Público encontrava-se, na ocasião, em poder da Secretaria da Administração. Não se sabe com exatidão por qual motivo o projeto, de inspiração modernista, nunca foi executado. Uma possível razão, por exemplo, é o início da xerografia. Todavia, é plausível que o Estado não tenha investido em uma nova edificação quando a originalmente destinada ao Arquivo Público não estava sendo ocupada pelo órgão, ainda que por motivos externos a ele.

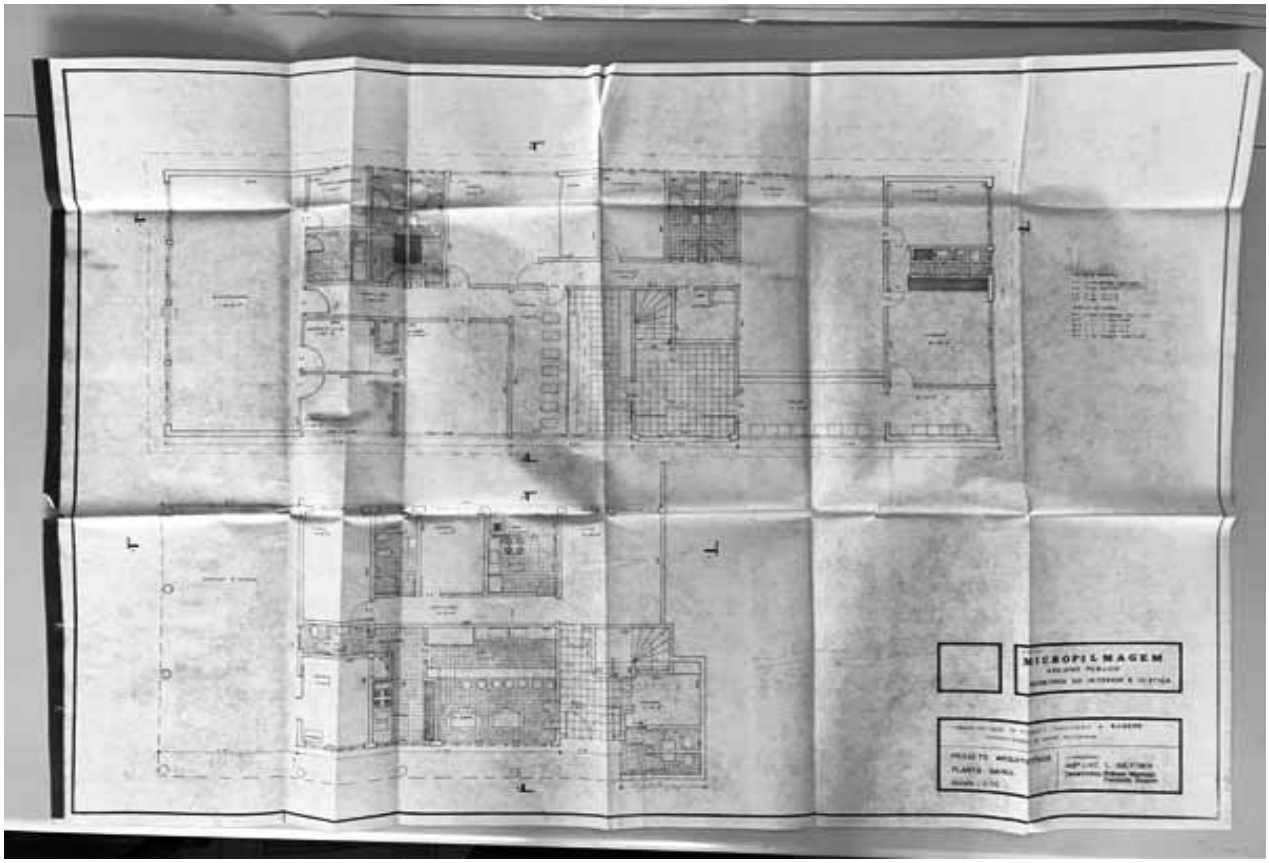
[447] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0001. Estudo realizado pela Equipe de Pesquisas e Planejamento para o prédio destinado aos serviços de microfilmagem. 3/9/1973.

Imagem 53 – Pavilhão de microfilmagem planejado nos anos 1970



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0001. Estudo realizado pela Equipe de Pesquisas e Planejamento para o prédio destinado aos serviços de microfilmagem. 3/9/1973.

Planta 6 – Planta baixa: Pavilhão de microfilmagem planejado nos anos 1970



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0001. Planta baixa do prédio de microfilmagem, 1973.

8.4 “Nunca confundidos com consulentes comuns”[448]

Ao completar, em 1994, seu aniversário de 50 anos, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul colheu diversos relatos sobre a instituição, dentre os quais há uma entrevista, vista no capítulo VI, que apresenta o recolhimento de 1972, considerado desastrado. Há que ter reservas sobre a exatidão das informações, já que a ex-diretora Maria Helena Ghisleni atuou no Arquivo Histórico entre 1978 e 1979. Deve haver exagero em seu relato de desorganização – pois na documentação administrativa do Arquivo Público há uma minuciosa relação de todos documentos transferidos ao Arquivo Histórico naquela ocasião, o que relativiza aquela idéia (ver Anexo III). Encaminhados precariamente em caminhões ou não, havia o conhecimento exato do que estava sendo transportado, o que foi conferido pelo AHRS, que emitiu o devido recibo. O traslado documental ocorria dentro da perspectiva de Benjamin Arruda de liberação de espaço em um acervo cada vez mais abarrotado por recolhimentos sem critério. Há que destacar que as condições para preservação documental na instituição eram verdadeiramente calamitosas desde pelo menos os anos 1960, com corredores atulhados por papéis insalubres e desordenados (ver imagens 43-45) – resguardando a possibilidade de terem sido ordenados no ínterim. Assim sendo, é nítido que o IHGRGS se esforçou para preservar a documentação e foi bem sucedido, retirando-a do local onde estaria em pior estado. Dessa maneira, a intervenção pode ser lida como uma bem-aventurada iniciativa da sociedade civil a fim de preservar documentação considerada valiosa.

No dia 12 de maio de 1973, por meio de seu primeiro vice-presidente, Moysés Vellinho, os integrantes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul entraram em contato com o Secretário do Interior e Justiça, Carlos Alberto Allgayer, a fim de, “através de representantes autorizados e credenciados”, oferecer seu auxílio na escolha de documentos a serem eliminados daquele momento em diante. Provavelmente, como órgão então aglutinador dos pesquisadores na área de história, o Instituto se mobilizou diante de uma experiência anterior, julgada inadequada, de traslado de documentos ao Arquivo Histórico em 1972. Diante da má experiência prévia, os sócios do Instituto se mobilizaram a fim de evitar a perda de documentos considerados importantes.

Segundo o ofício,

> Estando este Instituto a par da louvável iniciativa do Arquivo Público do Estado, órgão afeto a essa Secretaria, de expurgar material não aproveitável constante do seu acervo, com vistas a organizar da melhor forma o patrimônio daquele órgão, vem este sodalício se oferecer para, através de representantes autorizados e credenciados, prestar assistência aos responsáveis por aquele serviço na tarefa de seleção da matéria sob exame.
>
> O IHGRGS, ao oferecer-se para prestar esse tipo de assistência, tem em vista não apenas tornar mais efetivo o trabalho mencionado, senão salvaguardar o patrimônio histórico e geográfico que tem no Arquivo Público fiel e tradicional repositório.[449]

[448] Uma versão preliminar deste subcapítulo foi publicada em Weimer (2025).

[449] APERS, expediente administrativo 1.524/1973 (caixa provisória 003 – interessantes), Secretaria de Interior e Justiça. Em tratamento técnico.

Assim, as demandas cresceram em volume, chegando à pretensão de determinar um representante na definição do que deveria ser preservado e eliminado. Isso é compreensível diante do alarme dos integrantes do IHGRGS quanto ao traslado documental anteriormente realizado ao AHRS. Pulando instâncias hierárquicas, no acesso direto ao Secretário, foi possível o deferimento daquele pedido, em poucos dias, com a ressalva de que não se interferisse na rotina de serviço da instituição arquivística, o que os desdobramentos posteriores indicam que não se conseguiu evitar. Em 15 de maio, Vellinho escreveu novamente ao Secretário comunicando que o padre Ruben Neis, Secretário Geral do Instituto, ficaria responsável por acompanhar os trabalhos, eventualmente assistido por seus confrades.

Nada sabemos sobre os desdobramentos da atuação dos integrantes do Instituto no dia-a-dia do Arquivo naquele ínterim, mas tudo indica ter havido alguma rusga, porque meses após, em 4 de julho, Moysés Vellinho escreveu ao Secretário Otávio Germano, solicitando um lugar de privilégio não apenas em relação à definição dos documentos a serem preservados, mas também no acesso à documentação e à sua disponibilização. Insinuando possíveis restrições na pesquisa por parte da direção, o 1º vice-presidente lembrava da sessão inaugural do IHGRGS no interior do APERS, isto é, os laços de origem explicitados no subcapítulo 2.5, a fim de, com isso, diferenciar-se dos demais frequentadores da casa.

Ora, há que lembrar que, muito lentamente, a UFRGS iniciava a “tomada do bastão” do IHGRGS, na feliz expressão de Jeferson Martins (2019). Talvez não houvesse ainda uma sensação de ameaça sobre seu lugar de enunciação sobre qual interpretação da história do Rio Grande do Sul era legítima e qual não era (Gutfreind, 1992; Nedel, 1999; 2005; Silveira, 2008; Martins, 2011; Silva, 2018). Entretanto, é certo que, capitaneado por Dante de Laytano – um historiador “folclorista” “dissidente” do “triunvirato” composto por Moysés Vellinho, Othelo Rosa e Guilhermino Cesar (Nedel, 2005, p. 309) – o Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul seria fundado em 20 de setembro de 1973 e traria novas protagonistas importantes à historiografia estadual, como as professoras Helga Iracema Landgraf Piccolo, Sílvia Regina Ferraz Petersen e Sandra Jatahy Pesavento (Martins, 2019, p. 238). Talvez diante de um novo lugar de escrita da história – o Gabinete foi fundado dois meses e meio depois, mas já deveria estar em tratativas organizacionais –, os integrantes daquela agremiação, sob a pena de Vellinho, sustentaram seu lugar especial diante dos demais consulentes. Vale lembrar, também, que naquele mesmo ano teve início o Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Imagem 54 – Sala de consultas, na atual Sala Borges de Medeiros, década de 1970 ou 1980



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia no servidor do Arquivo Público, no endereço: U:\PLANO-CLASSIFICACAO\2.6.1 Gerir o patrimônio documental\2016 Memória\2019.01.19 113 anos\2019.01.15 Exp.Prédios\2019.01.19 Apoio\2019.02.14 113 Anos Prédio II. Para mais fotos do Arquivo Público nos anos 1980, ver Anexo V.

Independente de eventual concorrência, afirmavam pesquisar em prol do sacerdócio da história e não para fins utilitários. Seus usos do passado, enfim, eram apresentados como mais relevantes do que aqueles dos demais cidadãos:

> Nunca os membros do Instituto foram confundidos com os consulentes comuns que, em seu interesse pessoal ou de terceiros, vão ao arquivo pedir certidões para fins judiciais. Frequentávamos aquela Casa a serviço da História, cientes do indiscutível e relevante papel cultural que ao Arquivo compete desempenhar.[450]

A argumentação de Vellinho deve ter surtido algum efeito, porque pouco mais de um mês depois, em 7 de agosto de 1973, o representante do Instituto endereçava, novamente ao Secretário, em tom bastante imperativo, sugestões a fim de facilitar sua pesquisa. Dentre elas, solicitava a realização de pesquisas em qualquer horário desejado, desde que compreendido no expediente da instituição; acesso direto aos documentos no interior dos prédios de acervo; e, ainda mais, um funcionário do Arquivo à sua disposição:

> 1º) Que os membros do Instituto sejam atendidos por funcionário previamente designado para esse fim, dando-se aos pesquisadores mesa e cadeira, no próprio pavimento ou sala

[450] APERS, expediente administrativo 1.524/1973 (caixa provisória 003 – interessantes), Secretaria de Interior e Justiça. Em tratamento técnico.

> onde se encontre o material a pesquisar, e em lugar separado do que se destina aos que pesquisam por interesse utilitário, próprio ou de seus clientes.
>
> 2º) Que os membros do Instituto Histórico tenham acesso direto ao fichário, livros dos cartórios, registros de testamentos, sesmarias e dos antigos livros paroquiais, usados para registro das declarações de propriedades de terras, em conformidade com a Lei de 1850 e a outros documentos de interesse histórico independente das formalidades de rotina, poupando assim, trabalho ao servidor que os atender.
>
> 3º) Que as pesquisas por parte dos membros do Instituto Histórico possam ser realizadas em qualquer hora, dentro do expediente normal da repartição, e em qualquer dia útil.[451]

Uma concepção de que os iniciados deveriam ter acesso privilegiado, ou mesmo exclusivo, aos documentos também se revela no seguinte trecho de entrevistas concedidas em 4 de dezembro de 1989 e 20 de maio de 1991 pelo historiador Guilhermino Cesar a Ieda Gutfreind. Após a – correta (a não ser no que toca às ações de liberdade que, vimos no capítulo V, foram destruídas sob aval de Othelo Rosa) – observação de que "se não fosse o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 1920, grande parte da história do Rio Grande do Sul seria, hoje, irrecuperável", o historiador acrescentava que "somente mexe no arquivo um especialista" (apud Gutfreind, 2019, p. 17). Para fazer justiça, as restrições do depoente referiam-se exclusivamente ao arquivo em estado bruto. A esse, os únicos particulares que deveriam ter acesso eram os historiadores do Instituto Histórico – nem que para isso necessitassem de interceder junto a secretários de Estado.

Em célebre ensaio, o antropólogo Roberto da Matta (1987) fez uma espécie de sociologia do *jeitinho* e do *carteiraço*. Em análise do bordão "você sabe com quem está falando?", que bem poderia ter sido dirigido – talvez tenha sido – por Vellinho a Arruda, o antropólogo verificou o "esqueleto hierárquico" oculto por trás de uma "moldura igualitária" da cultura brasileira. O rito autoritário, concluiu Da Matta, evidencia um sistema legal formalmente igualitário, mas frequentemente distorcido por moralidades pessoais. O autoritarismo latente pode ter sido melhor propiciado pelo regime de 1964-1985. A frase em questão implica uma hierarquia e a necessidade de subordinação do interpelado ao interlocutor, que arrogava-se uma posição de superioridade em um tom ameaçador. No final das contas, retornamos às tensões identificadas por Nunes (2003) sobre uma máquina pública que se propunha à igualdade de procedimentos, mas que estava também influenciada pelo clientelismo, isto é, ao acesso a bens públicos por meio de redes paralelas, informais e personalizadas de poder. Para complicar a situação, o poder público demonstrava-se incapaz de realizar, naquele momento, práticas de preservação minimamente apropriadas.

Portanto, não pretendo afirmar que a ação do Instituto Histórico sobre o Arquivo Público tenha sido necessariamente deletéria. Não foi, exceto, indubitavelmente, no episódio de destruição de documentos probatórios da presença negra no Rio Grande do Sul.

[451] APERS, expediente administrativo 1.524/1973 (caixa provisória 003 – interessantes), Secretaria de Interior e Justiça. Em tratamento técnico.

Algumas medidas importantes decorreram diretamente de atos ou indiretamente da influência dos integrantes do IHGRGS. É possível exemplificar pela organização da revista do Arquivo Público, na década de 1920, que só se viabilizou a partir da atuação de integrantes do Instituto na direção; pela luta por recolhimentos de documentos considerados históricos, também na mesma década, conforme visto no capítulo II; ou ainda pela preservação de outros em situação de risco na década de 1970.

Se não foi majoritariamente nociva, certamente foi ambígua. No caso em questão, a contribuição no salvamento de documentos nos anos 1970 refletiu-se em uma pretensão a um acesso privilegiado – bastante privilegiado – à documentação. Acesso privilegiado, aliás, é um eufemismo. Pleiteou-se – e conseguiu-se – um funcionário do Arquivo à disposição dos integrantes do Instituto. Isso não era novidade, já que nos anos 1940 solicitações semelhantes foram realizadas e, até a intervenção de Manoelito de Ornellas, bem sucedidas.

8.5 “Arquivo que é ninho de pardais precisa de microfilme e…”

Em 17 de setembro de 1965, a *Folha da Tarde* divulgou as precárias condições em que se encontrava o Arquivo Público no segundo ano do novo regime. Estampava a capa da edição uma imagem das instalações naquele momento.

Imagem 55 – Acervo do Arquivo Público, 1965



Fonte: MCSHJC – *Folha da tarde*, 17/9/1965.

Ao que evidencia a fotografia, não houve aprimoramento institucional desde a gestão de Clóvis Líbero Cardoso, que, como visto, representara um período de investigação de irregularidades. Pelo contrário, aparentemente a situação piorara. A edificação recebia, à noite, pardais, que ali se abrigavam e faziam seu ninho. Haveria uma "fácil solução" para as "irreverências" dos animais, que defecavam na documentação. Para tanto, bastaria telar as janelas com quinze mil cruzeiros, que, todavia, não estavam disponíveis no orçamento da instituição.

Em um tom um tanto sensacionalista, a reportagem reconhecia a importância do acervo ali depositado e defendia a microfilmagem como solução para os problemas da instituição. Essa técnica de armazenamento de informações, que viria a ser julgada merecedora de um prédio próprio, prometia a reduzir o volume documental de seis caminhões em um metro cúbico por meio da "destruição, a inutilização dos originais que ora atravancam as dependências da instituição. O filme ocupa muito menor espaço, a par de oferecer uma durabilidade na conservação do documento que se pode estimar em seguramente quinhentos anos. Um documento original, nas atuais condições do Arquivo, dura no máximo duzentos anos". No capítulo 10 conheceremos a duração de documentação microfilmada no Arquivo Público. Por ora, basta entendermos que na tecnocracia dos anos da ditadura, já desde seus princípios, apostou-se em uma panaceia para resolver os problemas da instituição.

Outra demanda bastante presente naquele momento era a profissionalização da mão-de-obra da instituição. "Porque, até agora, o Arquivo, por incrível que pareça, não tem sequer um arquivista. Não há pessoal especializado para o trabalho, com formação técnica para a organização de um índice geral do acervo, para a catalogação de documentos, para os serviços de restauração de peças castigadas pelo tempo". Ora, como veremos no próximo subcapítulo, a Arquivologia encontrava-se em um incipiente processo de profissionalização. Assim sendo, a *Folha da Tarde* de certa forma encontrou na formação profissional outra espécie de "solução mágica", paralela à microfilmagem, que poderia, de uma vez por todas, resolver os problemas da instituição. Ocorre que, mais do que um repositório de profissionais disponíveis para recrutamento, a comunidade arquivística em formação teria a participação de gestores públicos envolvidos nos arquivos, como é o caso do próprio Arruda. Além disso, a tão sonhada contratação de profissionais, ocorrida nos anos 1990, mais do que um passe de mágica, representou apenas um primeiro passo para um trabalho duro, sério e comprometido, que teremos oportunidade de conhecer nos capítulos 9 e 10.

8.6 "... de Arquivistas". O Arquivo Público no processo de institucionalização da Arquivologia

Durante boa parte do século XX, as formas de atuação dos profissionais de arquivo encaixavam-se nas atuações definidas por Lopez (2012, p. 188) como "sem qualificação" ou com "qualificação mínima". Apesar de o autor referir-se a alguns arquivos contemporâ-

neos, suas distinções podem servir para elucidar características das atividades arquivísticas ao longo do período em tela. A primeira caracterizar-se-ia pela ausência de formação, de uma atuação intuitiva, e de uma gestão documental pouco articulada, atendendo (quando é o caso!) aos requisitos legais mínimos; no caso da segunda, a ausência de formação profissional é parcialmente sanada pelo autodidatismo, pela iniciativa pessoal e voluntarista de consulta a livros ou outros meios disponíveis. É o caso, por exemplo, do servidor Davi*. Em 1966, ingressou com um processo administrativo para investigar violação de correspondência ocorrida na instituição.[452] No caso, ele encontrou no lixo restos de envelope postal no qual teriam vindo materiais didáticos relativos à técnica arquivística enviados pelo Arquivo Nacional.[453] Assim sendo, se ainda em 2012 havia limitações na profissionalização dos acervos brasileiros, como constatou aquele autor, o que dizer do período anterior à implantação dos cursos superiores? A Arquivologia era, visto no capítulo V, "embrionária".

A década de 1970 trouxe novos horizontes à disciplina arquivística. Naquele momento, a arquivologia levava adiante um longo e lento processo de institucionalização, com a realização de um primeiro congresso em 1972 e outros três na década (Marques, 2007). Os eventos foram empreendidos pela Associação de Arquivistas Brasileiros, órgão de classe que, contudo, tinha fronteiras porosas com o Arquivo Nacional e a própria burocracia do regime ditatorial. Essa "simbiose" proporcionou um desenvolvimento "exponencial" da Arquivologia (Cougo Júnior, 2020, p. 267). Aqueles momentos, de encontro e interlocução de profissionais de diferentes lugares do país, compartilhando reflexões e desafios do trato arquivístico, desencadeou a organização dos primeiros cursos universitários. Conforme Carlos Aléssio Rossato (2001, p. 21), o curso da UFSM data de 1976, o da Fundação das Faculdades Integradas do Estado do Rio de Janeiro – posteriormente UniRio – e o da UFF em 1979.[454] O autor também assinala que o segundo bacharelado era decorrente da transformação de um curso oferecido pelo Arquivo Nacional em formação universitária.

Nessa articulação do campo arquivístico esteve envolvido o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Em um processo de 1972, embora ainda anterior ao congresso, o servidor Sandro* encaminhou ao diretor Henrique Canísio Vogel uma relação de sugestão de procedimentos que acreditava serem necessários para a melhoria dos serviços da instituição[455]. Ali, deu um preciso diagnóstico do que vem se falando: "que o Arquivo em seu corpo funcional não dispõe de Arquivistas, mas que conta com uma equipe de funcionários que executam todas as tarefas de Arquivistas".

---

[452] A despeito da suposta participação de Davi* no PTB, não há evidências, até o momento, de perseguição promovida pela ditadura. Isso não quer dizer, óbvio, que não tenha ocorrido. O máximo encontrado, até o momento, são indícios de pequenas importunações por parte de colegas ou chefias, como a violação e extravio de sua correspondência. APERS, Poder Executivo, Acervo Memória Institucional, Caixa 57001.0057, processo administrativo 5181/1966.

[453] APERS, Poder Executivo, Acervo Memória Institucional, caixa 57001.0057, processo administrativo 5181/1966.

[454] "Nova leva" houve nos anos 1990, com a fundação dos cursos em diversas Universidades Federais e Estaduais: Brasília em 1991, Londrina em 1996, Bahia, em 1997, Rio Grande do Sul e Espírito Santo em 1999 (Rossato, 2001, p. 21).

[455] APERS, Poder Executivo, Acervo Memória Institucional, processo 1699/1972, caixa 57001.0002.

O diretor que sucedeu Vogel, Benjamin Arruda, ainda em 1972, representou a instituição nos congressos de 1972 e 1974.[456] Segundo o relatório deste último ano,

> Esta repartição representada pelo seu diretor se fez presente ao I Congresso de Arquivologia realizado em outubro de 1972 no Rio de Janeiro e ao II Congresso levado a efeito em São Paulo, sob a responsabilidade da Associação dos Arquivistas Brasileiros e patrocínio do Arquivo Nacional, assim como participou de um Curso de Organização e Administração de Arquivom este efetivado por ocasião do último Congresso em novembro de 1974.[457]

É fato, porém, que o início da consagração da Arquivologia como disciplina repercutiu na instituição. Na mensagem do Governador à Assembleia Legislativa aparece a intenção de "utilização de modernas técnicas de arquivologia".[458] No relatório institucional de 1984, uma servidora, Angélica*, arrolou o que entendia serem as "atribuições do arquivista":

> Atribuições do Arquivista (Arquivo Público)
>
> Ao protocolo cabe incumbência de remeter ao Arquivo o material a ser arquivado, mas o protocolo não tem competência para determinar Métodos e Sistemas de Arquivamento, apenas remete para arquivar e solicita o desarquivamento quando necessário. Ao arquivista competente cabe o encargo de criar métodos eficientes para a perfeita organização do material que lhe foi enviado, afim [sic] de alcançar o objetivo principal, o qual seja a rápida localização do documento arquivado.
>
> No arquivo corrente ele classifica e registra ordenadamente obedecendo ao método pré-estabelecido. Preparando dentro da seleção as que de verão [sic] passar ao arquivo intermediário; assegurando assim a rápida e eficaz economia de tempo e espaço, bem como a centralização do documento que não tem mais utilidade corrente, sendo desnecessário sua permanência entre os que deverão ser preparadas através da análise criteriosa ao arquivo permanente. A responsabilidade de um arquivista é muito mais ampla e conscienciosa do que os consulentes possam imaginar, pois além de perito conhecedor dos documentos ele tem que ser artista, engenheiro, idealista e pesquisador, sociólogo, historiador e cientista para atender ao complexo mister de arranjar, consertar e orientar aos pesquisadores que nem sempre sabem fazê-lo.
>
> O ambiente residencial permanente dos documentos deve ser higienizado sob rigoroso controle atmosférico, pois os fatores prejudiciais devem ser eliminados tais como: umidade ou falta de arejamento, acidez elevação e queda de temperatura produzem modificações de textura e fibras dos papéis, que mancham, descolorem e colam, tornam-se quebradiços e favorecem o desenvolvimento de espécies entomológicas. Assim o arquivista tem a grande responsabilidade de preservar o material arquivado, através de prevenção metódica no local do Arquivo, observando sempre os agentes deterioradores, tais como os complexos agentes físicos que são inúmeros. Os agentes químicos exigem cuidados atenção [sic]. Os agentes biológicos sempre prontos a entrarem em ação, principalmente o homem; exigindo do arquivista uma investigação periódica. Assim, tudo deve atender a flexibilidade e legibilidade, para maior eficiência na recuperação da informação. Deverá constar no Manual do Arquivista todas às instruções [sic], garantindo assim, o funcionamento perfeito e uniforme do Arquivo.

---

[456] APERS, Poder Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, processo 3234/1972, caixa APERS 3 [provisória], acervo em tratamento técnico. APERS, Poder Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS 2 [provisória], acervo em tratamento técnico, processo 4126/1974.

[457] APERS, Poder Executivo, Acervo Memória Institucional, caixa 57001.0029, relatório de 1974.

[458] Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Governador José Augusto Amaral de Souza, 1983. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084249-mensagem1983.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.
Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

> O Arquivista responsável, deve ser consciente de suas atribuições e manter o ambiente em equilibrada Paz, Ordem e Disciplina.[459]

Algumas incumbências arroladas parecem *naïves* aos olhos de hoje – por exemplo, a redução das atribuições do arquivista à organização e classificação; ou a ausência de uma preocupação com a gestão documental; ou a inexistência de uma reflexão mais profunda sobre a destinação dos documentos; ou a necessidade de um sem-número de competências profissionais para o exercício da prática arquivística, provavelmente inatingíveis; ou, finalmente, a pretensão de resumir as atividades complexas do profissional em arquivos em duas laudas. Também podiam ser enganosas, a exemplo da exortação a Paz, Ordem e Disciplina em um momento em que o país, apesar de uma abertura "lenta, gradual e titubeante" (Weller, Limongi, 2024, p. 20-51), ainda estava nas trevas do regime iniciado vinte anos antes. Todavia, é marcante e relevante que, em algum momento antes da profissionalização da instituição tenha se tentado delimitar, mesmo que de forma insuficiente, as atribuições cabíveis a quem exercia, então, funções arquivísticas. Também é notável a preocupação com a preservação dos documentos, com cuidados relativamente bem especificados. A chegada ao Arquivo Público de profissionais com curso superior aconteceria apenas no início da década de 1990, recrutados (ou recrutadas, porque a imensa maioria era composta por mulheres) por meio de concurso público majoritariamente – o concurso também recrutou historiadoras – entre as primeiras turmas de formadas e formados em Arquivologia pela UFSM, conforme veremos no próximo capítulo.

Os anos 1970 podem ser reconhecidos como o momento de institucionalização universitária da arquivologia brasileira, e os anos 1990 como o momento em que uma abordagem arquivística profissional e voltada à cidadania se consolidou no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Todavia, houve uma longa "pré-história" de trabalhos arquivísticos, como visto ao longo deste livro e será destacado no tópico seguinte. Antes disso as pessoas organizavam documentos de formas eficazes ou funcionais para os fins propostos na ocasião, como destacou, de forma lapidar, a servidora aposentada Marta Helena de Araújo, uma das concursadas de 1991:

> Olha, não tinha a técnica arquivística, entendeu, mas eles tinham, como é que eu vou te dizer… Por exemplo, tinha os fichários. Quando a documentação veio para cá, no início do século passado, o pessoal que estava aqui, ele tinha uma técnica de como buscar a documentação. Então tinha o fichário, que está lá embaixo. Aquele fichário foi feito pelo pessoal aqui do arquivo, que tava trabalhando aqui. Então era empírico, uma técnica empírica, mas funcionou, funcionava. E funcionava muito bem pelo que a gente via, assim. Eles encontravam facilmente os documentos, só que tu tinha que ir lá, manualmente, na fichinha, procurar a pessoa envolvida naquele documento que queria ver e eles, olha, fizeram um ótimo trabalho, assim, sabe? Maravilhoso para a época.[460]

[459] APERS, Poder Executivo, Acervo Memória Institucional, caixa 57001.0034, relatório de 1984.
[460] Entrevista concedida por Marta Helena de Araújo para Rodrigo de Azevedo Weimer em 19 de março de 2024.

8.7 A “gestão de documentos” antes da gestão arquivística

> DECLARO, de acordo com o item 4 da Instrução Normativa n. 4/85, que o processo acima referido está formalmente perfeito, produziu seus efeitos e não contém documentos de natureza histórica, podendo ser microfilmado e, após, destruído.[461]

Antes do estabelecimento do Sistema de Arquivos e das primeiras normatizações referentes à gestão documental, os documentos eram, de alguma forma, “geridos”. Mesmo que de uma maneira alheia à disciplina arquivística, alguma destinação era dada à documentação, mesmo que eventualmente “à moda selvagem” ou sem critérios definidos, ou, ainda, com critérios inapropriados. Era, digamos assim, uma “gestão” intuitiva e improvisada. Ainda antes da criação do SIARQ/RS, nos anos subsequentes ao final do período ditatorial, houve algumas tentativas de estabelecer parâmetros. Um exemplo é o paradoxal excerto, em epígrafe, de uma minuta de declaração do Tribunal de Contas do Estado. Muito antes da lei de arquivos,[462] a normativa em questão determinava a preservação dos “documentos de natureza histórica” e a eliminação, após microfilmagem, dos demais. Ocorre que a deliberação sobre tal natureza dependia de um ato declaratório, sem definição das justificativas quanto a tal caráter que, enfim, era atribuído conforme a subjetividade do declarante.

Em 1985, ano dessa normativa, o país encontrava-se em uma complexa transição rumo à democracia. Houve, na segunda metade dos anos 1970, importantes mobilizações pela anistia de exilados e presos políticos – que redundou em uma lei que de fato os anistiava, mas também proporcionou a impunidade aos torturadores –;[463] o ressurgimento dos movimentos sindical, estudantil e camponês; o surgimento de movimentos ambientalista, feminista, negro, de direitos humanos, homossexual (ainda que esse último seja posterior, no caso sul-riograndense); o fim do sistema bipartidário, em fins de 1979; e finalmente, a luta pela retomada de eleições diretas para Presidente da República (Rodeghero, Guazzelli, Dienstmann, 2013). No Rio Grande do Sul, o Partido Democrático Social, PDS, antiga ARENA, elegeu em 1982 o governador Jair Soares, nas primeiras eleições diretas para governador, em grande medida pela divisão entre as forças oposicionistas, notadamente peemedebistas (remanescentes do antigo partido oficial de oposição ao regime, MDB, agora PMDB), brizolistas (aglutinados no Partido Democrático Trabalhista, PDT) e o novíssimo Partido dos Trabalhadores, PT. Pesaram, também, para esse resultado, o seguimento da vigência de dispositivos do regime ditatorial, tal como a anulação do voto que não “casasse” a escolha do mesmo partido para todos os diferentes, seis, cargos então em disputa (Guazzelli, 2018).

---

[461] APERS, Acervo Executivo, Secretaria de Interior e Justiça, Caixa SIARQ 1 – para eliminação.

[462] A lei 8.159/1991, estabelecida no fluxo do processo de democratização do país, estabeleceu a preservação em suporte papel de todos documentos de caráter permanente.

[463] O caráter recíproco e a divisa “crimes correlatos”, abarcada pela lei da Anistia, durante muito tempo serviu como justificativa para a impunidade dos torturadores e outros perpetradores de crimes contra a Humanidade (Rodeghero, Guazzelli e Dienstmann, 2013).

A campanha pelas eleições diretas para Presidente da República (as Diretas Já), a despeito de seu volume e vigor, foi derrotada na votação parlamentar. O primeiro presidente civil eleito após 1964, ainda que indiretamente, Tancredo Neves, adoeceu e foi internado às pressas antes de tomar posse, vindo posteriormente a óbito. Seu vice, José Sarney, era um antigo quadro do partido ditatorial debandado ao PMDB, de modo que a construção da democracia deu-se com inegáveis continuidades em relação ao período anterior. Uma assembléia constituinte promulgou, em 1988, uma Carta Magna bastante informada pelo ascenso de lutas daquela década, mas no ano seguinte elegeu-se, pelo voto direto, Fernando Collor (PRN), o primeiro presidente escolhido por sufrágio popular desde Jânio Quadros, prevalecendo um político neoliberal praticamente desconhecido sobre quadros partidários históricos, como Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT) e Luís Inácio Lula da Silva (PT), que disputou o segundo turno com Collor.[464]

Talvez o processo de democratização tenha proporcionado uma maior preocupação com o estabelecimento de critérios transparentes sobre a preservação documental, ainda que no caso do TCE eles dependessem de avaliações subjetivas. Os ecos da *profissionalização* da arquivística faziam-se soar (ver subcapítulo anterior), chegando ao Arquivo Público algumas primeiras demandas quanto à formalização de critérios para preservação ou eliminação. Na gestão da diretora Maria da Graça Mosmann Braga foi criada uma Comissão de avaliação de documentos que, contudo, não pôde concluir seus trabalhos. Conforme manifestou-se, em 19 de março de 1986, a gestora:

> Tendo sido constituída esta Comissão, a esta caberia a avaliação da documentação deste arquivo, determinando: estágio de arquivamento (corrente, intermediário, e permanente), prazos de retenção, fluxogramas, critérios e possibilidades de microfilmagem.
>
> Sua constituição conclui-se, no entanto, quando devido a aposentadorias e muitas licenças de saúde, não alcançávamos o número de funcionários necessários, para a realização de tal empreendimento.
>
> Como até a presente data, não realizou-se a lotação de funcionários, por nós solicitada, para suprir esta deficiência, somos pelo arquivamento do presente processo.[465]

A Procuradoria Geral do Estado, instada pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, emitiu o parecer 6.998/1987 em 9 de janeiro do ano seguinte. Naquele momento, assumiu tarefas referentes à gestão documental, diante das limitações do Arquivo Público na gestão de Braga para fazê-lo. O documento é precioso por oferecer um retrato da situação dos arquivos estaduais antes do Sistema de Arquivos do Estado, instituído em 1989. Constatava-se haver “grande volume” de “expedientes superados, que poderiam ser destruídos sem prejuízo”. Os “arquivos mortos” guardavam “expedientes antiquíssimos, superados pelo tempo”.[466] Recuperando o Código de Processo Civil então vigente, de 1973, os autos

[464] Para o caso do Rio Grande do Sul, ver Rodeghero, Guazzelli e Dienstmann, 2013, e Padrós, Barbosa, Lopez e Fernandes, 2014.
[465] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0001. Processo Administrativo n. 053-12.03/86.
[466] Biblioteca da Procuradoria-Geral do Estado, parecer 6998/1987.

poderiam ser eliminados por incineração ou destruição mecânica depois de 5 anos da data de arquivamento, com aviso aos eventuais interessados com prazo de 30 dias. As partes ou interessados podiam requerer, desde que pagassem, o desentranhamento de documentos juntos aos autos, bem como a microfilmagem total ou parcial. No caso de, "a juízo da autoridade competente", houverem documentos considerados "de valor histórico" deveriam ser recolhidos ao Arquivo Público.[467]

O jurista, sem formação profissional para tal, estabelecia que "são documentos de guarda permanente todos os que registram fatos, fenômeno que possuem valor informativo sobre pessoas que interessam à história". Essa identificação entre "permanente" e "histórico", bem como a preocupação com o "interesse histórico" remete a uma concepção tradicional, difundida em grande parte pelos Institutos, em que a individualidade de "pessoas que interessam" era tomada como fator primordial, de respeito e veneração, da História. Ainda que não se deva, em uma perspectiva "crítica", ignorar que a desconstrução dessa abordagem, naquele momento, estava em seus primórdios, cumpre assinalar seu papel nas disposições então empregadas na definição do que deveria ser preservado.

O mais interessante no parecer, entretanto, é o fato de que seu autor, procurador Ivalino João Bortolan, consultou bibliografia especializada. Recorrendo a texto de Helena Corrêa Machado, então diretora do Arquivo-Geral da Cidade do Rio de Janeiro, aconselhava a elaboração de tabela de temporalidade, a fim de que as avaliações não ficassem sob decisão aleatória de cada arquivo. A tabela deveria desempenhar os seguintes papéis:

- distinção entre os documentos "de armazenamento temporário" daqueles permanentes;
- eliminação imediata daqueles cuja guarda não fosse justificada;
- "racionalização, principalmente em termos econômicos, das atividades de transferência dos documentos de guarda temporária, bem como das de recolhimento dos de valor permanente;
- estabelecer a base para um futuro programa de destinação – isto é, a definição de quais documentos deveriam ser eliminados, preservados temporariamente ou de forma permanente.[468]

Como veremos, essas tarefas estiveram na base do que veio a se tornar, poucos anos depois, o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 1989 na gestão do diretor Carlos Aléssio Rossato. Bortolan, de fato, indicou a necessidade de se estabelecer um Sistema Estadual, cujo órgão central deveria estabelecer princípios, diretrizes e normas, métodos, orientação, decisão, estímulo. Concluía o parecer:

[467] Biblioteca da Procuradoria-Geral do Estado, parecer 6998/1987.

[468] Ao historiador desavisado dos princípios arquivísticos pode parecer escandalosa a ideia de eliminar documentos. Todavia, é impossível e contraproducente guardar tudo. O que ocorre é a necessidade do estabelecimento de critérios racionais e científicos para fazê-lo, assunto de que se responsabiliza a arquivística profissional.

> Na forma de sistema ou não, era aconselhável ao Executivo a nomeação de comissão especial, composta de diplomado em curso superior de Arquivologia, bacharéis em Biblioteconomia e Direito; ou ainda, que confiasse à Secretaria de Coordenação e Planejamento que determinasse por Decreto normas e métodos para racionalizar os arquivos e a eliminação de acervo desnecessário e superado.
>
> Era desaconselhável qualquer expurgo documental até a adoção da providência apresentada, a fim de evitar "a destruição possível de expedientes e documentos que deveriam ser conservados, bem como o agir atabalhoado e irracional". Os processos periciais do Departamento de Perícia Médica "devem ser tratados como os demais expedientes administrativos", isto é, conservação permanente dos originais ou microfilmes respectivos, e conservação temporária ou eliminação imediata nos termos do Decreto que julgava necessário.[469]

Veremos, no capítulo IX, a atuação do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul a partir de 1989. Aproveitando o ensejo, porém, de estarmos tratando da ditadura, discutamos o papel da instituição arquivística no difícil trabalho de memória sobre o regime de exceção.

8.8 Os documentos da ditadura

> Da minha [gestão o recolhimento] foi aqueles processos das indenizações dos ex-presos políticos. Ex-presos políticos. Aquilo foi bem polêmico. Foi.[470]

Em 1991, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, durante o governo de Alceu de Deus Collares (PDT), empreendeu uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a "espionagem política". A CPI objetivava investigar a atuação do regime ditatorial, em uma sociedade em busca de justiça e memória. Naquele ano, os "arquivos com informações de caráter político-ideológico, eventualmente ainda em desenvolvimento, pela BM ou Polícia Civil" foram entregues, em 17 de dezembro, para o APERS pelos deputados Antônio Marangon, Marcos Rolim e Jussara Cony, "devendo o material ficar à disposição restrita da Comissão".[471] Em 14 de fevereiro do ano seguinte, o Arquivo recolheu mais documentos do DOPS, órgão do regime ditatorial envolvido em violações de direitos humanos e na prática de tortura.[472] Essa documentação já era sobrevivente de uma eliminação documental, certamente proposital, de acervos deste órgão, promovida em 1982 por decisão do então governador Amaral de Souza (Rodeghero; Guazzelli; Dienstmann, 2013, p. 242).

---

[469] Biblioteca da Procuradoria-Geral do Estado, parecer 6998/1987.

[470] Entrevista concedida por Rosani Gorete Feron para Rodrigo de Azevedo Weimer em 16 de abril de 2024.

[471] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0065. Termo de entrega para o APERS de acervo da Secretaria de Justiça. 17/12/1991.
O Termo não discrimina o conteúdo da transferência, porém quando, anos após, o acervo foi trasladado ao Arquivo Histórico, consistia no seguinte: "a) 53 caixas-arquivo, contendo relatórios, informes e correspondências, período 1987-1991; b) 12 caixas-arquivo, contendo 1406 envelopes de fichas datiloscópicas, período 1962-1988, Polícia Civil – Instituto de Identificação; c) 18 caixas-arquivo, contendo 4.600 fichas nominais, período 1964-1982, Polícia Civil – DOPS; d) 7 caixas-arquivo contendo relatórios, informes e correspondências, 1989, Brigada Militar – PM 2". APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0070. Guia de remessa de 1º de setembro de 2000.

[472] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0065. Termo de entrega para o APERS de 42 caixas contendo documentos do SOPS vinculados às Delegacias Regionais da Polícia Civil – SJTC. 14/2/1992.

Imagem 56 – Destruição da documentação do DOPS (1982)



Fonte: Fotografia de Luiz Eduardo Achutti. (Rodeghero, Guazzelli, Dienstmann, 2013, p. 244).

Os recolhimentos da documentação remanescente constituíram a base do que veio a se tornar o Acervo da Luta contra a Ditadura. Os documentos, recolhidos e organizados pelo Arquivo Público, na "ânsia da abertura dos documentos, dos arquivos da ditadura", na "era de redemocratização", foram tratados pelas arquivistas aprovadas em 1991, concurso esse que será examinado no próximo capítulo. Segundo relatou a servidora Maria Cristina Fernandes, ocorreu uma celeuma quanto à organização do acervo. O material foi trabalhado tecnicamente conforme os princípios arquivísticos, de disposição por fundos e subfundos. Algumas pessoas da sociedade civil, porém, acreditavam que os documentos da ditadura deveriam ser agrupados tematicamente, o que constitui um critério arquivístico de menor validade, dado que subjetivo, ainda que relevante àqueles que se viam afetados por uma questão social e historicamente sensível. A instituição foi acusada de "esconder" os documentos:

> E aí ocorre um evento na Fabico [Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul], se eu não me engano… Eu particularmente, pessoalmente, não estava no evento. Eu não sei se tinha alguém aqui do Arquivo, acho que não tinha ninguém aqui do Arquivo. Onde pessoas da sociedade nos acusam de ter escondido os documentos por não ter feito uma organização temática. Para essas pessoas, o tema ditadura era mais importante, óbvio, porque, enfim, elas, por algum motivo, tinham esse valor pra aquilo. Isso foi muito ruim, assim, para nós? Porque, de maneira nenhuma, nós tínhamos feito um trabalho… Mandado esconder. Não, fizemos a nossa técnica, com o enten-

> dimento de que, bom, poderíamos divulgar que tínhamos e que as pessoas viriam pesquisar aquele acervo. Não queríamos nós esconder os acervos da ditadura. Pelo contrário.[473]

Criou-se um impasse, já que a Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, estabelecida pelo governo de Olívio Dutra em 24 de agosto de 1999 e encarregada desse acervo, por meio do decreto 39.680/1999, acreditava que o Arquivo Público "misturava" documentos e promovia a "diluição" do acervo, conforme seria registrado, por exemplo, em ata da comissão de 28 de maio de 2004.[474] Para complicar ainda mais o quadro, o decreto estabelecia a formação daquele colegiado mas não determinava o que deveria ser feito com o acervo reunido. Pretendiam os integrantes da Comissão a criação de um Memorial ou, no mínimo, o traslado dos documentos ao Arquivo Histórico. Aquele tipo de acusação era bastante ofensivo às profissionais da casa, que fizeram um trabalho conforme às características de sua formação profissional. Ademais, para complicar ainda mais a situação, a referida comissão tinha poder de recolhimento, conflitando com as atribuições do SIARQ/RS. A então diretora do Arquivo Público, Isabel Oliveira Perna Almeida, esclareceu em entrevista de história oral, quando indagada se aquelas deliberações passaram pelo sistema de arquivos:

> Não. Não porque era um… [hesita] e essa luta também, ela é anterior ao meu período como diretora, porque a luta, dos parentes de mortos e desaparecidos, é uma luta muito árdua atrás dessa documentação. Então nem teve essa... eu acho que passaram, os integrantes da comissão passaram a ter uma... a ouvir alguma coisa mais técnica a partir do momento em que a gente se aproximou. Porque antes acho que era uma luta muito solitária?[475]

Víamos, então, desconfortavelmente, as demandas legítimas de parte da sociedade civil que tendia a colocar relevo sobre um passado recente, doloroso e delicado, pretendendo um destaque temático, contrapostas aos critérios técnico-científicos do tratamento documental. Nessa delicada situação, a Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura fez seus primeiros recolhimentos. Por exemplo, em 29 de maio de 2002, Susana Schunck Brochado, então diretora do AHRS, encaminhou ao secretário de Justiça e Segurança, José Paulo Bisol, um ofício 24/02, solicitando "todos os dados oriundos de enquadramentos gerados por fatos políticos que constem nos arquivos policiais, registros magnéticos, fichas criminais e datiloscópicas, inquéritos e processos, *a respeito dos cidadãos arrolados nessa correspondência*".[476] Eram, tão-somente, dezoito indivíduos. No mesmo dia, Cláudio Weyne Gutiérrez, também pela comissão, encaminhou, por meio do ofício 26/02, ao mesmo secretário, uma listagem de pessoas que lutaram contra a ditadura para fins de solicitação de suas fotografias, totalizando um adicional de cinco pessoas enquadradas na lei de segurança nacional. Em anexo, há mais uma lista, não datada, com outros 48 perseguidos políticos.

---

[473] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes para Rodrigo de Azevedo Weimer em 9 de abril de 2024.
[474] APERS, Acervo da Comissão Especial de Indenização, Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, caixa 2 (em tratamento técnico). Nesse momento, já estava em jogo outro acervo relacionado à Ditadura, os processos de indenizações.
[475] Entrevista concedida por Isabel Oliveira Perna Almeida a Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de abril de 2024.
[476] APERS, Acervo da Comissão Especial de Indenização, Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, caixa 1 (em tratamento técnico). Grifos meus.

Em 22 de julho de 2002, por meio do expediente 001873-12.00/02-3, Brochado solicitou

> autorização para recolhimento do material documental existente dos arquivos do Instituto Geral de Perícias do Estado, referente ao Instituto Médico Legal e ao acervo Funcional da Polícia Civil, no período anterior a 1984. Tal solicitação se justifica com base no inciso III do art. 2º do Decreto 39.680/99 que criou a Comissão Especial para organizar o acervo histórico da luta pela democracia e de denúncias de violações das liberdades democráticas e dos Direitos Humanos cometidas pela Ditadura Militar instalada em 31 de março de 1964.[477]

Entretanto, o recolhimento de acervos executivos do Estado era prerrogativa exclusiva do SIARQ/RS, sendo essa atribuição da Comissão concorrente, ao arrepio das instruções normativas do Sistema de Arquivos. Ademais, enquanto o Arquivo Público, em respeito ao princípio arquivístico da proveniência, procura recolher acervos em sua integralidade, submetendo-os aos instrumentos de gestão documental (ver capítulo seguinte), a Comissão procurava fragmentar os acervos, elaborando coleções com os nomes de cidadãos de interesse. A ênfase naqueles militantes específicos, a ponto de determinar o recolhimento da documentação a partir da referência a uma listagem empiricamente preparada, pode levar ao perigo, sem demérito à sua trajetória de lutas, de reduzir o impacto social da ditadura civil-militar apenas a alguns sujeitos mais em evidência, quer dizer, aqueles dos quais a Comissão tinha notícia. Pelo contrário, os processos de indenização, veremos um pouco adiante a respeito deles, totalizaram 1.704 dossiês elaborados a partir de 1997 (Brando, 2014) – não há dúvidas, um número de perseguidos políticos muito superior aos 71 arrolados nos ofícios de recolhimento da comissão identificados nesta pesquisa, que constituíam apenas cerca de 4% dos militantes que viriam a se apresentar – ou ser apresentados por seus familiares, no caso dos "desaparecidos" – como prejudicados e perseguidos pelo regime ditatorial.

O impasse foi "resolvido" por meio de uma determinação política, com o posterior redirecionamento do Acervo da Luta Contra a Ditadura a outras instituições, primeiramente ao Memorial do Rio Grande do Sul e mais tarde ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, durante a gestão de Olívio Dutra, atendendo à demanda da Comissão. A então diretora do Arquivo Público, Isabel Perna Almeida, procurou com afinco manter o acervo na instituição, tendo, inclusive, firmado em 5 de abril de 2001 um memorando 69/01 para o diretor geral da Secretaria, em que a instituição abria mão de fazer um evento comemorativo da transmissão do acervo. Não havia o que comemorar: o traslado foi entendido como uma "derrota simbólica" para o SIARQ/RS.

> Nossa intenção continua sendo transferir esse acervo em meados de maio, só que sem a realização de um evento. O objetivo de realizar um evento visava, entre outras coisas, mostrar o trabalho que fizemos com esse conjunto documental, atividade que envolveu praticamente todos os funcionários do APERS.

[477] APERS, Acervo da Comissão Especial de Indenização, Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, caixa 1 (em tratamento técnico).

> Ocorre, senhor Elton, que a transferência da referida documentação, pode ser lida como uma grande derrota simbólica do Sistema Estadual de Arquivo – SIARQ, do qual nós somos o órgão central e em última instância responsável por implementar a política arquivística na documentação do Poder Executivo Estadual. (...)
>
> Consta no referido decreto que esse acervo seria integrado pelos mais diversos tipos de documentos e variados suportes. Ocorre que parte dessa documentação, decorrente de uma CPI que existiu no governo Collares, (denominada CPI da espionagem política) estava no APERS, da forma como foi organizada pelos membros daquela Comissão.
>
> Temos a certeza de que empreendemos os maiores esforços para que essa documentação aqui ficasse. Disputamos esta decisão por praticamente um ano e sozinhas, até que em agosto de 2000, fomos voto vencido.[478]

Olhando retrospectivamente, e com emoção, sobre aquele momento, Isabel esclareceu melhor, instada a tal, o que quis dizer com “derrota simbólica”:

> O que eu quis dizer com isso? Justamente por considerar que deveria existir uma só instituição. (longa pausa) Né? E que se tava … Eu nem me lembrava que eu tinha… tinha colocado isso, mas… por entender que as duas porque eu estava trabalhando também esse protocolo pra que a gente viesse, e já tinha dentro desse corte essa documentação ficaria com o Arquivo Público. E claro que esse ponto de vista é pelo… por estar com o SIARQ na minha cabeça. A lógica, a documentação é uma só, o arquivo é um só, facilita a vida dos pesquisadores… né?[479]

Como sintetizaram Rodeghero, Guazzelli e Dienstmann (2013, p. 242):

> A Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura pretendeu reunir documentação do antigo DOPS e dos órgãos regionais – as SOPS –, entrevistas e doações de materiais sob a guarda de antigos militantes, bem como documentos encaminhados à mencionada Comissão de Indenização. O acervo organizado pela comissão foi alocado numa sala do Memorial do Rio Grande do Sul e subordinado ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – desde então, o material reunido tem sido usado em diversas pesquisas históricas. O funcionamento do acervo e da comissão foi sempre marcado por tensões, que chegaram ao ápice durante o mandato de Yeda Crusius, do PSDB, quando os membros da comissão renunciaram, o material foi transferido para a sala do Arquivo Histórico e passou a ser denominado de Centro de Memória Documental da Ditadura Militar no Rio Grande do Sul.

A despeito de uma situação bastante desconfortável para as servidoras da casa, que ficou impressa na memória coletiva das trabalhadoras da instituição, Maria Cristina Fernandes assinalou o comprometimento da instituição com o trabalho de memória do período da ditadura de 1964-1985.[480] O Arquivo Público recolheu, tratou e disponibilizou para acesso público outro acervo, os processos de indenização de perseguidos políticos, produzidos a partir de 1997. A partir da lei 11.402 daquele ano, durante o governo de Antônio Britto, determinaram-se processos reparatórios aos perseguidos pela ditadura de 1964-1985. Tais processos contêm dossiês nos quais os candidatos à indenização dispunham

[478] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0070.
[479] Entrevista concedida por Isabel Oliveira Perna Almeida para Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de abril de 2024.
[480] Utiliza-se essa periodização por ser a mais corrente, mas sabe-se haver controvérsias em torno dela. Daniel Aarão Reis (2014) prefere situar em 1964-1979, pela carga ideológica que tende a associar, a partir de 1985, a ideia de uma ditadura alienígena aos interesses em disputa na sociedade e alóctone a uma sociedade conciliada em torno de ideais democráticos a partir daquela data.

documentação comprobatória de violações de Direitos Humanos, perseguições ou prisões políticas. A entrevistada esclareceu:

> Porque a gente foi acusado lá, de querer apagar, esconder, mas ao mesmo tempo o Arquivo se torna uma instituição que abre portas para o tema. A gente faz um catálogo divulgando essa documentação de indenizados, a gente tem vários eventos aqui dentro para tratar disso, para tratar do tema, para divulgar. Na época que se fazia assim, periodicamente, eventos com essa temática, são os eventos de maior público, se tem depoimentos lindos aqui, se tem experiências maravilhosas dentro dessa casa, onde as pessoas contam as suas. Vêm pessoas de fora, é riquíssimo isso. Então, foi algo que aconteceu, mas que bom que não nós… Tipo assim, não foi o suficiente para dizer assim "ai, não queremos mais falar desse assunto". "Não queríamos falar desse assunto, que alguém nos mandou entregar o acervo". Esse assunto, tá, foi, o assunto do acervo foi, mas o tema não, né? O período histórico tem que ser, né? Não é por nada que se diz para não se esquecer, né? Com certeza o Arquivo tem essa responsabilidade e acho que faz bem, assim, cumpre bem o seu papel.[481]

A custódia pelo Arquivo Público, uma vez mais, não foi isenta de controvérsias, dado que esse acervo foi disputado também pela ainda existente Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura. Uma série de e-mails, curiosamente considerados de guarda permanente, ajuda a esclarecer os debates ocorridos por volta de 2009. Naquela ocasião, mês de maio, a magazine Voto divulgou que o governo de Yeda Crusius mantinha "esquecido em uma sala dentro da sede da Casa Civil um decreto assinado pela governadora Yeda Crusius, que, por razões desconhecidas, membros do alto escalão do Executivo fazem questão de negar a sua existência."[482] O tal decreto "trata de um assunto delicado e que ainda gera muita aflição nas mais altas esferas. Ele determina a liberação ao público de documentos colhidos nos processos de indenização a ex-presos políticos do golpe militar."[483] Os responsáveis pela revista advogavam pela destinação da documentação ao Arquivo Histórico com base na premissa, equivocada, de que "*o primeiro* [Arquivo Público]*, que deveria resguardar apenas documentos burocráticos, tem em sua posse material histórico*".[484] Temos um desdobramento das antigas ambiguidades relativas à indecidível definição do limite entre o que é histórico e o que é "burocrático". Todavia, o movimento de Direitos Humanos acusava: "'Alguém está sonegando esse direito à informação. Teremos que tomar providências, já que tanto o Movimento de Direitos Humanos quanto o de Ex-Presos Políticos têm muito interesse na publicação desses documentos. É inadmissível que ainda hoje se negue informações do público', salienta Jair Krischke."[485]

Evelise Neves, historiadora que de primeiro pesquisou o acervo, escreveu no fim de maio de 2009 para Vera Vital Brasil, integrante do grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, acerca das questões colocadas pela revista *Voto*. Informada pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos sobre supostas violações ao acesso público à documentação,

[481] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes para Rodrigo de Azevedo Weimer em 9 de abril de 2024.
[482] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0004. *Revista Voto,* Ano 5 n. 54. Maio de 2009.
[483] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0004. *Revista Voto,* Ano 5 n. 54. Maio de 2009.
[484] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0004. *Revista Voto,* Ano 5 n. 54. Maio de 2009. Grifos meus.
[485] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0004. *Revista Voto,* Ano 5 n. 54. Maio de 2009.

Vera dirigiu-se a Evelise buscando esclarecimentos sobre o acervo querelado. Essa disputa foi fomentada, de forma talvez panfletária, pelo periódico. Segundo a missivista, em sua resposta,

> Tem lenda e jogos de disputa política e de beleza nesta história (...).
>
> Esse acervo, agora, está aberto à pesquisa – para os próprios requerentes e para pesquisadores. Há restrições sim e elas devem existir, em meu entendimento, esse tipo de documentação não pode e não deve parar na mão de qq [sic] desavisado. As exigências são: apresentação de projeto e assinatura de termo de responsabilidade – igualzinho ao que se assina no arquivo nacional – isso, por inexperiência ou desconhecimento, pode ter assustado a moça [uma pesquisadora que encaminhou denúncia ao Movimento de Direitos Humanos por não ter tido acesso à documentação].
>
> A Rosane [Rosani Gorete Feron] e Herta [Aerta Grazziolli Moscon], diretora e vice do arquivo, são excelentes profissionais, tem o maior interesse em que o material sob guarda do arquivo seja utilizado, mas seguem, como em toda e qq [sic] instituição séria e bem administrada, algumas normas, Além disso, são pessoas sem qq [sic] vínculo com autoritários e ditadores.
>
> A mim tranquiliza que essa documentação esteja, finalmente, sob guarda do arquivo público e completamente aberta à pesquisa, desde que seja apresentado projeto e assumidas as devidas responsabilidades.[486]

A preocupação com um procedimento de assinatura de um termo de responsabilidade pelos pesquisadores – nada excepcional ou atípico em arquivos – justificava-se pelo uso de dados sensíveis. Como observou Rosani Feron,

> tu vais poder ter acesso aos documentos e tu assinas um termo de responsabilidade que as informações que tu vais colher aqui, mais ou menos que tu fizeste aqui comigo [referindo-se ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido lido ao início da entrevista], tu vais ser responsável pelo que tu vais publicar. Então tu vais isentar o Estado porque a preocupação era que o Estado teria que indenizar as pessoas, se eventualmente uma informação fosse mal utilizada.[487]

Em 31 de maio de 2014, a chefe e o vice-chefe do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ofereceram os serviços da instituição para, em co-gestão com o Arquivo Público e a Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, abrigar a documentação. A iniciativa se sustentaria pelo princípio de não fragmentar a documentação e de manter acesso público irrestrito. A contrapartida da UFRGS seria a oferta de assessoria para a pesquisa.[488] Embora a solução visasse consensuar as partes em disputa, não foi adiante.

Hoje a documentação dos indenizados encontra-se franqueada no Arquivo Público em livre acesso, mas naquele momento, por seu caráter sensível, existiram certas restrições. Elas foram retiradas por meio de um edital lançado em 24 de julho de 2013, no qual,

---

[486] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0004. Mensagens eletrônicas. 23 e 24/5/2009.
[487] Entrevista concedida por Rosani Gorete Feron para Rodrigo de Azevedo Weimer em 16 de abril de 2024.
[488] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0004. Minuta de ofício remetido pela chefe de departamento, Profª Drª Cláudia Wasserman e vice-chefe Cesar Guazzelli de 31/5/2014.

no prazo de um mês, posteriormente retificado até outubro, os indenizados deveriam manifestar-se quanto a eventuais oposições à divulgação irrestrita do acervo. Não houve oposições e, dessa forma, tornou-se possível a publicação de um catálogo seletivo, com verbetes referentes aos diferentes processos de indenizações.[489]

Se arquivisticamente não faz sentido uma organização temática, que desrespeite a origem dos documentos ou os fracione conforme diferentes injunções políticas, por mais legítimas que sejam – e o são, dada a ausência ou a limitação das respostas estatais diante dos crime perpetrados –, a "solução" encontrada para disponibilizar ao acesso público conforme interesses mais específicos é a elaboração de catálogos seletivos. Sem interferir na organização arquivística, sem produzir uma coletânea de coleções descontextualizadas – o que deporia contra a organização e, ao fim e ao cabo, o acesso à informação –, mas sem deixar de reafirmar seu compromisso com as temáticas de Direitos Humanos, a instituição produziu o Catálogo Seletivo "Resistência em Arquivo" (Brando, 2014) que oportuniza que qualquer cidadão encontre o documento indenizatório de interesse com facilidade. Com efeito, ao longo desse processo o Arquivo Público realizou uma série de eventos relacionados à memória do período da ditadura de 1964-1985, oportunizando espaços de escuta e debate a militantes históricos/as e a familiares de desaparecidos/as, além de ter proporcionado projetos de educação patrimonial tendo com base a luta contra a ditadura civil-militar de 1964-1985, utilizando os processos indenizatórios como material pedagógico.

Trata-se de um projeto longevo, que conheceremos mais aprofundadamente no próximo capítulo. Por ora, basta dizer que a Oficina Resistência em Arquivo foi lançada em 6 de novembro de 2013 e que, com atualizações e adaptações, vem sendo realizada desde então.[490]

[489] Edital disponível no blog antigo do APERS, no endereço: https://arquivopublicors.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/08/edital-publicado-doe-16082013-pag-15-20.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025. Sua divulgação ocorreu na mesma data. https://arquivopublicors.wordpress.com/2013/08/16/edital-apers-no-012013/. Acesso em: 15 jan. 2025. A retificação foi divulgada em 18 de setembro. https://arquivopublicors.wordpress.com/2013/09/18/edital-apers-no-012013-2/. Acesso em: 15 jan. 2025 e encontra-se disponível em: https://arquivopublicors.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/09/2013-09-17-retificac3a7c3a3o-edital.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

[490] Notícia em: https://arquivopublicors.wordpress.com/2013/11/06/apers-e-ufrgs-lancam-oficina-resistencia-em-arquivo/. Acesso em: 15 jan. 2025.

Imagem 57 – Convite de lançamento do Catálogo Seletivo Resistência em Arquivo



Fonte: Disponível em: https://arquivopublicors.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/04/lancamento-catalogo-resistencia-em-arquivo.jpg. Acesso em: 15 jan. 2025.

Imagem 58 – Oficina de Educação Patrimonial com Colégio Estadual Rubem Berta, 2014



Fonte: Autoria desconhecida. Fundo Memória Institucional APERS.

Imagem 59 – Oficina de Educação Patrimonial com SENAC, 2024



Fonte: Fotografia Emmily Soares Bernardes. Fundo Memória Institucional APERS.

CAPÍTULO IX

A democratização dos documentos

9.1 O Arquivo Público na redemocratização do Brasil: a gestão Rossato

> O acesso às informações deixou de ser um privilégio dos governantes para converter-se num direito democrático dos cidadãos (Rossato, 2001, p. 34).

Se existe algum consenso entre as servidoras do APERS, está no papel benéfico desempenhado pela gestão do professor Carlos Aléssio Rossato na direção do Arquivo Público (1987-1991). Com efeito, os bons serviços não são poucos: o diretor assegurou a realização do concurso por meio do qual as primeiras arquivistas formadas em universidades tornaram-se profissionais da casa – é o caso das entrevistadas Adriana Berwanger, Aerta Grazziolli Moscon, Eloá Maria Pozzobon, Fátima Gazen, Fátima Leal, Maria Cristina Fernandes, Marta Helena Araújo, Renata Pacheco de Vasconcellos, bem como da historiadora Isabel Oliveira Perna Almeida, dentre outras e outros profissionais –; estabeleceu as diretrizes-mestras do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul; e foi o responsável, em linhas gerais, por introduzir as modernas técnicas arquivísticas. De fato (ver subcapítulo 8.6), a Arquivologia passara por um recente processo de institucionalização como disciplina universitária. Um dos primeiros cursos foi o da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criado em 1976, onde Carlos Rossato era docente. Ainda que este último não tenha mencionado o assunto, alguns contatos Universidade-Arquivo podem ter sido iniciados em 1981, quando, em comemoração aos 75 anos da instituição, foi realizado um seminário em promoção conjunta com a UFSM.[491]

Aliás, por coincidir com o tempo vivido pelas entrevistadas, este capítulo, que tratará do mais recente período democrático, trará abundantes citações de entrevistas de história oral, sem prejuízo da pesquisa documental.[492] Segundo uma ex-servidora e a atual diretora, sua gestão inaugurou um novo momento para o Arquivo Público:

> O que eu sei da gestão dele foi ele que instituiu o Sistema de Arquivos do Estado. Foi ele que criou o sistema. Foi ele que conseguiu o primeiro concurso para ter servidores qualificados aqui no arquivo, até então, os servidores que tinham aqui até tinham algumas pessoas de CCs, arquivistas e tal, que foi na gestão dele, mas o primeiro concurso para ter historiadores e arquivistas foi ele que encaminhou o concurso. Mas daí a gente entrou aqui no Estado e foi nomeado com a gestão da Lenir Fernandes.[493]
>
> O arquivo é um antes do Rossato e outro depois do professor Rossato (...) Foi o primeiro Estado que teve um corpo de profissionais, um diretor da área, então ele conseguiu implantar aqui, ele mudou as nossas necessidades do projeto, e como eu te disse, com todo o apoio do secretário, com o apoio de tudo, nós conseguimos criar o SIARQ, criar os cargos no estado e fazer o concurso, para ter o corpo técnico para a implantação do SIARQ.[494]

---

[491] Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Governador José Augusto Amaral de Souza, 1983. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084249-mensagem1983.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025. Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

[492] Também serão muitas as referências ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005), visando não perder a precisão e o rigor ao tratar de conceitos da Arquivologia.

[493] Entrevista concedida por Aerta Grazzioli Moscon a Rodrigo de Azevedo Weimer, 2 de abril de 2024.

[494] Entrevista concedida por Neida Regina Ilha a Rodrigo de Azevedo Weimer, 5 de setembro de 2024.

Ao instalar-se como diretor, Rossato tratou de trazer, por meio de cargos comissionados, algumas arquivistas, estudantes que conhecia da UFSM, para trabalhar consigo no Arquivo Público. É o caso das entrevistadas Ana Maria Baptista e Neida Regina Ilha, por exemplo. Além disso, ele "resgatou" arquivistas que trabalhavam em outros órgãos do Estado, como a entrevistada Rosani Gorete Feron, dentre outras pessoas. Por ocasião do concurso – segundo Feron, possibilitado por diálogos com Nelson Jobim –[495] parte delas foram efetivadas. Rossato relatou que seu objetivo inicial era convocar apenas cinco profissionais, mas diante de um menor impacto de meia dezena de funcionários na folha, acabou por solicitar trinta. O plano era instalar uma dupla de arquivistas em cada secretaria e lotar os/as demais no APERS. Não deu certo porque muitos solicitaram remoção para outras cidades para acompanhamento de cônjuges.[496]

Conforme colocou Ana Maria Baptista,

> o Rossato sempre dizia assim, brincava com a gente: "Vocês têm obrigação moral de passar nesse concurso", as seis que estavam aqui trabalhando, "porque vocês são CCs, vocês sabem que depois eu saio e provavelmente vocês vão sair também", porque é um cargo político, diretor do Arquivo. E aí a gente começou a se empenhar muito, sabe, as que estavam aqui, eu não conhecia as outras colegas — conhecia, mas não tinha trabalhado com elas ainda.[497]

A gestão de Rossato foi um ponto de virada, uma vez que o conhecimento acadêmico se incorporou, definitivamente, ao funcionamento da instituição, por meio de profissionais habilitadas para tal. Reivindicando participar das decisões políticas quanto ao destino da instituição, após um imprevisto,[498] as servidoras da casa firmaram um abaixo assinado, de 2/5/1996, e assim destacaram em seus considerandos: "que faz três gestões que o Arquivo Público é dirigido por um bacharel em arquivologia, fator determinante para a realização e continuação dos projetos, conquistados na gestão do Governo Pedro Simon".[499]

As concursadas foram nomeadas na gestão seguinte, de Lenir Beatriz da Luz Fernandes (1991-1995), que assim expressou em mensagem à arquivista Fátima Leal:

> me sinto relativamente realizada por ter obtido a nomeação de todos os arquivistas concursados através de articulação que desenvolvi com o então secretário Valter Nique juntos ao governador do Estado que sensibilizado pelas justificativas que apresentamos, autorizou as nomeações muito embora política fosse de não-contratação para contenção de gastos com a folha de pessoal.[500]

Segundo a apreciação da ex-servidora Neida Regina Ilha, na gestão de Rossato também foi qualificado o corpo funcional previamente existente:

---

[495] Entrevista concedida por Rosani Gorete Feron a Rodrigo de Azevedo Weimer, 16 de abril de 2024.
[496] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato a Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.
[497] Entrevista concedida por Ana Maria Baptista a Rodrigo de Azevedo Weimer, 20 de fevereiro de 2024.
[498] Refiro-me à adesão da diretora Rosani Gorete Feron, em 1996, a um Plano de Demissões Voluntárias, durante o governo de Antônio Britto.
[499] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0068. Abaixo assinado do corpo técnico, 2/5/1996. Tratam-se das gestões de Carlos Aléssio Rossato, Lenir Fernandes e Rosani Gorete Feron.
[500] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0057. Mensagem s/d.

> O que aconteceu com os funcionários que lá estavam já e que não tinham esse preparo? Eles ficaram preparados, a gente os preparou, a gente os treinou e eles entraram no nosso ritmo e realmente se acharam, entenderam e gostaram muito mais de trabalhar. Então foi aí que começamos uma nova etapa no Arquivo Público. (...). Não vai aqui demérito ninguém, eram todos excelentes, dedicados, funcionários, (...) mas eles não tinham o conhecimento e o preparo.[501]

Não seria um exagero afirmar que a gestão de Rossato estabeleceu algumas diretrizes que, em linhas gerais, o Arquivo Público segue até hoje, lançando um olhar para a preservação de seu próprio acervo e para sua difusão à sociedade, mas também às necessidades da gestão pública no sentido de administrar acervos e gerir documentação. Isso não apenas em virtude dos predicados pessoais do administrador, mas também por ter desempenhado a tarefa histórica de trazer a arquivística profissional para dentro do Arquivo Público.

> Da gestão do Rossato, que eu tenho mais informação, de destaque, é a questão de que ele, como ele vinha da universidade e ele era professor do curso de arquivologia, ele então traz esse outro viés assim para o Arquivo, ele dá para se dizer que ele coloca a academia aqui dentro do Arquivo.[502]

Para ilustrar esse argumento, trago uma longa citação documental, de um relatório de 1991, no qual Rossato reportava as atividades realizadas e a realizar na instituição. Sem considerar o advento da Internet e outras mudanças tecnológicas não previstas, é impressionante a atualidade do projeto arquivístico daquela gestão, que adiantava diversas atividades que continuam sendo realizadas mais de trinta anos após. Pode-se destacar que a gestão Rossato definiu algumas linhas mais gerais da atuação do Arquivo Público nas décadas seguintes.

> [datilografado] Relatório das atividades desenvolvidas e projetos a serem implantados neste governo.
>
> [a caneta] Encaminhado pelo Memo 45/91 para Sec. Justiça
>
> [datilografado] Atividades desenvolvidas:
>
> Continuidade da microfilmagem dos registros civis.
>
> Indexação no computador dos registros microfilmados, indicando os dados necessários para sua rápida localização.
>
> Indexação no computador dos municípios dos processos do Poder Judiciário, iniciado com o Município de Alegrete, já indexados os Cartórios de Órfãos e Ausentes, Provedoria e Civil e Crime.
>
> Definição do Projeto Global de Informatização, incluindo, além do acervo do Arquivo Público do Estado, a implantação do SIARQ / RS, que abrange outras secretarias e Órgãos da Administração Estadual.
>
> Estruturação do Plano de Treinamento de Equipes de atendimento ao Público, atendimento aos Pesquisadores, e Digitação de Dados, visando uma melhor conscientização das mesmas.
>
> Estruturação do Plano de Treinamento da Equipe que atuará na Implantação do SIARQ / RS;

[501] Entrevista concedida por Neida Regina Ilha a Rodrigo de Azevedo Weimer, 5 de setembro de 2024.
[502] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes a Rodrigo de Azevedo Weimer em 9 de abril de 2024.

> Recolhimento de fichários que falicitam [sic] a localização dos processos existentes no Arquivo Público do Estado, e que encontravam-se dispersos nas Secretarias de Estado.
>
> Promoção de eventos, como Seminário: 'A política de acesso a documentos Públicos e Privados', com o objetivo de manter o órgão participativo e atuantes [sic] nas atividades ligadas a arquivística e a História Nacional.
>
> Participação do Órgão no Forum de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais, promovendo o constante intercâmbio com Arquivos de outros Estados.
>
> Divulgação do Arquivo Público do Estado, através de atendimento a visitação pública, documentários e demonstração dos serviços prestados pelo órgão.
>
> PROJETOS:
>
> Automatização integral do acervo do Arquivo Público do Estado.
>
> Treinamento, com a finalidade de obter equipes técnicas de atendimento ao público e a pesquisadores, e a operacionalização da automação.
>
> Formação de uma equipe técnica de Arquivistas para a implantação do SIARQ / RS, com o objetivo de adotar uma filosofia arquivística, racionalizar a massa documental e criar normas para o gerenciamento da documentação pública Estadual.
>
> Com a implantação do SIARQ / RS viabilizar a criação e administração dos Arquivos Intermediários Regionais.
>
> Promover a integração com os diversos órgãos detentores da documentação pública, facilitando ao usuário e a própria Administração Pública o acesso as informações.
>
> Centralização da Microfilmagem dos documentos do Estado, visando a racionalização dos recursos humanos, equipamentos e materiais.
>
> Criação de laboratório de restauração, para preservar a documentação do Estado, bem como para prestar serviços a terceiros.
>
> Intercâmbio do Arquivo Público do Estado com as Administrações Municipais, permitindo uma política arquivística integrada tanto a nível Estadual como Municipal.
>
> Participação em eventos ligados a arquivística, como é o caso da CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS, SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DE DOCUMENTOS, SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS ESTADUAIS, SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS e CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, etc…[503]

Nem todo projeto foi bem-sucedido, é certo. A microfilmagem soçobrou. A proposta de descentralização do Arquivo Público por meio da criação de arquivos regionais fracassou. Chegou-se a implantar um primeiro em Cachoeira do Sul, mas a iniciativa acabou por ser mal-sucedida.[504] Entretanto, as iniciativas de difusão, de automatização dos acervos, o laboratório de preservação, a participação em eventos da Arquivística, e a racionalização e integração dos acervos estaduais e assessoria aos municípios por meio do SIARQ/RS configuraram um programa institucional de longo prazo. É provável que a adoção de novas políticas arquivísticas tenha impedido a destruição do acervo aventada em 1982, já que então se tencionava substituir os documentos pelas cópias microfilmadas.[505]

---

[503] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0034. Relatório das atividades desenvolvidas e projetos a serem implantados neste governo [1991].

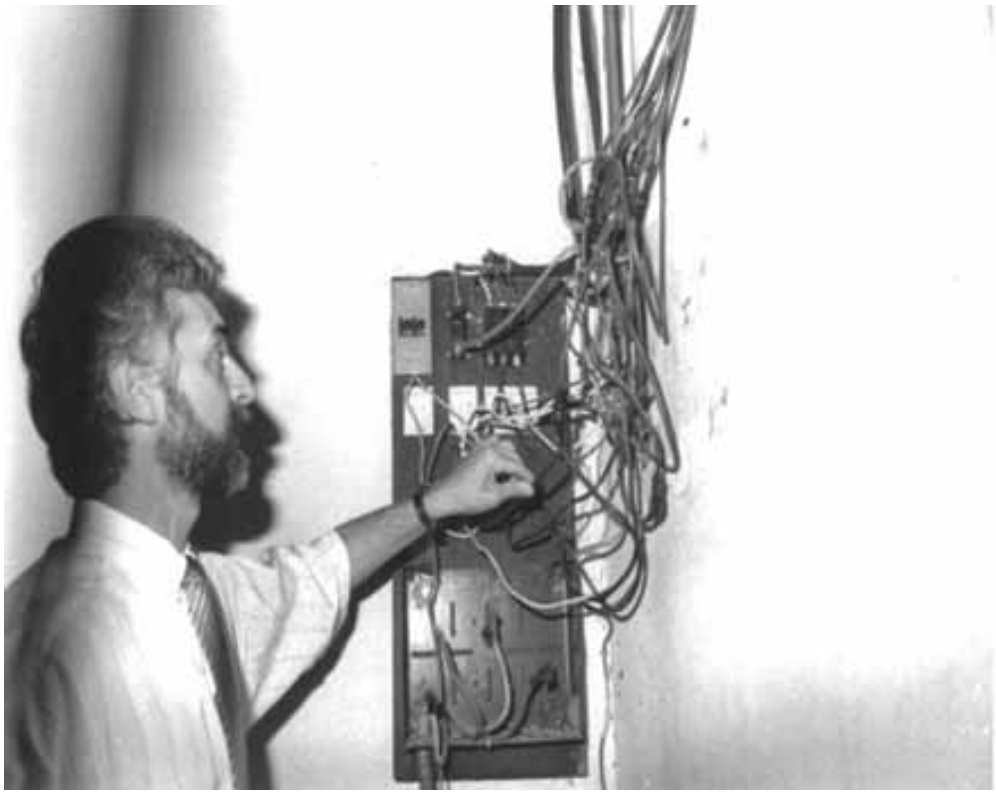
[504] Entrevista com Carlos Aléssio Rossato em 2006, Disponível em: https://arquivopublicors.wordpress.com/2012/03/21/apers-106-anos-por-carlos-alessio-rossato/. Acesso em: 13 jan. 2025.

[505] Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Governador José Augusto Amaral de Souza, 1983. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084249-mensagem1983.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

No que se refere ao Arquivo Público, este mantém sob sua guarda cerca de 2.600.000 documentos originais, razão por que, desde 1974, está suspenso o recebimento de novos documentos procedentes dos diversos órgãos do Estado. Assim, somente tem sido feita a seleção, recuperação e preparação para o processo de microfilmagem, já em fase de implantação.

A adoção do sistema resolverá, em primeiro lugar, a falta de espaço, e ainda permitirá a coleta de outros órgãos do Estado.[506]

Imagem 60 – Carlos Aléssio Rossato durante uma reforma na rede elétrica do prédio 1, 1989



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria da Justiça, Acervo Intermediário, Caixa de fotos.

[506] Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Governador José Augusto Amaral de Souza, 1983. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084249-mensagem1983.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025. Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

Imagem 61 – Carlos Aléssio Rossato durante uma reforma na rede elétrica do prédio 1, 1989



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria da Justiça, Acervo Intermediário, Caixa de fotos.

Carlos Aléssio Rossato foi nomeado diretor pelo governador Pedro Simon (PMDB), que dirigiu o Estado entre 1987 e 1990. Ele foi escolhido por ter, na condição de professor da UFSM, apresentado um projeto para a instituição, conforme relatado em uma entrevista para o blog do Arquivo Público:

> Alguns dias antes da posse o governador convocou-me para uma reunião, com todos os novos secretários de estado e principais assessores. Neste encontro tive a oportunidade de falar sobre esse projeto [de gerenciamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul], sobre o Curso de Arquivologia da UFSM, dos professores, dos arquivistas, dos contatos com o APERS; conhecendo seus problemas e as soluções cabíveis. Foi aí que recebi o convite do governador para dirigir o APERS. De início, relutei em aceitar, pois era professor da UFSM e nunca tinha assumido um cargo político. Mas o governador foi firme em sua escolha, dizendo que "o dono do projeto seria o seu gestor" e firmou o pé nisso. Disse ainda: 'é a primeira vez que eu recebo um projeto que detalha problemas e soluções para um órgão público [e] o dono do projeto não solicita o cargo'.
>
> Para assumir coloquei uma condição, que seria de levar alguns arquivistas comigo. Então, encaminhei uma relação de seis nomes, os quais consegui que fossem nomeados como Cargos de Confiança (CC), e estes foram os primeiros arquivistas, de fato, do APERS. Logo que assumi, havia no Arquivo 14 funcionários, (em tempos anteriores teria mais de 70 servidores). Chamei um por um em meu gabinete e perguntei o que eles faziam e o que gostariam de fazer e se estavam gostando do serviço ou não. Alguns pediram para sair, outros eu

> pedi que saíssem. Dos que ficaram e dos novos que assumiram, cobrei produtividade e eficiência. Também incentivei a todos que estudassem.[507]

Em relato para esta pesquisa:

> Quando o Pedro Simon ganhou o governo do Estado naquele ano, isso foi em 1988, se não me engano, e eu como coordenador do curso, como coordenava a parte de Arquivologia de Santa Maria do curso, eu senti mais ou menos um dever de fazer alguma coisa pelo Arquivo do Estado. E aí eu reuni a turma lá e comecei a conversar e vou fazer um projeto de como deve ser o Arquivo Público do Estado, como ele deve ser organizado, uma coisa bem incipiente, porque na realidade eu tinha visitado duas, três vezes o Arquivo Público como professor. E sabia que não existia nenhuma política de arquivo, não existia nada, era só um depósito de documentos. O próprio diretor da época ia lá uma vez, duas por semana, assinava documentos, etc. Aí eu encaminhei esse projeto para a equipe de transição do governo, não lembro quem era o governo anterior, e aí mandei esse projeto para a equipe de transição. E na realidade eu vim de Santa Maria, que era no fim de ano, e nós íamos para a praia. Então eu deixei aqui para a equipe de transição o meu projeto e deixo, sei lá, não tinha intenção de nada. E aí um belo dia, na praia, vieram dois brigadianos me procurar. Os brigadianos, me acharam na praia, estavam lá em torno e tal. E aí eles me disseram o seguinte, ó, o governador quer que tu vá lá explicar o teu projeto. Então eu vim lá para Porto Alegre, fui na reunião com o governador e o secretário de obras, toda a equipe de transição, e expliquei para ele, ó, no arquivo público, na nossa ideia deveria ser feita isso, isso, aquilo, não lembro lá, tudo que eu escrevi na época, né, deve ter um Arquivo Público, projeto, em algum lugar. E eu expliquei tudo, acho, umas 40 minutos falando, me interrogaram, fizeram um monte de coisa, e aí tudo bem. Então estava terminando de iniciando minha conversa, todo o governador disse, tu vais ser o diretor do arquivo. Ô governador, eu sou professor de Santa Maria, como é que eu vou ser, eu sou da Federal de Santa Maria, como é que eu vou ser diretor do arquivo aqui em Porto Alegre, minha família é de lá, tudo. E ele disse, não, isso o deputado resolve lá com o teu Reitor. E foi isso. Aí só que demorou, depois demorou acho que uns seis meses para vir a minha nomeação, porque tinha que promete, tinha que ter licença, um monte de coisa.[508]

Tratava-se do primeiro governador rio-grandense eleito por um partido de oposição ao ainda recente regime militar. Portanto, as gestões de Rossato e Simon estavam umbilicalmente ligadas ao processo de redemocratização do país e, especificamente, do Rio Grande do Sul, por meio do primeiro governo opositor ao regime militar – ainda que Rossato tenha destacado que naquela ocasião não se falava nisso.[509] Nessa mesma dinâmica estava a tentativa de uma reforma administrativa visando "racionalizar a administração pública" conforme consta no seu discurso de posse, de 12 de agosto de 1987. Com o perdão de mais uma longa citação que, para fins de registro histórico, compensa ser reproduzida na integralidade:

> Saudações
>
> Ao assumir hoje a Direção do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, gostaria que não fosse apenas mais uma solenidade de posse, ou que então ficasse em cada um de nós unicamente a recordação deste momento.
>
> O significado deste ato tem o sentido maior de um compromisso com o Governo do Estado e com a nova imagem de Rio Grande, que o Governador Pedro Simon pretende construir.

[507] Entrevista com Carlos Aléssio Rossato em 2006, Disponível em: https://arquivopublicors.wordpress.com/2012/03/21/apers-106-anos-por-carlos-alessio-rossato/. Acesso em: 13 jan. 2025.
[508] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.
[509] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.

Tem o compromisso com a Sociedade Rio-grandense no resgate e atualização da nossa memória administrativa e política, para que nunca se percam os referenciais de nosso desenvolvimento social.

Tem o compromisso com os arquivistas, companheiros de trabalho, no sentido do reconhecimento e valorização de sua atividade profissional, elemento fundamental no funcionamento da administração pública nos dias de hoje.

Tem o compromisso com a UFSM de onde sou egresso e onde desenvolvi meus estudos, convivi diariamente com estudantes, funcionários e professores na profícua vida universitária. Afirmo minha certeza de que sempre contarei com um irrestrito apoio de todos os colegas e órgãos da nossa UFSM. Isto é necessário para que este seu professor consiga, nesta nova atividade, realizar seus projetos, implementar suas ideias, contribuindo, assim, com a experiência e o aprendizado amadurecidos na nossa Universidade, para a reestruturação e gerência do Arquivo Público do RGS.

Deixo hoje, temporariamente, a UFSM que me formou e me acolheu, para integrar o Governo do Estado onde espero responder com meu trabalho e dedicação o convite que me foi feito pelo Governador Pedro Simon.

Deixo a coordenação do Curso de Arquivologia da UFSM onde tive um feliz convívio com alunos e professores – especialmente meus colegas de departamento – para dirigir e coordenar o Arquivo Público, encarregado de gerir e preservar a documentação administrativa e histórica deste nosso Estado.

Deixo a sala de aula onde muito aprendi como aluno e professor, para aprender ainda mais no convívio de arquivistas e servidores do Arquivo Público, dos quais espero merecer a confiança e dedicação no desempenho de suas funções. Fui na UFSM, e serei no Estado, um incentivador da arquivística, esta ciência tão gratificante e responsável pela preservação da memória histórico-administrativa de um governo, de um povo, de uma sociedade.

No dizer de Schellenberg – renomado arquivista do Arquivo Nacional dos Estados Unidos – "os arquivos são básicos para o funcionamento de um Governo. São necessários em qualquer fase de seu trabalho, tanto para a conduta das transações rotineiras diárias, como para a formulação de programas de largo alcance, diretrizes e procedimentos. Um governo depende literalmente, de seus Arquivos e não pode operar sem os mesmos. São eles os instrumentos por meio dos quais o trabalho de um Governo é realizado".

No momento em que o Governo do Estado se propõe a uma Reforma Administrativa, a racionalização das atividades do Poder Público como estimulador de um processo de desenvolvimento do RGS, o Arquivo Público, vinculado à Secretaria da Justiça, se propõe a ser um suporte, um instrumento, através da gestão dos documentos administrativos e de custódia do Estado.

Para tanto gostaria de contar com o apoio político-administrativo e a compreensão de todos os Secretários de Estado, a fim de que nossas propostas possam vir a ser concretizadas no menor tempo possível.

Por fim, agradeço ao Departamento de Documentação e à UFSM, que por acreditar no meu trabalho, tudo fizeram para que eu fosse cedido ao Governo do Estado.

Meus agradecimentos à Secretaria da Justiça, à sua Secretária Dra. Rejane Brasil Felippe e seus assessores, ao Chefe da Casa Civil e toda sua equipe de trabalho, pelo irrestrito esforço e empenho quando da tramitação de meu processo de cedência, culminando com este ato de posse.

Aos meus familiares… dos quais subtraí o convívio de muitos dias, mas sempre com a certeza da soma de esforços para minimizar distâncias e saudades. A estes minha gratidão, e amor e compreensão.[510]

[510] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0042. Discurso de posse de Carlos Aléssio Rossato ao assumir a direção do APERS.

Segundo Rodeghero, Guazzelli e Dienstmann (2013, p. 232), havia a preocupação, ainda nos anos 1980, de setores do PMDB, do PDT e do PT – principais partidos de oposição ao regime militar – de expurgar a máquina pública do "entulho autoritário", ou seja, "as leis da ditadura que ainda estavam em vigor e que limitavam o exercício da cidadania". No caso da gestão documental, essas novas práticas da administração pública não implicaram na remoção de leis restritivas, mas na implementação de regras concernentes a dar transparência aos critérios de preservação, destinação e acesso à documentação pública. Isso seria conseguido por meio da criação do SIARQ/RS. Naquele momento, não faltaram recursos para a instituição, porque o governador considerava que "o melhor serviço do Estado está sendo prestado pelo Arquivo Público (...). Conseguimos fazer a reforma na rede elétrica, hidráulica, do telhado e uma sala climatizada para armazenar arquivos em microfilmes".[511]

Um documento, infelizmente não assinado, preparatório ao II Encontro de Arquivos Municipais, realizado em 1998, expressa esse novo ponto de vista, comparativamente ao que se entendia como papel do arquivista nos últimos anos do período militar.[512] Alguns aspectos devem ser assinalados nesse documento, certamente de autoria de alguma das novas profissionais ingressantes em 1992: a) considerando o desenvolvimento técnico das atividades profissionais, entendia-se a atuação como parte do avanço de uma disciplina que buscava cientificidade; b) realizava-se um breve histórico do surgimento de órgãos coordenadores internacional e nacional (CIA e CONARQ); c) no texto apresenta-se a Arquivística, tanto do ponto de vista da gestão quanto da preservação, como serviço prestado à sociedade e aos seus cidadãos, o que representa uma redefinição em relação ao amadorismo sintonizado com o regime autoritário de quem pretendia "Paz, Ordem e Disciplina" (ver capítulo VIII):

> A gestão pública, quer seja nacional, estadual ou municipal, em nossos tempos, deve ao cidadão a transparência das suas administrações e são os documentos que registram os atos e fatos destas administrações. Portanto, é incumbência dos gestores públicos a preservação dessas informações já que estes administram para a sociedade. E são os arquivos e arquivistas que farão a perpetuação das informações através de documentos e de técnicas aplicadas que resultem na preservação da história.[513]

Um passo importante do processo de redemocratização foi a Constituição de 1988, que substituiu a carta autoritária de 1967. Ainda que os movimentos sociais propusessem a eleição de uma Assembleia Constituinte exclusivamente destinada à elaboração da Magna Carta, prevaleceu a posição conservadora de deixar essa tarefa ao Congresso Nacional,

---

[511] Entrevista com Carlos Aléssio Rossato em 2006, Disponível em: https://arquivopublicors.wordpress.com/2012/03/21/apers-106-anos-por-carlos-alessio-rossato/. Acesso em: 13 jan. 2025.

[512] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0040. Projeto apresentado para a realização do II Encontro de Arquivos Municipais.

[513] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0040. Projeto apresentado para a realização do II Encontro de Arquivos Municipais.

que seria eleito no final de 1986 – porém havia senadores ainda em gozo do seu mandato (Luna; Klein, 2007; Ferreira, 2018). O Congresso eleito foi hegemonizado pelo PMDB, em virtude de sucessos temporários do governo do Presidente José Sarney no campo econômico.[514] O mesmo pode ser dito dos governos estaduais, eleitos pelo mesmo partido em muitas unidades da Federação, inclusive o Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo em que havia participação social na Constituinte por meio de emendas populares, e os movimentos sociais constituíssem grupos de pressão no sentido de pautas mais progressistas, naquele momento ocorreu a gênese do grupo chamado de "Centrão", que amortecia as demandas populares e procurava dar à Carta um sentido mais conservador. Weller e Limongi (2024) analisaram a composição de forças da Assembleia Constituinte. Após um impasse entre esquerda e direita, encontrou-se uma solução de compromisso, na qual o setor do PMDB que viria a compor o PSDB cumpriu um papel mediador.

Assim sendo, a Carta acabou por acomodar interesses contraditórios. Ela tem sido criticada por seu excessivo grau de detalhamento e por resguardar interesses particulares que seriam melhor atendidos por legislação ordinária (Luna; Klein, p. 44). Por outro lado,

> foi considerada uma das mais avançadas em matéria de direitos políticos e sociais, aí incluídos os de grupos minoritários. A extensão do direito de voto aos analfabetos e a redução da idade mínima para votar representaram inovações políticas da maior importância. A eleição para Presidente da República se faria agora pelo voto direto – e em dois turnos quando não se obtivesse a maioria simples na primeira votação (Luna; Klein, 2007, p. 45).

Por esse motivo, tornou-se conhecida por "Constituição Cidadã". Na sua esteira, a Constituição Estadual, elaborada e promulgada em 1989, também comportou uma participação ativa da sociedade civil (Aita; Axt, 1999). Dois anos após, aprovou-se a Lei Federal 8.159/1991, também denominada lei de arquivos. Francisco Cougo Júnior (2020) relatou que uma lei referente à patrimonialização de arquivos e à gestão de documentos já estava em gestação nos anos 1980, discutida sobretudo no Arquivo Nacional, com o protagonismo de sua diretora Celina Vargas, mas precisou esperar a promulgação da Carta Magna de 1988 para vir à tona como corpo legal. Conforme o autor,

> A nova Constituição brasileira, promulgada em 22 de setembro de 1988, representou um inédito avanço para os arquivos do país. Através de uma emenda do deputado cearense Carlos Benevides, o texto constitucional passou a considerar a gestão da documentação governamental como uma incumbência da administração pública no Brasil, a brecha que faltava para que uma lei de arquivos estabelecesse em que circunstâncias e de que forma o

[514] O país, desde os anos finais do regime de exceção, vivia um delicado processo hiperinflacionário. A carestia, inclusive, foi um fator para a mobilização popular nos anos finais do regime (Rodeghero, Guazzelli, Dienstmann, 2013, p. 197). No início de 1986, ocorreu uma reforma monetária que, dentre outras disposições, congelou os preços, o que deu uma popularidade significativa mas passageira ao governo federal. A isso geralmente se atribui a vitória do PMDB nas eleições, ainda que Weller e Limongi (2024, p. 57) assinalem haver exagero nisso, uma vez que o pleito tendeu a uma polarização em que o voto no PMDB representou, de forma plebiscitária, o contraponto à ditadura. Depois disso, a "demanda interna aumentou com vigor, pressionando a capacidade produtiva. Logo surgiram problemas. O excesso de demanda provocou falta de estoques, escassez de produtos e desrespeito ao limite de preços. Havia fila para a compra de bens duráveis, como automóveis que eram vendidos com ágio em relação ao tabelamento" (Luna; Klein, 2007, p. 79). No final do ano e início de 1987, a inflação retornou.

> preceito seria obedecido. Ademais, é fundamental lembrar que a chamada "Constituição cidadã" tipificou de maneira mais ou menos completa o rol de bens passíveis de patrimonialização cultural em todo o país – o que incluiu os documentos (Cougo Júnior, 2020, p. 345).

Tal princípio foi regulamentado em legislação ordinária. A lei confirmava em seu artigo primeiro as atribuições definidas no artigo constitucional 216: "É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação".[515] Dentre as disposições da Lei em seu artigo 7º estava a preservação de acervos permanentes, que, isso é importante, não se restringiam ao de difícil determinação "valor histórico", mas também contemplavam o plano do "probatório e informativo". Fazendo um balanço, Cougo Júnior observa:

> Até hoje vigente, a lei de arquivos aprovada em 1991 representou o mais importante e completo avanço brasileiro em matéria arquivística. Objetivo, dotado de terminologia contemporânea e empoderado por quase 30 anos de avanços na área, o dispositivo contemplou quase todas as antigas demandas de arquivistas e instituições arquivísticas do Brasil. A lei alçou a gestão de documentos ao epicentro de uma política nacional orientada a produzir, preservar e dar acesso aos arquivos públicos com qualidade e eficácia (Cougo Júnior, 2020, p. 346).

Consagrada a gestão documental como conceito central da política arquivística, ela era assim definida no artigo terceiro da lei: "Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente".[516] Ou, ainda, conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento (1, 2) de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento (1, 2). Também chamado administração de documentos". (Arquivo Nacional, 2005, p. 100). Além da definição de critérios transparentes e públicos para a gestão documental, a arquivista Renata Pacheco de Vasconcellos conectou o processo de redemocratização também à ampliação do acesso aos acervos.[517]

Mesmo antes da aprovação da lei de arquivos, mas certamente no âmbito das discussões de políticas documentais no país em processo de redemocratização, foi criado o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de empreender tais políticas de gestão no estado sulino. Tal é a finalidade precípua do SIARQ/RS, que passamos a analisar no próximo subcapítulo. Não é coincidência o fato de que no ano da lei de arquivos tenha se realizado o concurso público para as arquivistas da instituição, visto que a missão central colocada era implementar o sistema de arquivos e criar políticas de gestão documental.

---

[515] Lei 8.159/1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 02 jan. 2025.
[516] Lei 8.159/1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 02 jan. 2025.
[517] Entrevista concedida por Renata Pacheco de Vasconcellos a Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de janeiro de 2024.

Imagem 62 – Reinauguração do Arquivo Público, 2001



Fonte: Na foto aparecem diversas arquivistas que tomaram posse em 1992. Autoria desconhecida. Acervo privado de Renata Pacheco de Vasconcellos. À esquerda, em pé, Adriana Berwanger. Quarta em pé da direita para a esquerda, Maria Cristina Fernandes. Agachadas, da esquerda para a direita, Renata Pacheco de Vasconcellos, Eloá Possebon, Fátima Gazen, Aerta Grazziolli Moscon, Fátima Leal e Ana Maria Baptista. Maria Cristina e Ana Maria já atuavam na instituição como CCs.

9.2 O Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul e uma solução possível ao dilema de Borges de Medeiros

> Para melhor desenvolver suas finalidades [do Arquivo Público] foi criado o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS) em 1989.[518]

O Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul foi criado em 5 de junho de 1989. A finalidade do Sistema era, de acordo com o trecho em epígrafe, justamente o de aprimorar as funções do Arquivo Público. Entretanto, mais do que aperfeiçoamento, o SIARQ/RS mudou a face da instituição de forma decisiva, dando-lhe novos propósitos e objetivos. De acordo com a home-page da instituição, a ideia de gestão sobressaía sobre as finalidades que o APERS tinha até então.

> O SIARQ/RS foi criado em 05/06/1989, por meio do Decreto Estadual nº 33.200 e atualizado pelo Decreto nº 52.808, de 18.12.2015, com o fim de implementar as políticas de Gestão Documental no Poder Executivo Estadual.[519]

---

[518] Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Governador Sinval Guazzelli, 1991. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29082128-mensagem1991.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025. Pesquisa inicialmente realizada pelas historiadoras Acácia Maduro Hagen e Isabel Oliveira Perna Almeida.

[519] Disponível em: https://apers.rs.gov.br/siarq-rs. Acesso em: 30 dez. 2024.

Em 20 de março de 1990, com a presença do governador Pedro Simon, do Presidente da Assembleia Legislativa, Gleno Scherer, do Secretário da Justiça Bernardo de Souza, do diretor Carlos Alessio Rossato e do prefeito municipal de Cachoeira, Acido Witeck, tomou posse a Coordenação Central do SIARQ/RS. Souza era o seu Presidente, secretariado pelo diretor do Arquivo Público. Também compunham esse colegiado representantes da SRHMA, da PGE, o historiógrafo do AHRS – instituição considerada integrante "especial" do SIARQ – um analista de sistemas da PROCERGS e dois arquivistas do APERS. Na sequência, também tomou posse a Comissão Central de Avaliação de Documentos, presidida por Rossato e supervisionada por Souza e com representantes dos órgãos mencionados, além da Secretaria de Coordenação e Planejamento. Criou-se o Arquivo Intermediário Regional de Cachoeira, que, como visto, não prosperou. A intenção descentralizadora e democratizante, porém, era clara: "visando descentralizar o Arquivo Público com a criação de órgãos regionais no interior do Estado do Rio Grande do Sul".[520] Como Rossato relatou, o objetivo era manter a documentação intermediária nas regiões, levando a Porto Alegre a documentação permanente. Deveria haver órgãos assim, além de Cachoeira, em Pelotas, Caxias e Passo Fundo, mas o entrevistado creditou o fracasso às dificuldades de interlocução entre Estado e prefeituras.[521]

Não é fácil dimensionar a importância histórica do Sistema de Arquivos. Rossato (2001) coloca a criação do Sistema no mesmo patamar da instituição do Arquivo Público em 1906, como duas "datas marcantes". Conforme o autor,

> Com esse decreto [33.200/1989] e também com edição do Decreto nº 33.201, da mesma data, o APRS [sic] passa a coordenar todo o processo de gestão da documentação do Estado, com o objetivo claro de, identificar, avaliar e custodiar o acervo documental de cada uma das unidades administrativas, e desta maneira facilitar o seu acesso aos mais variados usuários (Rossato, 2001, p. 23).

Sem dúvidas, seu estabelecimento foi um divisor de águas no Arquivo Público, visto que a partir de então a instituição mudou suas funções e encontrou um rumo depois de décadas restritas à emissão de certidões no "grande cartório". No início do século XXI o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 156) assim definiria os sistemas de arquivos: "Conjunto de arquivos (2) que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na persecução de objetivos comuns". É necessário sublinhar que se tratava de uma iniciativa comum a outros estados brasileiros, ainda que o Rio Grande do Sul seja um dos pioneiros.

Já vimos no capítulo anterior que, pouco antes da criação do Sistema de Arquivos, um parecer da PGE dispunha algumas diretrizes a serem seguidas no sentido de definir

[520] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0006. Livro de atas do SIARQ/RS. Ata de 20/3/1990.
[521] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.

como administrar a conservação e a destinação de documentos em âmbito estadual – mesmo que não trabalhasse com o conceito arquivístico de "gestão documental". De acordo com o relatado por Carlos Rossato, a iniciativa de criação de um sistema de arquivos foi autônoma em relação com aquelas diretrizes, inspirado, isso sim, no Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

É necessário levar em conta que essas discussões eram realizadas nacionalmente no âmbito da disciplina arquivística, da qual o novo diretor era um professor universitário. Rossato (2001, p. 20) destacou que os arquivos estaduais passaram a ser concebidos como sistemas a partir da criação dos cursos de Arquivologia. É sabido ter havido decisiva influência da comunidade arquivística brasileira na definição dos novos corpos legais (Cougo Júnior, 2020).[522] Uma coisa é certa: o processo de redemocratização foi acompanhado pela criação de diversos sistemas de arquivos, culminando na criação do Conselho Nacional de Arquivos, com a lei de 1991, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (Rossato, 2001, p. 22).[523] Essas ideias estavam circulando socialmente.[524]

De acordo com a home-page do Arquivo Público, cabe ao SIARQ/RS:

> Dentre seus objetivos destacamos: *racionalizar* e *padronizar* a produção de documentos arquivísticos públicos; *assegurar* a proteção e a preservação da documentação arquivística; *regular* o acesso aos documentos arquivísticos públicos; normatizar o uso de tecnologias em relação à gestão de documentos arquivísticos; e *promover* o inter-relacionamento entre os três poderes, municípios e arquivos privados nesse âmbito.[525]

Portanto, a partir de sua criação, o Arquivo Público renunciava à pretensão borgista e dos administradores públicos sob ditadura militar de concentrar – "adquirir" documentos – um conjunto de acervos em um mesmo lugar; pelo contrário, o intuito, agora, era de coordenação de uma série de arquivos em rede, por meio de um sistema, proporcionando subsídios para que os próprios órgãos realizassem a gestão documental. Não se tratava mais apenas de recolher – ainda que essa fosse, também, uma atribuição do SIARQ/RS, porém conforme normativas específicas, e não os "recolhimentos selvagens" até então praticados – mas sim de promover a gestão por meio dos *verbos* em destaque na citação. No que toca aos recolhimentos, já vimos, no capítulo VI, que durante a década de 1980 já se esboçara uma ênfase nos documentos do Poder Executivo; a partir de 1989, o Arquivo Público passaria a recolher somente esse tipo de documentação. A arquivista Fátima Gazen explicou didaticamente em que consistia a finalidade do SIARQ/RS:

---

[522] De qualquer forma, mais que patentear a "autoria" de uma boa ideia cabe descobrir seus desdobramentos na gestão pública. Cumpre destacar, também, que posteriormente a comunidade arquivística foi atuante na revisão da lei (Melo, Kurtz, Andrade, Lehmkuhl. No prelo). Sobre o associativismo dos arquivistas, ver Santos, Melo, Ridolphi, Flores, 2023.

[523] Já havia ocorrido uma tentativa de implementar um Sistema Nacional de Arquivos em 1962, retomada nos anos 1970. Para essa atuação prévia, ver Cougo Júnior, 2020.

[524] Em 1987, uma monografia apresentada à FDRH propunha Diretrizes para a implantação de um sistema de arquivos no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (Moreira, 1987). Evidentemente, tal proposta não tinha, nem de perto, a envergadura do SIARQ/RS, mas é um indício mais da difusão social da ideia de organização de arquivos em sistema durante os anos 1980.

[525] Disponível em: https://apers.rs.gov.br/siarq-rs. Acesso em: 30 dez. 2024. Destaques do autor.

> O Arquivo seria o central, seria o central para orientar todos os outros órgãos do Estado. Hoje eu não sei, basicamente eu não sei mais como é que está (...). Mas na época o que se queria era se iniciar como um centro coordenador de todo um sistema de arquivo do Estado, determinando regras para os outros órgãos, e a gente ia para dentro dos órgãos orientar, e tentar fazer com eles e mostrar como é que era.[526]

Portanto, mais do que uma concentração monolítica dos acervos em um mesmo lugar – o que vinha, ao longo do século, esbarrando nas limitações de espaço físico disponível, no que chamo jocosamente aqui de "dilema de Borges de Medeiros" ou "maldição d'*O Independente*" –, uma gestão pública mais democrática proporcionou projetar uma coordenação dos diferentes arquivos por meio do aporte profissional das arquivistas da instituição e orientação aos demais órgãos. Para isso, foram criados os primeiros instrumentos de gestão, ainda para algumas secretarias em particular, como o Plano de Classificação de Documentos[527] e a Tabela de Temporalidade de Documentos, conforme será visto no subcapítulo sequente.[528]

Carlos Aléssio Rossato apontou a experiência paulista como a grande inspiração para a criação do SIARQ/RS:

> Então, veio de São Paulo. A inspiração veio de São Paulo. Eu tive em São Paulo naquela época. Estudei todo o SIARQ de São Paulo. Peguei a cópia do SIARQ de São Paulo. E era o único SIARQ que tinha no Brasil. Que é organizado pela [Heloísa Liberalli] Bellotto. É organizado pela Daíse [Apparecida Oliveira]. Com a ajuda da Bellotto. Daíse, Bellotto e a… Acho que foi [...] Tessitori.[529]

A arquivista Rosani Gorete Feron foi uma das protagonistas da implementação do SIARQ/RS. Conforme seu relato, a criação de sistemas estaduais de arquivos foi realizada em sequência, sendo o Rio Grande do Sul um estado pioneiro. Também em sua narrativa, a criação do Sistema está relacionada à implantação da gestão documental, e teve em São Paulo um modelo inspirador.

> São Paulo criou, Rio Grande do Sul criou. Paraná, acho que nem criou, mas Santa Catarina era mais avançada. Não, Paraná acho que também criou. Depois os estados, lá pra cima, foi mais demorado, assim. O Rio de Janeiro foi mais tarde, eu acho até. Depois criou o sistema e tal. Mas nós fomos os pioneiros, assim. Aí nasceu o sistema. E aí tinha, porque a professora [Heloísa Liberalli] Bellotto, que tinha mais ou menos… Um modelo implantado em São Paulo.[530]

A arquivista Fátima Gazen também destacou o papel do aprendizado com outras experiências estaduais para implementar o sistema. "Foi muito, muito, muito estudo entre

---

[526] Entrevista concedida por Fátima Gazen a Rodrigo de Azevedo Weimer, 20 de fevereiro de 2024.

[527] "Esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo(1) por ela produzido. Expressão geralmente adotada em arquivos correntes" (Arquivo Nacional, 2005, p. 132).

[528] "Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos" (Arquivo Nacional, 2005, p. 159).

[529] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025. Acreditamos tratar-se de Viviane Tessitori.

[530] Entrevista concedida por Rosani Gorete Feron a Rodrigo de Azevedo Weimer, 16 de abril de 2024.

a gente. Muita reunião, muita discussão, porque não tinha nada, nada. A gente tinha uma experiência de outros estados", segundo ela.[531]

O que chamamos abstratamente de "implementação do SIARQ/RS" em grande medida envolveu um processo de convencimento dos órgãos estatais sobre a importância da gestão documental, assim como sua orientação para colocá-la em prática.

> Se chamava todos os órgãos pra entender o que que era uma tabela de temporalidade, o que era um instrumento de pesquisa, então foi feita muita palestra de conscientização, pras pessoas perceberem que aquilo ia otimizar o trabalho delas, ia ficar muito mais fácil um arquivo organizado. Então, se fez muito essas palestras, eu acompanhei isso, e se chamavam os órgãos e se falava pra deixar claro como funcionava o Sistema de Arquivos.[532]

Em um trabalho de Sísifo, a cada nova gestão é necessário reiniciar esse trabalho de sedução dos gestores à importância da gestão – uma vez que, muito bem assinalou uma servidora, Maria Cristina Fernandes, o papel da instituição é apenas normativo, não tendo poderes de fiscalização ou punição.[533] Outra colega, já aposentada, fez um balanço das atividades:

> Foi um trabalho assim, bem trabalhoso, porque eu não me lembro muito, porque agora eu fiquei pensando. Mas foi bem trabalhoso. Porque era tudo muito, tinha que ser por... Como é que eu vou te dizer? Não éramos nós que resolvíamos, entendeu, tinha uma instância superior ali. Tinha que ser implementado também pelas chefias, pelos diretores e pelos chefes das secretarias. E pelo governador também, porque tudo tinha que ser por normas, as INs [Instruções Normativas], todas que a gente... E a partir que o ano foi se passando, os anos foram se passando, sempre a gente tinha novos trabalhos, aí tinha que ter as normativas, tinha que dar uma reestruturada também. E o que eu senti bastante assim é, por exemplo, que cada governo, parecia que tu tinha que dar uma... Um *up*, assim, pra coisa continuar. Porque até as novas chefias ficarem sabendo e tomarem em pé da situação do Arquivo e do SIARQ… Aí eu me lembro que cada quatro anos os secretários, homens ou mulheres, os governadores também já vieram visitar o arquivo, faziam, como iam em todos, eu acho, Rodrigo, pra tomar pé da situação e saber o que que era o arquivo pra continuar na nossa labuta, do SIARQ. Mas eu acho que foi uma luta boa.[534]

Os relatos coletados por meio de entrevistas de história oral também dão conta de que muitos dos conhecimentos para tal foram adquiridos no próprio processo de elaboração dos instrumentos, por meio de muitas reuniões e discussão horizontal entre as profissionais da casa. Há no acervo permanente da instituição um livro das atas realizadas na ocasião.[535] Os testemunhos indicam, ainda, o entusiasmo das arquivistas recém-empossadas para colocar em prática os conhecimentos adquiridos na faculdade. De uma forma mais geral, havia uma atmosfera de reconstrução do país na sequência do regime ditatorial. Tinha-se a noção da responsabilidade e da importância da tarefa então colocada de introduzir as melhores práticas arquivísticas na gestão pública estadual, a par de uma

[531] Entrevista concedida por Fátima Gazen a Rodrigo de Azevedo Weimer, 20 de fevereiro de 2024.
[532] Entrevista concedida por Ana Maria Baptista a Rodrigo de Azevedo Weimer, 20 de fevereiro de 2024.
[533] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes a Rodrigo de Azevedo Weimer, 3 de abril de 2024.
[534] Entrevista concedida por Marta Helena de Araújo a Rodrigo de Azevedo Weimer, 19 de março de 2024.

apropriação progressiva da complexidade da tarefa. Segundo, por exemplo, a arquivista Adriana Berwanger:

> A gente não sabia o que era esse sistema complexo. A gente não tinha essa noção. Então por isso que o primeiro passo foi fazer os levantamentos. Então foram designados para cada Secretaria de Estado se fez esse levantamento. E aí depois se teve que ir atrás de boas práticas. Boas práticas no Brasil. Eu me lembro que a professora Rose Marie Inojosa esteve aqui, nos deu um treinamento. A gente começou a observar os outros estados, São Paulo também. Na época também ouvia muito o professor Carlos Lopes, que tinha algumas experiências interessantes. A gente foi procurando boas práticas pra elaborar. E aí se definiu que a gente iria fazer os instrumentos de classificação e avaliação.[536]

O objetivo inicial – hoje, finalmente, em vias de consecução – era, ainda segundo Berwanger, a realização de Tabelas de Temporalidade inclusivas das atividades-meio conforme cada órgão, ao que se renunciou naquele momento em prol da ênfase em uma tabela única de atividades-meio – "um mosaico", segundo Maria Cristina Fernandes.[537] Os instrumentos de gestão atualmente vigentes, veremos adiante, foram entregues à sociedade em maio de 2017, como uma atualização do PCD e da TTD finalizados em 2008. Portanto, houve um longo caminho de discussão democrática para sua elaboração, proporcionando critérios transparentes para estabelecer a destinação de cada documento, ao contrário de tantos recolhimentos e eliminações "selvagens" realizados ao longo do século XX.

9.3 Caminhos de implementação do SIARQ/RS[538]

> Então, e a gente profissionalmente aprendeu… Que a primeira coisa que tu, quando chega no arquivo, faz um levantamento, faz um diagnóstico.[539]

O primeiro passo para a implementação do SIARQ/RS, como bem apontou a ex-diretora Rosani Gorete Feron, consistiu na realização de diagnósticos da situação dos arquivos nos diferentes órgãos. As novas profissionais dividiram-se em duplas e dirigiram-se aos diferentes órgãos da Administração Pública Estadual, vistoriando o armazenamento e a preservação dos documentos, bem como a forma como eles eram organizados. A situação encontrada foi díspar mas, de uma forma geral, bastante precária. Nas reuniões realizadas naquele distante 1992,[540] as arquivistas periodicamente apresentavam às colegas os diagnósticos realizados na secretarias existentes durante o governo de Alceu Collares (PDT, 1991-1995): Justiça e Segurança; Fazenda; Educação; Agricultura e Abastecimen-

[535] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0006. Livro de atas do SIARQ/RS.
[536] Entrevista concedida por Adriana Berwanger a Rodrigo de Azevedo Weimer, 26 de março de 2024.
[537] No momento em que este livro está sendo concluído, os instrumentos de gestão estão sendo revisados a fim de dar conta das atividades-meio conforme cada órgão atendido, uma antiga aspiração do corpo técnico do órgão. A nova tabela incluirá também os órgãos da administração indireta, que até o momento não haviam sido contemplados.
[538] Este subcapítulo pode ser melhor acompanhado observando a linha do tempo de autoria de Maria Cristina Fernandes e Juliano Silva Balbon reproduzida no Anexo VI.
[539] Entrevista concedida por Rosani Gorete Feron a Rodrigo de Azevedo Weimer, 16 de abril de 2024.
[540] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0006. Livro de atas do SIARQ/RS.

to; Administração e Recursos Humanos; Minas, Energia e Comunicações; Saúde e Meio Ambiente; Transportes; Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Coordenação e Planejamento; Obras Públicas; Saneamento e Habitação; Turismo; Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; Especial de Comunicação Social; Cultura; Ciência e Tecnologia.[541] À medida que, nos sucessivos governos, as secretarias foram sendo aglutinadas ou desdobradas, o SIARQ/RS seguiu acompanhando os órgãos estaduais, oferecendo assessorias e orientações. Em 1997, foram criados os primeiros instrumentos de gestão documental, visando à administração e definição da destinação de documentos da Secretaria da administração e também de recursos humanos da Polícia Civil.

Entre 2003 e 2004, realizou-se um censo de Arquivos Municipais. Houve participação da sociedade civil: além da FAMURS, envolveram-se os cursos de Arquivologia da UFRGS e da UFSM, a ANPUH-RS, a Associação de Arquivistas e a Associação de Amigos do Arquivo Público (AAAP). As profissionais da casa dirigiram-se aos municípios do interior do Estado acompanhadas por historiadores voluntários filiados à ANPUH. Mais do que um levantamento, o trabalho também serviu para conscientizar sobre a importância dos acervos e para fomentar a criação de arquivos onde eles inexistiam.

> E nós íamos lá não para aplicar o questionário, mas para… dar uma ideia – e por que a dupla arquivista e o historiador? Porque era assim, o historiador fazia uma fala de importância, de preservação, de documento, de ter Arquivo Municipal, Arquivo Histórico, de ter espaço da comunidade. E nós entrávamos nessa questão mais de arquivo e ensinávamos a responder o questionário. Era um questionário grande, assim, então a gente dava dicas ali e aí eles voltavam para as suas prefeituras e respondiam o questionário e mandavam essas respostas. E a equipe da informática da FAMURS tabulava. A gente tem no nosso servidor aqui, no Arquivo, o resultado desse censo. Serviu de base para vários TCCs da UFRGS, lá de Santa Maria também, mestrado, doutorado – enfim, foi uma pesquisa muito boa, em termos de dados. De, se a prefeitura tinha arquivo, se não tinha, como é que era, se esse arquivo era criado por lei, por decreto, se tinha sistema.[542]

Em paralelo, desenvolviam-se os primeiros instrumentos de gestão documental da administração pública em geral.

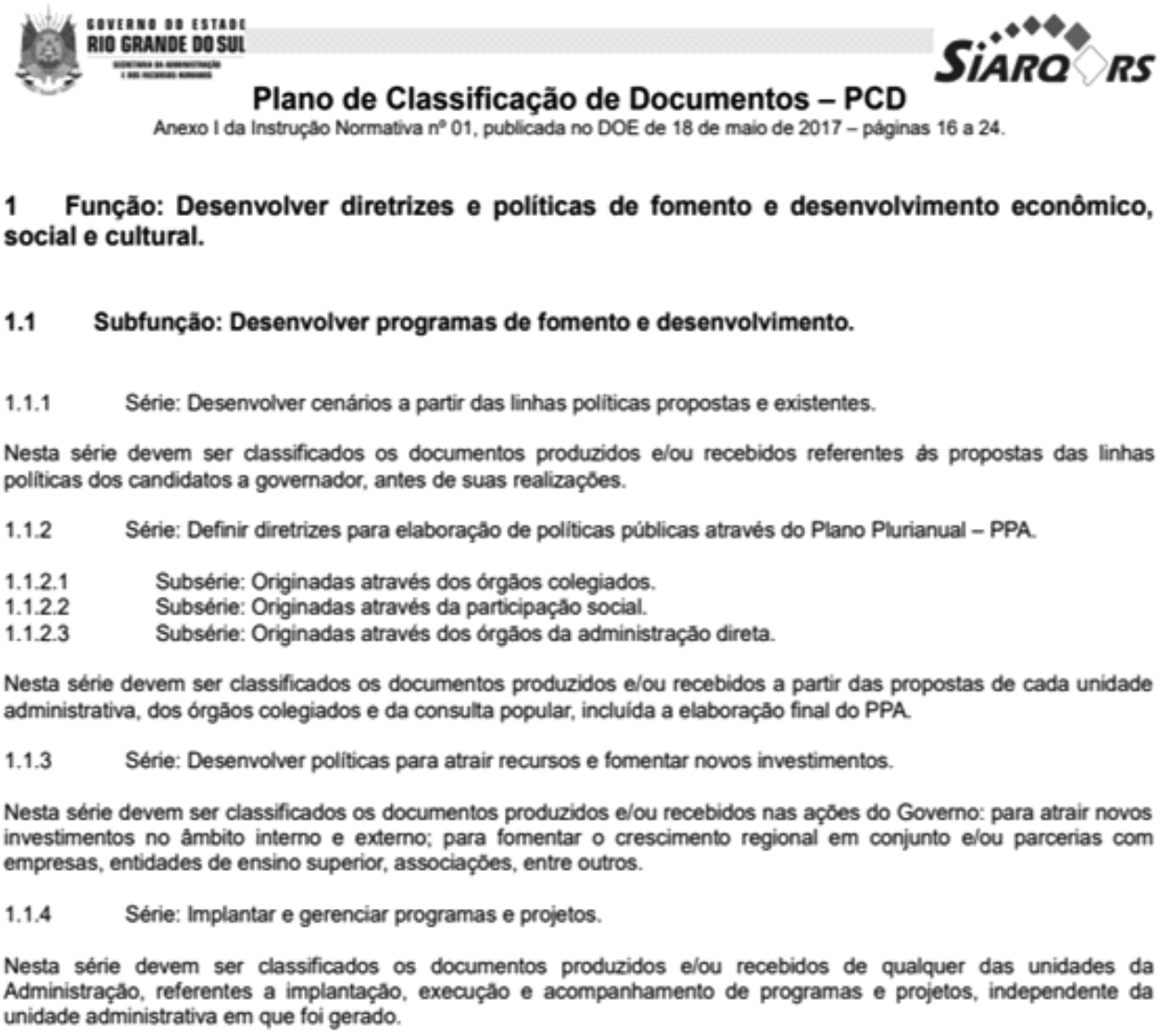
> Então aí a gente começa esse esforço de elaborar, de novo né, um plano e uma tabela pra todos, que é o que hoje está vigindo até hoje. Ele é publicado em 2008. A gente fica de 2003 a 2007 fazendo esse instrumento, indo nas secretarias, fazendo levantamento, primeiro formando comissão, depois fazendo levantamento, usando essas comissões como elo de ligação, trazendo aqui para dentro do Arquivo, refinando, estruturando, submetendo à comissão de avaliação, e… 2007 a gente conclui.[543]

Os instrumentos publicados em 2008 receberam uma versão atualizada em 2017. Aos documentos foram atribuídos funções, subfunções e séries de acordo com os misteres desempenhados na administração pública, e conforme à sua classificação era deter-

[541] Os papéis produzidos nessas visitas encontram-se armazenados de forma intermediária no Arquivo Público, no acervo da SIJ.
[542] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes a Rodrigo de Azevedo Weimer, 3 de abril de 2024.
[543] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes a Rodrigo de Azevedo Weimer, 3 de abril de 2024.

minada a sua destinação, isto é, eliminação, guarda por um prazo determinado ou permanente. Faz parte das rotinas arquivísticas a periódica reelaboração dos instrumentos de gestão para adequação às necessidades sociais e da administração pública.

Imagem 63 – Trecho do Plano de Classificação de Documentos, 2017



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SIARQ RS

Plano de Classificação de Documentos – PCD

Anexo I da Instrução Normativa nº 01, publicada no DOE de 18 de maio de 2017 – páginas 16 a 24.

1 Função: Desenvolver diretrizes e políticas de fomento e desenvolvimento econômico, social e cultural.

1.1 Subfunção: Desenvolver programas de fomento e desenvolvimento.

1.1.1 Série: Desenvolver cenários a partir das linhas políticas propostas e existentes.

Nesta série devem ser classificados os documentos produzidos e/ou recebidos referentes às propostas das linhas políticas dos candidatos a governador, antes de suas realizações.

1.1.2 Série: Definir diretrizes para elaboração de políticas públicas através do Plano Plurianual – PPA.

1.1.2.1 Subsérie: Originadas através dos órgãos colegiados.
1.1.2.2 Subsérie: Originadas através da participação social.
1.1.2.3 Subsérie: Originadas através dos órgãos da administração direta.

Nesta série devem ser classificados os documentos produzidos e/ou recebidos a partir das propostas de cada unidade administrativa, dos órgãos colegiados e da consulta popular, incluída a elaboração final do PPA.

1.1.3 Série: Desenvolver políticas para atrair recursos e fomentar novos investimentos.

Nesta série devem ser classificados os documentos produzidos e/ou recebidos nas ações do Governo: para atrair novos investimentos no âmbito interno e externo; para fomentar o crescimento regional em conjunto e/ou parcerias com empresas, entidades de ensino superior, associações, entre outros.

1.1.4 Série: Implantar e gerenciar programas e projetos.

Nesta série devem ser classificados os documentos produzidos e/ou recebidos de qualquer das unidades da Administração, referentes a implantação, execução e acompanhamento de programas e projetos, independente da unidade administrativa em que foi gerado.

Fonte: Disponível em: https://www.apers.rs.gov.br/instrumentos-de-gestao. Acesso em: 8 jan. 2025.

Imagem 64 – Trecho da Tabela de Temporalidade de Documentos, 2017

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS – TTD

Anexo II da Instrução Normativa nº 01, publicada no DOE de 18 de maio de 2017 – páginas 16 a 24.

SIARQ RS

FUNÇÃO 1: Desenvolver diretrizes e políticas de fomento e desenvolvimento econômico, social e cultural

Subfunção	Série	Subsérie	Etapas de desenvolvimento da atividade	Prazo de guarda	Destinação	Dados complementares
1.1 Desenvolver programas de fomento e desenvolvimento	1.1.1 Desenvolver cenários a partir das linhas políticas propostas e existentes		Coleta e levantamento de dados	30 anos	Eliminação	- Conjunto documental gerado no levantamento de dados com propósito de elaboração de diagnósticos e planos de ação. - Quando não for vinculado as demais etapas, guardar conforme uso administrativo.
			Elaboração de diagnósticos Estudos de viabilidade Elaboração do plano de ação	Enquanto vigente	Recolhimento	- Conjunto documental gerado para descrever a situação atual, análise e estudo de viabilidade e a descrição das ações necessárias para sua concretização. - O conjunto documental dos não efetivados também deve ser recolhido.
	1.1.2 Definir diretrizes para elaboração de políticas públicas através do Plano Plurianual	1.1.2.1 Originadas através dos órgãos colegiados	Proposições e deliberações	Enquanto vigente	Recolhimento	- Conjunto documental gerado para registrar as proposições e deliberações nas reuniões realizadas para este fim.
		1.1.2.2 Originadas através da participação social	Realização de consulta	10 anos	Eliminação	- Conjunto documental gerado para coleta dos projetos prioritários elencados pela sociedade, durante a consulta.
			Deliberações da participação social	Enquanto vigente	Recolhimento	- Conjunto documental gerado a partir da consulta para consolidar os projetos prioritários.
		1.1.2.3 Originadas através dos órgãos da administração direta	Elaboração de propostas de cada unidade administrativa (Administração Direta)	Enquanto vigente	Recolhimento	- Conjunto documental gerado para consolidar as propostas apresentadas pelas unidades administrativas.
			Elaboração da proposta final do PPA	Enquanto vigente	Recolhimento	- Conjunto documental gerado a partir das propostas das unidades administrativas, com o propósito de consolidar a proposta final.
	1.1.3 Desenvolver políticas para atrair recursos e fomentar novos investimentos		Realização de ações preparatórias concomitantes e posteriores	Enquanto vigente	Recolhimento	- Conjunto documental gerado para demonstrar as potencialidades e divulgação do Estado.
			Impulsionar redes de negócio	Enquanto vigente	Recolhimento	- Conjunto documental gerado para registrar ações e resultados que impulsionam o desenvolvimento do Estado.
	1.1.4 Implantar e gerenciar programas e projetos		Implantação, execução, acompanhamento e encerramento dos programas e projetos	Enquanto vigente	Recolhimento	- Conjunto documental gerado para registrar todas as ações desenvolvidas ao longo da implantação do programa / projeto, nas diversas unidades administrativas envolvidas.

Fonte: Disponível em: https://www.apers.rs.gov.br/instrumentos-de-gestao. Acesso em: 8 jan. 2025.

Uma importante Instrução Normativa, 4/2009 – da elaboração de todas elas o Arquivo Público foi protagonista, na condição de órgão gestor do SIARQ/RS – foi firmada em setembro de 2009, na qual se determinavam os procedimentos para recolhimento dos acervos. Um aspecto importante a ser ressaltado é que a participação dos órgãos ao SIARQ/RS dava-se por adesão. Dessa forma, os documentos permanentes – conforme a TTD – oriundos dos órgãos partícipes do sistema deveriam ser custodiados pelo APERS. Os acervos já deveriam vir tratados – organizados, higienizados, acondicionados e identificados. Além disso, a IN dispunha sobre a destinação de acervos de entidades públicas extintas pelo governo estadual. Conforme a normativa, caberia ao APERS dar ao órgão responsável pelo processo de liquidação os direcionamentos necessários à aplicação dos instrumentos de gestão e à preservação da documentação.

Seja da administração direta ou indireta, no momento do recolhimento, os documentos já deveriam estar cadastrados no AAP – Administração de Acervos Públicos –, sistema computacional criado em 2006 para o fim que o intitula. Ocorre, todavia, conforme visto no

capítulo VI, que os recolhimentos muitas vezes acontecem em urgência, e o tratamento documental acaba por ser deixado para o APERS, cujo papel, entretanto, deveria se restringir a dar os corretos direcionamentos a um tratamento feito pelos órgãos e a recolher os acervos. Esse é um problema que tem acompanhado o Arquivo Público durante as primeiras décadas do século XXI. Muito embora a instituição devesse custodiar apenas documentos de caráter permanente, na prática é deixado a ela definir a eliminação ou a guarda temporária de acervos recolhidos em estado bruto, muitas vezes os retirando de situações precárias. Em 2015 o SIARQ/RS foi reorganizado e em 2016, outra instrução normativa disciplinou as condições necessárias para eliminação de documentos, uma vez destinados a tal.

Outro passo importante para a atuação do SIARQ/RS foi sua participação – junto a diferentes órgãos jurídicos do governo estadual – na Comissão Mista de Reavaliação da Informação (CMRI), criada em 2012 a fim de avaliar as solicitações negadas mediante a Lei Federal de Acesso à Informação (LAI, n. 12.527/2011). Essa lei deve dar ao cidadão acesso às informações públicas. Assim sendo, cabe recurso à CMRI em caso de negativa do órgão demandado, havendo algumas circunstâncias em que de fato as solicitações não podem ou devem ser atendidas. À CMRI cabe avaliar a pertinência ou não dos recursos.

9.4 Os documentos cartoriais tornam-se fontes históricas

> Atendemos estudiosos, acadêmicos, advogados, tabeliães, genealogistas, etc., visto termos sob guarda a única fonte primária da história sócio-econômica do Estado.[544]

A década de 1990 conheceu, no Rio Grande do Sul, o triunfo da história econômica e da história social, que era crescente na década anterior na historiografia brasileira. Se as fontes judiciais certamente não são a *única* fonte para a história socioeconômica, certamente são documentos privilegiados. A partir da influência do marxismo britânico e da *École des Annales*, os historiadores passaram a buscar nos autos judiciais uma via de acesso aos conflitos sociais e às regularidades e descontinuidades históricas.

Sem pretensões à elaboração de uma genealogia de historiadores/as que pesquisaram no acervo do Arquivo Público e nele descobriram fontes para a escrita da história socioeconômica, há que ressaltar o pioneirismo de Berenice Corsetti (1983) e de Paulo Zarth (1988). Fazendo sua formação universitária na Universidade Federal Fluminense, tiveram influência de Maria Yedda Linhares e Ciro Flamarion Cardoso, sendo o último o orientador de ambos os trabalhos. Os ditos historiadores trouxeram para o Brasil, em boa medida, as contribuições teóricas e metodológicas dos historiadores dos *Annales*, particularmente a disposição serial e a quantificação dos documentos cartoriais e judiciais. Cor-

[544] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0068. Abaixo assinado, já mencionado, das servidoras do APERS, 2/5/1996.

setti selecionou inventários e processos de falência de alguns charqueadores em específico, comparando a composição de suas fortunas e características do uso do trabalho de escravizados, ao passo que Zarth preferiu deixar um empreendimento de maior fôlego para seu doutorado (Zarth, 1994). Esclarece:

> Ao ingressar no PPGH da Universidade Federal Fluminense, em 1984, fui apresentado às fontes judiciais, através das boas recomendações da professora Maria Yedda Linhares e do orientador da dissertação, professor Ciro Flamarion Santana Cardoso. Mais tarde, no curso de doutorado, iniciado em 1989, continuei minhas pesquisas nos arquivos do judiciário, sob orientação do professor Luiz Carlos Soares. Entusiasmado com a ideia, desembarquei em Porto Alegre e fui diretamente ao Arquivo Público. Fui recebido com atenção pelos funcionários mas a visita causou uma certa surpresa, pois não era muito comum a presença de historiadores interessados em consultar um conjunto enorme de documentos. (Foram mais de mil maços de inventários post-mortem e processos-crime).[545]

O estranhamento em relação àquele volume de documentos está relacionado à pesquisa até então ali realizada, que pinçava documentos pontuais, seja para fins genealógicos ou probatórios, seja para o tipo de investigação histórica empreendida na ocasião. Paulo Zarth ressaltou ainda as vantagens, para o tipo de história por ele praticada, da concentração no mesmo espaço físico dos inventários dos diferentes municípios, mas também as agruras então existentes, incluindo o risco de um descarte desastroso:[546]

> Cabe lembrar que antes de "ir a campo", os colegas e professores da UFF me alertaram sobre possíveis dificuldades em localizar os inventários, pois eram comuns os relatos sobre documentos encontrados nos locais mais escandalosos do ponto de vista da preservação. Além disso, em alguns estados eles estavam espalhados em diversos municípios. Para sorte minha, os inventários do Rio Grande do Sul estavam todos num mesmo arquivo, bem preservados e guardados em prédio apropriado para armazenar documentos.
>
> Nem tudo era um campo florido. Poucos funcionários, poucos recursos financeiros e trabalhadores terceirizados sem a qualificação de arquivista complicavam a vida do pessoal. Ouvia as queixas e me solidarizava. Certa vez me disseram que a maior parte da documentação mais antiga seria queimada para abrir espaço. Não sei se era real ou estavam fazendo algum tipo brincadeira comigo, mas em tom apavorado pedi que não deixassem fazer tal crime e me propus a recolher o material para levar para alguma outra instituição. Felizmente nada disso aconteceu.[547]

Outra historiadora que investigou profundamente os inventários do Arquivo Público foi Helen Osório, dispondo 541 documentos serialmente visando à quantificação (Osório, 1999). A autora, que orientaria diversos trabalhos que seguiram o caminho da escrita da história socioeconômica, assinalou o pioneirismo de Zarth:

> Provocada pela pergunta, veio-me à memória as primeiras vezes em que fui ao Arquivo Público, em 1993 (faz 30 anos!), momento em que eu preparava meu projeto de doutorado. Aí, na sala de consulta (então situada no segundo andar, acima dos depósitos) tive a felicidade de conhecer Paulo Zarth. Ele pesquisava para sua tese de doutoramento. Deu-me

[545] Entrevista concedida por Paulo Afonso Zarth a Rodrigo de Azevedo Weimer, 2021 (Weimer, 2022, p. 55-56).
[546] A organização por comarcas, fazendo jus ao princípio arquivístico da proveniência é posterior, estando relacionada ao ingresso das arquivistas em 1992.
[547] Entrevista concedida por Paulo Afonso Zarth a Rodrigo de Azevedo Weimer, 2021 (Weimer, 2022, p. 56).

> indicações preciosas sobre os inventários post mortem, fonte sobre a qual trabalhava e que eu estava entrando em contato naquele momento. A partir desse encontro pude conhecer seu pioneiro e inspirador trabalho, a dissertação de mestrado "História agrária do Planalto Gaúcho, 1850-1920", orientada por Ciro Flammarion Cardoso, e ganhei um interlocutor importante para meus trabalhos.[548]

Naquele momento já estavam trabalhando na instituição as arquivistas concursadas em 1991. Elas, aos poucos, familiarizaram-se a esse "novo jeito" de fazer pesquisa histórica.[549] Por exemplo, a ex-servidora Neida Regina Ilha, em sua entrevista, ressaltou a importância dos documentos da instituição para a escrita da história socioeconômica, que é o tipo de escrita histórica de seu interesse.[550] Ilha também manifestou preferência pela história social, que então também encontrava seus primeiros impactos no Rio Grande do Sul. Essa vertente historiográfica desenvolveu-se especialmente a partir do aporte do marxismo britânico e da historiografia da UNICAMP, como ressalta Paulo Roberto Staudt Moreira, outro importante ator na renovação da historiografia sul-rio-grandense:

> Porque essa é uma época que a UNICAMP já estava, não só nos servindo com os trabalhos do [Sidney] Chalhoub e da Sílvia Lara, como em função da redemocratização, a gente estava tendo acesso aos neomarxistas ingleses, então a gente estava lendo Thompson, a gente estava relendo Hobsbawm, a gente estava pensando nessa coisa da experiência social e isso faz com que a gente olhe as fontes de forma diferenciada.[551]

Paulo Moreira assinalou um ambiente colaborativo entre historiadores/as de vertentes teóricas diversas, no ambiente comum da Sala de Pesquisa nos anos 1980:

> Porque eu me lembro, por exemplo, na década de 1980, quando eu entrei no mestrado, um pouquinho antes até, quando eu comecei a frequentar aqui o Arquivo Público, eu frequentava a sala de pesquisa e tinha o Roger Kittleson, que é um norte-americano e pesquisava populares aqui, tinha a Sílvia [Maria Fávero] Arend, que pesquisava famílias populares, tinha a Rita [de Cássia Krieger] Gattiboni trabalhando escravidão em Rio Grande e tinha o Jorge Euzébio Assunção que pesquisava também escravidão em Pelotas. O Jorge e a Rita eram orientandos do Maestri na PUC, a Sílvia era orientada pela Sandra Pesavento no mestrado da UFRGS, era minha colega de mestrado, e o Roger veio dos Estados Unidos para pesquisar o Rio Grande do Sul e os populares. E era muito legal essa coisa do entrosamento, a gente trocar experiência do sabor do documento e na apreciação de cada um sobre os documentos.[552]

9.5 Arquivo Público e Arquivo Histórico

> Segundo o entendimento do Arquivo Histórico, a documentação do Judiciário é permanente, mas não é histórica.[553]

---

[548] Entrevista concedida por Helen Osório a Rodrigo de Azevedo Weimer, 2022 (Weimer, 2023a, p. 38).

[549] Ancona Lopez (1996, p. 15-16) destacou que a "revolução documental" trouxe "à tona antigos problemas relativos à organização de fontes documentais e aponta, ainda, para novas questões, como a relação entre a cidadania e o direito à memória". O autor destacou, ainda, a importância da "transparência dos critérios de arranjo, seleção e descrição", por ser "um elemento primordial para o estabelecimento dos limites de análise e interpretação dos documentos; é preciso repensar o papel que os arquivos exercem na operação historiográfica".

[550] Entrevista concedida por Neida Regina Ilha a Rodrigo de Azevedo Weimer, 5 de setembro de 2024.

[551] Entrevista concedida por Paulo Moreira a Rodrigo de Azevedo Weimer, 2019 (Weimer, 2020, p. 153).

[552] Entrevista concedida por Paulo Moreira a Rodrigo de Azevedo Weimer, 2019 (Weimer, 2020, p. 152-153).

[553] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0006. Livro de atas do SIARQ. Ata de 14/10/1992.

Se as fontes judiciais, ao contrário de eventuais entendimentos contrários, são fontes históricas, ademais privilegiadas, uma questão que ficava implícita (ou explícita) era, uma vez mais, a pertinência da separação entre Arquivo Público e Arquivo Histórico, procedida em 1925 e consolidada em 1954, como viemos vendo. Quer dizer, se se descobria a função histórica das fontes judiciais, onde residiria a distinção entre as instituições? A desconfortável questão passou a ser cada vez mais colocada. Aliás, é nesse contexto que podemos entender a "subtração" do caráter "histórico" do acervo judicial no trecho em epígrafe. Quer dizer, ao buscar-se resguardar esse atributo ao acervo do AHRS, no contexto de implementação do SIARQ/RS, legitimava-se a existência institucional por meio da reivindicação pela prioridade de custódia sobre documentos históricos. Como seria impossível recolher a documentação judicial ao AHRS, ela não poderia ser considerada "histórica".

Portanto, a partir do SIARQ/RS, mudou a relação entre Arquivo Público e Arquivo Histórico. O AHRS deixou de ser um destino para documentos considerados desnecessários, ou não-pertinentes ao APERS, por vezes com recolhimentos atabalhoados, conforme visto anteriormente, para ter seu lugar e pertinência, pela primeira vez, na berlinda. Dado que a divisão dos dois acervos no início do século não obedeceu a critérios arquivísticos razoáveis, ou mesmo históricos – conforme os princípios contemporâneos –, inevitavelmente vieram questionamentos sobre os motivos da existência da instituição-irmã. Um deles foi expresso, por exemplo, em 2001 pelo ex-diretor Carlos Rossato, que assinalou a fragmentação de documentos da mesma origem e natureza em locais distintos:

> (...) o princípio arquivístico da unicidade está sendo prejudicado no APRS, em função de que um mesmo fundo documental deva estar concentrado em um único arquivo e que é de suma importância para a compreensão do conjunto dos dados da mesma unidade administrativa.
>
> O arquivamento de parte dos documentos da mesma fonte geradora, em locais diferentes, como o que ocorre no Estado do Rio Grande do Sul, onde existe um Arquivo Público e um Arquivo Histórico, diferentemente de outros Estados da Federação, não só confunde o cidadão, como também dificulta a compreensão e o acesso a seus acervos. O que ocorreu na criação do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul foi a retirada de parte do acervo do APRS, sem nenhum critério técnico, fazendo com que, até hoje, existam documentos de um mesmo fundo separados fisicamente em dois prédios distintos e com administrações diferentes (Rossato, 2001, p. 54).

Rossato relatou, em entrevista para esta pesquisa, que um dos seus objetivos, ao criar o SIARQ, era a absorção do Arquivo Histórico pelo Arquivo Público.

> E aí nós colocamos o Arquivo Histórico dentro do sistema. Porque eu entendia que tinha que ter um arquivo único no Estado. Não podia ter dois arquivos no Estado. (...) E quem presidia a mesa era a Celina Moreira Franco. Que era muito amiga do… Muito amiga do governador Pedro Simon. Então estava o Pedro Simon, estava a Celina e estava eu. E o governador, ele não tinha lido o decreto. Não tinha lido o decreto. Mas a Celina tinha dito. E a Celina disse o seguinte. Rossato, tu vais te incomodar. Porque tu estás acabando com o Arquivo Histórico aqui nesse decreto. O que eu vou fazer? A minha intenção era essa mesmo! Bom, aí ela me disse. Vamos tirar esse parágrafo. E vamos deixar o Arquivo Histórico pra outra hora. Porque vai dar problema, sei lá. A Celina me pediu pra tirar. Aí nós tiramos.

> Na hora que foi lido, se tivesse a gravação da leitura do decreto, consta lá o Arquivo Histórico dentro do sistema. Mas na hora de publicar o decreto foi tirado.[554]

Houve antagonismo do diretor do Arquivo Histórico na ocasião, Francisco Riopardense de Macedo, que proibiu os funcionários do AHRS de participar de atividades do APERS. A isso se acresciam as condições precárias encontradas pelo Arquivo Histórico nos anos 1990, itinerante entre prédios sem condições de abrigá-lo. Excetuando a documentação da ditadura mencionada no capítulo anterior, movida por determinações superiores, a última grande mudança de custódias ocorreu em 1986 e 1987 – telegramas, documentação colonial e, sobretudo, livros de registros de sesmarias que haviam ficado no APERS. Se esse recolhimento, firmado pelo então diretor Cláudio Cirne Lima,[555] tinha lógica por dispor todas sesmarias e documentação de colônias de imigração no mesmo lugar, daquele momento em diante as instituições tiveram seu papel e lugar novamente objeto de reflexão e problematização.

Houve novas pretensões à unificação de ambos arquivos em 1996. Um abaixo assinado das servidoras do APERS, de 3 de maio de 1996, assim propunha, levando em conta serem "instituições afins e que poderão melhor cumprir seus objetivos em conjunto, mas temos algumas preocupações quanto ao processo mesmo de integração dos dois arquivos". Dentre essas preocupações estava a existência de diferentes meios de busca, que não poderiam ser integrados de imediato. Propunha-se a criação, em uma nova instituição, de um setor voltado "especificamente à realização de pesquisas, à orientação a pesquisadores acadêmicos e aos contatos com as instituições de ensino de História". Finalmente, considerava-se crucial a retomada do prédio da Junta Comercial (ver próximo subcapítulo) para abrigar a nova instituição, bem como a nomeação de historiógrafos.[556]

Há, no acervo da Memória Institucional do Arquivo Público, uma minuta de documento, de 7 de maio de 1996, sem destinatário, firmada por Rosani Gorete Feron, então diretora do APERS, Eloá Maria Possebon, sua substituta, e Vanessa Dutra, então diretora do AHRS. Possivelmente aquela peça não tenha nunca recebido encaminhamento, mas sua existência evidencia que aquela discussão estava no radar e traz os argumentos então considerados pertinentes:

> Justificativa para unificação dos Arquivos Público e Histórico do Rio Grande do Sul
>
> Em vista dos princípios administrativos da legalidade, racionalidade, conveniência e da atual conjuntura de racionalização da máquina administrativa a fusão dos dois Arquivos apresenta como uma necessidade.

---

[554] "uma outra coisa que eu tive que fazer, porque estava infestando todo o arquivo, era tirar aquela casa que tinha no meio do pátio do arquivo. Não sei se você viu foto dessa casa. Aquele casarão estava entulhado de coisa velha. Mesa, cadeira, armário. Máquina de escrever. Tudo que não prestava mais ia para aquele arquivo e era fechado lá dentro." Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.

[555] Lista de documentos em APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0068. Ofícios remetidos pela Diretora do AHRS, Rosamaria Coimbra Leite Costa, ao Diretor do APERS, Cláudio Cirne Lima, encaminhando listagem de material enviada pelo APERS ao AHRS. Ofício 105/1986, de 5/9/1986 e Ofício 013/1987 de 12/2/1987.

[556] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0068. Carta remetida pelos servidores do APERS ao Secretário da SAHR, Otomar Vivian, solicitando participação no processo de unificação do APERS e do AHRS.

> Acreditamos que a fusão das instituições produzirá entre outras vantagens:
> • a uniformidade de metodologia arquivística;
> • a sistematização e racionalização na conservação e restauração da documentação, bem como dos equipamentos entre os quais destacam-se os de informática;
> • a racionalização com os gastos administrativos;
> • a integração e complementação do quadro de pessoal técnico – arquivistas e historiadores;
> • maior conforto ao usuário em decorrência da reunião do patrimônio histórico documental em espaço único com desburocratização do acesso ao mesmo.
> Na expectativa de vermos atendidos os requisitos citados, subscrevemo-nos.[557]

No mesmo dia do documento supra, a diretora do AHRS emitiu um parecer favorável à fusão, propondo a criação de um "Arquivo Geral do Estado", aglutinando ambas as instituições. Para isso, uma vez mais se destacava a necessidade de incorporar o prédio III ao funcionamento da nova instituição. Dutra observava as dificuldades para manutenção do acervo do Arquivo Histórico, em virtude da "crise estrutural do Estado", a existência da Lei de Arquivos que propugnava a racionalização da gestão documental e, ainda, as prerrogativas do SIARQ/RS.[558]

Todavia, essa fusão e suas vantagens não foram consenso no seio da comunidade historiadora. Parte dela, capitaneada pela historiadora Véra Lucia Maciel Barroso e organizada em uma Associação eloquentemente denominada Eduardo Duarte, apresentou seu protesto. Em uma convocatória não datada para uma Assembléia Geral Extraordinária da AED, constava o caráter específico e peculiar de cada acervo, as metodologias organizacionais diferenciadas, a adequação dos meios de busca do AHRS e determinada "identidade histórica", que não deveria ser perdida.[559] O posicionamento de Barroso em prol da independência do AHRS era antiga. Aquela discussão já havia surgido em 1992, quando ela propôs ao SIARQ/RS, de forma um tanto quanto inviável – mesmo por questões de dimensões espaciais –, que o Arquivo Histórico se encarregasse da documentação permanente e o Arquivo Público da documentação intermediária.[560]

Por pressão da sociedade civil ou por motivos imponderáveis, aquelas discussões não avançaram e a proposta não prosperou. A "decisão salomônica" encontrada foi a assinatura, no ano 2000, de um protocolo de intenções entre as instituições partilhando aquilo que deveria compor o acervo de cada uma. Segundo narrou a servidora Maria Cristina Fernandes:

---

[557] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0068. Parecer emitido pela Diretora do APERS, Rosani Gorete Feron, pela Diretora Substituta do APERS, Eloá Maria Possebon e pela diretora do AHRS, Vanessa Dutra, sobre a unificação do APERS e do AHRS. s/d.

[558] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0068. Parecer emitido pela diretora do AHRS, Vanessa Dutra, sobre a unificação do APERS e do AHRS. s/d.

[559] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0068. Cópia da carta remetida pela Presidente da Associação Eduardo Duarte, Véra Lucia Maciel Barroso, aos sócios informando a decisão dos presentes em Assembléia Geral Extraordinária quando à unificação do APERS e do AHRS.

[560] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0006. Livro de atas do SIARQ. Ata de 8/10/1992.

> Houve um movimento de fazer uma definição de acervo, de cortes cronológicos, foi até assinado, talvez tu já tenhas encontrado, no nosso acervo, um documento chamado Protocolo de Intenções, foi um documento elaborado pelos técnicos do Arquivo e os técnicos do Arquivo Histórico, isso é anos 90, final de anos 90 eu acho. E esse protocolo de intenções trazia até um cronograma de execução, trazia intenções, vamos dizer que tais fundos documentais são do Arquivo Histórico, tais períodos são do Arquivo Histórico, tais são do Arquivo Público, mas isso não – ele foi, vamos dizer assim, executado o protocolo até um determinado período, assim, a gente teve equipes aqui do Arquivo que iniciaram o mapeamento, atingia só Poder Executivo…[561]

De fato, uma minuta de protocolo foi estabelecida em março de 2000, durante o governo estadual de Olívio Dutra (PT, 1999-2002), entre as diretoras Isabel Oliveira Perna Almeida (APERS) e Suzana Brochado da Rocha (AHRS). Segundo Isabel Almeida, na perspectiva de gestão participativa, estabeleceu-se uma agenda conjunta com a Associação Nacional de História (ANPUH) e a Associação de Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS). O documento, reproduzido no Anexo 6 da monografia de Isabel Almeida, 2005, assim estabeleceu:

- Documentos executivos de 1500 a 1824 deveriam ser levados do APERS ao AHRS, e documentação judiciária do mesmo período deveria percorrer o circuito oposto; todos eles deveriam receber, nas diferentes casas, o tratamento técnico de acordo com as normas do SIARQ/RS, bem como serem descritos de acordo com normas internacionais;
- Documentos públicos entre 1825 e 1889 deveriam seguir a mesma regra do período 1500-1824 e os procedimentos relacionados anteriormente;
- O conjunto dos documentos públicos entre 1889 e 1930 também deveriam ser intercambiados entre as instituições de forma a complementar os respectivos acervos, bem como ser tratados de acordo com as normativas do SIARQ/RS e ter a devida descrição de acordo com os critérios internacionalmente aceitos;
- O conjunto dos documentos públicos entre 1931 e 1968, sejam do Executivo Estadual, sejam do Poder Judiciário, deveriam ser encaminhados do AHRS ao APERS; novos recolhimentos também seriam direcionados à segunda instituição; todos eles deveriam receber o tratamento de acordo com o SIARQ/RS, salvo a elaboração das Tabelas de Temporalidade de Documentos que, neste caso, não se aplicavam; igualmente deveriam ser descritos conforme as normas necessárias;
- O conjunto dos documentos públicos posteriores a 1969 seriam recolhidos ao APERS conforme o PCD e a TTD em vias de elaboração (conforme visto, concluídas em 2007-2008), segundo os critérios da arquivística profissional, igualmente descritos;
- Acervos privados deveriam permanecer sob custódia e ser recolhidos ao AHRS; sua relevância seria avaliada por um colegiado, vinculado ao Arquivo Histórico, que

[561] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes a Rodrigo de Azevedo Weimer em 9 de abril de 2024.

fosse composto por representantes do Poder Público e por profissionais de Ciências Humanas e Sociais; deveriam ser devidamente descritos;

- Acervos de órgãos extintos ou desestatizados deveriam ser avaliados por uma comissão de diversos departamentos da SARH, incluído APERS e também AHRS.

O critério geral foi complementar as coleções das instituições que tivessem cada documento de uma forma mais volumosa, e a finalidade, facilitar o atendimento aos usuários, que saberiam os critérios sobre a qual instituição deveriam se dirigir. A definição foi encaminhada ao Secretário de Administração e dos Recursos Humanos, Marco Maia, em um memorando 102/1 de 21 de maio de 2001,[562] e apresentada publicamente no fim do segundo semestre de 2002 (Almeida, 2005, p. 69-70). Essas decisões, todavia, nunca foram levadas às últimas consequências, apesar de pequenos intercâmbios documentais. De fato, o protocolo ficou nas intenções, e, devido à reestruturação das secretarias de Estado realizada em 1958, o marco cronológico da preservação permanente do Executivo recuou àquele ano. Hoje, as relações entre as instituições encontram-se apaziguadas; todavia, as discussões sobre suas respectivas competências voltam de forma mais ou menos sutil a cada vez em que surge o recolhimento de algum acervo eventualmente considerado "histórico" por alguém.

Imagem 65 – Gestão de Isabel Oliveira Perna Almeida (1999-2002) com algumas concursadas empossadas em 1992



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia no servidor do Arquivo Público, no endereço: U:\PLANO-CLASSIFICACAO\2.6.1 Gerir o patrimônio documental\2016 Memória\2019.01.19 113 anos\2019.01.15 Exp.Prédios\2019.01.19 Apoio\2019.30.20 APERS 113 anos – Fotos – Apoio\Fotos antiga. À esquerda, na cadeira, Adriana Berwanger. Ao centro, de azul, Isabel. À direita, Aerta Grazziolli Moscon, Maria Cristina Kneipp Fernandes, Ana Maria Baptista e Fátima Leal (sentada).

[562] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0037. Memorando 102/1 de 21 de maio de 2001.

Imagem 66 – Festa de posse de Isabel Almeida, 21 de janeiro de 1999



Fonte: Acervo privado de Adriana Berwanger. Adriana Berwanger, Isabel Almeida, Ana Maria Baptista.

Imagem 67 – Festa de posse de Isabel Almeida, 21 de janeiro de 1999



Fonte: Acervo privado de Adriana Berwanger. Adriana Berwanger, Isabel Almeida, Fátima Leal e Maria Cristina Fernandes.

9.5 *Palácios de papel* em tombamento, restauro, retomada

> Senhor secretário:
>
> Solicito a Vossa Excelência providências cabíveis para o tombamento junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul do prédio do Arquivo Público do Estado, construído a partir do ano de 1910, em estilo neo-clássico.
>
> O pedido firma-se tendo em visa ser o único Arquivo de meu conhecimento, tanto nas Américas como na Europa, com uma edificação específica para a guarda de documentos, conforme anexo.[563]

[563] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0184, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

Dentre os méritos da gestão de Carlos Aléssio Rossato estão as providências para o tombamento do prédio do Arquivo Público, aspecto que também relatou em entrevista.[564] O processo iniciou sua tramitação em 5 de março de 1991 e, diante da juntada de estudos circunstanciados, recebeu despacho favorável e o tombamento foi publicado no Diário Oficial do Estado em 13 do mesmo mês. Para um trâmite assim bem sucedido e rápido certamente houve costuras prévias. Anexaram-se aos autos cópias do decreto de criação da instituição, do seu primeiro regimento, do relatório da SOP de 1911, do relatório de 1972, já tantas vezes mencionado neste livro, fotografias de 1910 e 1989, de clipagem de jornais, das escrituras de aquisição dos terrenos (o da Riachuelo e o da antiga Bailante) e de um parecer do IPHAE favorável ao tombamento. Esse parecer destacava a singularidade do prédio concebido como arquivo, ao mesmo tempo em que o inscrevia na paisagem do "complexo Ágora-Acrópole":

> Os prédios do Arquivo Público detém singular significação pois integram o conjunto de prédios público com destinação cultural, localizados no Centro Cultural da Capital tais como o Theatro São Pedro, Biblioteca Pública, Museu Júlio de Castilhos, Museu e Arquivo da Assembléia Legislativa, Museu de Arte, Museu de Comunicação Social e Casa de Cultura Mário Quintana.[565]

Foram diversas as tentativas de realização de obras de recuperação do prédio, desde antes do tombamento. Em 1989, ocorreu a reforma da fiação elétrica do prédio I, conforme ilustra a imagem 60. Em 1991, a então diretora Lenir Fernandes solicitou ao Diretor da Secretaria de Obras vistoria e conserto de infiltrações.[566] No ano seguinte, um dossiê levantou apuradamente os reparos a serem feitos.[567] Em 1993, a mesma gestora solicitou providências em relação a um muro em iminente queda.[568] A despeito de tentativas prévias de melhorar a preservação do patrimônio arquitetônico o que precipitou e catalisou uma grande reforma realizada em 2000 foi uma denúncia anônima protocolada junto ao Ministério Público.

Segundo uma publicação da própria instituição que, após a restauração, procurou registrar e fixar a memória das reformas, "parte do processo de restauração destes prédios históricos deveu-se a uma ação do Ministério Público Estadual que, desde 1996, cobrava providências do Poder Executivo para que o mesmo fizesse as obras necessárias, conforme o que determinava um projeto já existente" (discurso da diretora do Arquivo, Isabel Oliveira Perna Almeida na cerimônia de entrega da instituição, restaurada, à comunidade, In: Rocha, Lopes, 2002, p. 3-4). Na mesma obra, os autores ainda observam que a "de-

[564] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.
[565] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0184, Processo de tombamento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.
[566] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0182, Ofício 189/1991, 25/11/1991.
[567] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0182, Especificações técnicas para reparos e reformas, processo 01395-22.00/92.0.
[568] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0182, Memorando 175/1993, 3/12/1993.

núncia foi, na verdade, o impulso determinante para o início do processo de reestruturação. *Era a mobilização social frente a desatenção com seu Arquivo Público. Era a sociedade, denunciando e cobrando do poder público*" (Rocha; Lopes, 2002, p. 43. Grifos meus). Em algumas entrevistas que realizei, a denúncia foi atribuída a algum pesquisador em visita à instituição, mas evidentemente, pelo seu caráter anônimo, a autoria é de impossível apuração.

Mesmo que a denúncia já tivesse sido realizada no governo de Antônio Britto e algumas providências estivessem sendo encaminhadas no período de transição entre as diferentes administrações, coube à gestão do governador Olívio Dutra, sob a direção de Isabel, a consecução das reformas. Na referida publicação, foram registrados diversos depoimentos orais sobre o processo que então cumpria a construção de uma memória. Segundo o depoimento de Eduardo,[569] anteriormente havia cupins, traças, baratas e muitos ratos nos prédios. "Os ratos eram coisa horrivel. Tinha muito rato. Andavam muito na parte da Encadernação, sabe. Ali era o ninho deles. Então a concentração dos ratos foi ali".[570] A contaminação biológica incluía também insetos "E depois, tinha muito bicho, eu cheguei aqui, tinha muito, muita broca, muito bichinho, sabe. Eu tinha até medo de entrar naquele prédio lá, voava das janelas, voava na gente".[571]

Segundo o mesmo trabalho (Rocha; Lopes, 2002, p. 56), em 1999, no momento em que a Administração Popular (PT) ascendeu ao poder estadual, o projeto de restauração já se encontrava elaborado e licitado, estando sob apreciação da Junta Financeira do Estado. Pelo delicado momento de transição de governos, havia certa tensão e apreensão a respeito de se iria de fato adiante a reforma. Foi. Em depoimento para esta pesquisa, a então diretora Isabel expressou com orgulho – orgulho certamente compartilhado por todo corpo técnico –: "Por isso que eu digo que foi muito bom e cheio de desafios, porque nós fizemos todo o processo de reforma e de restauração com o Arquivo aberto. Nós nunca fechamos o Arquivo".[572] Entretanto, a questão que ficou era: como manter a eficiência do atendimento público em um contexto de obras (Rocha; Lopes, 2002, p. 59)? As gestoras e arquivistas da casa foram particularmente inventivas para dar conta desse enorme desafio.

Primeiramente, procurou-se por lugares alternativos para guardar os documentos enquanto se realizavam as reformas internas no prédio. De acordo com a arquivista Fátima Leal, a secretaria determinou que o acervo deveria ser transportado a um armazém do cais do porto. Ela foi com a diretora inspecionar:

> Tipo, vamos, mas já sabendo que não daria, né. Aquele telhado com isso aqui de furo e na beira da água. Imagina se pega essa inundação de agora [2024], tinha acabado com o

[569] A publicação, infelizmente, não registrou o nome completo dos participantes.
[570] Depoimento de Eduardo, in: Rocha; Lopes, 2002, p. 41.
[571] Depoimento de Maria Wilma, in: Rocha; Lopes, 2002, p. 54.
[572] Entrevista concedida por Isabel Oliveira Perna Almeida a Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de abril de 2024.

> Arquivo. (...) Mas, né, pra não desfazer os superiores fomos olhar. E daí então se resolveu que não tinha condições de tirar lá do Arquivo, porque era muita documentação, muita documentação frágil, né, que o transporte acabaria danificando mais ainda.[573]

Na sequência à sondagem mal-sucedida por depósitos do Estado, todos documentos do prédio 1 foram levados para o prédio 3, recém reapropriado, e isso exigiu uma perícia ímpar para, no processo de transporte, não confundir a ordem dos documentos. Renata Vasconcellos relatou:

> A maioria, é, mas foram os arquivistas que trabalhavam. E aí a gente tinha aquelas caixas de mercado de plástico, então a gente tirava uma prateleira e colocava uma etiqueta ali, de onde estava indo, tudo que estava ali dentro e para onde vinha aqui [prédio 3]. Aí vinha de lá, chegava que tinha outro grupo, pegava a etiqueta e botava no lugar certo.[574]

Com o prédio 3 repleto de documentos do prédio 1, chegou-se a um impasse quanto ao prédio 2, porque não havia espaço para esvaziá-lo também. O "ovo de Colombo" foi encontrado por Fátima Leal:

> Daí conversa daqui, conversa dali, não tem o que fazer, porque eles queriam colocar uma lona plástica em cima das estantes, e não ia adiantar. Porque cada vez que fosse acessar ali, tinha que abrir toda a lona, não tinha como trabalhar. Daí a gente estava conversando e eu falei: quem sabe a gente faz um caixote então? Daí que eles começaram a medir… Daí, com a lona, para não entrar tanta poeira por fora. O cadeado, porque tinha muito trânsito de funcionários, e pela segurança do acervo. Além da segurança de não entrar poluição, não entrar sujeira, ninguém entrar no acervo.[575]

Jorge Miranda foi trabalhador do Arquivo Público por 40 anos, estando na casa entre 1983 e 2023. Dentre outras atribuições, desempenhou a busca e rearquivamento de documentos. Ele lembra nitidamente da época em que os documentos foram encaixotados:

> O acervo dos prédios, principalmente do prédio 2, foi fechado, botaram uns tapumes fechados com cadeado. Quando a gente precisava acessar uma estante tinha que pegar a chave e abrir onde estava fechado com cadeado, aí depois para cá, porque estava fazendo a rede elétrica e a pintura. Então todos os acervos eram fechados com tapumes e com porta com cadeado (...). Claro que [a frequência à Sala de Pesquisa] deu uma diminuída. A gente explicou para o pesquisador o funcionamento, a gente deu uma diminuída, mas mesmo assim continuou o atendimento.[576]

[573] Entrevista concedida por Fátima Leal a Rodrigo de Azevedo Weimer, Róbson Machado e Luis Eduardo Grahl em 13 de novembro de 2024.
[574] Entrevista concedida por Renata Pacheco de Vasconcellos a Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de janeiro de 2024.
[575] Depoimento de Fátima Leal, in: Rocha; Lopes, 2002, p. 71-72.
[576] Entrevista concedida por Jorge Miranda a Rodrigo de Azevedo Weimer em 29 de janeiro de 2024.

Imagem 68 – Corredor do prédio 2 “encaixotado” durante as reformas



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia no servidor do Arquivo Público, no endereço: U:\PLANO-CLASSIFICACAO\2.6.1 Gerir o patrimônio documental\2016 Memória\2019.01.19 113 anos\2019.01.15 Exp.Prédios\2019.01.19 Apoio\2019.30.20 APERS 113 anos – Fotos – Apoio\Fotos antigas.

Imagem 69 – Arquivo Público em obras, 1999-2000



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia no servidor do Arquivo Público, no endereço: U:\PLANO-CLASSIFICACAO\2.6.1 Gerir o patrimônio documental\2016 Memória\2019.01.19 113 anos\2019.01.15 Exp.Prédios\2019.01.19 Apoio\2019.30.20 APERS 113 anos – Fotos – Apoio\Fotos antigas.

Imagem 70 – Arquivo Público em obras, 1999-2000



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia no servidor do Arquivo Público, no endereço: U:\PLANO-CLASSIFICACAO\2.6.1 Gerir o patrimônio documental\2016 Memória\2019.01.19 113 anos\2019.01.15 Exp.Prédios\2019.01.19 Apoio\2019.30.20 APERS 113 anos – Fotos – Apoio\Fotos antigas.

As obras demoraram mais do que inicialmente estimado, tendo início em setembro de 1999 e final no início de 2001. “O que era temporário, foi temporário, mas teve um longo tempo de duração…” (Rocha; Lopes, 2002, p. 79). A cerimônia de entrega do Arquivo à sociedade foi empreendida em junho daquele ano, em uma ocasião em que a sociedade foi chamada a conhecer internamente o Arquivo Público.

> Olha, foi uma coisa muito emocionante, porque a forma que a gente resolveu que iríamos celebrar a restauração e reforma do Arquivo, seria abrindo as portas do Arquivo, com o Arquivo todo reformado, restaurado. E nós, toda a equipe do Arquivo, em postos diferentes, então a gente fez todo um roteiro, tipo assim, um pouco de educação patrimonial, foi a ideia. Então, das pessoas circularem lá por dentro, nós conseguimos mandar fazer blusão para o Arquivo, então nós todos, devidamente, nós todos, não, eu não estava, eu estava de diretora, visto de diretora, mas todos com blusão, e explicando o que foi feito – não, depois teve…– depois foi genial, depois teve uma festa, teve banda e tal, mas acho que essa não foi necessariamente a parte mais, a parte mais era nós, porque tinha, teve todo um envolvimento, um cansaço também, uma dedicação que, mais de dois anos, e ter que fazer tudo aquilo, e depois, também fizemos tipo um filme, um pequeno projetado, contando o que o Arquivo fazia, sempre, então acho que isso foi uma coisa interessante, porque não era um clima meu, era nosso… tipo… conheça o nosso Arquivo, então acho que isso foi uma coisa muito emocionante.[577]

Olívio Dutra fez-se presente, o que foi ressaltado em mais de uma entrevista. Por exemplo, na de Fátima Leal:

> Ele foi o único governador que foi lá enquanto eu estive lá, vai, foi uma festa, assim, foi muito legal, a Isabel toda produzida, maquiada, e nós também, não, a gente tava todo mundo de uniformezinho, camiseta preta, com o logo do Arquivo, mas era todo mundo feliz porque alguém tinha nos dado importância, tinha nos valorizado a ponto de poder reformar os prédios, ir pessoalmente, porque muitas vezes nem secretários nunca foram lá, imagina a presença de um governador pra nós.[578]

[577] Entrevista concedida por Isabel Oliveira Perna Almeida a Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de abril de 2024.
[578] Entrevista concedida por Fátima Leal a Rodrigo de Azevedo Weimer, Róbson Machado e Luis Eduardo Grahl em 13 de novembro de 2024.

Imagem 71 – Reinauguração do Arquivo Público, 26 de junho de 2001



Fonte: Autoria desconhecida. Acervo privado de Adriana Berwanger.

No fim da primeira década do século XXI, a Fundação Theatro São Pedro edificou, ao lado do Arquivo Público, um Multipalco com salas de música, concha acústica, estacionamento e restaurante. Infelizmente, durante esse processo o prédio recentemente restaurado foi danificado por rachaduras decorrentes do uso de explosivos. Na ocasião, o *slogan* do Multipalco era “ajude a construir o Multipalco”, o que era complementado, ironicamente, pelos pesquisadores que frequentavam a casa: “e a destruir o Arquivo Público”...

Imagem 72 – Escadaria do Arquivo Público antes da construção do Multipalco, 2009



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia no servidor do Arquivo Público, no endereço: U:\PLANO-CLASSIFICACAO\2.6.1 Gerir o patrimônio documental\2016 Memória\2019.01.19 113 anos\2019.01.15 Exp.Prédios\2019.01.19 Apoio\2019.30.20 APERS 113 anos – Fotos – Apoio\Fotos antigas.

Imagem 73 – Escadaria do Arquivo Público, com rachaduras, depois da construção do Multipalco, 2013



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia no servidor do Arquivo Público, no endereço: U:\PLANO-CLASSIFICACAO\2.6.1 Gerir o patrimônio documental\2016 Memória\2019.01.19 113 anos\2019.01.15 Exp.Prédios\2019.01.19 Apoio\2019.30.20 APERS 113 anos – Fotos – Apoio\Fotos antigas. Entrevista concedida por Adriana Berwanger a Rodrigo de Azevedo Weimer em 26 de março de 2024.

Reformas mais parciais foram realizadas no prédio 3, que, conforme visto no capítulo V, vinha sendo ocupado por diversas instituições ao longo do século. Assim sendo, entre 1992 e 2000 as servidoras da casa trabalharam em condições inadequadas.

> Esse prédio que a gente chama do Conjunto Arquitetônico Prédio 3, são os dois pavilhões e mais esse, era ocupado por outra instituição pública, então nós não tínhamos a mínima condição de trabalho. Ou ficava num espacinho minúsculo, ocupado pela direção e o suporte administrativo, e nós acumulados nos espaços minúsculos que restavam ali, ou a gente trabalhava dentro do acervo, que não é a condição adequada, o acervo deve ficar fechado e com o mínimo de circulação de pessoas, e nós tínhamos que trabalhar ali, e nós não tínhamos nada, nós não tínhamos nem uma mesa individualizada, nós usávamos uma mesa grande, coletiva, e todos tinham que trabalhar ali, então exigia muita tolerância, muita vontade, muito esforço de ter um trabalho de qualidade naquelas condições.[579]

Em 1989, Rossato formalizou uma solicitação para devolução do prédio frontal à Riachuelo.[580] Em entrevista, o ex-diretor reproduziu um diálogo estabelecido na ocasião com o diretor da Junta Comercial: “Esse prédio é meu. Vocês vão ter que, uma hora ou outra, sair. Aí, então tá, então… A gente fala assim, então faz um documento. Pedindo o prédio. Que vai nos ajudar a desistir assim. Aí eu fiz o movimento da Secretaria. Tendo em vista o sistema, a documentação. Fica difícil, olha lá. Precisamos do prédio”.[581]

Entretanto, a retomada só ocorreu cerca de uma década após, quando houve rumores de que a Junta Comercial, que até então estava instalada no prédio do Arquivo Público, iria abandoná-lo. Sem prejuízo das articulações empreendidas pela então diretora Isabel junto ao Secretário Jorge Buchabqui, as servidoras literalmente ocuparam o prédio quando ocorreu a saída daquele órgão. O objetivo era impedir que o prédio fosse, uma vez mais, destinado a outros fins que não seu objetivo inicial:

> Em julho de 99, a gente ocupou o prédio aqui. Chega a notícia de que a Junta tinha concluído a mudança deles, e a Isabel, na época, era nossa diretora. A Isabel chegou lá – hoje é no nosso auditório – e disse: “Gente, é pegar cadeira e mesa e vamos…” Aí a gente veio assim, tipo formiguinha, entrando nas salas e largando mesa, cadeira, aí já tínhamos alguns computadores, instalando computador, para não correr o risco de ninguém querer, de o prédio ficar vazio, e alguém querer vir ocupar de novo, né?[582]

As condições encontradas foram precárias:

> Isso aqui era um escombro, era um horror isso aqui. De cima à baixo era tinhoso. Simplesmente cada um arregaçou as mangas e… As escadas, eu nem te conto, porque, o que a gente subia e descia, mas era um monte de vezes. Não tinha elevador, eram os três andares, toda hora, sobe e desce, sobe e desce. Tu imagina nós subindo as escadas com aqueles mesões antigos, que pesavam não sei quantos quilos. Foi um caos daquele para nós conseguirmos. O que nós não conseguíamos trazer pelas escadas, nós trazíamos pelas

[579] Entrevista concedida por Adriana Berwanger a Rodrigo de Azevedo Weimer em 26 de março de 2024.
[580] Entrevista com Carlos Aléssio Rossato em 2006, Disponível em: https://arquivopublicors.wordpress.com/2012/03/21/apers-106-anos-por-carlos-alessio-rossato/. Acesso em: 13 jan. 2025.
[581] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.
[582] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes a Rodrigo de Azevedo Weimer, 3 de abril de 2024.

> cordas, puxando três, quatro caras, puxando as cordas para poder subir as mesas pra cima. Cuidando tudo, senão despencava pra baixo e quebrava o resto.[583]

Ainda que o prédio 3 fizesse parte do conjunto arquitetônico tombado em 1991, não foi possível dar a ele a mesma atenção em termos de reforma e restauração, "foi passado só um verniz nele assim, e pintado externamente".[584] Ainda assim, a reforma realizada em 1999-2000 só foi possível em função da retomada do prédio 3, visto que, caso contrário, não teria sido possível esvaziar o prédio 1.

Rocha e Lopes (2002, p. 87-88) destacaram o simbolismo da retomada do prédio, em termos da retomada de "resgate" de um "patrimônio institucional da comunidade rio-grandense" e também de seu impacto na "mentalidade" das servidoras, que viram fortificada sua autoestima como profissionais, já que até então se trabalhava em condições inapropriadas e mesmo insalubres.

Imagem 74 – Arquivistas do concurso de 1991 trabalhando no prédio de acervo



Fonte: Autoria desconhecida. Fotografia no servidor do Arquivo Público, no endereço: U:\PLANO-CLASSIFICACAO\2.6.1 Gerir o patrimônio documental\2016 Memória\2019.01.19 113 anos\2019.01.15 Exp.Prédios\2019.01.19 Apoio\2019.02.14 113 Anos Prédio II. Da esquerda para a direita: Renata Pacheco de Vasconcellos, Aerta Grazziolli Moscon, Fátima Leal e Fátima Gazen.

[583] Depoimento de Miguel, in: Rocha; Lopes, 2002, p. 71-72.
[584] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes a Rodrigo de Azevedo Weimer, 3 de abril de 2024.

CAPÍTULO X

O Arquivo Público em perspectiva histórica

10.1 Os remédios para todos os males

> Faça como um velho marinheiro
> Que durante o nevoeiro leva o barco devagar
> Tá legal, eu aceito o argumento
> (Paulinho da Viola – Argumento – 1975)

Conforme sói acontecer, periodicamente surgem "ideias brilhantes", panaceias que são tidas como a solução de todos os problemas arquivísticos. Hoje se aposta na digitalização e na disponibilização *on-line*; porém outrora a grande onda era a microfilmagem de documentos. Talvez possamos extrair, com essa experiência, aprendizados que nos levem a posicionamentos mais críticos em relação a respostas fáceis para problemas complexos.

Conforme visto no capítulo V, a microfilmagem foi proposta ainda na gestão de Manoelito de Ornellas e foi tida como uma forma de garantir a reprodução de documentos de modo a possibilitar a eliminação do suporte papel, liberando espaço nas edificações. O Arquivo Público tornar-se-ia o "um dos mais modernos da América do Sul".[585] Todavia, sua consecução só ocorreu na gestão posterior, de Miguel Bertini Costa. Em 1957, iniciou-se a microfilmagem em caráter experimental.

Imagens 75 e 76 – Início experimental do sistema de microfilmagem

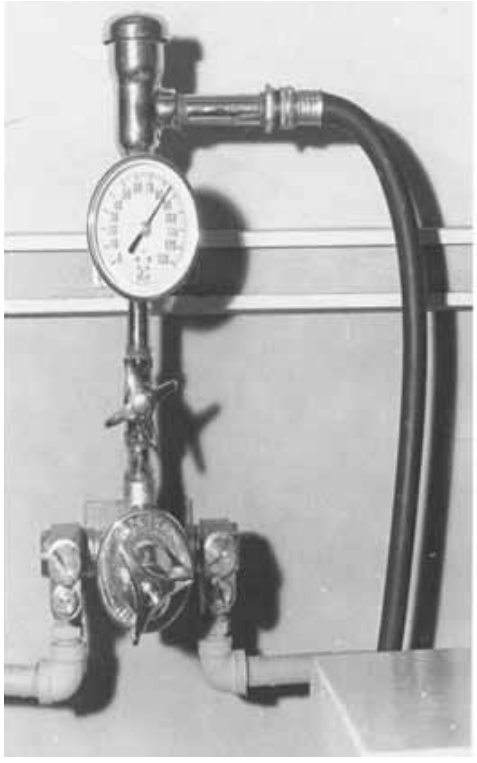


[585] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0028, relatório de 1947.



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, Acervo Intermediário, Caixa de fotos. Na primeira foto, da esquerda para a direita, o ex-diretor Manoelito de Ornellas, o técnico em fotografia Duílio Severino e o diretor Miguel Bertini Costa.

Imagem 77 – Maquinaria relacionada ao processo de microfilmagem



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, Acervo Intermediário, Caixa de fotos.

Talvez devido às irregularidades ocorridas no início dos anos 1960, as microfilmagens só tiveram seguimento na gestão de Henrique Canísio Vogel. Um relatório firmado por Duílio Severino em 1965 observava que a microfilmagem serviria para a publicação de documentos históricos e para sua reprodução para estudos científicos. Teria o condão de possibilitar a circulação de documentos esparsos "pelos arquivos do mundo", e propunha uma comissão para selecionar documentos a microfilmar, levando em conta a) preservação; b) publicação; c) expurgo; d) produção de cópias. Entretanto, não perdeu o autor do relatório oportunidade para espezinhar as direções anteriores, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo malogro de iniciativas pretéritas.

> Os meios de controle e busca do material arquivado são elementares e executados por pequena equipe de funcionários que seguem a mesma rotina de há 60 anos. De então para cá o Arquivo tem funcionado ora sob uma direção paternalista, ora autocrática, fatos esses que ensejam uma série de ocorrências indesejáveis, numa repartição da envergadura de um Arquivo Oficial.[586]

Em outubro do mesmo ano, um mês depois da reportagem que, como vimos no capítulo 8, propugnava a microfilmagem como solução dos problemas do Arquivo Público, metonimizados nos pardais, Severino publicou, no *Jornal do Dia*, um texto de teor semelhante ao citado, no qual propunha que a microfilmagem deveria servir para produzir cópias de documentos que, assim, poderiam ser eliminados.[587] No ano seguinte, em seu relatório, o mesmo técnico propunha a manutenção dos acervos executivos – a microfilmagem deveria ser feita "unicamente como medida de preservação" – mas a incineração da documentação do Judiciário, uma vez microfilmada, que ultrapassasse feitos prescritos havia mais de 50 anos. Graças ao bom Deus, essa proposta não prosperou.[588]

Seja como for, naquela primeira gestão do governo militar houve uma tentativa de retomada do processo de microfilmagem. As seguintes fotos, datadas provavelmente de 1967, evidenciam o prestígio dessas iniciativas de modernização, que contaram com a presença do governador Walter Peracchi Barcellos, eleito por voto indireto e, tal como dez anos antes, contando com a presença de um ex-diretor.

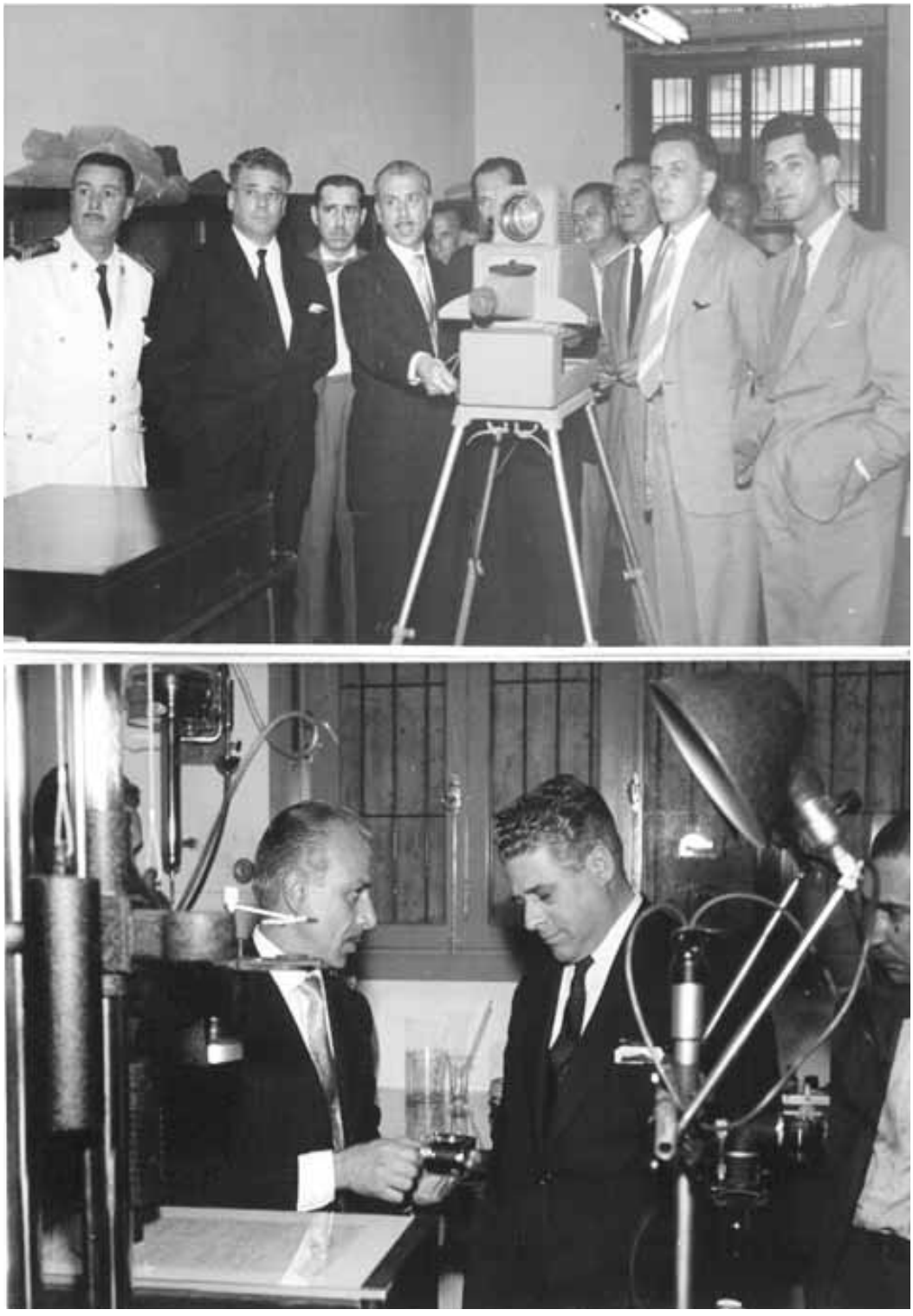
[586] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0002. Processo 1.376/1965.
[587] HDBN, *Jornal do Dia*, 15/10/1965.
[588] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0002. Processo 1.623/1966.

Imagem 78 – Retomada da microfilmagem em 1967



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, Acervo Intermediário, Caixa de fotos. Duílio Severino, Miguel Bertini Costa e Walter Peracchi Barcellos.

Imagens 79 e 80 – Retomada da microfilmagem em 1967



Fonte: APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, Acervo Intermediário, Caixa de fotos.

As iniciativas de modernização adquiriram destaque na mídia impressa. Ainda no fim dos anos 1950, em fevereiro de 1958, o colunista Bolívar Grisólia, do *Diário de Notícias*, havia divulgado que a microfilmagem poderia resolver os problemas de espaço do "vetusto Arquivo Público", desde que contornadas algumas dificuldades operacionais:

> O Laboratório de Microfilmagens será, então, a única solução possível [para a falta de espaço]. Sua aplicação, entretanto, apresenta algumas dificuldades. Alguns documentos, mesmo depois de microfilmados, não podem ser queimados. É o caso dos documentos oriundos do Poder Legislativo. Por outro lado, para o arquivamento dos microfilmes seria necessária a codificação dos documentos pelo Sistema Holeritz, de difícil aplicação, mas o que existe de mais perfeito atualmente. É o mesmo sistema usado no serviço mecanizado do Tesouro do Estado e no Departamento Estadual de Estatística.[589]

Da mesma forma, em 12 de outubro de 1970, uma reportagem no jornal Zero Hora trazia a sensacionalista manchete de que "Arquivo Público trocará môfo pela microfilmagem". Segundo a reportagem, o "mais moderno sistema de microfilmagem do Brasil", que levara três anos para ser adquirido e custara 100 mil cruzeiros, agora daria solução a dois problemas: a) aceleraria a emissão de certidões, porque elas passariam a poder ser feitas "quase que instantaneamente"; b) "há ainda o problema de espaço que é consideravelmente reduzido com o arquivalente [sic] através de microfilmes".[590] Ideias dessa natureza, conquanto se apresentem como brilhantes, não são nada originais.

> No que diz respeito a órgãos públicos detentores de acervos, é comum se propor a microfilmagem como maneira de descartar os papéis originais, em uma concepção errônea e bastante perigosa, que deve ser combatida. Nunca se destroem documentos de valor histórico, permanente, mesmo que haja cópia em outro suporte (Bacellar, 2015, p. 58).

Conforme visto no capítulo VIII, no regime ditatorial instaurado em 1964 ainda planejou-se a construção de um novo pavilhão, nunca executado, e no IX, na gestão de Rossato foram tomadas algumas iniciativas importantes de retomada da microfilmagem.[591]

> Eu acho que na década de 50, 60, teve um primeiro laboratório, até tem fotos da inauguração, o primeiro laboratório de microfilmagem do Arquivo Público, o seu Duílio era um funcionário aqui, depois a gente até conheceu ele, hoje eu ainda não sei se ele é vivo, mas durante um tempo ainda ele frequentou o Arquivo. E aí depois na década de 80 eu acho, volta essa ideia de microfilmagem, aí já tem microfilmadoras mais modernas e… Talvez até seja na gestão do Rosato que volta, eu não sei bem quando é que volta, porque quando eu entrei aqui já tinha isso.[592]

Maria Cristina Fernandes bem observou que hoje em dia a digitalização substituiu a microfilmagem como grande panaceia para preservação e disponibilização de documentos.[593] Depois da Lei de Arquivos de 1991, porém, a destruição de qualquer documento permanente deixa de ser meramente inadequada para tornar-se ilegal, passível de san-

[589] HDBN, *Diário de Notícias*, 17/2/1958.
[590] Acervo Privado de Henrique Canísio Vogel. *Zero Hora*, 12/10/1970.
[591] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0006. Documentos esparsos do SIARQ/RS.
[592] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes a Rodrigo de Azevedo Weimer, 3 de abril de 2024.
[593] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes a Rodrigo de Azevedo Weimer, 3 de abril de 2024.

ção administrativa, civil ou penal. Houve, em 1999, 2007 e 2012, projetos tendentes a estabelecer a equivalência entre documentos certificados digitalmente e seu original físico, que dessa forma poderiam ser eliminados. Essas iniciativas, porém, não foram adiante (Cougo Júnior, 2020, p. 381-384). Além disso, veremos em seguida, a preservação de documentos digitais não é dada. Desconhece-se a sua duração e os riscos envolvidos de perda de informações em longo prazo. Pelo contrário, exige uma série de cuidados complexos que o Arquivo Público tem tomado. Mais que uma solução mágica, a preservação digital é um aspecto a ser avaliado e lidado de forma prudente, sendo apropriada aos documentos nato digitais.

O fim da aventura dos microfilmes é bastante melancólica. “Aqui no Arquivo foi frustrante (...). Os microfilmes estão ali na sala de segurança. Não tem muito, não temos a leitora. Não adianta ter o microfilme e não ter a leitora.”[594] Nessa sala, se deterioram. Reações químicas dos filmes sem uso ou precauções de preservação produzem ácido acético.

> As mídias analógicas – como fotografia, fita de áudio, disco de vinil e filme – tornam o problema da conservação em arquivo muito pior do que as mídias impressas. Tanto pela sua organização interna – pouca redundância e alta densidade de dados – quanto pela característica de seus materiais – mudanças químicas alteram as características mecânicas –, essas mídias exigem medidas de conservação completamente diferentes (Assmann, 2011, p. 379).

Décadas de investimento na microfilmagem como “remédio para todos os males” e aposta do futuro foram, literalmente, pro vinagre. Até onde se saiba – não existem condições de identificar os documentos microfilmados – ali estão copiados os documentos do Registro Civil que, para alívio de todos, estão intactos no primeiro andar do prédio 3. Novamente, salvo outras informações, não foram realizadas eliminações de documentos físicos com base no argumento de estarem microfilmados – a não ser que esse tenha sido o caso das 73 toneladas, vimos no capítulo 8, eliminadas em 1964. Ocorreram propostas nesse sentido a partir dos anos 1960, inclusive da parte de servidores bastante comprometidos com a instituição e suas finalidades, como é o caso de Duílio Severino. Pode provocar arrepios no historiador e no arquivista de hoje uma notícia como esta, divulgada no *Diário de Notícias* em 1965:

> Especial atenção dedicou o sr. Solano Borges [Secretário do Interior] ao plano de microfilmagem de documentos que virá solucionar definitivamente o problema da falta de espaço no arquivo estadual, uma vez que os cinco mil livros de compra e venda dos sete tabelionatos porto-alegrenses, por exemplo, após serem submetidos a tal processo, caberão em apenas meio cofre.[595]

Dessa maneira, os documentos se preservaram no Arquivo Público *malgré lui-même.* A instituição teve mais sorte que juízo: existiram, de fato, políticas que visavam à elimina-

[594] Entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes a Rodrigo de Azevedo Weimer, 3 de abril de 2024.
[595] *Diário de Notícias*, 25/2/1965. Acervo privado de Henrique Canísio Vogel.

ção de documentos em suporte papel que não se efetivaram, hoje somos gratos, mais por falta de eficácia no processo de microfilmagem do acervo do que propriamente por uma ideia de preservação física da documentação. Desde a lei de arquivos 8.159/91 está assegurada a preservação de documentos permanentes no seu suporte de produção.

Concluo este subcapítulo com um trecho da entrevista com o arquivista Juliano Silva Balbon, que traz à reflexão a necessidade de políticas de manutenção do acervo de microfilmes, ou de eventuais suportes digitais. O entrevistado apresenta a possibilidade de eliminação de documentos intermediários de guarda longa a partir de uma lei promulgada no governo de Jair Bolsonaro:[596]

> Em 2019 saiu a Lei de Liberdade Econômica do Governo Federal, e a partir dessa Lei de Liberdade Econômica saiu uma regulamentação da digitalização, em 2020, ali, pelo decreto 10.278 de 2020, permitindo a possibilidade de eu digitalizar documentos com objetivo, geralmente documentos de guarda-longa, né? Não documentos de dois anos que eu posso guardar, ou cinco anos que depois eu posso eliminar. Documentos de guarda-longa, documentação *intermediária* de guarda-longa, que eu posso, depois do processo de digitalização, eliminar. Então, por exemplo, assim, é uma pasta funcional de um servidor, uma folha de pagamento, uma ficha financeira, ou um documento, assim, que pague na aposentadoria da pessoa, né? Que é 50 anos para cima e tal, então essa regulamentação permite, à medida que eu passo por um processo de digitalização, atendendo aos requisitos da regulamentação, aliás, 10.278, eu posso eliminar. Só que nessa regulamentação da digitalização, com viés de eliminação, tem vários requisitos que eu tenho que atender. E um dos requisitos é ter um repositório digital arquivístico confiável. Não é simplesmente colocar esses objetos digitais depois de um processo de scanner, né? Digitalização, colocar num CD, num drive, na nuvem e tal. Então, ele tem uma série de requisitos para se atender à digitalização.[597]

Entretanto, esses procedimentos aplicam–se à documentação de caráter intermediário, não tendo validade para acervos permanentes.

> **Rodrigo:** Uma coisa que a gente se deparou bastante na pesquisa foi a questão da microfilmagem, que era o grande futuro da arquivística, do arquivamento, e no fim tudo virou vinagre. Então o que eu queria te perguntar é se tem, fazendo uma pergunta bem de leigo, se tem alguma discussão sobre a estimativa de duração desses documentos digitais? Se essa é uma preocupação de vocês, se essa discussão é feita por vocês?
>
> **Juliano:** Na verdade a discussão, ela é feita na medida que a gente está falando sobre o Repositório Digital Confiável. A ideia do repositório, eu vou falar aqui RDC-Arq (...), o RDC-Arq serve para manter permanentemente, por exemplo, documentos digitais, natodigitais. Ele veio primeiro com uma ideia de documentação permanente,
>
> porque hoje tem produzido muita documentação natodigital permanente. Então o RDC-Arq, o principal objetivo dele, inclusive é preservar pelo tempo que for necessário.
>
> **Rodrigo:** Permanentemente?
>
> **Juliano:** Permanentemente, porque por exemplo, se tem um documento histórico que de acordo com a tabela temporalidade, esse documento é permanente, então tem que criar

[596] Em realidade, a lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, reforma legislação anterior de modo a ressalvar apenas, a documentação "de valor histórico", que deve ser entendida, é claro, como todo acervo permanente, termo, contudo, omitido no diploma.

[597] Entrevista concedida por Juliano Silva Balbon a Rodrigo de Azevedo Weimer, 22 de janeiro de 2025. Grifo deste autor.

[598] Entrevista concedida por Juliano Silva Balbon a Rodrigo de Azevedo Weimer, 22 de janeiro de 2025.

> mecanismos que daqui a um PDF hoje possa ser lido, se ele é permanente obviamente, possa ser lido daqui a mil anos. Então a ideia, o objetivo principal do RDC-Arq é isso, porque ele vai evoluindo, ele faz a questão de migração, ele vê a questão de atualização de extensões, então a ideia é que ele seja um arquivo público digital permanente e fazendo todas essas migrações e atualizações de extensões *ad eternum* até que a gente consiga preservar permanentemente.
>
> **Rodrigo:** Mas agora eu vou ser um pouquinho chato, porque na época do microfilme o pessoal também achava que ia ser permanente aquilo.
>
> **Juliano:** Por isso que é política pública. Tipo assim, vamos microfilmar tudo, mas teve manutenção desses microfilme depois disso? Não era simplesmente colocar numa sala normal, como em Porto Alegre, que é uma cidade super úmida, isso tem que ter manutenção de controle de temperatura, controle de umidade, manutenção, leitoras, que às vezes vão ser, como é que se diz a palavra, hoje pode ser uma leitora e depois de um tempo não se consegue vender mais, tem que ter manutenção, vêm novas leitoras mais modernas, se não tem investimento…
>
> **Rodrigo:** É um investimento caro.
>
> **Juliano:** E a própria atividade digitalização que agora também vai lá, vamos digitalizar tudo porque está tudo resolvido, digitalizar tudo e colocar num CD como até dez anos atrás se fazia, colocava num CD no HD externo, hoje esse CD não se abre mais. Se eu tenho uma manutenção, uma migração de suporte, é isso.[598]

Evidentemente, tais procedimentos não são válidos à documentação de caráter permanente em suporte papel, porque sua eliminação é ilegal desde 1991. A história do Arquivo Público evidencia que mesmo as políticas públicas perseguidas com maior afinco e determinação podem não ter continuidade na sucessão das gestões públicas. Assim sendo, e não é isso que Balbon propõe, nem mesmo as mais perfeitas condições de preservação de microfilmes ou de arquivos digitais poderiam dar azo à destruição de acervo permanente, no suporte que for.

10.2 Uma possível casa suspeita

No dia 5 de julho de 1958, Vítor* foi recolhido à Casa de Correção "visto ter sido preso em flagrante delito de homicídio, fato ocorrido no interior do prédio do Arquivo Público". Fugou da instituição em 18 de janeiro de 1961 e foi capturado novamente em 16 de junho do mesmo ano. Faleceu na prisão em 15 de dezembro de 1965.[599] Pouco se sabe sobre o tétrico episódio, além do fato de que sua vítima, Dolores*, tinha com ele um conturbado relacionamento afetivo, segundo as folhas da capital mais sedentas por casos picantes. Na ocasião em que se encontrava foragido:

> Como se recorda, Vítor*, abateu a tiros de revólver no interior do Arquivo Público, na rua Riachuelo, há mais de dois anos, a sua amante Dolores*. Preso em flagrante, Vítor* foi conduzido para a "Casa de Correção", onde vinha se mantendo com bom comportamento, o que – diga-se – valeu lhe a permissão para sair à rua a fim de tratar assuntos de interesse.[600]

[599] APERS, Acervo Executivo, SUSEPE, Departamento de Segurança e Execução Penal, prontuário 16.267.
[600] HDBN, *Jornal do Dia,* 22/3/1961.

Conforme declarou à imprensa, Vítor* achava-se "terrível irremediavelmente apaixonado" por sua vítima. Também disse que a morte não fora premeditada. Como usualmente se justificavam os feminicídios, o homem apresentou-se como vítima dos encantos de uma mulher por quem sentia ciúmes que faziam-no abrir mão de sua racionalidade e desferir-lhe tiros.

> Seu ato fora fruto de um *clímax* de violento conflito emocional. Era verdade que, cego de aflição, havia seguido [Dolores*] até o Arquivo Público. Mas não tivera o impulso de matar, se não quando a viu falando, rapidamente, com um homem para ele desconhecido, e penetrar no edifício que, ele, na sua cegueira, confundiu com uma possível casa suspeita.[601]

Responsabilizando, como era de se esperar, sua vítima, Vítor* expressou as seguintes palavras a respeito de Dolores*:

> numa atitude coquete, num momento correspondia ardentemente aos seus transportes amorosos para, no momento seguinte, sem transição justificável ou compreensível, mostrar-se distante, fria e cruel. Então ela era mordaz, irônica, procurava feri-lo de todos os modos.[602]

Ocorre, porém, que o assassino separou-se de uma outra mulher, sua legítima esposa, "depois de ameaçá-la de morte ou, mesmo, tentá-la matar".[603] Se esse elemento sugere reincidência de tendências feminicidas, outro aspecto pode representar algum grau de premeditação, afinal a moça casaria em 28 de agosto com um dentista, sendo que o crime ocorreu em 4 de julho de 1958, quer dizer, menos de dois meses antes do malfadado matrimônio.[604] Ainda que todo esse drama nada tivesse a ver com as rotinas administrativas do Arquivo Público, que só foi um cenário para o sucedido, veio a alimentar certo folclore institucional quanto à presença de assombrações no prédio de acervos. Dessa maneira, ainda que se tratasse de uma gestão do período associado ao "abandono" da instituição, nesse caso o assassinato nada teve com eventuais negligências da gestão. Infelizmente, esse não foi o primeiro assassinato ocorrido no interior do Arquivo Público.

Em 1925, portanto no período áureo do órgão, Francisco Carlos de Lemos desferiu uma facada em Braz Corrêa Lima "por questão de serviço". O homicídio de mais de três décadas antes, então, foi resultado de uma desinteligência entre funcionários que eram concunhados e vinham de rixa havia tempo.[605] O processo-crime resultante está custodiado pela própria instituição. A causa foi, aparentemente, banal, relacionada a miudezas da rotina de trabalho. Segundo uma testemunha no auto de flagrante delito lavrado em 6 de abril,

> havendo dúvida se devia ou não subordinar à sorte a distribuição de autos, consultado o Dr. Eduardo Duarte, chefe dessa seção, este foi de opinião que tratando-se de um serviço rápido deveria distribuir-se pela ordem já convencionada; que Francisco Carlos de Lemos

[601] HDBN, *Diário de Notícias,* 8/7/1958. Provavelmente, tratava-se da então casa administrativa na rua Riachuelo. Nem o mais cego dos ciumentos seria capaz de confundir os prédios de acervo com um lumpanar.
[602] HDBN, *Diário de Notícias,* 8/7/1958.
[603] HDBN, *Diário de Notícias,* 4/9/1958.
[604] HDBN, *Diário de Notícias,* 10/7/1958.
[605] HDBN, *A Federação,* 6/4/1925.

> divergindo daquela opinião expendia os motivos em que se apoiava para isso, falando ao declarante quando Braz Correa Lima também dirigindo-se ao declarante reafirmou a opinião do Dr. Eduardo Duarte; que, entrando então em ligeira discussão Correa Lima com Francisco Carlos de Lemos, que já eram desafetos, travaram-se de luta indo um em encontro do outro, resultando disso sair o primeiro com um ferimento de faca na região umbilical esquerda.[606]

Não se sabe exatamente quando a vítima veio a óbito, mas o auto de necrópsia foi lavrado a 19 de abril, o que indica que ele sobreviveu por algum tempo após o dano. Segundo a denúncia oferecida pela promotoria, o episódio ficou conhecido como "caso do Arquivo Público". De acordo com a mesma peça, a vítima vinha fazendo ameaças ao autor e chegara a desafiá-lo para um duelo. Em função desse histórico de provocações, em 4 de setembro o juiz de comarca decidiu pela não pronúncia do réu.[607]

10.3 Uma instituição centenária

Em 2006 o Arquivo, então dirigido por Rosani Gorete Feron, comemorou seu aniversário de cem anos. Germano Rigotto governava. Lembra a gestora:

> Foi uma festa boa, né? Planejamos um ano antes, acho. Planejamos várias ações. Enfim, nem todas foram. Conseguimos a publicação da primeira mostra de pesquisa. Publicamos o livro da história administrativa, aquele que a Márcia Rocha fez, né [Rocha; Lopes, 2002]? Toda a história, a pesquisa da evolução administrativa foi feita pelas gurias do SIARQ, né? Que era uma necessidade para fazer gestão, para você conhecer a estrutura administrativa. E aquilo estava meio que, o pessoal usava assim, tudo em folhas e tal. Eu estava aqui ainda querendo… Aí o que a gente fez? Vamos fazer uma publicação, mas ele só a história administrativa não ia fazer muito sentido. Aí eu sugeri para a Márcia, e a Márcia achou legal da gente fazer a entrevista dos governadores.[608]

Na lembrança da servidora Ana Maria Baptista:

> **Rodrigo:** E outra coisa que eu ia te perguntar, tu lembras das comemorações do centenário?
>
> **Ana Maria:** Sim. Foi assim, ó, uma coisa maravilhosa. Porque a gente brincava muito, assim, era uma brincadeira que a gente fazia. Porque na época, não as gurias, mas tinha umas 5, 6 que já tinham 40 anos na época. Então a gente dizia assim, 100 anos com um corpinho de 40, a gente dizia. Foi, assim, muito legal. As comemorações assim, foi bem emocionante. Teve fogos de artifício. Aí foi lindo (...). E aí assim, foi muito legal. A festa. Que foi feita uma festa. Foram dois, três dias de festa. A diretora era Rosani Feron. Nos 100 anos. E foi muito lindo. A comemoração.
>
> **Rodrigo:** O que que teve nas comemorações?
>
> **Ana Maria:** Teve ciclos de palestras. Teve um coquetel. Muito legal. Apareceu muito na mídia, né, também. Foi muito... A Secretaria se empenhou muito também. O Arquivo apareceu bastante nessa época do centenário. Foram vários dias de encontros, palestras. Foram chamados antigos diretores. Antigos funcionários vieram. Que já não estavam mais aqui. Que estavam aposentados. Foi bem bonito.[609]

---

[606] APERS, Acervo Judiciário, Tribunal do Júri, Ação judicial de crime, Réu: Francisco Carlos de Lemos, processo 4800, 1925.
[607] APERS, Acervo Judiciário, Tribunal do Júri, Ação judicial de crime, Réu: Francisco Carlos de Lemos, processo 4800, 1925.
[608] Entrevista concedida por Rosani Gorete Feron a Rodrigo de Azevedo Weimer, 16 de abril de 2024.
[609] Entrevista concedida por Ana Maria Baptista a Rodrigo de Azevedo Weimer, 20 de fevereiro de 2024.

Um relatório da Associação de Amigos registrou a realização de uma taça de futebol sete, promovendo a confraternização entre colegas de diferentes órgãos estaduais, a realização do II Congresso Nacional de Arquivologia e a emissão de um selo postal alusivo ao aniversário do APERS.[610] Na documentação preservada sobre os festejos constam as seguintes atividades previstas no cerimonial:

- Agradecimento e cumprimento de um mestre de cerimônia ao representante da Secretaria;
- Hino nacional executado pela Orquestra Sinfônica da PUCRS;
- Lançamento oficial do livro "Fontes para a História Administrativa do RS – Trajetória das Secretarias de Estado – (1890-2005)" [Rocha; Lopes, 2002];
- Assinatura do Edital de Licitação para Obras de Recuperação do Prédio III pelo secretário de Administração e Recursos Humanos (Jorge Gobbi) e pelo de Obras Públicas e Saneamento (Frederico Antunes);
- Fala de Sonia Burnett pela Associação de Amigos do Arquivo Público com homenagem ex-funcionários, ex-diretores, ex-presidentes e funcionários;
- Fala da Diretora Rosani Feron;
- Fala do secretário Frederico Antunes;
- Fala do secretário Jorge Gobbi representando o vice Antonio Hohlfeldt;
- Descerramento de placa comemorativa centenário APERS;
- Homenagem às personalidades convidadas para o projeto "Orgulhos do Rio Grande", dentre as quais encontravam-se Ana Hickmann, Juliana Didone, Carmem Silva, Luís Fernando Veríssimo, Ieda Maria Vargas e Tatata Pimentel;
- Lançamento de um Calendário Comemorativo "APERS – 100 anos de elegância", com fotografias de modelos ambientadas no Arquivo Público e com a participação da estilista Milka Wolf;
- Apresentação festiva da Orquestra Sinfônica PUCRS;
- Visitação à exposição de obras de arte da Artista Plástica Arminda Lopes;
- Coquetel de encerramento;
- Audição do hino do Rio Grande do Sul;
- Registro do Dia Internacional da Mulher e cumprimento às presentes;[611]
- Agradecimento presença de todos e parabéns ao Arquivo Público.[612]

[610] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0041. Relatório da AAAP, 2006.
[611] O Arquivo Público aniversaria no dia 8 de março.
[612] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0041. Roteiro do cerimonial do aniversário de cem anos do Arquivo Público.

No discurso de Rosani Feron, a diretora dirigiu-se ao vice-governador e ao secretário Jorge Celso Gobbi; expressou sua honra em estar à frente da instituição; indagou-se sobre "como falar de conservação de documentos de prédios, de cultura imaterial" em um país com 60% de analfabetos funcionais na população adulta; louvou a iniciativa de Borges de Medeiros em 1906 "apesar de todas estas dificuldades"; narrou a construção dos prédios na década de 1910 e sumarizou o acervo existente que, segundo ela, totalizava naquele momento 18 milhões de documentos ou 5 mil metros lineares; manifestou seu reconhecimento por todas pessoas que contribuíram para "que o nosso Arquivo se tornasse uma instituição reconhecida como uma das melhores do país"; explicou que 57 mil pessoas haviam sido atendidas nos três últimos anos; narrou o surgimento do SIARQ em 1989 "com a finalidade de implantar uma política de gestão documental para o estado, ou seja, racionalizar, padronizar e preservar a documentação produzida atualmente pelos órgãos públicos do Poder Executivo"; expressou sua preocupação com a preservação do acervo existente; divulgou a difusão e acesso com eficiência por meio do Sistema de Administração de Acervos Públicos "que tem como objetivo informatizar todos os documentos históricos recolhidos ao APERS", assim como os produzidos pelos órgãos integrantes do SIARQ"; demonstrou a intenção de futura produção de um banco de dados como cadastro de todos os documentos considerados históricos do Estado; agradeceu e homenageou os 60 funcionários que compunham a equipe do APERS na ocasião e, finalmente, destacou o trabalho da empresa que realizou a organização do ambiente.[613] Seu discurso, de certa forma, expressa uma espécie de "versão oficial" da história do Arquivo Público, também presente em Rossato (2001), em que um grande salto entre os anos de Borges de Medeiros e 1989, expressando uma retomada, pelo SIARQ/RS, da grandeza perdida pela instituição desde o final da Primeira República. Vimos, todavia, que mesmo em um período de estagnação institucional, em meados do século XX, a instituição atuou no atendimento de demandas de cidadãos.

10.4 Um apanhado regimental do Arquivo Público[614]

• As funções

Em 1906, conforme visto no capítulo II, cabia ao Arquivo Público "adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e industrias do Rio Grande do Sul". Também ficou claro ao longo deste estudo que essas operações estavam longe de ser neutras,

[613] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0041. Discurso da Diretora Rosani Gorete Feron.

[614] Todo este capítulo foi redigido com base nos regimentos guardados em: APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, caixa 57001.0036, com exceção daqueles dos anos 1990 em diante, cujos decretos foram buscados em: https://www.al.rs.gov.br/legis/. Acesso em: 17 jan. 2025.

envolvendo o primeiro momento da “operação historiográfica” (Certeau, 2015), isto é, recortes necessariamente políticos sobre o que e como “adquirir e conservar”. A divisa permaneceu no regimento por quase noventa anos. O decreto 35.923/1995 de 12 de abril ainda previa ao Arquivo Público o papel de “a) receber, guardar e conservar, sob classificação sistemática, documentos provenientes dos órgãos do Estado”, sucedendo uma minuta que determinava a mesma finalidade aos “órgãos integrantes dos Poderes Judiciário e Executivo do Estado” em 1980. Vimos que a partir do SIARQ/RS o Judiciário desaparece do escopo dos documentos passíveis de recolhimento para o Arquivo Público.

Ao longo do século XX, a emissão de certidões figurou entre as finalidades da instituição, como por exemplo no regimento de 1958; a microfilmagem, aposta de futuro, passou a aparecer entre as funções institucionais a partir de 1973, na onda das inovações da tecnocracia. Aparentemente houve grandes discussões em 1995, porque cabia, pela primeira vez, estabelecer o funcionamento da instituição pós-SIARQ/RS. Entre abril e setembro as discussões avançaram no sentido de destacar as novas finalidades da instituição. Ainda que em abril se definissem algumas competências de gestão, em setembro o “adquirir e conservar”, finalmente, foi admitido como obsoleto, e sinteticamente se alinhavam papéis sintonizados com os novos tempos do Arquivo Público, de acordo com o decreto 36.186/1995.

> Art. 55 – Ao Departamento de Arquivo Público compete:
>
> a) definir diretrizes e políticas arquivísticas para o Poder Executivo do Estado;
>
> b) viabilizar o intercâmbio do Arquivo Público com órgãos afins;
>
> c) coordenar, acompanhar, executar e avaliar as políticas arquivísticas, com o objetivo de preservar a memória do Estado;
>
> d) promover e divulgar o Arquivo Público do Estado;
>
> e) definir e implantar Sistemas de automação de dados;

Novos entendimentos levaram a, três anos após, adicionar funções de difusão às funções já determinadas. O regimento determinado pelo decreto 38.350/1998 mantinha a redação anterior, mas incluía atribuições vinculadas ao acervo interno da instituição. Acresceram-se os seguintes quesitos:

> f) assegurar à comunidade a preservação e a disseminação da memória, bem como implementar atividades culturais;
>
> g) receber, guardar e conservar, sob classificação sistemática, documentos provenientes dos órgãos do Estado;
>
> h) desenvolver processos de implantação de sistemas de microfilmagem do acervo do Arquivo Público, bem como prestar assessoramento técnico aos órgãos do Estado e aos municípios nesta área;
>
> i) reproduzir, nos termos da legislação vigente, cópias de documentos existentes no seu acervo;
>
> j) promover a divulgação do acervo;
>
> k) executar curtas atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado.

No início do governo de Antônio Britto criou-se, portanto, um regimento centrado nas atividades de gestão, a que em um segundo momento juntaram-se as funções de difusão e preservação. Retornava o famigerado “adquirir e conservar”. Uma minuta de 2000 enxugou as funções atribuídas ao Arquivo Público; ao invés de 11 atribuições, aquela proposta reduziu-as para 7. Excetuando as abstratas “atividades correlatas”, tanto em 1995 quanto cinco anos após houve uma distribuição equilibrada entre atividades de gestão necessárias ao funcionamento do Estado ou vinculadas ao manejo interno do acervo da instituição: 5 de gestão e 5 de difusão (1995) ou 3 de cada (2000). Aparentemente, a gestão documental passou a receber progressivamente maior destaque nas atribuições da instituição. Em 2016, havia 10 finalidades discriminadas, mas excetuando as “atividades correlatas”, 5 relacionavam-se direta ou indiretamente ao SIARQ/RS. Se a elas acrescentarmos o intercâmbio interinstitucional, apenas 3, respectivamente a gestão do patrimônio documental interno à instituição, a difusão do Arquivo Público e seu acervo e o zelo pelo patrimônio do Estado abarcavam funções menos diretamente vinculadas à definição de políticas públicas de documentação voltadas ao Executivo estadual. No regimento de 2021, esse “placar”, se de uma competição se tratasse – não se trata –, se equilibraria de novo, com 4 atribuições voltadas à gestão e 4 direcionadas ao acervo da própria instituição, a somar-se a relação com outras instituições e as “atividades correlatas”. Ainda assim, o regimento, veremos adiante, consolidou uma divisão estabelecida em 2016, no qual uma divisão dedicar-se-ía exclusivamente às finalidades do SIARQ/RS. As novidades, importantes, respectivamente relacionadas à gestão e à preservação e difusão eram o inciso VIII “participar do planejamento e elaboração de projetos em Tecnologia da Informação aplicados à documentação arquivística da administração pública estadual em conformidade com a política nacional de arquivos” e o IX “produzir pesquisas de interesse da instituição nas áreas acadêmica, científica, técnica e demais áreas correlatas aos acervos custodiados pelo APERS”. Cabe, então, conforme o regimento vigente, esse de 2021, ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul as seguintes competências:

> I – garantir a execução da gestão documental e a preservação do patrimônio arquivístico do Estado;
>
> II – zelar pelo patrimônio documental do Estado, objetivando pleno acesso à informação e à preservação da memória;
>
> III – garantir e coordenar o funcionamento do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul – SIARQ/RS, responsável pela normatização da gestão documental no âmbito da administração pública estadual;
>
> IV – recolher a documentação de guarda permanente proveniente dos órgãos e das entidades da administração pública estadual e outros declarados de interesse público e social, conforme normativas do SIARQ/RS;
>
> V – gerir o patrimônio documental custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, garantindo a sua preservação e pleno acesso;
>
> VI – promover a difusão da instituição, de suas atribuições e do seu acervo por meio de ações educativas, culturais e editoriais, dentre outras;

> VII – promover o intercâmbio e a cooperação técnica do APERS com órgãos e instituições públicas e privadas;
>
> VIII – participar do planejamento e elaboração de projetos em Tecnologia da Informação aplicados à documentação arquivística da administração pública estadual em conformidade com a política nacional de arquivos;
>
> IX – produzir pesquisas de interesse da instituição nas áreas acadêmica, científica, técnica e demais áreas correlatas aos acervos custodiados pelo APERS; e
>
> X – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Subsecretário.

Essa dupla face do Arquivo Público, observando seu acervo e sua relação com a sociedade e, por outro, sua responsabilidade com o poder público, expressa-se na organização institucional dos regimentos mais recentes. Não faz sentido, porém, uma oposição estrita entre todas essas atividades, uma vez que, conforme a renomada arquivista Heloísa Liberalli Belloto, elas se inter-relacionam e sustentam mutuamente. Quando destaco a proporção das diferentes finalidades nas competências regimentais, pretendo meramente evidenciar o papel crescente assumido pela gestão documental, que deve ser relacionado à profissionalização da Arquivologia.

> Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de forma a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa (Bellotto, 2007, p. 227).

• A estrutura organizacional

Paulo Ricardo Soares (2019) criativamente associou as funções desempenhadas pelo Arquivo Público na Primeira República às práticas arquivísticas prescritas pela Arquivologia. Aqui foi examinado o impacto da Arquivística profissional sobre a instituição apenas a partir dos anos 1970, sendo qualquer outra leitura uma extrapolação didática, que assume o risco do anacronismo. Segundo o autor, é possível um paralelo entre as pretensões de recolhimento do Arquivo Público a partir de 1906 e, não teoricamente, mas na prática, um princípio de respeito aos fundos documentais, além de um papel de difusão assumido pela Revista do Arquivo Público (Soares, 2019, p. 45). Não pretendo entrar no exercício comparativo estabelecido pelo autor, assinalando porém que em 1925 ocorreu a fragmentação de acervos em instituições distintas, conforme assinalado por Rossato (2001, p. 54). Todavia, o trabalho de Soares nos convida a refletir criticamente sobre os papéis desempenhados pela instituição ao longo do século XX, o que está relacionado à sua estrutura organizacional.

Em 1906, a instituição estava subdividida em três seções, que dariam origem ao Arquivo Público, à Biblioteca e à Estatística. Efetuada a fissão em 1909, o regimento de

1913, conforme visto neste livro, dividiu a instituição conforme os acervos, considerados administrativo, histórico e cartorial. Seccionados os documentos históricos, em 1927 o regimento estabeleceu uma subdivisão com critérios díspares, isto é, funcional e de divisão do acervo: a primeira era responsável pela catalogação e recolhimento e a segunda e a terceira, pela guarda do acervo das antigas primeira e terceira seções. No ano seguinte, porém, a organização institucional voltou a se dar em função dos acervos: administrativo, do registro civil (agora já separado), e do Judiciário.

Também cabe recuperar o que vimos, nos capítulos 7 e 8, a respeito do regimento de 1958, com sua profusão de cargos diretivos enxugados em 1974. No primeiro ano, as atividades dividiam-se tanto conforme os acervos, quanto a funções como administração, microfilmagem, encadernação e restauro, etc. Em 1974, o Arquivo Público dividia-se novamente de uma forma mista entre critérios funcionais e de organização do acervo:

> I – Diretor
>
> II – Unidade de Administração
>
> Núcleo de Expediente e Pessoal; Núcleo de Finanças; Núcleo de Comunicações; Núcleo de Material; Núcleo de Serviços Gerais.
>
> III – unidade de documentação
>
> Núcleo de Recebimento e Distribuição de Documentos; Núcleo do arquivo Judiciário; Núcleo do arquivo extrajudiciário; Núcleo de Consultas e Vigilância; Núcleo de fornecimento de Fotocópias; Núcleo de Encadernação e Restauração.
>
> IV – unidade de microfilmagem
>
> Núcleo de Seleção e Preparação de Originais; Núcleo de Operadores; Núcleo de Fichário e Arquivo.

Conforme era esperado, o regimento de setembro de 1995 introduziu modificações substantivas na organização da instituição, adequando-a às necessidades do SIARQ/RS. Diversas entrevistadas relataram que, até aquele momento, todas trabalharam em todas funções, dirigindo-se a partir de então, conforme suas aptidões, à DIDOC, Divisão de Documentação, à DIPEP, Divisão de Pesquisa e Projetos, às quais se somava um setor administrativo. Explicou Isabel Perna Almeida (2005, p. 51-52):

> um dos aspectos críticos assinalados, dizia respeito à forma como se realizavam internamente a relação de trabalho entre a Divisão de Documentação (DIDOC) e a Divisão de Pesquisa e Projetos (DIPEP), caracterizando-se a primeira por exercer uma atividade mais operacional, através da realização da busca de documentos solicitando, bem como efetuando o posterior arquivamento desses mesmos documentos, enquanto a Divisão de Pesquisa e Projetos estava mais voltada para a realização de trabalhos arquivísticos, em sua maioria voltada para fora do Arquivo.

O inconveniente dessa divisão, que ao fim e ao cabo sugeria a separação entre trabalho mecânico e intelectual – uma exceção era a concentração de atividades de difusão e divulgação do acervo na DIDOC –, era

> o não reconhecimento mútuo acerca da importância das atividades que cada um estava desenvolvendo e, deste modo, acarretando a coexistência de dois grupos separados no

> interior de uma mesma instituição, fato que fazia com que muitos trabalhadores do APERS não sentissem os seus trabalhos valorizados e também não identificados com os propósitos da instituição, o que resultava sofrimento e alienação em relação ao trabalho que realizavam (Almeida, 2005, p. 52).

O objetivo da sua gestão foi, justamente, promover a integração dos dois setores, além de entrevistas com servidores e remanejamento de equipes em um novo fluxo de trabalho (Almeida, 2005, p. 67). Todavia, as "condições objetivas" seguiram reproduzindo uma divisão entre duas formas e setores de trabalho com prestígio diferenciado, reproduzindo em linhas gerais a divisão entre trabalho intelectual e braçal. Apenas em fevereiro de 2016, na gestão de Débora Flores, deu-se origem, a partir daquelas duas divisões, às atuais DIPAD, Divisão de Preservação, Acesso e Difusão, e à DIGED, Divisão de Gestão Documental. A primeira assumiu formalmente algumas das funções da DIPEP, tais como o trato de documentação permanente, atividades de descrição documental, pesquisa e também a Educação Patrimonial que, apesar de existir havia certo tempo, só então foi codificada regimentalmente. Conforme o regimento vigente, cabe-lhe, hoje:

> I – recolher e executar o gerenciamento de acervos compostos por documentação permanente, de acordo com as normas do SIARQ/RS;
>
> II – realizar ou viabilizar o tratamento técnico de acervos custodiados pelo APERS até a data de publicação deste Regimento Interno;
>
> III – participar do planejamento e da elaboração de projetos de Tecnologia da Informação voltados à documentação arquivística permanente, em conformidade com a política nacional de arquivos;
>
> IV – realizar pesquisas históricas para subsidiar a definição de arranjo e descrição dos acervos custodiados pelo APERS;
>
> V – planejar, coordenar e orientar as atividades que envolvam o uso de sistemas de descrição arquivística, indexação e difusão de acervos custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul;
>
> VI – garantir a preservação dos acervos, realizando diagnósticos, planejando e desenvolvendo ações de conservação preventiva, gestão de riscos, reparo e restauro;
>
> VII – promover a difusão do APERS, de suas atribuições e de seu acervo por meio de publicações e de ações culturais diversas, como visitas guiadas, cursos, eventos e exposições;
>
> VIII – arranjar, descrever e indexar os documentos custodiados pelo APERS;
>
> IX – produzir, atualizar e divulgar os instrumentos de pesquisa que facilitem e ampliem o acesso aos acervos;
>
> X – elaborar e executar as atividades de Educação Patrimonial que utilizem o patrimônio salvaguardado pelo APERS em processos de ensino-aprendizagem;
>
> XI – coordenar, atualizar e qualificar o sítio eletrônico e as mídias sociais institucionais, promovendo a difusão virtual das atividades desenvolvidas no APERS;
>
> XII – atender aos usuários, viabilizando o acesso aos documentos e a realização de pesquisas no acervo;
>
> XIII – coordenar e executar as atividades de busca e de rearquivamento de documentos;
>
> XIV – elaborar e divulgar publicações e atividades de capacitação que qualifiquem e ampliem o acesso à documentação;
>
> XV – disponibilizar cópia de certidões e de escrituras públicas para fins probatórios; e
>
> XVI – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

A DIGED centra-se nas atividades do SIARQ/RS, que, conforme visto, vem ao longo dos anos ocupando um lugar cada vez mais central nas atividades institucionais.

> I – garantir e coordenar o funcionamento do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul – SIARQ/RS, conforme a legislação em vigor;
>
> II – assessorar, orientar e promover a capacitação dos órgãos executivos integrantes do SIARQ/RS, no que tange à aplicação das normas e dos instrumentos arquivísticos destinados aos documentos, independentemente de seu suporte, sejam eles convencionais, digitais ou nato digitais;
>
> III – monitorar o cumprimento das normativas definidas pelo SIARQ/RS;
>
> IV – estimular e orientar os municípios na implantação de políticas de gestão documental;
>
> V – participar do planejamento e da elaboração de projetos de Tecnologia da Informação voltados à documentação arquivística do Poder Executivo, em conformidade com a política nacional de arquivos;
>
> VI – promover levantamentos documentais nos órgãos e identificar possíveis acervos de guarda permanente e de interesse público e social, com vista à preservação do patrimônio documental do Estado;
>
> VII – elaborar diretrizes e normas voltadas à gestão documental no Estado, inclusive as que devem ser observadas pelos sistemas digitais/eletrônicos de gestão arquivística de documentos;
>
> VIII – definir padrões de tipologias documentais, incluindo tipologias utilizadas em sistemas informatizados de gestão documental;
>
> IX – elaborar manuais técnicos relacionados à gestão documental;
>
> X – viabilizar a classificação, a avaliação e a destinação final dos acervos considerados em situação de risco pelo SIARQ/RS, sejam oriundos dos órgãos do Poder Executivo ou declarados de interesse público e social;
>
> XI – prestar assessoria em gestão documental aos órgãos da administração pública estadual em processo de extinção, de modo a viabilizar o tratamento técnico de seus documentos até a destinação final; e
>
> XII – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

Essa nova divisão ofereceu um novo equilíbrio entre as diversas prerrogativas do Arquivo Público que, contudo, devem ser sempre encaradas de forma integrada, conforme propugnado por Bellotto.

• A distribuição dos acervos

Sobre o acervo, tivemos uma boa panorâmica no capítulo 6. Cumpre observar que a atual divisão, entre Judiciário, Registro Civil, Tabelionato, Executivo e Legislativo é mutável, já que os três primeiros eram recolhidos de forma integrada até os anos 1950. Com efeito, a primeira separação entre “Judiciário” e “Tabelionatos” data de 1956 quando havia também documentos “Administrativos”, sendo a segunda subdivisão denominada “Tabelionato e Cartórios” em 1958. No mesmo ano, a documentação legislativa cabia à mesma seção dos documentos administrativos. Em 1974, aquela diferença foi codificada conforme os qualificativos “Judiciário” e “Extra Judiciário”. A documentação até então denominada “Administrativa” passa a aparecer como do “Poder Executivo”.

• O provimento

Até a Carta Magna de 1988, era admitido o provimento em cargos públicos por meios diversos do concurso público. A partir de 1956 não há menções regimentais sobre o recrutamento de funcionários, sendo que a partir da "Constituição Cidadã" essa especificação tornar-se-ia redundante, já que implícita ao ordenamento jurídico, com eventuais contratações temporárias. Na Primeira República, os Diretores eram nomeados pelo Presidente do Estado, os contínuos e serventes pelo Diretor e os Oficiais, supostamente, mediante concurso público. O único critério codificado para aquela nomeação era que fossem alfabetizados e tivessem "boa conduta civil" ou "boa conduta privada", a depender do regimento. Desnecessário destacar que isso abria, em um sistema político persecutório da oposição, margem à seleção ideológica do funcionalismo, estando implicitamente vedada a participação de opositores ao partido oficial. Possibilitava, então, o funcionamento da engrenagem clientelista, verificada no capítulo V.

• O acesso

Durante a Primeira República, era necessária a autorização do diretor para acesso à documentação. Os pesquisadores não podiam tomar notas dos documentos, o que certamente está vinculado ao serviço prestado pela instituição de emissão de certidões. Sem a possibilidade de anotar, restava apenas a alternativa de solicitá-las. A partir do regimento de 1958, mantiveram-se restrições, mas elas não passavam mais pelo controle do Diretor, e sim mediante fiscalização das partes interessadas, sendo que o regimento de 1973 inclui seus procuradores dentre os que podiam dar-lhe aval. Conforme mencionado no capítulo VIII, o não-entendimento dos acervos do Judiciário como fontes históricas levava a um entendimento meramente judicial do interesse por aqueles documentos que, então, deveriam ter o acesso condicionado às partes envolvidas nos processos.

Um regimento de agosto de 1991, firmado por Rossato, já posterior à lei de Arquivos de fevereiro daquele ano, representa um momento de transição: as fotocópias eram plausíveis às partes, ascendentes e descendentes – certamente um esforço disciplinador das cópias "à gandaia", herança nefasta que resistiu aos anos de chumbo. No entanto, também era permitido o acesso à documentação para "pesquisadores cadastrados no APERS". A documentação executiva, no entanto, estava franqueada apenas às secretarias. Em 1995, foram mantidas algumas restrições, já que os cadastrados deveriam ser "pesquisadores engajados em teses de graduação, pós-graduação, instituições de pesquisa, mestrado e doutorado." Usuários "desprovidos de dados" deveriam consultar o registro civil e tabelionatos com limitação de número de livros diários. O regimento de 2021 consagraria o "pleno acesso à informação e à preservação da memória" como segunda atribuição da instituição, no fluxo da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Vimos que por algum tempo houve restrições ao acesso aos processos de indenizados, retiradas por um edital no qual ninguém se opôs à divulgação de seus dados. Outro acervo de acesso restrito, ainda hoje, é o do Hospital Psiquiátrico São Pedro. No início da década de 1990, dentre as primeiras missões das novas arquivistas e historiadoras, esteve o resgate de documentos do HPSP, que se encontravam em situação calamitosa. Uma vez higienizados, organizados e cadastrados, foram grandes os esforços institucionais para disponibilizar essa documentação, que cedo esbarrou em restrições da parte do próprio hospital. Em 14/1/1994, por exemplo, a diretora Lenir Fernandes oficiou à assessoria jurídica da Secretaria do Planejamento e Administração, solicitando revisão da informação que determina sigilo de 100 anos, sugerindo um regulamento no qual informações oficiais ao prontuário seriam fornecidas pelo Hospital. Deveriam ser dadas vistas ao prontuário ao próprio paciente; ausência de informações a familiares, amigos, procuradores ou advogados; e à pesquisa científica mediante projeto avaliado à direção do APERS, amparado por uma instituição. Seria vedada a identificação dos pacientes, mediante termo compromisso. Segundo a peticionária, "tem o Arquivo interesse em possibilitar a pesquisa nesta documentação, amparado por um regulamento com embasamento legal (...) esta documentação já é parte integrante do acervo do Arquivo e, portanto, de responsabilidade do mesmo".[615] Como desdobramento daqueles debates, assinou-se em 20 de junho de 1994 um termo de doação da documentação ao Arquivo Público, que assumiria a responsabilidade por sua "conservação, política de acesso e divulgação".[616]

A discussão sobre o acesso, porém, continuou até o governo Olívio Dutra. Em 24 de agosto de 1999, a consultoria jurídica do HPSP emitiu um parecer afirmando que o sigilo a terceiros deveria ser "MANTIDO SEMPRE"[617], a despeito da lei de arquivos (8.159/1991), que determinava um prazo máximo de sigilo de 100 anos para a documentação pública. No que tocava a pesquisas científicas, elas eram "aceitáveis", mas os pesquisadores e o Arquivo Público deveriam assumir a responsabilidade legal pela eventual divulgação da identidade dos pacientes.[618] No dia 10 de fevereiro de 2000 foi acordada uma solução entre a Direção do APERS e do HPSP, avalizada pelos Secretários da Administração e de Saúde, que estabelecia a seguinte rotina de acesso: para pesquisas científicas, o Arquivo Público deveria ceder um formulário ao pesquisador, que deveria o encaminhar ao Comitê de Ética do hospital, anexado um projeto de pesquisa. A documentação só poderia ser acessada mediante autorização do HPSP; procedimento similar deveria ocorrer no caso de solicitações particulares, porém os trâmites iniciais eram diretamente com o hospital.

[615] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0003, Processo 000595-13.00/94.7.
[616] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0003, Termo de doação de 20/6/1994.
[617] Caixa alta no original.
[618] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0003, Parecer 157/1999. Anexo a relatório de 3/4/2001 da servidora Ana Maria Baptista. Caixa alta no original.

No espírito da lei de arquivos de 1991 e da LAI, o Arquivo Público tem como sua atribuição disponibilizar publicamente seu acervo, com restrições apenas quando há dados sensíveis, isto é, somente no caso da documentação do HPSP. Para resolver seu caso, após muitas negociações interinstitucionais, foi construído um protocolo de acesso.

10.5 As primeiras décadas do século XXI

• Os catálogos seletivos

O Arquivo Público encarregou-se, nas primeiras décadas do século XXI, pela confecção de diversos instrumentos de pesquisa relacionados à garantia da memória social relacionada à questão dos Direitos Humanos e a minorias, por diferentes razões marginalizadas na sociedade racista, machista e cis-heteronormativa do Rio Grande do Sul. A primeira iniciativa dessa natureza foi a coleção "Documentos da Escravidão", que, em um esforço verdadeiramente monumental, levantou todos os registros sobre escravizados em tipos documentais do tabelionato – Cartas de Liberdade (Rocha e Scherer, 2006, 2 volumes) e Escrituras de Compra e Venda (Rocha e Scherer, 2010, 2 volumes) – e do judiciário – Inventários (Pessi, 2010a, 4 Volumes), Testamentos (Pessi, 2010b, 1 volume) e Processos-Crime (Pessi e Silva, 2010, 1 volume). Todos os registros de escravizados no Arquivo Público nesses tipos documentais foram mapeados e resumidos em verbetes temáticos, nas mais de 5.500 páginas da obra. O projeto foi idealizado por Jovani de Souza Scherer, que então estagiava no Arquivo Público, e posteriormente foi admitido como servidor em cargo comissionado. Ele atendia na Sala de Pesquisa e, inspirado pelas demandas dos consulentes e em um instrumento de pesquisa – fichário com processos-crimes peculiares, de autoria do historiador Moacyr Flores – surgiu a ideia de elaborar um instrumento de proporção, aprofundamento e relevância muito maiores.

Na ocasião, início da década de 2000, vinha ocorrendo um importante desenvolvimento da historiografia da escravidão no Rio Grande do Sul, sobretudo por meio do trabalho do historiador Paulo Roberto Staudt Moreira e da historiadora Regina Célia Lima Xavier, que traziam para o estado os aportes da história social aos moldes da feita na Universidade Estadual de Campinas por profissionais como Sílvia Lara, Robert Slenes e Sidney Chalhoub. Então essas inovações teóricas e metodológicas despertaram o interesse de diversos estudantes, como se recorda Scherer: " Então, de repente, comecei a me dar conta do lugar onde eu estava em termos históricos. A gente lia um monte de coisas da documentação judiciária, comecei a perceber então de onde que os historiadores tiravam as informações, as ideias deles e comecei a pensar"[619]. Ocorreu a ele propor à direção do APERS, conforme me confidenciou em entrevista em 2019,

[619] Entrevista concedida por Jovani de Souza Scherer a Rodrigo de Azevedo Weimer, 2019 (Weimer, 2020, p. 81).

> um projeto chamado “Escravos no Rio Grande do Sul” que sugeria que a gente fizesse então uma seleção de informações para criar instrumentos sobre quase todos os documentos que tinham no Arquivo, todos os acervos. Tinha carta de alforria, mas não era só carta de alforria, a carta de alforria viria depois que eu fiz o projeto, foi ajuntado porque daí a gente descobriu que o Paulo [Moreira] estava fazendo já o de Porto Alegre. Eu sabia que o Paulo estava pesquisando Porto Alegre, mas o Arquivo não tinha ciência de que existia um projeto vinculado a este e eles estavam num estágio avançado. Então a gente fez um projeto, um projeto assim... Como a maioria das coisas que eu faço, meio megalomaníaco, que incluía todos os acervos, pesquisar os acervos todos, criar uma série de instrumentos sobre inventários, processos criminais e as suas variações, sumário crime, execução e outros documentos que eu já achava interessantes e que eu tinha certeza que teria horrores de coisas a respeito não só da escravidão, mas também dos livres e dos libertos. Já tinha começado a pesquisar. Visto que era coisa realmente grandiosa, se a gente organizasse algo assim teria uma grande serventia tanto para os pesquisadores, como do ponto de vista social. Haveria uma possibilidade de ter desdobramentos a respeito disso. Então eu apresentei um projeto para a Rosani e na mesma época surgiu um concurso de Ministério da Cultura da Espanha que financiava projetos Ibero-americanos e a gente conseguiu, a gente venceu lá, recebemos verba que na época era uns 20 mil euros ou 10 mil euros, não me lembro exatamente. Eu sei que o projeto começou com isso. Apresentei um projeto megalomaníaco para a Rosani, a Rosani deu uma adaptada, melhorou bastante, deu uma lapidada no meu projeto que tinha... Esses projetos de universidade, cheios de páginas, cheios de citações, ela deixou de uma forma muito mais técnica, uma arquivista experiente. A Rosani, sensacional ela! E daí a gente ganhou, ganhamos essa verba aí e isso já deu uma outra... Porque imagina, né!? Pensa bem, né!? Eu era o único estagiário de História, não era nem formado [risos]. Então deu uma dinâmica interessante, deu uma grana para a gente contratar estagiários, uma série de possibilidades para o projeto ir para frente. Então, nesse meio tempo, a Rosani descobriu, não sei se conversando com o Paulo ou com Frei Rovílio [Costa, da Escola Superior de Teologia], eu sei que apareceu o projeto, a gente não sabia que estava acontecendo e que ele já estava em andamento. Daí se criou a ideia de fazer uma parceria. Eu achei ótimo porque eu tinha a minha experiência, que era uma experiência pequena, não estou nem comparando com a do Paulo, a minha é pequena comparada com a do Paulo, mas era uma experiência muito pequena. E de repente a gente tinha a possibilidade trazer para nós, eu não sabia exatamente como, uma experiência do Paulo que era um cara que trabalhava na época ainda no Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul] e recém tinha defendido a tese dele, que recém tinha sido publicada. Então a gente começou o projeto pelas cartas de alforria em razão disso. A editora nos deu altos suportes, nos deu um suporte em vários níveis, levaram computadores, a Tatiani [Tassoni] que era funcionária e estava assim, bah... Nos deu toda a metodologia, primeiro ela vinha e revisava comigo, aprendi um monte com ela naquele momento super importante. Então nos deram um alto suporte, para o Arquivo, para a gente começar o projeto em termos práticos. Logo em seguida, a gente fez essa divisão, eles estavam trabalhando com as cartas de alforria de Porto Alegre que é um monte de alforrias, acho que só Porto Alegre deve ter dez mil alforrias, mais ou menos, e nós começamos pelas alforrias dos principais e mais antigos municípios do restante do interior do Estado, Rio Grande, Pelotas, Cruz Alta, enfim. Depois a gente criou um calendário para seguir essa pesquisa que, de repente, foi a forma... De repente, não! Foi o que eu acabei trabalhando foi no catálogo das alforrias, mas a ideia era que o projeto se estendesse. Era um projeto para toda vida [risos]. E se estendeu.[620]

A Petrobrás também foi uma financiadora do projeto, que custeou dezenas de estagiários que trabalharam intensamente no levantamento da documentação. No projeto inicial, de 2004, assim constava:

[620] Entrevista concedida por Jovani de Souza Scherer a Rodrigo de Azevedo Weimer, 2019 (Weimer, 2020, p. 82-84).

> Justificativa: Este projeto se propõe a inventariar e levantar as fontes primárias, existentes neste Arquivo, a respeito da escravidão no Rio Grande do Sul, de 1764 a 1888. Para tanto, os fundos documentais que representam esse período, visto que, os documentos são provenientes de todos os municípios do Estado e, pelo destaque que tiveram na economia, principalmente, em retorno do trabalho escravo.[621]

Também se realizou uma revisão crítica sobre o silenciamento sobre os trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul:

> O escravo é um ausente na historiografia tradicional do Rio Grande do Sul. O negro foi considerado um mero coadjuvante no processo da formação sociocultural desta região. Entretanto, esse quadro está mudando, nos últimos 25 anos, surgiram estudos pioneiros buscando identificar o espaço do escravo e do escravismo na formação da sociedade gaúcha e sua integração com o restante do país. Atualmente, considera-se inconcebível escrever a história deste Estado sem citar o papel desta etnia e sua condição.
>
> Contudo, essas pesquisas não são suficientes para trazer à tona, o verdadeiro contexto do escravismo sulino, visto que, ainda prevalece a versão conservadora sobre o período colonial e imperial no sul do Brasil nos séculos XVIII e XIX. Portanto, buscamos criar um guia de fontes sobre escravos que possibilitará a pesquisa, potencializando o acesso aos documentos e divulgando sua existência nos tabelionatos dos municípios do Rio Grande do Sul. Dessa forma estaremos contribuindo para revelar o passado do negro do Rio Grande do Sul, fazendo emergir as origens africanas da sociedade sulina.
>
> O guia de fontes a ser realizado garantirá acesso aos principais aspectos da instituição escravista; melhor compreensão da economia brasileira; dados sobre a demografia da população escravizada e episódios da resistência escrava, através de rica documentação dos Livros Notariais dos Tabelionatos e Ações do Poder Judiciário.[622]

Scherer coordenou o projeto entre 2004 e 2006. Conforme mencionado, paralelamente Paulo Moreira desenvolvia o mesmo trabalho, em parceria com Tatiani Tassoni, de levantamento de alforrias de Porto Alegre, de modo que aquelas publicadas pelo APERS são apenas dos demais municípios do estado. A nota técnica do estudo resultante (Moreira; Tassoni, 2007) não elucida, infelizmente, a gênese do catálogo seletivo, mas o depoimento de Paulo ajuda na compreensão do processo:

> Era um projeto que unia EST e Arquivo Público num primeiro momento e foi legal, porque o pessoal do Arquivo Público inclusive nos liberou documentos que estavam fora de acesso, alguns livros de cartório que estavam fora de acesso e tal, para mim e para a Tatiani Tassoni. A gente conseguiu pegar esses livros para fazer o levantamento das cartas de alforria, então a gente pegou do século XVIII até 1888. Isso nos possibilitou fazer, pelo menos de Porto Alegre, depois o Arquivo Público completou esse projeto fazendo as cartas de alforria do interior, e por isso a gente tem os catálogos aqui no Arquivo Público, que são as cartas de alforria do interior, mas não tem catálogo de Porto Alegre, porque esse projeto que a gente fez era para fazer parte desse projeto (...) Eu não sei. Não sei direito como é que foi. Eu sei que deu algum desentendimento e acabou não rolando, assim, acabou a EST lançando o livro das alforrias, meu e da Tati [Tatiani Tassoni], e não ficou fazendo parte dos catálogos, mas no final das contas acho que... Quer dizer, foi uma experiência genial, foi uma experiência muito boa, sei lá, foi uma experiência muito legal de trabalhar com essa fonte que eu não conhecia.[623]

---

[621] APERS, Acervo Executivo, Secretaria da Administração, Acervo Intermediário, Projeto Escravidão no Rio Grande do Sul.
[622] APERS, Acervo Executivo, Secretaria da Administração, Acervo Intermediário, Projeto Escravidão no Rio Grande do Sul.
[623] Entrevista concedida por Paulo Moreira a Rodrigo de Azevedo Weimer, 2019 (Weimer, 2020, p. 161).

Dentre os estagiários que participaram do projeto estava Bruno Pessi, que deu sequência à coordenação do projeto depois da saída de Jovani Scherer:

> A minha participação no projeto Documentos da Escravidão iniciou-se como estagiário no ano de 2007. Foi meu primeiro contato com documentação primária em arquivos. Trabalhei no final da etapa que identificava e catalogava os registros de compra e venda de escravos. Nesse ano iniciamos a etapa dos documentos do judiciário, que envolvia trabalhar com inventários post-mortem, testamentos e processos criminais. No final de 2008 terminei a faculdade e fui convidado pela então diretora do APERS, Rosani Gorete Feron, e pela então presidente da Associação dos Amigos do APERS, Clara Marli Scherer Kurtz, para coordenar o projeto nos próximos anos. Com o auxílio da Lei Rouanet, foram captados recursos para a contratação de estagiários e a catalogação dos documentos referentes à escravidão pertencentes ao poder judiciário. Nessa etapa, junto com funcionários do APERS, selecionei e treinei estagiários para identificar os documentos e sua estrutura, formulei modelos de verbetes e acompanhei o trabalho dos estagiários.[624]

É difícil mensurar o impacto desses catálogos para a historiografia do Rio Grande do Sul, mas é muito difícil subestimá-lo. Nas décadas subsequentes multiplicou-se o número de trabalhos acadêmicos acerca da temática, orientados, no PPGH da UFRGS, pelas professoras Regina Xavier e também Helen Osório, e no PPGH da Unisinos, por Paulo Moreira, sem contar pesquisas desenvolvidas por alunos rio-grandenses em outras universidades brasileiras. Evidentemente, na sequência da publicação dos catálogos, eles tornaram-se referência verdadeiramente inevitável, orientando o trabalho de toda uma geração de historiadores, dentre os quais o próprio autor deste livro. São reconhecidas, nacionalmente, as vantagens de realizar pesquisa nesse campo, no caso rio-grandense, em virtude dos aportes dos catálogos.

O sucesso dos Documentos da Escravidão ensejou novas tentativas similares, inspiradas por ele. Em 2017, foi publicado um catálogo complementar, com escravizados em processos de tutela (Brando, 2017b).

> Considerando o levantamento feito para a elaboração desses catálogos [Documentos da Escravidão], não seria exagero dizer que o Arquivo Público custodia o maior acervo do Estado que dialoga com a temática da escravidão. Essa provavelmente é a razão pela qual seguimos encontrando documentos salvaguardados no nosso acervo, nos quais é possível extrair informações relevantes para o estudo dos temas relacionados à escravidão e à liberdade no estado do Rio Grande do Sul. Exatamente esse foi o caso dos processos judiciais de tutela que compõem o Acervo do Judiciário, os quais não foram arrolados durante o planejamento e execução dos projetos anteriores (Brando, 2017, p. 4-5).

Em 2014 foi publicado o catálogo seletivo Resistência em Arquivo, que sistematiza em verbetes os processos indenizatórios de perseguidos políticos do regime de exceção de 1964-1985 (Brando, 2014). Três anos mais tarde, foi publicado um catálogo seletivo de Documentos da Comissão Estadual da Verdade (Brando, 2017a). Em 2016, foi publicado outro com documentação referente à história das mulheres da vara de família e sucessão

[624] Entrevista concedida por Bruno Pessi a Sílvia Soares e Viviane Portella, 2019 (Weimer, 2020, p. 14-15).

de Porto Alegre (Alves, 2016). A historiadora Clarissa Sommer Alves, em depoimento para esta pesquisa, ponderou:

> Quando surgiu o projeto "Onde estão as mulheres no APERS", a ideia era que houvesse uma sequência, que tivesse mais de um volume do catálogo, mas nós somos poucos em geral, de acordo com as necessidades da instituição, com as inúmeras possibilidades de trabalho que o arquivo pode abraçar, então às vezes é difícil dar sequência em algumas coisas e acho que esse projeto é algo que eu achei muito importante, que ele tenha sido estimulado ainda na direção da diretora Isabel Almeida, mas no fim a gente só fez um catálogo, que era um catálogo voltado à vara de família e sucessão, a descrição de processos dessa vara, era um recorte obviamente, porque relações de gênero, elas estão permeadas em todo o acervo, então o objetivo era destacar uma partezinha do acervo, para que os pesquisadores da área de gênero e História das Mulheres pudessem olhar com mais carinho para os documentos de arquivo, e em especial os documentos judiciais nesse caso, para pensar as relações de gênero na história, e foi um trabalho que eu desenvolvi em paralelo à Educação Patrimonial, geralmente com a mesma equipe, que era a equipe que desenvolvia as oficinas, então eu não tinha nenhuma experiência nisso, e acabou que na prática foi se demonstrando que era mais demorado, e exigia mais do que eu imaginava no começo, algo que a gente imaginou fazer em dois anos, acabou levando cinco talvez, porque a gente ia fazendo um pouquinho, parava para as outras coisas, mas no fim das contas acho que ficou um instrumento de pesquisa bem bonito, que talvez inclusive seja sub-aproveitado por nós, no sentido de seguir divulgando ele, indicando para os pesquisadores que utilizem, ou até mesmo nós do arquivo, apresentarmos mais em espaços, em eventos, em outros locais, as nossas iniciativas, mas é um trabalho que eu acho que foi bem simbólico, inclusive pensando o meu lugar enquanto uma profissional de arquivo que é mulher, que é mãe, que tem toda uma trajetória também de pensar esse nosso lugar social e político.[625]

Seguindo na temática de gênero, em 2023 foi elaborado um compilado de documentação criminal envolvendo pessoas LGBTQIAPN+ em Porto Alegre entre 1942 e 1964 (Weimer, 2023c), onde consta:

> No século XXI, o arquivo, instituição com quase cento e vinte anos, tem demonstrado seu empenho em tornar pública e difundir a documentação a respeito de segmentos sociais invisibilizados na história do estado; no caso em questão, a fim de estimular mais e mais estudos sobre história LGBTQIAP+. O Arquivo Público publicou até o momento os catálogos seletivos sobre Escravidão (Rocha e Scherer, 2006; 2010; Pessi, 2010a, 2010b, Pessi e Silva, 2010) e aquele sobre História das Mulheres & Relações Familiares (Alves, 2016) – contraponto, portanto, a um estado cuja autorrepresentação é "branca", "masculina" e "cisheteronormativa". Na contramão dessas formas como o Rio Grande do Sul se projeta, a instituição tem buscado trazer à tona grupos oprimidos invisibilizados na escrita da história estadual. Ao optar, já faz mais de década, por ter como uma de suas atividades estratégicas de difusão a produção deste tipo de material, o Arquivo Público, por meio de suas diferentes direções, afirma e reitera seus princípios de valorização e promoção dos Direitos Humanos e da cidadania plena para todas as pessoas. Sabemos que o direito à memória e à história são aspectos e pressupostos fundamentais da identidade e das lutas sociais. A construção e o encontro com laços de ancestralidade (genealógica ou, no caso, socio-histórica) fortalecem o direito à vida, ao respeito e à existência. Depois do povo negro e das mulheres, chegou a hora de apresentar, institucionalmente, uma modesta contribuição para a comunidade LGBTQIAP+ (Weimer, 2023c, p. 13).

[625] Entrevista concedida por Clarissa Sommer Alves a Rodrigo de Azevedo Weimer, 30 de abril de 2025.

De acordo com a atual diretora, Carla Vargas Segatto:

> A gente vê o quanto o Arquivo tem esse papel protagonista de colocar as minorias na rua, assim, sabe? Então, assim, os catálogos que foram feitos com as mulheres, o trabalho da escravidão, o catálogo selectivo LGBT, assim, que é dar voz, de alguma forma, pra essas comunidades, esses grupos de pessoas que muitas vezes são marginalizados, são excluídos, são desrespeitados, né? Acho que esse é um trabalho bem importante.[626]

• Ação Educativa

Após um primeiro ensaio na primeira gestão de Isabel Perna Almeida, iniciou-se em 2008, gestão de Rosani Gorete Feron, um bem-sucedido programa de Educação Patrimonial, em parceria com a UFRGS.

Sobre as primeiras iniciativas na gestão Isabel: “Um projeto de integração entre o APERS e as escolas da rede pública foi desenvolvido de forma experimental, logo após a conclusão das obras do conjunto arquitetônico da instituição, portanto, no início do segundo semestre de 2001. E, dado seu êxito, foi lançado em abril de 2002 com a denominação de ‘Por dentro do Arquivo’” (Almeida, 2005, p. 65). Em entrevista, a ex-diretora relatou:

> Então, quando a gente desenvolveu a primeira oficina, então era uma coisa muito maluca, porque nós ficávamos depois do expediente. E eu falava, e eu dizia para ele, olha, nós precisamos ter uma atividade dentro do Arquivo que os estudantes venham para cá. Nós precisamos desenvolver uma atividade, olha o desafio para ele, que as crianças fiquem em torno de duas horas, ou um turno, que seja bom, divertido, e que eles entrem por dentro do Arquivo, que eles conheçam a parte do acervo e que eles tenham alguns conceitos importantes. Para que que serve o Arquivo, a importância da documentação, memória.[627]

[626] Entrevista concedida por Carla Vargas Segatto a Rodrigo de Azevedo Weimer, 30 de abril de 2025.
[627] Entrevista concedida por Isabel Oliveira Perna Almeida a Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de abril de 2024.

Imagem 81 – Jogo da memória empregado na educação patrimonial no início do século XXI



Fonte: Anexo a Almeida, 2005.

Embora não haja continuidade direta entre os projetos, como assinalou Clarissa Sommer Alves em entrevista, em linhas gerais a educação patrimonial desenvolveu-se a partir de uma semente lançada anos antes, sendo incorporada e valorizada como uma atividade de rotina da instituição. Mesmo quando assinala a descontinuidade, Alves observa que o conhecimento da iniciativa prévia contribuiu para o acolhimento do Programa de Educação Patrimonial. Nas palavras da entrevistada:

> Não houve uma correlação direta. Infelizmente a iniciativa que foi promovida na primeira gestão da diretora Isabel acabou. Acho que ela ficou localizada no tempo, um pouquinho mais de um ano ali de atividades, que era o projeto Por Dentro do Arquivo, mas quando a Isabel saiu do Arquivo o projeto acabou, os profissionais que se envolveram ou saíram do Arquivo, ou foram se dedicar para outras atividades, então o que motivou o nascimento do PEP não foi aquela… Inclusive a gente, ao longo do trabalho, no meu primeiro ano, a gente ficou bem feliz quando encontrou alguns materiais, poucos que havia, sei lá, um encarte, um joguinho da memória, algumas coisas que ficaram no acerto da instituição sobre aquela iniciativa que acho que era 2001, começo dos anos 2000, no final da década de 90, começo dos anos 2000. Então a gente não fez assim um resgate do que havia sido para se inspirar naquela iniciativa, foi algo novo que surgiu a partir, especialmente de uma demanda da própria universidade,eu comentei que a professora Claudira havia me convidado para ser bolsista do PEP, e foi um pouco a partir de uma iniciativa da professora Claudira quando surgiu a disciplina de estágio em educação patrimonial lá em 2008, ela era professora da primeira turma e ela precisava de campo de estágio para os seus estudantes, então ela começou a ir a campo, conversar com as instituições de memória para tentar construir essas relações, e um dos espaços que ela procurou foi o APERS, conversou com a diretora Rosani, que acolheu a iniciativa, claro porque a Rosani já sabia do Por Dentro do Arquivo e era uma pessoa convencida da importância do uso desse espaço para questões culturais e educativas também, era alguém que incentivava isso, mas houve uma ruptura, e depois se reativou a discussão da ação educativa e educação patrimonial num momento posterior.[628]

Em 2015, foi lançada uma revista do Programa de Educação Patrimonial que recupera alguns de seus primeiros passos:

> Por meio da educação patrimonial pensada como ação permanente, como parte do processo ensino-aprendizagem, e não como mero instrumento ou metodologia, incentiva o reconhecimento de objetos, lugares e práticas. Tece fios, cria mosaicos multicoloridos e constrói pontes entre o passado e o presente e, principalmente, entre culturas e grupos. (...) Considerando que o PEP APERS-UFRGS, além de ter participado do Edital Novos Talentos da Capes, tem sido contemplado pelo ProExt (Programa Nacional de Extensão Universitária), apostando na iniciativa do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de valorizar a extensão universitária como um caminho para a promoção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, temos a certeza da pertinência, amplitude e excelência do trabalho desenvolvido (Aristimunha, 2015).

As Oficinas de Educação Patrimonial são uma oportunidade ímpar de trazer escolas para dentro do Arquivo Público e também de produzir aprendizados discutindo questões históricas relevantes e sensíveis. Conforme visto no capítulo 8, uma dessas iniciativas foi uma oficina relacionada aos processos de indenização e à história da ditadura civil-militar. Outro exemplo importante são a oficina sobre a história da escravidão e a, agora em elaboração, oficina sobre o pós-Abolição. Como é perceptível, muitas vezes a educação patrimonial ocorre paralelamente ao desenvolvimento de outros trabalhos do Arquivo Público. Ainda como parte do PEP, foram realizados cursos de formação de professores.

[628] Entrevista concedida por Clarissa Sommer Alves a Rodrigo de Azevedo Weimer, 30 de abril de 2025.

• Mostras de Pesquisa

Em 2024, o Arquivo Público realizou sua XVII Mostra de Pesquisa. O primeiro evento ocorreu em 2003, sendo anual até sua 12ª edição, em 2014, e bianual daquele momento em diante. Nas três primeiras edições não foram publicados anais, mas a partir da IV Mostra de Pesquisa publicam-se regularmente os trabalhos apresentados. Conforme esclarece o trecho a seguir, escrito por Márcia Rocha em 2006:

> A idéia da Mostra nasceu do encontro entre uma proposta da direção do Arquivo e de uma constatação de sua equipe de pesquisa histórica. A proposta era a de dar visibilidade à instituição, incentivar a pesquisa em acervos documentais e criar um espaço para a troca de conhecimento entre seus pesquisadores. A constatação manifestava-se na necessidade de aproximação entre o Arquivo Público e a Academia. Os acervos custodiados são minuciosamente investigados por incansáveis universitários. Boa parte desses documentos integra teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, bem como artigos e projetos de pesquisa em disciplinas específicas. Para o Arquivo Público tornou-se imprescindível conhecer como este serviço vital de tratamento, manutenção e disponibilização de seus documentos repercute na sociedade. Em outras palavras, saber qual o "uso" dado à massa documental que armazena. Com este objetivo realizou-se a I Mostra de Pesquisa, a fim de apresentar os estudos de acadêmicos que freqüentam a sala de pesquisa da instituição (Rocha, 2006, p. 7).

Daquela edição participaram pesquisadores do porte de Enrique Serra Padrós, Maria Angélica Zubarán e Paulo Ricardo Pezat, junto com jovens pesquisadores que viriam a se destacar na historiografia estadual. Essa tem sido uma característica da Mostra de Pesquisa: seu poder de congregar neófitos e veteranos, ou neófitos que ao longo das edições tornam-se veteranos, em um evento que já acompanha mais de duas décadas da instituição. Nas Mostras mais recentes vêm se diversificando o público participante, não apenas composto por historiadores/as, como nos primeiros anos, mas também agregando o interesse de arquivistas e linguistas, o que evidencia a expansão do escopo das áreas interessadas por fontes arquivísticas. Assim sendo, a Mostra atrai pesquisas mas também as fomenta, na medida em que consegue estimular jovens pesquisadores a apresentar seus trabalhos em congressos e publicá-los, muitas vezes pela primeira vez.

• Gestão documental

Já se falou bastante sobre os trabalhos de gestão documental no capítulo anterior, quando tratou-se do SIARQ/RS. Vale a pena destacar, porém, que os instrumentos de gestão estão, no momento, sendo atualizados, conforme relata o arquivista Juliano Silva Balbon. O objetivo é tornar a gestão mais intuitiva, estimulando sua efetiva realização:

> Então a gente tem bastante dificuldade das pessoas entenderem, porque se a pessoa não é arquivista que já tem uma certa dificuldade de entender nosso instrumento, imagina uma pessoa leiga, que a gente vai lá e assessora, faz uma capacitação, e que daí ela vai ter que tocar a gestão documental do arquivo dela lá, então existe muita dúvida em entender o instrumento, porque às vezes a pessoa não conhece, como que funciona o estado como um todo. E daí o instrumento novo vem com uma ideia de chegar a um nível de tipo documental,

> mas aí eu não posso falar nível, porque documento não é nível, nós temos três níveis hoje a proposta, que é a função sobre função e a atividade, não a etapa da atividade, a atividade, que é exonerar. E daí nessa atividade nós vamos ter códigos de produção documental, quais são os documentos que são gerados por aquela atividade de exoneração. Então fica mais fácil da pessoa, o Rodrigo, Juliano, qualquer outra pessoa pegar esse documento que está na mão dele, aí que está dizendo no cabeçalho, solicitação de exoneração.Vou lá na tabela assim, ah tá, o código X aqui está dizendo que é solicitação de exoneração, prazo de guarda no arquivo corrente, prazo de guarda no arquivo intermediário, e destinação final, elimina depois de 50 anos, ou 30 anos enfim. Então vai estar escrito o tipo de documento que ela vai estar na mão.[629]

O esforço de tornar os instrumentos de gestão mais intuitivos e de compreensão mais acessível é importante para viabilizar que os órgãos efetivamente possam realizar uma gestão adequada de documentos o que, no final das contas, incide na própria preservação da documentação, como tristemente evidenciaram as enchentes de 2024. Antes, porém, falemos de outra catástrofe: a pandemia de Covid-19, que, apesar de tantos imensuráveis males ocasionados, serviu para catalisar, na instituição, políticas de preservação digital.

• A pandemia de Covid-19 e a preservação digital

693.853 brasileiros perderam suas vidas entre 2020 e 2022 para a Covid-19, contando apenas os casos confirmados, e desconsiderando síndromes respiratórias agudas graves.[630] De chofre, milhões de pessoas passaram a fazer isolamento social para conter a disseminação da pandemia, ao passo que outras tantas violaram as melhores orientações de sanitaristas quanto aos protocolos de segurança e quanto à realização do distanciamento social. Essas últimas violações frequentemente se deram espelhando a atuação do então presidente da República, senhor Jair Messias Bolsonaro, que na ocasião minimizou a gravidade da enfermidade, contradisse as orientações referentes ao uso de máscara, lançou dúvidas sobre a eficácia das vacinas, obstaculizou o acesso da população a elas e, de uma forma geral, deu o pior exemplo possível no que toca aos comportamentos para combate à Covid-19. O então mandatário, que apostava na ideia de imunidade de rebanho como política contra-pandêmica, deixando morrer quem assim o fosse, chegou a debochar dos doentes, imitando pessoas sufocando-se com a falta de ar. O Brasil, quinto país do mundo em população, foi o segundo em mortes pelo coronavírus.

Não cabe, aqui, avaliar o que foi a Covid no Brasil ou no Rio Grande do Sul, coisa que escapa ao escopo deste estudo. Entretanto, foi necessário pincelar alguns dados a fim de contextualizar aquela que certamente foi a maior tragédia registrada no século XXI, de escala global, e sua escalada desproporcionalmente mais intensa no Brasil. No Rio Grande do Sul, a condução do processo de enfrentamento à pandemia procurou basear-se em critérios científicos, como explorei alhures (Weimer, 2023b). Além desse estudo preli-

[629] Entrevista concedida por Juliano Silva Balbon a Rodrigo de Azevedo Weimer, 22 de janeiro de 2025.
[630] Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html#. Acesso em: 5 maio 2025.

minar, as entrevistas realizadas por mim e pela historiadora Clarissa Sommer Alves com gestores e servidores públicos estaduais estão disponíveis no canal do Arquivo Público no YouTube.[631]

As entrevistas mencionadas fizeram parte de um projeto de memória da pandemia, envolvendo mais de uma dezena de instituições e coordenado conjuntamente pela UFRGS e o APERS. Colocava-se, então, o compromisso social com o combate ao negacionismo que, no caso em questão, não era uma construção *a posteriori*, mas uma permanente campanha do bolsonarismo para negar a gravidade da doença, minimizar o número de mortos e de uma forma geral sabotar seus procedimentos de combate. Com efeito, "o objetivo do projeto é bem mais modesto: documentar. E isso, diante do fato de, no Brasil, terem sido negados os procedimentos sanitários básicos e até mesmo o verdadeiro número de mortos, já é uma tarefa de imenso valor" (Rodeghero; Alves; Weimer, 2023, p. 19). Neste subcapítulo, uma vez contextualizada, ainda que em pinceladas, a pandemia no Brasil e no Rio Grande do Sul, cumpre observar o papel desempenhado pelo Arquivo Público e pela gestão de Aerta Grazziolli Moscon na condução de políticas públicas arquivísticas durante o trágico período.

Uma vez tendo sido realizado o projeto, havia um manancial de dados natodigitais a se preservar, que calhou em serem o piloto de iniciativas mais sistemáticas de preservação digital. Além disso, firmou-se um marco cronológico de preservação documental referente ao período pandêmico. Em 17/8/2020, por meio da Instrução Normativa 6/2020, estabeleceu-se como de guarda permanente toda documentação produzida a partir de 1º/1/2020 até a data de 30/6/2023, prazo final este determinado em 12/3/2024 por meio da Instrução Normativa 6/2024. Uma vez garantida a preservação documental, tornando ilegais quaisquer eliminações, está-se em uma etapa de refinamento da documentação a ser preservada, conforme assinalou a então diretora Aerta:

> claro que neste acervo, agora a gente até está discutindo sobre isso, tem acervos que não tem nada a ver com a pandemia, mas para nós preservarmos a memória e a história deste período, agora a gente vai ter que fazer um estudo, para ver o que pode ser eliminado ou não deste período, para afinar, para realmente manter a documentação que tem a ver com isso.[632]

Conforme mencionado anteriormente, a pandemia acelerou as discussões sobre a preservação de documentos digitais no Arquivo Público. Embora esses debates já viessem sido levados pelo então servidor Jonas Ferrigolo Melo, os anos pandêmicos encontraram o APERS com a responsabilidade de gerir um volume muito elevado de *megabytes*, seja a documentação produzida no corte cronológico que se decidiu preservar, seja os dados do projeto de memória que, decidiu-se, serviria como um piloto para a preservação digital. Juliano Balbon avalia que esse processo encontra-se ainda bastante incipiente.

[631] Disponível em: https://www.youtube.com/user/ArquivoPublicoRS. Acesso em: 5 maio 2025.
[632] Entrevista concedida por Aerta Grazziolli Moscon a Rodrigo de Azevedo Weimer, 30 de abril de 2025.

Rodrigo: Pode me falar um pouco sobre isso [políticas de preservação digital]?

Juliano: Que não existe nenhuma, né? [risos]

Rodrigo: Não existe nenhuma?

Juliano: Existem propostas.

Rodrigo: E quais são as propostas?

Juliano: É que assim, eu, trazendo um pouquinho do histórico, desde que eu entrei no Arquivo e até anteriormente, tanto na divisão da DIPAD quanto na DIGED, sempre teve uma... não uma cobrança, as sempre teve uma sinalização das questões de digitalização de acervo. Então, internamente, para atender a sala de pesquisa, às vezes pesquisadores de outros lugares nos pedem digitalização de documentos, ainda não estava muito configurada essa ideia, né? Como também a Secretaria sempre falando, né? Ah, eu preciso digitalizar aqui e poder eliminar a documentação física. Porque eu tenho um acervo muito grande, tenho que digitalizar. E aí a gente sempre tentando explicar a ideia do que é a digitalização como serviço de acesso, ou uma digitalização como serviço de realmente poder eliminar os documentos. E daí quando eu entrei na DIGED, sempre essa demanda da Secretaria,cah, fazer uma assessoria, e daí nessa assessoria falar assim, ah, mas a gente vai digitalizar tudo, a gente está contratando uma empresa, ou depois se organizar, vou digitalizar tudo para poder jogar fora. Então sempre teve essa ideia orientativa sobre digitalização (...) Então, a regulamentação [Lei de Liberdade Econômica] veio com a possibilidade de digitalizar e eliminar também [documentos intermediários de guarda longa], mas tendo esses requisitos do repositório, quantidade de pixels do documento, assinatura eletrônica, certificado digital, um sistema que seja um sistema integrado com a própria ferramenta de captura, integrado com o repositório, sem interferência humana nessa transferência e recolhimento final. Então, a gente pensou, na época o Jonas [Ferrigolo Melo] estava aqui, o Jonas era um arquivista que trabalhava na Divisão de Gestão Documental, então a gente começou a construir um projeto, que é o projeto de preservação digital, que a gente, naquela época, acabou nominando, que seria o Programa Arquivo Digital, ArqDigital, com cinco pilares. Que seria o pilar de estruturar uma política de preservação digital no Estado. O primeiro pilar. O segundo pilar, então, seria a implementação de repositório arquivístico e digital confiável. O terceiro pilar, da digitalização propriamente dita. O quarto pilar, elaborar um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos, que são os famosos SIGADs, que existe uma regulamentação própria, que é através de uma resolução do CONARQ, que é o e-ARQ Brasil, que tem vários requisitos para se fazer um sistema. (...) Então seria estruturar um SIGAD para dentro do Estado, inteiro operado com PROA, e talvez agora com SEI, qualquer outro sistema que tenha documento arquivístico dentro do Estado. Seria o quarto pilar e o quinto pilar, e o arquivamento da web, que também é outro assunto totalmente em voga, hoje em dia, que é a preservação de redes sociais, sites de governo, documentação que é disponibilizada na internet, enfim, documentos digitais, sempre documentos digitais. Mas nato digitais (...). A ideia realmente naquele momento era, como é que eu posso dizer, transversalizar, assim, a ideia de preservação digital no Estado, tendo o Arquivo Público como coordenador, e a PROCERGS como um parceiro nessa atividade, e não como uma empresa, porque impacta totalmente o que a PROCERGS faz hoje, que é armazenar documento, digitalizado, documento digital, enfim. Naquele momento a gente construiu um grupo de trabalho, que daí teria essa transversalidade, do APERS com a PROCERGS, e a divisão de informática da nossa própria Secretaria [de Planejamento, Governança e Gestão], para começar a se discutir como é que se daria essa política, enfim.[633]

O Grupo de Trabalho encarregado dos debates concernentes à criação de políticas públicas de Preservação Digital foi estabelecido por meio da portaria 283/2022 da SPGG, datada de 3 de outubro de 2022 e, como mencionado pelo entrevistado, encarrega-se de

[633] Entrevista concedida por Juliano Silva Balbon a Rodrigo de Azevedo Weimer, 22 de janeiro de 2025.

estabelecer diretrizes de políticas públicas de preservação digital, em construção no momento.

• A enchente de 2024 e o resgate de acervos em risco

De forma certamente consequente ao desmatamento amazônico e outras ações antrópicas que desequilibram o sistema climático global, ocorreu em maio de 2024 uma verdadeira catástrofe climática no Rio Grande do Sul. Entre 27 de abril e 2 de maio daquele ano, choveu em diversos municípios entre 500 e 700 milímetros, o equivalente a S! da média esperada para um ano inteiro, e em diversos deles a precipitação seguiu entre 300 e 400 milímetros nos três dias seguintes. (Rio Grande do Sul, 2024). De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPH-UFRGS), consequentemente às chuvas, o lago Guaíba, no qual projeta-se a península do Centro Histórico da capital rio-grandense, recebeu em uma semana 14,2 trilhões de litros de água dos rios de que é tributário. Esse volume é equivalente a quase metade do reservatório da Usina de Itaipu, que por sua vez tem aproximadamente o triplo do tamanho do Guaíba.[634] O lago atingiu, em 5 de maio, a marca de 5,37 metros acima de seu nível normal, inundando o Centro Histórico, o bairro Sarandi e diversas regiões litorâneas de Porto Alegre.

Com isso, uma quantidade muito grande de documentos públicos – estima-se em 100 mil caixas – foi molhada. Não ocorreu nenhum incidente no Arquivo Público, porém, como órgão gestor do SIARQ/RS, cumpre-lhe a função de assessorar demais arquivos no estado. Aerta Grazziolli Moscon, com convicção, relaciona os sinistros à falta de gestão documental no Estado, já que arquivos desorganizados e mal acomodados são mais vulneráveis às enchentes.[635] Em entrevista, ela me relatou as ações desenvolvidas pelo APERS / SIARQ em relação à catástrofe climática de 2024:

> a primeira coisa que a gente fez foi um levantamento dos órgãos atingidos, através de um formulário eletrônico, porque nós ficamos também sem internet, porque a PROCERGS também foi atingida, daí como a gente não tinha, porque até mesmo os servidores do Arquivo muitos não foram atingidos diretamente, mas ao seu redor, o Porto Alegre Centro ficou sem luz, sem água, então também a gente não tinha muitos servidores para auxiliar nesse resgate, então a gente fez uma campanha de voluntários e chamamento de voluntários para a gente ter pessoas para nos ajudar nesse resgate, em parceria com o Arquivo Nacional a gente elaborou um manual de ações iniciais para salvamento né, e guarda desse arquivo, a gente fez também um guia rápido para resgate, a gente começou então o salvamento, dei os servidores, eram poucos servidores que iam no início, no trabalho na Secretaria de Habitação e na CESA, que foram os primeiros que se teve acesso, porque os arquivos que estavam no Centro Administrativo a gente levou em torno de trinta e poucos dias para poder ter acesso, porque a gente precisava que para as pessoas necessarem [sic], precisava-se

[634] Disponível em: https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/05/10/guaiba-recebeu-quase-metade-do-volume-de-agua-de-itaipu-em-uma-semana-de-chuvas-aponta-instituto-da-ufrgs.ghtml. Acesso em: 6 maio 2025.
[635] Entrevista concedida por Aerta Grazziolli Moscon a Rodrigo de Azevedo Weimer, 30 de abril de 2025.

ter a certeza da segurança das pessoas, porque tinha a questão elétrica, então a pessoa podia tomar um choque, alguma coisa nesse sentido, então a gente levou em torno de só, foi autorizada a entrada das pessoas depois que as pessoas tiveram a certeza que as pessoas teriam acesso e de forma segura, a gente fez algumas *lives* junto com o curso de restauração da Universidade de Santa Catarina, onde os restauradores de lá deram noções, a gente convidou os voluntários, fez uma campanha convidando os voluntários para também terem essa qualificação para o resgate dos acervos, assim que a gente tivesse condições de ir, também tivemos esse treinamento, daí a gente precisava intervir, intervir não, buscar, ajudar a buscar espaço para esses acervos, onde nós íamos colocar, porque eles estavam em zona de risco, então o acervo da SEHAB veio aqui para arquivos, mapas, só que quando chegou aqui no arquivo a gente viu que a gente não teria espaço, primeiro que a gente estava sem luz também, mas que a gente não teria espaço, daí a gente entrou em contato, isso eu fiz bastante, entrar em contato com o exército para essa questão de transferência dos acervos, a gente teve no primeiro momento um apoio bem grande deles, para as pessoas trabalharem a gente precisava de EPIs, os EPIs que a gente tinha aqui no arquivo eram insuficientes, porque a gente utilizava máscaras e luvas, mas era do dia a dia, então tu não tem um estoque tão grande e não eram os EPIs adequados para o tipo de trabalho que se teria, a gente precisava de luvas, mas não umas luvas cirúrgicas que nem são as que a gente utiliza hoje, precisava de umas luvas melhores, precisava de capacete, precisava de bota, precisava de avental, precisava de papel, muito papel para secar os documentos, então a gente fez também num primeiro momento, a gente fez nessas *lives* que estavam fazendo em parceria com os restauradores de Santa Catarina, a gente fez uma campanha de doações que foram doados junto com a associação de amigos para a gente comprar EPIs e material, enquanto isso a gente estava buscando junto o Estado para ele comprar material, mas o Estado tudo é muito demorado, mesmo com pronto pagamento e tu precisa de orçamentos, e também tinha a questão que no mercado também não tinha muito desses EPIs, mas depois a gente conseguiu comprar EPIs, comprar material para secar os documentos, inclusive a gente teve também a colaboração de um evento na UFRGS que fizeram também com esse objetivo, o que eu achei muito bacana nesse período foi a comoção que a gente teve, não só no Brasil como internacional também, sabe, então a gente teve bastante apoio nesse sentido. Uma outra coisa a gente não tinha aqui no arquivo o profissional de restaurador, daí entrei em contato com a UFRGS, consegui que as restauradoras da biblioteca da UFRGS viessem sempre que possível, sempre que nós demandasse para vim parecer sobre os acervos, então isso foi uma das coisas que a gente fez, também a gente fez num primeiro momento, as primeiras ações, uma reunião com todos os diretores administrativos das Secretarias de Estado e órgãos, para pedir que eles também, assim que possível, eles resgatassem esses acervos, que eles buscassem EPIs, que eles buscassem pessoas também para fazer esse trabalho, a nossa secretária por ser presidente do Sistema de Arquivos também ela encaminhou um ofício circular para todas as Secretarias de Estado para fazer esse tipo de trabalho, e aí no decorrer, que as coisas começaram a retornar à vida, a gente poder ter mobilidade pela cidade, servidores do Arquivo Público, então eles puderam também se juntar aqueles primeiros que moravam mais próximos, que tinham essa disponibilidade de poder ir ajudar no resgate, então praticamente eu diria que quase todos os servidores do Arquivo se envolveram nesse momento de resgate, aí depois quando a gente retornou às atividades normais que puderam ter acesso, o Arquivo está atuando mais como um órgão orientativo, e daí a gente voltou às nossas atividades, daí foi designado servidores para ser pontos focais das Secretarias, para que elas então dessem andamento a esse trabalho, a gente fez uma nota técnica onde tudo isso que eu estou te falando consta na nota técnica, e o que as Secretarias deveriam fazer, e nessa nota técnica também a gente solicita que seja contratada uma empresa ou servidores para fazer não só o resgate, mas sim toda a recuperação desses documentos, algumas Secretarias contrataram empresas, a gente solicitou para o Governo do Estado também que seja incluído no plano Rio Grande essa questão de recuperação desses acervos, pedimos também a construção de um prédio para que os acervos que estão nos locais do Poder Executivo, que estão nesses locais de risco, seja um arquivo intermediário, para a construção de um pré-

> dio, num primeiro momento a gente pensou aqui no Arquivo Público, nesse lateral aqui, aí eu chamei, abriu um PROA, chamei o pessoal do IPHAE para ver da possibilidade, porque como o arquivo é tombado, daí tu tem que ver se pode ou não, aí eles não autorizaram, porque o espaço nós teríamos sombreamento sobre os prédios, isso causaria umidade, toda aquela questão que não é bom para preservação de documentos.[636]

É cedo para avaliar com maior precisão a atuação do Arquivo Público no processo das enchentes, e da mesma forma não sabemos se irá se efetivar, de fato, a construção de uma edificação para acervos intermediários, mas como contraponto oferecemos a visão de outro entrevistado, dissonante em pelo menos dois aspectos: quanto à precisão da mensuração do impacto sobre acervos públicos e quanto à avaliação que o Arquivo Público poderia ter tido um papel mais pró-ativo no que diz respeito a arquivos municipais e acervos privados.

> **Rodrigo:** E tem uma estimativa do volume documental perdido ou não se tem nem ideia disso?
>
> **Juliano:** Perdido ainda não, e não sei se vai ser possível dizer. Quando a gente fez, a gente montou uma equipe de apoio, as secretarias, enfim, com focais, arquivistas, historiadores ali, outros colegas que quiseram participar, são 8 ou 9 pessoas que estão envolvidos ali, à medida que a gente ia conseguindo entrar nos lugares, a gente fazia um mapeamento. A gente tem mais ou menos uma ideia dos que nos sinalizaram e que a gente conseguiu mapear, a gente tem uma ideia de quantitativo de caixas atingidas, volume atingido, mas o que se perdeu não teria como. Hoje na nota técnica lá, nós temos uma ideia de 100 mil caixas, mas ela já tá desatualizada.
>
> **Rodrigo:** 100 mil atingidas.
>
> **Juliano:** Atingidas, mas ela já tá, inclusive, bastante desatualizada, porque a nota técnica nós fizemos ali, acho que em julho, agosto.
>
> **Rodrigo:** Eu me lembro.
>
> **Juliano:** É. E isso, a gente tinha uns lugares que a gente não tinha conseguido acesso ainda. E na medida que a gente foi entrando, e na medida que a partir da instrução normativa ali, que autorizava, quer dizer, normalizava a eliminação de documentação sinistrada, começou a vir muitos PROAs de lugares que não tinha, a gente não tinha nem conhecimento. Só que acontece, essas informações que começaram a vir depois, atendendo à instrução normativa e dizendo, olha, eu tinha um acervo na delegacia X, lá em Lajeado, que eu tinha um arquivo lá de inquéritos, enfim, mas o rio passou por dentro da sala e levou tudo. Qual o volume disso? Não sabemos. E como, assim, perda total não traz volume nenhum, e dano irrecuperável traz uma ideia, assim, que não é obrigatório informar a quantitativa de Caixas com dano irrecuperável. Às vezes a pessoa fala, olha, tinha cem caixas, não tinha como ver porque estava uma maçaroca só, jogada no canto e não tinha. Então a gente não sei se vai ser possível fazer essa mensuração daqui a um tempo.[637]

Da mesma forma, no que toca ao segundo aspecto discordante:

> **Rodrigo:** E outra questão, assim, que queria te perguntar ainda, sobre a enchente, se teve alguma atuação do SIARQ relativa a outros acervos que não do Poder Executivo estadual?
>
> **Juliano:** Nós...
>
> **Rodrigo:** Assessoria ou alguma coisa assim?

[636] Entrevista concedida por Aerta Grazziolli Moscon a Rodrigo de Azevedo Weimer, 30 de abril de 2025.
[637] Entrevista concedida por Juliano Silva Balbon a Rodrigo de Azevedo Weimer, 22 de janeiro de 2025.

> **Juliano:** Isso, não, teve, teve, mas a ideia era isso, que como o SIARQ, ele é responsável pelas normatizações, enfim, todas as convenções do SIARQ, pra dentro do poder executivo estadual, mas a ideia era também pros municípios, né, na medida de um termo de adesão, né, dos municípios com o Arquivo do Estado e tal, mas lá no início a gente pensou, porque todo mundo tava… A sociedade tava cobrando muito isso, né, tá, e os municípios que não têm apoio de ninguém, então a gente tentou fazer esse mapeamento dos municípios também, o formulário online, entrou em contato com alguns municípios, algumas associações ou pessoas, né, que conheciam alguns lugares, tentaram fazer esse mapeamento, mas a gente não teve muita adesão, não, acho que foi uns quatro ou cinco municípios que atenderam a nossa demanda, e daí a nossa posição enquanto Estado, assim, foi mais, tipo, fazer uma ligação e orientar, o que eles devem fazer?
>
> **Rodrigo:** Orientação.
>
> **Juliano:** Orientação, não foi, tipo...
>
> **Rodrigo:** Uma política.
>
> **Juliano:** Não. Não, não tinha. A gente não conseguiu nem isso dentro do Estado.
>
> **Rodrigo:** Nem no estado, né.
>
> **Juliano:** Imagina se a gente conseguiria pros municípios. Ah, se tivéssemos verba. O Estado está liberando para os municípios, além dos outros valores, tantos x mil para tratar os arquivos que foram atingidos, das escolas municipais, da prefeitura e tal, mas nunca nem se passou com essa possibilidade de conseguir dinheiro para dentro do Estado, imagina para...
>
> **Rodrigo:** Acervos privados também nem pensar.
>
> **Juliano:** Acervos privados alguns responderam, mas daí a gente só… Como é que posso dizer, a gente não teve essa proatividade de entrar em contato, teve ali, por exemplo, o acervo do Internacional, que respondeu, Tablado Andaluz, teve acho que um ou dois cartórios, mas é o serviço concessionado, mas enfim, é o cartório que é o responsável. Acho que foi isso.[638]

Independente de controvérsias quanto à atuação do Arquivo Público na enchente de 2024, houve iniciativas bastante importantes, como a emissão de uma nota técnica em 25 de junho de 2025, portanto no calor dos acontecimentos (com trechos reproduzidos no Anexo VII), e a elaboração de uma Instrução Normativa que visava disciplinar a destinação de documentos atingidos pela enchente. A IN da SPGG 10/2024, de 15 de julho de 2024 estabelecia a classificação de documentos com perda total e danos reversíveis e irreversíveis, determinando, assim, procedimentos para evitar a eliminação indiscriminada de documentos sinistrados. Além disso, os servidores se mobilizaram para realizar o salvamento dos primeiros acervos atingidos identificados, como a documentação da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária.

[638] Entrevista concedida por Juliano Silva Balbon a Rodrigo de Azevedo Weimer, 22 de janeiro de 2025.

Imagem 82 – Mapoteca da SEHAB em secagem no Arquivo Público, maio de 2024



Fonte: Fotografia de Rodrigo de Azevedo Weimer.

10.6 Direções entre a política e a técnica

Já vimos que, em sua administração, Manoelito de Ornellas empreendeu maiores esforços em sua controversa produção historiográfica do que na atenção à instituição para a qual foi designado como diretor. Para evitar anacronismos, é necessário observar que isso, de forma alguma, foi uma característica exclusiva dele. Até a ditadura militar, as direções foram ocupadas por notáveis que tinham no Arquivo Público apenas uma "trincheira" para seus embates intelectuais – como Florêncio de Abreu e Silva, Alcides Maya, Francisco Rodolpho Simch e o próprio Manoelito –; por funcionários de carreira sem muitas condições de pleitear melhores condições e, principalmente, sem o preparo profissional de uma disciplina que ainda era embrionária, a despeito dos maiores empenhos e intenções – como Edmundo Gonçalves de Carvalho ou Emílio D'Artagnan de Carvalho –; por burocratas ligados a outros setores da administração pública – como Carlos Emílio

Haag e Alcides Flores Soares[639] –; ou, finalmente, por quadros partidários sem vinculação ao mundo dos arquivos – como Nathaniel Cunha, Spartaco Dornelles Vargas, Miguel Bertini Costa, Antônio Montserrat Martins.[640] Infelizmente, temos poucas informações acerca dos diretores do regime de exceção posteriores a Henrique Canísio Vogel, mas, de uma forma geral, vemos limitações nas intenções tecnoburocráticas do regime ditatorial de 1964. O Arquivo Público, como visto, seguiu sendo o tal "grande cartório" e as irregularidades investigadas em 1964 seguiram existindo até o início da administração Rossato – porém, sem sofrer qualquer devassa moralizadora comparável à de meados dos anos 1960. Em um regime ditatorial, irregularidades podem ser mais facilmente abafadas. As iniciativas modernizadoras, como a microfilmagem e a xerografia tinham a intenção exclusiva de acelerar a emissão de certidões.

Um expediente – com limites evidentes, é claro – para tentar descobrir o "peso" do Arquivo Público na vida pública de cada um dos diretores foi quantificar o número de ocorrências de cada um na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e a proporção de menções referentes à sua atuação como diretor. Isto é, foi feito o levantamento do número de vezes em que cada diretor aparece na HDBN, do número de vezes em que aparecem na(s) década(s) em que estiveram na direção e de quantas vezes essas menções dizem respeito ao Arquivo Público, com as respectivas %. Os resultados estão no Anexo VIII, que deve ser lido junto deste texto. Não foram computados diretores posteriores a Henrique Canísio Vogel, uma vez que inexistem registros, o que resulta da escassez de periódicos digitalizados dos anos 1970 em diante.

É importante notar que até as sindicâncias, para boa parte dos diretores a dedicação ao Arquivo Público era acessória entre as diversas atividades nas quais se envolviam. Por exemplo, em toda Primeira República, as proporções mais significativas de menções envolvendo o Arquivo Público foram as de Florêncio Carlos de Abreu e Silva (40,9%, 1920-1924), Carlos Emílio Haag (17,1%, 1906-1918) e Edmundo Gonçalves de Carvalho (10,7%, 1926-1928), todos considerando apenas as décadas em que estiveram à frente da instituição – quando consideramos a totalidade de suas vidas essa proporção diminui. Mesmo no caso de burocratas envolvidos na máquina pública – Haag – e integrantes do corpo funcional do Arquivo Público – Carvalho – a proporção de menções à instituição por eles dirigida são inferiores a U!. Quer dizer, o Arquivo Público é uma atividade dentre muitas outras nas quais essas pessoas estavam envolvidas, porque aparecia quase como um cargo honorífico no qual se despendia apenas parte de suas energias. O caso de Florêncio de Abreu e Silva é *sui generis*, já que a participação no Arquivo Público fazia parte de um projeto intelectual maior, vinculado à criação do IHGRGS, que lhe exigiu bastante dedicação e envolvimento.

[639] Alcides Flores Soares, conforme um grande número de menções na HDBN era um notável ligado ao PRR e, no pós-1930, ao governo provisório. Ocupou diversos cargos na administração pública, mas esteve na direção do arquivo público por meros quatro meses.

[640] Era presidente do PTB em Soledade. HDBN, *Diário de Notícias*, 23/1/1958.

De fato, a maior parte das menções ao Arquivo estão relacionadas à criação do Instituto. Entretanto, a proporção de citações sobre o Arquivo envolvendo seus confrades foi bastante inferior: no caso de Alcides Maya (1924-1925), foram ofuscadas por sua atividade como literato – 986 menções no total, 257 na década de atuação no APRS! –, no caso de Francisco Rodolpho Simch (1925-1926), pela sua atuação na mineralogia. Em ambos casos, em torno de apenas 3% das menções dizem respeito ao Arquivo Público. É necessário levar em conta, contudo, que cada um esteve por pouco tempo à frente do órgão.

Durante a Era Vargas, a grande surpresa foi o irmão do Presidente, uma vez que Spártaco Vargas (1930-1934) foi mencionado 26 vezes, das quais 4 (15,4%) dizem respeito ao Arquivo. São poucas menções, de fato, mas proporcionalmente é uma quantidade elevada para os padrões da época. Aparentemente, Spártaco era um pouco apagado dentre os irmãos Vargas, a ponto de um estudioso da prosopografia daquela geração não mencionar sua participação em cargos públicos (Grijó, 2017a, p. 61). Esse irmão de Getúlio foi pouco lembrado nas folhas do Rio Grande do Sul, mas quando o foi, isso ocorreu numa das maiores proporções de menções ao Arquivo Público dentre aqueles de sua geração. Ele foi superado apenas por José Soares Marino (1934-1938), que foi relacionado ao Arquivo Público em U! das ocasiões. Singular é o caso de Emílio D'Artagnan de Carvalho (1939-1942), que era funcionário da instituição e assim foi lembrado seis vezes, mas nenhuma no período em que esteve dirigindo o Arquivo Público. Completando o período, Joaquim Guerreiro Chaves (1942) e Arthur do Prado Sampaio (1942-1945) não têm menções na HDBN relacionadas ao Arquivo Público. O caso do primeiro não é de espantar, porque esteve à frente da instituição por menos de um ano, mas Sampaio apareceu 60 vezes, e nenhuma é do período em que esteve no Arquivo Público. Quer dizer, sua atuação como diretor foi apagada.

O caso de Manoelito de Ornellas (1945-1955), guardadas as devidas proporções, é similar ao de Alcides Maya. Intelectual conhecido, foi mencionado 247 vezes, e 144 nas duas décadas abrangidas por seu mandato. Entretanto, só foi lembrado 3 vezes por sua atuação no Arquivo Público, o que, relacionado à profusão de citações, faz apenas 1,21% (considerando o total) ou 2% (considerando o intervalo 1940-1959). Isso aparentemente confirma a desatenção para com a instituição sugerida pela pequena quantidade de correspondências privadas nas quais fala do Arquivo Público.

No período imediatamente anterior ao(s) golpe(s) de março de 1964, temos o caso de Bertini Costa (1955-1959), que só foi mencionado uma vez, e fora do período de sua direção – tratava-se do resultado da sindicância, anos após, noticiando sua condenação – e dos diretores do PTB (Lampert, 1959; Montserrat Martins, 1959-1963), sem menções ao Arquivo Público no período em que estiveram à frente do órgão. Todas menções a Clóvis Líbero Cardoso (1963-1964) são referentes ao Arquivo Público, nos anos 1960. Mas elas não evidenciam uma atuação muito significativa, já que tratam da notícia de sua condenação nos autos de Inquérito Administrativo e de um desmentido sobre o mesmo assunto.

No início do período militar, T! das menções a Henrique Canísio Vogel (1964-1972) referem-se à sua atuação como diretor, mormente relacionadas à microfilmagem, o que se tinha então como grande solução para os problemas arquivísticos. O caráter tecnocrático da ditadura levou a uma elevação daquela proporção.

Mais do que um exercício inócuo, esses dados podem ser bastante elucidativos se comparados às diretoras que geriram o Arquivo Público por mais tempo durante a Nova República: Rosani Gorete Feron (1995-1996; 2003-2010), Isabel Oliveira Perna Almeida (1999-2002; 2011-2014) e Aerta Grazzioli Moscon (2016-2025). Mesmo que não tenhamos dados positivos em virtude de os jornais mais recentes não estarem na Hemeroteca Digital, certamente têm sua vida pública, como profissionais de Arquivos, associada à direção do APERS, tendendo aquela proporção a 100%: não pelos motivos pouco edificantes de Cardoso, mas por sua dedicação aos projetos envolvendo a instituição, cuja clipagem encontra-se no acervo do Arquivo Público.[641] As diretoras vêm às páginas da imprensa para divulgação da instituição e seus projetos, como o SIARQ/RS, a educação patrimonial, as reformas prediais e assim por diante. Não acredito que seja esse o caso de Carlos Rossato, que agregou sua atuação no Arquivo Público a uma trajetória igualmente marcante como professor universitário.

Desde a redemocratização do país – se tomarmos como marco o governo Simon, já que o governo Jair Soares apresenta mais continuidades em relação a Amaral e Souza do que rupturas – o Arquivo Público praticamente só teve, entre seus diretores, profissionais de arquivo – seis arquivistas e uma historiadora, na maior parte pertencentes em algum momento aos quadros da instituição. Por um breve intervalo, entre agosto de 1997 e o fim do governo de Antônio Britto, a instituição foi dirigida pelo senhor Vanderlino Horizonte Ramage, que não tinha formação específica na área. Todavia, as servidoras da casa destacaram que mesmo nessa ocasião, não houve interferência nos trabalhos técnicos da instituição.

Evidentemente, seria uma tolice tecnocrática ignorar que, por trás de toda determinação técnica, existe um fundo político: “via de regra tal relação é pouco explicitada e mencionada” (Almeida, 2005, p. 49). Todavia, a autonomia adquirida pelas gestões permitiu uma atuação social ímpar da instituição. O Arquivo Público nunca foi tão enraizado e prestou serviços tão importantes à sociedade como nas primeiras décadas do século XXI, como vimos no que toca ao SIARQ/RS e nas iniciativas de pesquisa e difusão. Enraizamento social este que extrapola a atividade cartorária. Provavelmente, sua relevância ultrapasse aquela que teve em seus tempos áureos da Primeira República, na qual tínhamos uma significativa penetração na sociedade, conforme visto no capítulo VI, porém mediante uma arquivística pobre, restrita à emissão de certidões. E não poderia ser diferente, uma vez que a arquivologia contemporânea data dos anos 1970.

[641] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixa 57001.0044.

Credito essas transformações a alguns motivos. Em primeiro lugar, a profissionalização da arquivística e a dedicação ao SIARQ/RS resguardaram a instituição de intervenções políticas mais arbitrárias. A partir do momento em que o Arquivo Público se tornou um órgão de gestão, deixou de ser um depósito de papel. Além disso, o próprio desprestígio das instituições culturais na Nova República, comparado ao lugar de destaque que tiveram entre 1889 e 1930, as "blindou" de interesses diversos de suas finalidades precípuas. Com isso, quero dizer que o Arquivo Público ocupa um lugar estratégico. Situado nas secretarias de Administração ou Planejamento e correlatas – o que certamente está vinculado ao seu papel na gestão pública –, o Arquivo Público é um lugar marginal em relação a lugares de maior destaque da Secretaria, mas goza de recursos financeiros mais abundantes do que os dos arquivos vinculados à Secretaria da Cultura. Porém, não há dúvidas de que não é um lugar que desperte maiores cobiças de grandes atores políticos envolvidos na Administração Pública, particularmente depois de deixar de movimentar recursos com a cobrança de certidões. Finalmente, é evidente o significativo comprometimento do corpo funcional com um projeto arquivístico de longo prazo.

Vemos, em linhas gerais, uma continuidade administrativa com alternância partidária durante a Nova República. Se, historicamente, o Rio Grande do Sul conheceu sistemas na prática bipartidários (PRR X Federalistas; PRL X FUG; PTB X ADP; ARENA X MDB), a partir dos anos 1990, até meados da década de 2010 ocorreu uma polarização entre o Partido dos Trabalhadores e coligações anti-petistas. Nacionalmente, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso até a crise política da década de 2010, houve, na prática, um bipartidarismo entre dois campos políticos polarizados pelo PSDB e pelo PT (Weller; Limongi, 2024). É evidente que os governos diversos escolhem administradoras afins com sua agenda política, e não foi diferente no caso do Arquivo Público. Isabel Oliveira Perna Almeida, diretora durante os governos petistas, de Olívio Dutra (1999-2002) e Tarso Genro (2011-2014), foi bastante transparente:

> **Isabel:** Bom, quando se ganhou... [as eleições de 1998] antes de se ganhar o governo do Estado, propriamente dito, quer dizer, é, antes de se ganhar o governo do Estado, acho que isso já foi no segundo turno, quando teve a possibilidade, quando se vislumbrou a possibilidade de que nós iríamos ganhar o governo do Estado. E daí eu tinha um deputado que eu seguia muito, que eu gostava, que eu achava ele um cara exemplar, que me representava muito e fui falar com ele. Eu digo, olha, enfim, me apresentar, olha, existe a possibilidade de a gente ganhar o governo do Estado, eu sou funcionário de lá, tarará, tarará, e gostaria de dirigir o Arquivo.
>
> **Rodrigo:** Tu sentes à vontade de dizer quem era esse deputado?
>
> **Isabel:** Sim, Flávio Koutzii.
>
> **Rodrigo:** Flávio Koutzii. Então em quais governos aconteceu a tua atuação no Arquivo como diretora?
>
> **Isabel:** Nas duas vezes em que o PT foi governo.[642]

[642] Entrevista concedida por Isabel Oliveira Perna Almeida a Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de abril de 2024.

Os projetos da instituição nunca foram ameaçados em uma transição política, porém. Mesmo que algumas entrevistadas tenham colocado que as gestões petistas tenham dado mais ênfase à difusão e especialmente à discussão sobre a documentação do período da ditadura – algo destacado pela própria entrevistada Isabel –,[643] o SIARQ/RS nunca foi abandonado. Da mesma forma, a educação patrimonial, iniciada na primeira gestão de Almeida, por meio do projeto "Por Dentro do Arquivo", foi incorporada, anos após, como uma rotina de trabalho da instituição. Em 2008, na gestão de Rosani Feron, já vimos, firmou-se um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que deu novo início a uma iniciativa que era uma "menina dos olhos" da gestão anterior, e garantiu sua continuidade até os dias de hoje. O Programa de Educação Patrimonial é um bom exemplo do que estou chamando de "continuidade administrativa" com "alternância partidária". Essa constatação também não significa a inexistência de contrastes quanto à forma de gerir. Especialmente no primeiro governo da Administração Popular, a proposta de uma gestão pública participativa era tomada como um caminho para o Estado:

> Nesse contexto, ressalta-se a importância de alguns conceitos para o Partido dos Trabalhadores e, por extensão, para os seus militantes e, dentre esses, muitos alçados à condição de gestores, tais como o de democracia, o de participação e ainda a concepção de planejamento funcionando *como parâmetro, estímulo e sinalização* e não mais fundamentado *numa ideia de plano pensado como racionalidade taxativa, superior, auto-suficiente*, pois, sendo uma gestão participativa, a criatividade é parte integrante do seu funcionamento e, portanto, o planejamento deve funcionar como um parâmetro (Almeida, 2005, p. 50).

Sem pretender negar a especificidade da experiência do Partido dos Trabalhadores, há que relativizá-la ao sublinhar que desde o início da implementação do SIARQ/RS ocorreram discussões bastante horizontais, conforme atestam o livro de atas do Sistema ainda preservado e diversas entrevistas de história oral. Sobre o caráter do Estado na Nova República, ver o último subcapítulo.

Weller e Limongi (2024) sustentam que, até a crise política da década de 2010, a democracia brasileira foi afiançada por arranjos de conciliação. Sem querer entrar em minúcias de sua argumentação, que guarda aspectos delicados – por exemplo, a impunidade de torturadores como garante da democracia brasileira – parece pertinente que a partir daquele momento, a "democracia negociada" entrou em crise, quando a aniquilação do opositor passou a ser valorizada em detrimento da busca (tensa) pela construção de consensos. Por exemplo, até 2014, nenhuma eleição presidencial teve sua legitimidade questionada, mesmo quando ascenderam ao poder forças políticas de esquerda, o que é assinalado pelos autores como sinal de saúde do regime democrático.

Parece cedo para afirmar, mas possivelmente a polarização política no Rio Grande do Sul tenha passado de um antagonismo entre petismo e antipetismo para a oposição

[643] Entrevista concedida por Isabel Oliveira Perna Almeida a Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de abril de 2024.

entre extrema-direita e direita liberal, que para se sustentar eleitoralmente carece dos votos de esquerda. Essa interpretação, ainda que um pouco prematura, se sustenta no desenrolar dos pleitos eleitorais de 2018 e 2022. Com a ascensão da extrema-direita e o esvaziamento do PSDB como canal dos setores descontentes com o PT, o primeiro partido desidratou-se de forma visível em um plano nacional. No Rio Grande do Sul, pelo contrário, elegeu e reelegeu o governador Eduardo Leite, originalmente tucano, agora no PSD. A despeito do apoio de Leite a Bolsonaro no segundo turno de 2018 e do fato de não ter aberto seu voto em 2022, o governador do Rio Grande do Sul nunca foi o predileto da extrema-direita, tendo sofrido inclusive com campanhas difamatórias.

Uma direção alinhada com o centro político – ou com uma direita não-bolsonarista, como julgue o leitor – amorteceu, na instituição, durante a gestão de Aerta Grazziolli Moscon, o impacto da polarização política que assolou a sociedade a partir do *impeachment* de Dilma Vana Rousseff e do esgotamento da "democracia negociada" apresentada por Weller e Limongi (2024). Na condução da crise da pandemia do início da década de 2020, o governo estadual foi reconhecido pelos técnicos como uma gestão que lhes dava ouvidos (Weimer, 2023). Como veremos, é uma característica do modelo administrativo gerencial esse peso, para o bem ou para o mal, dado à técnica. No microcosmo do Arquivo Público, isso permitiu a continuidade dos trabalhos de gestão e difusão sem maiores sobressaltos.

10.7 Um Estado gerencial

No dia 8 de agosto de 2019, as redes de comunicação social do Governo do Estado publicaram a reportagem intitulada "DescomplicaRS eliminará excesso de burocracia nos serviços públicos".[644] A reportagem utilizava a imagem de uma pilha de documentos de mais de quatro metros de altura como símbolo de uma burocratização que se pretendia deixar para trás, por meio de 21.371 normas publicadas entre 1989 e 2018 revogadas – basicamente o período entre a Constituição e o governo Eduardo Leite. Naquele momento, propagandeava-se também a revogação de 300 decretos desatualizados. Nas palavras do então secretário de Planejamento, Governança e Gestão, Claudio Gastal: "É o peso da burocracia no serviço público, que afeta diretamente o cidadão. Temos de olhar para dentro, questionar os motivos pelos quais fazemos o que fazemos, e eliminar o que não faz sentido". Em 5 de junho do ano seguinte, o "revogaço" voltou a ser noticiado. "O chamado revogaço, ação conjunta da SGGE e Casa Civil, analisou, desde o início da gestão, 21.332 normas e já eliminou 19.930 por excesso de burocracia (18.430 exauridas pelo tempo e o restante por outras razões)."[645]

[644] https://www.edp.rs.gov.br/descomplicars-eliminara-excesso-de-burocracia-nos-servicos-publicos. Acesso em: 6 maio 2025.
[645] https://www.estado.rs.gov.br/conselho-de-desburocratizacao-retoma-atividades-e-revoga-300-decretos-em-desuso. Acesso em: 6 maio 2025.

Imagem 83 – Pilha de papéis representando a burocracia a ser eliminada



Fonte: https://www.edp.rs.gov.br/descomplicars-eliminara-excesso-de-burocracia-nos-servicos-publicos. Acesso em: 6 maio 2025.

Aqueles papéis eram avulsos meramente ilustrativos, mas na imagem cumpriam o papel de documentos públicos, para simbolizar um "peso que não faz sentido". Temos um índice do lugar semiótico a que a administração gerencial relega a documentação pública. Por "gerencial" está-se aqui entendendo uma série de modificações na administração pública a partir de meados dos anos 1990, quando, na sequência da redemocratização e do caótico governo de Fernando Collor de Mello, novas propostas e paradigmas foram colocados no trato da coisa pública.

Naquela ocasião, alguns textos afirmavam estar em superação a administração pública burocrática, entendida como um entrave inadequado às necessidades de uma sociedade em processo de globalização (Keinert, 1994; Martins, 1997 [1995]; Bresser-Pereira, 1996).[646] Sob o prisma dos autores citados, o Estado interventor estava com os dias contados, uma vez que obstaculizaria aspectos como a eficiência, a qualidade, a excelência, o interesse coletivo, ao seu ver incompatíveis com os processos clássicos de burocratização. Evidentemente, ninguém se oporia a esses atributos, em si, do Poder Público; porém é contraditório que, ao propugnar reformas na Carta de 1988, lida por Bresser-Pereira como um "retrocesso burocrático", os próprios autores indiquem que a burocracia weberiana

[646] Não se pretende, aqui, realizar um levantamento exaustivo sobre a área da administração pública. Antes, pincelar alguns aspectos panorâmicos quando pertinentes à discussão realizada acerca do Arquivo Público.

propriamente dita – isto é, caracterizada pela universalidade de procedimentos, pelo provimento por concurso público, pela racionalização administrativa, pela impessoalidade, pela profissionalização do corpo técnico, pela padronização orçamentária e de compras estatais, pela hierarquia (Faganello e Dasso Júnior, 2022) – nunca fora efetivada no Brasil em suas últimas consequências. De fato, as reformas administrativas de 1936 e 1967, ambas resultantes de períodos de exceção, lograram a manutenção de aspectos descritos pelos autores como "patrimonialistas", conforme os próprios Bresser-Pereira e Martins minuciosa e argutamente destacaram. Essas observações permitem recuperar elementos aqui analisados nos subcapítulos 5.3 e 5.4: aspectos daquilo que Nunes (2003) qualificou como gramática política clientelista estiveram presentes desde a "racionalização burocrática" empreendida na Primeira República por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros e atribuída pelos epígonos e, mais que isso, persistiram às iniciativas de Getúlio Vargas, com o DASP.

Todavia, de forma um tanto dogmática, Bresser-Pereira, sem argumentos suficientes a meu ver, elenca o paradigma burocrático como um todo como adversário, ainda que este nunca tenha sido levado a cabo de forma consequente. Ademais, admite que a parcial descentralização administrativa operada em 1967 fomentou, de forma nefasta, a perduração dos ditos vieses patrimonialistas. Desta maneira, propunha um modelo administrativo distinto, uma "[administração] moderna, eficiente, controlada por resultados, voltada para o atendimento ao *cidadão-cliente*" (Bresser-Pereira, 1996, p. 23. Grifos meus). É bem verdade que o autor afirmava que sua proposta continha um caráter "social-democrático" ao contrário de "neo-liberal", admitindo um papel regulador e a presença do Estado, que

> continuam necessárias, na educação, na saúde, na cultura, no desenvolvimento tecnológico, nos investimentos em infra-estrutura – uma intervenção que compense os desequilíbrios distributivos provocados pelo mercado globalizado, mas principalmente que capacite os agentes econômicos a competir a nível mundial (Bresser-Pereira, 1996, p. 7).

No entanto, o discurso privatista e a proposta de uma administração focada em resultados e não em processos parecia carecer, naquele momento, de uma delimitação mais precisa de seus contornos. Pelo contrário, por meio de brados de "modernidade" e "eficiência", uma retórica a que, em si, ninguém em sã consciência se oporia, constituiu um significante praticamente vazio, que seria preenchido nas décadas seguintes pelos setores denominados por Faganello e Dasso Júnior (2022) como "ultraliberais". Isso porque, ao se associar o cidadão à figura do *cliente*, fica ensejada uma redução da cidadania ao consumo de serviços prestados pelo Estado, que se despolitiza e se transforma em uma agência de afazeres e atividades. Entretanto, o Estado segue definindo políticas públicas que, a despeito de apresentarem-se como "tecnicidades", sempre são e serão efeito de disputas sociais nas arenas apropriadas ao jogo democrático. Ora, a retórica então admitida como uma panaceia – e panaceias sempre são respostas rápidas e simplistas para problemas complexos – serviu como uma luva ao neoliberalismo, a despeito do caráter social-democrático defendido formalmente por Bresser-Pereira.

Faganello e Dasso Júnior (2022) inventariaram as “reformas”, termo empregado entre aspas porque ao seu ver não melhoraram a performance estatal de forma significativa, ocorridas ou tentadas desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. É importante destacar que a abordagem gerencialista perpassou governos de distintos matizes do espectro político, da extrema direita (Bolsonaro) à esquerda (Luis Inácio Lula da Silva) passando, é claro, por sua versão original pela direita neoliberal. Assim, os autores apresentaram as iniciativas dos anos 1990, em que o próprio Bresser-Pereira foi um protagonista, a Agenda Nacional da Gestão Pública de 2009, em que um governo de esquerda encampou uma proposta originalmente de autoria de Gerdau Johannpeter e Mangabeira Unger e, finalmente, uma proposta particularmente predatória ao serviço público intentada em 2020, em pleno processo pandêmico, por Paulo Guedes sob o governo de Jair Bolsonaro. Apesar das óbvias diferenças políticas dos governos que as propuseram, as iniciativas – ou tentativa – reformistas convergem, com maior ou menor radicalismo, a uma proposta gerencial, que se caracteriza

> 1) defesa da lógica do privado em detrimento da lógica do público; 2) aparência de inevitabilidade e consenso; 3) discurso rico em eufemismos; 4) doutrina com “roupagem científica; 5) retorno ao individualismo; 6) substituição da democracia pela tecnocracia ou “tirania dos especialistas”; e 7) economia como centro do ser humano.
>
> O Gerencialismo ou Nova Gestão Pública consiste em um modelo de Administração Pública oriundo da administração privada, com tendências ultraliberais. Devido às suas raízes, o modelo Gerencial deixa de lado o conceito de cidadania e passa a utilizar outros do setor privado, como cliente, consumidor e usuários dos serviços, levando um caráter privatista, comercial e economicista à administração pública (Faganello; Dasso Júnior, 2022, p. 212-213).

Longe estamos, aqui, de demonizar a profissionalização e a técnica arquivísticas. Pelo contrário, este livro é pródigo em demonstrações de seus efeitos benéficos. Mas também é necessário registrar que esses efeitos são resultantes de um projeto de sociedade: o desenvolvimento da arquivística no Brasil decorre do processo de redemocratização e da transparência do fazer da coisa pública. A técnica, por si só, esvaziada de projeto político, não tem o condão de garantir perspectivas transformadoras ou mesmo inovadoras.

Voltamos assim ao microcosmos do Arquivo Público. Almeida apresentou sua gestão, e a de Olívio Dutra como Governador do Estado de uma forma mais ampla, como uma alternativa *participativa* ao gerencialismo (Almeida, 2005). Todavia – e essa é uma impressão compartilhada por diversas servidoras mais experientes – a construção coletiva esteve no âmago da tomada de decisões no Arquivo Público desde, pelo menos, seu ingresso na gestão de Lenir Fernandes. A diferença parece estar mesmo na forma como o Estado de viés gerencial frequentemente encarou o Arquivo Público.

Apesar do enraizamento social construído por direções envolvidas na profissionalização da arquivística contemporânea e, sobretudo, por trabalhadoras e trabalhadores da casa, como vimos analisando ao longo deste livro, o Arquivo Público infelizmente ainda é visto por algumas pessoas e setores da administração pública como um *Palácio de Papel*

– o que explica as dificuldades para implementar a gestão documental no Estado e até mesmo para consertar um elevador ao longo de uma década. Ainda que coroasse iniciativas anteriores, não é coincidência que as obras de restauração e retomada do prédio 3 tenham se concretizado ao longo da primeira Administração Popular, que a exemplo do governo de Pedro Simon encarou o Arquivo Público como mais do que um amontoado de papel velho. Essa é a bênção e a maldição do Arquivo Público, já que este lugar, a despeito do desprestígio de que vem acompanhado, também blindou a instituição de injunções que comprometessem de forma grave a profissionalização almejada e conquistada desde 1989.

Papel velho é às vezes associado a entrave burocrático inútil, e não, desde que *eficientemente gerido* – e a referência aqui é ao conceito arquivístico de gestão documental, e não às falas gerencialistas – ao fazer e refazer da história e da memória de um povo. Espero ter demonstrado ao longo deste livro que, muito mais do que um depósito, o Arquivo Público é uma instituição cheia de vida – e mesmo com algumas mortes – que ao longo de 120 anos trilhou um belo caminho, acidentado, mas belo, rumo a propostas mais democráticas de lidar com documentos que constituem a *coisa pública* e ao fim e ao cabo pertencem à sociedade, que deve cada vez, mais e mais, apropriar-se deles.

Imagem 84 – Ilustração estilizada dos prédios da *acrópole* e da *ágora* porto-alegrenses em 2023



Fonte: Ilustração de Marcos Fallavena.

Conclusão

O Arquivo e a cidade *ou* rumo aos próximos 120 anos

Espero ter demonstrado, ao longo desta pesquisa, que o Arquivo Público, durante sua história, interagiu de forma dinâmica com a sociedade, com a cidade, com a *polis*, ao seu redor, de diferentes maneiras. Em seus primórdios na Primeira República, a instituição cumpria um papel subsidiário a um Executivo autoritário que estendia seus tentáculos sobre outros poderes. Esse motivo, inclusive, ajuda a entender a presença da documentação judiciária em seu acervo. Em paralelo, a constituição de um acervo histórico colocava a República como *telos* do porvir. Entretanto, é importante que se diga que, no momento inicial, a prática de emissão de certidões, então confeccionadas de forma artesanal, teve uma difusão importante e representou o enraizamento social da instituição. Quer dizer, ao mesmo tempo em que o acervo espelhava a memória do poder, a instituição espraiava-se sobre a sociedade prestando importantes serviços. Naquela ocasião, a direção foi ocupada diversas vezes por intelectuais de peso, que vincularam o Arquivo Público aos seus projetos político-intelectuais. Além disso, é importante não esquecer que a implantação do conjunto arquitetônico monumental conformou parte de uma dinâmica social excludente, na qual a população considerada desnecessária pelos higienistas da Primeira República foi varrida dos arredores. Se essa foi uma dinâmica mais ampla, que não concernia exclusivamente aos Palácios da Riachuelo, certamente ela foi alimentada pela implantação de prédios administrativos no centro da cidade de Porto Alegre.

No período varguista, com desdobramentos no período democrático subsequente, a instituição especializou-se na emissão de certidões e no armazenamento de papel velho. Ainda que tenhamos tido, nos anos 1940 e 1950, um longo mandato de Manoelito de Ornellas, os diretores em geral não tiveram o prestígio intelectual e a influência política de seus congêneres da Primeira República. Ainda na década de 1920, o acervo histórico foi deslocado da instituição, que se dedicou daquele momento em diante ao atendimento de demandas judiciais dos cidadãos. De forma aparentemente paradoxal, esse direcionamento praticamente exclusivo não se expressou em um ampliamento da difusão social do Arquivo Público, já que, proporcionalmente à população rio-grandense, o quantitativo de certidões foi decrescente. A desorganização institucional, decorrente de motivos diversos apresentados ao longo desta pesquisa, redundou em uma tentativa de disciplinamento expressa em sindicâncias à véspera do(s) golpe(s) de março de 1964.

Ainda que se tenha apresentado como um regime moralizador, prometendo corrigir irregularidades herdadas do período anterior, e ainda que de fato se tenha propugnado uma direção técnica, a ditadura falhou em seu declarado propósito. Regimes autoritários, ao contrário do que possam pensar seus simpatizantes antidemocráticos, não são propícios à correção de distorções e corrupções pequenas ou grandes, uma vez que o controle social sobre o Estado se esvai. Diante disso, de nada adiantam quaisquer intenções tecnocráticas. Assim sendo, quando houve uma primavera democrática no jardim da República, nos anos 1980, dentre as primeiras ações das gestões comprometidas com o novo regime, esteve colocar para correr os "picaretas" que assolavam o acervo.

O período em que atualmente vivemos ampliou o alcance social do Arquivo Público, desta feita não mais por meio da abrangência das certidões que, pelo contrário, decaiu, mas por meio da profissionalização das atividades arquivísticas. De palácio de papel velho, o Arquivo Público tornou-se o órgão responsável pelas políticas de gestão documental no âmbito do governo estadual do Rio Grande do Sul, executando um imprescindível papel intelectual de administração dos acervos públicos do Estado em geral, e não mais apenas dos papéis sob sua custódia. Erigido ao centro do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul, a instituição enfrentou alguns desafios graves trazidos pelo antropoceno, como a pandemia da Covid-19 e a enchente de 2024. Paralelamente, por meio de atividades como a pesquisa pública, para a qual contribuiu com importantes catálogos seletivos, e como a educação patrimonial, as atividades de difusão também foram contempladas de forma louvável.

Creio que o aperfeiçoamento das atividades institucionais, longe de coroar um progresso inexorável, impessoal e misterioso, rumo à profissionalização, só foi possível graças à democracia construída no Brasil desde a década de 1980, e posta sob sério risco nos últimos anos, com a ascensão de setores sociais e políticos que a desprezam. Ora, a democracia é o mais imperfeito dos regimes políticos existentes – exceto todos os demais. Os diferentes e bem-sucedidos projetos arquivísticos empreendidos pela instituição nas últimas décadas só foram possíveis porque o *demos* está no *kratos*. A democracia é o mais precioso dos bens da sociedade brasileira, e sem ela não teria sido possível a modernização da gestão documental, a popularização do acesso público aos acervos, a preservação de acervos digitais ou qualquer outro avanço no terreno da gestão, da preservação ou da difusão. Mesmo se esses fossem possíveis sem ela, seriam conquistas de Pirro.

No questionário dirigido aos entrevistados, uma das questões finais foi a importância do Arquivo Público para a administração pública e para a sociedade gaúcha. A tônica das respostas dos entrevistados que ocuparam cargos diretivos foi a preservação da memória, seja implicitamente, no primeiro excerto – mais direcionado à memória da administração pública –, seja textualmente, nos demais – no que toca à memória social de forma mais ampla. Carla Segatto assinala também o papel do Arquivo Público na produção do conhecimento.

Carlos Aléssio Rossato: Eu acho que é determinantemente importante porque o arquivo, a documentação, é a própria administração que fica ali. Todos os atos administrativos, os atos administrativos que estamos ali no documento, que hoje não são mais em papel, não são tudo online, mas é o histórico da administração pública. Até pra futuramente alguém comparar o que foi feito, o que deixou de ser feito, o povo, o testemunho, etc. Eu acho que a gestão da documentação pública é interessantíssima, tem que ser.[647]

Rosani Gorete Feron: Então eu acho que sem a memória, sem o passado, aquela velha frase: como que a gente vai evoluir se tu não tem o passado?[648]

Eloá Pozzobon: Ah, eu acho que é muito importante que é a memória do país, do estado, dos municípios, sem memória, o que nós vamos ter?[649]

Isabel Oliveira Perna Almeida: Por ser uma instituição que trabalha com essa questão, que dá importância para essa questão da memória, da cidadania, que quer as pessoas lá dentro, e para a gestão pública que também, se der as condições, vai facilitar a vida para o gestor também, um gestor que nem trabalha com memória, mas enfim, ele tem documentos.[650]

Aerta Grazzioli Moscon: Então, para mim, ele é peça importante para a sociedade, porque aqui dentro a gente está preservando a memória, a história dos cidadãos gaúchos, e também é uma questão de, não só de história, e sim de preservação de direitos, porque baseado nesses documentos, tu resgata direitos também, então eu acho que ele é de suma importância para a sociedade gaúcha, para historiadores, no geral, para todo mundo ele é muito importante, porque aqui dentro a gente está preservando a memória do estado do Rio Grande do Sul e os direitos dos cidadãos gaúchos.[651]

Carla Vargas Segatto: Eu acho que, como eu disse, eu não consigo imaginar um arquivo organizado, limpo, e daí vamos pensar assim, um arquivo limpo, organizado, tudo indexado, atom, nas redes sociais bombando, e as pessoas não utilizarem. Então eu vejo, assim, a importância do arquivo como um multiplicador, assim, sabe? Conhecimento, gerar conhecimento, produzir conhecimento a partir dos documentos, e isso para mim é o… Quando eu vejo, assim, alguém dizendo assim para mim, ah, eu só fiz uma tese, sabe? Eu fiz uma dissertação sobre o arquivo, sei lá, sobre isso, sobre isso. Eu utilizei os documentos do arquivo para produzir um artigo, enfim, alguma coisa. A gente vê que é para isso que ele serve, sabe? É para gerar esse conhecimento. Também acho que é muito importante, e daí não só do aspecto histórico, mas a gestão documental em si, ser um aparato para o servidor e para o cidadão para conhecer um pouco mais por dentro do governo, dos governos, poder fiscalizar esses governos, poderem ter acesso à informação que eles julgarem necessária, e aí por isso os documentos precisam estar preservados, e aí digitalmente ou fisicamente, o Estado precisa garantir que as pessoas tenham acesso e conheçam as políticas públicas, conheçam o que foi feito nas gestões dos governantes, que isso seja transparência para a sociedade, para a comunidade. É uma forma de garantir a cidadania também de uma comunidade, de uma população.[652]

A memória aparece aqui como um repertório de experiências pretéritas, sobretudo governamentais, cujo conhecimento pode substancializar a atuação da sociedade diante de problemas históricos comparáveis. Também não se percebe uma distinção muito nítida entre “memória” e “história”, ambas atuando conjuntamente em uma atualização do modelo *magistra vitae*. Quer dizer, a administração pública pregressa pode ensinar à atual.

---

[647] Entrevista concedida por Carlos Aléssio Rossato para Rodrigo de Azevedo Weimer em 12 de março de 2025.
[648] Entrevista concedida por Rosani Gorete Feron para Rodrigo de Azevedo Weimer em 16 de abril de 2024.
[649] Entrevista concedida por Eloá Pozzobon para Rodrigo de Azevedo Weimer em 5 de fevereiro de 2024.
[650] Entrevista concedida por Isabel Oliveira Perna Almeida para Rodrigo de Azevedo Weimer em 17 de abril de 2024.
[651] Entrevista concedida por Aerta Grazzioli Moscon para Rodrigo de Azevedo Weimer em 30 de abril de 2025.
[652] Entrevista concedida por Carla Vargas Segatto para Rodrigo de Azevedo Weimer em 30 de abril de 2025.

Entretanto, já vimos que mesmo entre os primeiros administradores, na aurora da República, a história como "mestra da vida" atuava de forma híbrida com aquilo que se imaginava ser o desenrolar de "leis históricas". Ademais, vimos também que uma administração pública gerencial despreza o legado do passado como símbolo de uma burocratização indesejável. Sem querer me contrapor às falas dos gestores e sem desmerecer o primoroso trabalho de história e memória feito até aqui, talvez uma boa conclusão para este já longo estudo seja tentar qualificar o significado de "memória" que, evidentemente, não é um substantivo inócuo.

A historiadora Aleida Assman (2011) trata de diferenciar o que chama de "memória funcional" da "memória cumulativa". A primeira caracteriza-se por ter uma referência grupal em relação à qual é seletiva; vincula-se a valores e orienta-se ao futuro. A segunda, vinculada à disciplina histórica, é uma espécie de meta-memória, já que contempla também aquilo que perdeu uma relação vital mais imediata com o presente. A memória funcional, ao se amparar em um sujeito que se pretende seu portador ou depositário, desempenha um papel de legitimação de uma memória política oficial. A memória cumulativa lhe serve de fundo e é mais abrangente do que a outra, porque tem uma vocação universalista e contém um repertório largo passível de alimentar diferentes memórias funcionais. Assim, ela desempenha um papel corretivo diante daquela, já que, partir de perspectivas mais amplas pode relativizá-la, criticá-la e transformá-la. A autora é bastante enfática quando assinala que contextos autoritários tendem a dar destaque à primeira, ao passo que uma sociedade democrática interessa-se pelo passado de uma forma mais global. Não é demais lembrar que, na antevéspera do Estado Novo, uma parcela significativa da história dos negros do Rio Grande do Sul foi eliminada por uma memória que pode ser associada à funcional, que não a admitia como válida para o tipo de registro de memória que se admitia como legítima.

Os dois tipos de memória são interdependentes. A memória cumulativa, se desvinculada da memória funcional, é uma fantasmagoria – já que são os grupos sociais que lhe conferem sentido –, e esta, se autônoma em relação àquela, decai à condição de uma massa de informações sem significado – uma vez que carece de uma contextualização mais ampla. Todavia, Assmann (2011, p. 368-369) também observa que em Estados "antiliberais e totalitários" os arquivos são mantidos em segredo, tendendo à reprodução de uma memória funcional de legitimação dos regimes. Ao contrário, nas democracias a memória cumulativa deve ser acentuada, de modo que, como bem comum e público, está disponível para livre apropriação, utilização e interpretação pelos cidadãos. Isso se aplica justamente aos regimes castilhista-borgista, florista e do Estado Novo. As restrições ao acesso foram mantidas na vigência da democracia de 1945-1964 e nos anos 1970. A exemplo do evidenciado nos privilégios no acesso à documentação dos doutos do IHGRGS naquela década, o Arquivo Público teria que esperar a redemocratização para uma ampliação efetiva do acesso aos documentos, entendidos daquele momento em diante como patrimônio público pertencente *à cidade*, e não *ao Arquivo.*

Vida longa ao Arquivo Público! Que seja uma vida institucional ainda pautada pelo privilégio, portanto, da memória cumulativa, do acesso público à documentação, e, como Jano bifronte, com o olhar também direcionado ao atendimento das demandas governamentais por gestão documental. Que, mais do que apenas destacar a importância da memória, percebamos o caráter e o papel democratizante do acesso a ela, porque é a democracia que possibilitou o maior salto qualitativo à instituição. Que possamos, cada vez mais e mais, seguir mantendo as decisões institucionais sob o crivo da apreciação e do interesse públicos.

Anexo I

Listagem de diretores[653]

Diretor		Período	Presidente, Interventor ou Governador
Carlos Emílio Haag		14/3/1906 a 1918	Borges de Medeiros (PRR) Carlos Barbosa Gonçalves (PRR) Borges de Medeiros (PRR)
Nathaniel Cunha		31/10/1918 a 1919	Borges de Medeiros (PRR)
Florencio Carlos de Abreu e Silva[654]		26/1/1920 a 1924	Borges de Medeiros (PRR)
Alcides Maya		21/8/1924 a 1925	Borges de Medeiros (PRR)

[653] Autoria de Iara Gomide Machado (*in memoriam*) e Marta Helena de Araújo. Revisão de Luis Eduardo Grahl.
[654] Fernando Antunes assumiu interinamente em 9/10/1922.

Francisco Rodolpho Simch		15/5/1925 a 1926	Borges de Medeiros (PRR)
Edmundo Gonçalves de Carvalho[655]		1/2/1926 a 1928	Borges de Medeiros (PRR)
Alcides Flores Soares[656]		18/1/1928 a março de 1928	Borges de Medeiros (PRR) Getúlio Vargas (PRR)
Erico Ribeiro da Luz		9/4/1928 a 1930	Getúlio Vargas (PRR)
Spartaco Dornelles Vargas		13/10/1930 a 1934	Flores da Cunha (PRL)
José Soares Marino	Não encontrado	21/3/1934 a 1938	Flores da Cunha (PRL) Daltro Filho Maurício Cardoso Cordeiro de Farias
Emilio D'Artagnan de Carvalho	Não encontrado	17/3/1939 a 1942	Cordeiro de Farias
Joaquim Guerreiro Chaves[657]	Não encontrado	1942	Cordeiro de Farias

[655] Edmundo Gonçalves de Carvalho, funcionário de carreira, assumiu a direção interinamente durante o mandato de Francisco Rodolpho Simch, em 1/2/1926.
[656] Permaneceu dois meses no cargo.
[657] Joaquim Guerreiro Chaves esteve na direção do Arquivo Público em 1942, porém não existem registros seguros de sua data de atuação.

Arthur do Prado Sampaio		4/12/1942 a 1945	Cordeiro de Farias Ernesto Dornelles
Manoelito de Ornellas		14/11/1945 a 1955	Cylon Rosa (PSD) Walter Jobim (PSD) Ernesto Dornelles (PTB) Ildo Meneghetti (PSD)
Miguel Bertini Costa		26/4/1955 a 1959	Ildo Meneghetti (PSD)
Amaury Daudt Lampert		13/2/1959 a 1959	Leonel Brizola (PTB)
Antônio Montserrat Martins		02/7/1959 a 1963	Leonel Brizola (PTB)
Clóvis Libero Cardoso		7/3/1963 a 1964	Ildo Meneghetti (PSD)

Henrique Canisio Vogel[658]		17/9/1964 a 1972	Ildo Meneghetti (PSD) Walter Peracchi Barcelos (ARENA) Euclides Triches (ARENA)
Benjamin Silveira Arruda		12/7/1972 a 1979	Euclides Triches (ARENA) Sinval Guazzelli (ARENA) Amaral de Souza (ARENA)
Julia Conceição Nocchi[659]		25/6/1979 a 1983	Amaral de Souza (ARENA / PDS)
Ede da Cunha Pesce		15/3/1983 a 1984	Jair Soares (PDS)
Maria da Graça Mossmann Braga		04/6/1984 a 1986	Jair Soares (PDS)
Claudio Luiz Chaves Cirne Lima		04/4/1986 a 1987	Jair Soares (PDS)

[658] Nomeado como diretor substituto em 19/3/1964.
[659] Conforme a ficha funcional, foi exonerada do cargo em 8/4/1983. No entanto, no mesmo documento consta a designação de Ede da Cunha Pesce em 15/3/1983.

Carlos Aléssio Rossato		12/8/1987 a 1991	Pedro Simon (PMDB) Sinval Guazzelli (PMDB)
Lenir Beatriz da Luz Fernandes		4/2/1992 a 1995	Alceu Collares (PDT)
Rosani Gorete Feron		30/5/1995 a 1996	Antônio Britto (PMDB)
Eloá Maria Possebon[660]		29/4/1996 a 1997	Antônio Britto (PMDB)
Vanderlino Horizonte Ramage		14/8/1997 a 1999	Antônio Britto (PMDB)
Isabel Oliveira Perna Almeida		4/1/1999 a 2002	Olívio Dutra (PT)

[660] Eloá Maria Possebon atuou como substituta de Rosani Feron a partir de 27/9/1995.

Rosani Gorete Feron		2/1/2003 a 2010	Germano Rigotto (PMDB) Yeda Crusius (PSDB)
Isabel Oliveira Perna Almeida		1/1/2011 a 2014	Tarso Genro (PT)
Débora Flores		23/3/2015 a 2016	José Ivo Sartori (PMDB)
Aerta Grazzioli Moscon		2/6/2016 a 2025	José Ivo Sartori (PMDB) Eduardo Leite (PSDB) Ranolfo Vieira Júnior (PSDB) Eduardo Leite (PSDB)
Carla Vargas Segatto		23/7/2025 – atual	Eduardo Leite (PSDB)

Anexo II

Procedimentos metodológicos para a elaboração dos gráficos 10-12 e 14-15

Nas seguintes tabelas, constam as séries com o quantitativo de emissões de certidões. A heterogeneidade de fontes utilizada recomenda cautela, mas considerando o modesto objetivo de captar tendências gerais, o resultado é satisfatório. Na primeira tabela, basicamente, o período 1906-1930 baseou-se nos relatórios do Presidente do Estado, 1931-1937, 1938-1942 no relatório do interventor Cordeiro de Farias e os demais, de esparsos relatórios administrativos do órgão.

Tabela 1906-1965

1906	43	**1926**	*8248*	**1946**	*3246*
1907	677	**1927**	*9101*	**1947**	3549
1908	1113	**1928**	*10042*	**1948**	*3545*
1909	1647	**1929**	11081	**1949**	*3541*
1910	2095	**1930**	7953	**1950**	*3538*
1911	2696	**1931**	9359	**1951**	*3534*
1912	3463	**1932**	*7704*	**1952**	*3530*
1913	3477	**1933**	*6342*	**1953**	*3526*
1914	2920	**1934**	*5221*	**1954**	*3523*
1915	2473	**1935**	4298	**1955**	*3519*
1916	2390	**1936**	*4485*	**1956**	*3515*
1917	3795	**1937**	4679	**1957**	*3512*
1918	4858	**1938**	3006	**1958**	*3508*
1919	5151	**1939**	2226	**1959**	*3504*
1920	6547	**1940**	2526	**1960**	3500
1921	7565	**1941**	3964	**1961**	3433
1922	7286	**1942**	2309	**1962**	*1878*
1923	6252	**1943**	2394	**1963**	*1027*
1924	6410	**1944**	2714	**1964**	561
1925	6140	**1945**	*2968*	**1965**	315

Todos os números em itálico resultam de inferências. Nesses casos, atribuí uma taxa anual de crescimento (ou decréscimo) percentual constante, de que resultam os quantitativos anuais abaixo relacionados. A decisão metodológica leva a tabela a captar apenas flutuações mais longas, não sendo sensível às variações mais rápidas nos intervalos completados por progressão geométrica. Provavelmente, distorce a emissão de certidões no sentido de uma maior regularidade do que a que de fato teve. Por exemplo, a média indica uma pequena e constante diminuição no número de certidões emitidas na década de 1950, quando de fato deve ter havido flutuações, talvez mesmo significativas, entre os dois extremos 1947-1960. Em períodos mais curtos, de fato, há modificações importantes.

1925-1929: +10,343%
1931-1935: -17,679%
1935-1937: +4,339%
1944-1947: +9,34%
1947-1960: -0,106%
1961-1964: -45,31%

Outros intervalos deduzidos por inferência são os de 1925-1929, 1931-1935, 1944-1947, 1961-1964. Suas variações são factíveis. 1925-1929 corresponde a uma tendência de expansão significativa do número das certidões emitidas nas primeiras décadas de existência da instituição; 1931-1935, a uma tendência de baixa na emissão de certidões no pós-1930 confirmada pela que segue na segunda metade da década; 1944-1947 corresponde à especialização do APERS em funções cartoriais, a que se seguiria uma tendência de estabilidade vinculada ao abandono da instituição; 1961-1964 corresponde à desorganização institucional anterior ao(s) golpe(s) (ver capítulo VII).

Tabela 1971-1985

Para esse novo período foi necessária a criação de uma tabela diferente, uma vez que os critérios de cômputo mudaram. Não há dados entre 1965 e 1971. Com a introdução da fotografia e da xerografia na emissão de documentos, os relatórios passaram a registrar uma diferenciação entre “certidões” e “cópias fornecidas”, como atividades diferenciadas entre si. Não é possível somá-las porque tratam-se de coisas diferentes: as “certidões” referem-se a determinado número de documentos e as “cópias” registravam o quantitativo de laudas reproduzidas, e não de unidades documentais. Aparentemente, não se trata de um número de fotocópias *em cada* certidão, porque não é factível, por exemplo, 22 certidões com 830 páginas cada em 1983. Pelo contrário, tudo indica ser determinado número de certidões (do registro civil, talvez?) e *mais* determinado número de laudas em outros tipos documentais.

Ano	Certidões	Fotocópias fornecidas	Ano	Certidões	Fotocópias fornecidas
1971	304	13115	**1979**	66	18064
1972	294	13795	**1980**	47	19146
1973	236	16313	**1981**	49	19146
1974	152	19816	**1982**	45	19138
1975	186	18662	**1983**	22	18262
1976	178	14638	**1984**	22	15262
1977	199	14251	**1985**	28	18160
1978	140	23824			

Tabela 1997-2023

Temos uma nova tabela nos anos 1990 porque os critérios de registro modificaram-se uma vez mais. Novamente não há dados entre 1985 e 1997. Agora registrava-se o numérico de documentos emitidos, independente do fato de terem sido obtidos por fotocópias. Há um verdadeiro salto, de uma escala de dezenas para dezenas de milhares. Isso se deveu ao fato de as certidões terem se tornado gratuitas em 1994, o que levou a um verdadeiro *boom* no período democrático. Para 2003, há o registro apenas do primeiro semestre, e metodologicamente admitiu-se a mesma quantidade de certidões emitidas nos seis meses seguintes (sublinhado). Entre 2003 e 2008 realizou-se, novamente, uma progressão geométrica com taxa constante de crescimento de 1,8%. Os registros do intervalo 2008-2025 foram extraídos dos relatórios produzidos pelo sistema AAP (Administração de Acervos Públicos).

1997	13436	**2006**	*14360*	**2015**	7285
1998	17328	**2007**	*14619*	**2016**	5497
1999	14733	**2008**	14481	**2017**	3603
2000	13621	**2009**	14076	**2018**	3144
2001	19135	**2010**	14315	**2019**	3341
2002	14182	**2011**	14883	**2020**	1252
2003	13612	**2012**	15749	**2021**	888
2004	*13857*	**2013**	13040	**2022**	1044
2005	*14106*	**2014**	10541	**2023**	791

Para cálculo do número de certidões por população a cada década, tomei os seguintes dados, com milhares de habitantes. Repare-se que em 1930 não foi realizado censo, e que o censo de 2020 realmente foi feito em 2022:

População do RS (milhares de habitantes)	
1920	1993,368
1940	3320,689
1950	4164,821
1960	5388,659
1970	6664,891
1980	7773,849
1990	9004,520
2000	10187,798
2010	10693,929
2022	10882,965

As fontes são: 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970 – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981; 1984.
1980, 1990, 2000, 2010 – http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poprs.def. Acesso em: 17 out. 2024
2022 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama. Acesso em: 17 out. 2024.

Em boa parte das décadas não há uma base de dados mais confiável para fins de cálculo do total de certidões para fins da descoberta da proporção em relação à população. Por exemplo: quase todos os dados da década de 1950 resultam de uma dedução. Casualmente, as únicas décadas para as quais existem séries completas foram a de 1910 e o período 2013-2022 (para fins de comparabilidade foram utilizados dados deste intervalo, uma vez que o censo de 2020 atrasou), quer dizer, a primeira e a última da série. Um rigorismo maior levaria a perder variações importantes no decorrer do século. Além disso, apesar de uma série contínua 1971-1985, não foi possível trabalhar com esses dados, visto que temos o registro dual de laudas copiadas e certidões emitidas, sendo impossível apreender o total efetivo.

Assim sendo, para calcular a proporção do total de certidões em cada década pela população do Rio Grande do Sul, considerei apenas aquelas em que houvesse os dados brutos de ao menos cinco anos, ou seja, 50% dos anos da década. Por exemplo: para a década de 1930, havia os dados de 1931, 1935, 1937, 1938, 1939 e 1940, sendo os demais inferências. Evidentemente, quanto menor o número de anos com dados brutos disponíveis, menos confiável é o cômputo. Com base nesse critério, foram feitos os cálculos para as décadas de 1910, 1930, 1940, 2000 e o intervalo 2013-2022. Obtive o seguinte resultado:

População do RS (milhares de habitantes, por ano)		Número de certidões por década[661]	Razão (‰)
1920	1993,368	**1910**-37770	18,95
1940	3320,689	**1930**-49846	15,01
1950	4164,821	**1940**-31767	7,63
1960	5388,659		
1970	6664,891		
1980	7773,849		
1990	9004,520		
2000	10187,798		
2010	10693,929	**2000**-146744	13,72
2022	10882,965	**2013-2022**-4935	4,56

A interpretação de todas as tabelas e informações está no capítulo VI.

[661] De acordo com o calendário gregoriano, as décadas iniciam no ano 1 e se concluem no ano 0. Quer dizer, a década de 1910 termina em 1920.

Anexo III

Documentação trasladada do APERS para o AHRS em 1972

Há duas listagens, respectivamente de 30/10/1972 e outra de 9/11/1972, em duas vias.[662] No original da segunda consta um recibo anotado a caneta na parte inferior: "Recebi a documentação do Arquivo Público constante da presente relação. Em 15-XII-1972. Moacyr Domingues, Diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul".

As duas listagens encontravam-se descontextualizadas. Os itens em itálico constam em ambas as listas; em negrito, apenas na de novembro; sublinhados, apenas em outubro. Por essa razão, os quantitativos não batem, mesmo que se saiba que foi dada nova destinação a mais de 6.000 documentos.

1) Livros de registro da Província de São Pedro de 1858-1899	*5*
2) Livro de registro de ofícios, despachos e informações da Diretoria Geral à Presidência da Província de 1861 a 1886	*34*
3) Livros de Registro de Atos e Instruções do Governo de 1892, 1859, **1826**, *1869, 1875, 1890*	*6*
4) Livros de correspondências entre presidentes provinciais de 1857-1861	*2*
5) Livro de atas do Congresso das Municipalidades de 1929	*1*
6) Livro de assentamentos dos professores do Colégio Distrital de Porto Alegre de 1901	*1*
7) Livro de Registro das "Reclamações Italianas"	*1*
8) Quadro da instrução pública de 1905	*1*
9) Balanços Definitivos de 1863 a 1903	*31*
10) Relatório da Diretoria Geral da Fazenda Provincial de 1879	*1*
11) Livro de Registro das obras executadas por conta da Cia. Nacional de Navegação Costeira de 1921	*1*
12) Livro de Contas Correntes dos Devedores do Imposto de 5% de Novos e Velhos Direitos – 1885-1888-1891	*3*
13) Livro da mesa de Rendas Gerais – 1872	*1*
14) Livro das coletorias Provinciais – 1874	*1*

[662] APERS, Acervo Executivo, Memória Institucional, Caixas 57001.0068 e 57001.0071.

15) Livro de registro dos despachos do Presidente Antonio Rodrigues Fernandes Fraga 1835 *1*
16) Livro de Registro do Alistamento Geral dos Eleitores Municipais de Rio Grande de 1896 *1*
17) Livro do Registro de Alistamento da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre 1880 *1*
18) Livro de Registro de Assinatura de Eleitores da 2a Seção Eleitoral, Distrito do Estreito 1890-1891 *1*
19) Livro de Registro das Atas das Eleições Estaduais do 3o Distrito de São José do Norte 1821-1827 *1*
20) Livro de Registro das Cautelas Emitidas em Pagamento dos créditos quirografários (encampação do Banco Pelotense) de 1931-1932 *1*
21) Livro de Registro das Apostilas dos Professores Públicos de 1921 *1*
22) Livro de Registro das Operações de Crédito da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1870-1913 *1*
23) Livro do Registro da Correspondência da Comissão de Terras do Taquari, Estrela e ex-colônia Santa Isabel, com a Presidência da Província de 1885-1887 *1*
24) Livro de Registro da Comissão de medição de lotes e estabelecimento de imigrantes na Colônia D. Isabel de 1886 a 1889 *1*
25) Registro das despesas realizadas pela mesma comissão de 1884 a 1887 *1*
26) Livro de Registro da Relação das Colônias de Santo Ângelo de 1851 a 1872 e 1878 *3*
27) Registros de Tìtulos Provisórios da Colônia de Santa Maria de Soledade de 1859 *1*
28) Livro de registro de contas correntes com a colônia de Santa Maria de Soledade de 1859 *3*
29) Livro de registro da lista de colonos de Santa Maria de Soledade de 1871 *1*

INSPETORIA GERAL DA COLONIZAÇÃO

30) Livros de expedientes da Diretoria Geral das Colônias 1848-1898 *23*
31) Livros de expedientes da Diretoria das terras públicas e colonização de 1863 a 1900 *13*
32) Livro de Registro de Imigrantes de 1868 a 1895 *10*
33) Livro de Registro de Contas da Fazenda Nacional, da qual são devedores os colonos de Caxias do Sul de 1879-1884 10
34) Índice das matrículas dos colonos de Caxias do Sul (cadastro) de 1884 *3*
35) Idem 1871-1891 *18*
36) Livro de registro da colonização de Porto Alegre de 1888 a 1889 *19*
37) Livro de registro de ofícios e expedientes da colonização de 1859 a 1895 *10*
38) Livro de cadastro de imigrantes de Pelotas de 1896 *3*

39) Idem de Santa Cruz de 1861 9
40) Livro de Estatísticas dos Imigrantes entrados no Rio Grande do Sul de 1857, 1886, 1887, 1890 e 1894 8
41) Livro de contas correntes da colônia Conde d'Eu de 1877 1
Livro de estatística da colônia Conde d'Eu 1884 e de Dona Isabel do mesmo ano 2
42) Registro dos colonos do Contrato de Caetano Pinto e Irmão Holtzvoveinig e Cia. de 1872 1
43) Livro de Imigrantes (hospedarias de 1890/94 a 1906) 5
44) Registro do Extrator de Ofícios de 1873 1
45) Registro de Folhas de Pagamento de 1891 1
46) Registro de Informações de 1890 1
47) Registro de expedientes dos imigrantes de 1893-1897 60
48) Registro de expedientes dos engenheiros de 1887 1
49) Registro das Comissões de 1890 1
50) Registro de Títulos Declaratórios (naturalizações) de 1942, 1943, 1944, 1949, 1948 5
51) Idem 1905, 1923, 1924, 1926, 1929, 1930, 1933 10
52) Livro de Cartas de Naturalização de 1879-1889 9
53) Registro de ofícios dos engenheiros da inspetoria de terras e colonização de 1877 a 1890 2
54) Correspondência da Colônia de São Jerônimo de 1889 1
55) Correspondência da Colônia de Santo Antônio da Patrulha de 1889 1
56) Registro de prazos de terras de colônias de 1856 1
57) Registro da ocupação de lotes da ex-colônia de Santa Maria da Soledade 1
58) Registro de contas correntes dos colonos de Santo Ângelo de 1878 1
59) Registro da correspondência do engenheiro José Manoel da Siqueira Canto, na ex-colônia Silveira Martins de 1887 a 1889 3
60) Registro de DIretoria da Colônia Nova Petrópolis de 1865-1881 1
61) Registro de contas correntes dos colonos da colônia de Nova Petrópolis de 1869-1872 1
62) Registros de lançamentos dos débitos dos colonos de Nova Petrópolis de 1861-1869 1
63) Registro de expedientes, contas, cadastro e correspondência da Colônia de Pelotas de 1885-1904 12
64) Registro dos mapas estatísticos da Colônia de Nova Petrópolis de 1865 1
65) Registro da contabilidade da Colônia de Nova Petrópolis de 1858 1
66) Registro de expedientes da Secretaria de Obras Públicas de 1867-1894 15
67) Registro das provisões dos empregados provinciais de 1859 a 1882 7
68) Registro de ofícios, despachos e informações do Juízo de Sesmarias de Porto Alegre de 1820 1
69) Livro de Registro Geral da Comarca de Rio Pardo referente a sesmarias de 1811 a 1827 e 1818 a 1832 8

70) Livro de Matrículas dos estrangeiros residentes em POA de 1836-1895 3
71) Registro das cartas patentes imperiais de 1869-1880 1
72) Documentação restaurada referente ao Ministério do Império livro 4 1
73) Registro da correspondência do engenheiro fiscal da estrada de ferro POA-Hamburguer de 1872 1
74) Registro de obras públicas de 1872 1
75) Registro da correspondência de obras públicas de 1867-1870 2
76) Registro da folha de pagamento dos empregados das Obras Públicas 1870 1
77) Registro de ofícios das obras públicas de 1870 1
78) Registro de expedientes das Obras Públicas de 1845-1856-1858-1889 e 1890 5
79) Minutas da Secretaria de Obras Públicas 1913-1920 59
80) Registro das taxas referentes a heranças e legados de POA de 1859-1895 48
81) Registro de impostos e taxas, referentes a heranças e legados dos municípios de Santo Antônio da Patrulha (1851), Rio Pardo (1844-1847), São Francisco de Paula (1879-1882), Quaraí (1878-1896), Santa Cruz do Sul (1878), Viamão (1844-1847), São Borja (1899), Pelotas (1861-1900), Taquari (1839-1880), Piratini (1878-1908), Santa Maria (1867-1879), Caçapava (1847-1889), Dom Pedrito (1878) 129
82) Livro de receita e despesa das Coletorias de São Martinho (1881), Caxias do Sul (1894-1896), Lagoa Vermelha (1876-1880), Jaguarão (1856-1898), Canguçu (1852-1898), Santa Vitória do Palmar (1818-1822), São João Batista de Camaquã (1873 a 1822 [sic]), São José do Norte (1843-1899), Uruguaiana (1848-1899), Passo Fundo (1872-1880), Rio Grande (1846-1900), Triunfo (1843-1871), Encruzilhada (1845-1871), Cachoeira (1846-1900), Porto Alegre (1864-1935) 323
83) Livro de Registro da Taxa Judiciária de 1899 1
84) Livro de Registro de expedientes da Inspetoria Fiscal das Fronteiras de 1899, 1904, 1908 e 1909 36

DOCUMENTOS REFERENTES A ASSUNTOS MILITARES

85) Livro de Registro de avisos da Guerra de 1844-1846 e 1848 2
86) Livros de registro da repartição de fardamentos de 1851-1853 1
87) Livro de registro de títulos e engajamentos de voluntários de 1853, 1854 a 1858 2
88) Registro de atos da Presidência de 1868 1
89) Registro de atos da Junta de Alistamento Militar de 1897 e 1875 2
90) Termos de inspeção da junta de revisão de alistamento de 1875 1
91) Registro da junta de alistamento e sorteio de 1875 e 1876 1

92) Registro de avisos expedidos para alistamento militar de 1875 *1*
93) Livro de atos da Junta de Alistamento Militar de 1889 *1*
94) Registro de alistamento militar de 1875 *1*
95) Registro de títulos de oficiais da força policial de 1873 *1*
96) Registro das atas da junta de sorteio de 1876 *1*
97) Livro de atas da Junta revisora de 1882 *1*
98) Expedientes do Conselho Supremo Militar de 1848 *1*
99) Repertório das disposições do ministro da guerra de 1862 *1*
100) Registro das providências ordenadas pelo Governador, no dia 15 de novembro de 1889 *1*
101) Registro dos títulos de oficiais da Força Policial de 1889 *1*
102) Índice dos livros 1, 2, 3, 4 das Forças Militares *1*
103) Livro da Brigada Militar 1924 *1*
104) Livros n. 1-4 referentes aos corpos auxiliares da Brigada Militar de 1924 *4*
105) Índice das forças provisórias de 1924 *1*
106) Livro referente aos corpos provisórios de 1924 *1*
107) Livro referente aos corpos provisórios independentes de 1924 *1*
108) Livro referente à 5a Brigada Provisória Centro – 1924 *1*
109) Relatório do Comandante do Geral da Brigada Militar de 1941 *1*
110) Relatório do Comandante do destacamento Ten. Cel. Esteves de 1926 e 1927 *1*
111) Almanaques da Brigada Militar de 1941 e 1956 *2*
112) Anteprojeto da Reestruturação da Brigada Militar de 1951 *1*
113) Relatório do Comandante da Brigada Militar de 1940 *1*
114) Mapa demonstrativo da receita e despesa da Brigada Militar de 1902 *1*
115) Livro n. 1 de assentamento dos oficiais e praças de 1852 *1*
116) Almanaque dos oficiais efetivos do Exército de 1855 *1*
117) Livro de matrícula dos Corpos Provisórios de 1893 *1*
118) Livro das atas do Alistamento Militar da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de 1900 *1*
119) Livro de alistamento militar (matrículas) 1900-1903 *1*
120) Livro de Registro de oficiais de 1907-1909 *1*
121) Livro de sorteados insubmissos de 1918 *1*
122) Atos da 1, 2, 3, 4 Brigadas Provisórias de 1923 *4*

DOCUMENTOS REFERENTES A ARQUIVOS POLICIAIS

123) Livros de correspondência da Polícia com outras autoridades de 1850 e 1875 *19*
124) Livro de expedientes de assuntos policiais de 1876-1895 *52*

125) Livro de averiguações policiais de 1896 a 1914 50
126) Livro de expedientes, ofícios e informações da chefia de polícia de 1851 a 1866 8
127) Livro de registro de matrícula policial de Rio Pardo – 1854 1
128) Registro de matrícula policial de Rio Grande de 1859 1
129) Registro de correspondência aos delegados de polícia de POA – 1856, 1865, 1848 3
130) Registro de averiguações policiais de POA de 1896 1
131) Registro de correspondência de delegados de Polícia de 1854 1
132) Registro e protocolo de requerimentos da polícia de POA – 1876 1
133) Registro de correspondência aos subdelegados de Polícia de POA de 1850 e 1854 2
134) Registro de matrícula policial de Missões de 1855 1
135) Registro de matrícula policial de Piratini de 1854 1
136) Livro de contas correntes dos depósitos de sentenciados da casa de correção de 1913 1
137) Livro de recortes de leis de 1883-1887 1
138) Livro de matrícula policial de Caxias de 1890 1
139) Registro de correspondência de subdelegados de 1844 1
140) Registro de correspondência do Chefe de Polícia e de autoridades judiciais, de 1854 1
141) Registro de Matrícula Policial de Piratini de 1854 1
142) Registo de Contas Correntes dos depósitos de sentenciados da Casa de Correção de 1913 1
143) Recortes de Leis de 1883-1887 1
144) Matrícula Policial de Caxias de 1890 1
145) Registro de Correspondência do subdelegado de 1844 1
146) Registro de correspondência do Chefe de Polícia e de autoridades Judiciais, de 1854 1
147) Livro de canhotos de passaportes concedidos de 1851 e 1852 1
148) Idem de 1904/1907 1
149) Registro de vistos em passaportes de 1886 1
150) Livro de canhotos de passaportes concedidos de 1846, 1842, 1844 2
151) Registro de imigrantes de 1842 1
152) Registro de assentamento de delegados de 1881 1
153) Telegramas recebidos pelo Chefe de Polícia de 1889 e 1895 2
154) Registro de ofícios de diversas autoridades de 1863-1867 1
155) Registro de atestados residenciais – 1834/1858 1
156) Livros da Conservatória de Comércio e registros públicos de Porto Alegre de 1852, 1859, 1863, 1866, 1867, 1869, 1877, 1879, 1890, 1892, 1893 e 1894 31
157) Caixa de emolumentos de 1856/66 e 1869 3
158) Registro do Expediente da Junta Comercial de POA de 1877, 1880, 1889, 1879, 1881, 1894 e 1907 7

159) Registro das relações de livros rubricados de 1938 *1*
160) Borrador de Francisco S. Gigante de Uruguaiana 1893-1895 *2*
161) Copiador de cartas de 1893 *1*
162) Registro de Habilitação de menores de 1877 e 1919 *2*
163) Registro de distribuição de rubricas de 1877 *1*
164) Registro de correspondência da Junta Comercial de 1925 e 1877 *2*
165) Registro do ponto dos empregados da Junta Comercial de 1880 *1*
166) Livros de registro de documentos não especificados de 1891, 1914 e 1916 *3*
167) Livro do registro de emolumentos da Junta Comercial de 1892 *1*
168) Registro de índice dos contratos arquivados de 1909/1914 *1*

DOCUMENTOS RELATIVOS À DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE PORTO ALEGRE

169) Livro da correspondência às Câmaras Municipais, pela DIretoria Geral da Instrução Pública de Porto Alegre de 1879 *1*
170) Livros de apostilas de 1880-1895 *10*
171) Livros de editais de 1858-1908 *9*
172) Livros de assentamentos de 1849-1908 *10*
173) Livros de atas de 1871 a 1902 *10*
174) Livros de ofícios de 1875 a 1892 *5*
175) Livros de assentamentos de 1879 a 1910 *10*
176) Livro de ofícios de 1895 a 1900 *1*
177) Livros de registro de termos de exame à Cadeira de 1as letas – mat. e nomeações de professores do Estado de 1837-1912 *200*
178) Livro de registro de matrículas e nomeações de professores municipais de Porto Alegre *1*
179) Livros de registro de expedientes da Diretoria da Secretaria da Agricultura de 1933 a 1961 *165*
180) Registro de Balanço e Balancetes de 1952 a 1954 *2*
181) Relatório de diretorias de 1956, 1962, 1963, 1964 *4*
182) Revista Arco Íris, anos de 1952 a 1956 *1*
183) Livros de recibos de títulos de eleitores de Encruzilhada do Sul de 1917 *2*
184) Matrícula dos intendentes e conselheiros municipais de 1900 *1*
185) Receita e despesa dos Coletores da Fazenda Provincial de 1850 *1*
186) Livro de expediente administrativo de 1880 *1*
187) Livro de registro de apólices da Viação Férrea e legalidade de 1925 a 1926 *1*
188) Livro de registro de selos de 1928 a 1934 *1*

189) Expedientes administrativos da Estação Provincial *1*
190) Livros de expedientes do Telégrafo de Porto Alegre de 1896 a 1903 *8*
191) Expedientes da Diretoria do Almoxarifado Central de 1919 a 1926 *6*
192) Expedientes da 1a e 2a diretorias da repartição central da SIE de 1900 *2*
193) Livro de escrituração de escravos de 1882 *1*
194) Registro de telegramas de 1870 *1*
195) Ponto dos carteiros de 1868 *1*
196) Registro do estatuto da sociedade beneficente dos artistas de 1878 *1*
197) Registro da documentação avulsa, referente a escravos de 1814 *1*
198) Livro de razões da apelação do Estado contra a Companhia Francesa dos Portos *1*
199) Livro de organização terrestre da VARIG *1*
200) Livro das reclamações e danos pela Revolução Armada de 1923 *1*
201) Registro de Cartas Imperiais de 1869 a 1880 *1*
202) Registro da Correspondência Oficial de 3 seções de 1871 a 1890 da 1ª seção da Marinha *226*
203) Pedidos, informações e diversos da 2a seção da Marinha *224*
204) 3ª seção dos ministros, chefes de polícia, dos arsenais, Diretores da Guerra e Marinha *89*
205) Livro de expedientes da Secretaria do Governo do Estado de 1871 a 1889 *631*
206) Livro de expedientes da DIretoria de Guerra, Marinha, Exterior e Fazenda de 1890 *10*
207) Livro de Conta Corrente de empreiteiros na construção da estrada Parobé a Linha Nova de 1912 *1*
208) Livro de registro da correspondência da secretaria do Governo do Estado de 1879 *1*
209) Registro de expedientes da Presidência da Província de São Pedro do RGS, de 1754 a 1809 *1*
210) Livro de Registro do Extrator da Presidência da Província do Rio Grande do Sul de 1861, 1848-1853, 1869-1871 *3*
211) Livros da correspondência recebida pela Presidência da Província de 1840 a 1889 *16*
212) Livro da correspondência recebida pela Interventoria do Estado de 1931 a 1942 *5*
213) Livro de contas pagas pelo Palácio do Governo de 1931 *1*
214) Orçamento Geral do Estado de 1896 a 1970 *50*
215) Orçamento dos municípios: Canguçu (1917), Rio Grande do Sul (1900, 1936-1937 e 1938), Itaqui (1930), Erechim (1930-1931), São Francisco de Assis (1932), Guaporé (1931), Dom Pedrito (1931), São Borja (1931), São Gabriel (1924), São Jerônimo (1931), Santa Cruz (1931), Caxias do Sul (1931), Herval (1936), Flores da Cunha (1936), Taquari (1947), Bento Gonçalves (1947), Antônio Prado (1955), Feliz (1965) *22*
216) Diário Oficial da União (1887-1949) *885*
217) Diário Oficial do Estado (1935-1942) *27*

218) Diário do Congresso Nacional (1896-1910; 1914-1953)	*243*
219) Diário do Parlamento de 1879, 1887, 1888 e 1889	*13*
220) Leis Provinciais do RGS, originais de 1835-1890	*42*
221) Leis do Império do Brasil de 1816 a 1889	*93*
222) Lei eleitoral de Cachoeira de 1904	*1*
223) Lei eleitoral de Santo Antônio de 1924	*1*
224) Legislação Estadual de 1835-1941	*192*
225) Índice da Legislação Brasileira do Estado Novo 1937-1938	*1*
226) Impressos referentes ao censo de 1814	*1*
227) Documentos avulsos de 1811	*1*
228) Brochuras de literatura diversa	*1.295*
229) Folha de pagamento da DIretoria da Fazenda Provincial aos VIgários e Coadjutores de 1857 a 1871	*14*
230) Jornal "O Separatista" de Santa Maria de 1922	*1*
231) Jornal "A Federação" de 1913 a 1938	*128*
232) Jornal do Estado de 1939 a 1942	*18*
Total	**5.972 volumes**
	6.401 volumes[663]

RELAÇÃO DE MAPAS, CARTAS, PLANTAS, MENSAGENS E OUTROS

233) Mapas do município de Lagoa Vermelha de 1915	*1*
234) Município de Júlio de Castilhos	*1*
235) Santa Cruz 1922	*1*
236) Demográfico do Brasil – 1908	*1*
237) referentes à cultura no Brasil, de cacau, café, algodão, fumo, cana e mangabeira de 1908	*10*
238) do Brasil, referente à comemoração revolucionária de 1930	*1*
239) da República dos Estados Unidos do Brasil de 1908	*1*
240) da Viação Férrea do Brasil de 1908	*1*
241) da Confederação da Argentina	*1*
242) do Rio Grande do Sul de 1751, 1809, 1839, 1889, 1907, 1957 e 1966	*7*
243) da Provedoria de São Pedro do RGS de 1809 e 1822	*2*
244) da Fazenda dos Canhotos	*1*
245) dos Campos do Ibicuí	*1*

[663] Inclui os itens documentais da relação seguinte, daí a diferença.

246) das Quatro Datas, na margem ocidental dos pântanos de Capivara [sic] 1
247) Das sesmarias das sobras (Fazenda dos Lajeados) 1
248) Das sesmarias das figueiras e da Estância Velha 1
249) dos corpos denominados de Docas (São Borja) 1
250) da Estância Morro de São Gonçalo 1
251) da Sesmaria de Santo Inácio (Alegrete) 1
252) De Santo Antônio do Tuja 1
253) Cartas Geográficas do Rio Grande do Sul de 1902 e 1936 2
254) Plantas de Porto Alegre de 1888, 1916, 1932 e 1954 4
255) Da sesmaria de São Tomé 1
256) da sesmaria de Urapuã 1
257) Planta dos Campos pertencentes à sucessão Prado 1
258) da região de São Domingos 1
259) da Fazenda Dom Pedrito 1
260) do Rincão Pequeno (Distrito de Belém) 1
261) da Fazenda Lajeado Raso (Lagoa Vermelha) 1
262) da Fazenda Santa Cruz 1*
263) dos Campos dos Faxinais (Viamão) 1*
264) da Foz do Josafá (São Francisco de Paula) 1*
265) do Rincão das sesmarias 1*
266) dos Campos dos Silveiras e dos Macedos 1*

** apenas em uma segunda via do documento de outubro*

267) Mensagem enviada à Assembleia Legislativa pelo Sr. Darcy Azambuja, respondendo pelo Governo do Estado em 1936 a 1937 8
268) Mensagem à Convenção Republicana de 8/10/1927 1
269) Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Presidente Antônio Borges de Medeiros, em 22/9/1925 1
270) Relatório da Viação Férrea do Rio Grande do Sul de 1912/1941 42
271) do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1888 1
272) da SOP de 1888-1933 176
273) da Secretaria da Fazenda 1884-1933 167
274) da SIE 1856-1942 28
275) do Conselheiro Barão de Muritiba à Presidência da Província de SP do RGS em 1856 1
276) da Diretoria Central da Fazenda Provincial de 1880 1
277) do Senhor Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, Presidente da Província à Administração do Rio Grande do Sul em 1882 1
278) da Câmara Municipal de Porto Alegre à Assembleia Legislativa Provincial em 1889 1
279) Relatório À AL Provincial pela Câmara Municipal de Rosário em 1889 1

280) Idem 1887 *1*

281) Proclamação de Bento Gonçalves da Silva, de 14 de novembro de 1836 **1**

282) Carta do Major Comandante da Guarnição do Rio Pardo, José Joaquim de Andrade Neves, datada de 27 de fevereiro de 1837, endereçada a Francisco das Chagas Santos, Comandante da Guarnição de Porto Alegre **1**

283) Nomeação do Dr. Júlio Prates de Castilhos, para o cargo de primeiro Vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul, assinada em 21 de junho de 1890, pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório **1**

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS AVULSOS, CONSIDERADOS HISTÓRICOS, EXISTENTES NESTE ARQUIVO, **EM 9/11/72** – 30/10/72

284) Expedientes da Secretaria de Obras Públicas de 1873 a 1906 *25 (maços)*

285) Expedientes da Comissão de Terras e Colonização de 1910 *1*

286) Idem 1890 *1*

287) Das colônias São Jerônimo, Santo Antônio da Patrulha, Pelotas, Anta Gorda, Antônio Prado, Monte Cáceres, São Vendelino, Militar, Santa Cruz do Sul, Santa Vitória, São Borja, Santo Amaro, Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Ijuí, Silveira Martins, Guaporé, Herval e São Feliciano *21*

288) Expediente da Comissão de Discriminação de Terras, medição de lotes e estabelecimento de imigrantes em São Feliciano de 1891 a 1903 *1*

289) Expediente de Sesmarias do Palácio do Governo do Rio Grande do Sul de 1939 [sic] *1*

290) Expedientes Administrativos do Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1874 a 1921 *2*

291) Expedientes do Rio Grande do Sul de 1835 a 1920 *10*

292) Expedientes Administrativos do Governo da Província de São Pedro de 1832 a 1906 *6*

293) Expedientes da Polícia do Estado, referentes a 1846 a 1920 *22*

294) Petições e Justificações de Terras e Sesmarias de 1815 *66*

295) Petições dirigidas ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1892 a 1913 *1*

296) Justificativas para Sesmarias de 1790 a 1823 *1*

297) Correspondência da Comissão de Terras e Colonização de Municípios do Rio Grande do Sul *1*

298) Correspondência e expedientes da Secretaria de Obras Públicas e Comissão de Terras e colonização de 1905 *1*

299) Correspondência da agência de imigração do Rio Grande do Sul de 1894 *1*

300) Correspondência da Secretaria de Obras Públicas de 1895 a 1905 *1*
301) Correspondência recebida pela Presidência do Governo do Rio Grande do Sul de 1921 a 1940 *6*
302) Correspondência enviada ao Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1835-1842; 1887-1901; 1934-1942 *5*
303) Correspondência dirigida ao interventor do Estado do Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha de 1931, 1934 e 1937 *1*
304) Correspondência recebida pelo Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1832 a 1885 *1*
305) Correspondência de 1842, 1865, 1881, 1888 e 1927 *6*
306) De outras províncias com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1849 a 1910 *6*
307) Correspondência da Guarda Nacional de 1848-1850 *2*
308) Correspondência reservada do Visconde de Olinda de 1849 *1*
309) Relatórios parciais de Diretorias, referentes ao Porto e Barra do Rio Grande de 1925 *1*
310) Relatórios originais das prefeituras de José Bonifácio, São Vicente, Tupanciretã, Encantado, Cachoeira, Farroupilha, Bagé, São Jerônimo, Lagoa Vermelha, Flores da Cunha, São Pedro, Osório, Bento Gonçalves, São Gabriel, Quaraí, Venâncio Aires, Getúlio Vargas, São Sepé, Cruz Alta, Ijuí, São João de Camaquã, Júlio de Castilhos, de 1938 *1*
311) Documentação referente a venda de terras de 1863 a 1864 *1*
312) Documentação avulsa, durante o Movimento Revolucionário de 1932, do Palácio do Governo do Rio Grande do Sul em 1862 *1*
313) Documentação avulsa referente a Revolução de 1893 *1*
314) Documentação avulsa referente ao processo eleitoral no Rio Grande do Sul de 1892 a 1896 *1*
315) Documentação avulsa referente ao expediente da Alfândega de Porto Alegre de 1840 a 1856 *1*
316) Documentação avulsa referente ao naufrágio de um barco inglês em Rio Grande em 1862 *1*
317) Documentação avulsa referente ao expediente da Assembleia Legislativa de 1864 a 1874 *2*
318) Documentação avulsa referente à instrução pública da Provedoria de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1865 *1*
319) Documentação avulsa referente à Campanha Cisplatina de 1824 a 1842 *1*
320) Documentação avulsa referente a expedientes consulares, de 1853 a 1913 *1*
321) Documentação avulsa referente à Guarda Nacional de 1877 *1*
322) Guias de impostos "CISAS" de Rio Grande de 1818-1830 *1*

323) Guias de impostos de transmissões pagos em Santo Ângelo (1909), Caçapava (1921), Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Ipiranga, Carlos Barbosa e Garibaldi 3

DOCUMENTOS DA DIRETORIA DA RECEITA DA SECRETARIA DA FAZENDA:

324) Autos de lotação dos seguintes municípios: Encantado (1935), Arroio do Meio (1935), Tupanciretã (1935), Rio Grande (1933-1934), Cerro Azul (1934), Canguçu (1934), Torres (1934), Pelotas (1933-1934), Bom Jesus (1934), Santa Maria e Viamão (1933), Tapes (1933), São Leopoldo (1933), Lajeado (1933), São Luiz (1933), Gravataí (1932), Herval (1932), São Lourenço (1932), Alfredo Chaves (1932), Santo Ângelo (1932), Porto Alegre (1931) 24
325) Telegramas dirigidos ao Presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros de 1925 3
326) Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1939 1
327) Cartas Patentes da Guarda Nacional de 1858 1
328) Assentamentos e Expedientes da Guarda Nacional – 1848, 1849, 1850, 1858, 1860, 1862 5
329) Borrão para lançamento de impostos, da Mesa de Rendas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul da cidade de Jaguarão de 1886 a 1887 1
330) Títulos de propriedade de sesmarias de Guaporé [sic] 1
331) Folha de autógrafos 1
332) Fac-símiles de jornais de municípios do Estado do Rio Grande do Sul 1
333) Contas pagas pelo Governo do Estado de 1930 a 1931 1

Total: 248 maços

RESUMO DOS DOCUMENTOS CONSIDERADOS HISTÓRICOS, EXISTENTES NESTE ARQUIVO EM 9 DE NOVEMBRO DE 1972

Livros, orçamentos, leis e demais papéis relacionados às folhas 1-13 5.972 volumes
Mapas, plantas, cartas geográficas, mensagens e outros fls. 14-16 487 unidades
Expedientes, petições, correspondências, relatórios, guias, autos, cartas, telegramas, etc, f. 17-21 248 maços

[= 6.707]

Porto Alegre, 9 de novembro de 1972
[ilegível] Responsável pelo Serviço Geral de Arquivo

Vistas de Benjamin Arruda e Recibo de Moacyr Domingues (ver cabeçalho)

RESUMO DOS DOCUMENTOS CONSIDERADOS HISTÓRICOS, EXISTENTES NESTE ARQUIVO, EM 30 DE OUTUBRO DE 1972:

Livros, mensagens, orçamentos, leis e demais papéis relacionados às folhas 1-15	6.401 volumes
Expedientes, petições, correspondências, relatórios, guias, autos, cartas, telegrama, etc. relação de folhas 16-19	247 maços
Mapas, plantas e cartas geográficas, f. 20	55 unidades

Porto Alegre, em 7 de novembro de 1972

Responsável pelo Serviço Geral de Arquivo

2 vias do resumo

ANEXO descontextualizado – Processos do exercício de 1967 // timbre da Secretaria da Fazenda
622, 648. 843, 1263, 1471, 1516, 1814, 1847, 2098, 2105, 2168, 2170, 3933, 3940, 3945, 5636, 5992, 8375, 8457, 8488, 8526, 8539, 8651, 8992, 9064, 9410, 10232, 10410, 10805, 11065, 11698, 12041, 13119, 13891, 15143, 15245, 16062, 17793, 17793, 17799, 18157, 18180, 20243, 20268, 21490, 24653, 25119, 25160, 25381, 25384, 25482, 26363, 26630, 27319, 28042, 29003, 29422, 29612, 30133, 30134, 30135, 30136, 30704, 31064, 31285, 31407, 31657, 31772, 31961, 32115, 32273, 36740, 37087, 38499, 39295, 39870, 39875, 41230, 41251, 41547, 41532, 41552, 41807, 41981, 41982, 41986, 42375, 43056, 43505, 43536, 44045, 46618, 46658, 48539, 49489, 50195, 52757, 53139, 53497, 53693, 53992, 54359, 56003, 56254, 60287, 60442, 61037, 61059, 62290, 62955, 62990, 63597, 63598, 63956, 63956, 64017

Anexo IV

Fotografias do Arquivo Público em 1960 de autoria de Duílio Severino[664]



[664] APERS, Acervo Executivo, Secretaria do Interior e Justiça, caixa APERS não higienizada (1), em tratamento técnico, Inquérito Administrativo 5893/1964, volume V, p. 495-505.



É vedado o uso da presente fotografia, sem a autenticação e sinete do ARQUIVO PÚBLICO.



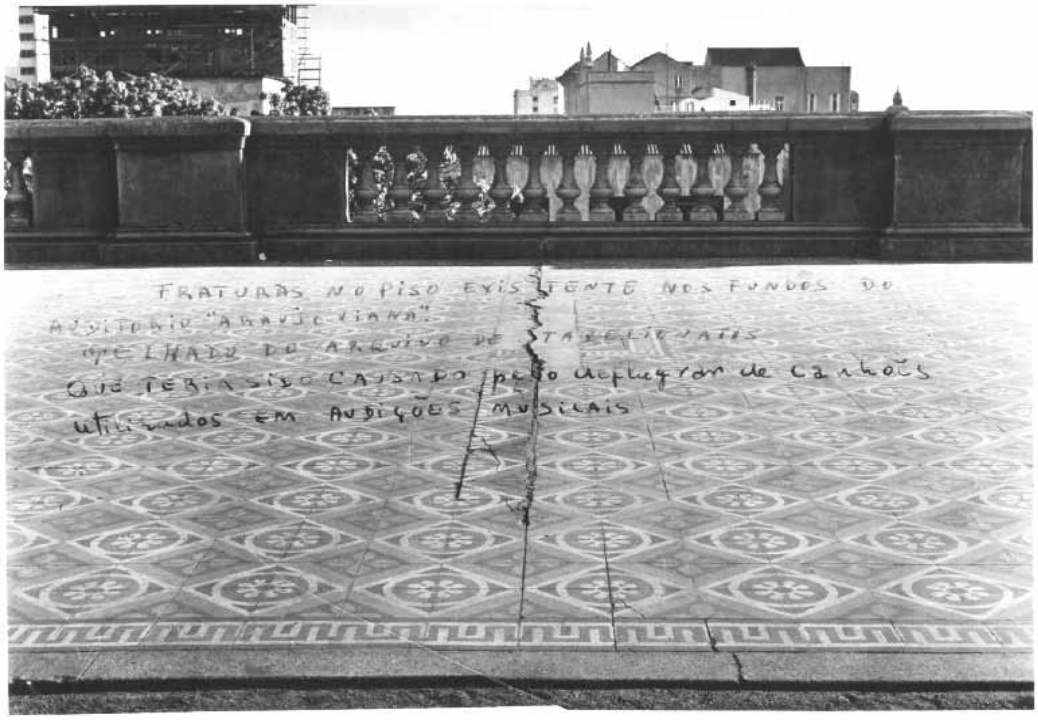
É vedado o uso da presente fotografia, sem a autenticação e sinete do
ARQUIVO PÚBLICO.

É vedado o uso da presente fotografia, sem a autenticação e sinete do ARQUIVO PÚBLICO.



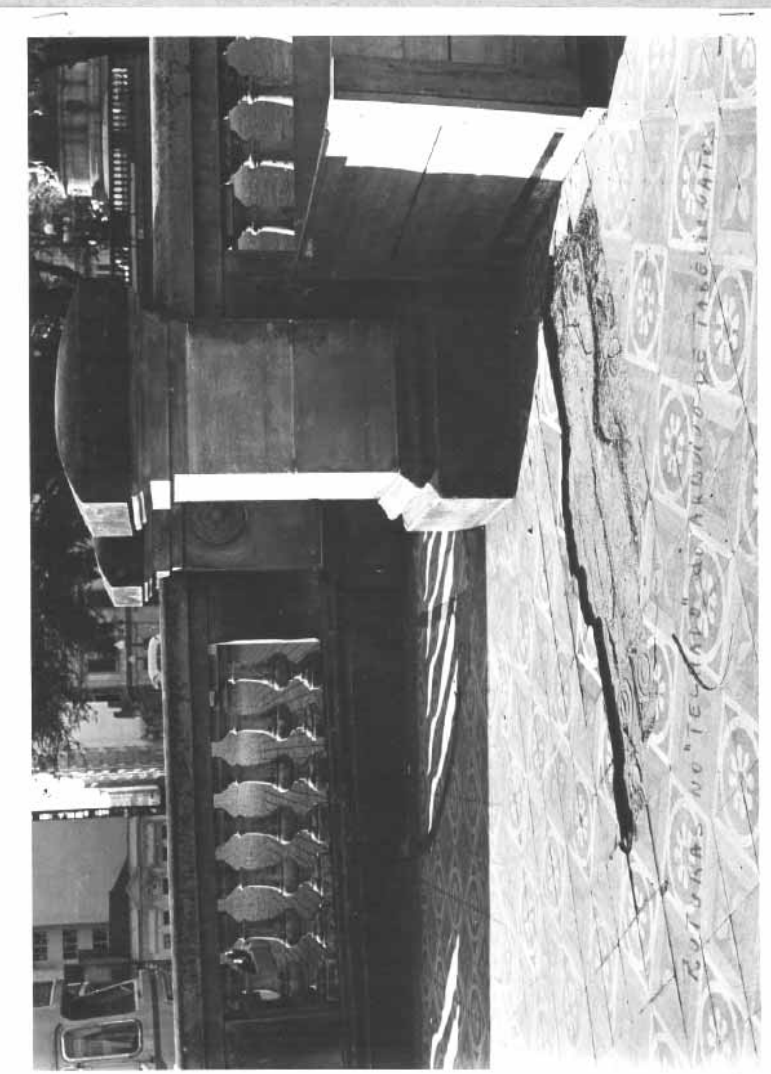
Muro a ser construído, para proteção dos depósitos de documentos do Arquivo.

É vedado o uso da presente fotografia, sem a autenticação e sinete do ARQUIVO PÚBLICO.



ARQUIVO PÚBLICO

ARQUIVO PÚBLICO



É vedado o uso da presente fotografia, sem a autenticação e sinete do
ARQUIVO PÚBLICO.

ARQUIVO PÚBLICO



É vedado o uso da presente fotografia, sem a autenticação e sinete do
ARQUIVO PÚBLICO.

Anexo V

Fotografias do Arquivo Público nos anos 1980[665]



[665] APERS, Acervo Executivo, Secretaria da Justiça, Acervo Intermediário, Caixa de fotos. Fotografias provavelmente de Alcívia Neves da Rosa.











Anexo VI

Linha do tempo com os principais eventos e legislações relacionadas ao SIARQ/RS e sua implementação[666]



[666] Autoria de Maria Cristina Fernandes e Juliano Silva Balbon. Formatação Amanda Pires / ASCOM – SPGG.

Anexo VII

Trechos da Nota Técnica referente à enchente de 2024, de 25 de junho de 2024

VISÃO GERAL

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), por meio desta Nota Técnica, apresenta diagnóstico a respeito da situação dos acervos atingidos por chuvas e alagamentos entre os meses de abril e maio de 2024, bem como recomenda ações para **SALVAMENTO E RECUPERAÇÃO** dos documentos públicos do Poder Executivo Estadual.

Milhões de documentos, em arquivos estaduais e municipais, foram atingidos. O salvamento e a recuperação desses documentos são fundamentais para impedir um processo de apagão informacional, devendo ser tratados como uma questão de Estado.

O APERS, órgão gestor do Sistema de Arquivos do Estado (SIARQ/RS), de acordo com o Decreto 52.808/2015, é responsável pela normatização da gestão documental e pela preservação do patrimônio arquivístico no âmbito do Poder Executivo estadual. Tem, ainda, a competência de orientar e capacitar os Órgãos Executivos que compõem o SIARQ/RS para a implantação das diretrizes e dos instrumentos de Gestão Documental, assim como custodiar documentos históricos, avaliados como de guarda permanente, e aprovar as eliminações de documentos públicos.

De acordo com a Lei Federal 8.159/1991 Art. 1º - **É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.**



equipamentos e espaços necessários para transferência e recebimento dos documentos; manter canal de comunicação com o APERS.



6. Designação de servidores do Arquivo Público para **assessoramento técnico** junto aos órgãos e entidades. A partir da experiência de atuação emergencial com os acervos da SEHAB e da CESA; da crescente demanda por apoio ao salvamento de documentos em diversas Secretarias e entidades; e da competência de cada produtor gerir seus próprios documentos, o corpo técnico do APERS elaborou estratégia de ação com base em assessorias, direcionando seus servidores como pontos focais. Estão sendo realizadas visitas *in loco* e relatórios sobre o cenário encontrado, contendo orientações a respeito de espaço físico, recursos humanos e materiais, cujo encaminhamento formal ocorre via processo administrativo. Até o momento já foram atendidas as seguintes instituições:

Casa Civil, DAER, FEPAM, IPE SAÚDE, IRGA, PGE, Portos RS, SEDUC, SES, SJCDH, SOP e SPGG

Estado da documentação sinistrada

A documentação sinistrada encontra-se em diferentes estágios de deterioração: úmidos, encharcados, embarrados, mofados e contaminados. A água que as atingiu, misturada ao esgoto, estava contaminada por coliformes fecais, agrotóxicos, lixo industrial e doméstico, produtos farmacêuticos ou metais como chumbo, cromo e mercúrio.

Há indícios de que nas águas tenham resíduos de agrotóxicos, produtos farmacêuticos ou metais como chumbo, cromo e mercúrio.

No momento, o conteúdo informacional de boa parte destes documentos permanece recuperável, porém o processo de contaminação e decomposição é contínuo até que seja feita uma intervenção técnica.



RECOMENDAÇÕES

1) Inclusão da área de arquivos no Plano Rio Grande:

Diante do cenário de calamidade e situação de emergência, em maio de 2024 o governo estadual lançou o Plano Rio Grande, que visa a reconstrução do estado. Entendemos que a área de arquivos, massivamente atingida, deve estar contemplada neste plano de reconstrução, considerando a centralidade das informações para o funcionamento da Administração Pública, a garantia de direitos aos cidadãos e cidadãs, a preservação de nossa memória e história.

Em diálogo com a Subsecretaria de Patrimônio (SPE/SPGG), foi indicada a necessidade de destinação de recursos para salvamento, recuperação e investimento no patrimônio arquivístico estadual, nos termos abaixo, encaminhadas pelo APERS em 31 de maio de 2024:

Compe-tência	Pilar	Descrição	Custo Estimado	Metodologia
Estadual	**Restabelecimento**	Compra de materiais e equipamentos	R$1.000.000,00	Aquisição de materiais e equipamentos para recuperação e restauro de documentos
Estadual	**Restabelecimento**	Digitalização dos acervos comprobatórios (intermediários) das secretarias de Estado.	R$10.000.000,00	Contratação de empresa para digitalização de acervos do poder executivo.
Estadual	**Restabelecimento**	Recuperação dos documentos atingidos pelas enchentes	R$1.000.000,00	Contratação de profissionais especializados na recuperação de documentos.
Estadual	**Restabelecimento**	Construção de prédio para acondicionamento de documentos de valor intermediário, dos órgãos e entidades.	R$30.000.000,00	Contratação de empresa para projeto e construção de um prédio, em local seguro, livre de alagamentos.

Anexo VIII

Ocorrências por Diretor na HDBN (1906-1972)

Diretor	Ocorrências relacionadas ao Arquivo Público	Ocorrências totais	%	Ocorrências nas décadas em que esteve na Direção	%
Carlos Emílio Haag (1906-1918)	18	125	14,4%	105 (1900-1919)	17,1%
Nathaniel Cunha (1918-1919)	1	82	1,2%	42(1910-1919)	2,4%
Florêncio Carlos de Abreu e Silva (1920-1924)	27	225	12%	66 (1920-1929)	40,9%
Alcides Maya (1924-1925)	9	986	0,91%	257 (1920-1929)	3,5%
Francisco Rodolpho Simch (1925-1926)	1	196	0,51%	30 (1920-1929)	3,33%
Edmundo Gonçalves de Carvalho (1926-1928)	3	225	1,33%	28 (1920-1929)	10,7%
Alcides Flores Soares (1928)	3	380	0,79%	176 (1920-1929)	1,7%
Erico Ribeiro da Luz (1928-1930)	1	269	0,37%	104 (1920-1929)	0,96%
Spartaco Dornelles Vargas (1930-1934)	4	36	11,1%	26 (1930-1939)	15,4%
José Soares Marino (1934-1938)	3	73	4,1%	15 (1930-1939)	20%
Emílio D'Artagnan de Carvalho (1939-1942)	6	36	16,7%	3 (1930-1949)	0%
Joaquim Guerreiro Chaves (1942)	0	19	0%	0 (1940-1949)	0%
Arthur do Prado Sampaio (1942-1945)	0	60	0%	0 (1940-1949)	0%
Manoelito de Ornellas (1945-1955)	3	247	1,21%	144 (1940-1959)	2%
Miguel Bertini Costa (1955-1959)	1	1	100%	0 (1950-1959)	0%
Amaury Daudt Lampert (1959)	2	19	10,53%	14 (1950-1959)	0%
Antônio Montserrat Martins (1959-1963)	0	12	0%	2 (1950-1969)	0%
Clóvis Libero Cardoso (1963-1964)	2	7	28,57%	2 (1960-1969)	100%
Henrique Canísio Vogel (1964-1972)	4	7	57,14%	6 (1960-1979)	66,67%

Anexo IX

Relação de entrevistas realizadas

Entrevista de História Oral com Adriana Berwanger em 26/3/2024
Entrevista de História Oral com Aerta Grazziolli Moscon em 2/04/2024
Entrevista de História Oral com Aerta Grazziolli Moscon em 30/4/2025
Entrevista de História Oral com Ana Maria Baptista em 20/2/2024
Entrevista de História Oral com Carla Vargas Segatto em 30/4/2025
Entrevista de História Oral com Carlos Aléssio Rossato em 12/3/2025
Entrevista de História Oral com Clarissa Sommer Alves em 30/4/2025
Entrevista de História Oral com Eloá Maria Pozzobon em 5/2/2024
Entrevista de História Oral com Fátima Gazen em 20/2/2024
Entrevista de História Oral com Fátima Leal em 13/11/2024
Entrevista de História Oral com Isabel Perna Almeida em 17/4/2024
Entrevista de História Oral com Jorge Miranda em 29/1/2024
Entrevista de História Oral com Juliano Silva Balbon em 22/1/2025
Entrevista de História Oral com Maria Cristina Fernandes em 3/4/2024
Entrevista de História Oral com Maria Cristina Fernandes em 9/4/2024
Entrevista de História Oral com Marta Helena de Araújo em 19/3/2024
Entrevista de História Oral com Neida Regina Ilha em 6/9/2024
Entrevista de História Oral com Renata Vasconcellos em 17/1/2024
Entrevista de História Oral com Rosani Gorete Feron em 16/4/2024

Bibliografia

ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo.* Porto Alegre: PUCRS, 2007.

ABREU E SILVA, Florêncio. Retrospecto Econômico e Financeiro do Rio Grande do Sul. 1822-1922. *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul,* vol. 8, 1922.

ABREU E SILVA, Florêncio. *O senador Florêncio de Abreu e a política de seu tempo.* Porto Alegre: EST; Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1979.

ACREE JR., Willliam; BORUCKI, Alex (ed.). *Jacinto Ventura de Molina.* Los caminos de la escritura negra en el Río de la Plata. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2010.

AITA, Carmen; AXT, Gunter. *A Constituinte de 1989.* História da Constituição dos gaúchos. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar.* Textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento.* A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Isabel Oliveira Perna. *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul:* em busca de uma identidade, uma experiência de gestão pública participativa, ocorrida nos anos de 1999 a 2002. Monografia (Especialização em Gestão Pública Participativa). Porto Alegre: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 2005.

ALVES, Clarissa Sommer. *Catálogo História das Mulheres & Relações Familiares:* Vara de Família e Sucessão de Porto Alegre. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2016.

ALVES, Clarissa Sommer. *Operações historiográficas em Arquivos?* Uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

ANCONA LOPEZ, André Porto. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A velha história:* teoria, método e historiografia. Campinas: Papirus, 1996.

ANCONA LOPEZ, André Porto. A formação de arquivistas no Brasil: notas para um debate. In: VALENTIM, Maria Lígia Pomim (org.). *Estudos avançados em arquivologia.* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições e a Revolução de 1923.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ANTONIOLLI, Juliano. *"Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar"*: a experiência do tempo da geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo. Tese (Doutorado em História) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

ARISTIMUNHA, Claudia Porcellis. Apresentação. In: RODEGHERO, Carla Simone; BRANDO, Nôva; ALVES, Clarissa Sommer. *PEP em revista:* o Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS. Porto Alegre: UFRGS/APERS, 2015.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais.* Um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTHMAR, Rogério. A Inglaterra e o padrão-ouro nos anos 20. In: *III Congresso Brasileiro de História Econômica. Anais*. ABPHE, 1999. Disponível em: https://www.abphe.org.br/iii-congresso-brasileiro-de-historia-economica-e-4-conferencia-internacional-de-historia-de-empresas. Acesso em: 10 jan. 2024.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense.* Porto Alegre: ERUS, 1982 [1882].

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação.* Formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ASTURIAN, Marco Jovino. A República Democrática (1945-1964), um novo partido: a reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964).* São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

AVELAR, Alexandre de Sá. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. *História da historiografia,* Ouro Preto, v. 13, n. 33, 2020.

AXT, Gunter. Os guardiões da lei: aspectos da influência política e cultural dos positivistas religiosos sobre os governos republicanos no Rio Grande do Sul. *Métis: história & cultura,* v. 2 n. 2, 2002.

AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson; diretores do volume 3 RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. vol. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

AXT, Gunter. *Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Paiol, 2011.

AXT, Gunter. O judiciário e a dinâmica do sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul. *Métis: história & cultura,* v. 11 n. 21, 2012.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço.* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018 [1890].

BAKOS, Margareth. *Porto Alegre e seus eternos intendentes.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2015.

BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina:* Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: ANPUH-RS / Medianiz, 2012.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Porto Alegre: Paco Editorial, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Acervos permanentes.* Tratamento documental. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2007.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural.* Lisboa: Estampa, 1998.

BOEIRA, Luciana. *Entre História e Literatura:* a Formação do Panteão Rio-grandense e os Primórdios da Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, UFRGS, 2009.

BOEIRA, Luciana. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense:* a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, UFRGS, 2013.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Cultura e Ideologia.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BORGES, Jorge Luis. *Outras inquisições (1952).* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura:* regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDALISE, Carla. A Legalidade e o Legislativo: discussões e controvérsias em meio ao levante popular liderado pelo governador Brizola. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964).* São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

BRANDO, Nôva Marques. *Catálogo Resistência em Arquivo.* Memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014.

BRANDO, Nôva Marques. *Catálogo Seletivo Acervo da Comissão Estadual da Verdade.* Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2017a.

BRANDO, Nôva Marques. *Catálogo Seletivo I. Escravidão, Liberdade e Tutela. Processos Judiciais.* Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2017b.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais.* Lisboa: Presença, 1990.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público,* ano 47, v. 120, n. 1, jan./abr. 1996.

CALDAS AULETE, F. J. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa.* Lisboa; Tipografia da Parceria Antônio Maria Pereira, 1925.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito.* O historiador Ramiz Galvão e a Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo:* do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados.* O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados.* Escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem.* A elite política imperial. / Teatro das Sombras. A política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil.* O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTILHOS, Júlio de. *Ideias políticas de Júlio de Castilhos.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1981.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015 [1975].

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX.* O caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1983.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000.

COUGO JÚNIOR, Francisco Alcides. *A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil.* Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Pelotas, UFPEL, 2020.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; DACANAL, Pedro Hoeper. Francisco Simch (1877-1937): um economista prático germanófilo no sul do Brasil. *Nova Economia,* v. 29 n. 3, 2019.

DAVIS, Natalie Z. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, J. de Nazaré T. *A reforma administrativa de 1967.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da Metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões.* São Paulo: Perspectiva, 1972.

DIEFENBACH, Samantha. *Affonso Hebert.* Ecletismo Republicano no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

DOCCA, Emílio de Souza. *História do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial.* Origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado.* Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Eduardo. Da opulência do Archivo Histórico Rio-Grandense. *Revista do Museu e Archivo Publico do Rio Grande do Sul,* n. 20, 1928.

DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador.* Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte, 2017.

FAGANELLO, Cláudia Piccoli; DASSO JÚNIOR, Aragon Érico. História contemporânea da administração pública brasileira contada pelas reformas administrativas de caráter emergencial: um balanço dos últimos 25 anos. *Revista Digital de Direito Administrativo*, v. 9, n. 2, 2022.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história.* Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo.* São Paulo: Edusp, 2017.

FAUSTO, Bóris. *A revolução de 1930.* História e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1970].

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História.* Lisboa: Presença, 1989.

FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI.* A religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política.* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996 [1986].

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista.* Getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart, uma biografia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964*. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da Nova República:* da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FICO, Carlos. *Além do golpe.* Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo.* Da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2020

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudir do S. C. O sistema partidário: a redemocratização (1945-1964). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson; diretores do volume 3 GERTZ, René. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. Vol. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1969].

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames In: *Estratégia, poder e saber*. Ditos e escritos. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. In: *Cadernos de debate* 1. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época.* Porto Alegre: Globo, 1967.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: FONSECA, Pedro Cezar Dutra; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A era Vargas.* desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Unesp, 2012.

FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da *Stasi* ou a Miragem dos Arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados Recompostos.* Campos e Canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora UFRJ, 1998.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul.* Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul.* Censos do RS 1960-1980. Porto Alegre: FEE, 1984.

GASPAROTTO, Alessandra; DELLA VECCHIA, Renato; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. A Comissão Nacional da Verdade e a luta por verdade, memória e justiça no Brasil. *Espaço Plural*, ano XIII, n. 27.

GINZBURG, Carlo. "Provas e possibilidades à margem de 'Il Ritorno de Martin Guerre' de Natalie Zemon Davis" In: GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado.* Historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Carla Renata de Souza. *De rio-grandense a gaúcho*: o triunfo do avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

GONÇALVES, Tatiana Mol; NICOLAZZI, Fernando. O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais: Fundação e "Primeira Fase", 1907-1927. In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. *Os Institutos Históricos e Geográficos:* Nação e Região na Historiografia Brasileira. Campinas: Pontes, 2017. p. 175-192.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Martins Livreiro; EST; Caxias do Sul: UCS, 1978 [original de 1927].

GUAZZELLI, Dante Guimaraens. *Entre o direito e a política:* a trajetória de advogados e a causa dos direitos humanos (Rio Grande do Sul/1964-1982). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu:* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos,* v. 1, n.1, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil. 1838-1857.* Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *O jogo das mediações.* Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017a.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Os nomes de poder. A Faculdade de Direito de Porto Alegre, o ensino jurídico e política no Brasil (1900-1937).* Jundiaí: Paco Editorial, 2017b.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A imprensa do Rio Grande do Sul na "Campanha da Legalidade". In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964).* São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

GUTFREIND, Ieda. *Banco de Depoimentos de Escritores / historiadores: Concepção e Escrita da História Sul-Rio-Grandense.* Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2019.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista EcoPós,* v. 23, n. 3, 2020.

HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe.* Uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos.* Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e *queers* radicais. São Paulo: Fósforo, 2022.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade.* Presentismo e experiências no tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François; REVEL, Jacques. *Les usages politiques du passé.* Paris: EHESS, 2001.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: DIFEL, 1985.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra*: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil:* diálogos na obra de Tristão Alencar Araripe (1867-1895). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica, 2012.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Os paradigmas da administração pública no Brasil. *Revista de Administração de Empresas,* São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48.

KETELAAR, Eric. Tacit Narratives: The Meaning of Archives. *Archival Science,* 1, 2001.

KLAFKE, Álvaro Antonio. Formação do Estado e planejamento: um plano de estatística para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1834). *Textos de discussão (FEE)*, n. 140, 2015.

KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; FURINI, Vinícius Reis. *A cidade que devora malocas.* Habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c.1943 – c. 1973). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

KOCH, Jandiro Adriano. *O* gaúcho *era* gay*? Mas bah!* Porto Alegre: MAR edições, 2023.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado.* Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KÜHN, Fábio. O poder na aldeia: as elites locais na fronteira da América Portuguesa, Viamão, 1763-1773. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,* ano 86, n. 141, 2006/2007.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* Campinas: Papirus, 1993.

LAPUENTE, Rafael. *A luta pelo poder.* A política gaúcha em perspectiva (1934-1937). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845).* Porto Alegre: Sulina, 1983 [1935].

LEAL, Elisabete; PEZAT, Paulo. La propagande de la religion de l'Humanité dans le sud du Brésil. *Imprévue,* Montpellier, n. 1 e 2, 1997.

LEAL, Elisabete. *Os filósofos em tintas e bronze.* Arte, positivismo e política na obra de Dècio Villares e Eduardo de Sá. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

LEAL, Elisabete. Faces de Castilhos. Imagem e cultura política no sul do Brasil (1903-1915). *História (São Paulo)*, v. 41, 2022.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova.* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Alcides. *História Popular do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983 [1882].

LIMA, José Edson Schümann (org.). *A província fluminense.* Administração provincial no tempo do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

LOPES, Raimundo Helio. *Maya, Alcides.* Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, s/d. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MAIA,%20Alcides.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

LOPES, Raimundo Helio; NOLL, Izabel. *Lima, Alcides de Mendonça.* Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, s/d a. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Alcides%20de%20Mendon%C3%A7a.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

LOPES, Raimundo Helio; NOLL, Izabel. *Varela, Alfredo.* Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, s/d b. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VARELA,%20Alfredo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho.* São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *O Brasil desde 1980.* São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

MACHADO, Lucas Soares. Explorando o potencial das décimas urbanas na história da modernização de um beco de Porto Alegre, 1897-1924. *Revista do IHGRGS,* n. 163, 2022.

MACHADO, Lucas Soares. *Beco do Fanha*: Aspectos históricos e materiais de um beco de Porto Alegre, 1897-1924. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2023.

MARQUES, Angelica A. da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. *Revista Brasileira de História*, v. 38, n. 78, 2018.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil.* Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Brasília, Universidade de Brasília, 2007.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS / IEL, 1978.

MARTINS, Luciano. *Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil:* uma visão geral. Brasília: ENAP, 1997 [1995].

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais:* trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica, 2015.

MARTINS, Jefferson Teles. O papel do Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul na tomada do bastão historiográfico do IHGRGS para a UFRGS. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; MARTINS, Jefferson Teles. *História e historiografia sul-rio-grandense.* Criciúma: Edunesc, 2019.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio.* Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2013 [1995].

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade:* Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

MELO, Jonas Ferrigolo; KURTZ, Clara Marli Scherer; ANDRADE, Leide Mota de; LEHMKUHL, Camila Schwinden Lehmkuhl. *A Lei de Arquivos brasileira e a atuação política da sociedade civil*. (No prelo).

MERLO, Carmen Moreira. *O palácio de papel:* cem anos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2010.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre, urbanização e modernidade.* A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 1995.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas.* História e memórias da cidade. POA: EdiPUCRS, 2006.

MONTEIRO, Norma de Góes. O desafio dos arquivos nos Estados federalistas. *Acervo,* Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1986.

MOREIRA, Flávio Eduardo França. *Diretrizes para a implantação de um sistema de arquivos no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE*. Monografia (Especialização em Administração Pública). Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 2005.

MOREIRA, Paulo R. S.; TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O *Aurélio era preto:* trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos,* PUCRS, v. 40, n. 1, 2014.

MOREIRA, Regina da Luz. *Brasil, Assis.* Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, s/d. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20(emb.).pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. Burocracia Brasileira, Reforma administrativa e Estado Novo: O papel do aparato administrativo no governo Vargas. *Revista Estudos Institucionais*, v. 2, n. 1, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República.* Da queda da monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2021.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical:* sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província:* o regionalismo rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinqüenta. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

NEDEL, Letícia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise:* Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese (Doutorado em História). Brasília, Universidade de Brasília, 2005.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil.* Clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos.* A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. São Paulo: José Olympio, 1948.

ORNELLAS, Manoelito. *Gaúchos e Beduínos*. A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edigal, 2012 [1948].

ORNELLAS, Manoelito. As origens remotas do gaúcho. In: VELLINHO, Moysés. *Rio Grande do Sul:* Terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1969 [1964].

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América:* Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda Simões. *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*. História e memória. Vol. 4, O fim da ditadura e o processo de redemocratização. Porto Alegre: ALRS, 2014.

PARRELA, Ivana. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional.* Arquivo Público Mineiro 1895-1937. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH – UFMG, 2012.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil. 1826-1865.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEREIRA, Cláudio Calovi; DIEFENBACH, Samantha; CALOVI, Ricardo. Acrópole e Ágora: as novas praças de Porto Alegre na República Velha. In: ABREU FILHO, Sílvio Belmonte de; PEREIRA, Cláudio Calovi (orgs.). *Porto Alegre de papel.* Avenida e praça 1910-1980. Porto Alegre: UFRGS / PROPAR, 2006.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade.* Educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da República.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade.* Vida e trabalho 1880-1920. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O velho/novo positivismo. In: GRAEBIN, Cleusa; LEAL, Elisabete. *Revisitando o positivismo.* Canoas: La Salle, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da Cidade.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade.* O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001b.

PESSI, Bruno Stelmach (coord.). *Documentos da escravidão:* inventários – o escravo deixado como herança. Porto Alegre: CORAG, 2010a (4 volumes).

PESSI, Bruno Stelmach (coord.). *Documentos da escravidão:* testamentos – o escravo deixado como herança. Porto Alegre: CORAG, 2010b.

PESSI, Bruno Stelmach; SILVA, Graziela Souza e (coord.). *Documentos da escravidão:* processos crime – o escravo como vítima ou réu. Porto Alegre: CORAG, 2010.

PEZAT, Paulo Ricardo. *Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade*: a recepção do positivismo por um filho espiritual de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PEZAT, Paulo Ricardo. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006.

PEZAT, Paulo Ricardo. Leituras e interpretações de Augusto Comte. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (diretores do volume 3). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a "gauchização" da política brasileira no pós-1930. In TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Breve inventário de temas do sul.* Porto Alegre: UFRGS, FEE; Lajeado: Univates, 1998.

PINTO, Céli. *O Positivismo.* Um projeto político alternativo. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

PORTO, Aurélio. A sugestão dos arquivos. *A Federação*. HDBN 23 de abril de 1931.

PORTO, Aurélio. Africano na formação rio-grandense. In: PORTO, Aurélio. *Dicionário enciclopédico do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Editorial Minuano, 1936.

PORTO ALEGRE, Lei n. 5 de 31 de dezembro de 1892. Disponível em: https://legislacao.portoalegre.rs.gov.br/media/sapl/public/normajuridica/1892/4821/lei_5_1892.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

POSSAMAI, Zita Rosane. (In)visibilidades do passado: percursos das relações entre história e memória nos museus. In: GRAEBIN, Cleusa; SANTOS, Nádia Weber. *Memória social:* questões teóricas e metodológicas. Canoas: UnilaSalle, 2013.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história.* Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, 13 (26), 2009.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa* – vol. 3. O tempo narrado. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RIO GRANDE DO SUL, Lei n. 150 de 5 de agosto de 1848. In: RIO GRANDE DO SUL. *Colecção de Leis e Resoluções Provinciaes de São Pedro do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Tipografia do Comércio na Rua da Praia, 1884.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 367 de 4 de março de 1857. In: RIO GRANDE DO SUL. *Coleção dos Atos, Regulamentos, e Instruções expedidas pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 1857.* Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 199 de 5 de dezembro de 1850. In: RIO GRANDE DO SUL. *Colecção das Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Tipografia de F. Pomatelli, 1859.

RIO GRANDE DO SUL. Ato n. 185, de 12 de maio de 1892. In: RIO GRANDE DO SUL. *Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1892.* Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Independente, 1913.

RIO GRANDE DO SUL. Ato n. 510, de 29 de junho de 1891. In: RIO GRANDE DO SUL. *Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1891.* Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1914.

RIO GRANDE DO SUL. *Boletim Extraordinário do Conselho Permanente de Agrometeorologia Aplicada do Estado do Rio Grande do Sul.* Catástrofe climática no Rio Grande do Sul. 23 de maio de 2024. Disponível em: https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202405/31084753-boletim-copaaergs-extraordinario-maio-2024-final.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

ROCHA, Márcia; LOPES, Diego Kern. *A restauração do Arquivo Público do R. G. S.* Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

ROCHA, Márcia. Introdução. In: ROCHA, Márcia. *IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: CORAG, 2006.

ROCHA, Márcia; MENDES JÚNIOR, Valter Vanderlei. *Fontes para a História Administrativa do Rio Grande do Sul.* A trajetória das secretarias 1890-2005. Porto Alegre: Corag, 2006.

ROCHA, Márcia Medeiros; SCHERER, Jovani (coord.). *Documentos da escravidão:* catálogo seletivo de cartas de liberdade – acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006 (2 volumes).

ROCHA, Márcia Medeiros; SCHERER, Jovani (coord.). *Documentos da escravidão:* compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2010 (2 volumes).

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. *Não calo, grito.* Memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

RODEGHERO, Carla Simone, ALVES, Clarissa Sommer e WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *História oral da Covid-19.* Reflexões desde o Rio Grande do Sul. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanaque literário e estatístico do Rio Grande do Sul para 1907 com um estudo sobre o papel na revolução de Bento Manoel Ribeiro.* Porto Alegre: Livraria Americana, 1907.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história:* o curso de História e Geografia da UPA/URGS – 1943 a 1950. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à história:* Moysés Vellinho e a trama entre a Província e a Nação. 1925 a 1964. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. "Uma velha aspiração do Rio Grande". O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul nos anos 1920. In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. *Os Institutos Históricos e Geográficos:* Nação e Região na Historiografia Brasileira. Campinas: Pontes, 2017.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos; NEDEL, Letícia Borges. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História do Rio Grande do Sul. *Ágora*, v. 11, n. 1, 2005.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo.* Uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, 2000.

ROSA, Othelo. Formação do Rio Grande do Sul. In: PILLA, Luiz. *Fundamentos da cultura rio-grandense.* Segunda série. Porto Alegre: URGS, 1957.

ROSSATO, Carlos Aléssio. *O Arquivo Público do Rio Grande do Sul na percepção de usuários:* um ambiente a ser descoberto. Dissertação (Mestrado em Administração). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SACCOL, Tassiana. *De líderes históricos a opositores:* as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica, 2018.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história.* Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAHLINS, Marshall. *Esperando Foucault, ainda.* São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas, realidades míticas.* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SANTOS, Eduardo Luiz dos; MELO, Jonas Ferrigolo; RIDOLPHI, Wagner Ramos; FLORES, Débora. Demandas profissionais e participação política: o Fórum Nacional de Associações de Arquivologia do Brasil – FNarq (primeiro quinquênio). *Informação Arquivística,* Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 167-183, jan./jun. 2023.

SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição.* São Paulo: Edusp, 2013.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas.* São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil.* República: da Belle Époque à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Ana Celina Figueira da. *Investigações e evocações do passado:* o Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre – RS, 1925-1935). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

SILVA, Milena de Souza da. *Cotidiano, escrita de si e coronelismo.* A correspondência de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (1903-1916). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos ibero-americanos,* PUCRS, v. 22, n. 2, 1996.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Sociedade Partenon Literário.* Literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Uma biblioteca entre a instrução e a memória*:* a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (1871-1922)*. Anos 90,* v. 31, 2024.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. *"O passado está prenhe do futuro":* a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos,* v. 13, n. 1, 1983.

SOARES, Paulo Ricardo de Souza. *A institucionalização do APERS e o fazer arquivístico (1906-1925).* Monografia (Graduação em Arquivologia). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

SOARES, Paulo Ricardo de Souza; MINTEGUI, Evelin Melo. O regime de informação do Arquivo Público na Era Vargas: uma proposta de pesquisa. *Anais XXII do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Porto Alegre: ENANCIB, 2022.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964).* São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

SPINELLI, Teniza (org.). *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.* História, publicações e legislação. Ano do cinquentenário. Porto Alegre: EST, 2005.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (org.). *Gaúchos e Paulistas:* dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Elites regionais e formas de dominação. In TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Breve inventário de temas do sul.* Porto Alegre: UFRGS, FEE; Lajeado: Univates, 1998.

THESING, Neandro Vieira. *Fronteira, identidade, essência:* a busca das origens do Rio Grande do Sul em *Gaúchos e Beduínos*, de Manoelito de Ornellas. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TRAVERSO, Enzo. *Le passé, modes d'emploi.* Histoire, mémoire, politique. Paris: La Fabrique, 2005.

TREVISAN, Ivan Rodrigo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945): uma relação de proximidade. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 25.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela.* Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul.* Descripção physica, historica e economica. Pelotas e Porto Alegre: Echenique e Irmão, 1897.

VARGAS, Anderson Zalewski. A luta contra as liberdades: imprensa, reforma e exclusão social na Porto Alegre do início do século XX. *Claroscuro*, CEDCU UNR, n. 2, 2002.

VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre:* imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1909-1919). Porto Alegre: Editora Letra1, 2017.

VAZ, Lilian F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise social,* v. XXIX (127), 1994, 3º. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf. Acesso em: 14 maio 2020.

VELLINHO, Moysés. *O Rio Grande e o Prata:* contrastes. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1962.

VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1973.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política intelectual do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo:* do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VERNANT, Jean-Pierre. *A origens do pensamento grego.* Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias.* Uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: Fino Traço, 2019 [2012, segunda edição].

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. *Reforma administrativa na era de Vargas.* Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WEBER, Max. *Economia e sociedade.* Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004 [1922].

WEIMER, Günter. A imagem da cidade e o poder. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imagens urbanas.* Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WEIMER, Günter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses.* Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WEIMER, Günter. *A vida cultural e a arquitetura na fase positivista do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Conversando com historiadoras e historiadores sul-rio-grandenses.* Coletânea do APERS entrevista (2012-2019). Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, 2020.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Conversando com mais historiadoras e historiadores sul-riograndenses.* Coletânea do APERS Entrevista, 2021. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Habitação popular em Porto Alegre na virada do século XIX para o XX: uma abordagem a partir das ações judiciais de despejo. *Anos 90*, v. 29, 2022.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Conversando com antropólogos/as e historiadores/as do Rio Grande do Sul.* Coletânea do APERS Entrevista, 2022-2023. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2023a.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Técnica e política nas estratégias de combate à pandemia de Covid-19 do governo estadual do Rio Grande do Sul entre 2020 e 2022. In: RODEGHERO, Carla Simone; ALVES, Clarissa Sommer; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *História oral da Covid-19.* Reflexões desde o Rio Grande do Sul. São Paulo: Letra e Voz, 2023b.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Arquivo LGBTQIAPN+:* levantando documentos para outras histórias. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, 2023c.

WEIMER, Rodrigo. "Nunca os membros do Instituto foram confundidos com os consulentes comuns": Arquivo Público e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1920-1973. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, 2025. Disponível em: https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/%20issue/view/96.

WELLER, Leonardo; LIMONGI, Fernando. *Democracia negociada:* política partidária no Brasil da Nova República. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

WHITE, Hayden. *Meta-história.* A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992.

WOLIKOW, Serge. 'L'histoire du temps présent en question' In: WOLIKOW, Serge; PORRIER, Philippe. *Territoires contemporaines. Où en est l'histoire du temps présent?* Actes du colloque transfrontalier – Cluse. Bulletin de l'Institut d'histoire contemporaine. Nº 5. Dijon, 1998. Disponível on-line em: http://tristan.u-bourgogne.fr/umr5605/publications/ouenesthistoiretemps/ouenhistoiretempspresent.pdf. Acesso em: 14 out. 2011.

ZALLA, Jocelito. *Simões Lopes Neto e a fabricação do Rio Grande gaúcho.* Literatura e memória histórica no sul do Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2022.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho.* Dissertação (Mestrado em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1988.

ZUBARÁN, Maria Angélica. *Slaves and contratados.* The politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brazil, 1865-1888. Tese (Doutorado em História). Nova Iorque, State University of New York, 1998.

Índice remissivo

Imagens

1 Júlio Prates de Castilhos 32
2 Antônio Augusto Borges de Medeiros 32
3 Carlos Barbosa Gonçalves 35
4 Fernando Abbott 35
5 Retrato de Borges de Medeiros na sala da direção do Arquivo Público 45
6 Busto de Borges de Medeiros no Departamento de Economia e Estatística 45
7 Grupo de funcionários do Arquivo Público, posando para “Kodak”, no dia 14 de julho, por ocasião da inauguração do retrato do Dr. Borges de Medeiros, na sala da diretoria daquela repartição 46
8 Primeiro volume da *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul*, 1921 56
9 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Sala Borges de Medeiros 68
10 Atheneu Rio-grandense 70
11 Praça da Matriz e Sociedade Bailante, 1881 73
12 Sociedade Bailante (década de 1890) 73
13 Biblioteca Pública do Estado, década de 1920 74
14 Bailante em processo de demolição, com belvedere sobre o prédio I do Arquivo Público, primeiro quartel do século XX 78
15 A *acrópole* de Porto Alegre, 1920 79
16 A *acrópole* de Porto Alegre, 1956 – Nova catedral em construção e auditório Araújo Vianna 79
17 A *acrópole* de Porto Alegre, anos 1970 – Nova catedral em construção e prédio da Assembleia concluído 80
18 A *acrópole* de Porto Alegre, 2023 – Hoje circundada de edifícios alto 80
19 Desenho original do Prédio I do Arquivo Público 83
20 Fotografia interna do prédio I do Arquivo Público – estantes vazias 84
21 Prédio I do Arquivo Público na década de 2010 85
22 Prédio I do Arquivo Público na década de 2010 85
23 Ilustração estilizada do prédio I do Arquivo Público 86
24 Uma ‘bela vista’ (década de 1920 ou 1930) 86
25 Fachada esquerda do prédio II do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul 89
26 Prédio II em construção, 1918 89
27 Prédio II pronto, 1919 90

28 Prédio II, 2020 90
29 Prédio II com iluminação noturna 91
30 Prédio II do Arquivo Público 96
31 Casario na rua Riachuelo, 1900 109
32 Retrato oficial de Getúlio Vargas, 1930 133
33 Placa em homenagem a Manoelito de Ornellas no APERS 148
34 Retrato de Manoelito de Ornellas, por Carlos Alberto Petrucci, 1945 149
35 Fachada planejada para o prédio III do Arquivo Público 156
36 Edifício frontal do Arquivo Público durante o terceiro quartel do século XX 157
37 Edifício frontal do Arquivo Público durante o primeiro quartel do século XXI 158
38 Man being tortured on a rack 178
39 Fichas da gaveta 147 de Pelotas 180
40 Tipos documentais da gaveta 149 de São Sepé 181
41 Gaveta 206 do fichário, Rio Grande 182
42 Gaveta 216 do fichário, Taquara 182
43 Seção de Arquivo Administrativo, 1964 199
44 Seção de Arquivo de Tabelionatos, 1964 200
45 Seção de Arquivo Administrativo, 1964 201
46 Casa no pátio do Arquivo Público, início dos anos 1980 214
47 Funcionários do Arquivo Público, 1966 217
48 Telegrama enviado por Miguel Bertini Costa ao Presidente Marechal Castelo Branco 224
49 Lista com distribuição de cargos públicos no Arquivo Público escrita por Tarso Dutra 231
50 Posse de Henrique Canísio Vogel, 7 de outubro de 1964 242
51 Vista do Arquivo Público, 1960 243
52 Vista do Arquivo Público, 1960 244
53 Pavilhão de microfilmagem planejado nos anos 1970 246
54 Sala de consultas, na atual Sala Borges de Medeiros, década de 1970 ou 1980 249
55 Acervo do Arquivo Público, 1965 251
56 Destruição da documentação do DOPS (1982) 260
57 Convite de lançamento do Catálogo Seletivo Resistência em Arquivo 267
58 Oficina de Educação Patrimonial com Colégio Estadual Rubem Berta, 2014 267
59 Oficina de Educação Patrimonial com SENAC, 2024 268
60 Carlos Aléssio Rossato durante uma reforma na rede elétrica do prédio 1, 1989 274
61 Carlos Aléssio Rossato durante uma reforma na rede elétrica do prédio 1, 1989 275
62 Reinauguração do Arquivo Público, 2001 281
63 Trecho do Plano de Classificação de Documentos, 2017 288
64 Trecho da Tabela de Temporalidade de Documentos, 2017 289
65 Gestão de Isabel Oliveira Perna Almeida (1999-2002) com algumas concursadas empossadas em 1992 297

66 Festa de posse de Isabel Almeida, 21 de janeiro de 1999 298
67 Festa de posse de Isabel Almeida, 21 de janeiro de 1999 298
68 Corredor do prédio 2 “encaixotado” durante as reformas 302
69 Arquivo Público em obras, 1999-2000 303
70 Arquivo Público em obras, 1999-2000 303
71 Reinauguração do Arquivo Público, 26 de junho de 2001 305
72 Escadaria do Arquivo Público antes da construção do Multipalco, 2009 306
73 Escadaria do Arquivo Público, com rachaduras, depois da construção do Multipalco, 2013 306
74 Arquivistas do concurso de 1991 trabalhando no prédio de acervo 308
75 Início experimental do sistema de microfilmagem 310
76 Início experimental do sistema de microfilmagem 311
77 Maquinaria relacionada ao processo de microfilmagem 311
78 Retomada da microfilmagem em 1967 313
79 Retomada da microfilmagem em 1967 314
80 Retomada da microfilmagem em 1967 314
81 Jogo da memória empregado na educação patrimonial no início do século XXI 337
82 Mapoteca da SEHAB em secagem no Arquivo Público, maio de 2024 347
83 Pilha de papéis representando a burocracia a ser eliminada 354
84 Ilustração estilizada dos prédios da *acrópole* e da *ágora* porto-alegrenses em 2023 ... 357

Mapas

1 Terrenos adquiridos pelo Estado na Praça Marechal Deodoro no fim da primeira década do século XX 72
2 Croqui do projeto de Augustin Rey, 1908 75
3 Projeto de ampliação e embelezamento da Praça Marechal Deodoro de Maurice Gras, 1909 76
4 Projeto de ampliação e embelezamento da Praça Marechal Deodoro de Maurice Gras, 1909 76
5 Endereços do Arquivo Público 82
6 Planta cadastral de Porto Alegre, 1893 111

Plantas baixas

1 Detalhe do desenho original do Prédio I do Arquivo Público mostrando a planta baixa do prédio 83
2 Planta baixa: Pavilhões de depósitos do Arquivo Público, setembro de 1934 88
3 Planta baixa: Prédio II do Arquivo Público, 1918 88
4 Planta baixa: Projeto inicial do Prédio III do Arquivo Público, por Ernani Corrêa, 1937, pavimento térreo 154

5 Planta baixa: Projeto inicial do Prédio III do Arquivo Público, por Ernani Corrêa, 1937, terceiro e quarto pavimentos 155
6 Planta baixa: Pavilhão de microfilmagem planejado nos anos 1970 246

Gráficos

1 Valor locativo médio, em libras, das unidades do trecho selecionado da rua Riachuelo . 113
2 Valor locativo médio, em libras, das unidades da travessa Paysandu 113
3 Variação percentual anual do locativo médio, em libras, das unidades do trecho selecionado da rua Riachuelo 114
4 Variação percentual anual do locativo médio, em libras, das unidades da travessa Paysandu 115
5 Proporção de tipos de edificação no trecho selecionado da rua Riachuelo 115
6 Número de unidades e proprietários na travessa Paysandu 118
7 Proporção dos valores locativos entre aqueles do trecho selecionado da Riachuelo e aqueles da Paysandu (libras) 118
8 Proporção de tipos de edificação na travessa Paysandu 119
9 Número de unidades por proprietário no trecho selecionado da rua Riachuelo e na Paysandu 119
10 Emissão de certidões, 1906-1961 162
11 Emissão de certidões, 1971-1985 163
12 Número de cópias fotográficas e xerográficas emitidas pelo Arquivo, 1971-1985 164
13 Cópias xerográficas por tipos documentais emitidas pelo Arquivo entre 1973 e 1978 .. 165
14 Emissão de certidões, 1997-2023 166
15 Proporção entre número de certidões e a população rio-grandense (‰) 168
16 Quantitativo de municípios que recolheram documentos, 1907-1920 170
17 Quantitativo de cartórios que recolheram documentos, 1907-1920 171
18 Total de guias de recolhimento por quinquênio no século XX 172
19 Proporção de recolhimentos com documentos de mais de um acervo (1906-2000) 174
20 Proporção de acervos documentais (3.750 guias de recolhimento) 183
21 Proporção de acervos documentais por acervos (11.904 guias de recolhimento) ... 184
22 Proporção dos acervos nos recolhimentos (1906-2000) 185
23 Número total de guias de recolhimento (1906-2000) 186

Tabelas

1 Mudanças de proprietários (1904-1925) 117
2 Número de secretarias no Estado do Rio Grande do Sul 127
3 Acervos documentais em 3.750 guias de recolhimento 183
4 Acervos documentais em 11.904 guias 184
5 Recolhimentos mais recentes de cinco tipos documentais em doze comarcas 189



Associação dos Amigos do Arquivo Público

ARQUIVO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNANÇA E GESTÃO

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

PPG HISTÓRIA UFRGS

OIKOS EDITORA

ISBN 978-65-5974-331-5